

Sumário deste número

EDITORIAL DO MÊS: A Transbrasiliana — Cel. Av. LÍSIAS A. RODRIGUES (pg. 3).

COMENTÁRIO DO MÊS: A Propósito de Aires do Casal — F. A. RAJA GABAGLIA (pg. 5).

TRANSCRIÇÕES DO MÊS: Pequeno Guia do Viajante Ativo — PIERRE DEFFONTAINES (pg. 9) — Geopolítica — JOSEPH J. THORNDIKE JR. (pg. 15).

RESENHA: A Geografia e a pintura (pg. 27) — Cooperação necessária (pg. 27) — Da Geografia como fator da unificação nacional (pg. 27) — De quem é a prioridade? (pg. 31) — Mutirão: uma forma de solidariedade (pg. 31) — Um animador (pg. 31) — Apôio do Clube de Engenharia à obra empreendida pelo C.N.G. (pg. 32) — O eucalipto — Navarro de Andrade, o seu incentivador (pg. 33) — A Cidade Universitária (pg. 34) — Expedição ao Monte Aconcágua (pg. 34) — Nomes esquecidos (pg. 34) — Dois antigos Atlas do Brasil (pg. 35) — O ensino do Tupi (pg. 35) — Campos do Sul (pg. 35).

OPINIÕES: Conservação dos solos (pg. 37) — Climatologia médica (pg. 38) — Outro viajante estrangeiro (pg. 38) — A carta do Brasil ao milionésimo (pg. 39) — A Geografia como arte e como filosofia (pg. 40).

CONTRIBUIÇÃO DIDÁTICA: Hidrografia — Prof. LÚCIO DE CASTRO SOARES (pg. 41) — Os gentílicos dos novos territórios — Eng. MOACIR M. F. SILVA (pg. 46) — Programa de Geografia — Instituto La-Fayette — Faculdade de Filosofia (pg. 50).

TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS: Décima quinta tertúlia semanal (pg. 55) — Décima sexta tertúlia semanal (pg. 58) — Décima sétima tertúlia semanal (pg. 60).

NOTICIÁRIO: DA CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pg. 63) — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pg. 65) — Ministério da Agricultura (pg. 68) — Ministério da Educação e Saúde (pg. 69) — Ministério da Guerra (pg. 70) — Ministério da Justiça (pg. 70) — Ministério das Relações Exteriores (pg. 70) — Ministério da Viação e Obras Públicas (pg. 71) — INSTITUIÇÕES PARTICULARES: Academia Brasileira de Ciências (pg. 73) — Academia Brasileira de Letras (pg. 75) — Academia Carioca de Letras (pg. 75) — Casa do Estudante do Brasil (pg. 76) — Clube de Engenharia (pg. 76) — Clube Naval (pg. 76) — Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (pg. 77) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pg. 77) — PEN Clube (pg. 77) — Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (pg. 78) — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pg. 79). CERTAMES: — Conferência dos Conselhos administrativos dos Estados (pg. 80) — Conferência Inter-americana de Educação (pg. 80) — Exposição Amazônica (pg. 80) — DAS UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pg. 80) — Bahia (pg. 81) — Ceará (pg. 82) — Espírito Santo (pg. 83) — Goiás (pg. 83) — Maranhão (pg. 83) — Minas Gerais (pg. 84) — Paraíba (pg. 87) — Pernambuco (pg. 88) — Piauí (pg. 90) — Rio Grande do Sul (pg. 90) — Rio de Janeiro (pg. 91) — São Paulo (pg. 93) — Santa Catarina (pg. 95) — Sergipe (pg. 95) — Território do Acre (pg. 95) — DOS MUNICÍPIOS: Alegrete (pg. 96) — Anápolis (pg. 96) — Aracaju (pg. 96) — Araraquara (pg. 96) — Barretos (pg. 96) — Bauru (pg. 97) — Belo Horizonte (pg. 97) — Bom Jesus (pg. 97) — Buriti dos Lopes (pg. 97) — Cabo Frio (pg. 97) — Campo Grande (pg. 97) — Campo Largo (pg. 97) — Campos (pg. 97) — Canavieiras (pg. 97) — Caxias (pg. 98) — Corumbá (pg. 98) — Curitiba (pg. 98) — Diamantina (pg. 98) — Entre-Rios (pg. 98) — Farroupilha (pg. 98) — Guajaramirim (pg. 98) — Guaratinguetá (pg. 98) — Itararé (pg. 99) — Itu (pg. 99) — Lavras (pg. 99) — Maragogi (pg. 99) — Maricá (pg. 99) — Mossoró (pg. 99) — Natal (pg. 100) — Ouro Preto (pg. 100) — Pederneiras (pg. 100) — Pelotas (pg. 100) — Pesqueira (pg. 100) — Piaçabussú (pg. 100) — Piraquara (pg. 100) — Recife (pg. 101) — Rio Branco (pg. 101) — Salvador (pg. 101) — Santa Maria (pg. 101) — Santarém (pg. 101) — Santa Rosa (pg. 103) — Santo André (pg. 103) — Santos (pg. 103) — Seridó (pg. 103) — Uruguaiana (pg. 103) — Vassouras (pg. 104).

BIBLIOGRAFIA: Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos — Engenheiro Alberto Ribeiro Lamego (pg. 105) — Registos e Comentários bibliográficos: sobre livros (pg. 115) — sobre periódicos (pg. 121) — sobre mapas (pg. 126) — Contribuição bibliográfica especializada — Achegas para uma bibliografia sobre inscrições rupestres — II (pg. 128) — Retrospecto geográfico e cartográfico — “Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro” — Índice Alfabético dos Assuntos — II — Letras C — D e E (pg. 132) — A cartografia brasileira nos livros estrangeiros — II — (1894) — (pg. 142) — Bibliografia estrangeira sobre o Brasil — VI — (1851-1857) (pg. 145) — Mapoteca Central do C.N.G. — Catálogo Geral — VI — (mapas de ns. 501 a 550) (pg. 148) — Lista de publicações — Biblioteca Central do C.N.G. — Serviço de Referência — I — (pg. 150).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis baixador no mês de agosto de 1943 (pg. 161) — Íntegra da Legislação de interesse geográfico — Decretos-leis (pg. 164) — Decretos (pg. 169) — ATOS DIVERSOS — Presidência da República (pg. 169) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pg. 174) — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pg. 174) — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pg. 182) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — ASSEMBLÉIA GERAL — Ementário das Resoluções ns. 201 a 267 aprovadas no ano de 1941 (pg. 184) — JUNTA EXECUTIVA CENTRAL — Ementário das Resoluções ns. 122 a 147 aprovadas no ano de 1942 (pg. 187) — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — ASSEMBLÉIA GERAL — Íntegra das Resoluções ns. 15 a 24 (pg. 188) — DIRETÓRIO CENTRAL — Ementário das Resoluções ns. 101 a 118 (pg. 195) — Íntegra das Resoluções ns. 15 a 24 — DIRETÓRIOS REGIONAIS — AMAZONAS — Íntegra das Resoluções ns. 16 a 39 (pg. 201).

INFORMAÇÕES: QUADRO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA — Administração Federal (pg. 205) — Administração Regional (pg. 215) — Administração Municipal (pg. 226).

Bolétim Geográfico

Ano I

SETEMBRO, 1943

N.º 6

Editorial do mês

A Transbrasiliana

Tôdas as grandes idéias surgem, em geral, da soma de uma série de pequenas sugestões. Assim foi com a rodovia Transbrasiliana.

Apresentada à Comissão Censitária Nacional pelo representante do Ministério da Aeronáutica nela acreditado, a sugestão de uma rodovia ligando Belém do Pará a Ipamerí (Goiaz), sob o nome de Rodovia do Tocantins, foi ela a princípio encarada quase que só como a satisfação de uma necessidade militar premente, porque vinha facilitar as ligações entre o norte e o sul do país, então seriamente ameaçadas, mas, sobretudo, porque vinha facilitar a exploração intensiva e a pronta entrega às nações unidas, das imensas riquezas vegetais e minerais que sobejam nas regiões que a rodovia iria servir.

A sugestão, desde logo, recebeu o apóio direto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e a um estudo mais aprofundado que sofreu, principalmente quando analisada sob o prisma político-social, assumiu uma tal preponderância, que exigiu imperiosamente sua própria inclusão entre os grandes problemas nacionais, credenciada como estava por um profundo e luminoso paracer do Secretário Geral do IBGE, e pelas razões lógicas apresentadas pelo representante do Ministério da Aeronáutica junto à Comissão do Plano Rodoviário Nacional.

Já então, o vulto grandioso dessa rodovia, assumindo o aspecto de uma nova linha de Tordesilhas, cultural e de ocupação do território nacional pelos brasileiros, apresentando-se como a linha real de partida da patriótica marcha para o Oeste, preconizada pelo Presidente Vargas, erguendo-se como o fator primordial de civilização e transportes no sertão, como a expressão melhor de unidade política, ligando o norte ao sul do país, recebia do Dr. Teixeira de Freitas o apropriado, sugestivo e expressivo nome de Transbrasiliana.

Difícilmente encontraremos um nome que case tão bem com o denominado, que este título com a rodovia que êle designa, porque, estendendo-se de Belém do Pará a Santana do Livramento, quase que seguindo o meridiano local, alinhou-se em segundo lugar entre as maiores rodovias do país.

A Comissão do Plano Rodoviário Nacional, composta de homens de alto saber e profundo conhecimento das realidades nacionais, compreendendo sua alta finalidade, incluíram-na desde logo no referido Plano, o primeiro a ser feito em sua classe, no país, sentindo talvez a ação poderosa dos imperativos geográficos que a solicitavam fortemente.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que fôra o grande condensador das sugestões, compreendeu cedo que não podia deixar o problema em meio, pois que, não bastava decidir-se a necessidade da rodovia. Era preciso providenciar sua construção também, lançando mão dos meios a seu alcance.

A vinda ao Rio de Janeiro do interventor federal do Pará, Coronel Magalhães Barata, deu a oportunidade dêsse Instituto prestar-lhe as devidas homenagens, expor claramente o problema nacional que essa rodovia representava e pedir o apôio decisivo daquela autoridade.

O Cel. Magalhães Barata cujo patriótico dinamismo é público e notório, não regateou aplausos, nem tergiversou. Prometeu agir de imediato. Desde que voltou ao Pará, designou logo uma comissão para atacar o problema, e com imensa satisfação já se noticia que, não só 150 quilômetros de picadão na floresta virgem estão prontos, como que, dentro em dois meses, o picadão chegará as fronteiras do Estado do Maranhão, a curta distância da cidade de Imperatriz.

A vinda dos interventores de Goiás e do Maranhão a esta capital, deu ensejo ao IBGE para igualmente atuar junto a essas autoridades, para provocar o preparo dessa rodovia nos territórios dêsses Estados.

O Dr. Pedro Ludovico, o justamente cognominado "bandeirante do século XX", aquêle cuja energia e patriotismo nos deram a "cidade encantada" de Goiânia, de um só golpe apreendeu o valor dessa rodovia para o Brasil e para seu estado, e imediatamente empenhou sua palavra de atacar incontinentemente a construção da rodovia no seu Estado, e tudo fazer para dá-la pronta no mais breve prazo.

O trecho da rodovia no Estado do Maranhão é o menor de todos, e metade dêsse trecho é de fácil execução pela qualidade do terreno. Mas, o IBGE na certa não desfalecerá em seus esforços para conseguir que a rodovia Transbrasiliana seja atacada em todo o seu percurso por construir. Resta-lhe o recurso de apelar para os responsáveis pela administração daquele Estado, pedindo-lhes em nome dos altos interêsses do Brasil, a sua eficiente cooperação.

Atendidos que sejam êsses pedidos, os membros do 10.^o Congresso de Geografia, poderão deslocar-se do Rio de Janeiro a Belém do Pará pela Transbrasiliana.

Cel. Av. LYSIAS A. RODRIGUES

Representante do Ministério da Aeronáutica junto ao I. B. G. E. e à Comissão do Plano Rodoviário Nacional



A propósito de Aires do Casal *

F. A. RAJA GABAGLIA

Consultor Técnico do C.N.G. e Professor Catedrático do Colégio Pedro II.

A reedição, feita agora, pelas Edições "Cultura", da *Corografia Brasilica*, de Aires do Casal, merece especial registo e um comentário, quer quanto ao seu autor, quer quanto à feição e objetivo da obra.

A figura de Aires do Casal é, realmente, exponencial: antes dêle, não se tinha feito uma obra de conjunto sobre a nossa Corografia; e, depois dêle, ainda não se fez uma que levasse a sua ao esquecimento.

O livro de Casal é capital, pois nêle se condensa a atividade geográfica do Brasil até o século XVIII e a primeira década do século XIX.

Da vida de Casal pouco se sabe, apesar de pacientes pesquisas a que se tem procedido. Era natural da freguesia de São Pedrogrão, em Portugal, onde nasceu, parece, que em 1754. Quando veio para o Brasil, ignora-se. Presbítero do Grão-Priorado do Crato, estava no Rio de Janeiro, em 1796, pelo que se conclui de uma nota que ocorre num Códice manuscrito, com a tradução guarani da *Conquista espiritual do Paraguai*, de Montoya, e conservado na Biblioteca do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, onde se lê: "O Pe. Manuel Ayres do Casal, natural da Vila do Pedrogrão pequeno, copiou este livro de outro Manuscrito, que achou na Livraria do Convento de Santo Antônio da Cidade do Rio de Janeiro: em março de 1796." (Vide o *Catálogo do Gabinete Português de Leitura*; por Ramiz Galvão, vol. I, pág. 155). De sua estadia no Brasil, há notícia de que foi capelão na Santa Casa de Misericórdia. Apurou-o Vieira Fazenda.

Depois de ter aqui publicado, em 1817, a sua Corografia, Casal regressou a Portugal, com D. João VI, em 1821. Foi residir em Lisboa, em cela da Congregação do Oratório do Corpo Santo, em companhia de um íntimo amigo, Pe. Joaquim Dámaso, então bibliotecário da Casa Real e que o fôra de nossa Biblioteca Real. Sofreu muito dos nervos e parece que faleceu na casa do Padre Dámaso.

A data de seu falecimento é desconhecida. Deve ter sido posterior a 33 e anterior a 38, pois na edição de 33 das *Viagens ao distrito de Diamantina*, de Auguste Saint-Hilaire, lê-se, na pág. 392, do vol. II que "êle definha em Lisboa, sem poder publicar a 2.^a edição de sua excelente obra". Que deve ter morrido antes de 1838, aceita-se porque o Conselheiro Antônio Vasconcelos Drummond, chegando a Lisboa nesse ano, já não achou vivos, nem Casal, nem Dámaso.

Se Constâncio, na sua *História do Brasil*, de 1839, diz "que o digno escritor se acha, por falta de meios, impossibilitado de publicar a 2.^a edição de sua obra", é porque, provavelmente, Constâncio publicou a *História* meses ou mesmo ano depois de a ter escrito. Na *Minerva Brasiliense*, vol. I, pág. 52, do ano de 1843, lê-se que "Casal morreu consumido de anos e fadigas".

O livro de Casal é a *Corografia Brasilica* ou *Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil composta e dedicada a Sua Majestade Fidelíssima por um Presbítero Secular de Grão Priorato de Crato*, estampado na Impressão Régia em 1817. São dois volumes que se anunciavam desde 1815, lendo-se na *Gazeta*, do Rio, de 26 de julho daquele ano, uma notícia do que encerrava a obra e oferecendo-se à subscrição, por 1\$600, cada exemplar.

* Aires do Casal — *Corografia Brasilica* — Série Brasilica, sob a direção de José Peres — Edição Cultura — São Paulo, 1943.

Em 1833, a *Corografia* foi reimpressa na Tipografia Gueffier & Companhia, com uma carta geográfica da Província do Rio de Janeiro. A Casa Laemmert, fazendo, mais tarde, aquisição do resto dessa edição, deu-lhe uma fôlha de rosto, com indicação de 2.^a edição, trazendo o nome dos supostos editores e a data de 1845.

A *Corografia* mereceu, em 1821, que os seus capítulos referentes ao Pará e Solimões e Mato Grosso fôssem traduzidos nos *Annales de Voyages*, dirigidos por Eryès e Malte Brun. Precedendo a tradição, há algumas palavras de Malte Brun: "A descrição de Casal poderia ser mais animada, mais interessante, mas, como é feita, é um documento geográfico que teria perdido tôda a sua importância, se nós o tivéssemos desbastado dos pormenores que o geógrafo de profissão nêle busca de preferência".

Aires do Casal, notou Saint-Hilaire, teve que tomar a Geografia do Brasil a zero e poder-se-ia citar, acrescenta, obras sôbre a França, que, impressas em seus dias, são talvez menos exatas que a sua. Diz ainda: "Casal percorreu algumas partes do Brasil; durante o tempo que residiu no Rio, ia ver todos os estrangeiros que, do interior, chegavam à cidade, os interrogava, comparava cuidadosamente suas notas com as observações que ia obtendo e foi no fim de 20 anos, quando crente estava de que conhecia a verdade, que publicou o seu livro." "Eis o autor — exclama Saint-Hilaire — eminentemente original que se não temeu chamar "compilador"!

Realmente, a originalidade de Casal não pode ser posta em dúvida e longe de haver sido um compilador, foi ele a fonte da maioria das obras que, depois, se publicaram. Já em 1821, o inglês James Henderson, que residiu no Rio, de 1819 a 1821, publicou um livro: *A history of Brazil*, que é nada mais, nada menos que um plágio feito a Casal. Saint-Hilaire chama o livro de Henderson tradução, mas, no mesmo não se menciona Casal e todo êle, exceção dos dois primeiros capítulos, versando sôbre a viagem da Inglaterra ao Rio e um esboço histórico e noções sôbre os índios, ao todo trinta páginas, num volume de quinhentas e vinte e duas, é uma versão, quase literal, da *Corografia Brasilica*. O conhecido pedagogo e geógrafo prussiano Guts Muths (1759-1839), ainda no princípio do século XIX, denunciara o plágio.

O primeiro mérito, quiçá o maior, da obra de Casal advém de ter elaborado o seu trabalho não só colhendo informações das melhores fontes ao seu alcance, mas ainda pela observação direta, pois muito viajou. Certo, a tradição, por vêzes, tem exagerado relativamente a suas viagens; assim quanto à Goiás, onde não terá estado, pois Saint-Hilaire, seu coevo, salienta que "o enganavam quando lhe afirmaram que quase tôda a superfície de Goiás era coberta de caatingas" e Cunha Matos, da mesma geração, na sua *Corografia Goiana*, escreve que "a Província de Goiás aparece na *Corografia Brasilica* com dignidade mas com pouca extensão, vista a falta de material que o seu autor podia manejar". E remata Cunha Matos: "Difícil empresa em escrever da Província de Goiás aquêles que não viaja.

Há também a tradição de que Casal viajou pelo sul do Brasil e parece, de fato, que esteve em Santa Catarina, por algumas observações curiosas, sem dúvida fruto de exame pessoal.

Pelo que se depreende de seu livro, Casal viajou pela capitania de Pôrto Seguro, pela Baía, por Alagoas, pelo interior da Paraíba e sertão do Ceará. A descrição que faz, por exemplo, de Cachoeira foi o que provavelmente levou a Melo Moraes julgar Casal filho dessa cidade, mas a descrição da então vila baiana não é fato incomum, pois aqui e ali, aponta Casal fatos interessantes e minúcias curiosas, de sorte que se quebra a aridez de nomenclatura. Uma amostra: falando de Vila Nova de Sousa, na Paraíba, diz "que, em 1806, não havia as indispensáveis laranjeiras, tôdas as outras árvores estão inclinadas para o poente tão constantes e impetuosos são aqui os ventos". Ao falar das árvores do Nordeste, Casal destaca, com felicidade, duas árvores que lhe são características: a carnaúba, "o vegetal mais comum e útil dêsse país", e a oiticica, "a maior e mais frondosa árvore do sertão, cuja sombra refrigerante procuram todos os viventes".

Aires do Casal abre a sua *Corografia*, com uma introdução em que discorre sobre o descobrimento da América, de sua grandeza e sobre o descobrimento do Brasil, publicando, pela vez primeira, — serviço insigne entre os mais insignes — a carta de Pero Vaz Caminha, cuja cópia encontrou no Arquivo da Real Marinha, no Rio. Fala ainda da extensão do Brasil, da fauna e da flora, de antigas tradições sobre o continente e dos índios. Finalmente, define o que entende por Brasil e o considera sobre dois pontos: geográfico e político.

Geograficamente, o Brasil é a mais oriental das seis grandes regiões em que os geógrafos costumam dividir a América do Sul e é compreendida entre o Equador e o paralelo 35° latitude sul. Suas costas estendem-se da ponta Magoari, na bôca do rio Pará, até a ponta do Maldonado, no golfo do rio da Prata.

Politicamente — e é nesse ponto de vista que se coloca Casal — o Brasil estendia-se da foz do rio Maroni, lindeiro entre a Guiana Holandesa e a Francesa, até o Prata, abrangendo, portanto, a Guiana Francesa, conquistada em 1809 por D. João VI, e a atual República Oriental do Uruguai, a nossa depois e efêmera Província Cisplatina. Para o interior, Casal considera fazendo parte do Brasil o que ele chama a Província do Paraná, que não é o atual Estado do Paraná, porém, uma grande parte da República do Paraguai e as Províncias Mesopotâmicas de Entre-Rios e Corrientes e o Território de Misiones, porções integrantes da hoje República Argentina.

Em seguida a *Introdução*, que ocupa 115 páginas na edição *princeps*, começa Casal a descrever minuciosamente, indo do Norte para o Sul, as províncias do País, que considera 22, de duas das quais trata em *apêndice* e são a de Solimões (em linhas gerais, o atual Amazonas) e a da Guiana (a atual Guiana Francesa).

Nessa descrição pormenorizada, Casal considera províncias que, fato, não estavam sob o domínio de Portugal, províncias que ainda não o eram em 1817, e províncias que jamais o foram. O critério que empregou e representando — quem o sabe? — algum plano político ou de *Geopolitik* de época, é um critério histórico, tendendo ao descobrimento e primeiras explorações pelos portugueses e a divisão das capitânias. É, por isso, que Casal inclui a atual República oriental do Uruguai na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, não como província anexada ao Brasil, mas como parte integrante do então Reino de Portugal. A propósito é interessante observar o equívoco em que incorreram Sílvio Romero e João Ribeiro, quando no excelente compêndio *História da Literatura Brasileira*, 2.^a edição, pág. 147, estranharam que Casal, enumerando as províncias do sul para o norte, não começasse pela província do Uruguai, a Cisplatina, “e não deixá-la para o terceiro lugar”. É que os eminentes autores não viram que, com o nome de Província do Uruguai, o que Casal considera são os 7 *Povos das Missões*, da margem oriental do Uruguai e que deviam constituir, de acôrdo com a legislação vigente na sua época, uma divisão administrativa, mas que, de fato, estavam, como hoje, incorporadas ao Rio Grande.

Com o nome de Paraná, inclui Casal, como já se viu, a atual República do Paraguai, bem como o Chaco, e a Mesopotâmia Argentina, quer dizer, regiões que foram descobertas pelos portugueses e onde houve o encontro de duas correntes: o movimento paraguaio a procura do mar e o movimento, anterior a esse, dos paulistas para o sertão ocidental. Certamente, para a *Geopolítica* de Casal, essa Província do Paraná era um quisto político-social na América Espanhola, um corpo a parte talvez, formando o chamado *Império Guarânico ou Jesuítico*, onde se recebia apenas, nominalmente, a autoridade de Espanha e cuja língua, longe de ser o castelhano, era o guarani.

Por Província de Pôrto Seguro, compreende Casal o território da antiga Capitania desse nome, com uma porção da de Ilhéus e a do Espírito Santo. Na sua época, como ainda hoje, essa Capitania estava anexada à Baía, da qual era comarca. Provavelmente foi ainda o critério histórico que influuiu, pois a antiga Capitania de Pôrto Seguro, separada, desde a sua origem das da Baía e Ilhéus, pertencentes à Coroa, reverteu a essa mesma Coroa pelo confisco feito ao último Duque de Aveiro, no tempo de Pombal. Vislumbra-se o espírito de justiça do Corógrafo, repugnando-lhe o ato de ditadura do Ministro de D. José I...

A *Província de Sergipe-del-Rei* é a antiga Capitania dêsse nome que, após a Guerra Holandesa, se conservou sôbre regime próprio, sem nenhuma dependência à Baía e que só mais tarde, com a graduação de Comarca, foi a esta incorporada. Em 1820, é que foi Província mas Casal a considera, porém, como tal e, com certeza, estribado na razão histórica e no espírito autonômico da pequena Província que sempre pugnou para não ser ancila da Baía.

A crítica de seu livro, revela que Casal, sem embargo do caráter descritivo que o mesmo tem, era uma vocação de geógrafo, isto é, de quem procura explicar fatos naturais. Dois exemplos bastariam para patentear a penetrante intuição geográfica de Casal. Foi ele o primeiro a se referir aos "boqueirões", que são as passagens forçadas das maiores quebradas em certas cadeias e cuja importância no povoamento do nosso País, cada vez mais, se compreende. De igual sagacidade, é a imagem com que se refere ao leito do São Francisco, depois de Paulo Afonso, dizendo que "é semeado de Recifes com a aparência dos resquícios de um majestoso dique demolido".

A *Corografia Brasília* não está, é bem verdade, isenta de muitas falhas, de numerosos enganos e de um sem número de lapsos e erros de apreciação, mas foi, cumpre acentuar, escrita em 1817, quando ainda o relêvo, o clima, a flora e a fauna do Brasil não tinham sido estudados em conjunto.

O trabalho do Padre Manuel Aires do Casal marca uma época e, embora envelhecido, é o marco limiar da nossa literatura geográfica. Esgotado, muito raro, a sua reimpressão é um grande serviço prestado à cultura nacional.



AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sôbre geografia ou de interêsse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Pequeno Guia do Viajante Ativo

"Geografia" — São Paulo — Ano II —
N.º 4 — 1936

PIERRE DEFFONTAINES
Professor da Universidade do Distrito Federal e das Faculdades Católicas de Lille.

GEOGRAFIA PRÁTICA

Os viajantes, na sua maioria, conservam, nas regiões que percorrem, uma atitude meramente neutra e passiva, guardando, assim, uma impressão de geral monotonia. Todas as passagens lhes parecem, então, mais ou menos semelhantes, excetuando-se, apenas, alguns pontos, de fato grandiosos!

Não sabem tais viajantes distinguir a admirável variedade daquelas paisagens, e, sobretudo, o minucioso complexo mecânico da vida humana em cada região.

Como descobrir esta vida profunda? Como se constituir uma alma de pesquisador, capaz de reconhecer o que de novo tem cada paisagem, para isso, no seu íntimo, penetrando?

Eis o que neste pequeno guia procuraremos estabelecer.

I — Diretrizes a seguir pelo viajante ativo

A) Observar, inicialmente, a paisagem que forma o quadro, onde se organizou toda a vida de um grupo humano. A importância de tal quadro reside na impossibilidade de colher qualquer coisa da luta, em que se empenham os homens, sem esta observação do meio, com as circunstâncias por este impostas às populações.

O quadro é, pois, uma paisagem.

Tem ela o nome de uma região? Busquemos esse nome, muitas vezes indicado por sufixo reunido à designação de uma localidade: São José dos Campos, Itaboraí do Mato Dentro.

A região merece um nome geral, porque representa uma unidade de paisagem.

Na pesquisa dos característicos dessa paisagem recorreremos a diversos fatores.

Ao *sub-solo*, reunindo as rochas típicas e reconhecendo os seus caracteres: calcáreo, granito, xisto, margas...

Ao *solo*, isto é, à camada superficial, registrando suas propriedades, com a cor, a constituição (arenosa, pedregosa), a permeabilidade... e muitas vezes, apenas, ao seu nome: massapê, tabatinga, massanduba etc.

Ao *relêvo*, plano, ondulado (regular ou irregularmente), notando se a região fica cercada de alturas, se há "ilhas de montanhas", ou outras particularidades, isso para bem traçar o horizonte regional.

Aos *rios*, raros ou importantes, juntando indicações quanto à estiagem e às cheias, estas devidas à natureza ou declividade do leito e aquelas, agravadas pela maior evaporação, consequência de um verão pouco chuvoso. Apresenta o rio aspecto torrencial? Encontram-se meandros? O estudo pormenorizado do rio principal interessa para conhecer o valor das inundações no seu vale, bem como os aluviões: cascalho, pedregulho ou areia, verificando-se se o leito divaga. Vale, ainda, assinalar as aglomerações existentes ou não em suas margens, defendidas

com diques longitudinais ou com vegetação, as pontes, em número e tipo, êste quanto à via de acesso, à natureza do material empregado, etc., tudo, enfim, para definir as relações entre o homem e o rio.

A *vegetação*, índice do clima, testemunhas da zona mais ou menos seca ou úmida, cactus (Fig. 1), palmeiras (Fig. 2), pinheiros (Fig. 3), araucárias, etc.; padrão de terra boa ou má; para a lavoura: pau d'alho, sapé, samambaia... Importa mencionar o papel das árvores na paisagem e distinguir também o cerrado ralo, a capoeira, a mata.

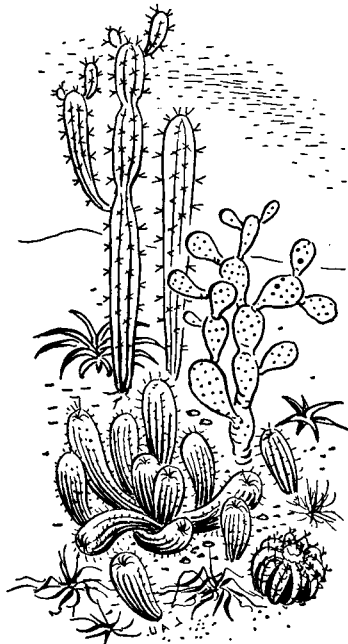


Fig. 1 — Caatinga. Vegetação xerófila, típica da região semi-árida do nordeste brasileiro (Note-se a predominância das cactáceas).

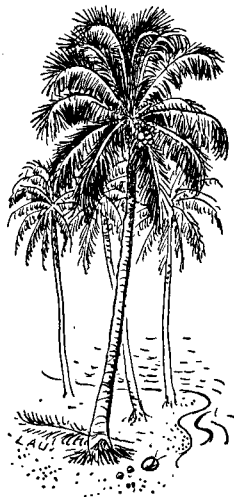


Fig. 2 — O coqueiral. Paisagem típica do litoral brasileiro da Baía ao Ceará.

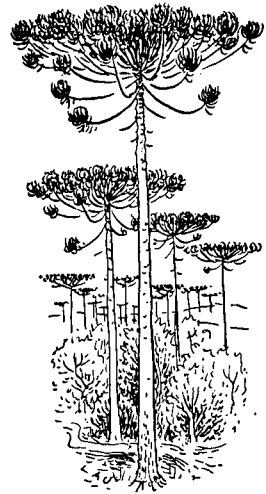


Fig. 3 — Tipo de vegetação do oeste do Brasil meridional. Note-se o predomínio do "pinheiro do Paraná" (*araucária brasiliensis*) nesta associação vegetal.

Aos *animais*, desde que possam completar o quadro em estudo.

Vantajosamente concluímos o reconhecimento da região pela sua delimitação, mediante excursões diversas com êsse objetivo, o que permite apurar as zonas marginais, onde, não raro, os limites são imprecisos, graças à transição de uma para outra paisagem. Êste trabalho é extraordinariamente proveitoso, para a cuidadosa observação das regiões, bem como para fixar a maior ou menor extensão daquelas zonas marginais. Tudo aconselha ao viajante ativo, desenhar êle próprio o seu mapa esquemático das paisagens reconhecidas.

B) Estudar, depois, os problemas que o homem teve, tem ou terá de resolver nestas regiões, averiguando os elementos de grande batalha a vencer pró ou contra a natureza já observada.

Com êste fim convém, cuidadosamente, registrar as condições da vida do homem, bem como o *habitat* de sua região, para, em seguimento imediato, examinar os trabalhos recomendados com garantia de êxito na exploração regional.

O primeiro e primordial problema é sempre o do homem, o do seu valor físico, moral e intelectual: o da escola, apenas, elementar ou até profissional, escola, porém, que forma a personalidade humana, na perfeita compreensão de seus deveres.

Com a escola ou sem ela, precisamos não desconhecer certos tipos, cujos costumes e fisionomia, linguagem e ocupações exprimem, com eloquência, o ambiente regional onde vivem.

O vaqueiro do Nordeste (Fig. 4), o colono das fazendas de café, os camaradas nas estâncias, os garimpeiros (Fig. 5), os caíçaras, os gaúchos (Fig. 6) e tantos outros, isolados ou associados, emprestam um tom especial à população de várias regiões.

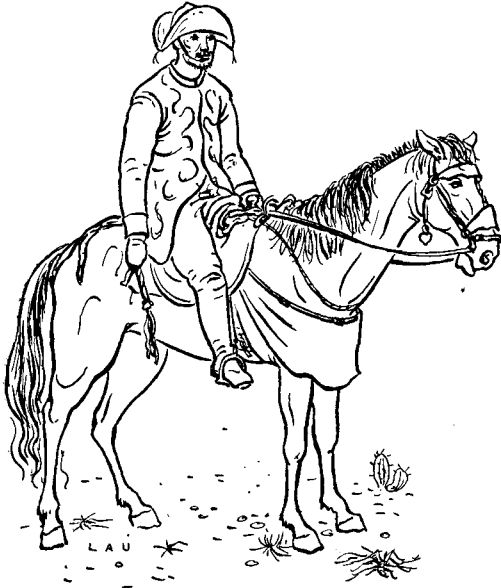


Fig. 4 — O vaqueiro nordestino. Habitante da região semi-árida do Nordeste. (Observem-se as diferenças entre o tipo de vaqueiro do Nordeste e o 'do Sul').



Fig. 5 — Garimpeiros (Note-se a participação de mulheres no trabalho).

O problema do teto, o da habitação rural, é complemento lógico do anterior, do homem preparado para as funções que a sua região reclama, funções que exigem tantas vezes, alojamento para os trabalhadores, para os animais, para as colheitas, em construções isoladas ou não, mas com o característico da maior riqueza local, o café, o cacau, o fumo, a cana de açúcar, o algodão...

Este problema da casa, com o das suas construções anexas, se desdobra, no problema das paredes e da cobertura, esta de telhas, de zinco, de sapé, de folhas de palmeira, de folhas de carnaúba e outras, aquelas de alvenaria, de tijolo, de taipa, de pau a pique, de madeira, etc.

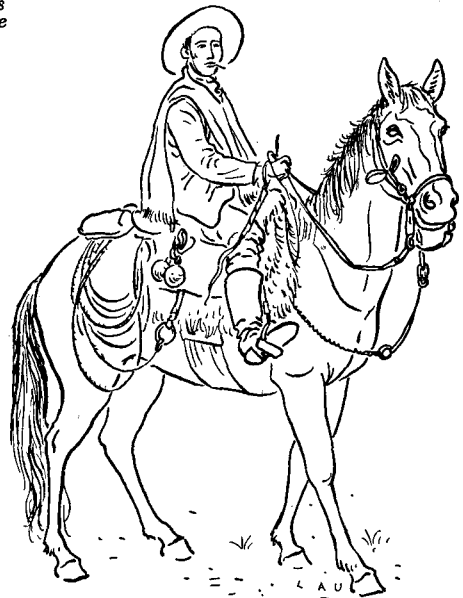


Fig. 6 — O gaúcho. Habitantes das regiões de pecuária do Rio Grande do Sul.

O mocambo (Fig. 7), tão generalizado em Pernambuco e outros Estados do Nordeste, esta construção extremamente simples como a árvore desse lar modesto, comumente o cajueiro, é exemplo de uma particularidade merecedora de certa atenção da parte do viajante ativo. A orientação da fachada principal, a disposição de portas e janelas, visando garantir a ventilação e a iluminação, independente de um ou dois lados condenados pelos ventos, julgados nocivos, bem como a inclinação dos telhados, e a ausência ou presença de forros, são outros tantos pontos que pedem o reparo do observador diligente: a este não escapará ainda as colmeias e os pom-bais, as hortas e os jardins, com os seus vários tamanhos e culturas dando frequentemente idéia de uma diferença de conforto a ser ponderada.

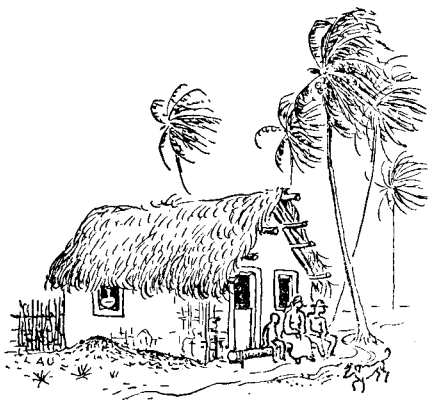


Fig. 7 — Mocambo. Habitação típica do litoral de Pernambuco e Alagoas.

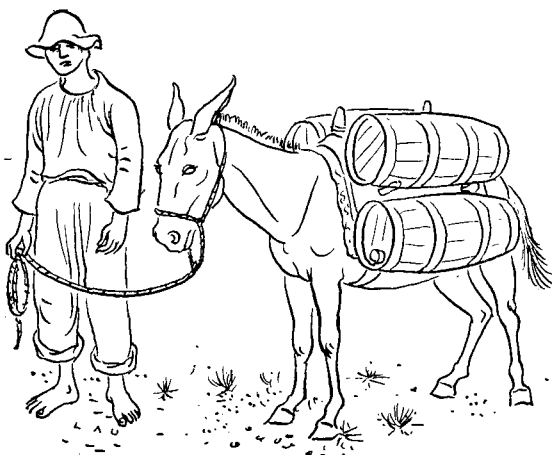


Fig. 8 — Transporte de água em dorso de jumento, característico do sertão do Nordeste e do vale do médio S. Francisco.

O problema da água tem no Brasil aspectos bem diversos, quando consideramos o Nordeste ou o Sul do país. Na sua parte meridional a solução é — como regra geral — relativamente fácil, ao contrário do que sucede na zona periodicamente assolada pelas secas, onde pequenas povoações são abastecidas com o transporte à distância em lombo de animal: o jegue tem nesse transporte papel, sobretudo, expressivo (Fig. 8). Em algumas localidades do Nordeste, os poços e as cacimbas, em pequena escala, prestam, todavia, reais serviços. Para a lavoura, a irrigação busca nos açudes este precioso elemento valorizador do calor local, pois, sabemos que a vegetação é produto de um justo equilíbrio entre calor e umidade.

A obtenção da água carece de especial menção em certas zonas do Nordeste onde o custo dêsse líquido, variando com a sua utilização (bebida ou serviços domésticos) muito ultrapassa o do aluguel do lar...

A circulação das mercadorias, uma vez que o homem não pode viver isolado, a troca dos produtos entre as regiões, pois, nenhuma pode, inteiramente, suprir suas necessidades, precisa ser conseguida, donde o problema dos transportes assumir a grandeza que o exalta. Desde os rudimentares trilhos para os cargueiros e as estreitas estradas, sem qualquer conservação, até as boas rodovias e a rede ferroviária, nada pode passar despercebido ao viajante ativo seja um profissional, seja um turista, tudo zelosamente tem de ser registrado, inclusive a natureza do veículo, utilizado na exportação, como na importação relativa às regiões percorridas.

Estudados êstes problemas, que poderíamos chamar problemas do efetivo humano, cuidemos dos horizontes de trabalho, que asseguram a sua propriedade com a poli ou a monocultura, além das indústrias incipientes ou já definitivamente instaladas.

Anotadas as lavouras, sem limites marcados com a floresta ou delimitados com cercas vivas (pita, pinhão paraguaio, etc.), com muros de pedra sêca ou valos, convém especificar os animais usados, bem como as máquinas agrícolas, empregadas, além da série de serviços anuais, mensalmente distribuídos, quando possível traçando-se uma curva com as indicações das épocas de trabalho mais ou menos intenso.

De conformidade com o calendário rural não devem ser esquecidas referências minuciosas sobre a fruticultura, a horticultura e a floricultura, esta mais rara, tôdas essas referências completadas com o modo e local de expedição dos produtos e os concorrentes.

Quanto à pecuária não devem igualmente ser esquecidas as anotações relativas aos locais de criação e de engorda (invernadas), distinguindo-se o gado destinado ao trabalho agrícola, do destinado ao corte e aos laticínios. Nesta parte, também, devem ser adicionadas notas sobre as estradas ou os simples trilhos para levar o gado e outros produtos agrícolas às feiras.

No tocante à vida industrial de cada região tem acentuada valia, nesta pequena geografia prática, conhecer a procedência da mão de obra (nacional ou estrangeira), o alojamento e o preparo do operário que trabalha a matéria prima local ou não. A exploração de pedreiras ou minas pedem informações complementares, no que concerne ao sistema de exploração adotado. Igualmente acontece com a indústria, em maior ou menor escala, da pesca, no litoral ou dêle muito afastado, com pequeno ou melhor aparelhamento, e a indústria da madeira e do carvão, com os dados significativos de sua importância. A jangada (Fi. 9) dos pescadores nordestinos tem um cunho de singularidade a reclamar especial menção.

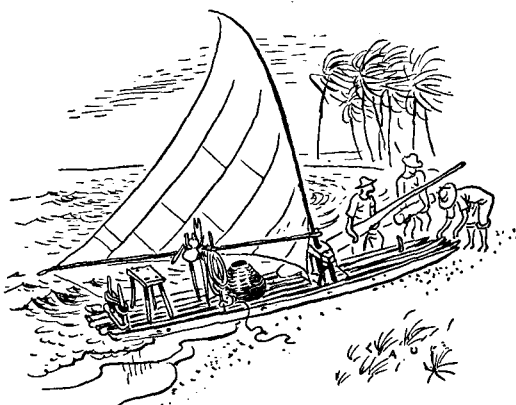


Fig. 9 — Jangada. Embarcação de pesca peculiar ao litoral brasileiro da cidade do Salvador ao Ceará.

Terminando o capítulo referente aos horizontes de trabalho, aconselhamos salientar, em cada região, os ofícios existentes e os de conveniência para melhorar a curva — quando não satisfatória — de rendimento do trabalho executado.



Fig. 10 — Tipo de núcleo de população disposto ao longo de uma estrada (disposição linear).

Mencionando as profissões nômades, isto é, aquelas necessárias, apenas, nas épocas das colheitas, profissões muito ou pouco especializadas, convém assinalar ainda os portadores e, sobretudo, os mascates — que compram e vendem, percorrendo as fazendas, as feiras, as aldeias e mesmo as pequenas cidades. Os objetos e artigos negociados e as épocas de sua maior atividade, além da zona em que operam, são outros tantos tópicos de interesse para o observador que pretende-mos guiar.

Resta-nos, afinal, uma lembrança a ser, outrossim, guardada: é a da aglomera-



Fig. 11 — Tipo de núcleo de população agrupado em torno de uma igreja (Observe-se que as casas se dispõem formando uma praça quadrangular).

tuação da pequena cidade — comercial ou industrial — seu progresso ou decadência, com os demais elementos que a possam caracterizar.

II — Método para facilitar os inquéritos locais do viajante ativo

1 — *Relevância do primeiro contacto com a região* — Com êste objetivo, é indispensável um golpe de vista geral ao chegar. Nesta primeira ascensão devemos respeitar as descobertas iniciais, onde a paisagem falará pelo seu colorido, pelo seu perfume, pelos seus frutos, dando-nos pelas maiores impressões despertadas a tática das excursões.

2 — *Organização das excursões* — Com a finalidade precisa dos problemas a conhecer, traçar o programa a seguir para estudar o homem, a sua habitação e as suas relações com o rio, para observar a água de que se serve e os meios de transporte ad seu dispor, para visitar a feira, tomando conhecimento do trabalho agrícola ou industrial da região que a abastece. Sendo uma turma de viajantes, convirá distribuir o serviço para melhor eficiência.

3 — *Importância da troca de idéias* — Com esta preocupação, conversar com simplicidade, quebrando uma certa desconfiança natural e indagando com cuidado as classes sociais e os ofícios locais existentes. Para obter o resultado desejado, recorrer a um *croquis*, que tanto ajuda, a falar, aproveitando com a mesma idéia uma pancada de chuva que obriga a buscar um abrigo.

4 — *Valor das informações colhidas e modo de registrá-las* — Com êste fim, anotar os nomes empregados para as várias partes da casa, e os adotados nos diversos ofícios. Estas notas deverão ser, à noite, reunidas, separando as observações realmente adquiridas daquelas a verificar no dia seguinte. Pelo mapa da região acompanhar o trabalho feito em comum para alcançar a soma de conhecimentos almejados.

5 — *Utilidade dos desenhos e "croquis"* — O hábito de ilustrar as mencionadas informações com pequenas plantas, perfis e fotografias é prática que dispensa encômios, pois, valiosamente documentam o registro feito, dando-lhe ainda certo cunho artístico.

6 — *Idéia de evolução* — Com êste escôpo, procurar uma casa antiga, um velho povoado, para assim ver o passado e se orientar quanto ao futuro. Não será, destarte, o inquérito estático, mas dinâmico.

7 — *Estudo da região, ensinado pelo esforço e fraternidade humanos* — Como consequência final do inquérito, conseguir-se-á um conhecimento seguro da grandeza do trabalho do homem, contra o rio, suas sêcas e suas inundações, contra a montanha, contra a floresta... e, daí uma meditação profunda sobre o orgulho e a humildade da obra humana na terra!

Geopolítica *

O espantoso desenvolvimento de um sistema científico que um inglês inventou,
os alemães usaram e os americanos precisam estudar

"LIFE" — CHICAGO
21 de dezembro, 1942.

JOSEPH J. THORNDIKE JR.

Alguns meses antes dos EE.UU. entrarem na guerra, o Gabinete Federal de Investigações seguiu o rastro de uma jovem alemã que veio para este país (Estados Unidos) como estudante. A jovem, uma loura atraente, instalou-se em Washington, D. C., e começou a freqüentar a Universidade de Georgetown, que não é uma instituição de co-educação (para ambos os sexos). Ali, ela chamou a atenção do Pe. Emond A. Walsh, um dos maiores luminares escolásticos de Georgetown. Procurou ter freqüentes conferências com ele para discutir os seus "estudos" — a sós. Quando ele viajava para outras cidades, afim de fazer conferências, encontrava a jovem entre o público. Para ajudar a F.B.I., o Padre Walsh depois de tomar as precauções necessárias e deixar uma secretária sempre junto, recebia a jovem de tempos a tempos num escritório público. Se, como a F.B.I. seriamente suspeitava, a jovem fôsse uma agente alemã mandada para complicar o bom padre criando um escândalo, ela nunca teve a oportunidade e a possibilidade de tornar efetivo o seu plano. Em dezembro de 1941, quando os EE.UU. declararam guerra à Alemanha, a moça foi prontamente presa e levada ante um tribunal especial do Departamento de Justiça, que encontrou provas bastantes para interná-la durante a duração da guerra.

Agora, o padre Walsh é um amável e pacífico homem e eminente acadêmico — padre jesuíta — dificilmente seria o homem que poderia inspirar a um govêrno estrangeiro melodramáticos atentados contra ele. Mas a Gestapo poderia explicar isto numa palavra — Geopolítica. Nos últimos 16 anos, o Padre Walsh estudou o surgimento da escola germânica de Geopolítica, e preparou um caminho para uma escola americana, fundamentalmente diferente em seus objetivos. Os seus estudos permitiram-lhe analisar e prever com notável precisão o poder militar de ambos, Alemanha e Rússia. Suas aulas na Escola para os Serviços Estrangeiros de Georgetown eram freqüentadas por oficiais do Exército e membros do serviço diplomático. Sob a luz destes fatos não é de se surpreender que os nazistas quisessem fazê-lo calar. Bem que eles quisessem muito fazer isso. O seu interesse foi tamanho, que chegaram a mandar uma agente louca para comprometê-lo.

Estas coisas que se passaram parecem escandalosamente fora do lugar nos diversos campos do academicismo. Mas com Geopolítica elas são características. Esta ciência aplicada teve uma curta mas melodramática história no grande palco da política mundial. Para a maioria dos americanos a própria palavra "Geopolítica" tem uma sedução sinistra. Ela veio da Alemanha. Está ligada com o surgimento do partido nazista e dos planos germânicos para a dominação do mundo. Sugere conspirações negras, intrigas diabólicas e magia negra.

Esta reputação, apesar de merecida, é de algum modo, surpreendente. Fundamentalmente, Geopolítica não é mais do que uma maneira resumida para se dizer "Geografia política", uma parte do saber que tem estado por séculos na calma academia sem inspirar guerras ou revoluções. Estuda a relação da Geografia com o desenvolvimento dos povos e estados. Como muitas outras ciências, ela ocasionalmente gera extremistas. Assim, alguns geógrafos procuraram explicar toda a história humana pelos fatores geográficos, assim como os economistas procuraram explicar toda a história pelos fatores econômicos. Mas estas teorias, foram postas em cheque no estudo e, enquanto a Geografia Política seguiu a sua estrada acadêmica, ninguém a considerou um perigo.

* A tradução para a língua portuguesa foi feita pelos Profs. Orlando Valverde, secretário assistente do Conselho Nacional de Geografia e Jorge Zarur, membro do Diretório Central do C.N.G.

Em fins do século passado, certos geógrafos europeus começaram a dar-lhe uma direção diferente. Friedrich Ratzel, um alemão, estudou o crescimento dos estados e escreveu as "leis" através das quais os estados se tornavam grandes pela conquista de "espaços vitais" — *lebensraum* — dos estados fracos. Rudolf Kjellén, um sueco que se aliou com os alemães, pregou o princípio de um grande estado pangermânico, incluindo a sua própria pátria, e dominando a Europa. Entre eles Ratzel e Kjellén, tiraram a Geografia Política dos gabinetes de estudo e a tornaram uma ferramenta da política nacional. O político-geógrafo da escola antiga estudava as condições da terra com o fim exclusivo do conhecimento puro. Mas este novo tipo de geógrafo constantemente pergunta: "Como podem essas condições permitir ao Estado conseguir os seus fins?" Foi Kjellén que deu o nome a esta "ciência aplicada": Geopolitik.

Mas ainda como ferramenta da ciência do Estado faltava à Geopolítica alguma coisa. Foi mais uma filosofia do que um plano de ação. Foi como a Economia antes de Adam Smith ou ciência natural antes de Darwin. Não era ainda um sistema.

O homem que a fez um sistema ainda não estava justamente em cena, porém presentemente emergiu. Não foi um alemão, mas um inglês — Sir Halford Mackinder, um célebre geógrafo, vice-presidente da Royal Geographical Society, professor da Universidade de Londres. Mackinder apresentou a substância de sua teoria em um pequeno estudo lido por ele na Geographical Society, em 1904, intitulado *O pivô geográfico da História*. Ninguém prestou muita atenção. A Alemanha lutou e perdeu a primeira guerra — talvez porque não tinha ainda ouvido Mackinder.

Em 1918, Mackinder pôs sua teoria num livro chamado *Ideais democráticos e realidade*. Escreveu-o enquanto a Conferência da Paz se reunia, como um aviso aos seus compatriotas. Ele explicou a força da posição geopolítica alemã. Mostrou como a Alemanha poderia atacar para a conquista do mundo. Implorou aos seus compatriotas que olhassem êsse perigo, e que tomassem as medidas contra ele, enquanto a Alemanha continuava fraca.

Continuaram os ingleses a ignorar Mackinder, mas nesse período os alemães lhe prestaram atenção. Encontraram em Mackinder um belo princípio lógico da força alemã, com tudo preparado, ponto por ponto, para que eles seguissem. O que se tinha escrito como um aviso aos ingleses tornou-se o plano para a vitória germânica.

Mackinder começou por convidar os seus leitores a tomarem uma vista realística do mundo como uma peça geográfica. Ele frisou que do total da superfície do globo, 9/12 é água, 3/12 terra. Da área de terras, 2/3 consistem em uma grande massa contínua, combinação continental da África, Ásia e Europa. A esta massa de terra Mackinder chamou de mundo-ilha (*world-island*). Distante da costa estão dois pequenos grupos de ilhas: as ilhas Britânicas no oeste e as ilhas Japonesas a leste. Além dos mares estão as ilhas distantes, das quais as maiores são a América do Norte, do Sul e a Austrália. É costume pensar-se nas Américas como um hemisfério, mas isto implica numa igualdade com os outros hemisférios, que não existe de fato. O mundo-ilha não tem somente duas vezes a área de todo o resto do mundo incluindo as ilhas britânicas e japonesas. Tem mais de 14/16 da população; aproximadamente um outro 1/16 vive nas ilhas da costa. Somente 1/16 vive nas ilhas longínquas.

Essa figura da Eurásia-Africa como uma grande massa de terra não é nenhuma novidade para quem quer que tenha visto um mapa. A Europa verdadeiramente não é mais do que uma península da Ásia, ligeiramente maior que a península da Índia. A África defrontando a Eurásia ao longo de uma costa de 3 800 milhas, é fisicamente reunida em um ponto (Suez) e quase reunida em outros dois (Gibraltar e Aden). O Mediterrâneo, como o seu nome indica, é virtualmente um mar interior.

Mackinder e a "terra-coração" (heartland)

Mas a unidade geográfica do "mundo-ilha" nunca pareceu um fato muito importante. Os homens viveram principalmente na sua periferia. A grande massa de terra tem sido mais uma barreira do que um meio para viagens e comunicações. Nos séculos recentes os homens navegaram em torno dêle e

aproximaram mais os pontos desta periferia, mas o interior permaneceu até o século presente só e desperdiçado. Por fim, de acordo com Mackinder, a estrada de ferro e o aeroplano o fizeram uma unidade real.

Mackinder continuou o exame do mundo-ilha, olhando primeiro para o vasto vazio interior da Ásia. As características de toda esta área que vai da bacia do Volga, na Rússia, ao leste siberiano, e que não tem vias líquidas abertas para os navegadores. No norte esta área drena para o mar Glacial Ártico através de três grandes rios, que se colocam entre os dez mais longos do mundo, porém cujos nomes não são conhecidos pela maioria: o Lena, o Ienissei e o Obi. No sul, vertem para os mares salgados do interior sem comunicação com o oceano. Para toda esta vasta área do interior e da vertente ártica, Mackinder aplica o seu mais famoso termo: "*the heartland* (a terra-coração)".

A terra-coração consiste principalmente de uma grande planície, que fica entre o Extremo Oriente siberiano e a bacia do Volga, e interrompida somente pelas montanhas baixas dos Urais. Inclui também as terras altas iranianas no sudoeste, e parte das terras altas da Mongólia no sudeste. Em termos de nações, a terra-coração é na maioria russa. Ela abrange quase toda a Sibéria, Mongólia, China ocidental, Afeganistão, Beluchistão, Iran, e cerca da metade da Rússia européia.

Em torno da terra-coração, em um longo arco, estão as "terras costeiras", definidas como a área de drenagem para mares navegáveis. Toda a Europa, exceto parte da Rússia, pertence às terras costeiras. Também o Oriente Próximo, a Índia e grande parte da China. As terras costeiras, de um modo geral, são favorecidas com muita chuva e solo fértil. Muitos dos seus rios são navegáveis profundamente até o interior. Nas terras costeiras da Eurásia — não na terra-coração — surgiram todas as grandes civilizações da história. Se incluirmos as suas ilhas costeiras elas compreendem três quartos da população do mundo, e todos menos um (Estados Unidos) dos seus Estados poderosos.

No mundo das terras-costeiras, o poder marítimo tornou-se a força poderosa. Por mais de dois séculos permitiu à Grã-Bretanha manter um império mundial, e, ao mesmo tempo, possuir o equilíbrio de força entre os Estados continentais europeus. No tempo em que Mackinder escreveu, o princípio do poderio marítimo estava no seu apogeu. O almirante Alfred Thayer Mahan provou estrondosamente no *A influência do poder marítimo sobre a história — 1660-1783* que a Marinha Real tinha partido sozinha do princípio de que a potência marítima era a força controladora na guerra.

Mackinder, não negou o uso da potência marítima. Ele simplesmente apontou um dos princípios de Mahan — a importância da base metropolitana para a potência marítima. E perguntou: "Se o Grande Continente, todo o mundo-ilha, ou parte dele se tornasse num tempo futuro uma só e unida base da potência marítima? Não seriam as outras bases insulares superadas em relação à construção de navios e ao número de marinheiros?". Isto — a unificação da terra-coração — era precisamente o que Mackinder temia. Ele continuou dizendo porque.

Ao longo do seu limite leste a terra-coração é separada das terras costeiras asiáticas pela barreira maciça das montanhas tibetanas, mas no oeste não existe tal barreira para separá-la da Europa. A grande planície que constitui a parte norte da terra-coração é contínua até tornar-se a planície da Alemanha do Norte. Através destas terras baixas, nos séculos passados, transitaram os cavaleiros invasores das estepes da Ásia Central realizando a conquista da Europa. Esses invasores deixaram as suas marcas e muitos deles ficaram na Europa (os turcos, os magiares e os fineses), mas falharam na fixação de suas conquistas. Estes homens nômades da Ásia não tinham duas coisas que sempre faltaram à terra-coração: o fator humano e uma base de operações organizada.

Mas a avenida em direção ao oeste, avisou Mackinder, poderia ser bem a avenida em direção a leste. Se qualquer potência isolada controlasse todo o leste europeu, teria à sua mercê a terra-coração. Esta é precisamente a posição

que a Alemanha sempre aspirou. Pela guerra e pela penetração mais ou menos pacífica, os alemães têm tentado dominar os eslavos. Fôssem eles bem sucedidos e estariam em posição de atacar para conquista do mundo.

Mackinder formulou uma proposição de três pontos: *Quem dominar o Este Europeu comandará a terra-coração; quem dominar a terra-coração comandará o mundo-ilha; quem dominar o mundo-ilha comandará o mundo.*

É neste ponto que alguns antigos geopolíticos acompanham Mackinder. Apesar de, na sua maioria, estarem de acôrdo com a primeira proposição e muitos dêles estarem de acôrdo com a terceira, êles duvidam da segunda. A terra-coração é, na maior parte, despida de vegetação e inexplorada. Até que os Sovietes começaram a construir a indústria a leste do Volga, ela nunca foi a sede de nenhuma força considerável. Assim, é difícil de ver-se como pode ela ainda dominar o mundo-ilha. O Professor Nicholas J. Spykman, de Yale, um dos mais importantes geopolíticos americanos, reviu a proposição de Mackinder para que seja lida do seguinte modo: "Quem dominar a terra periférica (terras costeiras) comandará o mundo-ilha". Para o presente, pelo menos, isto está mais perto da verdade. Mas, apesar de Mackinder ter dado uma mística importância à terra-coração, que ela ainda não possui, o seu medo de uma só potência no leste Europeu estava bem fundamentado. Porque esta potência estaria em posição de atacar as terras costeiras da Europa, assim como a terra-ocração. No ano terrível de 1939 esta pavorosa possibilidade pareceu tornar-se verdadeira, quando a Rússia assinou o pacto de não-agressão com a Alemanha. Felizmente para o mundo esta unidade não foi real. Mas esta é outra história, girando em tôrno da pessoa do famoso discípulo alemão de Mackinder, Karl Haushofer.

O Mistério de Haushofer

O Major General Professor Doktor Karl Haushofer começou a ser uma força na Alemanha logo depois da última Guerra. Mas nem todo o mundo farejou o misterioso doutor até os fins de 1930, quando êle foi repentinamente "descoberto" como o gênio diabólico de Hitler. Um dos poucos estrangeiros que descobriu algo sôbre êle desde o comêço, foi o Senhor Eric Archdeacon, um banqueiro inglês que representava uma corporação americana na Europa e com matriz em Berlim. Nos seus contactos com os líderes dos negócios alemães durante 1920, o Sr. Archdeacon manteve estreitas ligações com a Universidade de Munich, evidenciadas pelas belas contribuições a esta instituição de ensino. As consultas do Sr. Archdeacon sempre foram respondidas evasivamente. Sua curiosidade aumentou, e foi a Munich verificar os pagamentos da indústria germânica e descobriu que êstes eram feitos ao *Institut für Geopolitik*, dirigido por Haushofer.

Partindo desta pista o Sr. Archdeacon entrou profundamente até onde pôde no mistério de Haushofer. Êle verificou a notável rede de trabalho e a interdependência existente entre a indústria alemã, os departamentos do governo, as universidades e o "vagabundo" Partido Nazista. Haushofer e o seu Instituto formaram o centro ideológico desta rede. Sentindo alguma coisa importante nesta organização, o Sr. Archdeacon acompanhou a Geopolítica bem de perto até que, no comêço desta guerra, êle abandonou a Europa e tornou-se cidadão americano, pondo os seus conhecimentos à disposição dos geopolíticos norte-americanos.

Karl Haushofer nasceu de uma velha família bávara, em 1869, no ano anterior ao que Bismarck lançava sua fulminante guerra contra a França. Cresceu no meio da completa inundaçào do nacionalismo germânico e foi naturalmente para o Exército e, nessa ocasião, encontrou-se como observador militar no Japão. Foi no Extremo Oriente que começou os seus estudos intensivos sôbre a relação entre a Geografia e a Guerra. Mobilizado pela guerra de 1914, êle comandou uma divisão na frente ocidental. Em 1918, quando fazia marchar os seus soldados vencidos de volta à sua terra natal, êle meditou profundamente sôbre as causas da derrota. De volta a Munich, onde o caldeirão do fermento político fervia mais quente do que em outra qualquer parte da Alemanha, o acadêmico-general aceitou a cadeira de Geografia Política na Universidade de Munich e começou a apresentar suas empolgantes teorias nas aulas.

Um dos estudantes de Haushofer foi Rudolf Hess. Depois do fracasso do "putsch" da cervejaria de Munich, Hess apresentou seu professor a Hitler, na fortaleza de Landsberg, onde o prisioneiro do Fuehrer estava ocupado em ditar o *Mein Kampf*. Haushofer deu a Hitler a sólida base que ele precisava para as suas idéias enevoadas. O capítulo 14 de *Mein Kampf* é considerado por alguns estudiosos por ser quase Haushofer puro.

Em virtude de suas idéias terem tido tal efeito explosivo militar, Haushofer é muitas vezes referido como sendo o pai de Geopolítica. Mas, ele não inventou a ciência, como Ratzel e Kjellén poderiam proclamar, nem tampouco propôs qualquer grande sistema geopolítico, como o fez Mackinder. Haushofer viu a sua parte como um tipo de Machiavel científico. Em outros tempos, quando se pensava que Estado era sinônimo de um soberano real (como mais tarde Luiz XIV disse: "L'État c'est moi"), Machiavel elaborou um grupo de regras que um soberano deveria seguir para manter o seu domínio. Similarmente, para o estado popular (*Volk-state*) dos fascistas, Haushofer tentou distilar as regras geopolíticas para o sucesso.

De Ratzel e Kjellén, Haushofer tomou o seu conceito de "estado orgânico". O estado, pensou ele, é um organismo vivo como um animal. Deve crescer e desenvolver-se, de outra maneira morrerá. Se ao estado lhe faltam certos "órgãos" vitais (tais como grandes espaços ou fronteiras seguras), é justificável tomá-los dos estados mais fracos. Toda esta teoria do "estado orgânico" é uma falsa analogia tirada da natureza porque, como os críticos demonstraram, um homem sem um olho não espera na esquina de uma rua e arranca um do primeiro que passa por ele. Mas este foi precisamente o conceito que Haushofer estabeleceu nas idéias de Hitler, porque deu uma aparência científica ao plano nazista de expansão.

Se Haushofer tivesse feito todo o seu raciocínio no seu plano, ele apareceria como um mero propagandista do nazismo. Na realidade, ele preparou as suas doutrinas geopolíticas numa fria base científica. Aceitando o corpo de conceitos gerais de Mackinder, ele os vestiu com uma enorme quantidade de pesquisas geopolíticas sobre todas as regiões do globo. Nos fins do segundo decênio e durante o terceiro do presente século, o seu Instituto de Munich mandou para o campo várias expedições, que deixaram intrigados os nativos das regiões estudadas. Quando alguém perguntava, esse grupo de campo podia explicar que estava estudando a vida das aves ou as cascas das árvores, o que com toda a probabilidade era verdadeiro, mas eles também estavam estudando geografia, clima, povo, política, indústria e todos os outros elementos de expressão geopolítica.

Em Munich estes dados foram trabalhados por um corpo de funcionários estimado em cerca de mil peritos, e grande parte dele encontrou saída no jornal do Instituto, *Zeitschrift für Geopolitik*.

Na sua rápida queima de energia, a geopolítica irradiou meia dúzia de ciências satélites: geo-jurisprudência (lei), geo-medicina, geo-psicologia e outras *geowissenschaften* (geo-ciências). Geo-psicologia, por exemplo, explorou tais assuntos como a influência da paisagem no moral militar. Haushofer atribuiu o fracasso da expedição aliada contra a Rússia bolchevista em 1919, em grande parte ao depressivo efeito da desolada tundra em volta de Arcangel sobre os soldados ingleses e franceses. Quando o general Rommel treinou o seu Afrika Korps dentro de uma casa gigantesca aquecida, na Alemanha, não foi totalmente para condicionar seus corpos às condições do deserto. Foi também para adaptar suas mentalidades à estranha paisagem.

Como um ex-oficial, Haushofer trabalhou muito de perto com o que sobrou do exército alemão depois da guerra. Sob o Tratado de Versailles o Estado Maior alemão tinha sido oficialmente dissolvido e, até a época dos nazistas tomarem o poder teve que fazer o seu trabalho a coberto. Parece provável que o Instituto de Haushofer executou uma grande quantidade de minuciosos trabalhos geopolíticos, que normalmente teriam sido feitos por uma seção de pesquisas de um estado maior. Nos últimos anos, foi até possível prever a marcha da conquista nazista lendo a *Zeitschrift*. Pouco antes da anexação da Checoslováquia a *Zeitschrift* dedicou ameaçadoramente quase um número inteiro a esse país.

Uma das manias do Fuehrer

Durante este período, Haushofer e seus colegas publicaram uma torrente de livros e artigos, todos escritos numa formidável linguagem especial com palavras longas como lagartas e frases complicadas como labirintos. Em 1934, Haushofer foi feito presidente da Academia germânica. Sua escola foi instalada num magnífico edifício em Munich. Quando porém os estrangeiros começavam a fazer perguntas, os alemães desviavam a questão, dizendo que aquilo era uma das pequenas manias inofensivas do Fuehrer. O Fuehrer certamente parecia orgulhoso do seu velho camarada, pois fez sua mulher judia e seus dois filhos "arianos honorários".

Um truque importante para manter Haushofer e seus seguidores a coberto, foi evitar a publicação dos seus escritos em outras línguas. Um cochilo ocorreu em 1934, quando um editor inglês publicou uma tradução do trabalho chamado *Raum und Volk in Weltkriege* (Espaço e povo na guerra mundial), pelo Professor Ewald Banse, um geopolítico da Universidade Técnica de Brunswick. Publicado na Inglaterra sob o título *A Alemanha prepara-se para a guerra*, este livro não só adiantou os objetivos nazistas, mas tornou-se incômodamente específico. Depois de esquematizar um plano para a invasão das Ilhas Britânicas, acrescentou: "Confessamos que nos dá prazer em meditar sobre a destruição que, mais cedo ou mais tarde, atingirá esta orgulhosa e aparentemente invencível nação. "Os alemães passaram maus momentos para dar explicações, mas fizeram-no da melhor maneira possível, dizendo "tratar-se de outro visionário". O Professor Banse foi quietamente promovido a chefe da seção técnica do Estado Maior.

Aos senhores do Estado germânico, Haushofer pregou a doutrina da expansão. A sua pedra basilar é o princípio: "Espaço é poder". Agora esta idéia parece não ser muito revolucionária, desde que todos os Estados ambiciosos da história tentaram apoderar-se de espaço dos seus vizinhos. Mas o Império Britânico, que tem sido a primeira potência do mundo durante 150 anos, foi construído em diferente princípio. O poder britânico apoiava-se no controle dos mares e dos pontos estratégicos por onde as rotas marítimas passavam, à sombra da terra: o canal da Mancha, Gibraltar, Suez, o cabo da Boa Esperança, Singapura. Com uma Armada baseada nesses pontos, a Inglaterra foi capaz de representar um papel decisivo no continente. Na era do poder marítimo, espaço terrestre não foi o poder controlador da política do mundo.

Ele predisse a queda de Singapura

Haushofer viu o que os ingleses não viram: que as bases de poder marítimo não mais estavam seguras. Um estado com o controle da massa continental atrás dessas bases poderia capturá-las por um ataque terrestre. Nos primeiros anos da década de 1930, em conversação com oficial inglês, ele predisse com exatidão a queda de Singapura. Disse que esta praça não seria tomada pelo mar, mas por terra, e notou, como muitos teriam de notar mais tarde, que os canhões de Singapura estavam apontando na direção errada. O fato de que Gibraltar e Suez ainda estão em mãos dos ingleses não é uma refutação à lógica de Haushofer. É em geral aceito que os alemães poderiam ter tomado Gibraltar a qualquer tempo depois do colapso da França, se eles tivessem achado que isso valesse o custo. Suez somente foi mantido colocando-se uma grande força terrestre no Egito para defendê-lo.

Retrospectivamente é possível distinguir um fato notável. Enquanto o Estado alemão seguiu os ensinamentos de Haushofer, ele fez progresso para os seus objetivos. Quando ele se afastou desses ensinamentos, indo à guerra com as potências ocidentais antes de ter assegurado para si o controle da Rússia, ele começou a descer a estrada da derrota.

A teoria da terra-coração é crucial para a doutrina de Haushofer, como o é para a de Mackinder. Expondo uma estratégia de conquista, Haushofer disse aos donos do Estado alemão: "Adquiram primeiro o controle da terra-coração". Uma vez conseguido isso, ensinou ele, a Alemanha poderia invadir toda a Europa Ocidental e todo o Mundo-Ilha. Como a Alemanha adquiriria o controle da terra-coração — se pela penetração pacífica, ou pela guerra —,

Haushofer não especificou. Mas êle não deixou dúvida, de que a Alemanha deveria assegurar-se o completo contrôlo da terra-coração antes de começar a luta contra as potências ocidentais. Êle tinha aprendido bem a lição da primeira Guerra Mundial: não combater em duas frentes. E acrescentou: adquiram primeiramente a terra-coração.

Sem dúvida, Haushofer esperava que o contrôlo da terra-coração poderia ser assegurado sem se lançar mão de meios militares. Êle previa uma espécie de colaboração entre a Alemanha e a Rússia, sob a liderança alemã. Tal combinação, raciocinava êle, poderia então voltar-se com tôda a probabilidade de sucesso contra o verdadeiro inimigo: a Inglaterra, a América e os seus satélites.

Lançando esta teoria, Haushofer encontrou forte oposição. Porque ela corria diretamente contra os ensinamentos do “filósofo” nazi, Dr. Alfredo Rosenberg. Rosenberg pregava uma aliança nórdica com a Inglaterra e uma “guerra santa” contra o comunismo. Os dois homens eram completamente antagônicos. O Deus de Rosenberg era a Raça, e o de Haushofer era o Espaço. Rosenberg arengava sobre a raça alemã e a sua divina missão de conquistar as raças “inferiores”. Haushofer, com os geopolíticos em geral, desdenhava a raça e apontava com orgulho para as origens mestiçadas dos alemães.

Hitler estava dividido entre os seus dois preceptores, ouvindo ora a um, ora a outro. Em *Mein Kampf*, apesar da influência de Haushofer, êle se inclinou fortemente para o plano de Rosenberg de uma aliança com a Inglaterra e guerra com a Rússia.

Nas vésperas da guerra, Haushofer parecia estar ganhando. Antes de lançar a sua “blitz” no oeste, Hitler assinou um pacto de não-agressão com a Rússia, esperando que isso lhe daria o contrôlo da terra-coração”. Embora isso se assemelhasse à política de Haushofer em ação, era na verdade uma ruptura com ela. Porque Haushofer, que conhecia a força da Rússia, tinha sempre achado que levaria anos ou décadas para ganhar-se o real contrôlo da terra-coração. O impaciente ditador, pensando que o tinha conseguido de um golpe, voltou-se para combater as potências ocidentais.

O falso triunfo de Haushofer só durou um ano. Quando a Rússia deixou de ser dócil conforme se esperava, Hitler voltou-se para o ponto de vista de Rosenberg e atirou-se à guerra contra a Rússia, esperando rápida vitória. Assim êle completou a sua ruptura com os ensinamentos dos seus geopolíticos e, com tôda a probabilidade, selou seu próprio destino. Procurando conquistar a terra-coração pela força das armas, a Alemanha se esgotou a si própria para a luta com a Inglaterra e a América.

Isto acabou com a influência do homem que disse à Alemanha como conquistar o mundo. A história pessoal de Haushofer há uma coisa a acrescentar. É um rumor — mas um rumor confirmado em altas esferas. O rumor diz que Haushofer foi morto. Diz que êle tombou diante de um pelotão de fuzilamento pouco depois do rompimento da guerra com a Rússia. Assim o Estado nazista recompensou o seu melhor professor.

Os Geopolíticos desprezam a América

Em tôdas as teorias e pesquisas dos geopolíticos há uma lacuna impressionante. É os Estados Unidos. Mackinder desprezou todo o Hemisfério Ocidental como uma ilha distante. Nos volumosos estudos do instituto de Haushofer há menos sobre a América do Norte do que sobre outra qualquer secção do globo. O pouco que aparece na *Zeitschrift* é quase que apenas o trabalho de um tal Colin Ross, um escritor de fortes idéias racistas nazis e inteligência curta. Êle se dedica a estudos tais como a força do estoque racial germânico no Middle West e os planos para um império nazi no Novo Mundo.

Porém o próprio Haushofer deixou cair notas ocasionais, que se salientam em flagrante contraste com êsse lapso. Uma vez, êle escreveu: “A futura luta pelo poder mundial e o futuro do Nacional Socialismo serão decididos na América”. Outra vez ainda, êle nota que os Estados Unidos são a única potência do mundo geopoliticamente madura.

Este descaso pelos Estados Unidos na literatura geopolítica, combinado com anotações ocasionais, de respeito e mesmo inveja, pode ser significativo. Sugere que os alemães deixam a América fora de suas teorias simplesmente porque ela não combina bem com estas.

Como Haushofer diz, os Estados Unidos estão geopoliticamente “maduros”. Eles têm, num grau magnífico, os elementos geopolíticos essenciais do poder — espaço, recursos, potencial humano, organização. Nem um outro país está tão bem dotado. Mas, além disto, eles têm uma situação de fronteira incomparavelmente favorável. Não há nenhum outro centro de poder nacional em qualquer dos seus limites, nem de fato num raio de milhares de milhas dos seus limites. Isolados entre as grandes potências do globo, eles são sem rival na sua parte do mundo. Assim os Estados Unidos já gozam de uma posição tal como a que outras potências têm combatido durante séculos para conseguir — e sempre falharam.

Por esta situação afortunada os americanos não podem reclamar nenhum crédito especial. Ela é devida, em grande parte a um acidente de história. Contudo, não foi inteiramente assim, porque, enquanto o destino proveu a oportunidade para construir este grande estado, os construtores da América tiraram o máximo proveito dessa oportunidade. Ao fazer a América, eles foram numa medida bem grande, o que se poderia chamar hoje, bons geopolíticos.

Como o padre Walsh demonstrou, talvez o maior gênio geopolítico da América antiga foi Alexandre Hamilton, cuja estatura como construtor de nação nada fica devendo a Pitt, Bismarck ou Cavour. Durante o período da Confederação, Hamilton apressou o Congresso a tomar medidas para assegurar a livre navegação do Mississipi, cuja foz, em Nova Orleans, estava nas mãos dos franceses. Alguns anos mais tarde, ele urgiu a aquisição da Louisiana e da Flórida pela União. Naqueles dias, o conceito de uma nação estendendo-se de costa a costa do continente norte-americano não era de forma alguma, geralmente, aceito. Hamilton insistiu que seria sábia a criação de “um grande sistema americano superior ao controle de toda a força ou influência transatlântica”.

Se Hamilton foi o grande construtor da nação, os seus rivais políticos participaram da sua visão. A compra da Louisiana por Jefferson tornou realmente um fato a nação continental. A doutrina de Monroe firmando a soberania de todo o Hemisfério Ocidental como independente da influência européia, é talvez o maior trabalho geopolítico dos tempos modernos. Os alemães de Haushofer se referem a ela repetidamente com uma admiração quase embaraçante.

No decorrer dos anos, os estadistas americanos, em geral, retiveram esse dom geopolítico. Comprando o Alaska da Rússia em 1867, William H. Seward, Secretário de Estado de Lincoln, deu um tal golpe de mestre, que mesmo esse expoente imperialista dificilmente teria adivinhado o seu completo brilho. Porque não era senão na idade do poder aéreo que o Alaska poderia ser considerado como a ponte entre os continentes. O povo do tempo de Seward pode talvez estar perdoado, entretanto devido às suas brincadeiras sobre “A geladeira de Seward” e ao furor público, Seward foi impedido de dar o passo seguinte na sua política geopolítica — a aquisição da Groenlândia.

Neste século, Teodoro Roosevelt mostrou visão geopolítica cavando o Canal do Panamá. Mesmo hoje, a importância do Canal não é sempre completamente apreciada. Ele fica num verdadeiro quadro geopolítico dos Estados Unidos como um país voltado para o Atlântico. Num mapa, os Estados Unidos parecem estender-se, em sólida igualdade, de costa a costa. Mas o seu centro de poder é o rico e populoso triângulo industrial do Nordeste. Ao longo da costa do Pacífico está um outro centro de poder, muito menor, apesar do seu presente surto fabuloso de crescimento. Entre esses dois centros fica uma larga faixa de população esparsa, de chuva esparsa, de uma boa quantidade de quase desertos e altas montanhas. As estradas de rodagem e as linhas aéreas deram aos Estados Unidos uma notável unidade, apesar desses obstáculos geográficos. Mas o principal centro de poder dos Estados Unidos ainda está no leste. A maioria dos bons portos está na costa marítima oriental e no Golfo do México. A maior parte do transporte marítimo, o grande transportador barato de mercadorias na guerra ou na paz, começa no leste.

O Canal do Panamá traz os Estados Unidos orientais junto do Pacífico e permite que os Estados Unidos operem como uma potência do Pacífico. A sua construção foi um golpe maior para as ambições japonesas no Pacífico do que muitas grandes batalhas.

Como os geopolíticos gostam tanto de demonstrar, o tamanho ideal da unidade nacional tem crescido ultimamente. Assim como as nações-estados da Europa põem as pequenas cidades-estados fora das cogitações, também aquelas em compensação, tornam-se anãs pelo surgimento de estados numa escala continental. Logo que os Estados Unidos se erigiram como uma só nação, estavam provavelmente acima do tamanho ideal para um estado daquele tempo. Mas o rápido desenvolvimento da ciência e da indústria, rapidamente os ligaram numa unidade efetiva de ideal tamanho.

Como o poder aéreo muda o quadro

Assim, vemos que os geopolíticos europeus, de um modo geral, deixaram a América fora dos seus cálculos. Mas eles cometeram outro erro que é igualmente surpreendente. Menosprezaram o poderio aéreo.

Esta não é uma crítica de última hora. O erro foi apontado poucos minutos depois do "nascimento" do sistema de Mackinder. Depois que Sir Halford terminou a sua memorável leitura para a Real Sociedade de Geografia em 1904, um jovem chamado Leopoldo Amery, que em 1942 era Secretário de Estado britânico para a Índia, levantou-se na audiência e disse: "Tanto o mar como a ferrovia vão ser, no futuro ... suplementados pelo ar como meios de locomoção, e quando chegarmos a isso ... uma grande parte dessa distribuição geográfica perderá a sua importância e as potências bem sucedidas serão aquelas que tiverem as maiores bases industriais".

Considerando que os irmãos Wright tinham voado somente um ano antes, esta deve ser considerada uma notável peça de profecia.

O poder aéreo é ainda jovem demais para qualquer apreciação definitiva. Apesar do espetacular desenvolvimento dos últimos 40 anos, ele ainda está progredindo com uma velocidade muito grande. Levará ainda algum tempo até que algum homem possa escrever um tratado definitivo sobre o poder aéreo, como Mahan o fez para o poder naval ou Clausewitz para o terrestre.

Mas não é cedo demais para sugerir que o advento do poderio aéreo deverá modificar grandemente as idéias básicas dos ensinamentos de Mackinder-Haushofer. Tome-se, por exemplo, o conceito do mundo-ilha. Se olharmos para um mapa de Mercator, com o mundo planificado, o mundo-ilha parece de fato estar colocado como uma unidade, separada por mares largos da outra grande massa de terra do Hemisfério Ocidental. Mas se olharmos para uma projeção global, tem-se um quadro muito diferente. Em torno do Pólo Norte as grandes massas de terra vêm todas juntas para perto. A América não é uma ilha isolada, mas um membro de um grupo de terras como centro próximo ao Pólo. Assim como a projeção de Mercator era o mapa próprio para a viagem marítima e terrestre, a projeção global é o mapa para a viagem aérea. As grandes rotas aéreas do futuro cobrirão o Pólo Norte.

A doutrina de Mackinder de que o poder terrestre conquistaria o mundo-ilha estava baseada na premissa de que o poder marítimo seria forçado a ficar sem socorro. Mas o poder aéreo não está sem socorro. Ele pode atacar as fontes do poder terrestre diretamente. Dada uma forte base interior e bases avançadas adequadas, ele pode golpear em qualquer parte do mundo, saindo de outra parte qualquer.

Na idade aérea vindoura, o poder geopolítico dependerá primariamente da base interior de uma nação. Aquela base deve ter todos os recursos essenciais em quantidade suficiente. Ela deve ter uma grande indústria, funcionando com capacidade. Deve ter uma grande população com um alto nível de poder mental,

energia e treinamento. Deve ser de grande tamanho, para permitir o espalhamento das usinas industriais contra os ataques aéreos. Esses elementos de poder geopolítico na idade aérea (que são substancialmente os mesmos que os enunciados por Haushofer para uma forte potência terrestre) são possuídos por poucas nações. Os Estados Unidos os têm em plena medida. A Rússia os tem, pelo menos potencialmente. A China pode tê-los, também, potencialmente.

Aonde os geopolíticos têm razão

Dizer que os geopolíticos menosprezaram a América e o poder aéreo, não é rejeitar todo o seu sistema. A análise de Mackinder da geopolítica do mundo-ilha é um brilhante conceito estratégico. Ela explicou porque a Alemanha esteve tão perto de ganhar a Guerra Mundial I e porque ela não venceu ao fim. Na Guerra Mundial II ela serviu como um guia consciencioso para a estratégia alemã, que teria sido bem sucedida se não tivesse feito um afastamento crucial da doutrina de Mackinder-Haushofer.

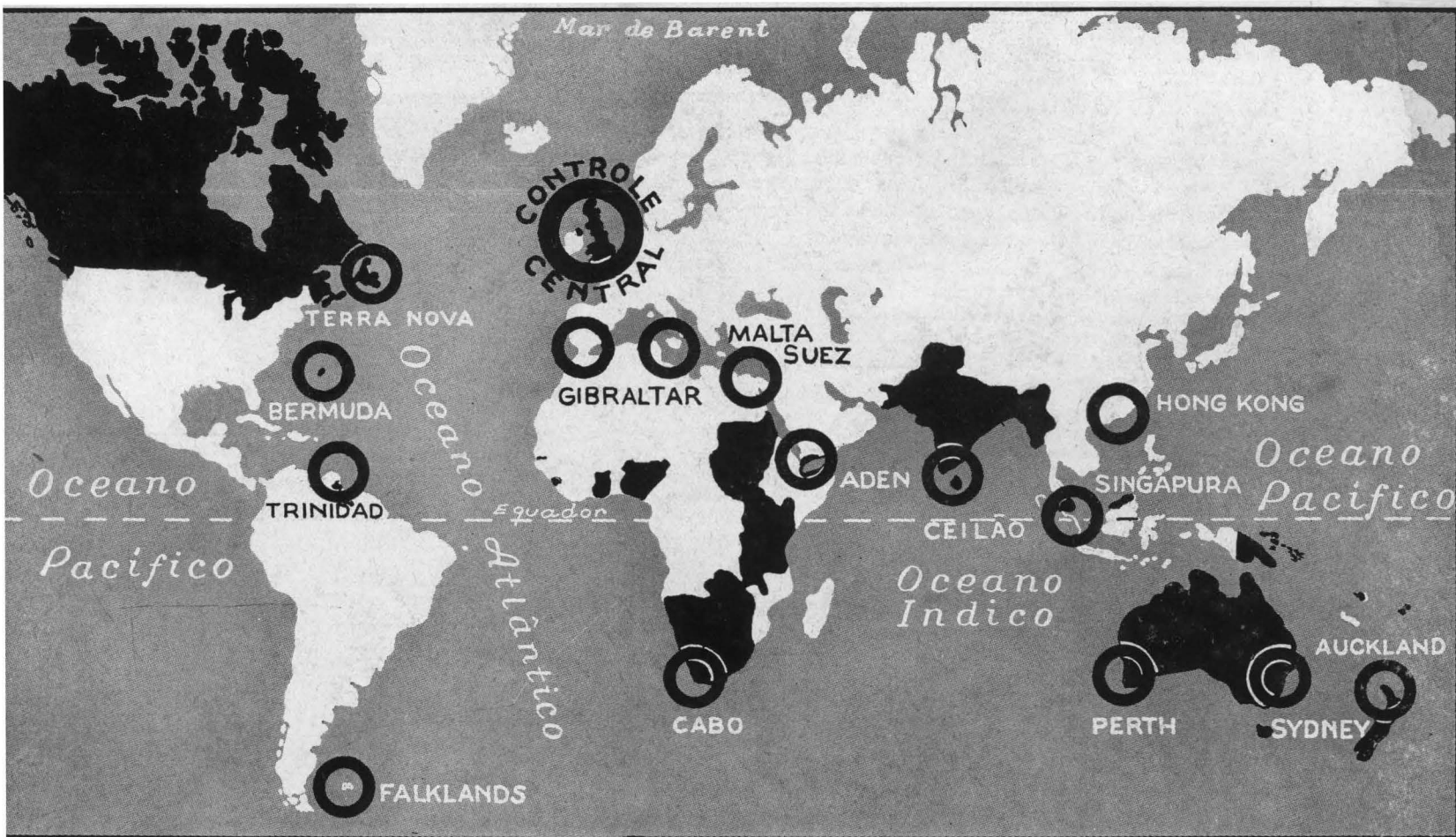
A doutrina dos geopolíticos de que o poder terrestre regulava o mundo-ilha estava certa, pelo menos naquilo que concerne a esta guerra. Contra o poder terrestre da Alemanha, o poder marítimo tem sido inteiramente ineficaz. Os alemães foram detidos somente por um outro poder terrestre, o da Rússia. Eles serão derrotados somente quando os ingleses e americanos forem capazes de dispor de poder terrestre contra eles no continente europeu. Com o tempo, o poder aéreo poderá possivelmente tornar a doutrina de Mackinder sobre o poder terrestre absoluta. Mas, nesta guerra, ele parece destinado a desempenhar um papel auxiliar, embora importante.

Na sua ênfase sobre o espaço, os geopolíticos também estão certos. Os estados que sobreviveram ao assalto da Alemanha e do Japão nesta guerra, ou foram ilhas, livres do ataque terrestre (como a Inglaterra), ou estados de grande espaço (Rússia e China). Se os geopolíticos estão também certos ao predizer o surgimento de super-estados é ainda um ponto discutível. Mas, pelo menos, a presunção deve estar a seu favor. Os Estados Unidos têm sido um super-estado, nos padrões geopolíticos, por muitas gerações. A Rússia, que tem tido, desde muito tempo, o espaço para um super-estado, está agora organizando a sua herança. A China ergue-se como uma potência dominante da Ásia. Entre os centros de poder do globo, somente a Europa parece provavelmente emergir desta guerra semelhantemente como um grupo de pequenos estados de tamanhos e forças comparáveis. Se a Europa pode ser estável ou prospera sem alguma espécie de federação, será um dos grandes problemas da paz.

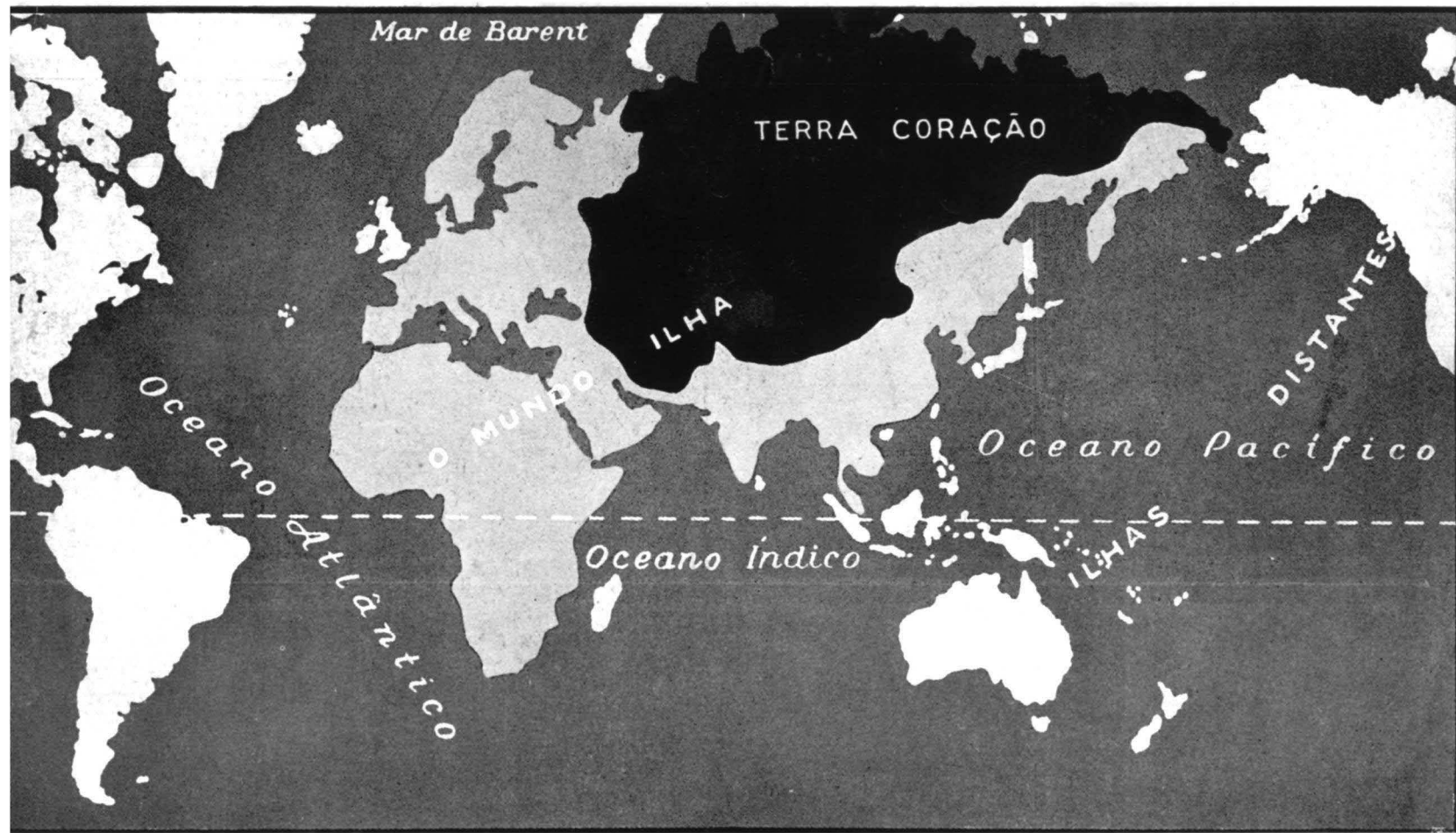
Estes conceitos válidos de geopolítica, deve notar-se, não são essencialmente germânicos na sua origem. Eles são propriedade comum de pensadores da Inglaterra, América, Rússia e outros países. O maior de todos os pensadores geopolíticos foi um inglês — Mackinder. Os alemães fizeram duas coisas. Com a habilidade teutônica para o detalhe, eles colecionaram um tremendo corpo de dados sobre fatos para apoiar os conceitos elevados de Mackinder. E eles torceram os preceitos de geopolítica para servir aos seus interesses próprios e egoístas.

As doutrinas da escola alemã de geopolítica são contrárias a toda a moralidade cristã. Elas degradam o indivíduo e glorificam o estado. No seu mundo, os homens são os titeres das grandes forças naturais que eles são impotentes para mudar ou destruir. Despidos de vontade livre, eles são também relevados de qualquer responsabilidade pelos seus atos. No que toca ao estado, os alemães afirmam que ele tem uma existência num nível místico, superior aos indivíduos que o servem. Mas embora a sua existência seja super-humana, a sua moral é sub-animal. Ele pode conquistar, matar e saquear, sem nenhuma responsabilidade perante o homem ou Deus.

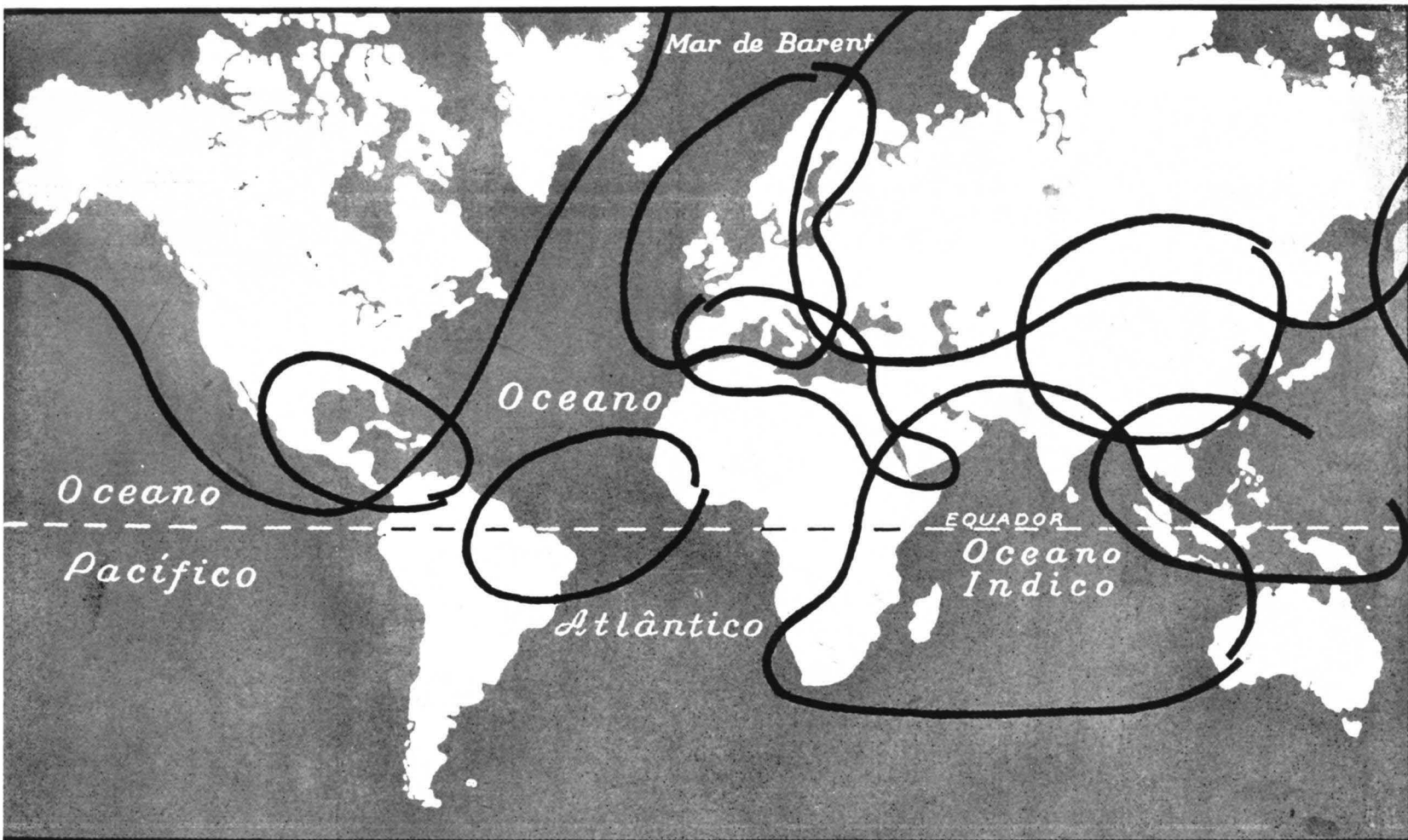
Tudo isto é completa e odiosa mitologia. O estado não tem nenhuma existência mística, nenhuma realidade acima dos indivíduos que o compõem. Todo o conceito germânico do estado, ao qual os geopolíticos deram uma falsa base na "ciência", é um romântico contrasenso.



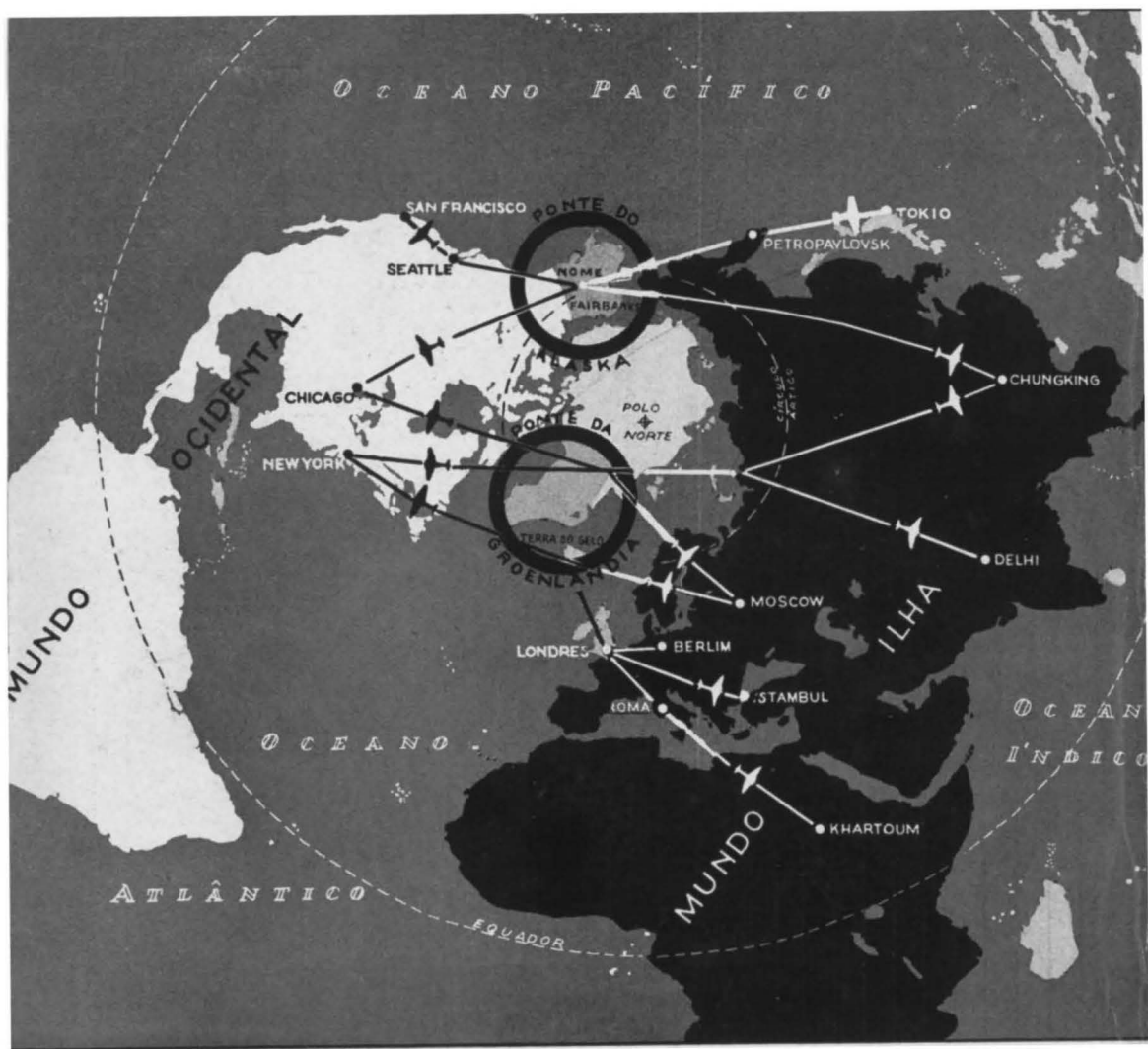
O Império Britânico, espalhado sobre o globo, foi uma perfeita estrutura geopolítica durante a idade do poder marítimo. O controle estava entregue a uma esquadra com bases num certo número de pontos estratégicos em torno das extremidades das massas de terra. Mackinder viu que o crescimento de um poder terrestre bem organizado colocava estas bases em grave perigo. Mas o poder aéreo pode em breve obscurecer tanto o poder terrestre quanto o marítimo.



O Mundo de Mackinder se vê melhor neste planisfério de Mercator. O Mundo-Ilha consiste de uma Terra-Coração cercada por um arco de Terras Costeiras. Atrás delas ficam as ilhas distantes. Mackinder advertiu que se alguma grande potência obtivesse o controle da Terra-Coração, conquistaria as Terras Costeiras. Então, superando as terras distantes na construção do poder marítimo, ganharia o controle de todo o mundo.



Zonas geopolíticas com interesses e problemas comuns são mostradas aqui. Elas passam através de fronteiras nacionais e mesmo de continentes, como na zona que inclui as saliências da América do Sul e a da África. Sobressaem muitas zonas, tais como a zona Caribe e Norte-Americana. O Japão não se enquadra em nenhuma zona, o que indica uma fraqueza fundamental na sua posição.



Uma vista aérea, com centro no Pólo Norte, mostra, um quadro do mundo muito diferente do dos geopolíticos europeus. As massas de terra do globo se agrupam em torno da capa de gelo polar, fazendo do Oceano Ártico um mar mediterrâneo. Em vez de estar separado por milhares de milhas de água, o Mundo Ocidental está estreitamente ligado ao Mundo-Ilha pelas "pontes" do Alasca e da Groelândia. Assim como o mapa de Mercator distorce as regiões polares, esta projeção distorce as terras em torno das extremidades, mas apresenta com rigor as terras do centro. As novas rotas aéreas do norte, representadas acima, fazem este mapa vitalmente importante para o futuro. A idade aérea clama por todo um sistema de geopolítica que ainda não foi formulado pelos peritos.

Desgostosos com os maus trabalhos da geopolítica alemã, alguns bons cidadãos tendem a rejeitar a coisa toda como magia negra. Isto é tolice. Condenar a geopolítica por causa dos pecados dos geopolíticos alemães é tão irracional quanto condenar afiar facas porque elas têm sido usadas, em certas ocasiões, para apunhalar gente. A antropologia não está amaldiçoada porque os nazistas a empregaram para apoiar as suas odiosas idéias raciais, nem a economia porque eles a utilizaram para subjugar outros países. Os conhecimentos e a análise geopolíticos podem ser usados para um mau propósito, como os alemães os usaram, mas também podem ser empregados para estabelecer e defender uma ordem moral no mundo. De fato, enquanto houver nações que utilizam a geopolítica para conseguir os seus fins de conquista e exploração, as nações democráticas devem tornar-se, em defesa própria, donas do pensamento geopolítico.

Os plasmadores desta nação (EE. UU.) foram guiados por um senso agudo de geopolítica, embora eles não conhecessem essa palavra. Eles cumpriram a sua tarefa tão bem, que os Estados Unidos ocupam uma posição geopolítica que é a inveja secreta de todas as chancelarias do mundo. Talvez por causa desta mesma sorte, os norte-americanos puderam negligenciar o estudo das realidades geopolíticas, e mesmo, de tempos em tempos, afirmar que ela não existe. Esta guerra é simultaneamente uma recordadora dessas realidades e um desafio para construir sobre elas uma política exterior sábia e efetiva.

Uma verdadeira escola americana de geopolítica está ainda para nascer. Mas está claramente a caminho. Este ano cerca de 1 500 cursos de geopolítica estão sendo dados nos colégios estadunidenses. Nas universidades, em todas as partes do país, velhos geógrafos estão surgindo como novos geopolíticos. Embora haja alguns fracos, há outros com inteligência de primeira ordem. Entre os eminentes geógrafos que estão preparando o caminho para uma escola de geopolítica verdadeiramente americana, estão: o Presidente Isaiah Bowman, da John Hopkins University; o padre Walsh, de Georgetown; Nicholas Spykman, de Yale; Derwent Wittlesey, de Harvard; Edward Mead Earle e Harold Sprout, de Princeton. O Exército tem autoridades geopolíticas capazes no Coronel William S. Curbertson, do Estado Maior e no Coronel Herman Beukema, de West Point.

A política exterior dos Estados Unidos

Dêste grupo, o Professor Spykman foi o que chegou mais longe na consecução de uma verdadeira análise geopolítica da posição dos Estados Unidos, no seu livro *A Estratégia da América na Política Mundial*. Spykman aceita, com certas modificações, o sistema Mackinder e declara que a conquista do mundo-ilha ou uma grande parte dele por uma só potência significaria um desastre para os Estados Unidos. Mesmo no tempo de Monroe, diz ele, a segurança dêste hemisfério residia no fato de que a Europa sempre esteve dividida entre vários estados. A política da América, aconselha ele, deveria ser a de preservar a Europa ou a Ásia de cair sob o domínio de qualquer potência, qualquer que fôsse a amizade dessa potência hoje em dia.

Esta política se equipara, numa escala maior, à política histórica da Inglaterra em relação ao continente europeu. É uma política de potência de sangue frio. Ela afirma que as guerras são inevitáveis e procura assegurar que os Estados Unidos detenham a balança do poder. Aos críticos que condenam esta política tão fria e brutal, Spykman replica: "As nações que renunciam ao poder na luta e deliberadamente escolhem a impotência cessarão de influir nas relações internacionais por mal ou por bem".

A balança do poder é na verdade a política honrada (ou desonrada) pelo tempo dos estados europeus. Mas não é a única política que tem sido historicamente coroada de êxito. Roma não foi uma balança de poder. Foi uma potência *preponderante*. Há muitos observadores que pensam que os Estados Unidos e o Império Britânico, agindo juntos, poderiam reter o poder preponderante no mundo de após-guerra. No tempo da conferência da paz, êste pode ser bem

o caso. Mas os verdadeiros discípulos de Mackinder ficarão maravilhados se, no decorrer dos anos, as potências da terra-coração — Rússia e China — não rivalizarem com a Anglo-América.

Há uma terceira alternativa: a federação mundial. Este é o ideal de sonhadores avançados, boas senhoras velhas e comunistas, mas também de muitos estadistas realistas e cabeçudos. Se os Estados Unidos e a Inglaterra se dispusessem a lançar o seu grande peso em apoio de uma tal federação, eles certamente quase poderiam começá-la. Para fazê-la funcionar, tôdas as nações (inclusive os Estados Unidos), teriam que abrir mão de certa porção do seu poder soberano nos negócios internacionais. Mesmo então, o sucesso da federação dependeria não somente da boa vontade, mas da alta diplomacia e muitas vêzes do real sacrifício de cada uma das nações participantes. Mas se ela funcionasse seria a maior vitória da política internacional de tôda a história.

Qualquer que seja a política que o povo americano escolha, ela deve derivar de um conhecimento seguro da geopolítica. Porque nenhuma política resultará num mundo estável e numa paz duradoura, a menos que esteja baseada nos fatos geopolíticos da terra. Por isso é que, quer queiramos quer não, somos forçados a estudar geopolítica e a agir de acôrdo com o que dela aprendemos.

Resenha

A geografia e a pintura

Seria truismo de nossa parte querermos evidenciar as estreitas afinidades existentes entre o geógrafo e o artista. O pintor não deve ignorar os rudimentos de morfologia terrestre, os fenômenos relativos à climatologia e o sistema extraordinariamente complexo de consequências relacionadas com eles — ecologia, processo étnico, desenvolvimento da cultura material. Para o desenhista, o paisagista, em particular, são indispensáveis essas noções.

Também o geógrafo moderno precisa ser, até certo ponto, um artista. Deve possuir aptidões de desenhista, observar qualquer realidade material, com o senso exato das proporções, das linhas. Não pode emitir um conceito completo sobre um assunto, quem não dispõe desse equipamento básico. A geografia aproxima-se cada vez mais, de uma compreensão do próprio mundo, na sua extensão e na sua beleza. Assim, o geógrafo deve ser um iniciado nos princípios da Arte, na sua filosofia. Não pode avallar a grandiosidade do Himaláia, quem não é capaz de perceber a perfeição de uma flor.

No Brasil, principalmente, será de grande alcance essa cooperação entre geógrafos e artistas. Em um país cujos aspectos geográficos mais importantes perduram desconhecidos até agora, essa função do artista a serviço da geografia, torna-se ainda mais vital.

Conheceremos melhor nossos rios, cadeias de montanhas, florestas, tipos de habitação, variações raciais, quando tudo estiver fixado, desenhado, reproduzido com beleza e fidelidade. Aliás souberam muito bem disso, viajantes como Maximiliano, Lery e tantos outros.

Tudo isso vem a propósito de um quadro exposto no IV Salão Mineiro de Belas Artes, em Belo Horizonte, do sr. Sílvio Aragão, intitulado "Montanhas de Minas"; premiado aliás, em primeiro lugar, pela Comissão julgadora.

Cremos que esse quadro lança a semente de alguma coisa nova, conduzindo os artistas da realização de simples paisagens características, uniformes, aos quadros expressivos, espelhando as facetas da imagem física do Brasil.



Cooperação necessária

Não seria necessário enaltecer aqui o sentido dos empreendimentos do C.N.G. Principalmente cooperando para o que poderíamos denominar a *posse geográfica* do País. Fazendo levantamentos de regiões desconhecidas, traçando cartas de toda espécie, incentivando pesquisas geográficas, o Conselho conseguiu despertar entre nossas elites intelectuais, um sadio interesse pelas coisas do Brasil.

Nessa campanha têm sido enviados à hinterlandia, às regiões longínquas, comissões incumbidas de reconhecimentos diversos, marcações de fronteiras estaduais, etc.

Ainda agora o Conselho, em colaboração com o Serviço de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, enviou uma comissão de técnicos para assinalar a linha divisória Goiás-Baía; este trabalho desenvolve-se desde a cidade de Formosa, em Goiás, prolongando-se pela divisa Minas-Goiás até à trijunção com a Bahia, continuando pela zona compreendida entre os Estados de Goiás e Bahia à nascente do rio Branco, irradiando-se até à cidade goiana de Dianópolis e baiana de Barreiras.

Pelo que já foi feito verificou-se o erro dos mapas conhecidos desta região. Haverá um deslocamento da fronteira para oeste que atinge

em alguns pontos até 80 km, com um acréscimo de quase 20 000 km² à área territorial da Bahia. O levantamento estender-se-á às fronteiras com o Estado do Maranhão e Piauí, explorando-se a desconhecida zona do Jalapão onde se juntam as águas do São Francisco e do Tocantins.

A descoberta desses *equivocos* cartográficos, porém, longe de desmerecer o trabalho de realização da carta geral de 1922 vem, pelo contrário, valorizá-lo; mesmo com a deficiência de dados e de recursos com que lutaram os cartógrafos daquela época, constatam-se que os erros cometidos não atingem às proporções do absurdo.

O trabalho iniciou-se no ano próximo passado tendo sido, entretanto, suspenso por motivo da situação advinda com a entrada do Brasil na guerra. Uma vez reiniciado, já foram levantados, até agora, mais de 300 km de fronteiras, tendo sido determinados 30 pares de coordenadas geográficas nos territórios estaduais que ali confluem, localizando-se, outrossim, todas as nascentes dos tributários do Tocantins e do São Francisco.

Note-se que o êxito do presente empreendimento deve-se atribuir não só aos seus realizadores imediatos, mas sobretudo, àqueles que, de perto, possibilitaram-lhes os meios indispensáveis à ação: assistência moral e material.

Esta assistência foi prestada em todos os sentidos pelo Governo da Bahia. O gal. Renato Pinto Aleixo, interventor federal, não mediu esforços no amparo a esses técnicos, facultando à comissão, a disposição das verbas consignadas pelo orçamento ao Departamento Estadual de Geografia.

Não foi uma simples medida de ordem burocrática. Na exposição de motivos na qual o sr. P. Campos Pôrto, secretário da Agricultura, fala do assunto ao sr. Interventor, Sua Excia. mostra uma perfeita compreensão do alcance daquilo que se propõe fazer dizendo, entre outras coisas, o seguinte: "O resultado dos trabalhos que se vão completar serão elementos de inestimável valor, para a organização do mapa geral do Estado, cuja publicação deverá ser feita sem grande delonga, dada a sua premente necessidade e a falta de uma carta razoável, para o uso geral".

E' com prazer que registramos aqui essa colaboração eficiente de um governo estadual nesta obra de *bandeirismo* vertical, do Conselho Nacional de Geografia.



Da geografia como fator da unificação nacional

No livro do notável pensador brasileiro que foi Vicente Licínio Cardoso — *Pensamentos Brasileiros* — encontramos a página cujo título epígrafa esta nota, página essa muito interessante para os geógrafos.

Escreveu-a em Berlim, em dezembro de 1922, quando se imprimia no Instituto Cartográfico Dietrich Reimer, as 50 folhas da grande carta geográfica do Brasil na escala de um milhão.

Acabo de visitar as oficinas, começa a insigne patricio. Há oito meses passados lá estive uma vez, observando agora portanto, a marcha do trabalho elaborado. O desejo de que a conclusão da obra alcançasse a comemoração do Centenário não pôde ser realizado. Nada perderá com isso o trabalho, é bem de ver, compreendido que no caso em questão o que se faz mister é a execução minuciosa e delicada do grande mapa, para o que impossível quase seria fixar de antemão tempo de conclusão tanto

mais quanto havendo a Carta sido desenhada no Brasil, e sendo aqui apenas impressa, a conclusão do desenho, cousa já de si difícil de terminar com prazo fixo.

Há oito anos, esclarece Vicente Licínio Cardoso, por proposta do sócio Rodovalho dos Reis, fora deliberado pelo Clube de Engenharia, a execução da obra sendo mais tarde iniciados os trabalhos, e cabendo então, a direção técnica ao professor F. Bhering, engenheiro que, no Brasil, em conferências e em escritos tem-se batido pelo problema do levantamento geral da cartografia brasileira com o recurso aos processos astronômicos e topográficos modernos (telegrafia sem fio, fotogrametria terrestre e aérea) de preferência aos processos clássicos geodésicos, rigorosos, processos esses que demandariam no Brasil um tempo tão longo de realização, que tornaria o problema carente da solução prática, e relativamente rápida, que seria de desejar.

Informa que o senador Paulo de Frontin, então presidente do Clube, prestou ao projeto todo seu apóio.

Prosseguindo, escreve: Reputo a obra de tão grande utilidade, e oportunidade, que não sei mesmo se o Clube de Engenharia compreendeu ser esse o seu maior serviço prestado até agora ao país, ficando nessa confirmação subordinada uma outra referência ao coeficiente inestimável com que o Senador Paulo de Frontin conseguiu transformar aquele projeto grandioso numa realidade notável.

Os desenhos da carta foram todos executados no Rio de Janeiro sob a direção do prof. Francisco Bhering, na escala de um milhão, em folhas de 4.º de latitude por 6.º de longitude, e em número de 50. Os originais enviados para Berlim, e recebidos pelo cartógrafo Artur Duarte Ribeiro que sózinho em Berlim executou, com dedicação valiosíssima, um trabalho sobremodo dedicado.

A geografia do Brasil, atendendo à extensão da terra e à escassez das gentes dela, em consequência da falta de sistematização de dados geográficos pelo Governo Federal (naquela época não fora ainda criado o Conselho Nacional de Geografia) e como resultado da desigualdade de estudos levados a efeito pelos Estados, é por assim dizer, uma *geografia em ser*. Daí, precisamente, o valor inestimável da obra de agora, realizada pelo Clube de Engenharia, documentando o trabalho geográfico já efetuado no País, e *fundamentando, de outro, a obra vasta que se faz mister empreender ainda nesse mesmo sentido* (o grifo é nosso).

A Carta Geral de agora é uma compilação de todos os dados existentes, acrescidos dos dados fornecidos pelos levantamentos de coordenadas feitos em alguns Estados pela própria Comissão da Carta. Aproveitaram-se, desse modo, elementos os mais diversos, coligidos naquele sentido, já pelo Governo Federal, já pelos governos estaduais, já por associações científicas nacionais e estrangeiras, estradas de ferro ou mesmo por alguns particulares.

No Brasil, diz o Mestre com muita propriedade, a geografia pode e deve ser um elemento valioso para realização da obra alviantada da *unificação nacional*. País amplíssimo, com climas vários, com característicos definidos cosmicamente, como elementos físicos *diferencia-dores*, a geografia deve constituir entre nós um elemento *unificador* de inestimável valor psíquico.

Grosso modo, pode-se afirmar, sem desrespeito à verdade, que os nossos homens políticos não têm tido força ou capacidade suficiente, para ver o *Brasil-uno*. E, nesse sentido, o apóio decisivo de José Bonifácio na obra da independência foi deveras valioso. Para aqueles brasileiros ilustres que fizeram a revolução pernambucana de 1817, o Brasil era apenas uma *fração* do Nordeste. *Fração* era ainda a noção do

Brasil para aqueles outros, brasileiros também ilustres, todos jornalistas, que no Rio de Janeiro, antes da Independência, pela imprensa e através da maçonaria, pugnavam com êxito grande pela nossa emancipação política. Fracionária era da mesma forma a noção de pátria para Frei Caneca, figura interessantíssima de nossa história, levado a representar um papel ingrato nela em consequência justamente de uma visão estreita e regional a respeito de nossa terra.

Era fracionário ainda o belo sonho poético dos conspiradores intelectuais mineiros, a quem um julgamento condenatório por demais rigoroso, emprestou o caráter de uma revolução "filosófica", econômica e política... sem armas e sem soldados.

"Fracionária era a concepção dos Riograndenses corajosos da República do Piratini, como o era a daqueles outros regionalistas libertadores que ora em Minas, ora na Baía, ora no Maranhão, ora em Pernambuco, tentaram aquilo que o pulso forte de Caxias impediu e desarmou mais de uma vez.

Desse modo, somente levando em conta a existência sempre latente dum espírito "regional" no Brasil, poder-se-á compreender devidamente, como disse, o que representava na jornada política de 1822 — antes e depois dela — o apóio moral, a força clarividente e a capacidade política do grande patriota que se habituara nos países europeus por onde andara e ilustrara o seu nome, a pensar e a amar um "Brasil-uno".

Essa capacidade de José Bonifácio foi tão notável, foi tão oportuna e tão decisiva — em contraste com as nações "fracionárias" do Brasil acima apontadas — que sem ela teria sido talvez impossível conservar a nossa "unidade política", cousa deveras notável em um país em que elementos cósmicos graves acentuadamente trabalharam em incentivar o espírito de regionalismo.

Para documentar, de resto, a existência desse "espírito de regionalismo", que se prolonga pertinazmente pelo primeiro e segundo reinados, basta enfim notar a influência benéfica da guerra do Paraguai nesse sentido. O fato é sintomático, apesar de haver até hoje escapado aos nossos historiadores. Os movimentos separatistas são anteriores todos, de fato, àquela guerra.¹ Depois dos cinco anos de luta, nota-se, ao contrário, um espírito novo de coesão; sente-se, enfim, que a "nacionalidade" está robustecida depois do esforço feito em comum pelo país, para dominar e vencer aquela causa externa, causa que atuara a princípio como elemento fortemente perturbador.

Um de nossos escritores já observou que o Maranhão, e consecutivamente o Pará, só foram praticamente integrados à comunhão brasileira, depois das possibilidades da navegação a vapor, tão difícil era a vela — à mercê dos ventos — o contornar a costa do Nordeste para efetuar a união daquelas terras distantes com o núcleo histórico do norte Pernambuco-Baía.

Capistrano de Abreu e João Ribeiro mostraram de outro lado, pouco todavia, tanto foi a importância do fato — o valor histórico do rio, S. Francisco. Sem esse "caminho interior" teria sido em verdade impossível manter, apenas pela navegação da costa, precaríssima, a união daquele núcleo do norte Pernambucano-Baía, com o núcleo do sul, Rio, S. Paulo e Minas — já que vários fatores históricos, econômicos e políticos influíram, dificultando a unificação daqueles núcleos.

Euclides da Cunha, de um lado, e Alberto Torres de outro, um vendo o fenômeno histórico-geográfico, e o outro o fenômeno econômico-político, documentaram enfim a "base física" desse coeficiente psíquico em nossa história,

¹ Observa com muito acerto o ensaísta.

mantendo vivo por largo espaço de tempo aquêle "espírito de regionalismo" a que foi acima referido.

Afigura-se-me, como disse, que, na intensificação dos estudos geográficos, poderemos ter no entanto um recurso valioso para combater — ainda que pareça hoje sem perigo — aquêle regionalismo, e, nessas condições, o aplauso à obra do Clube de Engenharia, em via de realização, merece ser, sem restrições, franco e largo.

Os governos republicanos não têm olhado com o devido interesse para a influência do estudo da geografia como elemento de utilidade grande na formação do espírito de civismo de nossas gentes. Pode-se mesmo dizer que a República abandonou no seu alvorecer o problema geográfico, como abandonara, ainda com maior gravidade, o problema magno da instrução primária, relegando-o, por comodidade ignorante, aos Estados da Federação. Não direi que o Império tivesse levado a sério aquêle problema, mas é sabido que Pedro II auxiliou diretamente e incentivou com carinho os estudos geográficos e corográficos no país.

Dêsse modo, força é confessar, foi possível no segundo Reinado os trabalhos de Cândido Mendes e Beaurepaire Rohan, trabalhos notáveis para a época, e consequentemente mais valiosos (se bem que muito menos completos) do que os trabalhos de Moreira Pinto e Homem de Melo que representam a melhor contribuição corográfica de caráter geral publicada entre nós durante a fase republicana.

A consequência do descaso no país por êsse problema geográfico tem sido deveras lamentável, tanto mais quanto a diversidade de recursos de nossos Estados tem forçado estudos incentivando o regionalismo ao em vez de servirem em contribuir para o fortalecimento do espírito de nacionalismo.

De outro lado, alguns estrangeiros, aproveitando-se de nossa desídia, têm organizado cartas regionais melhores do que as nacionais congêneres. Os melhores mapas do Estado de Sta. Catarina eram, até há pouco, de origem alemã. O mapa utilizado para a navegação do Amazonas, e o mapa empregado na navegação do alto S. Francisco é ainda o mesmo mapa levantado há meio século pelo engenheiro Halfed aliás comissionado pelo governo imperial.

Aquêles exemplos justificam plenamente o que foi por nós anteriormente afirmado: a geografia em vez de constituir no Brasil um elemento psíquico inestimável, "unificador", tem servido como elemento diferenciador, dado o caráter regional com que tem sido várias vezes levados a efeito os estudos geográficos entre nós.

Bem o sei que por lei, foi atribuído ao Estado Maior do Exército o levantamento da Carta Geral do Brasil; ao Almirantado foi, de outro lado, atribuído o levantamento da costa, lagoas e rios navegáveis. O problema geográfico geral do Brasil foi — com razão ou não — subordinado, portanto, ao *problema parcelar estratégico*.

De outro lado, o próprio governo republicano — sem um programa geral, sem uma diretriz definida no sentido geográfico e sem harmonia de planos — tem no entanto levado a termo recentemente alguns estudos valiosos.

Refiro-me aos mapas executados pela Inspeção de Estradas de Ferro, onde uma parte da fantasia geográfica da hinterlândia paranaense foi corrigida com os levantamentos operados pelas forças que atuaram na região do Contestado. Refiro-me aos "ensaios" geográficos publicados pelo Ministério da Agricultura, com a edição dos mapas geológico, agrônômico, comercial, estatístico, etc., depois da coleta de valiosos dados "in loco" por várias secções técnicas daquele Ministério. Refiro-me aos árduos trabalhos, infelizmente não completados ainda, das demarcações das nossas fronteiras. Refiro-me, por

fim, à contribuição inestimável de Cândido Rondon, desbravando em pleno século XX uma parte vastíssima de nosso território até então completamente desconhecido.

O que a energia dêsse militar illustre tem feito nesse sentido, secundada pela vontade de um grupo de oficiais engenheiros, é, sob vários modos por que se a encare, sobremodo notável. Pode-se até mesmo dizer que com essa grande obra de "sondar o desconhecido com o telégrafo", na expressão típica da língua inglesa, deu o Brasil a demonstração cabal de que o exemplo deixado por aquêles pioneiros estrangeiros illustres que há cerca de um século descobriram geograficamente as nossas terras, os nossos rios e as nossas riquezas, não foi perdido.

Dêsse modo, depois de cem anos de independência, com a realização do trabalho de Rondon, fica comemorada pela exploração dos chapadões e alagados de Mato Grosso a obra valiosa e estrangeira de Max Spix que na primeira década do século passado descobriu cientificamente o vale do São Francisco, o sertão baiano e uma parte das matas de Minas Gerais. Cândido Rondon, enfim, mais do que Beaurepaire Rohan, Capanema, Thaumaturgo de Azevedo, Cunha Gomes, Teffé, Derby, Cruls, Guillobel e Pereira Reis, nacionaliza definitivamente no país os opulentos trabalhos de explorações científicas de zonas desconhecidas, obra essa em que se salientaram, décadas antes, sob vários aspectos tantos estrangeiros notáveis que entre nós fixaram, com o descrever as nossas terras, a memória de seus nomes na história interessantíssima do homem no Brasil.

Já foi dito entre nós, Varnhagen, se não me falha a memória, que o espírito federalista no Brasil surgiu com a divisão das capitanias hereditárias. Euclides da Cunha, com mais clareza e mais verdade, apresentou-o como um *imperativo categórico de ordem geográfica*, tema interessante, desenvolvido posteriormente por Alberto Torres numa outra ordem de idéias deveras valiosa.

Quem duvidar, de resto, da existência dêsse espírito de regionalismo entre nós, continua Lício Cardoso, pode estar certo de haver feito pouquíssimo trato com a nossa história. Os exemplos aí estão por toda a parte, quer se os exijam políticos, quer se os escolham econômicos, quer se os observem em outros campos. De resto, como se tudo isso não bastasse, o simples histórico do desenvolvimento ferroviário do país sob várias bitolas, e sem nenhum plano generalizado, consubstancia de uma maneira clara, concreta e sem sofismas o afirmado.

No Império, aliás, tantas foram as demonstrações de federalismo, tão francas e tão decisivas na outorga de atribuições às Assembleias Provinciais, — traduzindo politicamente o espírito regional de nossos dirigentes, — que houve mesmo afirmações tendentes a fazerem crer que houvesse o Brasil constituído um exemplo do "império federal".

"Não há quem não tenha a sua Paraíba"... Esse estribilho, repetível para todos os Estados da Federação, definiu claramente essa série grande de casos em que os interesses estaduais são advogados pelos representantes do poder legislativo, em face dos interesses da União, com o mesmo espírito quase com que um advogado defende nos tribunais um homem de bem no meio de uma companhia de tratantes...

Não se faz mister pois insistir aqui no que sabido é já pelas nossas elites. Interessava-me, porém, deixar feita a afirmação relativa ao muito que pode ser útil no país a intensificação dos estudos geográficos gerais, dado o valor próprio que êles possuem de corrigir psiquicamente os inconvenientes do espírito de regionalismo que as nossas gentes adquirem ao nascer, nas próprias terras em que vão depois viver.

A obra levada a efeito pelo Clube de Engenharia está prestes a ser concluída. Seria lamentável, porém, se esse trabalho não tivesse no país a continuidade que merece.

O maior valor da Carta Geral que agora se publica, é documentar o estado precário em que se encontra ainda hoje a descrição geográfica do Brasil. O trabalho feito durante o Império e a República, não havendo sido pequeno, atendendo à extensão da terra, a dificuldade de comunicações e à escassez de população de zonas extensíssimas, é, no entanto, exiguo e insuficiente para os nossos foros de país civilizado.

A obra cartográfica do passado merece ser comemorada com um programa de nossos trabalhos a serem executados. O tempo perdido não foi pequeno. Urge agora aproveitar os recursos novos que a técnica moderna oferece (telégrafo sem fio, processos fotogramétricos terrestre e aéreo, etc.), para realizar em tempo curto o trabalho que seria afanoso e demoradíssimo de fazer, repetindo no Brasil os processos geodésicos mais rigorosos empregados pelos outros povos civilizados durante o último século.

A obra é vasta. A cooperação de muitos torna-se pois imprescindível.

A natureza do trabalho exige, de resto, que se lhe dê a independência de ação que o caso requer. Sem uma Repartição Federal da Carta, com administração própria, será impossível dar o andamento condigno exigido pela solução do problema. Atribuir ao Estado Maior do Exército por lei o levantamento da Carta Geral do país sem lhe fornecer os meios necessários, é apenas adiar, com a pompa dos decretos, o que ficará por ser resolvido.

Urge pois tornar efetivas, empregando, incentivando e propulsando, forças até agora dispersas, ou dirigidas parceladamente, sem a direção geral que comporta o problema vastíssimo da descrição cartográfica do Brasil.

A tarefa é tão grande, os resultados serão tão valiosos e o descuido tem sido tão geral nesse sentido, que não deve o país prescindir nem mesmo da cooperação das menores forças.

O atraso em que nos deixamos ficar justificará por si mesmo o arrôjo da nova empreitada.

Mal sabia o presidente Wenceslau Braz o serviço que lá prestar à nação procurando evitar as lutas estúpidas e fratricidas por questões de limites entre Estados, já de si "onerados" com latifúndios grandíssimos de terras a colonizar. Inestimável acaba de ser nesse mesmo sentido, a obra do presidente Epitácio Pessoa.

Ela ficará guardando a memória do Governo republicano que solucionou os problemas graves de limites estaduais, problemas que se arrastavam temerosamente para o rol das cousas que se adiam com a fraqueza dos desencorajados.

Seria em verdade lastimável que o país, que aplaudiu a obra esplêndida de Rio Branco, não possuisse um estadista na altura de solucionar os problemas regionais de fronteiras estaduais.

Fechadas pois as dúvidas na longuíssima e complicada linha que separa hoje na América as duas bandas do continente em que os descendentes dos lusos e dos espanhóis fizeram, com arrôjo notável as posses terrestres que os seus antepassados mal haviam definido, tão grande era a extensão delas; fixadas agora de outro lado, as linhas divisorias inter-estaduais que se bandeavam indecisas, muita vez, à mercê dos comentários de textos imprecisos, tudo indica que a descrição cartográfica definitiva e completa do Brasil, merece ser empreendida.

O país que ao lado da China deixou de figurar em dois grandes Congressos internacionais de geografia, deve agora mostrar-se capaz de recuperar o tempo perdido, procurando trazer ao mundo, sem delongas, a parcela que lhe coube pelo destino. — o seu grande "quinhão" geográfico à cartografia do planeta.

A Carta Geral oferecida agora ao país pelo Clube de Engenharia, merece ser devidamente respeitada pelo Governo da República.

Por outro lado, o problema geográfico do Brasil, o levantamento geral do país, exige que se lhe dê uma "solução nova" de acordo com os processos hodiernos, modernos e expeditos, de levantamento astronômico e topográfico.

Dêsse modo, depois de cem anos de Independência, com a realização do trabalho de Rondon, fica comemorada, pela exploração dos chapadões e alagados de Mato Grosso a obra valiosa e estrangeira de Max e Spix que, na primeira década do século passado, descobrira cientificamente o vale do São Francisco, o sertão baiano e uma parte das matas de Minas Gerais.

As dificuldades que a nossa grande extensão territorial apresenta, legítima e exige que assim se faça. Dêsse modo aliás, a obra geográfica brasileira, por estabelecer e por fixar, poderá vir a ter no mundo repercussão proporcional à extensão grande da parcela da superfície terrestre que nos coube como pátria: O Brasil poderá sistematizar, aperfeiçoando, o emprego dos processos novos de levantamento expeditos.

O maior valor da Carta Geral confeccionada pelo Clube de Engenharia, a mim me parece ser o que ela documenta relativamente as folhas grandíssimas de nossa geografia. No entanto, além de ser a de maior escala até agora realizada, ela compendia provavelmente tudo quanto se conhece no país a respeito de sua descrição cartográfica. Com esforço notável, a Comissão compilou os dados variadíssimos que andavam dispersos em várias repartições federais, colecionou os elementos geográficos estaduais publicados, consultou arquivos, fez reviver mapas antigos e esgotados, e torna públicos agora os próprios levantamentos por ela executados em vários Estados da Federação.

E' a terra por tal forma grande, que, em querendo a gente conhecê-la, reconhece o pouco que dela sabe ainda... Isso, que poderia ter dito um cronista do século XVI, quando foram feitas as primeiras descrições parcelares e ingênuas de nossa terra, de suas gentes e de suas riquezas; isso, que poderiam ter repetido os bandeirantes que durante os séculos XVII e XVIII traçaram com arrôjo a epopéia da conquista dilatada de nossos latifúndios; isso, que poderia ter sido proferido pelos naturalistas estrangeiros que no século XIX ilustraram os seus nomes estudando uma parte notável da nossa hinterlândia isso, essa mesma afirmação enfim, pode ainda ser repetida hoje, em outra escala, pelos geógrafos nacionais, sem que no entanto contenha ela qualquer menosprezo pelos serviços até agora executados em torno da descrição cartográfica de nossa pátria.

Mas, como disse, num país onde tão grande é o que está ainda por fazer e organizar, os cem anos de independência política devem ser comemorados, em qualquer departamento que se encare, da cousa pública, com programas novos de realizações futuras.

No Brasil o respeito ao passado exige acoetamentos novos. Comemorar, entre nós, deve significar, implicitamente, "construir". Nós vivemos para o futuro.

Chamando a atenção do público para a obra valiosa que acaba de realizar, sem reclame e com laboriosidade grande, a Comissão que em nome do Clube de Engenharia traçou a Carta Geral do Brasil, eu quis aproveitar a oportunidade do momento para falar numa obra maior a ser levada a efeito e que deve ser a continuação criteriosa daquele grande esforço que acaba de ser coroado de êxito. E' preciso que se compreenda de uma vez a importância do problema geográfico do Brasil.

Faz-se mister, agora, corrigir o erro em que temos incidido: a geografia pode e deve ser o que tem sido, um "fator diferenciador", criando e incentivando as "entidades geográficas esta-

duais", esquecida como tem andado a direção da República em abordar o problema que alguns Estados na Federação já abordaram com os inconvenientes próprios ao "regionalismo" das soluções.

E, até lá, digamos o que poderia ter escrito um dos cronistas portugueses do século XVI ou XVII a serviço do Brasil: E' a terra por tal forma extensa, que, em querendo a gente conhecê-la, reconhece o pouco que dela sabe ainda...



De quem é a prioridade?

Tivemos oportunidade de publicar no número 2 do *Boletim* um comentário sobre a reunião de sub-prefeitos distritais, convocados pelo titular da Prefeitura de Cai, Rio Grande do Sul. Esses cidadãos, com a presença do exator da Fazenda Estadual, discutiram assuntos relativos à vida do Município traçando diretrizes seguras para uma ação futura.

Exaltamos então o papel de comuna na vida nacional. "O Estatuto Político de 10 de novembro de 1937, instituindo uma nova ordem constitucional *federativa e centralizadora*, deu ao município num triplice aspecto-jurídico, administrativo e financeiro — foros de autonomia em tudo que se relacionar com o seu peculiar proveito..."

Faz parte, aliás, de tradição brasileira essa valorização da célula municipal. Pela necessidade mesma de *dissolver* a autoridade por toda a carta geográfica — nos tempos do Brasil-colônia e do Brasil-império — tiveram os municípios ampla autonomia administrativa, consagrada pelo Código do Processo. E' claro que não houve aqui, senão por pouco tempo, o que na Europa durou séculos — a função militar da comuna. O *fossado*, a azaria foram instituições que fraternizaram laços entre os habitantes das circunscrições, despertando a consciência do interesse comum. No princípio de nossa colonização, a ameaça indígena, a distância da Metrópole, emprestaram uma singular vitalidade a vida municipal. Depois, a largueza mesmo da terra *afrouxou* essa vida municipal. Ficou entorpecido esse desejo de cooperar na administração local, transformando-se o município numa simples arena de lutas políticas dissociadoras.

País muito amplo, a própria realidade geográfica parece reservar aos nossos municípios um papel importante no que diz respeito à administração pública. E' exatamente isso que está procurando reviver o Estado Nacional.

A circunstância de partir do Rio Grande do Sul um das primeiras reações municipais, em face das normas prescritas na constituição — achamos — é sobremaneira expressiva. Pela situação de território de fronteira, com o agravante de serem as fronteiras ali, extremamente vivas, o povo gaúcho sempre teve uma lúcida compreensão do papel do Estado — aceitando e desejando sua intervenção. Esse apelo aos edis, portanto, para promover conclaves destinados à discussão dos problemas locais, encontrou no Rio Grande um clima propício.

Sucedeu, porém, um equívoco, que nos apressamos em esclarecer. Foi a revista *Orientação Econômica e Financeira* de Porto Alegre que chamou nossa atenção para o fato. A prioridade da iniciativa pertence ao prefeito de São Gabriel que, a 20 de setembro de 1940 promoveu um conclave deste gênero, tratando dos seguintes assuntos:

Instrução Pública na zona rural, desenvolvida pela Diretora da instrução pública municipal. Finanças Municipais e execução orçamentária, exposto pelo Secretário geral do município; Construção e conservação de rodovias, ventilado pelo Prefeito; Problemas Rurais, relato das necessidades de cada distrito ou zona, pelos sub-prefeitos.

O objetivo da nota publicada em nosso 2.º número foi apenas exaltar a significação dessa

iniciativa lá, numa cidade longínqua do Pampa. Não foi na cidade de Cai, foi em São Gabriel, observaram-nos.

Fica aí o reparo. Entretanto, que o exemplo seja seguido por outros municípios em todo o Brasil: E' preciso que o município volte a ser alguma coisa de mais vivo, de mais orgânico do que uma simples expressão cartográfica dispersiva.



Mutirão — uma forma de solidariedade

Quem conhece o Brasil, quem estuda sua evolução social e econômica, certo conhece o mutirão. E' uma instituição antiga que herdamos dos nossos índios. *Muchirão, muquiram, mutirão*, como quer que se lhe chame. — existem múltiplos variantes da palavra — o fato é que o fenômeno aparece, desde muito cedo, anotado pelos observadores da realidade brasileira, viajantes estrangeiros ou cronistas indígenas. Observou-o, entre outros, Couto de Magalhães. Modernamente o sociólogo Emílio Williams foi encontrá-lo entre as populações de ascendência germânica, de Santa Catarina.

O *mutirão* é uma cooperação vicinal, quase sempre por tempo determinado, visando uma finalidade qualquer, seja de interesse individual ou coletivo. Uma das manifestações mais comuns de *mutirão*, aparece nos Estados do Norte, na construção das igrejas. Cidades paupérrimas, incrustada em plena selvaticidade do sertão, contam templos belíssimos, erguidos, sabe Deus a custa de que sacrifícios, pelo esforço conjugado dos fiéis. A construção das casas de sapê, em toda a hinterlândia brasileira faz-se, também, quase sempre, no regime do *mutirão*.

A mentalidade nova dos administradores procura encaminhar para os empreendimentos públicos, essa força de cooperação observada entre as populações nacionais.

Na *Fôlha de Minas*, de Belo Horizonte, número de 3-10-43 encontramos uma notícia de Senador Firmino, dizendo que no Distrito de Calambau, o povo, chefiado pelo padre José Grossi, promoveu no dia 15 de setembro um *movimentado mutirão* na estrada Senador Firmino-Piranga, via Calambau. Antes do início do trabalho foi rezada missa, assistida por grande massa popular iniciando-se o *mutirão* às dez horas, ficando prontos, até o fim do dia, mais de um quilômetro de estrada.

Registrando aqui o fato, fazêmo-lo pelas mil significações que ele encerra para o geógrafo. Tratando a geografia humana do estudo das modificações trazidas à superfície da terra pelo homem, o mutirão oferece por isso mesmo um interesse direto, imediato, aos geógrafos.



Um animador

Os latinos são essencialmente formalísticos, complicados. A civilização desenvolveu nos povos latinos um verdadeiro cultivo do preconceito, do melindre. Ascensão intelectual para os povos mediterrâneos e ibéricos confunde-se com uma atitude cada vez mais artificial em face das coisas, com uma *pose cerebral*. Se fôssemos investigar as origens deste fato iríamos longe. Encontraríamos possivelmente uma causa de ordem religiosa. No sistema social mantido pela Igreja durante o Medievalismo — sistema que, de certo modo ainda perdura — o trabalho manual era privilégio das classes inferiores. Aristocracia significava ociosidade. Com o advento do protestantismo abraçado pelos povos nórdicos, prestigiou-se o trabalho, fato esse que explica o progresso material rápido dos países anglo-saxônicos e o estacionamento dos países do Mediterrâneo.

Além do progresso, propriamente, outras consequências derivam desse hábito sadio de movimento e de trabalho. Aumenta o que po-

deríamos chamar *espírito esportivo*, condicionando a compreensão e a cooperação dos homens. Acrescentamos que essa é a atmosfera ótima da democracia. Respirando-a os povos progredem, constroem.

Essas duas tendências são particularmente vivas no intelectual. O intelectual latino é bacharelresco, entendendo-se pelo termo *bacharel*, uma atitude de mórbida gravidez mental. O nórdico, pelo contrário, dinamiza seu equipamento cultural, utilizando-o para criar novos valores. O ensinamento socrático de que a sabedoria é apenas a certeza de que nada sabemos foi ouvido mais por eles do que por nós.

O desenvolvimento das ciências na idade contemporânea exigiriam porém, cada vez mais, a intensificação dessa ajuda mútua. Não daríamos nem um país na Física, na Química sem um trabalho metódico de laboratório, do qual participam diversas pessoas, seja na mesma época ou em épocas sucessivas. Na sociologia, particularmente, era uma necessidade vital de esforço conjunto. Ninguém faz sociologia sozinho, com êxito. Compreenderemos aliás isto, considerando que a Sociologia não safu da fase das discussões bizantinas, improdutivas — longas lutas ao redor de definições, de conceitos — enquanto esteve na mão dos franceses. Só depois que os americanos se interessaram pelo assunto, entregaram-se os sociólogos a um esforço notável no campo de pesquisa, da investigação direta. Não bastava imaginar, raciocinar; era preciso, sobretudo considerar. Só podemos considerar coisas concretas dados estatísticos. Caracteriza o sentido novo da sociologia este princípio: conhecer para comparar, comparar para concluir.

Na formação de equipes de sociólogos torna-se mais necessário uma educação dos espíritos capacitando-os à missão que os espera, do que a preparação intelectual. Afinal, algumas doses de método e de entusiasmo são bastantes para que alguém *comece* a pesquisar.

Compreensível perfeitamente, que pesquisa dessa natureza tardassem no Brasil. Um povo habituado à declamação livreca, à demagogia inócua, não troca atividades tais, por outras, sem que haja um esforço sério neste sentido.

Campeão legítimo deste esforço é o prof. Donald Pierson. Estudando as populações negras da Baía, ou animando a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, o sociólogo norte-americano vem prestando inestimável concurso ao desenvolvimento do gosto pelas pesquisas sociológicas em nosso meio.

Os processos de que se utiliza o Sr. Pierson para alcançar êsses objetivos são os mais diversos e eficientes. Focalizaremos aqui um deles, a título de exemplo. Trará, talvez, sugestões para trabalhos em outros setores de estudo. E nenhuma sugestão neste sentido deve ser desprezada. Precisamos estudar a realidade pátria. Isto é um problema tão importante para o nosso País, quanto o da alfabetização ou das comunicações. Trata-se de uma carta, *sui-generis*, abaixo transcrita:

"20 de outubro de 1943

Aos amigos:

Anselmo Macieira (Niterói) Travessa do Oriente, 27, Santa Teresa Rio de Janeiro.

Joaquim Costa Pinto (Salvador) Caixa Postal 349, Salvador — Baía.

Henrique Stodiek (Florianópolis) Caixa Postal 86, Florianópolis, Santa Catarina.

Luiz A. Costa Pinto (Rio de Janeiro) Rua Oliveira Lima, 67 — Ap. 101 — Grajaú, Rio de Janeiro.

Maurício Vinhas de Queiroz (Rio de Janeiro) Centro de Estudos Sociais — Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro.

Darcy Ribeiro (Belo Horizonte) Rua Ceará, 893, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Oracy Nogueira (São Paulo) a/c Escola Livre de Sociologia e Política — largo de São Francisco, 19 — São Paulo.

Otávio da Costa Eduardo (São Paulo) a/c Escola Livre de Sociologia e Política, Largo de São Francisco, 19 — São Paulo.

Osmar R. da Silva (Curitiba) São Bento, Santa Catarina.

Dante de Laytano (Pôrto Alegre) Rua Quintino Bocaiuva, 954 — Pôrto Alegre.

Estou escrevendo-lhes, meus caros amigos, para sugerir que a cada um dos senhores convém, na minha opinião, conhecer todos os outros. Convém porque todos, parece-me genuinamente interessados nas ciências sociais e em fazer pesquisas no seu grande país. As visitas que fiz às suas cidades convidado para pronunciar conferências sobre o estudo das relações humanas, e a ampla correspondência que mantenho com jovens brasileiros de vários Estados, me convenceram de que está despontando no Brasil um novo dia para as ciências sociais. Está despontando um novo dia porque está surgindo, da parte de vários jovens que conheço, genuíno interesse em estudar profundamente a realidade social brasileira. Falta ainda, é claro, orientação e método. Mas uma vez despertado o referido interesse, o resto pode ser ensinado.

Há necessidade, porém, de comunicação que transponha os obstáculos de espaço e de regionalismo e quebre as algemas de isolamento. Vale a pena conhecer os problemas de outras pessoas que têm interesses semelhantes aos nossos, conhecer suas atividades e resultados, suas esperanças e aspirações.

Permitam-me que sugira, pois, que tentemos uma experiência a este respeito. Sugiro que os senhores, meus correspondentes, se comuniquem entre si; que, digamos, para começar, Henrique Stodiek escreva agora uma carta a Luiz A. Costa Pinto; Luiz a Darcy Ribeiro; Darcy a Oracy Nogueira; Oracy a Osmar da Silva; Osmar a Maurício Vinhas de Queiroz; Maurício a Otávio da Costa Eduardo; Otávio a Dante de Laytano; Dante a Anselmo Macieira; Anselmo a Joaquim Costa Pinto; Joaquim a Henrique Stodiek. Sugiro também que, si for possível, cada pessoa tire três ou mais cópias a máquina de sua carta e as envie a três ou mais dos outros do nosso grupo, inclusive a mim. Lembremo-nos que "a união faz a força". Yours for the establishment in Brazil of the social disciplines as sciences.

a) Donald Pierson".

★

Apóio do Clube de Engenharia à obra empreendida pelo C.N.G.

Felizmente, com o tempo, o Conselho Nacional de Geografia e a sua obra de brasilidade vai sendo conhecida e admirada pelos brasileiros. São numerosos os aplausos recebidos daqui ou dali, de uma província longínqua, de um município perdido lá na fronteira — ou das instituições culturais de maior ou de menor projeção no cenário nacional. E' de uma dessas que pretendemos falar. O Clube de Engenharia, pela sua revista, número de julho-agosto de 1943, teve oportunidade de externar mui significativa opinião sobre as iniciativas do Conselho.

Evidenciou que, hoje, têm sido escassas e falhas as realizações cartográficas entre nós, justamente pela inexistência de um órgão centralizador de tais atividades. Observava-se a descontinuidade nos trabalhos cartográficos, a deficiência de dados nos mapas confeccionados, tudo ao influxo das circunstâncias, neste ou

naquele Estado da Federação, ou instituição cultural que houvesse tomado a seu cargo iniciativa de tal gênero.

O tópico da *Revista do Clube de Engenharia* termina com a transcrição da nota publicada pela *Revista Brasileira de Geografia* apelando à colaboração de todos os brasileiros neste trabalho patriótico que é a carta geográfica do Brasil, ora em elaboração pelos técnicos do C.N.G.



O eucalipto — Navarro de Andrade, o seu incentivador

Imigrante em nossa paisagem, o eucalipto está hoje perfeitamente integrado no cenário brasileiro. Ladeia nossas estradas, forma espessos bosques nas regiões baixas que desejamos sanear, cresce aos milhões, plantados pelas companhias de estradas de ferro, pelos fazendeiros, numa sábia política de reforestamento. O eucalipto constitui, hoje uma das nossas mais valiosas reservas econômicas.

Desnecessário será dizer que o eucalipto vem sendo combatido. Botânicos e leigos, argumentam com as desqualidades da árvore. Ela arranca o máximo do solo, deixando-o, absolutamente estorricado. É uma árvore sem sombra, hostil ao pássaro.

Assim, achamos curioso um pequeno trabalho do Sr. Robert Cook inserto na revista (1) e posteriormente traduzido para a revista *Ultra*, de Havana (n.º 62-10-941).

O sr. Cook inicia assim o seu trabalho:

Em reconhecimento a seus feitos extraordinários na introdução e utilização do eucalipto no Brasil, o Conselho da Associação Genética Americana conferiu ao Dr. Edmundo Navarro de Andrade a medalha Meyer.

Ao fazer a apresentação, o Sr. B. Y. Morrison disse que afortunadamente, as plantas emigrantes, não só viajam elas como também a gente que as cultiva e transplanta. Assim como o pequeno grupo de exploradores e experimentadores de novas plantas em todo o mundo representa um laço importantíssimo entre as nações.

Depois da cerimônia de condecoração, o Dr. Navarro pronunciou uma conferência no salão de atos do Cosmos Clube, em Washington. Na referida conferência explicou, em detalhes, suas experiências com o eucalipto no Brasil. O Dr. Navarro formou-se pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 1903 e no mesmo ano foi nomeado por Antônio Prado, presidente da Estrada de Ferro Paulista, para estudar um meio de fazer frente a necessidade de combustível da mesma. Visto que, na maioria das estradas de ferro do Brasil se usa madeira como combustível, Prado viu que a derrubada dos bosques resultaria um grande desastre, a não ser que o crescimento e a utilização fossem equilibrados. Para resolver este problema criou uma seção florestal e colocou Navarro à frente da mesma.

Para determinar que espécie crescia mais rapidamente em S. Paulo, Navarro estabeleceu várias plantações de árvores com mais de cem espécies das mais prometedoras: árvores nativas do Brasil e de todas as importadas que pudessem conseguir. Entre estas figuravam alguns eucaliptos, os quais Navarro trouxera de Portugal; outros que foram obtidos na Califórnia, África do Sul e mais tarde na Austrália. De um crescimento a todos os seus competidores.

Afim de obter a espécie que melhor se adaptou, Navarro visitou os Estados Unidos em 1910 e, três anos depois, a pátria do gênero, Austrália. Ali teve a ajuda cordial do professor J. H. Maiden, reconhecida autoridade mundial nesta especialidade. Sob a direção do professor Maiden, pôde ampliar seu já vasto conheci-

mento sobre a matéria. Como resultado destas viagens, Navarro estabeleceu na estação de Rio Claro, em São Paulo um parque contendo 123 espécies de eucaliptos, a mais vasta coleção de árvores deste gênero no mundo.

Mediante plantações em massa, sob várias condições, Navarro escolheu duas dúzias de espécies que eram melhor adaptadas para plantação florestal no Brasil. Quando tratou de obter apoio para este projeto destinado a equilibrar o consumo de combustível de madeira do Brasil, deparou-se-lhe uma oposição exasperada, um intenso jacobinismo botânico, o qual negava que nenhuma árvore importada poderia ser tão boa para nenhum propósito como algumas das inúmeras árvores nativas do Brasil. O recorrer a experiências em grande escala para demonstrar que a produção de madeira do eucalipto é superior a de outras árvores, só fez desviar o ataque a outros pontos: a madeira não ardia, a fumaça prejudicava os asfíxiava os trabalhadores da Estrada de Ferro, etc. Quanto a usar o eucalipto para outros propósitos, absurdo! A campanha de demonstração e educação para provar a falsidade destas objeções, levou mais tempo que as experiências para determinar as melhores espécies. Isto é tanto mais curioso, quanto o café, a principal colheita de exportação do Brasil, é também uma planta imigrante.

Nos anos recentes a grande luta do Dr. Navarro em favor da aceitação do eucalipto fez silenciar a oposição. A Estrada de Ferro Paulista, que patrocinou as primeiras experiências, foi a primeira a pô-las em prática. Hoje, esta Estrada de Ferro tem 17 bosques de eucaliptos com um total de 21 milhões de árvores e plantações em projeto numa média de 2 milhões de árvores por ano, para alcançar um total de 35 milhões. Isto completará as necessidades de combustível das 1 800 milhas de via férrea da Companhia Paulista. Outras estradas de ferro brasileiras e outras Companhias que empregam madeira de construção e madeira de combustível em suas operações têm seguido o exemplo, e hoje, bosques de mais de 100 milhões de eucaliptos têm transformado grandemente a paisagem em algumas partes do Estado de São Paulo compõe pelo menos um total de outros 100 milhões de árvores. A necessidade de plantações para consumo ulterior foi reconhecida por uma lei recentemente promulgada, a qual exige que todas as grandes Companhias que usam madeira como combustível, mantenham projetos de replantio florestal, fazendo anualmente plantações suficientemente grandes para cobrir, pelo menos em parte, suas necessidades.

O ritmo de crescimento das espécies de eucaliptos melhor adaptadas, é assombroso prossegue o articulista. Sabe-se que no primeiro ano crescem 6 pés com um progresso em altura igualmente rápido no segundo e terceiro anos. Houve um caso em que após 6 meses da plantação, as árvores haviam alcançado uma altura de mais de 5 metros. As plantações destinadas a servir de combustível são derrubadas após 7 anos. As árvores de 15 anos são suficientemente grandes para serem usadas como postes telegráficos e as de 25 anos dão dormentes. A madeira resiste bem à decomposição, se bem que, em geral, seja tratada quimicamente quando é usada para postes ou dormentes.

Reconhecendo a enorme campanha do Dr. Navarro para introduzir o eucalipto no Brasil, a importação da medalha Meyer chama a atenção para um notável e singular capítulo na transplantação florestal. O feito pode conduzir também a um novo emprego do eucalipto nos Estados Unidos. São Paulo tem um clima muito semelhante ao da Flórida e de outros Estados do Sul, onde o reforestamento constitui um problema muito sério. A espécie que o Dr. Navarro encontrou mais adequada para o Brasil, deveria talvez ser experimentada em nossa re-

gião do sudeste e países similares onde, ainda um crescimento menos espetacular, faria com que o eucalipto resultasse muito proveitoso.



A Cidade Universitária

A dispersão das várias partes de uma universidade tem inconvenientes de tal evidência que é dispensável comentá-los. Aduza-se-lhes a deficiência dos edifícios e instalações e ter-se-á a idéia da mediocridade do ensino aí ministrado. Esse o panorama do regime universitário da capital do Brasil.

As universidades norte-americanas são famosas pelos seus largos espaços, com dilatados horizontes, edifícios confortáveis especialmente construídos, campos para esportes, aparelhagem perfeita e completa. Os dias correm dentro delas com aprazimento para docentes e discentes que levarão, quando as deixarem, a alegre recordação do tempo em que nelas permaneceram, preparando solidamente o corpo, a inteligência e o espírito para as competições da vida. O ideal do ensino universitário deve ser esse e a preocupação atual dos poderes públicos no Brasil não é outra senão atingi-lo integralmente.

Decidimos, em consequência, a criação da nossa Cidade Universitária e o Ministério da Educação não tem poupado esforços no sentido de torná-la realidade.

Isto resolvido, oferecia-se à análise dos responsáveis pelo novo problema — o da localização dessa Cidade, examinado exaustivamente pelos técnicos. Nas suas conclusões submetidas ao Presidente Getúlio Vargas, opinaram elas pela escolha da vila Valqueire onde podem ser adquiridas grandes áreas mediante permuta por terrenos do Domínio da União, compensada a distância por um serviço de trens elétricos. Essa solução não é a ideal — reconhecem os seus autores — mas é a mais aconselhável, dadas as dificuldades decorrentes da situação geral do mundo que torna inviável qualquer outra, no momento.

Se a cultura é a arma poderosa, que constitui a força dos povos modernos, negligenciá-la é resignarmo-nos a um posto humilde de retaguarda na marcha ascensional da Humanidade. Urge, assim, elevarmos o nível do nosso ensino universitário da melhor forma e isso só conseguiremos centralizando-o e sistematizando-o de modo a que ele se difunda eficientemente para todos.

O Presidente Getúlio Vargas aprovou a escolha de Valqueire, certo de que o local se presta bem às edificações necessárias. Elas corresponderão amplamente, em qualidade e quantidade, às exigências do ensino, que entrará, assim, numa fase de elevado padrão e prestígio, no preparo consciencioso das novas gerações de brasileiros.



Expedição ao Monte Aconcágua

Organiza-se no Chile, presentemente, uma expedição com o objetivo de escalar o pico do Aconcágua, ponto culminante do Continente, com os seus 7 035 metros.

Os idealizadores da empresa traçaram um notável programa de estudos científicos de caráter geofísico meteorológico, médico-biológico da propagação de ondas elétricas e descargas eletrostáticas na cordilheira.

Atraídos pela grande importância desta elaboração têm partido para lá, de 1883 para cá, numerosas expedições científicas.

Desta vez, além dos estudos mencionados, os expedicionários pretendem efetuar explorações nos depósitos de neve suspensos na montanha e observar a morfologia de um precipício de 3 000 metros ali existente, considerado o mais alto do mundo.

Estes estudos estarão a cargo do dr. Arturo Larrain e do prof. Humberto Barrera, vice-presidente da Sociedade Científica do Chile. Entre os especialistas em questões andinas que tomarão parte na excursão, figura o sr. José Jeffs, já conhecedor do roteiro que vai percorrer. A empresa está sendo organizada há meses, tal a multiplicidade de equipamentos necessários para que os homens nela empenhados resistam aos embates da natureza.

Dando à expedição um outro sentido, além do científico, os cientistas levarão as 21 bandeiras das nações americanas para serem desfraldadas — juntas — lá em cima, como símbolo da harmonia que deve reinar no continente colombiano.



Nomes esquecidos

A existência de idealistas, de trabalhadores abnegados que se escondem no silêncio da província, consagrando todas as energias a uma causa superior, não será um fato inédito em nosso meio. O Brasil é vasto. As comunicações deficientes. Escassa a densidade demográfica. Pouco difundido ainda, o interesse pelas ciências naturais, pelas pesquisas.

Entretanto, merece uma consideração especial nomes como o de João Domingues dos Santos.

João Domingues dos Santos nasceu em João Pessoa a 8 de abril de 1863; era filho de Custódio Domingues dos Santos e Tereza Serafim dos Santos, de nacionalidade portuguesa, aqui estabelecidos no século passado.

A vida do paraibano ilustre pode ser dividida em duas fases. Na primeira ele foi, sobretudo, o homem de negócios, empenhado em grandes realizações; a segunda seria, também, de construção, mas construção em um outro sentido, estudando e escrevendo.

Integrou diversas comissões de estudo. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e consultor técnico do Conselho Regional de Geografia. Durante a administração João Pessoa tratou de assuntos ligados à economia do Estado, à reforma da Capital, ao plano de construção do porto e a abertura de um canal margeando o rio Sanhuaú, conforme atestam documentos e cartas encontradas no seu arquivo.

Ocupou até morrer o cargo de Diretor-Gerente da antiga Companhia Industrial de Cimento Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro e com todos os seus interesses nesta Capital, cuja sociedade a 1.º de maio de 1888 afora a ilha Tiriri e nela construiu a primeira fábrica de Cimento da América do Sul.

Dedicado ao labor das perquirições do nosso sub-solo, João Domingues dos Santos, nas suas pesquisas teve oportunidade de encontrar fósseis de várias espécies que foram estudados por especialistas brasileiros e, alguns deles, em homenagem ao seu grande descobridor, foram batizados, cientificamente com o seu nome.

João Domingues dos Santos colaborou em vários jornais do País e na imprensa provincial. No seu arquivo pouco ordenado foram encontradas algumas produções inéditas, destacando-se:

1 — *Exposição, por ordem alfabética, das famílias botânicas da flora da ilha Tiriri*; 2 — *Notas sobre a ilha Tiriri*, contendo a história da ilha, situação geográfica, aspecto físico, formação geológica, configuração, clima e salubridade, condições meteorológicas, estudo do solo, recursos econômicos, calcários, indústria piscícola agricultura, etimologia da palavra "Tiriri", depósitos de aluvião, artefatos indígenas, areias de moldar, formação do estuário paraibano e outras apreciações; 3 — *Breve notícia histórica sobre o Convento da Praia "Ponta de Campina"*, em cujo trabalho o autor estuda a fundação do templo e elucida certas dúvidas a

respeito da sua idade e construtores da obra atualmente em ruína; 4 — *Biografia do dr. Euzébio Paulo de Oliveira*, geólogo brasileiro; 5 — *Biografia do dr. Pedro Guilherme Lund*, naturalista dinamarquês que tão alto elevou o nome do Brasil pelas suas imortais descobertas paleontológicas; 6 — *"Apanhados sobre a ilha Stuart"*; 7 — *O Coco Naya*, estudo atualizado sobre a classificação botânica da nossa majestosa palmeira e sua importância como fruto comestível; 8 — *Nomenclatura das árvores existentes na capoeira que cobre a península de Cabedelo*.

Todo o material encontrado define o homem que aplicou a sua vida ao estudo das riquezas da nossa flora e ao ingrato labor da perquirição dos vários tesouros encerrados no sub-solo paraibano.

Já velho, era ainda uma inteligência moça e aguda. Nenhum fato da Paraíba antiga esquecerá, pelo que, consideravam-no uma fonte inesgotável de informações. A sua simpática personalidade era definida através de característicos próprios; desordenado no trajar, bigodes abundantes, olhos vivos e com uma tonalidade glauca, bem informado de tudo e de todos e excessivamente discreto.

A Paraíba perdeu um grande filho. Sem um título universitário ou de nobreza, foi no entanto um anônimo cuja inteligência honrou a terra do seu nascimento, pelos trabalhos de pesquisa e pelas suas importantes produções científicas.



Dois antigos Atlas do Brasil

Os velhos cartógrafos portugueses gozaram sempre de grande nomeada e é graças a eles que podemos acompanhar hoje com segurança a epopéia marítima do pequeno país da Europa na era das descobertas. Os atlas que eles confeccionavam com esmero, ou melhor, com uma verdadeira paixão pelo seu mistério, constituem documentos preciosísimos disputados pelas instituições culturais do mundo inteiro. Neles os sábios e pesquisadores vão abeberar-se com segurança, a fim de obter elementos indispensáveis à reconstrução de um glorioso período e à solução de inúmeros problemas de história e geografia.

No que se refere particularmente ao Brasil é inestimável a contribuição desses cientistas e artistas, por isso que, sendo a terra de Santa Cruz a mais bela jóia da Coroa de Portugal, os soberanos lusos recomendaram-no com o maior empenho a cosmógrafos e desenhistas, para que fixassem no primor dos seus traços e iluminuras todos os aspectos e relevos do mundo maravilhoso revelado por Cabral.

O Itamarati pôde ainda recentemente adquirir em Londres duas obras primas de cartografia, desconhecidas até agora. Um desses atlas, com trinta e seis cartas coloridas, intitula-se *Estado do Brasil coligido das mais recentes notícias que pôde ajuntar D. Jerônimo de Athayde, por João Teixeira de Albernaz, cosmógrafo de Sua Majestade. Ano de 1631*. O segundo atlas intitula-se *Livro de toda a costa da Província de Santa Cruz feito por João Teixeira de Albernaz. Ano de 1666*. E tem uma carta geral e trinta cartas parciais.

O exame dos dois álbuns é altamente instrutivo, podendo-se, graças a eles, elucidar muitos pontos obscuros na vida do Brasil colônia, alvo da rapacidade da pirataria estrangeira, defendido galhardamente como um patrimônio de inestimável valor e grandeza. A importância da terra brasileira resalta das linhas e dos contornos dessas preciosidades de mapoteca notáveis não só pela técnica como pelo esforço evidente de tornar bem nítidas as proporções da descoberta cabralina e os limites até onde se estendeu poderosamente, graças à tenacidade

dos pioneiros. O Itamarati fez, assim, uma aquisição de preço, que muito contribuirá para os estudos dos historiadores e geógrafos do Brasil.



O ensino do Tupi

O índio teve, com o movimento de 1930, uma era nova diante de si, abrindo-lhe possibilidades maiores de ser integrado na comunhão nacional. Os poderes públicos passaram a dar a atenção devida aos remanescentes das raças aborígenes, reorganizando os serviços de proteção e assistência ao selvícola. O brasileiro avançado e culto seria indigno de sua civilização, se consentisse que permanecesse à margem dela o rude habitante da terra generosa, descendente do avoengo primário, construtor, com o português e o negro, da pátria moça e bela, à qual estão reservados os melhores destinos na sua marcha ascensional. A tarefa é dura e longa. Exige soma apreciável de energias e sacrifícios, mas por isso mesmo deve ser enfrentada com otimismo e entusiasmo, para ser levada a bom termo.

O Governo tem órgãos competentes empenhados neste generoso combate, convido salientar o Conselho Nacional de Proteção aos Índios. A sua ação é variada e multifforme abrangendo tôdas as faces do palpitante problema. Ainda ultimamente o Conselho abordou a questão do ensino do tupi ou "nheengatú". Há entre nós, homens de autoridade moral, imbuídos fortemente das necessidades e tendências reveladas na realidade brasileira, que se empenham para que esse ensino seja facultado às novas gerações, estribando-se em razões convincentes, como sejam as seguintes, enumeradas em carta há pouco dirigida pelo professor Basílio de Magalhães ao general Cândido Rondon:

a) — o tupi exerceu notável influência na língua portuguesa falada no Brasil;

b) — o tupi, como língua geral adotada pelos próprios portugueses e pelos selvícolas das mais variadas raças e línguas, foi um grande fator da unidade nacional. A falta de uma língua geral não deixou de contribuir para o esfacelamento da América espanhola;

c) — o tupi foi durante séculos a língua nacional do Brasil. "Até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia, era mais ou menos de três para um, do tupi para o português. Em algumas capitâneas, como em São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará, onde a catequese mais influíu, o tupi prevaleceu por mais tempo ainda". (Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*, 51)... a língua que nas ditas famílias se fala (nas dos portugueses) é a dos índios, e a portuguesa os meninos a vão aprender à escola... (Vieira *Obras Várias*, 1, 249)".

O C.N.P.I. adotou essas conclusões e o general Rondon transmitiu ao Governo as suas sugestões no sentido da criação de uma cadeira de tupi na Universidade do Brasil.

O Ministério da Educação está estudando com simpatia o projeto, graças a cuja aprovação, além de pagarmos uma dívida de gratidão à raça aborígene, robusteceremos grandemente o nosso patrimônio linguístico e cultural.



Campos do Sul

(Palestra feita pelo professor Lindalvo Bezerra dos Santos ao microfone da P.R.A. 2 — Rádio do Ministério da Educação como contribuição do C.N.G. ao Curso de Férias organizado pela Associação Brasileira de Educação).

A palestra de hoje tem por objetivo principal fixar, de forma sintética, as paisagens do

Brasil Sul em que o aspecto vegetal dominante é dado pelos campos.

O horizonte aberto que se oferecer as regiões campestres não é exclusivo desta parte do Brasil. Os campos constituem o tipo de vegetação mais espalhado pelo território brasileiro, desde o setentrão do Estado do Amazonas até as fronteiras com a Argentina e Uruguai.

Assim, lá ao norte da linha equatorial se dilatam, em meio a floresta fechada amazônica, os campos do Alto Rio Branco, onde o elemento indígena, já civilizado ou em vias de civilizar-se, desenvolve a atividade de vaqueiro sugerida pelas vantagens econômicas que as pastagens oferecem.

Cobrindo quase todo o Brasil Centro-Oeste, caracterizando-o mesmo fitogeograficamente, acham-se os campos cerrados, vale dizer campos arborizados, de árvores esparsas, de aspecto geral xerófilo. Esta mesma formação enche o Triângulo Mineiro com o aspecto de campo, cujo avanço em São Paulo até a latitude aproximada de Sorocaba, revestindo terrenos sedimentares da era primária. Daí para o sul, as árvores retorcidas dos cerrados desaparecem e, a vegetação assume o aspecto de tapete gramíneo, geralmente baixo: são os campos limpos chamados Campos Gerais e que se intercalam entre a floresta de encosta oriental do planalto e a mata que enche o vale do rio Paraná.

Os Campos Gerais abrangem extensa área dos Estados do Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul, revestindo a região planáltica dessas unidades federadas, porém, convém notar, que esta não é a vegetação exclusiva na região. Estriando os campos, ao longo dos rios, vêem-se as florestas em galerias; fazendo grandes manchas em meio as campinas surgem bosques limpos, formados principalmente de Araucária, tendo de permo a erva-mate e a imbuia como espécimes mais importantes. E ainda constituindo pontos menores os caapós — ilhas de mata — salpicam a paisagem geral campestre.

Se descermos o planalto ao norte do Rio Grande do Sul, e atravessarmos o vale Jacuí, novamente enfrentaremos uma amplíssima planura, levemente ondulada a leste pelas *cochilhas* e achatando-se muito ao sudoeste e sempre revestida por um contínuo tapete de vegetação rasteira que se dilata, mesmo, além das fronteiras nacionais. É a Campanha, termo esse só empregado no Brasil.

Até agora temos resumido, e muito, o aspecto físico da região campestre do Brasil Sul.

Mas a esta paisagem se justapõe quadro cultural elaborado pela atividade humana e sempre em correlação com as condições do meio geográfico. É o que se pode chamar "colaboração harmoniosa entre a Natureza e o Homem".

A circunstância de ocorrerem em tão larga escala os campos no Brasil Sul, deve-se em grande parte ao tipo de clima semi-úmido e temperado do planalto meridional e da planície sulriograndense. Por sua vez, tal tipo climático, está ligado às condições de relevo e à latitude. Por outro lado, ainda esse tipo de clima, bem próximo do tipo europeu ocidental serve de atrativo para a instalação de elementos povoadores estrangeiros. É assim que nós vemos as típicas carroças de quatro rodas, muito comuns na zona rural paranaense, e que são uma amostra da cultura polonesa aí chegada através a imigração.

Mas dado o fato de os campos constituírem ótimas pastagens, a colaboração harmoniosa entre a Natureza e o Homem se traduz, em grau mais elevado, no gênero de vida aí observado, qual seja a criação de gado em larga escala

com o respectivo tipo humano do vaqueiro, gênero de vida que por sua vez repercute no tipo do *habitat* rural, que apresenta uma população cuja distribuição assemelha-se a núcleos dispersos.

Ainda a circunstância de, nas regiões campestres do Brasil Sul, principalmente no Paraná e em Santa Catarina, situarem-se núcleos de colonos estrangeiros a paisagem adquire uma expressão especial quando divisamos as policulturas européias, dispostas em alinhamentos onde o espírito geométrico ressalta.

A ocorrência dos pinheirais, com as Araucárias de tronco alto e reto e de copa lá no topo, aberta como uma taça muito rasa, imprime, à paisagem cultural um colorido regional traduzido no grande número de habitações construídas inteiramente de madeira e no grande número de serrarias cercadas pelas pilhas, bem arumadas, das pranchas de madeira em que foram transformados os belos pinheiros, tudo isso mostrando um intenso aproveitamento dos recursos naturais, que muito embora seja um sinal de avanço no grau de civilização, não deixa passar despercebido o aspecto da economia destrutiva, principalmente na orla das florestas araucárias.

Na campanha sulriograndense vive um tipo humano, que somente ele caracteriza suficientemente a região, tal é a sua expressão local. É o gaúcho, vaqueiro, campeador típico pelos seus trajes e pela sua psicologia. O gaúcho é um tipo curioso e que não pode ser estudado sem o seu complemento que é o *pingo*, isto é, o seu cavalo; também não podemos referirmo-nos a esse tipo humano sem falarmos no chimarrão e no churrasco, bebida e alimento típicos da vida nos campos sulriograndenses. O gaúcho é um excelente exemplo da adaptação humana ao gênero de vida que a natureza sugere, e no caso, temos o vaqueiro gaúcho vivendo nas extensas campinas do sul.

A região campestre do Brasil Sul, muito embora apresente um tipo de povoamento algo disperso, ainda é o centro de gravidade demográfica, principalmente nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Isto mostra que a zona florestal do oeste ainda não absorveu coeficiente muito grande de população capaz de determinar a rarefação da zona campestre, como ocorre em São Paulo em que a zona pioneira já está bastante deslocada para fora da área predominante dos campos. Em outras palavras, isto quer dizer que uma grande faixa interior do grande planalto meridional ainda não está conquistada pelo homem, quer dizer ainda é uma reserva de importância muito grande, principalmente se considerarmos que aí há terrenos em grande parte recobertos de floresta; portanto terrenos férteis, próprios para agricultura; e além dessas matas há manchas campestres que oportunamente serão aproveitadas para a pecuária.

Outro valor próprio à região dos campos é o nenhum obstáculo que oferece às comunicações e possivelmente será esta circunstância que favorecerá de muito a ligação entre a zona drenada pelo rio Paraná e a zona banhada pelo Oceano Atlântico.

Considerando-se que na natureza é sempre efetivo, embora também muitas vezes sutil o grau de correlação entre os fatos, temos que a região campestre, situada numa grande região natural como é o Brasil Sul, tem atualmente uma função econômica assaz importante e de qualquer maneira refletirá todo o progresso que esta parte do Brasil apresentar. E disto não tenhamos dúvida. O Brasil Sul, uma das últimas regiões a ser colonizada ao tempo do domínio português e castelhano tem apresentado ao fim ritmo de progresso impressionante, ao qual as condições atuais possivelmente favorecerão.

Opiniões

Conservação dos solos

O sr. J. Quintilliano de A. Marques do Departamento de Engenharia Rural do Brasil realizou na "Escuela Nacional de Agricultura Mariscal Estigarribia", no Paraguai, uma conferência subordinada ao título "Importância do Problema da Conservação dos Solos".

Nesta conferência, publicada em nosso país pela revista especializada *Ceres*, tiramos alguns ensinamentos que podem interessar mais de perto aos geógrafos.

Inicia o Sr. Quintilliano dizendo — com Francis Bacon — que a "natureza para ser comandada precisa ser obedecida". Considera que o homem desejando explorar os recursos naturais, precisa também submeter-se a uma disciplina, de modo a não alterar o equilíbrio entre os processos construtivos e os processos destrutivos de sua dinâmica evolutiva. Ilustrando esta afirmativa relembra o engenhoso artifício do escritor americano Russel Lord, afim de visualizar de maneira mais intuitiva as verdadeiras proporções dos fenômenos evolutivos que vem envelhecendo o nosso planeta.

Consistiu esse artifício de Russel Lord simplesmente em projetar numa tela imaginária uma série de fotografias consecutivas de nosso globo tiradas a intervalos regulares e projetadas com a velocidade de um filme cinematográfico.

Imaginando assim, o nosso globo fotografado desde o aparecimento dos atuais continentes ou seja desde há 757 milhões de anos atrás até o dia de hoje, usando intervalos de um ano entre as fotografias, essas formariam um filme cinematográfico que, para ser projetado numa tela com a velocidade usual de 24 quadros por segundo, levaria um ano inteiro de sessão contínua para ter sua projeção terminada.

Os fenômenos da crosta terrestre seriam apreciados na projeção com uma velocidade 757 milhões de vezes maior do que na realidade. Cada segundo de projeção corresponderia a 24 anos de evolução geológica, cada minuto corresponderia a 1 440 anos; cada hora corresponderia a 86 400 anos; cada dia corresponderia a 2 milhões de anos e assim por diante.

Adiante, prossegue:

O homem que consideramos civilizado somente iria aparecer em cena quando faltassem apenas 3 ou 4 minutos para terminar o filme. E nestes últimos instantes, justamente, é que o nosso filme iria tornar-se de fato interessante pois que, a par dos processos evolutivos de ordem geológica e de ordem biológica, que continuariam no seu curso lento e já pobre de novidades apareceriam os processos evolutivos de ordem psicológica e social, preenches de variações e novidades, cada vez mais familiares para nossa memória.

Variamos enfim, nestes instantes finais do filme, a colonização de novos países, a transformação de florestas em campos, o surgimento da terra ao vir do mar, a abertura de lagos, a introdução de novos animais e plantas; todas essas transformações que foram na evolução pre-humana uma questão de séculos, se realizarem em decênios apenas.

O homem, pode-se afirmar, impôs na vida do planeta ritmo de modificação 10 000 vezes mais acelerado do que foi o anterior à sua intromissão.

A velocidade de destruição do solo era pequena antes da intervenção do homem, graças aos protetores naturais com que a natureza sabiamente mantinha o equilíbrio entre seus processos construtivos e seus processos destrutivos.

Somente quando o homem, com a sua ignorância das leis naturais ou com a sua negligência para com o futuro de sua descendência, remove os protetores naturais do solo é que os agentes climáticos podem retirar em poucos dias aquilo que a natureza levou séculos para construir.

Entrando em cena o homem, além de remover os protetores naturais da natureza, descontrolou seu equilíbrio forçando com plantas e animais o povoamento de determinadas regiões, e, esquecendo-se de que na estrutura dessas plantas e desses animais estavam elementos minerais básicos que exportou para outras regiões, causando, a perda de fertilidade de regiões internas.

E' por isso tudo senhores, que Francis Bacon tinha muita razão quando afirmou que "a natureza para ser comandada precisa ser obedecida".

Preconizando enfim o que devemos fazer, disse ele:

Se quisermos preservar a fertilidade e manter a produtividade de nossos solos precisamos ouvir os ensinamentos da natureza e fazer uma série de ajustamentos nos nossos sistemas de cultivar, tendo sempre em mente que se os processos de destruição foram acelerados também os processos de construção o devem ser.

Em outras palavras, nós, exploradores da terra, temos que procurar normas de cultivo que não somente controlem a erosão mantendo o solo íntegro em sua estrutura mas que também conservem a fertilidade do solo repondo os elementos químicos que forem retirados pelas culturas sucessivas.

Nós, povos cuja riqueza basilar é a agricultura, temos necessidade e urgência de conservar o nosso solo, pois que ele é, sem dúvida, o recurso natural de maior valor de uma nação.

A História está cheia de exemplos de povos e regiões que se aniquilaram ou empobreceram devido à exaustão e à perda de seu solo por sistemas inadequados e imprevidentes de cultura.

Estudos arqueológicos recentes mostraram que a erosão dos solos foi um dos maiores responsáveis pelo declínio e desaparecimento de muitas das antigas civilizações da África e Ásia Central.

Percorrendo a história dos povos atuais podemos ver também nítidos vestígios da intervenção desastrosa do homem no harmonioso equilíbrio da natureza.

Num município produtor de trigo da Rússia, por exemplo, houve uma estrada importante cujas pontes, num período de apenas 33 anos, tiveram que ser aumentadas de 2 para 46, devido a grotões e valos produzidos por erosão.

A China cuja região montanhosa tem sido por muitos anos impiedosamente desflorestada, para atender as exigências de uma população excessivamente densa é hoje conhecida como a terra das enchentes e da fome.

Os Estados Unidos da América do Norte, país tão novo quanto o nosso mas cujo território foi sófregamente ocupado e explorado pelos colonizadores, hoje apresenta cerca de 30% de suas terras férteis destruídas ou seriamente ameaçadas pela erosão.

Observando, depois o Paraguai, faz as seguintes considerações:

Embora aqui em vosso país seja a topografia em sua maior parte pouco acidentada, e por isso pouco propícia à erosão, são os terrenos por outro lado, em sua quase totalidade, de textura arenosa e estrutura frouxa o que, de algum modo, indica serem bastante erosíveis.

Quem visita San Lorenzo, por exemplo, pode ver nas suas próprias ruas vestígios patentes de erosão. Com efeito, para reter o solo em seu lugar suas ruas e as alamedas de seus jardins possuem barreiras transversais que depois de certo tempo apresentam o aspecto de escadas ou de patamares, sinal evidente da natureza erosível do solo.

Quem viaja pela estrada Mariscal Estigarribia também pode apreciar os estragos de erosão nas suas valetas laterais que, apesar de em muitos pontos possuírem barragens de pedra para quebrar a velocidade de enxurrada e serem em grande parte convenientemente abauladas e revestidas de grama, mostram nos declives maiores grandes desbarrancados. Note-se que esta estrada não tem mais de três anos de construída.

Nos terrenos de cultura marginais à estrada Mariscal Estigarribia, pode-se perceber também estragos causados por erosão, especialmente naqueles da zona da montanha que são plantados com as fileiras na direção do maior declive.

E, segundo informações fidedignas que recebi, esta zona que teve oportunidade de conhecer não é a zona mais sujeita à erosão de vosso país.

Tudo indica, portanto, que a conservação de solos aqui no Paraguai constitui um problema de indiscutível importância e urgência embora, como no Brasil e em vários outros países, ainda não tenha sido considerado em sua devida conta pelos agricultores e pelo governo.

Essa negligência, aliás, não é de se admirar porquanto em todas as nações do globo tem sido o solo justamente o último dos recursos naturais a despertar o interesse público por sua conservação.

Uma das principais razões para esse desinteresse é que as perdas de solo por erosão superficial ou o depauperamento de sua fertilidade pela sucessão de culturas não são muitas vezes apreciáveis numa observação superficial e pouco avisada; e, assim, não conhecendo e não sentindo a extensão e a gravidade do mal, é natural que o indivíduo se desinteresse pelo seu controle.

Encerrando, encarece mais uma vez a importância do problema:

Sempre que o particular negligenciar e descurar da preservação da terra que explora, tornar-se-á imperativa uma ação governamental, impondo limitações à ação individual no que concerne ao uso da terra e forçando uma ação coletiva de defesa de sua fertilidade, afim de garantir sua integridade para gerações vindouras.

Além do mais, qualquer plano de exploração de vossa pródiga natureza deverá basear-se na hipótese da continuidade nacional pois que é princípio primordial de ciência política que o Estado tem vida imortal, e, já que o particular não pode organizar seus planos de exploração da terra numa base de tempo tão longa como o governo, cumpre a este tomar a si uma parte das despesas de conservação do solo.

E fica assim bem evidenciado, portanto, que o problema da conservação de vossos solos é, em suma, "um problema de política econômica ligado a um problema de necessidades físicas, o qual, atendendo aos interesses de cada geração

sucessiva, terá como objetivo garantir o maior bem para o maior número, pelo maior período de tempo possível".

Tenho certeza de que sabereis enfrentá-lo e resolvê-lo galharda e sábiaamente — concluiu o conferencista.

★

Climatologia médica

Em sessão realizada pela Sociedade de Pediatría do Uruguai, o Dr. J. Lourenço y Deal diretor do Hospital Pereira Rossell de Montevideo e o Prof. Elzear S. Giuffra, perceberam um fato de verdadeiro interesse para a meteoropatologia.

No dia 7 de novembro, transato o pessoal de guarda no referido estabelecimento (hospital de crianças), levou ao conhecimento da diretoria que os meninos, manifestavam sinais de uma grande inquietação, sem causa aparente. Feito minucioso reconhecimento médico, e não se encontrando com efeito outro motivo para o desusado desassossego dos pequenos asilados, senão, a temperatura reinante pediu-se informação meteorológica ao Prof. Giuffra, sem revelar detalhes da observação realizada. Ao terminar a consulta, dito professor, manifestou que o mencionado dia, reinando vento do Norte com altas temperaturas, céu opalescente e umidade inferior a 50% correspondia à formação de um centro ciclônico secundário, posado sobre as províncias da República Argentina e que a carta meteorológica das 9 horas era de extraordinária semelhança com a carta teórica correspondente ao vento norte, capaz de produzir o vento que no Hemisfério sul equivale ao vento do Centro produtor do síndrome do vento do meio dia explicado pelo Professor Georges Mouriquand para o vale do Ródano.

O interessante da comunicação estribava-se em que o Prof. Giuffra, alheio ao ocorrido no Hospital, indica a rotação do vento ao sul e o começo da chuva na justa hora em que o pessoal de serviço na sala dos latentes, advertia uma cessação quase repentina da inquietação das crianças. ("Do Boletim — Investigaciones Geográficas del Instituto de Estudios Superiores del Uruguay").

★

Outro viajante estrangeiro

Bastante conhecidos os viajantes que por aqui transitaram desde a primeira hora de nossa colonização, cujos depoimentos trouxeram até nossos dias, a imagem pitoresca do Brasil de ontem.

Ao espírito científico de um Maximiliano de Neuwied, à agudeza de observação de um Saint-Hilaire — para não citar dezenas de outros — muito devemos.

Diremos mesmo que os sociólogos, historiadores, cientistas patricios de um modo geral, lutariam hoje com dificuldades sérias para obtenção de dados que possibilitassem uma reconstrução do nosso passado — se não fôsse os colegas não portugueses do português Caminha.

Falamos assim porque o latino, o português de um modo particular, tem uma vocação acentuada para o exagêro, para o deslumbamento infantil. Raro a sinceridade e a precisão de um Antonil, ou um diálogo ilustrativo como o de Alviano e Brandônio. A maior parte dos cronistas lusos disse verdades, é bom que se reconheça, mas, de envolta, legou à posteridade uma cópia vasta de mentiras. Difícil, assim, separar o joio do trigo; separar a notícia exata, das descrições fabulosas de tesouros, de animais desconhecidos, de milagres, fatos inverossímeis de toda natureza. De resto, o cronista lusitano seria quase que unicamente o padre.

Os tempos mudaram. Mas a opinião de um viajante inglês sobre nosso País ainda possui para os brasileiros uma significação especial.

Queremos fazer aqui uma referência ao prof. C. B. Williams, figura notável, por todos os títulos, entre os cientistas britânicos contemporâneos. Entomologista da Estação Experimental de Rothamsted, em Herpenden, Grã-Bretanha, já trabalhou cinco anos em Trinidad, seis anos no Egito e dois anos na África Oriental. Tem-se dedicado, ultimamente, a estudos sobre os aumentos e diminuições das populações dos insetos, bem assim, sobre as migrações dos mesmos, especialmente dos lepidópteros, isto é, das borboletas.

Em nosso País, procurou ele visitar o que poucos brasileiros já tiveram oportunidade de conhecer — o Parque Nacional de Itatiaia. Esta visita deu motivo a que o cientista britânico fizesse interessantes declarações. — O Itatiaia — disse o prof. Williams — se parece muito, quanto à sua situação, altitude, clima, com a Estação Experimental de Agricultura de Amami, em Tanganica, África Oriental. Contudo, sua inseto-fauna é inteiramente diversa e por demais numerosa.

“Esta segunda circunstância comum a outras zonas do país, implica na necessidade de um grande número de especialistas, afim de poderem levar a termo todos os necessários estudos. Creio que não erro dizendo que o Brasil requererá o esforço de mais de mil entomologistas. O campo de atividades é, aqui, imenso. Nós temos, na Inglaterra 66 espécies de borboletas; na Estação Biológica do Itatiaia, e somente dessa região, encontrei uma coleção de mais de 3 500.

“O Parque, no seu conjunto, é um riquíssimo campo de estudos. Sua criação foi um ato muito acertado, cujos benefícios serão cada vez mais sensíveis. Encontrei tudo em ordem, com muitos trabalhos de melhoramentos em marcha, demonstrando que o ministro da Agricultura, o diretor do Serviço Florestal e os seus técnicos compreendem o valor que aquele departamento representa para o desenvolvimento do estudo das ciências naturais.

“Considero muito bem o que o governo brasileiro está fazendo no campo da pesquisa científica. Não é muito extenso, dada a vastidão dos problemas, pois conforme disse, calculo que os senhores precisarão de mais de um milhão de entomologistas, ao passo que nós, na Inglaterra, estamos mais ou menos servidos, com os duzentos ou trezentos que possuímos, mas é criterioso e seguro. Os senhores pensam no futuro.

“Se me fosse permitido apresentar uma sugestão, eu diria que maiores benefícios poderiam ser conseguidos desde que se ministrassem os conhecimentos básicos das ciências naturais desde a escola primária. Na Inglaterra, as crianças recebem amplas noções sobre as coisas da natureza desde os 12 anos. E o senhor não avalia como as apreciam. Inteligentes e vivas, as crianças brasileiras por certo demonstrarão um interesse não menor por esses assuntos, se eles forem postos ao seu alcance. A natureza neste país é tão exuberante e está tão próxima que o seu estado é quase um convite à curiosidade de todos”.

Terminando, com esse senso prático bem inglês, dirigiu um apelo às crianças brasileiras.

Cada vez que elas, nas suas cidades ou lugares do interior, observarem bandos de borboletas viajando numa determinada direção, deverão enviar-me uma dessas borboletas, dizendo a data e o lugar em que a apanharam e a direção em que o bando voava: se do norte para o sul, ou de leste para oeste, etc. Não é necessário preparar o inseto com esmero, como fazem os colecionadores. Em qualquer estado servem

para que eu possa identificá-las. Meu endereço é “Rothamsted Experimental Station, Harpenden, Inglaterra”. Para mais facilidade, o material poderá ser também enviado para o prof. Costa Lima, Escola de Agronomia, Praia Vermelha, ou para o prof. Eduardo May, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

★

A carta do Brasil ao millonésimo

O conhecimento do território de um país é condição essencial de seu progresso, mas deste mesmo progresso depende aquele conhecimento. — afirma em recente palestra, o prof. F. Venâncio Filho.

Daí a lentidão com que se vem organizando as cartas geográficas das diversas regiões do globo. A da França, iniciada no século XVII só foi concluída no seguinte. A dos Estados Unidos, começada em 1815, ainda não foi ultimada. E' que trabalhos deste porte exigem operações vultosas, em recursos financeiros e técnicos de toda a ordem. E por isso têm de ser feitas por aproximações sucessivas que vão desde as cartas gerais até os detalhes das plantas topográficas, em escala reduzida. Andou, pois, sábiamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cujo sétimo aniversário acaba de transcorrer, em procurar atualizar a carta geográfica com que o Clube de Engenharia comemorou em 1922 o centenário da nossa Independência. Como se sabe, foi projetada por duas conferências internacionais, a de Londres em 1909 e a de Paris, em 1913, a construção de uma Carta do Mundo, uniforme, na escala de um por um milhão. Conforme as convenções internacionais aí fixadas seria a superfície terrestre dividida em fusos de 6°, a contar do meridiano de Greenwich, cada fuso por sua vez dividido por faixas de 4° em 4°, a partir do equador. Nesta distribuição a superfície do Brasil compreenderia 52 folhas de quadriláteros de 6° de longitude por 4° de latitude, mas, como pela firma triangular que ela apresenta, algumas regiões ocupariam pequena porção de sua folha própria aquela número pode ser reduzido a 49, conforme se tem feito em outros países. Decreto do Governo de 1938 incluiu este trabalho entre os do Recenseamento de 1940. E por isso o Conselho Nacional de Geografia que faz parte do I.B.G.E., vem se empenhando denodadamente nesta tarefa. Deliberou empreender campanhas diretamente endereçadas a este propósito, como sejam a da *Descriminação das linhas divisórias*, de todos os municípios e distritos brasileiros, a *Dos Mapas Municipais* pela qual conseguiu ter cartas dos 1 574 municípios de nossa divisão administrativa; a *Das coordenadas geográficas* não só para fixação astronômica de posições geográficas fundamentais, como para elementos de referências ao aproveitamento dos mapas municipais; finalmente a “Campanha Altimétrica”, afim de se ter melhor conhecimento do relevo do solo brasileiro. Estas duas últimas, mais próximas do objetivo da Carta Geral, exigiam uma preparação especial de técnicos, orientados pelo prof. Alirio de Matos, da Escola Nacional de Engenharia, que planejou a determinação de coordenadas das sedes de 60 municípios, aproveitando necessariamente as que já sejam conhecidas ou outras que possam ser feitas por serviços existentes, como o Serviço Geográfico, o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo e mais instituições oficiais.

Para a representação do relevo devem ser utilizados os novos métodos da aerofotogrametria.

Até agora já foram determinadas cerca de 600 coordenadas, das quais 450 pelo Serviço da Campanha. Para a região mais povoada as fô-

lhas são na escala de 1 para quinhentos mil que se ajustam quatro a quatro, para constituírem as da escala internacional.

O trabalho é necessariamente lento e penoso mas conduzido com todo o critério e zelo para os fins em vista, graças a alto espírito de colaboração que a todos anima, sob a suprema direção do Embaixador Macedo Soares e Dr. Cris-tóvão Leite de Castro.

O conhecimento mais aproximado da nossa carta geográfica realizada em moldes novos, será condição necessária a qualquer planejamento das múltiplas atividades nacionais, dentro daquele largo programa que Alberto Rangel afirmou ser o grande problema nacional: conhecer-nos.

E dêsse conhecimento, cada vez mais minucioso, advirão para a ciência proveitos inestimáveis, como, por exemplo, o da verificação de ser o arco geratriz do elipsóide achatado do hemisfério sul idêntico ao do hemisfério norte, conforme lembra o prof. Carneiro Filipe.

Concluída esta "Carta ao milionésimo" do Brasil, teremos uma imagem mais fiel de nossa Pátria, cujo território a audácia dos conquistadores demarcou e a ciência dos contemporâneos ponde fixar em normas internacionais.



A Geografia como arte e como filosofia

A reunião anual de 1942, da Associação Britânica de Geografia (British Geographical Association) realizou-se na antiga cidade de Exeter, devastadoramente bombardeada. "Dois mil anos para criar-se a cidade de Exeter; sessenta minutos para destruir sua forma exterior, mas não o seu espírito", disse W. Stanley Lewis ao falar sobre *The South West*. Seu discurso, o de inauguração, pelo eminente clássico Dr. John Murray, e a resposta de Sir Halford J. Mackinder foram publicados no número de *Geography* de dezembro de 1942.

O Dr. Murray verberou a finalidade de geografia. "Não é dispersiva, perguntou ele, uma

congrégie de "geografias", ao em vez da concentração em um esforço "magistral"?". Sir Halford levantou a luva, com o seu trabalho *A Geografia, como arte e como filosofia*. Nele vemos, em ação. De passagem, a "geopolítica" foi afastada por uma simples frase: "O hábito da época vitoriana, de pensarmos em fronteiras políticas, deve estar agora seriamente desacreditado".

Crê Sir Halford que existe consenso geral entre os geógrafos, sobre estes quatro pontos: Campo de estudo, técnica, modo visual de pensar, modelo básico do mapa do mundo. Para o primeiro ponto, contribui ele com o conceito da "hidrosfera" como princípio unificador. "Ela envolve a Terra desde acima das nuvens estratificadas até abaixo da água mais profunda do abismo oceânico; digamos, provisoriamente, doze milhas, acima e abaixo". Quanto à técnica, o fato central é naturalmente o mapa. Recordou-se a frase do Dr. Thring: "O geógrafo pensa segundo contornos". O geógrafo lê o mapa e vê a imagem. Contudo "a imaginação geográfica experimentada não se limita às formas em duas dimensões... Ela consegue ver também os contornos dos sólidos e das circulações fluidas". A idéia destas últimas nos leva a outro assunto, o elemento tempo, desde que teoricamente, o mapa é sincrónico. O modelo básico do mapa do mundo "deve ser o das linhas costeiras e dos cursos dos rios (não as linhas políticas)". No modelo básico, superpõem-se outros modelos, correspondendo às questões relativas aos fenômenos e processos. "Por que ali". Daí as geografias "especializadas", ou, como Mackinder prefere denominá-las, geografias "híbridas ou aplicadas". Ele cita os seus próprios estudos regionais e os de Herbertson como "uma tentativa de integração global dos padrões geográficos", porém "somente a corça humana pode dar ampla significação a Geografia", como filosofia, ela "integra suas conclusões do ponto de vista humano e assim se afasta da objetividade da ciência, porque alinha valores ao lado de fatos medidos. Daí ser a visão ampla a sua característica". E hoje em dia, pela primeira vez na história do mundo, aquela visão se tornou global. (Da "Geographical Review", American Geographical Soc., N. Y., Abril de 1943, traduzido por Edison G. Dias).

Mapa esquemático das bacias hidrográficas



Mapa esquemático da distribuição da rede hidrográfica do Brasil, segundo a Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Hidrografia *

Prof. LÚCIO DE CASTRO SOARES
Encarregado dos Estudos Geográficos do Serviço
de Geografia e Estatística Fisiográfica

O Brasil possui uma das maiores e mais importantes rêsdes hidrográficas do globo.

Sendo um país de vastíssima extensão territorial, abrange a sua enorme superfície *grandes bacias* fluviais, formadas por inúmeros e extensos rios, artérias caudalosas, em virtude da elevada pluviosidade que as alimenta (notadamente na região norte).

A grande maioria dos rios brasileiros é constituída por *rios de planalto*, pois o Grande Planalto Brasileiro ocupa cêrca de 5/8 da superfície total do país. Dentre os rios que correm por sôbre o Planalto, destacam-se, pela extensão e volume consideráveis, o Paraná e seu afluente Tietê, Paraíba do Sul, Doce, São Francisco, Tocantins e seu afluente Araguaia, além do Tapajoz e Xingú, tributários diretos do Amazonas. Este último, mais os seus afluentes Purús, Juruá, Javari, Japurá, Içá e Negro, são *rios de planície*, bem como o Paraguai (bacia do Prata), o Parnaíba e os rios maranhenses.

Sujeitos também a regime pluvial, os rios da região semi-árida do Nordeste apresentam a particularidade de serem *torrenciais*, de regime muito irregular, devido às condições climáticas especiais desta grande região natural do Brasil (pluviosidade reduzida e, principalmente, a má distribuição da mesma, apresentando um longo período de sêca). Daí o fato de os rios nordestinos *não serem perenes* como os das demais regiões do país. São *rios temporários*, rios que “corram nos períodos de “sêca” ou de grandes estiagens, como por exemplo, o Jaguaribe, o maior de todos, o Açú, o Mossoró, o Paraíba do Norte, o Curimataú, o Capiberibe e Beberibe, e os últimos afluentes do São Francisco, como o Pajeú e o Moxotó, em território pernambucano e o Jacaré e Salitre, em território baiano. Mais ao sul, desaguando diretamente no Atlântico, o Vasa-Barris, o Real e o Itapicuru são, igualmente, rios não perenes.

A rêsde fluvial do Brasil pode ser dividida em oito *bacias hidrográficas*, dentre as quais algumas — como as do Nordeste, Leste e Sueste — não são bacias isoladas como as demais: do Amazonas, do São Francisco, do Paraná, do Paraguai e do Uruguai; são agrupamentos de várias bacias independentes, de rios tributários diretos do Atlântico, e denominados de acôrdo com as respectivas posições geográficas do país. A maior de tôdas é a bacia do Amazonas que, com 4 819 819 km², ocupa pouco mais de metade da superfície total do Brasil, abrangendo os quatro maiores Estados da União — Amazonas, Pará, Goiaz e Mato Grosso (êstes três últimos não inteiramente), além de todo o Território do Acre — e onde sobressaem, pelo tamanho, as bacias secundárias de seus afluentes Madeira, Tapajoz, Xingú, Tocantins e Negro. Seguem-se-lhe, segundo a ordem decrescente de superfície, o grupo do Nordeste, com 886 581 km², onde se destacam as bacias do Parnaíba, do Jaguaribe, do Açú e do Capiberibe-Beberibe; a bacia do Paraná, medindo 859 476 km² e cujas principais bacias secundárias são as do Tietê, Ivaí, Paranapanema, Iguaçu, Ivinheima, Pardo e as dos seus formadores Paranaíba e Grande; o grupo de Leste, com 607 505 km², com as im-

* O presente trabalho da lavra do Professor Lúcio de Castro Soares, encarregado dos Estudos Geográficos da 4.ª Secção do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica está publicado no Capítulo I — Situação Física — do *Brasil 1942*, editado pelo Ministério das Relações Exteriores.

portantes bacias do Paraíba do Sul, Doce, Jequitinhonha e Contas; a bacia do São Francisco, cobrindo uma área de 580 757 km²; a do Paraguai, com 352 300 km², sendo a bacia do Cuiabá a maior de suas bacias secundárias; o grupo de Suleste, abrangendo um total de 202 583 km², cujas mais importantes bacias são as do Ribeira de Iguape, Itajaí e Jacuí; e, por último, a baía do Uruguai, com seus 202 168 km² em território nacional.

Bacias hidrográficas do Brasil

Distribuição das áreas, segundo as unidades federadas

UNIDADES FEDERADAS		ÁREA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO OFICIAL DAS BACIAS								Total
		Bacia I	Bacia II	Bacia III	Bacia IV	Bacia V	Bacia VI	Bacia VII	Bacia VIII	
		Amazonas	Nordeste	São Francisco	Leste	Paraguai	Paraná	Uruguai	Suleste	
D. Federal.....	{km2	—	—	—	1 167	—	—	—	—	1 167
	%	—	—	—	100,0	—	—	—	—	100,0
Alagoas.....	{km2	—	12 860	15 711	—	—	—	—	—	28 571
	%	—	45,0	55,0	—	—	—	—	—	100,0
Amazonas.....	{km2	1 825 997	—	—	—	—	—	—	—	1 825 997
	%	100,0	—	—	—	—	—	—	—	100,0
Baía.....	{km2	—	—	269 254	260 125	—	—	—	—	529 379
	%	—	—	50,9	49,1	—	—	—	—	100,0
Ceará.....	{km2	—	148 591	—	—	—	—	—	—	148 591
	%	—	100,0	—	—	—	—	—	—	100,0
Esp. Santo.....	{km2	—	—	—	44 684	—	—	—	—	44 684
	%	—	—	—	100,0	—	—	—	—	100,0
Goiás.....	{km2	525 813	—	—	—	—	134 380	—	—	660 193
	%	79,6	—	—	—	—	20,4	—	—	100,0
Maranhão.....	{km2	33 500	312 717	—	—	—	—	—	—	346 217
	%	9,7	90,3	—	—	—	—	—	—	100,0
M. Grosso.....	{km2	950 266	—	—	—	352 300	17 475	—	—	1 477 041
	%	64,3	—	—	—	23,9	11,8	—	—	100,0
M. Gerais.....	{km2	—	—	221 583	231 908	—	140 319	—	—	593 810
	%	—	—	37,3	39,1	—	23,6	—	—	100,0
Pará.....	{km2	1 336 216	26 750	—	—	—	—	—	—	1 362 966
	%	98,0	2,0	—	—	—	—	—	—	100,0
Paraíba.....	{km2	—	55 920	—	—	—	—	—	—	55 920
	%	—	100,0	—	—	—	—	—	—	100,0
Paraná.....	{km2	—	—	—	—	—	186 247	—	13 650	199 897
	%	—	—	—	—	—	93,2	—	6,8	100,0
Pernambuco.....	{km2	—	31 750	67 504	—	—	—	—	—	99 254
	%	—	32,0	68,0	—	—	—	—	—	100,0
Piauí.....	{km2	—	245 582	—	—	—	—	—	—	245 582
	%	—	100,0	—	—	—	—	—	—	100,0
Rio de Janeiro...	{km2	—	—	—	42 404	—	—	—	—	42 404
	%	—	—	—	100,0	—	—	—	—	100,0
R. G. do Norte.	{km2	—	52 411	—	—	—	—	—	—	52 411
	%	—	100,0	—	—	—	—	—	—	100,0
Rio G. do Sul...	{km2	—	—	—	—	—	—	149 183	136 106	285 289
	%	—	—	—	—	—	—	52,3	47,7	100,0
S. Catarina.....	{km2	—	—	—	—	—	9 168	52 985	32 845	94 998
	%	—	—	—	—	—	9,6	55,8	34,6	100,0
São Paulo.....	{km2	—	—	—	12 370	—	214 887	—	19 982	247 239
	%	—	—	—	5,0	—	86,9	—	8,1	100,0
Sergipe.....	{km2	—	—	6 705	14 847	—	—	—	—	21 552
	%	—	—	31,1	68,9	—	—	—	—	100,0
Acre.....	{km2	148 027	—	—	—	—	—	—	—	148 027
	%	100,0	—	—	—	—	—	—	—	100,0
BRASIL.....	{km2	4 819 819	886 581	580 757	607 505	352 300	859 476	202 168	202 583	8 511 189
	%	56,7	10,4	6,8	7,1	4,1	10,1	2,4	2,4	100,0

Estas grandes bacias, porém, não são compartimentos estanques: há casos freqüentes de ligações de umas às outras pelas cabeceiras de seus rios, comumente por lagoas, brejos ou banhados. Tais pontos de intercomunicação constituem, em última análise, verdadeiras nascentes comuns de rios de bacias diferentes, e recebem o expressivo nome de "águas emendadas" está no fato de os divisores de águas — que no velho Planalto Brasileiro, fortemente desgastado e rebaixado pela erosão plúvio-fluvial, raramente correm por cristas de serras — estarem freqüentemente situados sobre planaltos e chapadas sedimentares, planas ou de declividade quase nula. Já foi assinalada mais de uma dezena dessas ligações de bacias (que podem ser perenes ou periódicas, existindo as deste último tipo na época das chuvas), e destacando-se dentre elas a lagoa do Varedão, que comunica a bacia do São Francisco com a do Tocantins (vertente amazônica); as lagoas Comprida e Capitão Agostinho, juntamente com várias outras águas emendadas, ligando a bacia do Parguai com a do Amazonas, além das que unem a do Paraná com as do Tocantins, São Francisco e Uruguai. Nenhuma dessas comunicações é navegável, com exceção da que liga o Rio Negro com o Orenoco, o canal do Cassequiare, já porém em território venezuelano. Dêsse modo, o Brasil estaria dividido em imensas ilhas fluviais, de milhões de quilômetros quadrados cada uma.

O principal ponto de dispersão das águas brasileiras encontra-se no Maciço Central, nas proximidades da serra dos Pirineus (Goiás), nó orográfico desse sistema. A situação deste ponto, na região central, poderá ser de grande importância econômica quanto aos transportes, pois os principais rios que daí se irradiam são, em grande parte, navegáveis, pelo que constituiriam meios de comunicação com o *hinterland*, tornando-se assim verdadeiros caminhos naturais que poderiam ser aproveitados como vias de penetração para o Brasil Centro-Oeste e canais de escoamento das riquezas naturais desta região.

O Amazonas é o maior e o mais típico rio brasileiro de planície. Suas principais características — comprimento (mais de 5 000 km, sendo que mais de 3 000 km dentro do território brasileiro); largura (variando, desde 2 km até mais de 100 km na sua embocadura); volume (sua descarga varia de 60 a 140 mil metros cúbicos por segundo); e enorme bacia hidrográfica (mais de 6 milhões de quilômetros quadrados, dos quais mais de 4 800 000 dentro do Brasil) — apresentam grandezas que o colocam entre os maiores rios do mundo, justificando-se-lhe, assim, a sinonímia de "Rio Mar".

O São Francisco, rio essencialmente de planalto, representa bem as artérias brasileiras desse tipo. Correndo em seu maior percurso na direção geral sul-norte, atravessa Minas Gerais e Baía, e, infletindo, ao norte deste Estado, para leste, em busca do oceano, banha Pernambuco e separa Alagoas de Sergipe. Navegável em mais da metade do seu comprimento, e correndo paralelo à costa, mas bem para o interior, serviu, ao tempo da colonização, de via de penetração para a conquista dos sertões do nordeste e do leste brasileiro. Desempenhando até os dias de hoje, pela sua navegação ativa, o importante papel de elemento natural de ligação entre o norte e o sul do Brasil, recebeu a expressiva alcunha de "rio da unidade nacional".

O rio Paraná é o eixo da mais importante bacia do Brasil Sul, a qual pela sua grande superfície ocupa o segundo lugar entre as mais extensas bacias do território, vindo logo após a do Amazonas, como bacia independente.

Este rio, além de representar aproximadamente o limite ocidental da região sul, desempenha o papel de coletor geral das águas da maioria dos rios que descem do planalto meridional.

Por ser navegável em regular extensão, serve atualmente de meio de comunicação natural entre os Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e a República Argentina.

O trecho navegável, em território brasileiro, estende-se do salto do Urubú Fungá (a montante da confluência do Tietê) ao das Sete Quedas ou Guaíra, no comprimento de 550 km. Após a pequena interrupção de Guaíra a Porto Mendes (vencida por curta via férrea), inicia-se o segundo trecho navegável, na planície platina.

Correndo sobre planaltos e planícies, as grandes artérias fluviais brasileiras são *navegáveis* em grandes extensões. Está neste caso o São Francisco, o Araguaia e o Tocantins, cada qual com mais de 1 000 km navegáveis, o Paraná com a metade desta extensão, e, destacadamente, o Amazonas, que oferece as melhores condições de navegabilidade contínua em todos os seus 3 165 km de curso dentro de território nacional. Somados todos os trechos navegáveis dos rios brasileiros — com exceção dos ainda não explorados — atinge a 43 955 km a extensão total navegável da rede fluvial, assim distribuídos pelas bacias hidrográficas: bacia do Amazonas — 25 446 km; bacia do Nordeste — 4 498 km; bacia do Leste — 2 253 km; bacia do São Francisco — 4 133 km; bacia do Suleste — 1 286 km; bacia do Uruguai — 625 km; bacia do Paraná — 3 367 km; e bacia do Paraguai — 2 345 km. É a bacia amazônica a que apresenta, como se vê, a maior extensão fluvial navegável, concorrendo com 57,89% sobre o total do Brasil. O quadro abaixo apresenta as maiores extensões navegáveis dos principais rios brasileiros:¹

RIO	Extensão navegável (km)	Bacia
Amazonas.....	3 165	Do Amazonas
Purús.....	2 853	» Amazonas
São Francisco.....	2 712	» São Francisco
Tocantins.....	1 372	» Amazonas
Araguaia.....	1 300	» Amazonas
Guaporé.....	1 239	» Amazonas
Madeira.....	1 090	» Amazonas
Itapecurú.....	826	» Nordeste
Paraguai.....	722	» Paraguai
Parnaíba.....	668	» Nordeste
Das Velhas.....	647	» São Francisco
Jequitinonha.....	614	» Leste
Uruguai.....	530	» Uruguai
Paraná.....	550	» Paraná
Ribeira de Iguaçu.....	300	» Suleste
Doce.....	220	» Leste
Jacuí.....	220	» Suleste
Itajaí-Açu.....	180	» Suleste

Os Estados brasileiros que possuem as maiores extensões fluviais navegáveis são: Amazonas, com 12 919 km; Mato Grosso, com 5 079 km; Bahia, com 4 879 km; Minas Gerais, com 2 430 km; Piauí, com 1 886 km; além do Pará, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, com mais de mil quilômetros cada um. Os demais Estados oferecem também condições e possibilidades de navegação em seus rios, variando a extensão navegável dos mesmos de dezenas a centenas de quilômetros.¹

Relativamente à sua enorme área, o Brasil não é muito rico em *bacias lacustres*. Apesar de haver, espalhadas por todo o interior do país, inúmeras lagoas de variadas dimensões, é, no entanto, pela sua faixa periférica que a maior parte e as mais importantes delas se distribuem, ora bordando o litoral atlântico, ora balizando a fronteira terrestre, sem mencionar as inúmeras disseminadas pelo vale do Amazonas.

Quanto à origem, podem os lagos e lagoas do Brasil ser divididos em três tipos: de barragem, fluviais e de erosão. Os do primeiro tipo, ou de formação litorânea, são formados ao longo da costa, pela barragem de braços de mar ou das embocaduras de rios por dunas, cordões litorâneos ou restingas e bancos aluviais. As maiores lagoas costeiras de barragem são as dos Patos (10 144 km²), Mirim (2 966 km²) e Mangueira, no Rio Grande do Sul; Feia, Araruama, Saqua-

¹ Dados fornecidos pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação.

rema e Maricá, no Rio de Janeiro; além das de menor área da região da foz do Rio Doce (Monsarás, Aguiar e Aviso), no Espírito Santo; e as dos litorais baiano, sergipano, alagoano (Jequiá, Manguaba e Norte) e riograndense do norte (lagoa de Extremos).

As lagoas fluviais — mais numerosas na bacia amazônica, onde são chamadas lagoas ou “lagos de várzea” — constituem depressões rasas, que armazenam as águas dos rios no período das enchentes, estando a eles ligados por canais denominados “furos”. No Amazonas, os principais destes lagos são: o Grande de Vila Franca, o Autaz e o Codajaz. No Pará, o Monte Alegre e o Paracari. Características do rio Paraguai são as suas lagoas marginais, em forma de crescente e a ele ligadas por curtos canais. Estas lagoas recebem o nome de “baías” e possuem geralmente grandes superfícies, funcionando também como reservatórios reguladores das cheias do Paraguai, como a Baía Negra e as lagoas Mandioré, Cáceres, Gaíba e Uberaba, que se alinham ao longo da fronteira boliviana. Ainda em Mato Grosso, encontram-se imensos lagos de inundação, no chamado Pantanal Matogrossense.

Pertencem ao terceiro tipo — de erosão — os lagos cavados pelos rios e águas correntes nos terrenos sedimentares. Têm quase sempre maior comprimento que largura, parecendo representar dilatações dos próprios leitos dos rios, como os do Alto Piauí, onde se encontra a lagoa de Parnaguá, com 42 por 12 km. A lagoa Juparanã, no Espírito Santo parece ser deste tipo, mas, a sua origem não foi ainda determinada com segurança. A erosão dos terrenos calcáreos pelas águas correntes, deu origem a bacias lacustres como a da Lagoa Santa, em Minas Gerais. Além dos exemplos dados, numerosas lagoas menores e dos diversos tipos acima mencionados acham-se espalhadas por todo o território nacional. Apesar de muito piscosas, poucas são as lagoas brasileiras onde é praticada a pesca regular em grande escala. Quanto à navegação, somente as lagoas do litoral sul-riograndense — dos Patos e Mirim — são intensamente utilizadas, notadamente a primeira, que apresenta grande tráfego de navios e embarcações menores, pela sua função de meio de comunicação entre a capital gaúcha e o Oceano.



Os gentílicos dos novos territórios

(NÓTULA A GEOGRAFIA LINGUÍSTICA BRASILEIRA)

Eng. MOACIR M. F. SILVA

Consultor técnico do Ministério da Viação
e do Conselho Nacional de Geografia

O Brasil tem hoje, como novas unidades da Federação, por força de leis especiais, além do Acre, seis territórios federais: *Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazú.*

O primeiro instituído em consequência da presente guerra mundial (1939-19...), como uma "sentinela avançada do Brasil, em pleno Atlântico"; os cinco restantes criados como expressões concretas da política administrativa do "*Rumo ao Oeste*", ou em outras palavras, a conquista pacífica, demográfica e econômica do próprio território brasileiro, dentro de suas fronteiras históricas.

Mas não prossigamos tais considerações, porquanto o que ora apenas nos interessa é um aspecto de geografia linguística, ou seja:

Como serão os gentílicos dos novos Territórios ?

O assunto merece estudo imediato e solução por quem tenha autoridade para dá-la, tal seja o I.B.G.E., porquanto já nas aulas atuais é matéria de indagação entre discentes e docentes:

Que observamos quanto aos gentílicos brasileiros, anteriormente à criação desses territórios?

1) Do país todo: *Brasil — brasileiro*

(A desinência *eiro*, como é sabido, exprimindo, aqui primitivamente, a profissão dos que trabalhavam em *pau-brasil*, extraindo-o, ou vendendo).

2) Das unidades federadas: A predominância da *terminação "ense"*, em *doze* (12) gentílicos, contra *sete* (7) em "*ano*" e três outros, fora de toda regra, um em "*eiro*" (mineiro), outro em "*ista*" (paulista) e finalmente, um em "*oca*" (carioca).

Cabe aqui a observação de Xavier Fernandes sobre a diferença que há entre *terminação* e *sufixo*:

"*Terminação* tem, na morfologia, um sentido vago, impreciso e mais ou menos amplo, visto que nada mais significa que a parte final duma palavra, podendo conter ou não um *sufixo*. Este tem o seu sentido preciso e restrito; pospõe-se para modificar ou acrescentar alguma coisa ao sentido fundamental da raiz primitiva". (Xavier Fernandes, *Topônimos e Gentílicos*, Porto, 1941, pág. 19). Essa observação se aplica ao pequeno cartograma aqui inserto.

3) De grandes regiões do país:

Norte	— nortista
Sul	— sulista
Nordeste	— nordestino

Com relação aos topônimos dos Estados, Distrito Federal e Acre, podemos grupá-los em:

- I) *Nomes* de uma só palavra, compreendendo:
 - a) palavras oxítonas;
 - b) " paroxítonas.

II) *Nomes* de duas palavras.

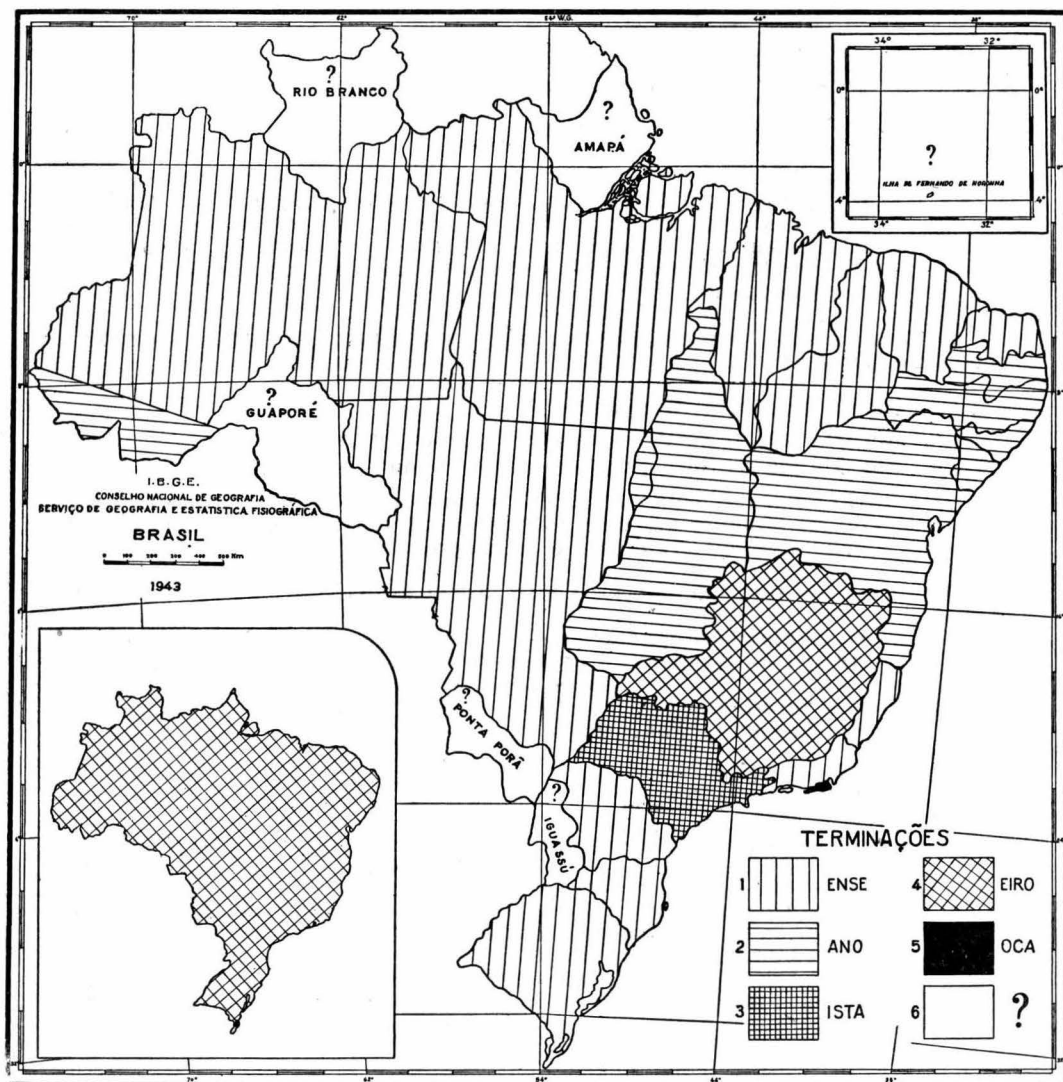
III) *Nomes* de três e mais palavras.

Isto pôsto, observamos as seguintes tendências:

1.^a — Os *nomes univérbios agudos* fazem o gentílico com o sufixo “ense”:

- 1 — Pará — paraense
- 2 — Maranhão — maranhense
- 3 — Piauí — piauiense
- 4 — Ceará — cearense

Exceção: Goiás — goiano



Distribuição geográfica das “terminações” dos gentílicos brasileiros.

2.^a — Os *nomes univérbios graves* fazem o gentílico com o sufixo “ano”:

- 1 — Acre — acreano
- 2 — Paraíba — paraibano
- 3 — Pernambuco — pernambucano
- 4 — Alagoas — alagoano
- 5 — Sergipe — sergipano
- 6 — Baía — baiano

Exceção: Amazonas — amazonense

3.^a — Os *nomes bivérbios* fazem o gentílico em “ense”, aplicado à última palavra:

- 1 — Espírito Santo — espirito-santense
- 2 — Mato Grosso — mato-grossense
- 3 — Santa Catarina — catarinense

Exceções: 1 — Minas Gerais — mineiro
 2 — São Paulo — paulista
 3 — Distrito Federal — carioca

(A palavra *mineiro*, preexistente na língua da velha metrópole portuguesa, como indicativa profissional dos que trabalham em qualquer mineração, passou a ser usada, no Brasil, como gentílico. O sufixo *ista*, originário do grego “*istés*”, observa-se igualmente, como vimos, em *nortista* e *sulista*. *Carioca* é vocábulo tupi, de etimologia muito controvertida).

4) Os *nomes tri* — e *multivérbios* fazem o gentílico em “ense”, aplicado à penúltima palavra:

- 1 — Rio de Janeiro — fluminense
- 2 — Rio Grande do Norte — rio-grandense do norte
- 3 — Rio Grande do Sul — rio-grandense do sul

(*Fluminense*, como é sabido, origina-se da forma latina *flúminis*, do rio. Quanto aos dois últimos gentílicos, usam-se também as formas: *norte-riograndense* e *sul-riograndense*).

Os *nomes dos novos territórios* podem assim grupar-se:

I) *Nomes univérbios agudos:*

Amapá — Guaporé — Iguaçu.

II) *Nomes bivérbios:*

Rio Branco — Ponta Porã

III) *Nome trivérbio:*

Fernando de Noronha

Pelas *tendências* observadas, os gentílicos deveriam ser:

I) *Amapense — Guaporense — Iguaçuense*

(*Amapense* parece melhor que *amapaense*, observando-se que, antes deste, outro trissílabo em á, Ceará, faz *cearense* e não *cearáense*. *Guaporense* ou *guaporéense*. O uso decidirá. Guaporé, vizinho do Acre, talvez admita, igualmente, a forma *guaporeano*, se atentarmos em que, dos topônimos anteriores, os dois únicos terminados em “e”, Acre e Sergipe, fazem *acreano* e *sergipano*).*

* Entretanto, no jornal *O Dia*, de Curitiba, em data de 24 de setembro, em um artigo de redação sob o título *Foz do Iguaçu*, encontramos as expressões “território iguaçuano” e “região iguaçuana”.

II) Os gentílicos de *Rio Branco* e de *Ponta Porã* talvez sejam: *rio-branquense* — *ponta-porense*

(A forma *rio-branquense*, como gentílico da capital do Território do Acre, está registrada na *Evolução da Língua Nacional* (Rio, 1943) de Mário R. Martins).

(*Ponta-porense* parece-nos mais eufônico do que *ponta-poranense*).

III) Finalmente, de *Fernando de Noronha* qual será o gentílico?

1 — *Fernandense* (pela tendência dos trivérbios)?

2 — *Noronhense* (se fizermos abstração da preposição “de” e recairmos na tendência dos bivérbios)?

3 — *Fernandino* (por influência de *nordestino*, a cuja região pertenceu)?

É outro caso em que o uso é quem vai decidir, certamente preferindo a forma que, ao consenso vulgar, se afigure mais eufônica, ou mais expressiva.

O cartograma com que ilustramos esta nota salienta, de forma inequívoca:

- a) predominância dos gentílicos terminados em “ense” na faixa latitudinal do extremo-norte (do Amazonas ao Rio Grande do Norte); exceção do Acre, por evidente influência dos *nordestinos* que, primitivamente, o povoaram;
- b) terminação “ano”, característica do Nordeste, exceção feita de Acre e Goiás, mas ainda aqui, indubitavelmente, por influência nordestina.
- c) gentílicos em “ense”, no sul do país (de Paraná para baixo).
- d) variedade na região centro-média: em *ense*, *eiro*, *ista* e *oca*.
- e) identidade de terminação (*eiro*) apenas de um gentílico regional (*mineiro*) com o gentílico geral de qualquer região do país (*brasileiro*).

O tempo, com o uso, responderá às interrogações que ainda pairam sobre os territórios federais, quanto à formação e terminação de seus gentílicos.

— Que nos seja permitido encerrar esta nota despretensiosa, com um ex-voto: a legenda lapidar do X Congresso Brasileiro de Geografia, que tão bem exprime nossa maneira de pensar e de sentir:

“*Pro conjunctione inter se brasiliensium!*”

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1943.

Programa de geografia *

Instituto La-Fayette

FACULDADE DE FILOSOFIA

Geografia Física — (1.^a cadeira) — Prof. Honório de Sousa Silvestre

1.^a SÉRIE

Generalidades

- 1) Movimento diurno. Forma e dimensões da terra. Propriedades físicas do globo terrestre.
- 2) Configuração geral da terra. Distribuição de terras e mares.

Elemento gasoso

- 1) Generalidades — Composição e altura da atmosfera.
- 2) Actinometria — Altura do solo e tempo de insolação. Influência da latitude e das estações sobre a inclinação dos raios solares. Variação diurna e anual dos raios solares. Absorção. Constante solar. Actinômetros.
- 3) Temperatura do ar — Termômetros. Variação diurna e anual da temperatura. Variação da temperatura com a altitude. Climas regulares, moderados e excessivos. Linhas isotérmicas e isonômalas.
- 4) Pressão atmosférica — Barômetros. Redução das pressões a zero. Influência da gravidade. Variação diurna. Variação anual. Redução ao nível do mar. Isobaras.
- 5) Vento — Direção. Velocidade. Pressão. Causas do vento. Influência da rotação da terra. Ciclones e anti-ciclones. Teoria da circulação geral da atmosfera.
- 6) A água na atmosfera — Evaporação e unidade atmosférica. Nuvem, nebulosidade — Precipitações — Fenômenos óticos.
- 7) Perturbações da atmosfera — Tempestades, trovoadas e trombas d'água.
- 8) Climatologia — Tipos de clima. Influência sobre o homem. Variações do clima.

Elemento líquido

- 1) Morfologia dos mares — Classificação. Relêvo submarino e tipos de sedimentação.
- 2) A água do mar — Nível. Temperatura. Congelação. Salinidade. Gases dissolvidos. Densidade. Cór. Os gelos do mar.
- 3) Movimentos do mar — Vagas. Marés. Correntes.
- 4) Ciclo evolutivo da água — Água do sub-solo.
- 5) Fontes — Diferentes tipos de fontes. Temperatura das águas de fonte. Sais e gases dissolvidos.
- 6) Rios — Sistema de rios. Desaguamento. Regimes fluviais. Leito. Descarga. Classificação. Variações anuais e seculares.
- 7) Lagos — Origem. Caracteres topográficos. Evolução das bacias. Sedimentação. Regime. Temperatura. Movimentos. Correntes. Congelação. Cór. Sais dissolvidos. Extinção dos lagos.
- 8) Geleiras — Classificação. Avalanches. Estrutura. Movimentos. Teorias do movimento. Distribuição geográfica.

* Foram divulgados, anteriormente, os programas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, da Faculdade Católica de Filosofia e do Instituto Santa Úrsula, respectivamente, nos ns. 1, 2, 3 e 4 dêste *Boletim*.

2.^a SÉRIE**Elemento sólido**

- 1) Paleogeografia — Idéias gerais. Eras geológicas.
- 2) Vulcanismo — Matérias vulcânicas. Classificação das erupções. Distribuição geográfica e estatística dos vulcões. Vulcões embrionários e submarinos. Pseudo-vulcões. Teoria do vulcanismo. Significação antropogeográfica do vulcanismo.
- 3) Tremores de terra — Microsismos e macrosismos. Hipocentro. Epicentro. Origem dos abalos. Ondas sísmicas. Velocidade da propagação e trajetória das ondas sísmicas. Distribuição geográfica dos tremores. Sismógrafos.
- 4) Variações de nível — Classificação. Transgressões e regressões. Levantamentos e recalques. Indícios geográficos de variações de nível.
- 5) Falhas e dobras — Classificação. Indícios de falhas e dobras. Sistemas de falhas.
- 6) Decomposição das rochas — Desagregação. Decomposição química e físico-química. Decomposição pelos vegetais e pelos animais. Tipos de solo.
- 7) Transporte e sedimentação — Deslocamento de rochas e terras. Ação erosiva da água, do gelo, do vento e dos seres vivos.
- 8) Aspectos do relevo — Montanhas, planaltos, planícies, depressões, vales, litorais. Ação das forças endógenas e exógenas sobre o aspecto do relevo. Influência das rochas e do clima sobre o relevo. (Estudo minucioso de cada uma das formas do relevo).

Biogeografia

- 1) Generalidades. Classificação. Evolução. Extensão. Disseminação. Associações. Adaptações.
- 2) Influência do clima e da topografia sobre a vegetação.
- 3) Influência do solo sobre a vegetação.
- 4) Associações vegetais.
- 5) Influência do homem sobre os vegetais.
- 6) Zonas de vegetação.
- 7) Fauna marinha, fluvial e lacustre.
- 8) Fauna terrestre.
- 9) Regiões zoológicas.

Geografia física (2.^a cadeira) — Prof. João Capistrano de Raja Gabaglia

PROGRAMA1.^a SÉRIE

O mesmo adotado para a 1.^a cadeira.

2.^a SÉRIE

Só funcionará a cadeira em 1944.

Geografia humana (1.^a cadeira) — Prof. Fernando Antônio Raja Gabaglia

PROGRAMA1.^a SÉRIE**I — Propedêutica**

- 1) Da Geografia. Seu conceito e evolução histórica.
- 2) Geografia física e Geografia humana. A noção de região geográfica.

II — Da Geografia Humana

- 3) Conceito e extensão da geografia humana.
- 4) Relações da geografia humana com os diversos ramos do conhecimento. Geografia biológica e geografia humana. Sociologia e geografia humana.
- 5) Dos estudos antropogeográficos. História. Doutrinas. Escolas.
- 6) Classificação dos fatos de geografia humana.
- 7) O ecúmeno. Distribuição e movimento da população da terra.
- 8) Raças e povos: dados antropogeográficos.
- 9) Línguas e religiões: dados antropogeográficos.
- 10) Das aglomerações humanas. A geografia urbana.
- 11) Da alimentação e do vestuário do homem, nas diversas áreas geográficas.
- 12) Dos gêneros de vida: seu conceito antropogeográfico.
- 13) A exploração racional do globo; o conceito de civilização.

III — Da Geografia Política

- 14) Conceito e extensão da geografia política.
- 15) Problemas da geografia política. A geopolítica.
- 16) Da noção geográfica do Estado.
- 17) Estudo geográfico das fronteiras e das capitais.

IV — Metodologia e Bibliografia

- 18) Das fontes, método e bibliografia da geografia humana. Idem da geografia política.

2.^a SÉRIE

Só funcionará essa parte da cadeira a partir de 1944.

Geografia Humana (2.^a cadeira) — Prof. Hugo de Segadas Viana

PROGRAMA

1.^a PARTE

- 1.^o Ponto — O domínio da Geografia: Geografia Física e Geografia Humana — Evolução da Geografia. Métodos de Estudo.
- 2.^o Ponto — Princípios básicos da ciência geográfica.
- 3.^o Ponto — O homem e o meio. Ecologia. O homem fator geográfico. A paisagem natural e a paisagem cultural.
- 4.^o Ponto — As regiões naturais e o seu aproveitamento pelo elemento humano.
- 5.^o Ponto — O efetivo humano na superfície da terra. População. Demografia.
- 6.^o Ponto — Estudo das raças. Diferenciações raciais e distribuição geográfica das raças humanas.
- 7.^o Ponto — Estudo geográfico das línguas. Classificação e distribuição das línguas.
- 8.^o Ponto — Estudo geográfico da habitação.
- 9.^o Ponto — Estudo geográfico dos aglomerados humanos. As cidades.
- 10.^o Ponto — Estudo dos meios de transportes e das vias de comunicações.
- 11.^o Ponto — O problema das migrações humanas. Estudo da colonização.
- 12.^o Ponto — Fatos de conquista animal e vegetal. Agricultura e criação. A noção dos gêneros de vida.
- 13.^o Ponto — O problema da alimentação em seus aspectos geográficos. Os meios de nutrição.
- 14.^o Ponto — As grandes culturas alimentares — o trigo.
- 15.^o Ponto — Estudo geográfico do arroz.
- 16.^o Ponto — Estudo geográfico do milho.
- 17.^o Ponto — Estudo geográfico do café.

- 18.º Ponto — Estudo geográfico do açúcar.
- 19.º Ponto — Estudo geográfico do chá.
- 20.º Ponto — Outras culturas alimentares.
- 21.º Ponto — A criação de animais e o abastecimento de carnes.
- 22.º Ponto — A organização industrial. As grandes indústrias.
- 23.º Ponto — Plantas industriais. O algodão e outros produtos têxteis.
- 24.º Ponto — Estudo geográfico da borracha.
- 25.º Ponto — A exploração industrial da madeira.
- 26.º Ponto — A criação como base de matéria prima industrial: a lã, a seda, os couros, a indústria de laticínios.
- 27.º Ponto — A exploração mineral — o carvão de pedra.
- 28.º Ponto — O petróleo.
- 29.º Ponto — O ferro e outros metais.
- 30.º Ponto — Utilização humana das forças naturais. A eletricidade e a hulha branca.

2.ª PARTE

- 1.º Ponto — O homem e o deserto.
- 2.º Ponto — O homem e a floresta.
- 3.º Ponto — O homem e a savana.
- 4.º Ponto — O homem e as regiões polares.
- 5.º Ponto — O homem e a montanha.

Antropologia e Etnografia — Professora Heloísa Alberto Tôrres

PROGRAMA

Antropologia

I) Objetivos do curso:

- 1) Mostrar a importância dos estudos antropológicos para o conhecimento dos grupos humanos em suas feições características, semelhanças e diferenças.
- 2) Assinalar a contribuição da antropologia e da etnologia para a formação científica geral dos futuros professores de geografia, história e ciências sociais especializadas.
- 3) Levar o estudante a procurar distinguir no estudo dos fenômenos humanos entre o que há de universal e as manifestações puramente locais ou temporárias: o permanente e constante ao lado das flutuações históricas e das diferenças regionais.

II) Orientação geral do programa:

- 1) Necessidade de coordenação dos estudos relativos ao homem. Aspectos biológicos, sociais e culturais da personalidade humana. O grupo humano como unidade de estudo. Necessidade didática de classificação dos dados. Antropologia: discussão do conceito. Como pode ser estudado o homem. O valor dos étimos: grafia, genia, taxia, tipo, logia. Antropologia e Etnologia — distinção e relações. Antropologia e Sociologia. Antropologia e o grupo das ciências biológicas (ecologia, genética, paleontologia e outras).
- 2) Interrelação de conceitos: a) Biológicos (a “raça”) e culturais (a “experiência do grupo”); b) biológicos e psicológicos (a língua, a “mentalidade do grupo”); c) psicológicos e culturais (língua, vida mental e experiência do grupo).
- 3) Antropografia: estudo descritivo, analítico, comparativo e taxonômico dos grupos humanos. A) Antropogenia: origens do homem e seu desenvolvimento através das relações do tempo e do espaço: a) Zoologia comparada: O homem e seu desenvolvimento através das relações do tempo e do espaço: a) zoologia comparada: o homem na série animal. Confronto dos dados morfológicos, fisiológicos e embriológicos; b) Paleontologia humana: A sucessão das formas humanas e as condições em que ocorrem suas transformações. Fósseis humanos. Coexistência

de formas animais e vegetais extintas. Documentos osteológicos e técnicas humanas; c) Genética relativa ao homem: A continuidade biológica. Os cruzamentos humanos. Miscigenação. *Imbreeding e Outbreeding*. Os fatores hereditários. B) Antropotaxia: A ordenação dos dados em esquemas: a) Sistemática: As classificações dos grupos humanos. Os caracteres inatos e os adquiridos. Persistência e variabilidade. Os vários critérios de classificação dos grupos humanos. Confronto entre as várias classificações de "raças humanas". Concordâncias e discordâncias; b) Tipologia: O método tipológico em antropologia. Os tipos ideais e a população. Noção de tipo antropológico. Constância dos tipos; flutuações e formas de transição. Variabilidade com relação ao sexo, à idade e a comportamentos adquiridos e fugidios.

4) Antropotecnia: As técnicas científicas aplicadas ao estudo do homem: a) A observação controlada. Dificuldades e limitações; b) Antropometria: as mensurações no homem e a necessidade de rigor científico no tratamento dos dados. Conhecimento e manêjo do instrumental. Precisão e erro nas medidas. Processos de mensuração. As técnicas empregadas. Fichas antropométricas. Cálculos. Índices antropológicos; c) Inquéritos e pesquisas em antropologia. Organização e alcance. Significação e valor dos dados coligidos.

Etnografia

- 1) Etnologia e etnografia. Definição, objeto, relações.
- 2) Cultura e civilização. Evolução e crítica destes conceitos.
- 3) Métodos e doutrinas etnológicas: a) As doutrinas evolucionistas (econômicas, sociológicas, psicológicas...); b) As doutrinas atuais (as várias correntes da escola ciclo-cultural; outros métodos e doutrinas).
- 4) A cultura material: a) Habitação; b) alimentação (fogo, cozinha, preparo de alimentos...); c) Vestuário (vestes, ornamentos); d) Armas e instrumentos; e) Agricultura; f) Indústria; g) Comércio e meios de transporte; h) Outras formas de cultura material.
- 5) A cultura espiritual: a) Religião; b) Língua; c) Arte; d) Ciência; e) Organização social (Família, Direito, Estado, etc.); f) Vida mental e concepção do mundo.
- 6) A mentalidade primitiva. Teorias e crítica.
- 7) Os vários critérios de classificação de culturas. O critério ciclo-cultural.
- 8) Estudo descritivo dos povos e culturas: a) Povos e culturas da Europa; b) Povos e culturas da Ásia; c) Povos e culturas da Oceania; d) Povos e Culturas da África; e) Povos e culturas da América.
- 9) A dinâmica cultural: a) Isolamento e contacto cultural; b) Sobrevivências culturais. O folclore. *Mores e Folk-ways*; c) Cultura e personalidade. A psicologia e a psiquiatria culturais.
- 10) Análise dos processos de aculturação: a) Aculturação e processos afins (mudança cultural, difusão, etc.); b) Métodos de estudo; c) Tipos de contacto e processos de aculturação; d) Resultados da aculturação.

Etnografia do Brasil

Só funcionará esta parte da cadeira a partir de 1944.

Geografia do Brasil — Prof. Airton Bittencourt Lôbo

Só funcionará a cadeira a partir de 1944.



Assine a "Revista Brasileira de Geografia" para receber em sua casa a melhor publicação periódica sobre a geografia do Brasil.

Tertúlias geográficas semanais

DÉCIMA QUINTA TERTÚLIA SEMANAL REALIZADA A 27 DE ABRIL DE 1943, NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

DEBATE EM TÓRNO DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS MUNICIPAIS — SUGESTÕES PARA
A ELABORAÇÃO DAS MONOGRAFIAS — PANORAMA GERAL DAS ATIVIDADES DO CONSELHO —
O SENTIDO E OS BENEFÍCIOS DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Dando início aos trabalhos do dia, o Sr. Presidente declarou que como assuntos do dia haveria os debates em torno de:

- a) Concurso de Monografias de 1943.
- b) Museu de Geografia.

No que se refere ao Concurso de Monografias procurar-se-ia travar um debate no sentido construtivo de apresentar sugestões.

Já estão publicados o Edital, as Instruções aos Diretórios Municipais de Geografia e as Normas para o estudo de questões do relevo municipal.

Uma das principais finalidades do debate seria colher sugestões entre os professores para a realização do concurso no Rio de Janeiro.

O Prof. Veríssimo, um dos membros da Comissão Julgadora do Concurso de Monografias de 1942, elogiou a iniciativa de difundir o Concurso no Distrito Federal. Não houve monografias do Distrito Federal; as de S. Paulo foram poucas numerosas e fracas. Os Estados que mais se fizeram representar foram: Bahia e Minas Gerais, sendo que as mineiras assinalaram-se por um melhor método e apresentação.

Constatou-se também que os autores, em geral, desconhecem a orientação da geografia moderna; as observações devem ser feitas diretamente sobre o terreno.

Se houvesse um trabalho sistematizado de aproveitamento do que há de útil nas monografias, poder-se-ia colher um grande material sobre o Brasil.

Continuando o Prof. Veríssimo disse que a tendência dos autores das monografias é de fazer geografia humana puramente descritiva, algumas, porém, de grande valor informativo. A maior dificuldade está no que se refere à geografia física.

A seu ver, o número de prêmios distribuídos aos concorrentes deve ser limitado. Talvez fôsse melhor classificar 10 monografias nos 10 primeiros lugares e reunir as restantes em grupos. Em caso contrário incorre-se no erro de colocar monografias de valor diferente na mesma classificação.

Por outro lado deve ser feita, o mais intensamente possível, a propaganda pelo rádio. O Edital deve ser lido ao menos uma vez por dia na Hora do Brasil. O Prof. Veríssimo ofereceu-se também para fazer propaganda do concurso pela "Universidade do Ar" da Rádio Nacional.

Para maior aproveitamento das monografias seria interessante estudá-las segundo os municípios que se acham na mesma latitude, com isto poder-se-ia chegar a conclusões de ordem mais geral.

O Prof. Orlando Valverde propôs que se fizesse uma entrosagem entre o concurso de monografias realizado pelo rádio e o concurso de monografias municipais do Conselho Nacional de Geografia, sendo para isto necessária a cooperação do Prof. Veríssimo.

Uma aula dada pelo rádio, sobre métodos de pesquisa para o estudo do relevo, teria a grande vantagem de educar os concorrentes, orientá-los na verdadeira pesquisa científica de que eles estão tão afastados.

O Prof. Veríssimo da Costa Pereira declarou, que de sua parte pode divulgar o Edital e talvez fazer com que algumas monografias selecionadas do concurso pelo rádio, concorram, caso seus autores queiram, no concurso do Conselho Nacional de Geografia.

Na verdade, os concorrentes nem sempre satisfazem os princípios da Geografia. Em São Paulo, por exemplo, houve a tendência de fazer história, divagações de ordem política, etc. Em Minas Gerais, uma marcada preferência pelos assuntos de geografia física, o que é o ideal devido às circunstâncias, pois para fazer geografia humana é necessário o prévio conhecimento do meio.

O Prof. Ruellan considerou de grande interesse a iniciativa de associar o concurso ao rádio; dêsse modo, poder-se-á atingir mesmo aqueles que, anteriormente não tiveram ocasião de fazer geografia científica.

Propôs que o curso de orientação a ser feito pelo rádio com a cooperação do Prof. Veríssimo tivesse um pouco o sentido crítico. Sem citar indivíduos, referiu-se a erros cometidos freqüentemente e mostrar como evitá-los. Haveria, também, a parte construtiva como a formulação de problemas que interessam à geografia moderna, quer do ponto de vista da geografia física, quer da humana, e a maneira de conduzir as pesquisas para poder respondê-los.

O Sr. Fábio de Macedo Soares Guimarães disse que é fácil a crítica das monografias dos concursos anteriores, pelos pareceres dos julgadores. Pode-se facilmente verificar quais os erros em que mais incidiram os concorrentes.

Quanto à sugestão do Prof. Veríssimo no sentido de uma diferente distribuição de prêmios, é uma idéia que apenas poderá ser posta em prática no futuro.

O Prof. Veríssimo observou que em certas monografias, embora distantes uma das outras, as considerações coincidem quase com rigor matemático. Por exemplo: o autor da monografia de Ubá "*Pequenos rios, alma de uma população rural*", teve observações que coincidem com as feitas anteriormente em Goiás, que se acha mais ou menos no mesmo paralelo.

Por outro lado, os Diretórios Regionais cometem freqüentemente impropriedades, que devem ser evitadas. Alguns dos seus pareceres não transparecem o valor real das monografias.

A propósito dos resultados do concurso, o Prof. Ruellan disse, que seria interessante reunir num mesmo relatório científico, tôdas as novas contribuições, quer de geografia física, quer de geografia humana, fornecidas pelas monografias.

Em cada Parecer poder-se-ia acrescentar uma nota com o que a monografia apresenta de original. Isto levaria a resultados palpáveis que interessam diretamente à geografia.

O Prof. Veríssimo declarou que os concorrentes em geral não têm orientação geográfica o que leva a uma grande dispersão de esforços. Sustentando este ponto de vista o Prof. Fábio Guimarães disse que a maioria está influenciada pelos velhos compêndios, segue uma orientação geográfica que é errada, dando todo valor à pura descrição e à nomenclatura. Citando um exemplo desta má orientação o Prof. Veríssimo falou na monografia que obteve o primeiro lugar, de uma professora de Escola Normal do Estado da Bahia; a sua monografia é de feição moderna trazendo contribuições interessantes, porém, no fim, dá uma lista dos caetitenses ilustres o que mostra, que ainda está viva a orientação antiga.

Em seguida, falou o Prof. Lúcio de Castro Soares que disse ter verificado a grande variação do valor das monografias; houve boas, sofríveis e péssimas. Além destas houve uma série de monografias, inclusive uma de 10 linhas, que nem mereceram classificação. Ora, a Secção de Estudos já teve ocasião de fazer monografias modelos, adequadas a diferentes regiões. Poder-se-ia aproveitar a boa vontade dos que querem concorrer e juntar ao Edital modelos de monografias anônimas, que serviriam para orientá-los.

O Prof. Orlando Valverde declarou que esta circular só deveria ser mandada aos que fizeram monografias más, caso contrário, correr-se-ia o risco de viciar os que fossem capazes de fazer algo de melhor e de mais completo.

O Prof. Fábio Guimarães esclareceu que estas monografias anônimas foram um trabalho realizado para o Estado Maior do Exército, cuja finalidade era de fazer fichas resumidas dos municípios, daí a vantagem dos tipos; porém, no caso do concurso, isto só poderia restringir a liberdade, o que estava contra o espírito do mesmo.

O Prof. J. Veríssimo propôs que para o futuro se estabelecessem três grupos de monografias: 1) as interpretativas; 2) tipo médio que seria descritivo e 3) informativo.

O candidato inscrever-se-ia na categoria a que se julgasse com direito.

O Prof. Ruellan observou que se deveria evitar o mais possível a estatística pois isto leva ao afastamento da geografia. Seria preferível dar pelo rádio conselhos precisos afim de mostrar o que é realmente científico. Pelo rádio devem, também, ser dado conselhos sobre a redação.

Quanto as monografias modelo, seria mais interessante tomar um exemplo concreto e não algo de abstrato. Num determinado município, bem conhecido, pode-se dar o devido valor aos fatos mais característicos deste município.

O Prof. Orlando Valverde propôs que se fizesse uma circular a ser enviada aos concorrentes de 1942 na qual se anuncie a hora e a estação em que serão dadas instruções a respeito do concurso.

O Prof. M. P. Bastos Mendes disse que como contribuição havia também um curso dado pelo Prof. Ruellan sobre a maneira de fazer monografias.

O Prof. Lindalvo Bezerra dos Santos sugeriu que, além dos princípios gerais da geografia, fôsse dada uma orientação sobre a metodologia adequada à cada região, por exemplo: região litorânea, interior, margem de grandes rios, etc.

Poder-se-ia também verificar a freqüência de certos erros e procurar evitá-los.

Um dos problemas principais das monografias é a metodologia, falhando esta, a geografia é grandemente prejudicada.

O Prof. Ruellan declarou que seria interessante encorajar os estudantes das faculdades a que fizessem monografias, principalmente os do Distrito Federal.

Nos *Anais de Geografia* há numerosos trabalhos feitos pelos alunos de Demangeon e que poderiam inspirar uma série de assuntos interessantes.

Falou finalmente o Sr. Leite de Castro que se propôs a dar um panorama geral das atividades do Conselho.

A ascensão do Conselho se deu com uma rapidez gigantesca.

No campo da pesquisa tem-se a campanha das coordenadas; na cartografia, a campanha dos mapas municipais, que foi algo de notável levando-se em conta o baixo nível cultural do país. No campo da cultura, os resultados também foram satisfatórios e para comprová-lo basta examinar a *Revista Brasileira de Geografia*, que entra com sucesso em tôdas as bibliotecas do mundo.

Logo, em relação ao tempo, a obra do Conselho é notável. Esta obra é tanto mais meritória se considerarmos que no Conselho existe uma preocupação fundamental em dar um sentido realista às iniciativas.

Com a sua preocupação do real procura sentir o Brasil tal qual é, com as suas virtudes e defeitos. A Geografia do Brasil oferece dificuldades fundamentais: imensa extensão territorial, deficiência de recursos, ausência quase integral de elementos técnicos.

O Conselho lançando o concurso de monografias tem em vista um tríplice objetivo:

- 1 — estrutural
- 2 — educativo
- 3 — cultural

O Conselho é o organismo nacional instituído para coordenar a atividade geográfica do Brasil. Dispõe de um órgão de coordenação que é a Assembléia Geral que delinea as suas atividades anuais. Além disso, há o Diretório Central, os Diretórios Regionais e os Municipais. Todos estes órgãos estão articulados entre si.

1 — A organização do Concurso de Monografias, parte do Conselho, que o encaminha aos municípios. As monografias são recolhidas pelos Diretórios Municipais que as julgam num primeiro escrutínio, tendo em vista, principalmente, a fidedignidade dos dados. Ao Diretório Regional cabe um segundo escrutínio já atendendo ao âmbito estadual.

O julgamento final é feito pelo Diretório Central.

2 — O objetivo educativo se manifesta em dois sentidos: educação cívica, pois leva o município a compreender que tem obrigação em contribuir para o maior conhecimento do território pátrio. Além de trabalhar para o Brasil concorrem a um prêmio, se a sua contribuição fôr expressiva. Em segundo lugar, porque integra o homem do interior na atividade nacional.

3 — Tem seu objetivo cultural pois desenvolve o homem do interior. O Conselho irá também, cada ano se aperfeiçoando na determinação de um conjunto de normas, que mais aproximem o município da geografia científica.

O julgamento também será feito tendo como base o elemento do interior, procurando, porém, elevar cada vez mais, o seu nível cultural. Do Concurso de 1942 foram encaminhadas para o Congresso de Geografia, 31 monografias.

Para que se concretize o sentido cultural do Concurso, está determinado que as monografias excepcionais serão publicadas pelo Conselho na sua *Biblioteca Geográfica Brasileira*.

E' preciso ressaltar o sentido realista desta iniciativa; os professores da capital estão exigindo dos municípios uma compreensão dos problemas de geografia, superior à realidade. Tratam-se de indivíduos de auto-compreensão científica. A geografia brasileira não se resume em interpretação, esta é necessária, porém ao lado da descrição, da nomenclatura e da cartografia.

Sendo baixo o nível cultural do país não se pode exigir que as monografias tenham um alto teor científico.

Melhor do que ninguém os freqüentadores das tertúlias poderão oferecer sugestões, que serão apresentadas à Assembléia Geral a se reunir em julho. Para este fim o Sr. Presidente nomeou a comissão composta pelos Profs. J. Veríssimo da Costa Pereira, Francis Ruellan e Fábio de Macedo Soares Guimarães para que servisse de intermediária entre a tertúlia e a Assembléia Geral.

A sessão foi encerrada, tendo sido adiado o debate em torno da organização do Museu de Geografia.



DÉCIMA SEXTA TERTÚLIA SEMANAL, REALIZADA A 4 DE MAIO DE 1943, NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

O ASPECTO GERAL OU REGIONAL NO MUSEU GEOGRÁFICO — A IDÉIA DE “COMPLEXOS GEOGRÁFICOS” — O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE PLANOS RELEVOS — A OBTENÇÃO DE MATERIAL PARA O MUSEU, POR INTERMÉDIO DOS DIRETÓRIOS REGIONAIS OU MUNICIPAIS — NOVA ORIENTAÇÃO PARA AS TERTÚLIAS SEMANAIS

A sessão foi presidida pelo Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães. Dispôs-se a aceitar novas sugestões para o Concurso de Monografias de 1943. Na última tertúlia, dentre as sugestões apresentadas a mais interessante foi a do Prof. Veríssimo sobre a publicidade a ser dada ao Concurso, principalmente pelo rádio. O Prof. Veríssimo ofereceu-se de, por ocasião de suas aulas na “Universidade pelo Ar” fazer referências ao Concurso e animar seus alunos para que nele tomem parte.

Outras sugestões foram apresentadas, tendo em vista principalmente concursos futuros.

Passou-se em seguida ao debate em torno da organização do Museu de Geografia.

O Prof. Fábio Guimarães deu um resumo dos debates já travados em reuniões anteriores.

Há em geral um acôrdo em torno do esquema apresentado pelo Sr. Secretário Geral; as discussões giram em torno da maior importância a ser dada ao aspecto geral ou ao regional do Museu. O Prof. Aroldo de Azevedo foi de opinião de que se deveria tomar como centro os gêneros de vida; o Prof. José Dias da Silveira procurou explicar o aspecto dinâmico dos gêneros de vida e mostrar a necessidade de representá-lo. Com o Prof. Ruellan surgiu a idéia dos “complexos geográficos” ou seja, estudos completos de uma determinada paisagem física e humana; O Prof. Ruellan já apresentou o complexo da “cuesta” e o da “cultura do arroz”. O Sr. Leite de Castro teve ocasião de estender a todos o convite para que apresentassem complexos em torno dos quais o Museu pudesse organizar seus mostruários.

A Prof.^a Thalita de Oliveira contribuiu para o Museu, com uma miniatura de moenda de cana, usada nos engenhos brasileiros.

Em seguida falou o Prof. Veríssimo dizendo que uma simples fotografia não preenche as finalidades do Museu, dá impressão de um tema sem vida. Se fôsse possível representar uma determinada região num mapa em relevo, executado com bastante fidelidade, mostrando a vegetação, as diferenças de nível e a localização dos gêneros de vida, poder-se-ia dar uma boa idéia da paisagem. Por exemplo: uma região curiosa, é a zona de contacto entre a campanha

e a serra gaúcha, na altura de Santa Maria da Bôca do Monte. A cidade fica exatamente no trecho de transição onde duas paisagens se sucedem. Um mapa em relêvo da região representando o relêvo, gêneros de vida, etc., poderia constituir um complexo altamente interessante.

O complexo de Santa Maria da Bôca do Monte, serviria como uma exemplificação concreta da importância da toponímia e também as possibilidades econômicas e de gêneros de vida numa região em que varia o aspecto físico. Continuou o Prof. Veríssimo dizendo que apenas assim o Museu preencheria as suas finalidades; ao lado dêste conjunto poder-se-ia fazer decomposição dos diferentes aspectos de geografia física, como tipo de solo, amostras de rochas típicas, fotografias de particularidades da exploração econômica da região.

Pode-se também estudar os diferentes modos de entrosagem entre a geografia humana e física para dar uma idéia do conjunto.

Quanto mais complexa a região será mais interessante a representação, que poderá mesmo ser feita sob forma de uma maquete. Por exemplo: poder-se-ia fazer uma carta mostrando a distribuição dos campos de pastagem do Brasil e o seu aproveitamento para criação de gado.

O Prof. Fábio Guimarães declarou que êste projeto pode ser incluído no esquema de organização do Museu, no setor regional.

Continuou dizendo que já é tempo de abordar o aspecto prático da organização do Museu, a maneira de receber contribuições dos Estados e mesmo de particulares, pois seria impossível ao Serviço realizar tudo sozinho.

O Eng.^o Virgílio Correia Filho sugeriu que o Serviço organizasse campanhas, por intermédio dos Diretórios Regionais ou Municipais, para obtenção de material para o Museu.

O Prof. Ruelan disse ter gostado muito do projeto do Prof. Veríssimo para construção de planos relevos, é o sistema geográfico por excelência. Pode substituir as cartas e explicações uma vez que seja acompanhado por fotografias, diagramas e objetos ou seja de elementos resultantes da decomposição do conjunto para facilitar a explicação, tratando-se de um bloco, pode-se incluir também a geologia. O mais difícil neste caso é a execução do trabalho que exige muito tempo e grandes espaços.

Além disso haveria um longo período de preparação em que não se poderia ter para cada complexo geográfico um plano relêvo. Talvez fôsse preferível adotar, numa primeira fase, o bloco diagrama esquemático, permitindo, porém, que o essencial seja fixado; o bloco diagrama tem ainda a vantagem de não excluir os planos relevos quando êstes forem realizados, porque facilita a sua interpretação.

O esquema já foi apresentado há um mês e seria útil começar logo a reunir documentário afim de não perder a oportunidade de ter tudo coordenado.

O Compartimento Regional do esquema tem dois setores: o regional e o estadual; seria interessante grupar êstes dois setores, fazer o estudo por regiões colocando apenas os Estados que lhe correspondem. Isto daria melhor uma idéia do conjunto, apresentação de aspectos comuns a vários Estados e evitaria a geografia puramente política e administrativa.

Ao mesmo tempo poder-se-ia começar a construção dos blocos diagramas, que aliás pode ser feita por processos bem simples. O bloco construído segundo as verdadeiras regras só teria o devido valor nos lugares em que há cartas exatas.

No Congresso Internacional de Geografia de 1931 os delegados franceses apresentaram planos relevos construídos na guerra de 1914-19 em toda extensão da frente de batalha, segundo os planos diretores, à escala de 1:20.000. Foi um trabalho realizado pelo Serviço Geográfico do Exército e permitiu que se conhecesse numerosos detalhes da topografia. O problema do lugar que surgiu foi difícil de resolver, mas o resultado foi excelente e conduziu a numerosas interpretações geomorfológicas antropogeográficas.

O Prof. Veríssimo foi de opinião que em todo caso seria interessante fazer um dêstes planos relevos como exemplo.

O Prof. Lúcio de Castro Soares disse que para a construção de um complexo modelo, o próprio Conselho tem elementos.

A Secção de estereografia está a cargo de um escultor de valor que se interessa pela Geografia e que poderia executar no próprio Conselho a parte material do plano relêvo.

O Sr. Fábio Guimarães encerrou o debate dizendo que a organização do Museu deve começar desde logo a materializar-se por meio de campanhas estaduais para remessa de objetos. Embora não constando mais na ordem do dia, as sugestões para o Museu serão sempre recebidas.

O Prof. Veríssimo sugeriu que o Conselho se entendesse com o D.I.P. e Ministério de Educação para obtenção de cópias de filmes geográficos que poderiam ser exibidos com grande proveito para a geografia do Brasil.

O Prof. Lúcio de Castro Soares em resposta a esta sugestão disse que acabara de combinar com o Sr. Leite de Castro a parte material para aquisição de uma filmoteca, de maneira que nas próximas tertúlias possa sempre ser exibido um filme.

O Conselho possui também um epidiascópio que permitirá que se façam projeções nas tertúlias.

O Prof. Veríssimo disse ainda que é preciso que estas reuniões semanais tenham um caráter mais dinâmico, que tratem de assuntos gerais e não apenas abordem pontos estritamente técnicos que interessem apenas a um pequeno grupo. Acrescentou que o Conselho deveria adquirir um aparelho de filmagem para que possa ter um documentário próprio. O Prof. Lúcio de Castro Soares comunicou que também para este fim, o Conselho já contava com verba.

O Prof. Fábio Guimarães sugeriu que a tertúlia tomasse um outro sentido, que em cada reunião alguém fizesse uma comunicação sobre uma excursão, um livro ou simplesmente um assunto original que estivesse estudando no momento, de maneira que a tertúlia tivesse a função de uma verdadeira troca de auxílios entre seus frequentadores.

Para começar comunicou que na próxima tertúlia falariam êle próprio, o Prof. Lúcio de Castro Soares e o Prof. Ruellan sobre a excursão realizada a Campo Belo e Itatiaia.

O Prof. Veríssimo observou que nas tertúlias poderia haver dois tipos de comunicação, uma de caráter mais elevado que servisse como verdadeira orientação metodológica para um segundo tipo no qual alunos das Faculdades e mesmo do segundo ciclo ginásial pudessem ensaiar os primeiros passos. O Prof. Ruellan apoiou calorosamente estas sugestões que correspondem às idéias que já expôs sobre o caráter destas tertúlias.

O Prof. Junqueira Schmidt disse que um técnico do Ministério da Educação, o Sr. Lafaiete Cunha dispõe de 20 filmes em tecnicolor que seria interessante de adquirir apesar do desvio que sofreram certas cores particularmente o azul e o verde.

O Prof. A. Musso sugeriu que se pedisse aos delegados regionais que quando mandassem fotografias, acompanhassem-nas por explicações, sem o que o seu valor é nulo. Em resposta o Prof. Fábio Guimarães disse que se poderia aproveitar neste sentido as instruções dadas nas Normas para o Concurso de Monografias, segundo um esquema preparado pelo Prof. Ruellan, cada fotografia deve ser numerada, datada, localizada etc.



DÉCIMA SÉTIMA TERTÚLIA SEMANAL REALIZADA A 11 DE MAIO DE 1943, NA SEDE DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

A EXCURSÃO AO ITATIAIA — O VALE DO RIO CAMPO BELO — O PARQUE NACIONAL DO
ITATIAIA — ASCENÇÃO AS AGULHAS NEGRAS PELA CHAMINÉ DO INFERNO — O VALE DO
RIO MAROMBA — ORIGEM DO ITATIAIA

Aberta a sessão pelo Sr. Leite de Castro, êste manifestou a sua satisfação e a de todos os presentes pela recente libertação do território africano. Vitória francesa e vitória aliada de grande vulto neste momento em que se projeta a invasão da Europa.

A comunicação do dia foi feita pelo Prof. Lúcio de Castro Soares que falou sobre a excursão ao Itatiaia.

Diante dos numerosos escolares presentes o Prof. Lúcio de Castro Soares pediu licença para tornar a sua palestra mais acessível embora sem com isto prejudicar a fidelidade da exposição e a interpretação geográfica. Declarou que a sua palestra era apenas a sùmula do relatório de uma excursão levada à cabo pelos es-

tudantes do curso de aperfeiçoamento da Secção de Estudos do Conselho Nacional de Geografia e pelos alunos do Curso de Doutorado da Faculdade Nacional de Filosofia, sob a orientação científica do Prof. Francis Ruellan e organizada pelo professor Fábio de Macedo Soares Guimarães que está fazendo uma tese de doutorado sobre esta região.

A sua descrição começou na boca do vale do rio Campo Belo; a primeira parte da excursão, correspondendo à bacia terciária, seria mais tarde desenvolvida pelo Prof. Fábio Guimarães.

No dia 23 de abril às 5 horas começou a subida e o barômetro registrava (407 m. de altitude) uma pressão igual a 731 mm.

A estrada conduz até a boca do vale do rio Campo Belo por cima de um cone de dejeção. Apenas então começa a subida da Serra que é feita em caminhão.

O primeiro quadro interessante é uma garganta que o rio atravessa para cair no vale terciário.

O rio Campo Belo atinge a planície através um dos lados do cone de dejeção, o lado de N.E. O rio Campo Belo corre por entre grandes blocos rochosos, alguns rolados. Alguns destes blocos são decompostos no próprio local e outros foram arrastados pelas torrentes. É um vale típico em V, com encostas íngremes.

A estrada passa pelo Sanatório Militar, depois do qual a subida passa a ser brusca: em menos de um quilômetro sobe-se mais ou menos 10 m. Atinge-se em seguida um novo vale cuja escarpa é muito forte, a curva da estrada tem aí o nome de curva do *último adeus*. Daí são vistos grandes blocos rochosos de foiaito, os mesmos do leito do Campo Belo.

O foiaito é uma rocha de consolidação profunda, abissal magnética, segundo Lamego. Contém: nefelina, homblenda e feldspato. A presença de nefelina justifica-lhe o nome de sienito nefelinico.

Passa-se em seguida pelo Parque Nacional do Itatiaia onde a uma altitude de 816 m. tem-se 635 mm. de pressão. É uma miniatura do Jardim Botânico onde os excursionistas mudam de condução. A viagem passa a ser feita de burro e tem a duração de 6 horas.

A Ponta do Maromba a 1.100 m passa por cima de um vale profundamente talhado entre blocos de foiaito que às vezes ocultam a própria água. Aí existem grandes marmitas e caldeirões (com 10m. de diâmetro) onde podem ser encontrados seixos rolados. Penetra-se em seguida na floresta, que é muito úmida e densa. É quase impenetrável devido à exuberância do primeiro andar de vegetação, encontrando-se touceiras de bambú, arbusto, samambaias, líquens, fetos arbórescentes (que confirmam a umidade da floresta).

Os grandes madeiros da floresta da encosta oriental, não são aí encontrados, apesar de ser profunda a decomposição do solo.

Ao longo da estrada não são encontrados blocos de rocha sã. Há grandes blocos de foiaito decomposto. Apenas os grãos mais resistentes subsistem.

Depois de várias horas chega-se ao Colo das Macieiras onde existe um antigo pomar, hoje em completa decadência. As maçãs são minadas, as árvores já em franca decadência e cobertas de parasitas (musgos e líquens). As macieiras são 4, os últimos remanescentes da colonização tentada por D. Pedro II.

A Colônia do Itatiaia foi entregue a colonos franceses, não eram porém agricultores e a colônia degenerou, restando hoje, apenas os vestígios. A altitude aí é de 1.960m. e a pressão registrada foi de 610mm.

A cerca de dois mil metros desaparece a floresta, a paisagem passa a ser diferente. Começa-se a subir o Planalto de Itatiaia onde a vegetação contém elementos alpinos, característicos a lugares frios e secos. Aí são frequentes as touceiras de capim que recebem o nome de *cabeça de negro*. Passa-se a andar entre pedregais de foiaito. É frequente também o arbusto conhecido como alecrino; também há gravatás dos quais o mais comum é o paipalantros. Enfim, apenas plantas alpinas que resistem ao frio e à falta de umidade; no inverno morrem inteiramente devido à geada e a seca.

A vegetação sendo principalmente de gramináceas permite a criação de gado. Durante o inverno a rês não resiste ao frio e quando fica no alto, morre. Logo no Itatiaia verifica-se um fenómeno de transumância; o gado no verão sobe espontaneamente ou levado pela mão do homem.

O Posto Meteorológico fica a 2.198m. A vegetação que aí predomina é o capim. Descansou-se aí uma noite e no dia seguinte empreendeu-se a subida. O Posto pertence ao Governo e sua finalidade é registrar as variações climáticas. Nos

cavados em torno do Posto é encontrada uma terra negra, vegetal que é a turfa. Estes cavados têm de um lado e de outro patamares que constituem antigos níveis de erosão.

Na base do Morro do Urubú e das próprias Agulhas Negras há vestígios de uma floresta queimada em parte pelo fogo. Mesmo as árvores não queimadas estão sem copa, traduzindo talvez a violência do vento. Em altitude inferior ao Posto há restos de antigas florestas, confirmando a lei da altitude que estabelece no Brasil o limite de 2 000 à 2 100 m. para as florestas.

A construção do Posto Meteorológico é má, o máximo frio registrado foi 3.º. A diferença de pressão é muito grande.

As 6 hs. do dia seguinte partiu-se para a ascensão às Agulhas Negras que ficam a 2 787,42 m. Subiu-se o vale que segundo interpretação do Prof. Ruellan resulta de antigas nevadas mais provavelmente do que de geleiras. O Prof. Lúcio de Castro Soares foi entremeando a sua descrição pela narração de acidentes pitorescos da subida.

Várzea das Flores é um vale cujo perfil se assemelha a um vale em V, fica entre as Agulhas Negras ao Norte e as Prateleiras ao Sul. O vale tem várias bacias arredondadas de fundo chato e que são limitadas por grandes blocos originários do maciço de Itatiaia. Estas bacias levam a concluir sobre a influência das nevadas. É pouco provável que tenham sido geleiras. As bacias seriam portanto produto do acúmulo de neve em camadas sucessivas; esta neve teria transportado os blocos, formando barragens etc. Não foram encontrados blocos estriados que comprovassem a existência de geleiras. Talvez existam em profundidade, protegidos da erosão. Encontrando-se estrias nas rochas estaria confirmada a hipótese já levantada por De Martonne de que o Itatiaia no quaternário seria uma geleira. No fundo desta bacia ou circo há lagos de pequeno diâmetro; não contêm peixes e não ser um batráquio comum ao sul do Brasil. A desolação é completa neste vale.

Uma vez na base das Agulhas Negras começa-se a ascensão que leva 3 horas pela Chaminé do Inferno. A pressão no Pico é de 548 mm.

Concluindo o Prof. Lúcio de Castro Soares resumiu os problemas essenciais. Segundo o Prof. Ruellan o vale do R. Maromba seria uma falha normal ao grabe do Paraíba. O Maromba aprofunda ainda mais esta falha, o que se verifica facilmente apesar da densidade da floresta.

O outro problema é sobre a origem do Itatiaia; para alguns autores trata-se de um cabolito; para outros é o resto de um antigo vulcão. Esta hipótese talvez tenha sido levantada pela existência da Várzea das Flores e dos circos que parecem chaminés entupidas. Lamego acha que não se trata nem de um cabolito nem de um fenômeno de vulcanismo, explica a existência do Maciço de Itatiaia segundo a teoria de Backlund. Teoria muito complicada e em geral mal interpretada; o conferencista pediu ao Prof. Ruellan que desse alguns esclarecimentos a seu respeito.

Em seguida o Prof. Lúcio de Castro Soares projetou uma série de fotografias sobre a excursão, ao mesmo tempo que dava novas explicações.

Falou ainda o Prof. Francis Ruellan que elogiou a exposição que acabara de ser feita: descrição viva e ao mesmo tempo conduzindo à interpretação geográfica.

Observou apenas que havia um mal entendido quanto ao vale do Maromba, o vale está escavado num escarpamento de falha, porém o vale não é uma falha.

As paisagens de circos são raras no Brasil, lembram as paisagens dos Pirineus. O efeito da neve pode aí ser muito bem observado, mais facilmente do que nos Alpes onde persiste frequentemente a ocupação glaciária.

Quanto à existência de rochas estriadas, este é um fenômeno mais ligado à geleiras do que nevadas, é necessário que haja atrito entre as rochas. Ora tratando-se apenas de um circo não houve transporte importante. O que se verificou foi a existência de rochas encarneiradas entre as Agulhas Negras e Prateleiras.

Trata-se portanto de um relêvo que se não é glaciário, ao menos corresponde a um embrião de glaciação, paisagem que no Brasil é preciosa por sua raridade.

Noticiário

Da Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Conselho Nacional do Petróleo

DESIGNADO NOVO PRESIDENTE — Por decreto de 16 do mês passado, o sr. Presidente da República exonerou, a pedido, o General de Divisão Júlio Caetano Horta Barbosa, do cargo de Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, designando para substituí-lo o Coronel João Carlos Barreto.



Coordenação da Mobilização Econômica

INSTITUTO DE TECNOLOGIA ALIMENTAR — O Sr. Coordenador da Mobilização Econômica exarou o seguinte despacho, conforme o *Diário Oficial* de 14 de agosto último, no memorial em que industriais de produtos alimentícios comunicam a organização do Instituto de Tecnologia Alimentar:

"Atendendo à proposta contida no presente memorial e considerando o alto alcance que a mesma significa para a Mobilização Econômica no setor da Alimentação Nacional, resolvo aceitar à cooperação sugerida e designar o Prof. Josué de Castro, chefe do Serviço Técnico de Alimentação Nacional, para em cooperação com os membros da Comissão Organizadora, Srs. José Miranda Jordão, Valter James Gosling, Julião Nogueira, A. Canossa Saldanha, Clóvis Brito de Freitas, Alfredo Augusto Ferreira e Carlos dos Santos Costa, preparar a regulamentação do Instituto. Outrossim, fica essa Comissão definitivamente autorizada a tomar todas as medidas e providências necessárias até a organização definitiva do Instituto de Tecnologia Alimentar. — João Alberto."



Departamento Administrativo do Serviço Público

AS SOLENIDADES COMEMORATIVAS DO 5.º ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO — No dia 31 de julho último, foi comemorada com várias cerimônias a passagem do 5.º aniversário da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público. Sob a presidência do sr. Getúlio Vargas, realizou-se, no salão nobre da Escola Nacional de Belas Artes, a inauguração da exposição sobre "O Problema do Material no Serviço Público", presentes Ministros de Estado, membros do Corpo Diplomático, Interventores e outras altas autoridades civis e militares.

O Sr. Getúlio Vargas assumiu a presidência da sessão ladeado pelos srs. Luiz Simões Lopes, presidente do D.A.S.P., Ministros Sousa Costa, Apolônio Sales e Gustavo Capanema, Interventores Alvaro Maia, Amaral Peixoto, Nereu Ramos, Manuel Ribas, Ministro João Alberto, João Carlos Vital, Coronel Alcides Etchegoyen, Capitão Amílcar Dutra de Menezes, Romero Este-

lita, Júlio Barros Barreto, Rúbens Pôrto, Ildefonso Simões Lopes, Noraldino Lima e outras autoridades.

Ouviu-se então, o Hino Nacional cantado pelo coro orfeônico do Colégio Pedro II.

Discurso do Sr. Ministro da Educação

Aberta a sessão o Sr. Presidente da República deu a palavra ao Sr. Ministro Gustavo Capanema que proferiu o seguinte discurso:

"Estamos aqui para festejar mais um aniversário do Departamento Administrativo do Serviço Público. Em torno desse nome, em torno das suas quatro impressivas iniciais, em torno desse vivaz e enérgico aparelho do nosso sistema governamental, já se formou uma atmosfera, um julgamento e uma compreensão.

Nem todos viram desde logo o significado e o alcance do admirável empreendimento.

Quando V. Ex. deu início à titânica, à imperecível obra de racionalização dos processos da administração pública do nosso país, realizando em 1936 o reajustamento dos quadros do pessoal do serviço público federal e lançando as bases de constituição de órgão central de estudo, coordenação e vigilância, que veio a ser o Departamento Administrativo do Serviço Público, organizado de 1938, quando ainda eram incipientes os passos e discutíveis os resultados da corajosa tentativa, não faltaram os céticos e os negadores, feridos uns no seu pequeno interesse insatisfeito, contrariados outros nos próprios planos de salvação, não faltou a anedota contundente, não faltaram os epigramas dos que gostam de lutar com o riso sem alma ou a fácil e pequena eloquência das rodas malévolas.

Eram, porém, grandes as reservas de paciência e coragem, vigorosos os planos e as iniciativas do Departamento Administrativo do Serviço Público. E era decisiva e irrevogável a vontade de V. Ex.

O empreendimento foi conduzido com medida, segurança e persistência. Fizeram-se estudos minuciosos dos problemas tão intrincados e difíceis da administração pública. Foram-se descobrindo e revelando os defeitos e os vícios inveterados. Entraram a ser elaborados os projetos de solução parcial de cada matéria. E sem perda de tempo, deu-se a cada ponto estudado e resolvido a legislação adequada e a execução mais vigorosa; fez-se rapidamente a transformação da estrutura e do método do serviço público federal; e foram-se adotando nos casos esporádicos ou esporádicos, nos acontecimentos de cada dia, nos grandes ou mínimos assuntos da rotina burocrática, medidas inflexíveis de disciplina e processos uniformes de procedimento administrativo.

E' força reconhecer que raramente, na história da administração pública de qualquer país, terá sido realizado, em tão pouco tempo, empreendimento de tamanha envergadura.

O povo bem o compreende, Sr. Presidente. O povo é singelo e imediato na aquisição de conhecimento das coisas, e é sincero e expressivo nos julgamentos. Diante da monumental obra realizada por V. Ex. no Departamento Administrativo do Serviço Público, já se formou uma opinião, uma viva e clara opinião, já existe um estado de espírito de aceitação e de aplausos.

Este quinto aniversário do DASP festeja-se, pois, numa atmosfera compreensiva e cordial, e já não é uma oportunidade para a polêmica e a refutação, mas um dia de patrióticas e gerais congratulações.

A obra de remodelação da estrutura e dos processos do serviço público, empreendida por V. Excia., é de transcendente significação.

Pode-se dizer que o problema crucial da organização do estado moderno, nas democracias, é a definição dos limites e dos meios do poder executivo.

Por muito tempo, o problema essencial e, por assim dizer, único do estado consistia na defesa nacional contra o inimigo externo e na proteção dos direitos individuais dos cidadãos. Competia a cada qual, assim aos indivíduos como às associações, resolver os seus problemas, os problemas de sua manutenção, de seu progresso de sua cultura, de sua riqueza. Era então o poder executivo resumido e singelo, e a teoria dos doutores dizia mesmo que ele seria tanto mais perfeito quanto menos existisse.

Hoje, os negócios humanos de toda sorte, os problemas do conforto e da felicidade de cada pessoa, os problemas gerais da riqueza e da cultura, os problemas sociais numerosos e complicados, todo um vasto mundo de necessidades, de desejos, de ideais, de angústias e de dificuldades se impôs como matéria do governo.

O governo teve que ampliar a sua estrutura e os seus quadros, e como observa W. B. Munro, "deixou de ser uma exclusiva agência política e se transformou numa força econômica e social de tremendo poder; *an economic and social force of tremendous power*".

O poder executivo se tornou desta forma o centro dos planos e dos trabalhos para solução dos problemas sociais e econômicos, um centro de ação propulsora e decisiva, cuja complexidade não se harmonizaria mais com o empirismo da burocracia tradicional, mas passou a exigir uma organização e uma técnica de base científica e de racionais princípios métodos.

V. Ex., ao tomar as rédeas do governo, encontrou o nosso serviço público invadido pelos problemas e pelas necessidades humanas de uma nação em pleno progresso e em fase de crescente participação no ritmo da vida de nosso tempo. Ia caber a V. Excia. a tarefa de multiplicar esse progresso e de acelerar esse ritmo, dando ao país uma nova feição, uma nova força e uma nova vida.

A estrutura e os métodos do serviço público, que V. Ex. encontrara; eram, porém, empíricos e primitivos, não possuíam as condições de eficiência, de regularidade e de civismo, que pudessem tornar possível um funcionamento útil dos intadamentos governamentais para o encaminhamento dos problemas velhos e novos, e ao mesmo tempo que impusessem à opinião pública a constante e irredutível confiança, que é o primeiro fundamento da vida democrática.

Nos primeiros tempos de seu governo, e notadamente nestes cinco anos de ação do Departamento Administrativo do Serviço Público, foi realizada, na estrutura e nos métodos e processos da administração federal, uma revolução de alto sentido, cujos

resultados, do ponto de vista da eficiência, da moralidade e do civismo, constituem um título de orgulho para o nosso país.

Em lugar do antigo sistema relativo ao problema do pessoal, com os quadros estanques e desajustados, com as carreiras falhas, sem classificação nem terminologia, com uma remuneração sem ordem e sem lógica, em lugar desse velho sistema em que a admissão aos lugares administrativos se fazia pelas razões da amizade e do partidarismo, em que o funcionalismo, por não estar sujeito a uma normal disciplina e não dispor de nenhum meio de aperfeiçoamento e de só contar com uma escassa assistência social, não constituía uma força eficiente, com a eficiência reclamada pelas responsabilidades do governo moderno, um sistema novo se instituiu e vigora, sistema em que todo o corpo de servidores públicos se organiza em quadros completos, com uma rigorosa ordenação e classificação, em que se estabeleceu para o ingresso no serviço público, um rigoroso e inflexível sistema de concursos processados com regularidade e justiça, em que se proporcionam ao pessoal existente condições de aperfeiçoamento cultural e técnico cada vez mais vantajosas e em que a remuneração e bem assim a assistência social se tornaram adequadas às exigências da vida individual e familiar.

Por outro lado, o sistema de organização e de aquisição do material das repartições, o sistema da projeção e construção das obras públicas, o sistema da elaboração orçamentária passaram por transformações radicais. Cada um desses problemas estava a exigir, como o problema do pessoal, estudos e reformas, que lhes viessem comunicar o sentido da vida nova, enérgica e veloz do nosso tempo.

E' preciso também acentuar que o Departamento Administrativo do Serviço Público, ainda em plena fase de realização de sua missão na esfera federal, passou a estender a sua experiência e os resultados de seu trabalho à administração dos Estados. Os governos estaduais compreenderam o alcance da revolução administrativa realizada na administração federal e entram a introduzir os mesmos sistemas renovadores na estrutura e no processo das administrações locais. Já instituíram um departamento de serviço público, com funções semelhantes às do DASP, os Estados de São Paulo, Pará, Goiás, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, Maranhão, e Bahia, bem assim o Distrito Federal. Serão logo instituídos os departamentos do serviço público dos Estados de Santa Catharina e do Ceará, enquanto que estudos para o mesmo fim se processam no Estado do Espírito Santo.

Dentro em pouco, como se vê, todo o aparelhamento administrativo do serviço público estará tecnicamente remodelado e adaptado às novas condições econômicas e sociais do povo brasileiro.

Dentre os empreendimentos inesquecíveis de V. Ex., Sr. Presidente, este avultará entre os maiores. E será sempre indicativo destas duas marcas fundamentais do espírito político de V. Ex.; em primeiro lugar, a submissão constante à ciência e à técnica para operar contra a rotina de substituir, na gestão da coisa pública, a arbitrariedade pela justiça e a incúria pela moralidade".

O Presidente Getúlio Vargas, ao declarar encerrada a cerimônia, dirigiu, de improviso, à assistência algumas palavras. Contou S. Excia. que, há alguns meses, na sua numerosa correspondência diária, encontrara uma carta, vinda de Sergipe, que lhe comunicava um fato ex-

pressivo. O sinatário informava a S. Ex. que, tendo feito concurso para uma repartição do governo, fôra aprovado. Nessa ocasião, entretanto, vendo que não dispunha de empenhos e não tinha a quem solicitar a nomeação, se retirara para o interior. Em época oportuna, entretanto, aberta a vaga, fôra surpreendido com a nomeação, sem que pedisse nada a ninguém e sem dever favor a quem quer que fosse — escreveu, então, ao Chefe do Governo narrando o caso, não para agradecer, mas para se congratular por ter o governo instituído um regime que permite a todos os brasileiros acesso aos cargos públicos unicamente pelo esforço e pela competência.

A Inauguração da Exposição

Seguiu-se a inauguração da Exposição. Depois de cortar a fita simbólica da entrada do certame, o Presidente da República percorreu, demoradamente, os "stands" acompanhando a exposição dos painéis que lhe iam sendo descritos pelo Sr. Luiz Simões Lopes. Ao terminar a visita, o Chefe do Governo louvou o esforço do DASP na realização do certame.

Conferências sobre os problemas do material

Ainda em comemoração ao 5.º aniversário do DASP, no auditório da Exposição foi levada a efeito uma série de conferências, a cargo de técnicos em problemas de material na Indústria, no Comércio e na Administração pública. A primeira conferência esteve a cargo do Sr. Fernando Martins Pereira e Sousa, diretor geral do Departamento Federal de Compras, que falou sobre o Sistema do Material, seguindo-se no dia 5, dedicado às Indústrias, o Sr. Euvaldo Lodi, presidente da Federação Nacional das Indústrias; dia 10, em homenagem ao Comércio, o sr. João Daudt de Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; e no dia 12, dedicado à Engenharia, o sr. Edson Passos, presidente do Clube de Engenharia.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Conselho Nacional de Geografia

VISITA DO INTERVENTOR ALVARO MAIA E DO PROF. CARNEIRO FILIPE — No dia 20 de julho último, estiveram em visita ao Conselho Nacional de Geografia o Sr. Interventor Alvaro Maia e o Professor Carneiro Filipe, presidente da Comissão Censitária Nacional. Recebidos pelo engenheiro Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, pelo Coronel Adir Guimarães e Professor Ruellan, os ilustres visitantes percorreram as várias secções e serviços do Conselho, manifestando-se, ao retirarem-se, bem impressionados.



A ELIMINAÇÃO DOS HOMÔNIMOS NA TOPONÍMIA BRASILEIRA — Para encaminhar os trabalhos referentes à eliminação, no país, dos homônimos das Cidades e Vilas, medida salutar determinada pelo Decreto-lei n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, a Carteira de Divisão Territorial do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica elaborou a relação que publicamos a seguir. Nessa lista geral dos nomes de Cidades e Vilas, que são repetidos no Brasil, é indicada entre parêntesis a categoria e o Estado daquela que, pela maior categoria ou pela maior antiguidade no nome, tem o direito de conservá-lo, de acordo com os dados existentes na Secretaria Geral do Conselho.

ABAEETE (C. do Pará), AFONSO PENA (C. do Ceará), ÁGUA BOA (V. de M. Gerais),

ÁGUA BRANCA (C. Alagoas), ÁGUA FRIA (V. Baía), ÁGUA LIMPA (V. M. Gerais), ÁGUA PRETA (C. Pernambuco), ÁGUA QUENTE (V. Baía), ÁGUAS BELAS (C. Pernambuco), AGUDOS (C. São Paulo), AIMORES (C. M. Gerais), ALAGOINHA (V. Pernambuco), ALBUQUERQUE (V. Mato Grosso), ALCobaça (C. Baía), ALEGRETE (C. Rio G. Sul), ALFREDO CHAVES (C. E. Santo), ALGODÕES (V. Pernambuco), ALIANÇA (C. Pernambuco), ALMAS (C. Goiás), AMARANTE (C. Piauí), AMPARO (C. São Paulo), ANÁPOLES (C. Goiás), ANCHIETA (C. E. Santo), ANDRADINA (C. São Paulo), ANGICOS (C. Rio G. Norte), ANTONIO OLINTO (V. Paraná), APARECIDA (C. São Paulo), AQUIDABA (C. Sergipe), ARACATI (C. Ceará), ARAÇA (V. Paraíba), ARARAS (C. São Paulo), ARARI (C. Maranhão), ARCOVERDE (V. Pernambuco — cedido por Sta. Catarina), AREAL (V. Rio de Janeiro), AREIA (C. Paraíba), AREIA BRANCA (C. Rio G. Norte), AREIAS (C. São Paulo), ARROZAL (V. R. Janeiro), ASSUNÇÃO (V. Ceará), AUGUSTO SEVERO (C. Rio Grande do Norte), AURORA (C. Ceará), BAIXA VERDE (C. Rio Grande do Norte), BAIXIO (C. Ceará), BALIZA (C. Goiás), BANANAL (C. São Paulo), BANANEIRAS (C. Paraíba), BANDEIRANTES (C. Paraná), BARRA (C. Baía), BARRA ALEGRE (V. Rio de Janeiro), BARRA BONITA (C. São Paulo), BARRACÃO (V. Rio Grande do Sul), BARREIRAS (C. Baía), BARREIROS (C. Pernambuco), BARRINHA (V. São Paulo), BARRO (V. Ceará), BATALHA (C. Piauí), BEBEDOURO (C. Pernambuco), BELA VISTA (C. Goiás), BELEM (Capital do Pará), BELMONTE (C. Baía), BELO HORIZONTE (C. de Minas Gerais), BELO MONTE (V. Alagoas), BENJAMIN CONSTANT (C. Amazonas), BETÂNIA (V. Pernambuco), BOA ESPERANÇA (C. São Paulo), BOA SAÚDE (V. R. G. do Norte), BOA SORTE (V. Rio de Janeiro), BOA VISTA (Cap. Rio Branco), BOCAINA (C. São Paulo), BOCAIUVA (C. Paraná), BOM DESPACHO (C. Minas Gerais), BOM JARDIM (C. Rio de Janeiro), BOM JESUS (C. Piauí), BOM PRINCÍPIO (V. Rio G. Sul), BOM RETIRO (C. Santa Catarina), BOM SUCESSO (C. Minas Gerais), BONFIM (C. Minas Gerais), BONITO (C. Pernambuco), BOQUEIRÃO (V. Rio G. Sul), BORBOREMA (C. São Paulo), BRAGANÇA (C. Pará), BRASILIA (C. Minas Gerais), BREJAUBA (V. Espírito Santo), BREJINHO (V. Ceará), BREJO GRANDE (V. Ceará), BROTAS (C. São Paulo), BRUMADO (C. Baía), BURITI (C. Maranhão), BURITIS (V. Minas Gerais), CABRÁLIA (V. Baía), CAÇADOR (C. Santa Catarina), CAÇAPAVA (C. São Paulo), CACHOEIRA (C. Baía), CACHOEIRAS (C. Rio de Janeiro), CACHOEIRINHA (V. Pernambuco), CAETÉ (C. de Minas Gerais), CAFELÂNDIA (C. São Paulo), CAIÇARA (C. Paraíba), CAJAZEIRAS (C. Paraíba), CAJUEIRO (C. Alagoas), CRUZEIRO (V. Alagoas), CAJURU (C. São Paulo), CAMAPUA (V. Mato Grosso), CAMARGO (V. Rio G. do Sul), CAMBARÁ (C. Paraná), CAMOCIM (C. Ceará), CAMPINA GRANDE (C. Paraíba), CAMPINAS (C. São Paulo), CAMPO ALEGRE (C. Sta. Catarina), CAMPO BELO (C. Minas Gerais), CAMPO DO MEIO (V. Minas Gerais), CAMPO FORMOSO (C. Baía), CAMPO GRANDE (C. Ceará), CAMPO LARGO (C. Paraná), CAMPO REDONDO (V. Minas Gerais), CAMPOS (C. Rio de Janeiro), CAMPOS BELOS (V. Goiás), CAMPOS NOVOS (C. Santa Catarina), CAMPOS SALES (C. Ceará), CANAÁ (V. Minas Gerais), CANA BRAVA (V. Minas Gerais), CANDELAIRIA (C. Rio G. do Sul), CANINDE (C. Ceará), CANOAS (C. Rio G. do Sul), CAPANEMA (C. Pará), CAPARAO (V. Minas Gerais), CAPELA (C. Sergipe), CAPIVARI (C. Rio de Janeiro), CAJOERAS (V. Pernambuco), CARAÍBAS (V. Baía), CARAUBAS (C. Rio G. do Norte), CAR-

MO (C. Rio de Janeiro), CARNAUBAL (V. Ceará), CASA BRANCA (C. São Paulo), CASA GRANDE (V. M. Gerais), CASCATEL (C. Ceará), CASTELO (C. Piauí), CASTRO (C. Paraná), CATANDUVAS (V. Santa Catarina), CAXAMBU (C. M. Gerais), CAXIAS (C. Maranhão), CEDRO (C. Ceará), CERRITO (V. Rio G. do Sul), CERRO AZUL (C. Paraná), CHAPADA (V. Minas Gerais), CHAPEU (V. Goiás), CHAVES (C. Pará), CHIQUE-CHIQUE (C. Baía), COLÔNIA (V. Rio de Janeiro), CONCEIÇÃO (C. Paraíba), CONCEIÇÃO DA BARRA (C. E. Santo), CONCEIÇÃO DO NORTE (V. Goiás), CONCHAS (C. São Paulo), CONCÓRDIA (C. Sta. Catarina), CONDE (C. Baía), CONQUISTA (C. Baía), COQUEIROS (V. Baía), CORAÇÃO DE JESUS (C. M. Gerais), CORDEIRO (V. Rio de Janeiro), CORDEIROS (V. Paraíba), CORRENTE (C. Piauí), CORUMBÁ (C. Goiás), COTEGIPE (C. Baía), CRISTAIS (V. M. Gerais), CRISTALINA (C. Goiás), CRISTINA (C. M. Gerais), CRUZ ALTA (C. Rio G. do Sul), CRUZEIRO (C. São Paulo), CRUZEIRO DO SUL (C. Acre), CUIABÁ (Capital Mato Grosso), CURRALINHO (C. Pará), DESCOBERTO (V. Minas Gerais), DIAMANTINA (C. M. Gerais), DIVINA PASTORA (C. Sergipe), DIVINÓPOLES (C. M. Gerais), DOIS IRMÃOS (V. R. G. do Sul), ENCRUZILHADA (C. Baía), ENTRE RIOS (C. Baía), ERVAL (C. R. G. do Sul), ESPÍRITO SANTO (C. Espírito Santo), ESPLANADA (C. Baía), ESTREITO (V. Rio G. do Sul), ESTRELA (C. Rio G. do Sul), EUCLIDES DA CUNHA (C. Baía), EXTREMA (C. Minas Gerais), FARIAS (V. M. Gerais), FERNÃO DIAS (V. Minas Gerais), FERREIROS (V. Rio de Janeiro), FIGUEIRA (V. E. Santo), FLORES (C. Pernambuco), FLORESTA (C. Pernambuco), FLORIANO (C. Piauí), FLORIANO PEIXOTO (V. Amazonas), FORMIGA (C. Minas Gerais), FORMOSA (C. Goiás), FORTALEZA (Capital do Ceará), FORTUNA (V. Minas Gerais), FRADE (C. Ceará), GAMELEIRA (C. Pernambuco), GETÚLIO VARGAS (C. Rio G. do Sul), GLICÉRIO (C. São Paulo), GLÓRIA (C. Baía), GOIANINHA (C. Rio Gde. do Norte), GRAMA (C. São Paulo), GRAVATA (C. Pernambuco), GUARACI (V. São Paulo), GUARANI (C. Minas Gerais), GUARARAPES (C. São Paulo), GUARULHOS (C. São Paulo), GUIMARÃES (C. Maranhão), GURUPÁ (C. Pará), HERCULANIA (C. Mato Grosso), HORIZONTE (V. Ceará), HUMAITÁ (C. Amazonas), IBIAPINA (C. Ceará), IBITIRA (V. Baía), ICATU (C. Maranhão), IGARAI (V. São Paulo), IGARAPÉ-ACU (C. Pernambuco), IGREJA NOVA (C. Alagoas), IGUAPE (C. São Paulo), IMPERATRIZ (C. Maranhão), INCONFIDÊNCIA (V. Rio de Janeiro), INDEPENDÊNCIA (C. Ceará), INDIANA (V. Minas Gerais), INGA (C. Paraíba), INHUMAS (C. Goiás), IPIRANGA (C. Paraná), IPOJUCA (C. Pernambuco), IRACEMA (V. Ceará), IRAÍ (C. Rio G. do Sul), ITABAIANA (C. Sergipe), ITABIRA (C. Minas Gerais), ITACOATIARA (C. Amazonas), ITACURUSSA (V. Rio de Janeiro), ITAGUAÇU (C. Espírito Santo), ITAIPAVA (V. Rio de Janeiro), ITAIPU (V. Rio de Janeiro), ITAJAI (V. Santa Catarina), ITAJUBÁ (C. Minas Gerais), ITAMARATI (V. Minas Gerais), ITAMBE (C. Baía), ITAÓCA (V. São Paulo), ITAPARICA (C. Baía), ITAPEPERICA (C. São Paulo), ITAPEMIRIM (C. Espírito Santo), ITAPETININGA (C. São Paulo), ITAPEVA (C. São Paulo), ITAPECURU (C. Baía), ITAPIRA (C. São Paulo), ITAPIRANGA (C. Amazonas), ITAPOCU (V. Sta. Catarina), ITAPORANGA (C. Sergipe), ITACUÍ (C. São Paulo), ITATINGA (C. São Paulo), ITAÚNA (C. Minas Gerais), JABOATÃO (C. Pernambuco), JACAREÍ (C. São Paulo), JACÚ (V. Baía), JACUIPE (V. Baía), JAGUARI (C. R. G. do Sul), JAGUARUNA (C. Sta. Catarina), JAPARATUBA (C. Sergipe), JARAGUÁ (C. Goiás), JARDIM (C. Ceará), JARDINÓ-

POLIS (C. São Paulo), JATAÍ (C. Goiás), JATOBÁ (C. Paraíba), JEQUITIBA (V. Minas Gerais), JERICÓ (V. Paraíba), JOANÓPOLIS (C. São Paulo), JOÃO ALFREDO (C. Pernambuco), JOÃO CORREIA (V. Baía), JOÃO PESSOA (Capital Paraíba), JOAQUIM TAVORA (C. Paraná), JORDÃO (V. Ceará), JOSÉ BONIFÁCIO (C. S. Paulo), JOSÉ MARIANO (V. Pernambuco), JUAZEIRO (C. Baía), JUNCO (V. Baía), JUNDIAÍ (C. São Paulo), JUQUÍÁ (V. São Paulo), LAGOA (V. Sta. Catarina), LAGOINHA (V. São Paulo), LAJE (C. Baía), LAJEADO (C. Baía), LAJEDO (V. Pernambuco), LAJES (C. Santa Catarina), LAMBARÍ (C. Minas Gerais), LAPA (C. Paraná), LARANJAL (C. Minas Gerais), LARANJEIRAS (C. Sergipe), LAVRAS (C. Minas Gerais), LENÇÓIS (C. Baía), LEOPOLDINA (C. Alagoas), LIBERDADE (C. Minas Gerais), LIMOEIRO (C. Ceará), LIVRAMENTO (C. Mato Grosso), LORENA (C. São Paulo), LUZ (C. Minas Gerais), MACAPÁ (C. Pará), MACAUBAS (C. Baía), MACUCO (V. Rio de Janeiro), MADRE DE DEUS (C. Pernambuco), MALHADA (V. Baía), MARIANA (C. Minas Gerais), MARIÂNDIA (V. M. Gerais), MARRECAS (V. Ceará), MARTINÓPOLIS (C. São Paulo), MARZAGÃO (V. Goiás), MASSARANDUBA (V. Sta. Catarina), MATINHA (V. Maranhão), MATO GROSSO (C. Mato Grosso), MAUA (V. São Paulo), MELGAÇO (V. Pará), MERCES (C. Minas Gerais), MESQUITA (C. Minas Gerais), MINEIROS (C. São Paulo), MIRACEMA (C. Rio de Janeiro), MIRANDA (C. Mato Grosso), MIRIM (V. Santa Catarina), MOEMA (V. Minas Gerais), MONÇÃO (C. Maranhão), MONTE ALEGRE (C. Pará), MONTE ALTO (C. Baía), MONTE AZUL (C. São Paulo), MONTE BELO (C. Minas Gerais), MONTEIRO (C. Paraíba), MONTE SANTO (C. Baía), MONTE VERDE (V. Rio de Janeiro), MORADA NOVA (C. Ceará), MORENO (C. Pernambuco), MORRETES (C. Paraná), MORRINHOS (C. Goiás), MORRO ALTO (V. Minas Gerais), MORRO DO CHAPEU (C. Baía), MORRO GRANDE (V. Rio de Janeiro), MORROS (C. Maranhão), MUCAMBO (V. Ceará), MULUNGU (V. Ceará), MUNDO NOVO (C. Baía), MURIBECA (C. Sergipe), MUTUM (C. Minas Gerais), NATAL (Capital R. G. do Norte), NATIVIDADE (C. Goiás), NAZARÉ (C. São Paulo), NEVES (V. Rio de Janeiro), NILO PEÇANHA (C. Baía), NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (C. Sergipe), NOSSA SENHORA DAS DORES (C. Sergipe), NOVA CRUZ (C. Rio G. do Norte), NOVA OLINDA (V. Ceará), NOVA VENEZA (V. Sta. Catarina), NOVO HORIZONTE (C. São Paulo), OEIRAS (C. Pará), OITICICA (V. Ceará), OLHO D'ÁGUA (V. Paraíba), OLHOS D'ÁGUA (V. Minas Gerais), OLINDA (C. Pernambuco), OURO BRANCO (V. Minas Gerais), OURO FINO (C. Minas Gerais), PACATUBA (C. Ceará), PAGEÚ (V. Pernambuco), PALESTINA (C. S. Paulo), PALMAS (C. Ceará), PALMARES (C. Pernambuco), PALMEIRA (C. Paraná), PALMEIRAS (C. Baía), PALMEIRINHA (V. Paraná), PALMITAL (C. São Paulo), PARAGUAÇU (C. Minas Gerais), PARAÍSO (V. São Paulo), PARAMIRIM (C. Baía), PARATI (C. Rio de Janeiro), PARAÚNA (C. Goiás), PARNATBA (C. Piauí), PARREIRAS (C. Minas Gerais), PASSAGEM (V. Paraíba), PATOS (C. Paraíba), PATROCÍNIO (C. Minas Gerais), PAU-DALHO (C. Pernambuco), PAULISTA (C. Piauí), PEDRA (C. Pernambuco), PEDRA BRANCA (C. Minas Gerais), PEDRA GRANDE (C. Minas Gerais), PEDREIRA (C. São Paulo), PEDREIRAS (C. Maranhão), PEDRO SEGUNDO (C. Piauí), PENHA (V. Santa Catarina), PERDIZES (C. Minas Gerais), PERDÕES (C. Minas Gerais), PETROLINA (C. Pernambuco), PICOS (C. Piauí), PIEDADE (C. São Paulo), PILAR (C. Paraíba), PIMENTA (V. Minas Gerais), PINDO-

RAMA (C. São Paulo), PINHAL (C. São Paulo), PINHEIRO (C. Maranhão), PINHEIROS (C. São Paulo), PIQUETE (C. São Paulo), PIRAIÁ (C. Rio de Janeiro), PIRANGI (C. São Paulo), PIRAPORA (C. Minas Gerais), PITANGA (V. Paraná), POCINHOS (V. Paraíba), POÇO COMPRIDO (V. Pernambuco), POMBAL (C. Baía), PONTA DE PEDRAS (C. Pará), PONTAL (C. São Paulo), PONTE ALTA (V. Santa Catarina), PONTE NOVA (C. Minas Gerais), PORANGABA (C. São Paulo), PORTEIRINHA (C. M. Gerais), PORTO ALEGRE (Capital do Rio G. do Sul), PORTO DAS FLORES (V. Minas Gerais), PORTO FRANCO (C. Maranhão), PORTO REAL (V. Rio de Janeiro), PORTO SEGURO (C. Baía), POSSE (C. Goiás), POUSO ALTO (C. Minas Gerais), PRADO (C. Baía), PRAINHA (C. Pará), PRATA (C. Minas Gerais), PRESIDENTE VARGAS (C. Minas Gerais), PRIMAVERA (V. Pará), PRINCESA ISABEL (C. Paraíba), PROVIDÊNCIA (V. Minas Gerais), PUREZA (V. Rio de Janeiro), QUEIMADOS (C. Pernambuco), REBOUÇAS (C. Paraná), RECIFE (Capital de Pernambuco), RECREIO (C. Minas Gerais), REDENÇÃO (C. São Paulo), REMÉDIOS (V. da Baía), RESERVA (C. Paraná), RETIRO (V. Minas Gerais), RIACHÃO (C. Maranhão), RIACHO DOCE (V. Baía), RIACHO FUNDO (V. Minas Gerais), RIACHO VERDE (V. Ceará), RIACHUELO (C. Sergipe), RIBEIRA (C. São Paulo), RIBEIRÃO (C. Pernambuco), RIBEIRÃO CLARO (C. Paraná), RIBEIRÃO VERMELHO (V. Minas Gerais), RIBEIRÓPOLIS (C. Sergipe), RIO ALEGRE (V. Mato Grosso), RIO BONITO (C. Rio de Janeiro), RIO BRANCO (Capital do Acre), RIO CLARO (C. São Paulo), RIO DAS PEDRAS (C. S. Paulo), RIO DO PEIXE (V. Minas Gerais), RIO GRANDE (C. Rio G. do Sul), RIO NEGRO (C. Paraná), RIO NOVO (C. Minas Gerais), RIO PARDO (C. Rio G. do Sul), RIO PRETO (C. Minas Gerais), RIO VERDE (C. Goiás), RIO VERMELHO (C. Minas Gerais), ROCHEDO (V. Minas Gerais), RODEIO (C. Santa Catarina), ROSÁRIO (C. Maranhão), RUI BARBOSA (C. Baía), SACRAMENTO (C. Minas Gerais), SALDANHA (V. Baía), SALGADO (C. Sergipe), SALINAS (C. Pará), SALTO (C. São Paulo), SALTO GRANDE (C. São Paulo), SANTA BARBARA (C. Minas Gerais), SANTA CATARINA (C. Minas Gerais), SANTA CLARA (V. Rio de Janeiro), SANTA CRUZ (C. Rio G. do Norte), SANTA FILOMENA (C. Piauí), SANTA HELENA (C. Maranhão), SANTA INEZ (C. Baía), SANTA ISABEL (C. São Paulo), SANTA LÚCIA (V. São Paulo), SANTA LUZIA (C. Sergipe), SANTA MARIA (C. Rio G. do Sul), SANTANA (C. Baía), SANTANÓPOLIS (V. Baía), SANTA QUITÉRIA (C. Ceará), SANTARÉM (C. Pará), SANTA RITA (C. Paraíba), SANTA ROSA (C. R. G. do Sul), SANTA TERESA (C. Rio de Janeiro), SANTA TEREZINHA (C. Baía), SANTO AMARO (C. Baía), SANTO ANDRÉ (C. São Paulo), SANTO ANGELO (C. Rio G. do Sul), SANTO ANTONIO (C. R. G. do Sul), SANTO ESTEVÃO (C. Baía), SANTO INACIO (C. Baía), SANTOS (C. São Paulo), SANTOS DUMONT (C. Minas Gerais), SÃO BENEDITO (C. Ceará), SÃO BENTO (C. Maranhão), SÃO BERNARDO (C. Maranhão), SÃO BRAZ (V. Alagoas), SÃO CAETANO (C. Pernambuco), SÃO CARLOS (C. São Paulo), SÃO DOMINGOS (C. Goiás), SÃO FÉLIX (C. Baía), SÃO FIDÉLES (C. Rio de Janeiro), SÃO FILIPE (C. Baía), SÃO FRANCISCO (C. Baía), SÃO FRANCISCO DE PAULA (C. Rio G. do Sul), SÃO FRANCISCO XAVIER (V. São Paulo), SÃO GABRIEL (C. Rio G. do Sul), SÃO GERALDO (V. Minas Gerais), SÃO GONÇALO (C. Rio de Janeiro), SÃO JERÔNIMO (C. Rio G. do Sul), SÃO JOÃO (V. Pernambuco), SÃO JOÃO BATISTA (V. Santa Catarina), SÃO JOAQUIM (C. Santa Catarina), SÃO JOSÉ (C. Santa

Catarina), SÃO LOURENÇO (C. Rio G. do Sul), SÃO LUIZ (Capital do Maranhão), SÃO LUIZ GONZAGA (C. Rio G. do Sul), SÃO MANUEL (C. Minas Gerais), SÃO MARCOS (V. Rio G. do Sul), SÃO MARTINHO (V. Rio G. do Sul), SÃO MATEUS (C. Espírito Santo), SÃO MIGUEL (C. Rio G. do Norte), SÃO PAULO (Capital de São Paulo), SÃO PEDRO (C. de São Paulo), SÃO PEDRO DE ALCANTARA (V. Santa Catarina), SÃO ROQUE (C. São Paulo), SÃO SEBASTIÃO (C. São Paulo), SÃO SIMÃO (C. São Paulo), SÃO TOMÉ (C. Rio G. do Norte), SÃO VICENTE (C. São Paulo), SÃO VICENTE FERRER (C. Maranhão), SAPÊ (C. Paraíba), SAPUÇAIA (C. Rio de Janeiro), SARANDI (C. Rio G. do Sul), SAÚDE (C. Baía), SEABRA (C. Acre), SERRA AZUL (C. São Paulo), SERRA BRANCA (V. Pernambuco), SERRA GRANDE (V. Baía), SERRA NEGRA (C. R. G. do Norte), SERRANIA (C. Minas Gerais), SERRINHA (C. Baía), SERTÃOZINHO (C. São Paulo), SILVA JARDIM (V. Minas Gerais), SILVEIRAS (C. São Paulo), SINIMBÚ (V. Rio G. do Sul), SIQUEIRA CAMPOS (C. Paraná), SOBRADINHO (C. Rio G. do Sul), SOCORRO (C. Sergipe), SOLEDADE (C. Rio G. do Sul), SOURE (C. Pará), SUMIDOURO (C. Rio de Janeiro), SUSUARANA (V. Baía), TABAJARA (V. Mato Grosso), TABATINGA (C. São Paulo), TABOLEIRO (V. Minas Gerais), TAMANDARÉ (V. Pernambuco), TAMBAU (C. São Paulo), TAPEROA (C. Baía), TAQUARA (C. Rio G. do Sul), TAQUARAL (V. São Paulo), TAQUARÍ (C. Rio G. do Sul), TAQUARATINGA (C. Pernambuco), TEIXEIRA (C. Paraíba), TERESÓPOLIS (C. Rio de Janeiro), TESOURAS (V. Rio G. do Sul), TIBÁU (V. R. G. do Norte), TIGRE (V. Pernambuco), TIJUCAS (C. Santa Catarina), TIMBAÚBA (C. Pernambuco), TIRADENTES (C. Minas Gerais), TÔRRES (C. Rio G. do Sul), TRAÍRAS (V. Goiás), TRAVESSÃO (V. Rio de Janeiro), TRES BARRAS (V. Santa Catarina), TRES IRMÃOS (V. Rio de Janeiro), TRINDADE (V. Goiás), TRIUNFO (C. Rio G. do Sul), TUIUTI (V. São Paulo), TUPÁ (C. São Paulo), TURVO (V. Santa Catarina), UBATUBA (C. São Paulo), UBERABA (C. Minas Gerais), UBERLÂNDIA (C. Minas Gerais), UMBÚ (V. Rio G. do Sul), UMBURANAS (V. Ceará), UMBUZEIRO (C. Paraíba), UNA (C. São Paulo), UNIAO (C. Alagoas), VALENÇA (C. Piauí), VALINHOS (V. São Paulo), VARGEM ALEGRE (V. Rio de Janeiro), VARGEM GRANDE (C. Maranhão), VEADINHO (V. Minas Gerais), VERA CRUZ (C. São Paulo), VERTENTES (C. Pernambuco), VIAMÃO (C. Rio G. do Sul), VIANA (C. Maranhão), VIÇOSA (C. Ceará), VIGIA (C. Pará), VIRGÍNIA (C. Minas Gerais), VISTA ALEGRE (V. Minas Gerais), VITÓRIA (Capital do Espírito Santo), VOLTA GRANDE (C. Minas Gerais), XAPURÍ (C. Acre).



Comissão Censitária Nacional

★VISITA DOS MEMBROS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS — No mês passado estiveram em visita à Comissão Censitária Nacional os membros da Academia Brasileira de Ciências.

Recebidos pelo Professor Carneiro Filipe, presidente da Comissão, Sr. Rafael Xavier, Diretor Técnico do Serviço do Recenseamento, os cientistas visitaram os diversos setores do Recenseamento. Após a visita, transmitindo a magnífica impressão colhida, o Professor Cândido Melo Leitão, Presidente da Academia enviou ao Sr. Presidente da República, o seguinte telegrama:

"A Academia Brasileira de Ciências após minuciosa visita aos serviços da Comissão Censitária Nacional não pode calar sua entusiástica admiração pela perfeição técnica

e devotamento com que se vem realizando esse gigantesco e complexíssimo trabalho que dará ao mundo o retrato perfeito do Brasil sob todos os seus aspectos e em suas múltiplas possibilidades. Esse censo que enche de orgulho a todos os brasileiros, realizado em moldes como nunca houve em nossa Pátria e como raramente se tem feito em outros países, só foi possível graças ao patriotismo esclarecido do embaixador Macedo Soares e a sapientíssima direção do professor Carneiro Filipe, que fazem jus aos mais irrestritos louvores. Em nome da Academia Brasileira de Ciências e no meu próprio, peço receber congratulações por mais esse assinalado serviço prestado pelo governo de V. Excia. ao Brasil. Respeitosas saudações — professor Cândido Melo Leitão, presidente”.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

GRATIFICAÇÃO AO METEOROLOGISTA EM COMISSÃO NA COLOMBIA — O Sr. Presidente da República assinou o decreto-lei n.º 5 741, no dia 12 de agosto, abrindo o crédito especial de Cr\$ 62 032,80, ao Ministério da Agricultura, para atender, a partir de 15 de abril deste ano, ao pagamento da gratificação de representação mensal de 440 pesos colombianos, concedida ao meteorologista Durval Calheiros Gomes que se encontra em comissão na Colômbia, como instrutor em um curso de extensão, relativo a meteorologia.



Comissão Executiva dos Produtos de Mandioca

“RUMOS INDUSTRIAIS DA MANDIOCA” — Em sua sessão de 27 de julho último, a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca recebeu o professor Edgar Bezerra Leite, autor da monografia *Rumos Industriais da Mandioca*, o qual fez uma explanação sobre a orientação que adotou para elaborar o seu trabalho, lendo alguns capítulos referentes ao aspecto industrial da mandioca. O presidente agradeceu a visita e congratulou-se em nome da Comissão, com o professor Edgar Bezerra Leite pelo valor da sua obra, cuja publicação, por parte do Ministério da Agricultura, será aconselhada pela Comissão ao respectivo Ministro.



Divisão de Águas

CURSOS DÁGUA CONSIDERADOS PÚBLICOS — O *Diário Oficial*, edição de 14 do mês anterior, publica dois editais da Divisão de Águas do D.N.P.M. do Ministério da Agricultura, considerando públicas de uso comum, do domínio do município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, as águas do curso denominado “Perdizes”, ao longo de toda a sua extensão, e do domínio do município de Catalão, Estado de Goiás, as águas do curso denominado “Ouvidor”, ao longo de toda a sua extensão.

De acordo com editais publicados nas edições do *Diário Oficial*, de 24 e 31 ainda de agosto, a Divisão também considerou públicas, de uso comum, sob o domínio do Estado, as águas do curso denominado “Conceição-Piracanjuba”, “Piracanjuba”, e Piracanjuba respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, o qual nasce no município de Bela Vista, percorre o de Pouso Alto, limita o de Caldas Novas com o de Morrinhos e com o de Buriti Alegre, todos no Estado de Goiás; e do domínio do Município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, as águas do curso denominado “Campestre Frio” ao longo de toda a sua extensão, tributário do curso Vacarianos; e de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do curso denominado “Douradinho”, “Dourados” e “Dou-

rados”, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior o qual nasce no município de Campo Formoso e percorre o de Conceição das Alagoas, ambos no Estado de Minas Gerais.

O critério adotado para a determinação dessas águas foi o seguinte:

- 1.º) o curso d’água foi determinado partindo de jusante para montante;
- 2.º) nas confluências foi considerado como principal o de maior bacia hidrográfica.



Divisão de Caça e Pesca

A DEFESA DA FAUNA SILVESTRE — Para resguardar a riqueza de nossa terra em animais silvestres, distribuídos em várias zonas, de acordo com as suas características biológicas, a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura vem pondo em prática várias providências. No setor Caça a referida Divisão do Dep. Nacional de Produção Animal exerce sua atividade por três meios: 1) limitando os períodos de caça e os locais de caçadas; 2) instalando parques de refúgio e reserva em regiões apropriadas para preservar a fauna local, bem como parques de criação destinados aos estudos da biologia de aves e mamíferos silvestres e de sua reprodução em cativeiro, usando-se para isso o mais moderno processo baseado na hipofização; 3) incentivando a iniciativa particular para a instalação de parques ou, melhor, criadouros refúgios ou industriais visando com isso o abastecimento comercial com a poupança das espécies silvestres.

Para maior controle, as firmas que se dedicam a negócios relacionados com a caça são fiscalizadas e se obrigam a apresentar, periodicamente declarações de estoque, informando de quem e quando foram adquiridos os produtos e a quem e quando foram vendidos.



Instituto Nacional do Mate

SOB A JURISDIÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — O Sr. Presidente da República assinou no dia 11 de agosto último, o decreto-lei n.º 5 740, publicado no *Diário Oficial* de 13 do mesmo mês, alterando o decreto-lei n.º 3 937, de 13 de dezembro de 1941. Pelo novo decreto o Instituto ficou sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, para cujo titular haverá recurso dos atos administrativos do presidente do Instituto.



Serviço de Estatística da Produção

ALTERA A TABELA NUMÉRICA DE EXTRANUMÉRARIO MENSALISTA — Pelo decreto n.º 13 136, de 9 do mês anterior, foi alterada a Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, correndo a despesa correspondente na importância de Cr\$ 3 600,00 à conta de destaque da Verba I — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 08 — Novas admissões, etc., do orçamento vigente do Ministério da Agricultura.



Serviço Florestal

AS OBRAS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS — O Sr. Presidente da República, por despacho de 27 de julho, exarado na exposição de motivos n.º GM 978, do sr. Ministro da Agricultura, publicada no *Diário Oficial* de 2 do mês passado, autorizou fosse aplicada por meio de adiantamento, com dispensa de concorrência, a quantia de Cr\$ 30 000,00 pelo Serviço Florestal no prosseguimento das obras de organização do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

UM PAVILHÃO PARA A SECÇÃO DE TECNOLOGIA — O Sr. Presidente da República, em despacho exarado na exposição de motivos n.º 2 366 do DASP, publicado no *Diário Oficial* de 9 do mês passado, autorizou, de acordo com uma solicitação do Ministério da Agricultura, a construção de um pavilhão, orçado em Cr\$ 149 967,00 para a Secção de Tecnologia do Serviço Florestal, em terreno pertencente ao Jardim Botânico, nesta capital.

CAMPANHA DE PROTEÇÃO À NATUREZA — O Serviço Florestal do Ministério da Agricultura em recente comunicado esclarece que "nenhuma derrubada de mato poderá ser iniciada sem autorização de autoridade florestal competente e sem assinatura de um compromisso de reflorestamento com as garantias necessárias. As devastações não poderão exceder três quartas partes da vegetação nativa existentes. É obrigatória a conservação permanente da quarta parte como reserva florestal.

Sob pretexto algum serão tolerados os cortes de matas protetoras, mesmo em formação, como capeiras, vassouras, capoeiras, mato novo, etc., numa faixa de 20 metros às margens dos cursos d'água, lagos e estradas de qualquer natureza, nas encostas dos morros de mais de 30 graus de inclinação e nos cumes altos, assim, como dentro de um raio mínimo de 100 metros ao redor das fontes.

Não poderão ser abatidas as árvores de madeira de lei com menos de 30 centímetros de diâmetros (mesmo as isoladas extraídas de dentro da mata), nem aproveitadas para lenha ou carvão e deverão ser substituídas na proporção de 5 mudas da mesma espécie por árvore cortada, por cujo crescimento zelará o responsável.

Constituem crimes florestais as queimadas (destruição das árvores derrubadas pelo fogo) como processo de preparação de novas roças. Os azeiros para queima da ramagem devem ser feitos com a necessária precaução, para evitar que o incêndio se propague e destrua a vegetação arbórea vizinha.

São contravenções: penetrar em floresta alheia para colher produtos florestais e matar, lesar ou mutilar as árvores de logradouros públicos ou propriedade particular.

O reflorestamento poderá ser feito na proporção de 10 mudas de qualquer espécie florestal por metro cúbico de lenha apurado.

Os comerciantes de produtos florestais (lenha, cascas, dormentes, moirões, toradas orquideas, etc.), para eximirem-se de responsabilidade, não deverão adquiri-los sem exigir do comprador o comprovante da exploração autorizada.

Serão reservadas todas as matas que sirvam para embelezamento de paisagens, as protetoras contra a erosão das terras e as que influenciam o regime das águas".



Serviço de Proteção aos Índios

ESTUDOS ETNOGRÁFICOS — Por despacho de 27 de julho último, na exposição de motivos G.M. 958, do sr. Ministro da Agricultura, publicada no *Diário Oficial* de 9 do mês seguinte, o sr. Presidente da República autorizou que a dotação orçamentária de Cr\$ 400 000,00 consignada no anexo 12 de Orçamento Geral da União, para o corrente exercício em favor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e posteriormente transferida ao Serviço de Proteção aos Índios para a realização de estudos etnográficos, seja distribuída à Tesouraria do Ministério da Agricultura afim de ser entregue como adiantamento, de uma só vez, ao diretor do mesmo Serviço, sendo à conta dessa dotação autorizada a aquisição na capital da República, mediante coleta de preços, do material constante do processo anexo à exposição de motivos. Pelo mesmo despacho foi aprovada a ta-

bela numérica do pessoal especializado destinado à realização de estudos etnográficos e autorizado o pagamento a esses servidores dos salários a que fizeram jus no corrente exercício, a partir de 1.º de janeiro, à conta do referido adiantamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO DISTRITO FEDERAL — O Sr. Ministro da Educação e Saúde, pela Portaria n.º 449, de 6 do mês passado, designou uma comissão constituída dos srs. J. Pires do Rio, João Carlos Vital, Alberto Amarante, Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá e João Pereira de Lemos Neto, para examinar a minuta de contrato a ser celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a Companhia Brasileira de Serviços de Águas do Rio de Janeiro, para execução dos serviços de abastecimento de água do Distrito Federal, cabendo à mesma Comissão verificar a sua conformidade com o edital de concorrência para adjudicação dos referidos serviços e propor a redação conveniente, caso julgue necessário proceder à retificação do texto respectivo.



Conselho Nacional de Educação

DESIGNAÇÃO DE COMISSÕES — Na reunião efetuada pelo Conselho Nacional de Educação, no dia 16 de agosto último, o plenário aprovou a constituição das seguintes comissões, que deverão funcionar na presente reunião: Comissão de Legislação: Professores: Reinaldo Porchart, Edgar Schneider, Beni Carvalho, Juandir Lodi, Cesário de Andrade; Comissão Ensino Superior: Professores: Reinaldo Porchart, Edgar Schneider, Cesário de Andrade Paulo Parreiras Horta e Lourenço Filho; Comissão Ensino Secundário: Professores: Isaias Alves, Leonel Franca, Amoroso Lima, Jonatas Serrano e Josué d'Afonseca; Comissão Ensino Profissional: Professores: Paulo Lira, Samuel Libânio e Isaias Alves. Comissão de Regimentos: Professores: Samuel Libânio, Leitão da Cunha e Oliveira Neto.

Estando ausentes os srs. conselheiros Reinaldo Porchart e Edgar Schneider, membros das Comissões de Legislação e Ensino Superior, o Prof. Cesário de Andrade propôs, sendo aprovado, fossem os mesmos substituídos, em sua ausência, pelos conselheiros Samuel Libânio e Josué d'Afonseca, respectivamente.



Escola Nacional de Engenharia

REMODELAÇÃO DO INSTITUTO ELETROTÉCNICO — Na edição do *Diário Oficial* do dia 3 do mês passado, foi publicado o termo de contrato celebrado na Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde com a firma L. Pangélla & Cia. Ltda., para obras de reparos e remodelação do Instituto Eletrotécnico da Escola Nacional de Engenharia.

O contratante-empregado obriga-se a executar as obras de reparos e remodelação do Instituto na importância total de Cr\$ 132 600,00 como propôs, inteiramente de acordo com o projeto fornecido pela Divisão de Obras e rubricado pelo contratante-empregado, e as condições impostas no edital publicado no *Diário Oficial* de 28 de junho de 1943.



Museu Histórico Nacional

OFERTA DE GRANDE COLEÇÃO DE MEDALHAS — Foi entregue no dia 2 deste mês ao Museu Histórico Nacional uma grande coleção

de duas mil duzentas e quarenta e quatro medalhas religiosas, de instituição maçônica e esportiva "jetons" e distintivos esportivos, doação que, como outras anteriores, feitas pelo sr. Guilherme Guinle, e já integradas nas coleções da Secção de numismática do Museu.



Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

COMISSÃO ORGANIZADORA DO SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES DE 1943 — Pela Portaria n.º 444, de 31 de julho último, o sr. Ministro da Educação e Saúde, de acordo com o que propôs o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, designou Augusto José Marques Júnior, Paulo Mazzuchelli, Angelo Bruhns, Oscar Niemeyer Soares Filho, Quirino Campofiorito e Prudente de Moraes Neto, para constituírem a Comissão Organizadora do Salão Nacional de Belas Artes de 1943, cabendo aos três primeiros organizar a Divisão Geral, e aos três últimos, a Divisão de Arte Moderna.



MINISTÉRIO DA GUERRA

A ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA — O Sr. Presidente da República, assinou no dia 3 de agosto o decreto-lei n.º 5 718, publicado no *Diário Oficial* de 5 do mesmo mês, dispondo sobre a administração do Território de Fernando de Noronha, e dando outras providências. O Território será administrado por governador, brasileiro nato, de livre nomeação e demissão do Presidente da República, e que tomará posse perante o Ministro da Guerra, podendo a nomeação recair no comandante da guarnição militar do Território. Ficaram criados no Quadro Permanente do Ministério da Guerra o cargo, em comissão, de Governador do Território de Fernando de Noronha, padrão R, e o cargo, também em comissão, de Secretário do mesmo Território, padrão N.



Escola do Estado Maior do Exército

ENTREGA DE DIPLOMAS À TURMA DE 1943 — Na Escola de Estado Maior do Exército, teve lugar no dia 31 de julho último, sob a presidência do Sr. Getúlio Vargas, a cerimônia da entrega de diplomas à turma que concluiu o curso no corrente ano. O ato foi assistido por ministros de Estado, outras altas autoridades e pelo Embaixador da Colômbia, Sr. Albert Jaramillo Sanches. Concluíram o curso cerca de 60 oficiais, inclusive o Major Restrepo Suarez, do Exército da Colômbia. Falaram durante a solenidade o Coronel Fernando Saboia de Bandeira de Melo, comandante da Escola, o Major Laurentino Lopes Bonorino, orador da turma, e Major Restrepo Suarez, que, foi homenageado por seus colegas brasileiros, tendo sido saudado pelo Major Orlando Geisel.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS TRABALHOS DA COMISSÃO — A todos os Ministros de Estado, o sr. Luiz Vergara, secretário da Presidência da República enviou a circular n.º 8-43, de 7 de julho último, solicitando providências no sentido de ser determinado aos órgãos dos Ministérios prestem à Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais toda assistência técnica que lhes for solicitada, para o bom desempenho dos trabalhos confiadas à mesma.

NUMERAÇÃO DE DECRETOS E DECRETOS-LEIS — Em sessão levada a efeito no dia 30 do julho último, conforme ata publicada no *Diário*

Oficial de 9 do mês passado, a propósito de uma indicação sobre numeração de decretos, decretos-leis e decretos de provimento e vacância de cargos públicos a comissão opinou por que se respondia à Interventoria na Baía, mostrando a conveniência de continuar a numeração em vigor para os decretos executivos, iniciando-se, porém, desde logo, a numeração especial para os decretos-leis.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EXPOSIÇÃO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO BRASIL — OS ATLAS DOS TEIXEIRAS — Realizou-se no dia 1.º deste mês, no Palácio Itamarati, presidida pelo Sr. Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, a inauguração de uma Exposição de Cartografia Histórica do Brasil, em que figuraram pela primeira vez, as peças de grande valor adquiridas recentemente, durante a administração do ministro Osvaldo Aranha.

No ato da inauguração, o professor Jaime Cortezão pronunciou a segunda da série de três lições sobre "Como se esboçou o retrato do Brasil", promovida pelo Instituto de Estudos Portugueses. Esta palestra teve por título *História da Cartografia Brasileira até o tratado de Madrid (1750)*, e versou sobre o seguinte: "Resumo da lição anterior. A cartografia, considerada como instrumento de política geográfica, auxiliar da geografia política e documento de história da geografia. Os dois primeiros períodos de cartografia brasileira: insularidade teórica; e insularidade realizada pela integração territorial. A cartografia dos litorais e o primeiro Atlas do Brasil (1574). A cartografia hidrográfica dos séculos XVII e XVIII. Epopéia e drama. Importância dos Atlas dos Teixeira, ultimamente adquiridos pelo Itamarati, Alexandre de Gusmão: a concepção genial do Tratado de Madrid e o mapa das côrtes".



Comissão de Estudos dos Textos Históricos

O EXAME DAS OBRAS SOBRE HISTÓRIA NACIONAL — Recentemente nomeada pelo ministro das Relações Exteriores, realizou no Itamarati a sua primeira reunião, no dia 12 de agosto, sob a presidência do embaixador Leão Veloso, a Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, composta dos Srs. general Sousa Doca, Dr. Rodolfo Garcia, ministro Heitor Lira, professor Hélio Viana e Dr. Camilo de Oliveira Neto.

Essa comissão, destina-se a tomar conhecimento das obras sobre história nacional, editadas no Brasil e no estrangeiro, e preparar mensalmente uma bibliografia das principais dessas obras, assinalando as inexistências porventura aí encontradas. Cabe-lhe, além disso, a elaboração de pareceres ou de estudos sobre o assunto notadamente naquilo que se refere à política exterior do Brasil.

A comissão deverá reunir-se uma vez por semana no Palácio Itamarati, sob a presidência do secretário geral.



Comissão de Imigração, Naturalização e Cidadania

IMPORTANTES DECISÕES VISANDO INTENSIFICAR A IMIGRAÇÃO — No dia 12 do mês passado, reuniu-se a Comissão de Imigração, Naturalização e Cidadania, tendo sido aprovadas as seguintes decisões:

I — Recomendar que se mantenha a Comissão criada pela I Conferência de Havana para estudar as leis de Imigração, Naturalização e Cidadania dos países do Hemisfério Ocidental com o propósito de compilar e divulgar informações sobre as mesmas e para apresentar recomendações para a solução de divergências e

harmonizar estas leis com a amplitude necessária e flexibilidade oportuna, afim de conseguir a maior uniformidade possível.

II — Solicitar dos Governos dos Estados Americanos e das Associações Federadas a remessa à Comissão de Leis de Imigração, Nacionalização da Federação Interamericana de Advogados, dos textos constitucionais, legais e regulamentares, bem como dos principais relatórios administrativos, decisões judiciais, e livros e artigos doutrinários sobre imigração, nacionalização e naturalização.

III — Recomendar que nas Leis sobre Imigração, Nacionalização e Naturalização se procure conciliar os dois pontos de vista, da defesa dos interesses nacionais e da justiça pelo respeito aos direitos humanos.

IV — Aprovar a criação de Comissão Interamericana de Defesa do Hemisfério Ocidental com o fim de tornar efetiva a 17.ª Resolução da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos em janeiro de 1942.

V — Recomendar aos Estados Americanos que desenvolvam e ampliem sua orientação legislativa de estabelecer facilidades e vantagens aos nacionais (de origem) dos Estados Americanos de forma a se estabelecer para os mesmos em todo o continente posição especial, quase equiparada à do nacional.

VI — Recomendar que as Leis e Regulamentos sobre Entrada de Estrangeiros e Imigração, e os documentos exigidos para as viagens internacionais, sejam submetidos a reforma visando a sua simplificação e abreviação, bem como a redução do número das autoridades encarregadas de fiscalizar a sua observância.

VII — Recomendar que Leis sobre Imigração não estabeleçam a absoluta obrigatoriedade de apresentação pelo estrangeiro de um passaporte do Estado de que é nacional, mas admitam também, em substituição ao passaporte, qualquer outro documento comprobatório de identidade, quais carteira de Instituto de Identificação, carteira profissional, etc.

VIII — Recomendar para melhor conveniência e regulamentação das viagens internacionais aos Estados americanos, o estabelecimento recíproco de pontos definidos das respectivas fronteiras, com repartições de Saúde, Alfândega e Fiscalização de Passageiros, por onde será exclusivamente permitida a entrada e saída de pessoas.



MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS MINERAIS — DIREITO DOS HERDEIROS ESTRANGEIROS — No dia 3 de junho último, conforme ata publicada no *Diário Oficial* de 2 do mês passado realizou o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia a sua 142.ª sessão ordinária. Na ordem do dia, o suplente do Conselho Sr. João Maria Broxado Filho, tratou dos projetos de lei que dispõem sobre a classificação e avaliação das substâncias e produtos minerais destinados a exportação e o aparelhamento do Departamento Nacional da Produção Mineral para executar os serviços de controle da exportação mineral. Esclareceu que se entendia sobre o assunto com o diretor das Rendas Internas, que apresentou algumas ponderações, as quais deseja transmitir ao Sr. Irnack Carvalho do Amaral, membro da Comissão que elaborou os referidos projetos, cuja presença à próxima sessão do Conselho seria conveniente fôsse solicitada, o que foi aprovado.

A seguir, o Sr. Alves de Sousa deu conhecimento ao Conselho de um processo em curso no Departamento Nacional da Produção Mineral, concernente a direito de herdeiros estran-

geiros dos manifestantes de minas. Expõe sua opinião a respeito, em face do Código de Minas e da Constituição e propõe que o Conselho examine também a matéria, para, em uma indicação ao sr. chefe do Governo, ser firmada doutrina sobre o assunto. Aprovada a proposta do Sr. Alves de Sousa é designado o Sr. Emídio Ferreira para fazer um estudo em torno da questão.

PLANO NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS — Na sessão levada a efeito no dia 4 de junho, o sr. Oton Leonardos, referindo-se ao processo constituído da indicação e do estudo que a acompanha, do engenheiro Antônio José Alves de Sousa, atinentes à intensificação da produção de carvão nas minas em lava no norte do Paraná, propôs fôsse expedido um ofício ao diretor do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, solicitando permissão para que os vagões que transportam carvão possam trafegar no trecho de Ourinhos a Marquês dos Reis, da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, o que é aprovado.

Em seguida, transmite ao Conselho uma série de informações sobre a fabricação de álcool de mandioca, louvando as medidas que estão sendo tomadas pela Comissão Executiva da Mandioca e faz considerações em torno das vantagens de ser incentivada a produção de álcool de cana e de mandioca nos Estados interiores, onde, mesmo nos períodos normais, os combustíveis líquidos chega a preços relativamente altos, e ao concluir propôs que o Conselho estude um plano nacional de combustíveis, localizando num mapa as suas jazidas, as outras fontes de energia e as zonas de interesse econômico de cada combustível, dados esses que permitirão ao Governo intervir com mais eficiência em cada caso particular.

Depois de longamente discutido o assunto pelos srs. Fonseca Costa, Alves de Sousa e Oton Leonardos, ficou resolvido que este apresente um trabalho esquematizado sobre a matéria afim de ser convenientemente examinada pelo Conselho.

Carvão combustível pela destilação seca da madeira — Em sua 145.ª sessão ordinária, o Conselho tomou conhecimento de um aviso do Ministério da Agricultura, remetendo o processo referente a um memorial do engenheiro Jorge Laje, diretor técnico do Instituto Bioterápico S. A. de Belo Horizonte, contendo sugestões e estudos de sua autoria em torno da obtenção do carvão combustível através de processo de destilação seca da madeira, sendo o assunto distribuído ao Sr. Emídio Ferreira. A seguir é lida uma carta da Sociedade Termotécnica Mellor Goodwin, Ltda. remetendo o calendário dessa Sociedade para o ano de 1943, contendo gráficos relativos ao problema dos combustíveis usados no Brasil, tendo o Conselho resolvido mandar pedir mais 10 de cada um dos gráficos rematados.

Na sessão levada a efeito no dia 25 de junho, foi lido no expediente um documento do Ministério das Relações Exteriores, remetendo cópia do *dossier* enviado pela Embaixada do Brasil, em Bogotá, relativamente ao carvão colombiano, bem como às possibilidades de sua exportação para o Brasil.

O Conselho mandou extrair cópia desse processo para distribuição pelos conselheiros e encaminhá-lo, depois, ao relator, Sr. Renato de Azevedo Feio.

Na ordem do dia foi relatado o processo referente ao substitutivo apresentado pela Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais ao projeto de decreto-lei da Interventoria Federal no Estado do Espírito Santo, concedendo favores aos Srs. Antônio de Oliveira Santos e Luiz de Sousa Lima, ou Companhia que organizaram, para o fabrico de ferro, ferro gusa, aço e demais produtos subsidiários.

Durante a leitura do seu parecer, o relator, Sr. Emídio Ferreira, é, apartadoo pelas Srs. Fonseca Costa e Macedo Soares, travando-se, então, longo debate. Entre outras apreciações sobre o magno problema da siderurgia, disse o Sr. Macedo Soares que era imensa a sua satisfação em ver essa causa, tão importante para os destinos do Brasil e para a qual se bate há tantos anos, examinada pelo Conselho, que, assim, teria oportunidade de firmar doutrina em tão importante assunto, principalmente em relação às grandes e pequenas usinas. Finda a leitura, o sr. Macedo Soares pede vista do processo, o que lhe é concedido sendo adiada a discussão até que esse conselheiro se pronuncie, em definitivo, sobre o assunto.

CONTROLE DA EXPORTAÇÃO MINERAL

— A sessão realizada no dia 8 de julho, compareceram, a convite do Conselho, os engenheiros Irnack Carvalho do Amaral, membro da comissão que elaborou os projetos de lei instituindo o controle da exportação mineral e o aparelhamento do Departamento Nacional da Produção Mineral para executá-lo e o Sr. Hortêncio da Alcântara Filho, diretor das Rendas Internas, especialmente convidados pelo Conselho para tomarem parte no estudo desses projetos. Ambos apresentaram sugestões em torno do assunto, as quais, depois de longamente discutidas por eles e pelos srs. Broxado Filho, relator, Macedo Soares e Alves de Sousa, ficaram de ser de novo examinadas pelos seus autores, afim de organizarem um trabalho completo sobre o assunto, com as modificações assentadas no debate e apresentarem esse trabalho à apreciação do plenário, oportunamente para a sua definitiva solução.

DISTILAÇÃO SÊCA DA MADEIRA — O Sr. Emídio Ferreira da Silva Júnior, na sessão levada a efeito a 9 do mês acima, leu o seu parecer, que é aprovado, no processo constituído do memorial em que o engenheiro Jorge Lage, diretor-técnico do Instituto Bioterápico S. A., de Belo Horizonte, propõe seja incluído, no Código Florestal, um dispositivo que torne obrigatório, às empresas consumidoras de carvão vegetal, o emprego da "distilação seca da madeira" com beneficiamento dos produtos obtidos e incentivo a distilação da madeira para o fornecimento de gás combustível para uso doméstico das grandes cidades. As conclusões do parecer foram publicadas no *Diário Oficial* de 17 de agosto último.

VIAGEM DE ESTUDOS DE GEOLOGIA ECONÔMICA — A seguir, o Sr. João Maria Broxado Filho, apresenta uma indicação que é aprovada, sugerindo que o Sr. Oton Henry Leonardos fique incumbido de examinar, nos Estados Unidos, para onde seguirá brevemente, em viagem de estudos de geologia econômica, alguns problemas de industrialização de matérias primas minerais de interesse mais imediato, como seja o da grafita e da pirita, sobre os quais se acha vivamente empenhada a Diretoria do Material Bélico e solicitada a precisa autorização do senhor Presidente da República para que ele possa ausentar-se do país, pelo prazo provável de 120 dias, sem outros ônus para o Tesouro, além da percepção do vencimento do cargo de naturalista, classe L, do Ministério da Educação e Saúde.

Por despacho de 15 de julho, o Sr. Presidente da República autorizou a ida do Sr. Oton Henry Leonardos aos Estados Unidos.

REVISÃO DO CÓDIGO DE MINAS — O Sr. Alves de Sousa, na sessão de 22 ainda de julho, deu conhecimento ao Conselho dos termos do memorial que apresentou à Comissão de Revisão do Código de Minas, de que faz parte em companhia dos srs. Emídio Ferreira e Luciano Pereira da Silva, os quais concordaram com aquele trabalho.

O Conselho aplaude o memorial do conselheiro Alves de Sousa, manda extrair cópias do mesmo para serem distribuídas pelos demais conselheiros e organizar uma exposição de motivos ao Chefe do Governo, transmitindo as idéias expendidas nesse memorial e aduzindo as que já foram discutidas no Conselho para a modificação do referido Código.

VISITA A VOLTA REDONDA — Atendendo a um convite do sr. Macedo Soares, os membros do Conselho estiveram em visita à Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, tendo partido desta capital, no dia 22, à noite. Em torno dessa visita, na sessão dia 29 do mesmo mês, o Sr. Emídio Ferreira exprimiu o seu imenso júbilo pela grandiosa obra que o Conselho acabara de apreciar na visita à Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, salientando o seu entusiasmo pelo que está feito, pela sua ótima organização administrativa e, em particular, pelo carinhoso modo com que são tratados seus funcionários e operários. Conclui propondo que por tão justo motivo, seja consignado em ata um voto de congratulações com o preclaro colega, coronel Macedo Soares, diretor técnico daquela Companhia.

O Conselho aplaude a proposta e a que se seguiu, do sr. Alves de Sousa, para que, como complemento a essa merecida manifestação de apreço ao nobre colega, se telegrafasse ao Senhor Presidente da República, congratulando-se com Sua Excelência pela orientação perfeita dos trabalhos de construção e instalação da nossa primeira grande usina siderúrgica.

De acordo com essa deliberação, foi passado o seguinte telegrama, redigido pelo autor da proposta:

"Tendo recentemente visitado Volta Redonda e percorrido, detidamente, obras que estão sendo ali realizadas para instalação nossa primeira grande usina siderúrgica, cumpro o patriótico dever comunicar Vossa Excelência magnífica impressão que nos causaram andamento das mesmas e a superior orientação sob a qual vem sendo desenvolvido plano estabelecido. Reiteramos Vossa Excelência nossos protestos elevada estima e distinta consideração".

O Sr. Macedo Soares, vivamente emocionado, agradece as homenagens do Conselho, acentuando que nenhuma referência lhe fora mais sensível, até agora, sobre a obra realizada em Volta Redonda, do que as que vinham de ser feitas pelos prezados colegas. Eram-lhe, pois, tão honrosas e gratas, porque fitadas por um dos órgãos técnicos mais autorizados do Governo, que iria transmiti-las aos demais diretores da Companhia, na sua próxima reunião, afim de constarem da respectiva ata.

☆

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

CRÉDITO SUPLEMENTAR — Pelo decreto-lei n.º 5 727, de 5 do mês passado, foi aberto o crédito suplementar de Cr\$ 50 000,00 em reforço à verba 1 — Pessoal, do orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, s/c n.º 23 — Diárias — Departamento Nacional de Estrada de Rodagem.

☆

Departamento Nacional de Portos e Navegação

CONSTRUÇÃO DO PORTO DE CORUMBÁ — Em expediente datado de 31 de julho último, e publicado no *Diário Oficial* de 2 de agosto, o Sr. Diretor do D.N. de Portos e Navegação fez ciente aos interessados que foi adiado para o dia 17 de agosto, às 14 horas, o recebimento das propostas para a construção do porto de Corumbá, objeto do edital de Concorrência Pública, publicado no *Diário Oficial* de 18 de junho e 17 de julho do corrente ano.

Instituições particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

CENTENÁRIO DA VIAGEM DE LA CONDOMINE — SOLUÇÕES DA EQUAÇÃO DE FOURIER — NOTAS SOBRE SABETINAS — METAGÊNESE NAS PLANTAS — Sob a presidência do prof. Melo Leitão realizou a Academia Brasileira de Ciências mais uma sessão em agosto último.

Na hora do expediente, o acadêmico Carneiro Filipe convidou a Academia a visitar os serviços da Comissão Censitária Nacional, tendo a Academia resolvido comparecer incorporada, fixando-se o dia 26 para essa visita. O acadêmico Olímpio da Fonseca comunicou partir para os Estados Unidos a 2 de setembro, onde vai realizar uma série de conferências. A Academia nomeou-o seu delegado junto às sociedades e universidades científicas fazendo votos pelo êxito de sua comissão.

Passando-se a ordem do dia, o acadêmico Alvaro Alberto comunicou, em nome do prof. Afonso de Toledo Piza, um trabalho de pesquisa de soluções da equação de derivadas parciais de Fourier pelo método dito do refino de soluções, no qual apresenta três soluções, aplicáveis ao problema do poder erosivo das pólvoras.

O acadêmico Costa Lima comunicou algumas notas sobre mosquitos da subfamília Sabetinas, nas quais, confirma a sinonímia de *Wyeomyia obliata* (Lutz), 1904 e *Miamyia pintoii* Costa Lima, 1930; prova que *Wyeomyia arthrostigma* (Lutz, 1905), e distinta de *W. promelarium* Dyar e Knab, 1906; que *W. medioalbipes* Lutz, 1904 é distinta de *W. telectista* Dyar e Knab, 1906; que *W. brucei* Lane e Cerqueira, 1942 é sinônimo de *W. personata* (Lutz, 1905) e que *Limatus durhami* Theobald, 1910 (nec *L. durhami* Theobald, 1901) é sinônimo de *L. flavisetosus* Castro, 1935.

O acadêmico Alberto Sampaio enviou um trabalho sobre a metagênese nas plantas, no qual faz a síntese das noções atuais a respeito da generalização da teoria de Hofmeister. Nos trabalhos de Hofmeister, publicados de 1849 a 1851, demonstrou Hofmeister que nos musgos, pteridófitas e espermatófitas há uma geração gametogênica (que se passa no gametófito) alternando com outra, esporogênica (que tem lugar no esporófito).

Passa a estudar os casos de alternância nítida de gerações, com dois troncos separados, que se observa nas Pteridófitas isosporas e em alguns cogumelos parasitários; e os casos de simples analogia, com alternância de fases. Considera aí as analogias de Espermatófitas com Pteridófitas (dizendo-se que as primeiras são endoprotáleas e as segundas são exoprotáleas); a alternância de fases nos musgos e Briófitas em geral, nos cogumelos verdadeiros, nos Mixomicetos e em outros grupos inferiores. A alternância de gerações, ou pelo menos de fases, muito geral nas plantas, guarda íntima relação com a alternância de haploidia e diploidia, na dependência, por tanto, de meiose e cariogamia alternadas, mas não é invariável essa relação; há uma regra geral (gametófito haploide e esporófito diploide) e exceções (gametófito diploide e esporófito haploide); outra regra geral: a divisão reducional ou meiose é no momento da produção de esporos e se expressa por uma teraporeia, resultante de duas divisões seguidas, das quais uma é reducional, podendo ser a primeira ou a segunda. Como exceção, a meiose pode não ser na esporulação. A alternância de gerações ou troncos separados, autônimos, distintos, peculiar a Pteridófitas algumas algas, é apenas a alternância típica de gerações; nos casos atípicos trata-se apenas de fases esporogênicas e

gametogênicas, que alternam normalmente, a prazo curto, ou irregularmente e a prazo longo, quando não no mesmo, entremeados de outros modos de reprodução freqüente nos cogumelos.

O presidente lembrou que no dia 19 de setembro, passa o segundo centenário da chegada ao Pará de La Condomine. Comemorando essa efeméride de nossa história científica, designou o acadêmico Frazão Milanez para falar sobre La Condomine na sessão do dia 28 de setembro.

SENSIBILIDADE DOS EXPLOSIVOS AO CHOQUE — GARRAFA DE LEYDEN — POSIÇÃO ESTRATIGRÁFICA DE LYCOPODIÓPSIS — ELETRETOS — DIASTROFISMO TACÔNICO — PROFUNDIDADE DOS SOLOS E VEGETAÇÃO DOS CERRADOS — Na sessão do dia 14 de setembro, na hora do expediente, o presidente, depois de ressaltar a magnífica impressão tida pelos membros da Academia em sua visita aos trabalhos da Comissão Censitária Nacional, deu conhecimento do telegrama que enviara ao Sr. Presidente da República, louvando o esforço do Sr. Embaixador Macedo Soares e do acadêmico Carneiro Filipe, Diretor dessa Comissão. Ainda no expediente, o acadêmico Gustavo de Oliveira Castro comunicou à Academia que a representara na cerimônia inaugural do novo edifício e instalações do Instituto Vital Brasil, tendo palavras de elogio para essa instituição.

Passando-se à ordem do dia, o acadêmico Alvaro Alberto apresentou em seu nome e no do Tentente Marcelo Liberalli, uma comunicação sobre a sensibilidade ao choque das misturas de trinitrotolueno simétrico e clorato de potássio.

Depois de exposta a técnica meticulosamente observada nos ensaios feitos com o martelo de prova padrão de 2k, e utilizando o dispositivo de Kast, obtiveram-se os seguintes resultados: TNT detonador, ponto de cristalização 80°5, altura de queda que provocou início de decomposição, 80 cm.; mistura com 10% de clorato, 15 cm.; com 20%, 14 cm.; com 30%, 13 cm. O clorato de potássio era puro, de fabricação Merck. As amostras ensaiadas, de 0,05 gr., envoltas em folha de estanho depois de passagem em peneira finíssima, foram utilizadas imediatamente depois de retiradas no dessecador de cloreto de cálcio fundido, em que haviam permanecido por 24 horas; temperatura ambiente, 26°, 5 C.

Ensaio anterior, feitos com trinitrotolueno comum, p.c. 80°, 2 C. misturado com 30% do mesmo clorato, haviam dado resultado da ordem de 20 cm. no mesmo martelo, e o tetril p.c. 129° C., 45 cm.; as amostras não haviam permanecido no dessecador e a temperatura era de cerca de 20°; tempo úmido.

O Sr. Artur Moses apresentou a seguir uma comunicação do Membro Correspondente Professor Feliz Rawitscher sobre Profundidade dos solos e vegetação, em campos cerrados do Brasil Meridional.

Refere-se a anterior trabalho publicado nos Anais da Academia, em que chamou atenção para a importância que tem o estudo do balanço d'água a compressão e o aproveitamento da vegetação brasileira e em continuação comunica os primeiros resultados das pesquisas sobre o balanço d'água no campo cerrado. Os campos estudados de Emas, perto de Pirassununga (Estado de S. Paulo) possuem a vegetação típica dos cerrados caracterizada pela plantas que constam de uma relação anexa ao trabalho.

São as seguintes as conclusões do trabalho: 1) — O conteúdo de água dos solos, estudados em dois poços e várias escavações, é grande. Os valores obtidos são indicados nas tabelas 1, 2, 3 e num perfil (figura 1). O lençol subterrâneo encontra-se a 17-18m. Água gravitativa

move-se para baixo durante todo o ano. A água contida nas camadas acima do lençol equivale, em quantidade, ao total das precipitações médias da região durante 3 anos.

2) — Raízes: a vegetação compõe-se: a) de plantas que só vegetam durante a época chuvosa e cujo comportamento ainda não foi estudado; b) de Gramíneas, com raízes pouco profundas que murcham, quando esgotada a água; c) de arbustos e pequenas árvores com raízes muito profundas, muitos dos quais permanecem verdes durante toda a seca. As raízes deste grupo, absorvem água nas camadas profundas, sempre úmidas. Uma Andira (provavelmente idêntica a *A. laurifolia* Benth.) possui raízes até dentro do lençol subterrâneo (19m.) Várias das outras plantas emitem suas raízes até 10-11 m. de profundidade. Característica é a ausência ou escassez de raízes absorventes nos primeiros dois metros, a partir da superfície, onde, por sua vez, se encontram muitas raízes de armazenagem (figuras 3, 4, 5 e fotos 3 e 4). Estas camadas são sujeitas à seca.

3) — Estômatos; estudos por pesagem rápida, por infiltração e com o microscópio de iluminação vertical, indicaram estômatos sempre abertos, durante todo o dia, em plena seca. O déficit de saturação das folhas, foi sem pequeno (tab. 4). A reação estomatar mostrou-se, em todas as plantas, extremamente lenta. A transpiração cuticular acusou valores relativamente altos (tab. 5). Em resumo, o comportamento das plantas não é o de plantas xerofíticas, fato esse em concordância com as grandes reservas de água existentes no solo.

4) — Os valores diários de transpiração e evaporação são menores do que se supõe, acusando a atmosfera um déficit de saturação só durante 7 a 8 horas do dia, na época seca invernal (fig. 7).

Assim, as condições existentes nos campos cerrados do tipo estudado não são áridas, como geralmente se acredita, quando são incluídos na categoria fitogeográfica de savanas. O aspecto árido provém das queimadas anuais, que expõem unicamente a superfície ao dessecamento.

Em seguida, o Sr. B. Gross faz alguns comentários a respeito da experiência da "garrafa de Leyden" desmontável. Esta experiência, primeiramente indicada por Franklin em 1745, é geralmente considerada como prova de que, nos condensadores, a energia reside no dielétrico, e não nas armaduras. Mas a sua verdadeira significação é, realmente, outra. Como já observou Faraday em 1837, em seus estudos sobre "static induction", trata-se de fenômenos ligados às correntes de condução existentes nos dielétricos que fazem com que uma parte da carga inicialmente armazenada nas armaduras passe ao interior do dielétrico. Desta forma, aparecem cargas espaciais bastante persistentes cujo campo, por indução, dá origem às tensões observadas após a recomposição do condensador.

Esta comunicação foi comentada pelos acadêmicos Oliveira de Menezes e Costa Ribeiro.

O acadêmico Oliveira Roxo apresentou a comunicação do Professor Flávio Marques de Almeida sobre Diastrofismo Tectônico no Brasil. Faz o autor minucioso estudo comparativo entre a geologia dos Estados de Mato Grosso e da Bahia, à luz dos mais modernos conhecimentos, procurando estabelecer correlações entre as formações mais antigas, encontradas nessas regiões. Para tanto, além de argumentar com todas as opiniões alheias sobre o assunto, apresenta argumentos obtidos por observações próprias no terreno, demonstrando que os sedimentos clásticos de Mato Grosso correspondem aos arenitos superiores, com fácies parálito da série Boodquena, em Corumbá, cujos calcários dolomíticos podem ser referidos aos sedimentos da série de Jackal, na Argentina, Black River e Chazy, da época Champlainiana da coluna Apalacheana.

Ainda com a palavra, o mesmo acadêmico apresentou outra comunicação, em nome do Sr. Josué Camargo Mendes, sobre a posição estratigráfica de *Lycopodiopsis*. Há dois anos vem ele estudando as formações triássicas do Estado de S. Paulo, e nesta nota ora apresentada procura fixar a idade geológica de *Pteridófito Lycopodiopsis* derbii Renault, das camadas triássicas desse Estado. Recentemente encontrou num afloramento moldes silicosos desse fóssil, de permeio com fragmentos duma lage arenítica pouco espessa, contendo espécies de *Lameligranquios* peculiares à associação faunística anteriormente estudada e que Reed considera como do cárnico.

A seguir, o acadêmico J. Costa Ribeiro relatou mais alguns dos resultados das pesquisas que vem realizando, no Laboratório de Física Experimental da Faculdade Nacional de Filosofia, sobre *eletretos* formados com cera de carnaúba solidificada na ausência de campo elétrico exterior.

Ocupou-se, de início, do método de medida utilizado, mostrando que o mesmo permite tirar conclusões sobre a assimetria da distribuição das cargas no *eletreto*, conduzindo aos valores das densidades superficiais aparentes nas duas faces do disco e à identificação dos respectivos sinais e fornecendo ainda indicações sobre o sinal e sobre o valor da carga aparente total.

Referiu-se depois à evolução desses *eletretos* em função do tempo, chamando a atenção para a possibilidade de modificações acentuadas no valor e no sinal das cargas, tendo observado que os discos *mais antigos* apresentavam-se em geral com o caráter de *monópolos*.

Sallentou, finalmente, como um dos resultados das suas últimas investigações, a ação *neutralizante* ou *inibidora* do álcool sobre as cargas aparentes dos *eletretos* as quais se regeneram porém lentamente readquirindo seu valor inicial ao fim de algumas horas.

NOVO CONCEITO DA VELOCIDADE DA LUZ — LIMITAÇÃO DO ESPECTRO — NOVAS ARANHAS BRASILEIRAS — Em sessão realizada em agosto último, pela Academia Brasileira de Ciências, o acadêmico Artur do Prado, apresentou uma comunicação sobre "Um novo conceito da velocidade da luz nos corpos transparentes" e outro sobre "A limitação do espectro do lado das radiações infra-vermelhas".

A 1.ª teve sua origem na observação do paradoxo seguinte: Quanto "maior" é a energia do fóton tanto "menor" é sua velocidade e vice-versa.

O novo conceito estabelece que o fóton possui sempre, no percurso entre os átomos (vácuo), a mesma velocidade de 300.000 km., mas que o fóton permanece um certo intervalo de tempo no átomo de tal sorte que o que se observa é uma "velocidade aparente". A velocidade média do fóton depende do tempo de percurso entre dois átomos e de sua permanência no átomo, ou melhor, do intervalo de tempo entre duas saídas consecutivas do fóton de mesma frequência. O novo conceito indica logo que a maior ou menor aglomeração dos átomos deve influir sobre a velocidade média. A experiência mostra de fato uma correspondência perfeita entre o índice de refração e a massa específica. Existe uma perfeita proporcionalidade entre o índice e a massa específica nos vidros de Paris e de Birmingham.

Partindo do conceito indicado pode-se estabelecer analiticamente uma expressão dando o índice de refração em função unicamente do "livre percurso" e do tempo de estacionamento. Os dados numéricos obtidos são tão surpreendentes que não se pode atribuir ao acaso.

Um estudo da relação de Maxwell entre a constante dielétrica e o índice mostrou que a velocidade média deve acompanhar as variações do número de fótons das diferentes radia-

ções, indicando assim um valor "mínimo" para o índice de refração; tal constatação deu lugar à segunda comunicação.

"Limitação do espectro do lado das radiações infra-vermelhas. — Os raios desconhecidos e a retrogração das radiações infra-vermelhas — O índice de refração devendo passar por um valor mínimo isto nos indica que o espectro, do lado das radiações infra-vermelhas, deve ser "limitado". cremos que este fato é "absolutamente desconhecido" e por isso vamos esclarecer o assunto. O desvio operado por um prisma de ângulo é dado por $D(n-1)$; tal expressão nos mostra que todas as radiações que possuírem índices de igual valor numérico" vão ocupar o mesmo lugar no espectro. Ora, de um lado e do outro do índice mínimo radiações, de comprimento de onda diferentes, possuem índices iguais.

Verifica-se, pois:

a) que no espectro as radiações se superpõem duas a duas, b) que o espectro só pode se desenvolver até o índice mínimo. O espectro é portanto limitado" do lado dos infra-vermelhos.

As considerações aqui expostas esclarecem porque as radiações compreendidas entre 60 micra e 3 milímetros são consideradas ainda como desconhecidas. Certamente os pesquisadores não encontraram quaisquer manifestações destas ondas no espectro, o que era natural pois elas não existem onde eram pesquisadas. Com a limitação da dispersão, as ondas com mais de 60 micra voltam para traz (retrogradam) e se superpõem às infra-vermelhas de mesmo índice. A partir de 3 milímetros, as ondas são estudadas por outro processo a seguir e por isso são novamente encontradas.

A seguir, o acadêmico Melo Leitão, comunicou o resultado do estudo de várias coleções de aranhas, feitas pelos Srs. Prof. Oton Leonardos, Blaser, Lako, D. Bento Pickel, Rodolfo von Ihering, Fr. Zeno Rohr, nas quais encontrou as seguintes espécies novas que passa a descrever: *Thalerothele aurantiaca*, *Ischnothele Zorodes*, *Lasiodora Lakoi*, *Tmesiphantes minensis*, *Trichopelma annulata*, *Conopistha friburgensis*, *C. pickeli*, *Ctenus fasciatus*, *Polybetes proximus*, *Zelotes iheringi*, *Akela longibarba*, *Hypaeus petrópolis*, *Naubolus albopunctatus*, *N. aureccomus* e *Tittanatus pallidus*.



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

INSTRUÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO DO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO — A Academia Brasileira de Letras, em sua reunião de 12 do mês passado, presidida pelo Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares aprovou, por unanimidade, as *Instruções para Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional*, com o parecer da Comissão do Vocabulário e as emendas apresentadas pelos Srs. Manuel Bandeira, Clementino Fraga, Pedro Calmon e Athaulpho de Paiva.

A ORIGEM DO BRASILEIRISMO "PELUDEAR" — Na sessão da Academia, em 19 do mês último o Sr. Cláudio de Sousa trouxe ao plenário uma hipótese acerca da origem do brasileiro *peludear*. Esse verbete foi registrado no Dicionário de Cândido de Figueiredo com os seguintes termos: — *Peludear* — v.l. Brasileiro do sul. Esforçar-se para tirar do atoleiro uma carreta. (De *peludo*, por analogia com a dificuldade de tirar de um barranco um tatú *peludo*, que ali se acocita e se agarra). Em matéria de etimologia não se pode negar certo pitoresco a essa explicação, diz o Sr. Cláudio de Sousa, acrescentando: Não é mais provável que se trate de um verbo formado com a corrupção de *palus*, *valudis*, lagoa, paul, brejo, de acordo com seu significado? Aulette admite que o verbo pelear derive da corrupção de *palus*, com o diverso significado de pau. A mesma corrupção de

a para e pode-se ter dado em *palus* com o significado de lagoa, paul. Assim sendo, de *paludis* se formou *peludis*, e de *peludis*, peludear. A imaginação etimológica sendo uma das mais férteis, conclui o Sr. Cláudio de Sousa — deixa sem insistência a que ora apresenta originariamente para o Dicionário de Brasileirismos da Academia".

"THE AMAZON — THE LIFE HISTORY OF A NIGHTY RIVER" — O Sr. Miguel Osório de Almeida, na sessão de 26 do mesmo mês, falou sobre um livro recentemente editado nos Estados Unidos sobre o Amazonas, declarando ter o prazer de chamar a atenção da Academia para o livro *The Amazon — The life history of a nighty river*, do Sr. Caryb P. Hukins, que acaba de aparecer em Nova York. O autor considera o vale do Amazonas como uma das mais extraordinárias e misteriosas regiões do mundo. Até hoje ninguém a compreendeu em sua verdadeira significação e não será tão cedo que alguém possa desvendar todos os seus segredos. Resolveu por isso dedicar-lhe estudos acurados, cujos resultados expõe nas quatrocentas páginas desse volume. Sem dúvida o que mais impressiona o autor é o conjunto de problemas econômicos, políticos, internacionais e mesmo sociais que apresenta o Amazonas. Assim, depois de consagrar alguns capítulos do estudo da geologia da região, da flora e da fauna e das matérias primas que ali se encontram, passa ele à exposição histórica dos países que concorrem para a formação da bacia do Amazonas. Essa história é, sobretudo, a evolução política e internacional desses países, é o que permite vislumbrar qual será o futuro próximo do maior rio do mundo. Não é de minha competência decidir se tudo o que se encontra nesse texto é rigorosamente certo. O que não padecer dúvida é que o autor revela a todo instante um sincero esforço de compreensão. A sua boa vontade para com os países da América Latina e em particular para com o Brasil é sensível e muito desvanecedora. O Amazonas tem sido um grande tema na literatura brasileira. Um livro sobretudo tão bem escrito como este de C.P. Hukins, não ficará indiferente aos homens de letras como não deixará de interessar profundamente os historiadores, políticos, economistas e sobretudo os internacionalistas".



ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS

SESSÃO COMEMORATIVA DA MORTE DE EUCLIDES DA CUNHA — No dia 17 de agosto último, realizou-se no salão do Palácio do antigo Conselho Municipal a sessão comemorativa da morte de Euclides da Cunha, promovida pela Academia Carioca de Letras, com a colaboração do Grêmio Euclides da Cunha e do Centro Piauiense. A sessão foi presidida pelo Sr. Afonso Costa, presidente da Academia Carioca de Letras, e teve como oradores os Srs. Phocion Serpa, Sussekind de Mendonça e Hermínio Conde.

O Sr. Hermínio Conde, estudou a figura de Domingos Sertão, natural de Fanga da Fé, ao qual é atribuído pelos maiores historiadores o desbravamento do Piauí, abrindo para a civilização brasileira o ciclo econômico do couro, cuja importância foi fixada nos trabalhos definitivos de Capistrano de Abreu. O Sr. Hermínio Conde, que é autor de estudos históricos relativos ao seu Estado, o Piauí, antecipou as conclusões do trabalho que possui em preparação sobre o papel de Domingos Sertão na formação histórica do Brasil.

Com a cooperação do Sr. Luiz Carlos Reis, o conferencista fez vir há tempos de Portugal a fotografia do brigadeiro Fidié, desconhecida no Brasil. Trata-se de outro grande vulto histórico nascido em Portugal e cuja atuação preponderante se fez sentir no mesmo local desbravado por Domingos Sertão.

NOMES TUPIS PARA AS RUAS DA CIDADE
— A propósito de recente deliberação tomada pela Prefeitura no tocante à denominação de logradouros públicos desta cidade, aos quais serão dados nomes de origem tupi, e atendendo a que isso muito importa para que viva permaneça a língua que primeiro se falou no Brasil e que devemos conservar como tradição de alto sentido nacionalista, a Academia Carioca de Letras enviou um ofício ao prefeito louvando essa iniciativa.



CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL

14.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO — “MENSAGEM DA LITERATURA PORTUGUESA”
— A Casa do Estudante do Brasil comemorou, no dia 13 de agosto último seu 14.º aniversário de fundação.

Criada em 1929, por iniciativa de estudantes de várias escolas superiores do Rio de Janeiro, teve, desde o início, como presidente eleita a sra. Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, tendo-se convertido numa grande instituição de assistência e intercâmbio e de cultura.

Visando amparar os jovens estudantes que lutam com certas dificuldades para manter seu curso, a C. E. B. não descuidou também da parte intelectual. Assim é que a par de valiosos serviços de assistência, através do fornecimento de refeições gratuitas, de serviços médicos e dentários, igualmente gratuitos, esta fundação vem realizando um trabalho cultural intenso, promovendo conferências, cursos de extensão universitária, editando livros e publicações diversas, destinadas a renovar a cultura das novas gerações.

Comemorando o acontecimento, teve lugar, no restaurante da fundação, um almoço de confraternização, com a presença dos conselheiros fundadores e membros da diretoria da C.E.B. À tarde realizou-se no Palácio Itamarati, a conferência do escritor Jaime Cortezão, intitulada “Mensagem da Literatura Portuguesa”, promovida pelo Departamento Cultural da instituição.



CLUBE DE ENGENHARIA

“OS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS NACIONAIS”
— Sob a presidência do eng. Edson Passos, reuniu-se no dia 1.º deste mês, o Clube de Engenharia, tendo comparecido os srs. Maurício Joppert da Silva, Mario Bittencourt Sampaio, Joaquim Catrambi, Amandino de Carvalho, L. M. Ribeiro Gonçalves, Tomaz Pires Rebelo, Estanislau L. Bousquet, João Filipe Pereira, Alfredo C. de Niemeyer, Luiz Santos Reis, Haroldo Cecil Poland, Galba de Boscoli, José de Oliveira Reis, Angelo Murgel, Alim Pedro, Abel Ribeiro Filho, Amyntas Jacques de Moraes, Nanto Junqueira Botelho, Edgar Prado Lopes, Augusto de Brito Belford Roxo, F. Saturnino Braga, Milton Freitas de Sousa, Artur Rocha, Joaquim Bertino, Francisco Magalhães Castro, é aberta a sessão.

O Sr. Presidente convida para fazer parte da mesa, os Srs. Eng. Oscar Weinschenk e o brigadeiro Guedes Muniz e faz a apresentação do conferencista Eng. Ernani Bittencourt Cotrim da Organização Henrique Laje, que a convite da Diretoria do Clube, ia proferir uma palestra sobre o tema: “Os Combustíveis Fósseis Nacionais” — Assomando a tribuna o Eng.º Ernani Bittencourt Cotrim procedeu com grande segurança a exposição do assunto, mostrando gráficos, estatísticas e gravuras. Nessa conferência foi examinada a situação geral da indústria car-

bonífera nacional em relação à economia nacional, salientando-se o relevante papel que ela está desempenhando para a manutenção dos serviços vitais, como o de transportes e o de fornecimento de gás às nossas principais cidades, nestes anos de guerra e dificuldades na importação dos combustíveis estrangeiros. O quadro estatístico do acréscimo de produção nacional, comparado com o correspondente de importação, é o mais eloquente testemunho dessa afirmação e o mais vibrante elogio à política econômica do Sr. Getúlio Vargas. São marcos principais dessa política, os Decretos 20 089, de 9 de julho de 1931, que instituiu a obrigatoriedade de 10% do consumo, e 1 828 de 21 de julho de 1937, aumentando-a para 20%, completados finalmente com o Decreto 2 667 de 3 de outubro de 1940, que estabeleceu o conjunto de medidas simultâneas visando resolver o problema da indústria em todas as suas faces e prevenindo os meios financeiros para executá-las. Passa, em seguida, a focalizar as obras que, em obediência a este plano oficial, estão sendo executadas em Santa Catarina e a situação da indústria nesse Estado, cujo carvão servirá para a movimentação da Usina de Volta Redonda. Entre as obras salienta a construção, executada pela Organização Henrique Laje, da grande ponte de concreto armado, de Cabeçada, na Estrada de Ferro D. Tereza Cristina, em substituição à velha ali existente, e cujo estado não mais permitia a passagem dos novos trens de carvão. Mostrou o que a mesma Organização Henrique Laje já realizou no porto carvoeiro de Imbituba, com a capacidade para uma exportação anual de 2 milhões de toneladas o que o Governo fez no porto de Laguna, cujas obras estão em conclusão com sucesso técnico. Em seguida, falou sobre a bacia carbonífera do Estado, fazendo um apanhado sobre as atividades minéreas e apresentando o quadro da produção por empresas, em que se verifica a contribuição das minas da Organização Henrique Laje. No problema de beneficiamento, relatou os estudos que realizou nos Estados Unidos, por conta da Companhia Siderúrgica Nacional e deu notícia das grandes obras em realização para a construção de uma usina central de beneficiamento em Tubarão, da Companhia Siderúrgica Nacional, que terá capacidade para tratar, anualmente, 2 400 000 toneladas, produzindo cerca de 900 000 toneladas de carvão para coque, 600 000 toneladas para caldeira e 120 000 para consumo do local, ficando um refúgio piritoso do qual se poderá recuperar aproximadamente, 450 000 toneladas de óxido de pirite sem arsênico e contendo apenas 5% de carbono, muito próprio para indústria de ácido sulfúrico. Terminou, salientando que, na realidade, o Brasil, luta e trabalha para a exploração de seus recursos próprios, aumentando a riqueza nacional e o bem estar de todos e criando uma sólida economia fundamental que lhe há de assegurar a defesa militar, a libertação do controle externo e a manutenção de verdadeira soberania. Antes de ser encerrada a sessão, o prof. Maurício Joppert da Silva solicitou a palavra para felicitar o conferencista pela sua magnífica exposição e para exaltar a obra de Henrique Laje no cenário industrial no nosso país.



CLUBE NAVAL

HOMENAGEM A MEMÓRIA DOS ALMIRANTES GUILHOBEL, JACEGUAI E BALTAZER DA SILVEIRA — A diretoria do Clube Naval, lembrando os vultos históricos de nossa Marinha de Guerra, convidou para focalizar a vida dos mesmos em conferências especiais que foram levadas a efeito no dia 12 do mês anterior, em sessão solene, o capitão de fragata Aldo de

Sá Brito, capitão tenente Antônio Mendes Braz da Silva e o 1.º tenente Olavo Cruz Mascarenhas, os quais falaram, respectivamente, sobre os almirantes Jacegual, Guilhobel e Baltazar da Silveira.



INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

EMPOSSADOS DOIS NOVOS SÓCIOS — O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil realizou no dia 18 de agosto último, uma sessão solene no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, avenida Augusto Severo, n.º 4, para receber seu novo sócio comandante Luiz Alves de Oliveira Belo, atual ocupante da cadeia n.º 33, de que é patrono o comandante Vital de Oliveira. Fêz saudação ao recipiendário o major Jônatas de Moraes Correia.

No dia 3 do mês corrente, também em sessão solene o Instituto recebeu o seu novo sócio, Tenente Manuel Cavalcanti Proença, que ocupou a cadeia número 27, de que é patrono o Coronel Antônio F. Pereira do Lago. O novo sócio do Instituto a quem acaba de ser conferido pela Biblioteca Militar, o prêmio "Taunay" pelo trabalho *A Ribeira do São Francisco* foi saudado pelo Capitão Umberto Peregrino. Presidiu a sessão o General Sousa Doca, que entregou na ocasião a Medalha de Ouro Taunay ao recipiendário.



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

"DIAS QUE PASSARAM" — Sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, realizou, no dia 4 do mês passado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma sessão ordinária. Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Correia Filho, Bernardino José de Sousa Radler de Aquino, João da Costa Ferreira, Nélson de Sena, Braz Hermenegildo do Amaral, Cândido Mariano da Silva Rondon, Cláudio Ganns, Gago Coutinho, Herbert Canabarro Reichardt, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Pedro Calmon, Emílio Fernandes de Sousa Doca e Cristóvão Leite de Castro.

Abrindo a sessão, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto, deu a palavra ao dr. Virgílio Correia Filho, 1.º Secretário, que leu a ata da sessão anterior, e, "Efemérides do Barão do Rio Branco", as relativas ao dia da sessão. O Sr. Ministro Augusto Tavares de Lira leu uma página política, extraída do livro de memórias que elabora, sob o título: *Dias que passaram...*



P. E. N. CLUBE

CONFERÊNCIAS SOBRE A PAZ — O DESAJUSTAMENTO HUMANO E A CLASSIFICAÇÃO DAS RAÇAS — O centro brasileiro da associação universal de escritores P. E. N. Clube, no intuito de chamar nossos homens de letras à discussão dos problemas da reconstrução moral do mundo, organizou uma série de conferências, para todas as quartas-feiras de setembro, oferecendo sua tribuna a especialistas de nomeada para a discussão daqueles assuntos. No dia 1.º deste mês, com grande concorrência de acadêmicos, diplomatas, escritores, professores e alunos de nossas Universidades e de muitas senhoras de nosso meio cultural, realizou-se a primeira das suas sessões públicas, destinadas

àquele fim, na Academia Brasileira. Tomaram assento na mesa o presidente do PEN, sr. Cláudio de Sousa, os diretores A. Carneiro Leão e Temístocles Cavalcanti e, convidados pelo presidente, os srs. Ministro Aatulpho de Paiva e o professor Fortunat Strowsky, do Instituto de França.

O sr. Hermes Lima, diretor da série de conferências, expôs os fins desses trabalhos que seriam uma das contribuições dos escritores brasileiros à resolução de problemas tão essenciais à paz futura permanente. Falou, em seguida, o escritor Afonso Arinos de Melo Franco sobre o pensamento político no mundo democrático. Atribuiu, como causa do espetáculo que hoje se oferece ao mundo de ruína e de morte, a demissão do pensamento político "único meio capaz de dar aos povos bases democráticas de governo, porque sem ele não existe democracia". Continuando, proclamou que aos "Intelectuais cabe a alta missão de apontar à humanidade a causa de seus males, ditando-lhe lemas promissores de uma era melhor, e falar em nome de milhões de oprimidos, rudemente experimentados pela brutalidade dos regimes de escravidão e força. Anatematizou os causadores da tormenta atual do mundo, mentores do radicalismo das idéias das doutrinas que violentam a liberdade, que é o único clima compatível com a vida da inteligência pura. Citou a Europa devastada e a França, dos brasileiros querido modelo espiritual. Mataram-na os desertores do espírito da liberdade e da democracia, da tolerância e da crítica independente. Enquanto isso se passa, vemos aqueles que o pensamento político e democrático anima e conduz, realizarem no meio da corrupção dominante o estupendo milagre do ardor e da vontade, a serviço da libertação dos povos, inclusive o alemão e italiano. A fé que os inspira é a democracia e não uma mística política com semi-deuses, cuja entronização é uma das marcas de decadência política dos totalitários.

E assim terminou: "Intelectuais democratas do Brasil proclamemos nossa convicção de que só com a liberdade do pensamento político se poderá reconstruir na terra uma democracia que seja a expressão verdadeira dos interesses do homem: Paz, justiça racial, liberdade e dignidade".

Discorreu, em seguida o professor Artur Ramos, que começou por explicar sua presença na tribuna, como antropologista, o que poderia parecer inadequado aos que desconhecem que uma das causas primordiais da catástrofe atual foi o desajustamento humano, resultante da classificação das raças em superiores, ou civilizadas, e inferiores ou primitivas. Isso permitiu às primeiras expoliar as segundas, e a pretensa civilização que anunciaram a escravização das mais fracas em seu proveito. Ora a antropologia moderna é a ciência das relações humanas (Chapple e Coon). Desvendou os intentos ocultos daquelas incursões, que terminavam na destribilização, isto é, na destruição das tribos, na extinção racial. Falou na sangria da África e da lenta agonia do Oriente, do negro e do judeu vitimados por elementos maléficos precursores do nazismo, do arianismo e de certos nacionalismos delirantes, que impando de orgulho e de sangue, levaram o mundo à guerra, e pretendem destruir a raça judaica com o prosseguimento de pavorosas hecatombes.

A Antropologia moderna ocupa-se do estudo das relações humanas, formulando bases de corrigir aquele desajustamento, e provando que muito do que se anunciou como civilização européia nos demais continentes e que um pessimista com exagero denominou a *sivilização* do mundo — resultou numa falsa concepção ou numa burla adrede preparada.

Muitas dessas raças assoladas ou destruídas possuíam, entretanto, culturas próprias que se perderam nos massacres e nos incêndios. Recordamos a civilização dos incas e o nacionalismo

bantu. A antropologia moderna entende que a paz não poderá ser no futuro menos instável do que foi no passado, se aquela vangloriosa e usurpadora concepção das que se denominam raças superiores não se harmonizar com a dignidade humana das outras. Para isto há que substituir o domínio pela cooperação, e escrivização pela colaboração, os racismos, os arianismos e os nacionalismos exclusivistas pelo humanitarismo. "Eu sou um homem" deve significar eu sou um homem justo, e não um monstro de crueldade. O Brasil está dando um exemplo que pode servir de base para o reequilíbrio racial, desde quando aboliu a escravidão e admitiu o negro, em igualdade de posições conquistadas pelo trabalho e pela cultura. Era o negro a nossa única exceção, pois todos os indivíduos das demais raças foram sempre e ainda o são, acolhidos e respeitados no Brasil. Sem admitirmos que nos sejam superiores, e sem os considerar inferiores, temos realizado nosso reajustamento, o qual termina com a fusão, pela nova pátria que damos a seus filhos. Essa mesma orientação seguiu, superiormente, o General Rondon na civilização do índio, não pelo bacamarte, mas pela fraternidade, e está seguindo nosso governo. O pensamento antropológico moderno para a extinção das questões raciais e a estabilidade de paz pode, pois, o Brasil oferecer como sua contribuição nos Conselhos que se formarem para modelar os novos sistemas de vida das nações.

No dia 8, realizou-se a segunda reunião, tendo ocupado a tribuna o acadêmico Pedro Calmon, que falou acerca da contribuição da América na organização da paz, e o Sr. Frado Kelly que se ocupou de "O Direito Internacional e a paz".



SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

RESENHA DE SUAS ATIVIDADES DESDE A FUNDAÇÃO ATE MAIO DE 1943 — Organizada pela sua Secretária Geral, Professora Marina de Vasconcelos, publicamos a seguir uma resenha das atividades da sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia desde a sua fundação até Maio do corrente ano. Fundada a 18 de junho de 1941, a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia durante o período de 18 de junho de 1941 a 18 de junho de 1943 realizou as seguintes sessões:

18 de junho de 1941 — Sessão inaugural onde tomou posse a seguinte diretoria: Presidente de honra: Prof. Raul Leitão da Cunha; Presidente efetivo, Prof. Artur Ramos; Secretário Geral, Prof.^a Marina de Vasconcelos; 1.^o Secretário, Prof. Ari da Mata; Tesoureira, Sta. Lígia Junqueira. — Presidente dos Departamentos: Biologia, Prof. Hamilton Nogueira; Educação, Prof. Carneiro Leão; Bio-Estatística, Prof. Faria Góis; Geografia Humana, Prof. Josué de Castro; História, Prof. Hélio Viana; Linguística, Prof. Sousa da Silveira; Psicologia, Prof. Nilton Campos; Sociologia, Prof. Delgado de Carvalho. — usam da palavra o Prof. Ari da Mata em nome do corpo discente, o Prof. Artur Ramos, delimitando as diretrizes da nova sociedade e o Prof. Leitão da Cunha que encerrando a sessão, enalteceu o valor cultural da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia.

9 de julho de 1941 — 1.^a sessão ordinária da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. — Usaram da palavra os Profs. Josué de Castro, que propôs fosse criado nesta Secretaria um comitê para estudos da população do Brasil, filiado ao Comitê Italiano para estudo dos problemas de população, e o Prof. Artur

Ramos sobre o "O folk-lore musical negro norte-americano" tratando da transplantação da música africana para o Novo Mundo e os diversos grãos de aculturação dessa música na América, referindo-se aos "spirituals", aos "ringshout" os cantos sociais e os de trabalho, os "sinful-songs", o "rag-time" e o "boogie-woogie". Foi essa palestra comentada pelo Prof. Sá Pereira.

13 de agosto de 1941 — 2.^a sessão ordinária. — Com a palavra o Prof. Jorge Zarur que apresentou uma nota prévia sobre um trabalho de campo, realizado nos garimpos do Tijuco (Triângulo Mineiro). Conferência do Prof. Nilton Campos sobre "A Posição de Wundt na etnologia", referindo-se os objetivos da psicologia etnológica que era de servir de complemento à psicologia fisiológica, permitindo o estudo das funções superiores do pensamento. Comentaram esta palestra os Profs. Raul Bittencourt, Djacir Menezes e Artur Ramos.

10 de setembro de 1941 — 3.^a sessão ordinária. — Conferência do Prof. Hamilton Nogueira sobre "A influência do meio em Genética", tratando dos modernos trabalhos sobre a influência do meio no mecanismo hereditário, como provam experiências em laboratórios de irradiação, provocando fenômenos de mutação. Comentaram essa palestra os Profs. Faria Góis, Djacir Menezes e Artur Ramos. A seguir o Prof. Djacir Menezes referiu-se aos "Processos de aculturação do Nordeste", tratando de vários aspectos da vida natural e espiritual do homem nordestino, detendo-se nos surtos de fanatismo religioso. Foi debatida a comunicação pelos Profs. Faria Góis, Hélio Viana e Artur Ramos.

8 de outubro de 1941 — 4.^a sessão ordinária. — Nota prévia do Prof. Renato Almeida sobre "A Capoeira do Nordeste" (cidade de Sto. Antônio), tratando da capoeira como uma sobrevivência de negros aquilombados, conservando esse jôgo um típico caráter de luta. Comentada essa nota pelos Profs. Artur Ramos, Nilton Campos e M. Herskovits. Conferência do Prof. Guy de Holanda sobre o "Paleolítico e o Eneolítico em Portugal", referindo-se aos atuais estudos de arqueologia em Portugal e achados líticos das épocas acheulense e chelense desse país. A palestra foi comentada pelos Profs. Artur Ramos e Ari da Mata.

12 de novembro de 1941 — 5.^a sessão ordinária. — Nota prévia do Prof. Ari da Mata sobre pesquisas realizadas num cemitério indígena em Barreto (Niterói). Conferência do Dr. Arnor de Melo sobre "O Negro na África Portuguesa", referindo-se à grande influência portuguesa na África e ilustrando seu trabalho com films sobre a cultura material e espiritual daqueles povos.

10 de dezembro de 1941 — 6.^a sessão ordinária. — Leitura pelo Srs. 1.^o Secretário de um artigo do sócio correspondente, Sr. Antônio Osmar Gomes sobre "O culto dos gêmeos da Baía", onde trata do culto aos santos Gêmeos Cosme e Damião na Baía, sua popularidade e sua origem nagô e as particularidades desse culto. Comentaram o artigo os Profs. Artur Ramos, D. Ismailovitch e Ari da Mata. Nota prévia do Prof. Faria Góis sobre as "Influências climáticas e culturais nas variações antropomórficas das populações brasileiras" e comentada pela Profa. Maria Júlia Pourchet.

8 de abril de 1942 — 7.^a sessão ordinária. — Apresentação pelo Prof. Artur Ramos, do "Symposium" sobre o "Problema da aculturação no Brasil", referindo-se à metodologia com que seria encarado o assunto e definindo conceitos correlatos de assimilação, de mudança cultural e de aculturação. — Conferência do 1.^o inscrito no "Symposium", Prof. Hilgard Sternberg que

dissertou sobre "Estudo aculturativo da habitação no Brasil", estudando o meio geográfico de Portugal e do Brasil, assinalando as conexões da habitação portuguesa com a brasileira sob o ponto de vista arquitetônico.

13 de maio de 1942 — 8.^a sessão ordinária. — Conferência da Prof.^a Irene Silva Melo Carvalho sobre "Um problema da aculturação musical luso-brasileira: o fado", estudando as origens etnológicas do fado; celta, árabe, ibérica e de cunho da Europa e a transposição do fado para o Brasil. Foi essa palestra comentada pelo Prof. Renato Almeida.

10 de julho de 1942 — 9.^a sessão ordinária. — Conferência do Prof. Ernesto Faria sobre "Uma nova ciência do século XIX: a linguística" tratando das contribuições do século XIX à linguística e nos trabalhos de Franz Boas e as ligações dessa ciência com a Etnologia. Foi comentada a palestra pelos Profs. Matoso Câmara, Nilton Campos e Faria Góis. Palestra do Prof. Menezes de Oliveira sobre "Uma tentativa de classificação dos barangandans", dividindo-os de acordo com sua função e ampliando a classificação de Oliveira Viana. Foi comentada essa palestra pelos Profs. Artur Ramos e Ari da Mata.

8 de julho de 1942 — 10.^a sessão ordinária. — Conferência do Prof. Sílvio Júlio sobre "Características gerais do folk-lore gaúcho", tratando da geografia do Rio Grande do Sul e das influências dos elementos hispano-americanos nessa região, e em menor escala do bandeirante paulista, do português açoriano, do indígena e do negro, trazendo como consequência uma grande riqueza no folk-lore: danças, cantos, lendas e costumes e a interessante forma do linguajar daquela região. Foi essa conferência comentada pelos Profs. Téo Brandão, Renato Almeida e Joaquim Ribeiro.

12 de agosto de 1942 — 11.^a sessão ordinária. — Conferência da Profa. Marina de Vasconcelos sobre os "Movimentos contra-aculturativos negros no Brasil: Palmares", referindo-se num retrospecto histórico ao quilombo de Palmares para depois deter-se na explicação das causas que determinaram esse quilombo e traçando as manifestações da cultura material e espiritual dos negros de Palmares chegou a conclusão da sobrevivência Bantú. Comentada foi essa palestra pelos Profs. Hélio Viana, Luiz Costa Pinto e Mário Barata.

9 de setembro de 1942 — 12.^a sessão ordinária. — Conferência do Prof. Carneiro Leão que apresentou o Prof. T. Lynn Smith e tratou das "Modernas correntes sociológicas nos Estados Unidos", salientando a direção que tomou a sociologia norte-americana em destacar os fatos para a sua exata interpretação, passou em revista as várias aplicações da Sociologia urbana e rural analisando em seguida a obra do Prof. T. Lynn Smith chefe do Departamento de Sociologia da União Estadual de Louisiana e Prof. de Sociologia Rural da mesma Universidade e atualmente como técnico junto à Embaixada norte-americana no Brasil. Conferência do Prof. T. Lynn Smith sobre "Composição da idade nas populações", demonstrando como o estudo da idade das populações constitui um dos dados mais úteis em demografia, trazendo exemplos colhidos nos recenseamentos brasileiro e norte-americano.

14 de outubro de 1942 — 13.^a sessão ordinária. — Notas prévias sobre alguns objetos de cultura material oferecidos ao Museu da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia pela Sta. Talita de Oliveira e "Apodos de Negros" observações colhidas na baixada fluminense e em Minas Gerais sobre o linguajar popular em relação aos negros pelo Prof. Ari da Mata. Essa última nota foi comentada pelos Profs. Renato Almeida e Artur Ramos. — Pelo Prof. Artur Ramos, palestra sobre o "Folk-lore mágico do Nordeste" com apresentação de documentário inédito de orações do catolicismo popular, fórmulas gráficas e orais de orações propiciatórias.

11 de novembro de 1942 — 14.^a sessão ordinária. — Conferência do Ministro Bernardino de Sousa sobre o "Jungo e a canga no Brasil e no Prata; etnografia do carro de bois", tratando da importância do carro de bois na formação histórica e etnográfica do Brasil tanto no transporte de pessoas como no de material de construção e sua grande difusão no norte, centro e sul do Brasil. Foi a palestra comentada pelos profs. Cristóvão Leite de Castro e Artur Ramos.

9 de dezembro de 1942 — 15.^a sessão ordinária. — Conferências do Prof. Luiz Heitor Correia de Azevedo sobre "Canções populares de Goiânia" colhidas pelo autor em sua viagem a Goiânia e do Prof. Renato Almeida que tratou dos "Autos populares de Goiânia", referindo-se com minúcias às suas origens e descrição.

14 de abril de 1943 — 16.^a sessão ordinária. — Conferência do Rvmo. Pe. Luiz Falha O.P. da Missão Dominicana no Brasil que sob o título "Doze anos entre os Carajás" tratou do comportamento desses indígenas em face da catequese, detendo-se no estudo das suas reações psicológicas. O Prof. Boaventura Ribeiro da Cunha comentou a referida palestra.

11 de maio de 1943 — 17.^a sessão ordinária. — Conferência da Profa. Maria Júlia Pourchet sobre "Boas e a Antropologia Física" tratando dos estudos desse antropólogo no setor da Antropologia Física, suas observações sobre o tipo mestiço, a negação completa da degenerescência desse último e a necessidade do método estatístico para a confirmação dos fenômenos. Conferência do Prof. Artur Ramos sobre a "Contribuição de Boas à Antropologia cultural", tratando do valor do método monográfico de Boas para estudo da cultura de um povo, deixando de lado qualquer preconceito, a vantagem do conhecimento da língua para a verdadeira compreensão da cultura, e a grande influência desse antropólogo na América.

M.V.

★

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

6.^a SESSÃO ORDINÁRIA — A VIDA E A OBRA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA — Realizou-se no dia 5 de agosto último, sexta sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, durante a qual o sr. João Ribeiro Mendes falou sobre a vida e a obra do grande geógrafo e naturalista brasileiro do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira.



Certames

CONFERÊNCIA DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVOS DOS ESTADOS

A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, na reunião de 13 de agosto último, aprovou o parecer do Sr. Gontijo de Carvalho, aplaudindo a idéia de realizar-se nesta capital uma Conferência de Conselhos Administrativos dos Estados, de acordo com uma sugestão apresentada pelo Presidente do Conselho Administrativo de Goiás. O certame terá lugar em novembro próximo.



CONFERÊNCIA INTER-AMERICANA DE EDUCAÇÃO

Na capital da República do Panamá realizou-se, no dia 2 do corrente, a instalação da conferência Inter-Americana de Educação, tendo representado o Brasil o Ministro Paulo Hasslock e os professores Abgnar Renault e Francisco Clementino San Tiago Dantas.

Entre os temas que foram discutidos nessa grande reunião continental, destacam-se os que se relacionam com a situação mundial: objetivos da educação em suas relações imediatas com a guerra, garantia futura da justiça social depois da vitória final das Nações Unidas, a cooperação intelectual no mundo de após-guerra, o papel da educação no preparo para a vida democrática.

A Conferência debateu também os seguintes temas: intercâmbio de professores, estudantes e livros; o emprego do rádio e do ensino na educação inter-americana; a uniformização

do currículo escolar, tanto quanto possível, em todos os países do continente; igualdade de oportunidade para a educação; elevação do padrão de vida dos elementos desprivilegiados da população; o lugar do ensino vocacional, técnico e científico no processo de educação; higiene e educação física; o ensino dos idiomas espanhol, inglês e português em todas as escolas do Hemisfério Ocidental, a começar desde os cursos primários; o Estado e a educação privada; a educação para o serviço público social; a interdependência funcional de todos os ramos especializados do conhecimento; conhecimento de folclore e das artes populares de cada país americano; conservação e restauração das reliquias arqueológicas e monumentos históricos do continente; a situação cultural, econômica e social dos índios; a relação entre a educação e os problemas gerais da produção agrícola.



EXPOSIÇÃO AMAZÔNICA

Em Lima, capital do Perú, com a presença do Presidente da República, Sr. Prado Ugarteche, foi inaugurada no dia 2 de junho, passado, a Exposição Amazônica, ato final do programa com que o Perú comemorou o descobrimento do rio Amazonas por Francisco de Orellana, há quatro séculos.

Na Exposição foram apresentadas as riquezas da região amazônica, a obra realizada pelas missões religiosas para civilizar os indígenas do Amazonas, o esforço ali desenvolvido pelas forças armadas do Perú e uma reprodução de aldeia dos indígenas da região amazônica.



Das Unidades Federadas

ALAGOAS

Instituto Histórico

CONVÊNIO PRELIMINAR PARA A FIXAÇÃO DOS LIMITES COM PERNAMBUCO — Reuniu-se no dia 31 de julho último, em sessão ordinária, o Instituto Histórico de Alagoas.

Contou a reunião com a presença dos sócios Srs. Ezechias da Rocha, L. Lavenère, Téo Brandão, Abelardo Duarte, Paulino Santiago, Diegues Júnior, Guedes Lins, Adelmo Machado, Medeiros Neto e Luiz Barbosa, sendo presidida pelo primeiro e secretariada pelos srs. L. Lavenère e Téo Brandão, respectivamente secretário perpétuo e segundo secretário.

No expediente foram lidos vários ofícios entre os quais um do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda pedindo ao Instituto pronunciar-se sobre o local ou sítio mais indicado para a colheita de cem gramas de terra deste Estado destinada às festas da Semana da Pátria, no Rio. O Instituto deliberou indicar a Praça do Convento, na velha cidade das Alagoas, hoje Marechal Deodoro, ou a praça da Catedral, nesta capital, para a cerimônia.

Na ordem do dia, o sr. Diegues Júnior falou a respeito do convênio preliminar para a fixação dos limites entre Alagoas e Pernambuco, há pouco assinado pela Comissão Revisora da Divisão Territorial, da qual faz parte, pelos representantes do Instituto Histórico de Alagoas,

sr. Abelardo Duarte, sr. Aloísio Lira, engenheiro do Conselho Nacional de Geografia e sr. Mário Melo, presidente da Comissão de Divisão Administrativa de Pernambuco. Explicou as bases do acordo preliminar firmado que estabelece o critério de limites por linhas naturais, e respeitado o princípio do "uti-possidetis", estabelecido na Constituição Federal de 10 de novembro de 1937. Agradeceu em nome da Comissão a assistência do representante do Instituto Histórico como ofereceu em nome da Comissão vários e importantes documentos referentes aos trabalhos.

Falou após o Sr. Abelardo Duarte, dando conta do desempenho de seu mandato junto à Comissão, e salientando os esforços e a boa vontade de parte a parte pela solução do litígio interestadual. Aproveitando o momento, agradeceu a distinção do Instituto, confiando-lhe a sua representação, no caso.

O Sr. Ezechias da Rocha, em nome da casa, louvou a atuação do representante do Instituto e congratulou-se com todos pelos resultados práticos a que chegaram as partes litigantes, com a assinatura do convênio preliminar. Agradeceu em nome do Instituto a oferta que por intermédio do Sr. Diegues Júnior fez à casa a Comissão Revisora.

Foi depois longamente debatida a questão referente às modificações na toponímia alagoana, ficando resolvido que o Instituto enviará à Comissão encarregada da revisão admi-

nistrativa e territorial um memorial com a relação dos topônimos sugeridos pelo Instituto e a respectiva justificativa.

Foram discutidos ainda outros assuntos, e logo após encerrada a sessão.



BAIA

ENTREGUE AO ESTADO PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, O PORTO DE SÃO ROQUE — Foi ultimada no mês passado a entrega ao Governo do Estado da Baía, do porto de São Roque, obra de importância para a economia do Estado excelente escaudouro de reservas minerais como manganês de Santo Antônio de Jesus. Os trabalhos duraram cerca de quatro anos, sendo despendidos Cr\$ 4 600 000,00 pelo Departamento Nacional de Portos. Tem cais acostável de 130 metros lineares, para atracação de navios de grande calado, destinado ao embarque do minério baiano para o exterior. Além do cais foram realizadas obras subsidiárias de vulto.

Departamento Estadual de Estatística

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE A REFORMA DO DEPARTAMENTO — Várias repartições do Estado, para se amoldarem ao novo sistema que a administração adotará com o reajustamento do funcionalismo do Estado já aprovado pelo Conselho Administrativo, passarão por reformas nas suas estruturas.

Esse trabalho está a cargo do Departamento do Serviço Público, que o iniciou com a reorganização da Secretaria da Interventoria.

Em agosto último apresentou o referido Departamento ao sr. Interventor federal o projeto de reforma do Departamento Estadual de Estatística, o qual fez acompanhar da seguinte exposição de motivos:

“No cumprimento das determinações de v. excia., procurou este Departamento estudar a organização atual do Departamento Estadual de Estatística, para pôr-lhe uma estrutura capaz de permitir u'a maior eficiência e regularidade no desempenho das atividades que por força de leis e convênios lhe são cometidas.

O presente trabalho feito, aliás, em colaboração com o Diretor Geral do D.E.E., tem como linha mestra o sistema de coordenação de serviços, fator indispensável à produção de qualquer tarefa. Assim é que, se de um lado o D.E.E. deverá seguir as normas traçadas pelo órgão federal — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — de outro lado, os órgãos de estatística tanto estaduais como municipais, ficarão tecnicamente subordinados ao D.E.E. que lhes indicará não só os métodos de trabalho mais aconselháveis como também lhes delimitará o campo de ação. Evitar-se-á, sem dúvida, o paralelismo, ou, mesmo, antagonismo de funções em órgãos que visam o mesmo fim, isto é, fazer estatística. Há, no projeto, outro capítulo de certa relevância qual o que se intitula “Da obrigatoriedade das Informações”, em que estipulam medidas de grande alcance à marcha dos trabalhos do D.E.E. Outra providência de salutar aspecto é a referente ao auxílio pecuniário que o I. B.G.E. presta ao D.E.E. e que vem sendo empregado no pagamento de salários e de gratificações aos respectivos servidores. O projeto no seu artigo 17 põe fim a essa anomalia a qual contraria, manifestamente, as leis vigentes. Como se pode inferir, enfim de todo o projeto de reorganização do D.E.E., este Departamento, obediente às recomenda-

ções de v. excia., sobre o assunto, não cogitou de situações pessoais, apenas se atendo ao rendimento do trabalho. A criação dos cargos de diretores de Divisão e de Serviço e das funções gratificadas são medidas decorrentes da reforma. Nem se poderia entender que a direção ou chefia de serviços não fôsem melhor retribuídas. Aliás, a rigor, o projeto não traz aumento de despesas, de vez que a majoração verificada na verba pessoal, é compensada pela economia que se passará a fazer no “auxílio” dado pelo I. B.G.E., o qual até aqui era, na sua quase totalidade, aplicado no custeio do pessoal aproveitado pela citada reforma.

Valho-me da oportunidade para apresentar a v. excia. os protestos do meu profundo respeito.

Oswaldo Magalhães — Diretor Geral”

Departamento de Geografia

LEVANTAMENTO DAS DIVISAS COM OS ESTADOS DE GOIÁS, MARANHÃO E PIAUÍ — Encontra-se em atividade no extremo noroeste da Baía, uma expedição chefiada pelo engenheiro Gilvandro Simas Fereira, funcionário do Departamento de Geografia da Baía, a serviço do Conselho Nacional de Geografia. A referida expedição, composta na sua maioria de técnicos baianos, tem por fim completar o levantamento da divisa Baía-Goiás, interrompida no ano passado, e fazer o das divisas com o Estado do Maranhão e parte das do Piauí, compreendendo toda a zona de Jalapão, pouco conhecida e mal representada nos mapas existentes interessando também ao município baiano de Rio Preto.

Conforme telegrama enviado pelo chefe da expedição, até junho último, já foram levantados doze pares de coordenadas geográficas e cerca de 700 quilômetros de caminhamentos expeditos tendo por centro aquela cidade e irradiação até o Estado do Piauí. Aham-se os expedicionários satisfeitos com os resultados dos trabalhos realizados em gôso de saúde, devendo a expedição seguir para Formosa, de onde continuará irradiando os serviços até o seu término.

O valor prático desses levantamentos é indiscutível, pois vem esclarecer dúvidas, sendo que a referência da fronteira com o circunvizinho Estado de Goiás muito modifica o mapa do Estado da Baía, aumentando-lhe sensivelmente a área.

Escola Politécnica

BICENTENÁRIO DE LAVOISIER — Sob os auspícios da Escola Politécnica, da Faculdade de Filosofia e da Sociedade de Farmácia e por iniciativa da Seção Regional da Baía da Associação Química do Brasil foi comemorado na cidade do Salvador, o bicentenário do nascimento do celebrado “Pai da Química”, o sábio Antoine Laurent Lavoisier. No salão nobre da Escola Politécnica, no dia 24 do mês passado, fizeram-se ouvir o professor Amaral Muniz, em torno da “Medicina e Química”; o professor Mauro Barreiro de Alencar, da Escola de Farmácia, sobre “Farmácia e Química”; o professor Elsiar Coutinho, da Escola de Farmácia, desenvolvendo o tema “Mais um recurso da Química moderna: a de determinação química do índice metoxila”.

No dia 25, no mesmo local, ainda em reunião da A.Q.B. dissertaram o professor José Carlos Ferreira Gomes, da Escola de Farmácia sobre o tema: “A química não é ciência alemã”; o professor Tropoli Gaudenzi, que escolheu para assunto “A química industrial farmacêutica e a guerra moderna”; e o professor Arquimedes Ferreira Guimarães a respeito de “Algumas considerações teóricas em torno da equação de Nernst”. No dia 26, com a presença das autori-

dades civis e militares, em sessão solene o professor Miguel Ferreira Dutra pronunciou uma conferência sobre "O Gênio de Lavíslér". Esta conferência foi a primeira de uma série de quatro, que, por iniciativa do Sr. Isaías Alves, realizarão no corrente ano os professores de química da Faculdade de Filosofia. A segunda será dita pelo professor Tripoli Gaudenzi na última semana do corrente mês; a terceira pelo professor Tobias Neto, em outubro; e a última pelo professor Arquimedes Pereira Guimarães, em novembro.

CENTENÁRIO DO PE. ANTÔNIO FELJO' — O Instituto Histórico e Geográfico da Baía vai comemorar a passagem do centenário do padre Diogo Antônio Feljó, devendo fazer uma conferência sobre a personalidade do grande regente, o jornalista padre Manuel Barbosa.

CELEBRAÇÃO DAS BODAS DE OURO DO INSTITUTO — Efetuou-se, no dia 20 de agosto último, uma reunião do Instituto Geográfico e Histórico da Baía, para serem tratados assuntos de ordem diversa, principalmente assentar deliberações para a celebração das bodas de ouro do mesmo Instituto, o que ocorrerá em 3 de maio de 1944.

Com a presença de elevado número de sócios, foi aberta a sessão, usando da palavra o consócio Pe. Manuel Barbosa, que disse da necessidade de se orientarem os estudos históricos na Baía, frisando a necessidade de serem elaboradas biografias de baianos eminentes nos diversos setores de atividades. Concluindo, apresentou as seguintes propostas para comemoração das bodas de ouro do Instituto:

1) — O Instituto Histórico nomeará uma comissão promotora das comemorações das bodas de ouro, composta do dr. Epaminondas Tôres, seu presidente, e de mais cinco sócios que antecipadamente devem comprometer-se a dar a maior colaboração, não faltando às sessões realizadas, pelo menos, duas vezes por mês a começar de setembro. 2) — no número 42 da Revista do Instituto encontra-se o índice dos 40 primeiros números da mesma publicação, organizado pelos associados Afonso Costa e Sr. Armando Vieira Lima. Esse índice será atualizado, compreendendo os outros 28 volumes posteriormente publicados, para que conste do número da Revista correspondente a 1944. 3) — Que, na Revista de 1944, se publique o Cadastro Social do Instituto com a lista de sócios, desde a fundação até à data do cinquentenário, com a classificação respectiva, assinalando-se os mortos e juntando-se a cada nome, a data da entrada no Instituto. 4) — Designará uma sub-comissão para fazer o catálogo das obras, trabalhos, memórias, artigos e publicações outras sobre a história da Baía com a data e o lugar da sua divulgação, incumbindo-se também de sugerir a reimpressão dos mesmos e de indicar aqueles que ainda estão inéditos. 5) — Escolherá outra sub-comissão para organizar uma memória histórica sobre o meio século de suas atividades, mostrando o quanto realizou pelos estudos geográficos e históricos da Baía. 6) Organizará a lista, dos historiadores que deixaram trabalhos sobre a história baiana e criará a galeria de retratos dos mesmos, em tipo uniforme. 7) — Promoverá os meios para a elaboração de um Dicionário Bio-Bibliográfico Baiano. 8) — Preparará o catálogo da biblioteca, destacando os livros raros, e do arquivo, bem como dos quadros da pinacoteca e das relíquias do museu. 9) — Providenciará desde logo a fundição do busto em bronze do seu grande sócio benemérito dr. J. J. Seabra, já aprovado em assembleia anterior, para que seja inaugurado em 3 de maio de 1944. 10) — Realizará, durante o próximo ano, uma série de conferências sobre a biografia dos seus fundadores, tanto da primeira fase, como da atual, e dos historiadores

baianos que ainda não foram suficientemente estudados ou que se encontram inteiramente esquecidos. 11) — A Comissão Promotora das comemorações do quinquagésimo aniversário do Instituto enviará, quanto antes, a cada um dos associados, de qualquer categoria, uma lista para aquisição de donativos. 12) — Promoverá o Instituto uma campanha para admissão de novos sócios e convidará aqueles que estiverem em atraso a satisfazerem os seus compromissos.

Aprovadas as propostas acima, passou-se a tratar de outros assuntos, ficando resolvido ainda que as comissões serão escolhidas na próxima assembleia do Instituto. Foi proposto e aceito um voto de pesar pelo falecimento do consócio Deraldo Dias de Moraes. A seguir, realizou-se a escolha do novo bibliotecário do Instituto, recaído a mesma no sr. Gambetta Spinola, eleito por aclamação.

Secção Baiana do Instituto Genealógico Brasileiro

COLONIZAÇÃO DE N. S. DE NAZARE' DO ITAPICURU DE CIMA — No Instituto Histórico da Baía, realizou-se a 21 de agosto último, a reunião mensal da Secção Baiana do Instituto Genealógico Brasileiro. Foi orador o sr. João da Costa Pinto Dantas que, descendente de famílias sertanejas, fez o estudo dos que se estabeleceram e colonizaram N. S. de Nazaré do Itapicuru de Cima, assim chamado em oposição ao Itapicuru da Praia.

Tratou, especialmente, do estabelecimento inicial do casal português Francisco Gonçalves Leite e sua mulher D. Joana Vitória de Sousa, origem de várias famílias, que se estenderam pelo nordeste de Sergipe, formando, entre outras, as de Leite, Xavier, Dantas, Oliva, Maciel, Ribeiro de Araújo, Cavalcanti, Barreto de Matos, Filgueiras, Batista, Trindade, Sousa Pondé, Sousa Brito, Paulo Oliveira, etc. e onde figuram nomes de baianos que se distinguiram na independência, nas letras e na administração. Tratou, ainda, o orador das primeiras sesmarias adquiridas, desmembradas da Casa da Torre, e da marcha das ditas famílias para Serrinha, Capa Forte, Inhambupe, Geremoabo e Sergipe.



CEARÁ

Associação Cearense de Imprensa

"BREVE DISCURSO SOBRE A SOCIEDADE E AS SÉCAS DO NORDESTE" — Na sede da Associação Cearense de Imprensa, o sr. Lopes de Andrade, jornalista paraibano, pronunciou no dia 15 de julho último, uma conferência sobre as sécas do Nordeste, subordinada ao tema: "Breve discurso sobre a sociedade e as sécas do nordeste". O conferencista abordou o caráter geral da formação social do nordeste, fixando a atenção em tipos característicos, assinalando o estilo "cultural" de comunidades residuais, insuladas nos "desertos", e apanhando aspectos da mobilidade social no meio nordestino, segundo as indicações de Pitirín Sorokin.

Acentuando a expressão modeladora das sécas, o conferencista pôde focalizar a importância transcendente dessa constante modificadora e que compõe peculiaridade do aludido espaço cósmico e caracterizando a existência de um tipo intermédio de sociedade no nordeste interior, Lopes de Andrade busca a origem da mesma na função modeladora das sécas. E adiante: "pequenas comunidades isoladas no meio de grandes áreas desertas, os indivíduos nelas associados, vivendo meio-selvagemmente, vestidos de couro, sem nenhum dos costumes ditos da alta civilização, sem qualquer exibição "faustica", como a descreveria Spengler, gente de

corpo elástico e canela fina, montada em pequenos cavalos crioulos aos quais Domingos Jorge Velho chamava depreciativamente de "potos", alimentando-se de raízes de macambira nos anos de falta de chuva, etc., e das "sêcas" derivava ainda o seu principal meio de subsistência, aquele regime de "trabalho a meias": — o vizinho e sua família dando uma semana de trabalho ao outro em troca da "semana de trabalho" que o outro e a sua família lhe haviam dado antes; o vaqueiro encarregando-se de pastorear, junto com toda a família, os rebanhos de gado de um determinado "curral", em troca da melação no nascimento dos bezerros que o proprietário do curral estava obrigado a lhe dar etc".

História Sociológica das Sêcas — O sr. Lopes de Andrade publicará, em breve, a "História Sociológica das Sêcas" — o qual constituirá seu livro de estréia.



ESPÍRITO SANTO

Diretório Regional de Geografia

DUPLICIDADE DE TOPÔNIMOS DAS LOCALIDADES MINEIRAS E CAPICHABAS — Pelo Diretório Regional de Geografia do Espírito Santo foi recebido no dia 19 do mês passado o sr. Benedito Quintino dos Santos, diretor do Departamento Geográfico de Minas Gerais, que foi saudado pelo Sr. Cícero de Moraes.

Agradecendo, o sr. Benedito Quintino salientou o espírito de colaboração crescente entre os órgãos geográficos dos dois Estados.

Nun ambiente de cordialidade e compreensão, foram discutidos pelo Diretório Geográfico assuntos referentes à divisão territorial examinando-se a questão da duplicidade de topônimos das localidades mineiras e capichabas.

O Sr. Benedito Quintino dos Santos realizou uma viagem de estudos pelo vale do rio Doce, concluindo-a em Vitória.

Instituto Histórico e Geográfico

RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO — O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo enviou, com data de 24 do mês passado, o seguinte ofício ao Sr. Interventor federal no Estado:

"Nosso atencioso e respeitoso saudar. O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em sua reunião ontem realizada deliberou por unanimidade, apresentar a V. Excia. as expressões de seu júbilo e intensa satisfação, pelo início e andamento das obras de restauração do patrimônio histórico e artístico do Espírito Santo, que ali ora se realiza, devemos exclusivamente ao desvelo e ao carinho com que V. Excia. encarou o problema desde os primeiros momentos em que assumiu o governo capichaba.

Fazendo esta comunicação a V. Excia. em nome do Instituto, peço vênha para apresentar os meus protestos da maior consideração, admiração, respeito e apreço.

Atenciosamente.

(As.) Jair Etienne Dessaune — Secretário.



GOIAZ

Instituto Histórico e Geográfico

A COMEMORAÇÃO DO DESCOBRIMENTO DE GOIAZ — Comemorando a data do descobrimento de Goiaz, o Instituto Histórico e Geográfico realizou uma sessão cívica, à qual com-

pareceu todo o mundo oficial e intelectual de Goiânia, presidindo a reunião o diretor geral de Educação como representante do Interventor federal. Discursou inicialmente o presidente do Instituto, Sr. Coleman Natal da Silva, que discorreu sobre o significado da data, seguindo-se com a palavra outros oradores, entre os quais, o sr. Odorico da Costa, diretor da Imprensa Oficial do Estado que fez interessante palestra sobre incidentes e fatos pitorescos da história goiana.



MARANHÃO

CONGRESSO DOS PREFEITOS E COLETORES DO ESTADO — Realizou-se no mês passado, em São Luiz, Maranhão, o Congresso dos Prefeitos e Coletores Estaduais, o qual teve por finalidade estabelecer um plano geral de administração, examinar a situação econômico-financeira e tomar conhecimento das necessidades dos municípios e dos princípios da administração vigente, bem assim estudar as providências condizentes com os reajustamentos financeiros dos municípios por motivo da próxima supressão de impostos intermunicipais.

A instalação do Congresso teve lugar no dia 10, sob a presidência do Sr. Interventor federal. Na sessão de encerramento, realizada no dia 30, falaram os srs. Jaime Aguiar, coletor de Caxias, J. Sardinha, Prefeito de Porto Franco, Antônio Jaber, diretor geral do D.S.P. Por último usou da palavra o Interventor Paulo Ramos, que anunciou haver assinado o Convênio do Ensino Primário, medida do mais elevado alcance social e que vinha dar unidade de orientação ao ensino primário no Estado na forma estabelecida pelo Convênio Nacional.

Após salientar a importância do Convênio, declarou o chefe do executivo maranhense:

"A par dessa medida, outras de igual alcance, representando soluções para o Fomento, para a Saúde, para o Serviço Público, para a Fazenda, relativas a todas as Repartições do Estado visando a felicidade do povo.

Grande foi o resultado do certame. Há razão para nos rejubilarmos. Não só os Municípios. Mas o Governo do Estado, que teve ensejo de tomar conhecimento das necessidades prementes de cada Município e com os recursos de que pode dispor atendeu aos seus mais urgentes reclamos. Fazeirosamente mandei ao Departamento Administrativo um projeto de decreto-lei, auxiliando 58 Municípios com quantia superior a um milhão de cruzeiros. Era meu desejo satisfazer a todos os 64 Municípios, porém 2 não puderam se fazer representar no Congresso e 4 recentemente foram beneficiados. Os auxílios se destinam a obras e empreendimentos que particularmente virão influir no progresso da terra, permitindo desenvolvimento econômico e bem estar do povo. Assim procedendo com o interior do Estado, dando-lhe pontes, mercados, escolas, açudes, estradas de rodagem, prédios para os serviços públicos, a administração demonstra como não só se preocupa com o embelezamento de São Luiz, mas que o *hinterland* é merecedor do seu apreço e de sua simpatia.

A intensificação do serviço rodoviário se constitui especial preocupação do meu Governo. Assim, espero que no fim deste ano a estrada tronco, até Peritoró, esteja preparada, para receber os produtos maranhenses, pois é com o escoamento da produção que se poderá fazer a prosperidade do Estado".



Diretório Regional de Geografia

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA — EXTINÇÃO E CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS — A REVISÃO TOPONÍMICA — Reuniu-se em sessão extraordinária no dia 17 do mês passado, o Diretório Regional de Geografia do Maranhão, sob a presidência interina do Sr. José de Abranches Moura, tendo faltado o professor José Nascimento de Moraes e o Sr. Emiliano Macieira, este por se achar em serviço no interior do Estado.

Foi proposta ao Governo a extinção de dois municípios e a criação de outros dois e de mais um distrito no município de Codó, sendo lavrada a resolução respectiva para ser enviada à Interventoria Federal.

O Diretório tomou conhecimento de um telegrama em que o Conselho Nacional de Geografia, explicou que para os novos nomes a serem dados às cidades e vilas, podem ser empregados nomes pessoais conforme exemplos apresentados no citado telegrama.

O mesmo Conselho enviou, também, cópia da correspondência havida sobre a transferência do X Congresso Brasileiro de Geografia.

Foi recebida e convenientemente examinada uma lista dos nomes das cidades maranhenses que têm homônimos em outros Estados, com a designação das que conservam os nomes atuais e das que devem receber nova denominação.

"AS RUAS DE SÃO LUIZ" — A ORGANIZAÇÃO DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS — Em sua sede provisória, na Secretaria Geral do Estado, reuniu-se no dia 22 de agosto último, em sessão extraordinária, o Diretório Regional de Geografia do Maranhão, com a presença dos srs. José de Albuquerque Alencar, José Abranches de Moura, Emiliano Macieira, Almir Marques e Antônio Baima, tendo faltado os professores Nascimento de Moraes e Eduardo de Pinho Castro. O Sr. Abranches de Moura enviou à mesa o parecer relativo ao memorial assinado por comerciantes e industriais do Município de Codó pleiteando a elevação do povoado Pedro II à categoria de Município. A Comissão relatora foi de parecer contrário, sugerindo, entretanto, que o lugar seja elevado à categoria de vila. A discussão foi adiada para a próxima sessão.

A seguir, o Diretório tomou conhecimento da comunicação feita pelo eng. Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, sobre o cancelamento do curso de Cartografia para 1943, em virtude de se acharem ocupados os profissionais nos trabalhos de revisão da Divisão Territorial.

Foi distribuído ao sr. Emiliano Macieira o livro da autoria do Sr. Abranches de Moura denominado *As ruas de São Luiz*, monografia apresentada ao 10.º Congresso de Geografia, contendo descrição e histórico de toda a velha cidade de São Luiz.

O Diretório dirigiu às Prefeituras maranhenses uma circular relativamente à organização dos Diretórios Municipais e sobre os elementos que devem fornecer ao órgão central, com sede em São Luiz, para maior coordenação e eficiência dos trabalhos. Depois o Diretório tomou conhecimento da ata da 7.ª sessão ordinária do Diretório Municipal de Turiassú, sendo, depois, encerrada a sessão.



MINAS GERAIS

Comissão Revisora da Divisão Territorial

3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA — No dia 1.º de julho último, realizou a Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado de Minas Gerais a sua 3.ª sessão ordinária, sob a presidência do sr. Hildebrando Clark, tendo como secretário o

Sr. Orlando Vaz. Estiveram presentes mais os seguintes membros: Srs. Benedito Quintino dos Santos, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, professor Joaquim Ribeiro Costa e Hélio Dagoberto Jardim Linhares. No gabinete do Diretor do Departamento Geográfico, às 10 horas, aberta a sessão pelo sr. presidente, o secretário assistente, José de Oliveira Vaz, procede à leitura das atas das duas reuniões já realizadas pela Comissão, sendo ambas aprovadas. Quanto à segunda o professor Ribeiro Costa ofereceu uma ligeira emenda, na parte referente ao esquema que apresentou sobre o estudo decorrente da lei número 3 599, de 6 de setembro de 1941.

O Sr. secretário assistente procedeu à leitura do seguinte expediente:

Capitólio (Guapé) — Sr. João Ferreira de Carvalho, pleiteando a emancipação do distrito.

Itanhomi — Laudelino Braz e outros pedindo a criação do município de Itanhomi. Os mesmos, idem, idem.

São Gotardo — Juiz de direito, solicitando a elevação da comarca à 2.ª entrância, com os mesmos distritos atuais e sugerindo a criação da comarca de Tiros.

Monte Sião — Prefeito, reiterando pedido de criação do termo judiciário de Monte Sião.

São Sebastião do Rio Preto (Conceição) — Godofredo Cândido de Almeida, indagando sobre o recebimento de papéis referentes à emancipação do distrito.

Araxá — Prefeito, sobre retificação das atuais divisas do município.

Rio Branco — Prefeito, pedindo a elevação à vila do povoado de Monte Celeste.

Japão (Oliveira) — Carmelito Castro e outros, comunicando a organização da comissão pró autonomia municipal da vila de Japão. O mesmo e outros, solicitando a mudança do nome daquele distrito para "Carmópolis".

Pedro Leopoldo — Prefeito, manifestando-se contrário à emancipação do distrito de Matosinhos.

Pratinha (Ibiá) — Alcides Bicalho Lima, secretário do Núcleo pró elevação de Pratinha, a município, congratulando-se com o Sr. Dermalva Fimenta pela criação da Comissão Revisora.

Rio Branco — Prefeito, sobre alterações ao "statu-quo" municipal.

Monte Carmelo — Prefeito, contra o desmembramento dos distritos de Romaria, Iraí e Dorrodoquara.

Arceburgo — Prefeito, sobre situação do município na atual reforma.

Arcos — Sobre a linha divisória com Formiga, o prefeito envia documentos.

Ferros — Prefeito, sugerindo várias alterações no "statu-quo" municipal.

Morro do Pilar (Conceição) — Sr. Cristóvão Leite de Castro, encaminhando cartão do Sr. Daniel de Carvalho, no sentido da criação do município de Morro do Pilar.

Oliveira — Prefeito, manifestando-se contrário à emancipação do distrito de Japão. O mesmo e mais os srs. juiz de direito e promotor pedindo a elevação da comarca à 3.ª entrância.

Conceição da Aparecida (Carmo do Rio Claro) — Armando Nogueira, pró criação do município de Conceição da Aparecida.

Paraguassú — Prefeito, enviando documentos referentes à atual nomenclatura municipal.

Monte Belo — Prefeito, sobre a criação do termo judiciário no município.

Uberlândia — José Paula Gouveia, dois telegramas sobre a emancipação do distrito de Canápolis. Prefeito, pedindo a elevação do povoado de Rocinha à categoria de vila.

Ewbank (Santos Dumont) — Ather Lamy, sobre a atual denominação da vila e da estação da E.F.C.B. "Ewbank da Camara".

Barroso (Dores de Campos) — Sr. Moacir José Pinto e outros, pleiteando a anexação do distrito a Barbacena.

Bom Jesús da Penha (Nova Resende) — Raul Emídio da Silveira, solidário com o pedido de emancipação do distrito.

Varginha — Prefeito, sobre retificação das divisas entre Varginha e Carmo da Cachoeira.

Santa Rita do Jacutinga (Rio Preto) — José Marinho Araújo, sobre a emancipação do distrito.

Águas Belas — Coletor estadual, escrivão e auxiliar, sugerindo a mudança do nome do município para "Ovídio de Abreu".

São João Batista do Glória (Passos) Vigário padre Otacílio de Araújo Pimenta e outros, sobre a emancipação do distrito.

Araxá — Prefeito, enviando mapa e extrato da ata do D.M.G. daquele município, contendo sugestões sobre a retificação das suas divisas.

Santa Rita do Jacutinga (Rio Preto) — Sr. Cristóvão Leite de Castro, encaminhando um trabalho de José Marinho de Araújo intitulado *Santa Rita do Jacutinga e a revisão toponímica brasileira*.

Parreiras — Sr. Cristóvão Leite de Castro, transmitindo carta do Sr. José Tamolo Vilhena de Andrade, sobre Santa Rita de Caldas.

Perdizes — Prefeito, colocando à disposição da Comissão os seus préstimos para quaisquer esclarecimentos referentes à divisão administrativa do município.

Pimenta — Comissão pró emancipação de Pimenta (Piumhi), reiterando pedido de criação do município com a denominação de "Lualândia". Anexo, um mapa.

O secretário assistente comunica terem sido endereçados ofícios aos Secretários das Finanças e do Interior, solicitando-lhes os quadros das rendas estadual e municipal.

O Sr. Benedito Quintino dos Santos científica aos seus colegas que a reunião de terça-feira próxima, dia 6, será presidida pelo Sr. Dermeval José Pimenta. A' vista disso, e sendo, naquela reunião, apresentado pelo sr. Hélio Linhares o trabalho que vem ultimando sobre a parte judiciária, deliberou a Comissão se officiasse aos Srs. Ovídio de Abreu, titular da pasta do Interior e Justiça, e Alcides Gonçalves, advogado geral do Estado, convidando-os a tomarem parte naquela reunião.

O professor Joaquim Ribeiro Costa diz que não lhe parece poder a Comissão propor uma alteração completa na parte toponímica, visando suprimir as duplicatas a que se refere o art. 9.º do decreto n.º 3 599, cujo texto se limita, aliás, a dizer que "o Conselho Nacional de Geografia promoverá a eliminação da duplicata dos nomes de localidades do País". Não tendo o Conselho Nacional de Geografia se manifestado no sentido de estabelecer, em face daquele decreto, e com a necessária antecedência, um critério geral a seguir por todos os Estados, não vê v. s. como poderá a Comissão orientar-se diante de dificuldades, que não são apenas as de âmbito estadual, mas também as que interessam a outras unidades da Federação, como as numerosas coincidências de nomes de cidades e vilas entre vários Estados. Não havendo mais tempo para um entendimento mútuo entre os Estados, no sentido de se saber, entre as localidades de nomes idênticos, qual a que continuaria com o antigo nome, pensa que a Comissão deverá optar pelo critério de reduzir ao mínimo as modificações a propor, limitando-se estas às novas cidades e vilas a serem criadas e aos casos de manifesta necessidade de mudança de nome, atendendo-se, tanto quanto possível, às preferências da opinião local.

O Sr. Benedito Quintino dos Santos sugere um aditamento à proposta do professor Ribeiro Costa sobre a escolha de nomes para as novas cidades e vilas, adotando-se o critério de examinar previamente as denominações das localidades de outros Estados, para evitar duplicida-

des. Tais nomes das novas sedes, bem como outros cuja mudança se imponha, deverão ser escolhidos tendo-se em vista, tanto quanto possível, as sugestões e indicações das populações interessadas.

Nada mais havendo a tratar o Sr. presidente deu por encerrados os trabalhos, marcando nova reunião para terça-feira, dia 6.

4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA — A Comissão Revisora da Divisão Territorial, sob a presidência do Sr. Dermeval José Pimenta, levou a efeito, no dia 6 de junho passado, a 4.ª reunião ordinária. Estiveram presentes os seguintes membros: Srs. Hildebrando Clark, Benedito Quintino dos Santos, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, professor Joaquim Ribeiro Costa e Hélio Dagoberto Jardim Linhares.

Aberta a sessão pelo sr. presidente, o secretário-assistente, José de Oliveira Vaz, procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem restrições.

Ainda pelo secretário-assistente foi lido o seguinte expediente:

São Miguel da Anta (Viçosa) — Abaixo-assinado de hab. dos distritos de São Miguel da Anta e Canaã, pleiteando a criação de um novo município com sede no primeiro daqueles distritos.

Congonhas do Campo — Prefeito, solicitando a simplificação do nome do município para "Congonhas" e outras medidas relativas ao território municipal.

D. Joaquim — Prefeito, sobre a elevação de D. Joaquim à comarca.

Perdizes — Padre Henrique, no sentido da conservação do município e criação do termo judiciário de Perdizes.

Liberdade — Prefeito, pedindo a criação do distrito de Mirantão.

São Gotardo — Prefeito, contra a anexação do povoado de Pimentas ao município de Tiros e sugerindo a sua elevação à categoria de vila.

Rio Vermelho — Elevação do povoado de Pedra Menina à vila, pedido do prefeito.

Rio Espera — Prefeito, solicitando a anexação do distrito de Piraguara, de Piranga, à Rio Espera.

Sabinópolis — Prefeito, pedido não seja anexado, à São João Evangelista, o distrito de Paulistas, daquele município. Lembra a necessidade da emancipação judiciária de Sabinópolis, com a criação da comarca.

Campos Gerais — Prefeito, contra a emancipação de Campo do Meio. O mesmo, pedindo a elevação da comarca à 2.ª entrância.

Ouro Preto — Afonso Santos, sobre a integridade territorial do município.

Inácio Carvalho (Santa Luzia) — Abaixo-assinado de hab. dos povoados de Inácio Carvalho e Maravilhas, pleiteando a transferência dos mesmos para Pedro Leopoldo.

Perdizes — José Figueiredo e outros, abaixo-assinados, no sentido da manutenção da integridade territorial do município.

Conceição dos Ouros (Paraisópolis) — João de Freitas e Sousa, pró emancipação daquele distrito.

São Pedro da União (Garanésia) — Dr. Rafael de Castro, pleiteando a emancipação do distrito.

Bonfim — Prefeito, memorial sobre a divisão administrativa do município e no sentido de sua elevação à entrância imediatamente superior.

A Comissão deliberou conste da sinopse da ata a ser publicada o teor da circular endereçada aos senhores prefeitos e presidentes dos Diretórios Municipais de Geografia, concebida nos seguintes termos:

"COMISSÃO REVISORA DA DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Circular n.º 1

Belo Horizonte, 30 de junho de 1943.
Senhor Prefeito e Presidente do Diretório Municipal de Geografia.

Tenho o prazer de comunicar-vos ter sido instalada solenemente, dia 16 do corrente, pelo senhor Governador do Estado, a comissão encarregada da elaboração do projeto do novo quadro territorial de Minas Gerais, bem como da nomenclatura das cidades e vilas.

Conforme o critério estabelecido, e atendendo-se ao curto prazo decorrido da última revisão, baixada com o decreto-lei número 148, de 17 de dezembro de 1938, a Comissão reduzirá ao mínimo as alterações na atual reforma. Todavia, no caso de existirem dúvidas fortemente pronunciadas nas divisas municipais ou distritais, ou necessidade de qualquer outras alterações que se imponham, convém enviéis a Comissão, vossas sugestões, devidamente justificadas, depois de submetido o assunto à apreciação do Diretório Municipal de Geografia, onde se encontram representantes de todos os distritos dessa edilidade administrativa.

Tratando-se de assunto concernente à organização judiciária, é de toda conveniência seja feito expediente em separado, para melhor distribuição da matéria nos respectivos processos.

As reclamações e sugestões porventura existentes deverão ser encaminhadas à Comissão Revisora da Divisão Territorial do Estado, Secretaria da Viação, até o dia 1.º de outubro vindouro.

Valho-me da oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos. O Secretário da Viação e Presidente da C. R. D. T. — Dermeval José Pimenta".

Ainda no expediente, o Sr. Benedito Quintino dos Santos apresentou as seguintes comunicações: a) — reclamação da professora Maria Goulart, por não ter sido publicado o expediente relativo à entrada do memorial e álbum artístico de Pains, pleiteando a emancipação da vila; b) — telefonema de Ouro Preto, pedindo atenção para o apelo dirigido no sentido de ser poupado, nesta oportunidade, novos desmembramentos do município, cuja sede é a cidade-monumento; c) — pondo à disposição da Casa os técnicos que forem necessários para os trabalhos de campo e esclarecimentos de dúvidas sobre situação dos acidentes naturais nas zonas limítrofes inter-municipais e inter-distritais, dividindo, para isso, o Estado em regiões, a cargo de cada turma de campo.

O Sr. Hélio Linhares pede adiamento da apresentação do trabalho que elaborou sobre a parte judiciária, em virtude de não ser possível o comparecimento à sessão dos d. Alcido Gonçalves e Ovídio de Abreu, este em viagem ao Rio.

O Sr. Presidente recomenda à secretaria que faça a distribuição dos processos já organizados ao Departamento Estadual de Estatística.

Deliberou a Comissão promover a publicação de todo o expediente a ela endereçado anteriormente à instalação de seus trabalhos, publicação essa que se fará oportunamente.

5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA — Sob a presidência do sr. Hildebrando Clark, realizou a Comissão a sua 5.ª reunião ordinária, no dia 8 de julho último, servindo de secretário o Sr. Orlando Vaz.

Compareceram mais os seguintes membros: srs. Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, professor Joaquim Ribeiro Costa e Hélio Linhares.

Aberta a sessão, foi lida a ata da sessão anterior, pelo secretário assistente, José de Oliveira Vaz, a qual é aprovada, sem restrições.

Em seguida, procede o secretário assistente, à leitura do seguinte expediente:

Aiuruoca — Abaixo-assinado de habitantes da estação de Serranos, no sentido de sua elevação à vila, com outra denominação — Idem, de habitantes do distrito de Carvalhos, pleiteando emancipação do distrito.

Arari — Prefeito, pleiteando a elevação do município à comarca.

Baependi — Jornal *O Patriota*, trazendo artigo, sobre a elevação da vila de Encruzilhada à cidade.

Guanhães — Casemiro de Andrade Filho e outros, pró criação do município de "Embaixador Afrânio", constituído dos distritos de Braunais de Ganhães, Jequitibá de Ganhães, Sapucaia de Ganhães e Travessão.

Lajinha — Horácio Martins da Silva, no sentido da emancipação judiciária de Lajinha.

Matias Barbosa — Elevação do termo à categoria de comarca, pedido do prefeito.

Corinto — Prefeito e juiz municipal pleiteando a elevação do termo à categoria de comarca.

Tarumirim — Sr. Joaquim Vieira de Faria, presidente da Associação Comercial de Minas, encaminhando memorial do povo de Cachoeirinha, que deseja a elevação do distrito à cidade e termo judiciário e que lhe seja dada a denominação de "Irmãs Valadares".

Barbacena — Abel Carlos Moreira Campos e outros, contra o desmembramento do distrito de Padre Brito para ser anexado ao de Ibertioga, que pleiteia sua emancipação.

Francisco Sales — Encaminhado pelo D. A.M., processo referente à criação de um novo município com sede em Carrancas.

Campo Belo — Prefeito, transmitindo abaixo-assinado de habitantes da vila de Santana do Jacaré, que desejam permanecer jurisdicionados a Campo Belo.

Ipanema — Diversos documentos relativos à emancipação administrativa do distrito de Poacraná.

Aiuruoca — Prefeito, manifestando-se contrário ao desmembramento do distrito de Carvalhos para constituir novo município.

Tiradentes — Telegrama de congratulações do prefeito pela instalação da Comissão Revisora.

Dom Joaquim — Dois pedidos do prefeito em prol da criação da comarca de Dom Joaquim. Oliveira — Jovelino Rabelo, solicitando a emancipação do distrito de Japão.

Uberlândia — Prefeito, sobre a elevação do povoado de Rocinha à categoria de vila.

Almorés — Juiz de direito, no sentido, da elevação à 2.ª entrância da comarca de Almorés.

Rio Branco — Juiz de direito, no sentido da elevação da comarca à categoria de 3.ª entrância.

Araxá — Juiz de direito, pró elevação da comarca à 3.ª entrância.

Rio Branco — Padre Benedito de Lucas Coelho e outros, pleiteando a emancipação do distrito de São Geraldo.

Lajinha — Horácio Martins da Silva, indagando sobre a possibilidade da anexação do distrito de Ocidente, de Mutum, à Lajinha.

Campina Verde — Memorial apresentado pelo prefeito, no sentido da criação da comarca de Campina Verde.

Rio Espera — Prefeito, pedindo a criação do termo judiciário no município.

O Sr. presidente passa às mãos do secretário assistente, documentos que lhe foram endereçados pelo sr. Artur Furtado, sobre o município de Pomba.

O secretário assistente comunica à Casa que, cumprindo recomendação do sr. presidente, encaminhou ao Departamento Estadual de Esta-

tística para serem juntos os elementos necessários, os processos já organizados e referentes aos municípios de Campos Gerais, Carmo do Rio Claro, Piumhi, Rio Branco, Rio Preto, Ibiraci, Conceição, Ibiá, Oliveira, Ferros, Viçosa, Liberdade, São Gotardo e Rio Vermelho. Comunica, ainda, que foi feita a encomenda dos móveis necessários à instalação, em sala própria da secretaria da Comissão.

Lido o Regimento Interno da Comissão elaborado pelo Sr. Orlando Vaz, seu secretário de acordo com as bases já discutidas na sessão anterior, foi o assunto amplamente ventilado, determinando, por fim, o sr. presidente, que o professor Ribeiro Costa e o Sr. Hélio Linhares estudassem, em comissão, o trabalho, que deverá ser submetido à aprovação da Casa na reunião seguinte.

O Sr. Hélio Linhares propõe a designação de uma comissão para convidar os Srs. Ovídio de Abreu e Alcides Gonçalves, secretário do Interior e advogado geral do Estado, respectivamente, a comparecerem à reunião do próximo dia 13, terça-feira, quando apresentará o trabalho que elaborou sobre a nova reforma judiciária do Estado. O Sr. presidente designou os srs. Hélio Linhares, Orlando Vaz e Eduardo Schmidt Monteiro de Castro para constituírem a aludida comissão.

Instituto Histórico e Geográfico

HOMENAGEM A DIOGO DE VASCONCELOS — CENTENÁRIO DE DARWIN — Reuniu-se no dia 28 do mês passado, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sob a presidência do Sr. Benedito Quintino dos Santos e com a presença dos srs. Salomão de Vasconcelos, Aníbal Matos, Coronel Herculano d'Assunção, Roberto de Vasconcelos, Copérnico Pinto Coelho e Marcondes Verçosa.

O presidente fez várias comunicações verbais, destacando-se a das providências tomadas para participar das homenagens ao Sr. Teófilo Ribeiro, levadas a efeito no dia 31; a relativa aos serviços a serem instalados no Asilo D. Jovelina de Vasconcelos e Retiro dos Intelectuais da Chácara da Água Limpa, em Ouro Preto, e das condôlências expressas por motivo do desastre do avião "Cidade de São Paulo", no Rio de Janeiro.

O Sr. Aníbal Matos falou sobre providências a serem tomadas para última homenagem a Diogo de Vasconcelos, erguendo-se-lhe a herma projetada. O Sr. Aníbal Matos lembrou também a data centenária do naturalista inglês Darwin e que o Instituto deveria comemorá-la condignamente, o que foi aprovado. Por último o Sr. Marcondes Verçosa anunciou à casa que iria à Baía realizar uma conferência sobre "As primeiras estradas balanas".

Sociedade Mineira de Engenheiros

HOMENAGEM AO SRS. DERMEVAL PIMENTA E LUCAS LOPES — Na Sociedade Mineira de Engenharia foi prestada, no dia 20 de agosto último, uma homenagem aos srs. Dermeval Pimenta, secretário da Viação e Obras Públicas, e Lucas Lopes, secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, seus associados, por motivo de sua escolha para suas elevadas funções.

Iniciada a sessão solene, tomaram assento à mesa diretora dos trabalhos os srs. Tenente-Coronel Coelho de Araújo, representante do Governador Benedito Valadares; representantes dos secretários de Estado e auxiliares de governo, do prefeito de Belo Horizonte, além dos homenageados e do presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, sr. J. de Almeida Campos Júnior. Falou em primeiro lugar, o engenheiro Valdemar Alves Baeta Neves, que saudou o sr. Demerval Pimenta. Em seguida fez-se

ouvir o engenheiro Romeu de Paoli, que saudou o Sr. Lucas Lopes, secretário da Agricultura. Em agradecimento, falaram, depois, os dois homenageados.



PARAÍBA

Diretório Regional de Geografia

OS TRABALHOS DA COMISSÃO REVISORA DO QUADRO TERRITORIAL — O CENTENÁRIO DE IRINEU JOFILY — A COMEMORAÇÃO DO "DIA DO MUNICÍPIO" — A DETERMINAÇÃO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS DE VÁRIAS LOCALIDADES PARAIBANAS — Sob a presidência do sr. Samuel Duarte, reuniu-se, a 26 do transato, na Secretaria do Interior e Segurança Pública, o Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia neste Estado, ocupando a secretaria o Sr. Leomax Falcão, assistente-técnico do Departamento de Estatística.

Compareceram, ainda, os srs. Cap. Aluísio Guedes Pereira, Leon F. R. Clerot, Sizenando Costa, Clóvis Lima, José Gomes Coelho e J. da Cunha Vinagre. Especialmente convidado, assistiu aos trabalhos o eng.º Honório Bezerra, do Conselho Nacional de Geografia, presente nesta Capital.

Aberta a sessão e havendo "*quorum*", o presidente mandou proceder à leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada sem emendas.

O expediente constou do seguinte: um ofício do Interventor do R. G. do Norte ao Interventor Federal neste Estado sobre a linha divisória entre os dois Estados; telegramas do Secretário Geral do C.N.G., sobre as atividades da Comissão Revisora do Quadro Territorial do Estado; um despacho telegráfico do mesmo comunicando a saída do 1.º número do *Boletim do C.N.G.*, que dará mensalmente, um resumo das informações, notas bibliográficas, legislação sobre as atividades geográficas do País, etc.; idem da mesma autoridade, comunicando a inauguração do "Museu de Geografia do Brasil", destinado a reunir objetos típicos brasileiros e solicitando a contribuição deste Estado, nesse sentido; ofícios diversos do C.N.G., remetendo cópias de resoluções e súmulas do expediente trocado entre o C.N.G. e o D.R.G.; além de outros que a casa tomou conhecimento.

Na hora de "moções requerimentos", o sr. J. Leomax Falcão propõe seja aprovado e inserido na ata da reunião um voto de congratulações à Comissão Revisora do Quadro Territorial, pelo esforço e dedicação dos seus membros no tocante ao fiel cumprimento da lei. Adeantou, ainda, haver a mesma realizado um trabalho importante e de finalidade altamente patriótica e digna, portanto dos mais justos encomios. A sugestão foi aprovada por todos.

Usa, após da palavra o Sr. Cunha Vinagre que pediu ao presidente fosse designada uma comissão para representar o Diretório nas solenidades que terão lugar, a 15 de dezembro vindouro, à passagem do 1.º centenário no nascimento do saudoso historiador conterrâneo dr. Irineu Jofily.

Concordando o plenário com a proposta, o presidente designou os srs. Sizenando Costa, Leon Clerot e Veiga Júnior para constituírem a aludida comissão.

Na hora de "comunicações", o Sr. Samuel Duarte refere-se à comemoração do "DIA DO MUNICÍPIO", a 1.º de janeiro vindouro, na conformidade do decreto-lei nacional 846, tendo exaltado o papel do Município na organização política do País.

A seguir, o engenheiro Honório Bezerra, pediu permissão para cientificar ao Diretório, a conclusão dos serviços de determinação das co-

ordenadas geográficas de várias localidades paraibanas, que lhe foram afetas pelo Conselho Nacional de Geografia.

Aludiu o ilustre técnico, ainda, a importância desse trabalho, exatamente, no momento em que o C.N.G. cogita da preparação da Carta do Brasil ao milionésimo. Foram as seguintes as localidades que tiveram as suas coordenadas fixadas: Cidades de Antenor Navarro, Jacobá, Bonito, Ingá e Esperança; vilas de Sucuru (S. J. do Cariri), São Miguel e Bodocongó (Cabaceiras). Quanto às coordenadas de Água Branca (P. Isabel), deixou para determinar, de Pernambuco, por ser mais fácil o transporte.

Na "ordem do dia", o sr. Sizenando Costa refere-se ao expediente encaminhado pelo Interventor do Rio G. do Norte ao Chefe do Governo deste Estado, sobre a questão de limites entre os dois Estados. A matéria foi amplamente debatida pelo plenário, sendo anotadas as várias sugestões apresentadas, visando o estabelecimento de uma fórmula conciliatória para solucionar em definitivo o assunto.

Afinal, o presidente agradeceu o comparecimento dos srs. conselheiros, encerrando, após, a sessão.



PERNAMBUCO

Colégio Estadual

CURSO DE TUPI-GUARANI — Alunos do Colégio Estadual de Pernambuco acabam de fundar um círculo de estudos da língua tupi-guarani, tendo enviado o seguinte ofício ao diretor do estabelecimento, dr. Aníbal Fernandes:

"Nós, alunos deste estabelecimento de ensino, infra-assinados, requeremos a V. S., permissão para ocuparmos uma das salas deste mesmo estabelecimento, duas vezes por semana, afim de realizarmos um curso de língua tupi-guarani, sob a orientação de nosso colega Francisco de Paula Matos de Oliveira. A despretenciosa iniciativa que ora tomamos, visando um maior conhecimento de nheengatú, congloba também o patriótico desejo de, pelo estudo da língua, conhecer o aborígene brasileiro. Esta singular iniciativa, parece-nos merecer de V. S. um apóio integral para a sua realização, pelos motivos que passamos a expor:

a) Existe, como sabemos, uma evidente influência do tupi-guarani em nosso vocabulário, como atestam milhares de vocábulos, principalmente na denominação de rios, lagoas, localidades, etc., tornando-se necessária a aprendizagem desta língua, para que se possa manter corretamente, através de todos os tempos a feição puramente indígena das expressões que fazem parte do nosso vocabulário;

b) Achamos que o brasileiro interessado em linguística tem a responsabilidade — quando não o dever — de estudar a língua que até o século XVII foi falada no Brasil e que é ainda hoje uma língua viva;

c) Consideramos que é necessário dar um exemplo aos que votam um incrível desprezo ao idioma dos nossos primitivos habitantes, superpondo o sentido utilitário ao nacionalista.

d) Admitimos que a cultura da glotologia indígena implica no estudo da etnografia brasileira, ampliando assim o horizonte de nossas modestas aspirações e tornando-as conseqüentemente mais dignas de encômios;

e) Fundamentamos as nossas afirmações em Afonso de Freitas Júnior, que diz: "É imprescindível, entre nós, o desenvolvi-

mento cultural da etnografia brasileira e da linguística peculiar aos primitivos habitantes de nossa terra".

f) Finalmente, o sentimento de brasilidade do nosso pedido é mais um fator que vem preponderar na aquiescência que desejamos de V. S.."

Foram os seguintes, os estudantes que primeiro se inscreveram no curso: Aluizio Alberto de Araújo, José Bartolomeu dos Santos, Carlos Santana, Ivan Neves Pedrosa, Marcos Wien e José da Silva Guimarães.

Comissão de Divisão Administrativa do Estado

CONSERVAÇÃO DE NOMES DE CIDADES PERNAMBUCANAS — A Comissão de Divisão Administrativa do Estado dirigiu, no mês passado, ao Conselho Nacional de Geografia, o ofício seguinte:

"Conquanto não tenha chegado a Pernambuco a circular desse Conselho, relativamente a topônimos que, pelos dados do mesmo devem pertencer a esse ou àquêle Estado, a Comissão de Divisão Administrativa de Pernambuco, informada pelo seu presidente, que dele tomou conhecimento numa reunião a que assistiu da congênere cearense, na cidade de Fortaleza, pede vênia para algumas ponderações:

LIMOEIRO — E' considerado como do Ceará o topônimo Limoeiro, que ali ainda não tem um século.

O Limoeiro de Pernambuco conta mais de duzentos anos. Provém duma sesmaria do século XVII, onde em 1740, no local dum limoeiro o padre Ponciano Coelho ergueu uma capela, que o bispo dom Tomaz da Encarnação da Costa Lima, por provisão de 16 de junho de 1779, elevou a matriz com sede paroquial. Limoeiro era um aldeamento de índios que, nesse ano de 1779 tinha por diretor Domingos Dias Ferreira. A 27 de junho de 1811 foi, por alvará régio erigida a vila de Limoeiro. Em 1833 foi a 20 de maio, criada a comarca do Limoeiro, que, desde aquêle tempo, continúa a ser sede da mesma. Uma circunstância que prova a antiguidade do nosso Limoeiro: Existem no Instituto Arqueológico (vide *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XXVII, pág. 273), fragmentos do livro de vereações, do qual consta a ata de 21 de maio de 1817, na qual foi resolvido serem queimadas as folhas do respectivo livro, referentes aos atos do governo republicano de 1817.

Tanto o Limoeiro do Ceará como o de Pernambuco são cidades. Categoria igual. Deve prevalecer o topônimo para o Estado que o possui por mais tempo.

BOA VISTA — Figura, na relação, Boa Vista como topônimo que deva pertencer ao Amazonas, cuja emancipação política, como provincia data de 5 de setembro de 1850.

A Boa Vista do Amazonas, antiga Boa-Vista do Rio Branco é vila de 6 de novembro de 1858. A Boa Vista, de Pernambuco é paróquia desde 30 de janeiro de 1762 e vila desde 19 de abril de 1838, quando foi elevada a sede de comarca. Tem a categoria desde 1 de julho de 1909.

Afigura-se-nos que não pode pertencer o topônimo ao Amazonas.

PAULISTA — Nossa Paulista, cujo topônimo figura como pertencente ao Piauí, provém duma data de terra do primeiro donatário Duarte Coelho (1535-1554) ao seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, que, tendo casado uma das filhas, em 1555, com o nobre português Gonçalo Mendes Leitão, a passou de dote. Nela foi montado, por Leitão um engenho d'água e construída

uma capela que o bispo Dom Pedro Leitão, irmão de Gonçalves, sagrou em 1559. Nessa data de terra foi, em 1691, criado um curato, que dom João VI, em 1719, elegeu a freguesia. Mais tarde foi dela possuidor João Fernandes Vieira, o herói da guerra holandesa. E, por morte deste adquiriu-a Moraes Navarro, comandante dum terço contra os negros dos Palmares, Paulista figura na História, por haver sido o túmulo da república de 1817. Basta, por ser de fácil consulta, verificar o que diz Rio Branco, nas *Efemérides* (21 de maio de 1817, 2.^a ed. pg. 239): "Os capitães Martins Pessoa e Barros Lima e Pedroso, chefes da insurreição pernambucana, fogem do engenho *Paulista*, durante a noite, abandonando os seus soldados e partidários ali acampados. Com este acontecimento, vindo de todo perdida a causa pela qual se sacrificara o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro suicida-se junto à capela do Engenho". Até mesmo nossa cidade, a Paulista de Pernambuco é mais antiga que a do Piauí. A piauiense foi sede de município em 1931 e a pernambucana em 1928. Aliás, o assunto foi discutido pelo presidente de nossa Comissão, com a Comissão do Piauí, tendo sido confirmada a precedência pernambucana.

Embora tenha sido o caso já liquidado por telegramas, a Comissão se julgou no dever de dar estas explicações.

BOM JARDIM — Figura na relação o topônimo como de preferência para o Estado do Rio de Janeiro.

O Bom Jardim do Rio de Janeiro, é distrito de 4 de maio de 1850 e o de Pernambuco é distrito por alvará de 16 de agosto de 1800, sendo paróquia desde 1751. A categoria de ambos é igual, devendo assim, prevalecer a antiguidade.

SÃO LOURENÇO — Na relação figura nome de São Lourenço com antiguidade maior, no Rio Grande do Sul, que em Pernambuco. Ambos cidades, portanto da mesma categoria.

Partamos dum princípio: — Quando o território do atual Estado do Rio Grande do Sul, que estava fora da linha de Tordesilhas, começou a ser desbravado, em 1719, (N. Droys. *Notícia Descritiva do Rio Grande do Sul*), já São Lourenço, de Pernambuco era freguesia desde 1621. Quem ler a história da Guerra Holandesa encontrará a cada passo o nome de São-Lourenço. Aqui vai uma prova, por ser de fácil consulta, tirada das *Efemérides* de Rio Branco (23 de abril de 1936, pg. 297):

"*Combate de São Lourenço da Mata*, entre Francisco Rabelo, que comandava 450 homens e uma divisão de 1 200 holandeses, ao mando de Jacob Stachower".

Vê-se que o Rio Grande do Sul ainda não existia para o Brasil e já em São Lourenço, de Pernambuco, se combatia pelo Brasil.

A Comissão espera que sejam feitas as devidas retificações e aguarda o recebimento da circular para estudo comparativo mais pormenorizado.

Com os protestos de alta estima e elevada consideração. — a) *Mário Melo*, presidente — *Paulo Pimentel*, *Maurício de Abreu*".



Comissão de Estudo das Caldas

A SITUAÇÃO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS — CESSÃO DE DIREITOS DE PATENTE — Foi instalada no dia 12 do mês passado, no Conselho Administrativo do Estado, a Comissão de Estudos das Caldas, presidida pelo Sr. Manuel Leão.

A Comissão tem por objetivo examinar os processos existentes de tratamento ou aproveitamento integral das caldas das destilarias e, se necessário, estudar novos sistemas de tratamento a aplicação das caldas atendendo a exigências técnicas e econômicas, afim de solucionar o importante problema que, há vários decênios, vem sendo objeto de estudos por parte de industriais higienistas e técnicos em química e agronomia.

A reunião foi presidida pelo sr. Manuel Rodrigues Filho, secretário da Agricultura, que deu posse aos membros da Comissão.

Após falar o Sr. Manuel Leão, usou da palavra o engenheiro Osvaldo Lima que declarou que, no interesse público, e por ter sido escolhido para fazer parte da Comissão de Estudo das Caldas, desistia dos direitos de suas patentes, já registradas no Departamento de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio referentes a processos para o aproveitamento das caldas.

Igual declaração foi feita pelo engenheiro Brito Passos.

O Sr. Aluizio Bezerra Coutinho, tomando parte nas conversações sobre o plano de trabalho da Comissão, referiu-se a uma solução de emergência para a presente safra, dada a precária situação sanitária das populações ribeirinhas em face da falta de medicamentos destinados a debelar os males provocados pelo lançamento das caldas das destilarias nas águas dos rios e do litoral.

Esclareceu que a Usina Cucaú, segundo estava informado, estaria procedendo à irrigação com a própria calda, com resultado satisfatório. Se a Comissão apurasse o êxito de tal processo, essa seria a solução de emergência pedida. O Sr. Osvaldo Lima declarou que também tinha ouvido rumores sobre igual emprego, por parte da Usina Água Branca. A Comissão ficou de estudar detidamente o problema.

O Sr. Brito Passos propôs que a Comissão estudasse um plano para limitação dos focos de infecção, o que foi aprovado.

Em seguida, o Sr. Manuel Leão, ouvidas as diversas opiniões, declarou que os trabalhos da Comissão seriam divididos em duas partes: exame e estudo dos processos existentes, registrados e não registrados, por cada um dos membros, de acordo com as suas especialidades, requisitando-se informes de processos usados também no Exterior, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos; e uma segunda fase de experiência de laboratório em experimentação de instalações-piloto dos processos selecionados.

Ficou ainda acertado que a Comissão se reuniria, semanalmente.

O Sr. Brito Passos, representante da Cooperativa dos Usineiros, foi escolhido pelos seus companheiros para vice-presidente da Comissão, a qual é secretariada pelo Sr. José de Gouveia Acioli, funcionário do Conselho Administrativo do Estado.

Escola Superior de Agricultura

RECONHECIMENTO FEDERAL — Pelo decreto n.º 13 184, de 18 de agosto, na pasta da Agricultura, foi reconhecida pelo Governo federal, a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, com sede em Recife.

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico

AINDA A QUESTÃO TOPONÍMICA — CIRCULO DE ESTUDOS TUPI-GUARANI — Reuniu-se no dia 11 de agosto, o Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco, sob a presidência do desembargador Silva Rêgo, presidente de honra.

Após a leitura do expediente, o Sr. Mário Melo comunica ter lido nos jornais a notícia da fundação por estudantes de humanidades,

um círculo de estudos do tupi-guarani. Louva a iniciativa e pede registo de aplausos na ata, o que é aprovado.

E' lido a seguir o parecer da Comissão de Sindicância, favorável à admissão, como correspondentes, dos Srs. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho, da Baía e Osvaldo R. Cabral, de Santa Catarina. Entrando em discussão e votação, o parecer foi unanimemente aprovado.

O Sr. Mário Melo comunica que está salvo para Pernambuco o topônimo Taquaritinga, e que foi encontrada uma fórmula para a permanência de Nazaré.

O Sr. Célio Meira quer informações sobre Paulista.

O Sr. Mário Melo responde já ter recebido informações do Piauí, segundo as quais a fundação de Paulista, dali data da entrada de Domingos Jorge Velho, com seus paulistas, no ano de 1663.

O Sr. Valdemar de Oliveira trata de, com a sugestão do Sr. João Cláudio, ser dada à atual cidade de Vitória o nome de Santo Antônio da Vitória.

O Sr. Mário Melo informa que a lei não permite nomes assim tão estensos. O Sr. Célio Meira, filho do local, diz que se deve restaurar o nome de Santo Antônio, com que a cidade pernambucana de Vitória foi sucessivamente povoado, vila e comarca. A criação da comarca, em 1833, ainda o foi com o nome de Santo Antônio, dez anos depois mudado para Vitória, quando elevaram a vila à categoria de cidade.

Secretaria de Viação e Obras Públicas

O SUPRIMENTO D'ÁGUA EM GARANHUNS — AS ESTRADAS DE GARANHUNS A PEDRA E DE BUIQUE A SANTA CLARA — O Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco realizou em agosto último, uma excursão a vários Municípios do Estado. De passagem por Bebedouro teve ocasião de apreciar o serviço de meio fio e linha d'água que se está sentando na rua principal.

Na cidade de Canhotinho foram observados os trabalhos de proteção dos aterros da ponte do Canhoto, executada pelo Prefeitura, por conta do Estado. Em Angelim teve ocasião de observar os serviços da rodovia para São João e os trabalhos do passadiço do Riacho Saquinho, cujo aterro, por defeito de construção abateu já tendo sido intimada a firma contratante a refazê-lo.

Em Garanhuns, em companhia do Gerente dos Serviços de Água e Luz examinou a situação do suprimento d'água e autorizou o início dos trabalhos de nova captação das águas da Vila Maria, projetados pelo Departamento Técnico da Diretoria de Saneamento do Estado afim de atender ao desenvolvimento da cidade, pois no atual inverno o consumo d'água tem se elevado de forma que não foi possível manter cheios os reservatórios como anteriormente se verificava.

Em São Bento inspecionou as obras da estrada que, partindo do Alto Bonito, na sub-tronco de Garanhuns, liga aquela cidade a Cachoeirinha. A estrada acha-se em boas condições de tráfego tendo todas as obras de arte correntes.

Nos riachos adotou-se o aterro barragem em pedra, achando-se em conclusão a última obra dessa natureza. Em São Bento foi visitado também o prédio do Governo Municipal, o qual deverá ser inaugurado a 8 de dezembro.

Continuando sua excursão o titular da Viação seguiu para Pedra. Esta cidade apresenta aspecto novo e progressista, que surpreende aos que a conheciam anteriormente. Muito bom serviço de luz elétrica, cuja usina está instalada em excelente prédio, construído especialmente

para tal fim. A seguir visitou a nova estrada que liga Pedra a Garanhuns, de acordo com o plano de inter-ligação das sedes dos municípios a qual foi atacada a partir da Fazenda Carra-pateira, quatro quilômetros além de Boa Sorte já se achando os trabalhos ao pé de um dos contrafortes da serra de Garanhuns. Esta estrada permitirá a viagem de Garanhuns a Rio Branco, com um percurso de 80 quilômetros em vez de 175, que é quanto mede atualmente, via São Caetano.

A estrada segue o traçado estudado em 1932, pelas Obras Contra as Secas, passando em Boa Sorte. O rio Ipanema e alguns riachos estão transpostos, por meio de passadiços empedrados.

De volta o Secretário da Viação continuou viagem para Buique, onde, em companhia do prefeito examinou as obras em andamento na cidade e a estrada para Santa Clara, que é de grande interesse para a ligação de Paulo Afonso pelo caminho mais curto e para dar saída à cidade do Moxotó, cuja rodovia para aquela vila ficará concluída até 10 de novembro. No seu regresso o titular das obras públicas passou em Pesqueira, onde combinou com o Prefeito, as providências para o início imediato da construção do grupo escolar, e em São Caetano, onde visitou as obras do mercado municipal concluídas e do matadouro, cujo prédio se acha em ponto de cobertura. Conversando com o engenheiro Gercino de Pontes o Prefeito Severiano Ramos explicou que a estrada de Antônio Olinto a Madre Deus acha-se concluída no seu trecho, faltando um pequeno trecho do município de Belo Jardim e do de Madre de Deus, cujos Prefeitos estão providenciando.

As estradas acham-se geralmente em condições transitáveis nos 1 895 quilômetros percorridos, com um rendimento de 6 quilômetros por litro de gasolina na velocidade média horária de 60 quilômetros.

★

PIAUI

Comissão Revisora da Divisão Territorial

DADOS PARA MODIFICAÇÃO DAS PLAN-TAS DE CIDADES — Ao Departamento Estadual de Estatística do Piauí, para a revisão da divisão territorial do Estado forneceram dados, até 18 de julho último, para modificação das plantas das cidades, para vigorarem de 1944 a 1948, os seguintes municípios: Altos, Campo Maior, José de Freitas, União, João Pessoa, Miguel Alves, Pôrto Alegre, Barras, Boa Esperança, Batalha, Periperi, Piracuruca, Pedro II, Floriano, Pôrto Seguro, Urucui, Ribeiro Gonçalves, Paulista, Regeneração, São Pedro, São Benedito e Socorro.

★

RIO GRANDE DO SUL

INVENTÁRIO CULTURAL DO RIO GRANDE — O historiador Dante de Laytano está procedendo ao levantamento de tudo quanto já se publicou no Rio Grande do Sul. Segundo declarações que fez ao *Correio do Povo* de Pôrto Alegre, o trabalho já está praticamente concluído, somando cerca de 4 000 fichas com as referências bibliográficas do que se tem publicado no Rio Grande do Sul em todos os ramos do conhecimento humano.

Diretoria das Prefeituras Municipais

AS RECEITAS DOS MUNICÍPIOS PREVIS-TAS PARA 1944 — A Diretoria das Prefeituras Municipais concluiu em agosto a primeira fase

dos trabalhos de elaboração e estudo das propostas orçamentárias dos Municípios do interior para o ano de 1944. Damos, a seguir, um quadro com a demonstração comparativa da receita global prevista em 1943 e 1944.

MUNICÍPIOS	Receita de 1943	Receita de 1944
Alegrete.....	2 075 000,00	2 100 000,00
Alfredo Chaves.....	380 000,00	420 000,00
Antônio Prado.....	322 000,00	342 500,00
Arroio Grande.....	673 000,00	720 000,00
Arroio do Meio.....	410 000,00	450 000,00
Bagé.....	3 000 000,00	3 050 000,00
Bento Gonçalves.....	1 346 000,00	1 344 000,00
Bom Jesus.....	285 000,00	300 000,00
Caçapava.....	540 000,00	568 000,00
Cachoeira.....	2 412 750,00	2 492 750,00
Caí.....	1 375 000,00	1 450 000,00
Camaquã.....	475 000,00	520 000,00
Candelária.....	442 150,00	480 000,00
Cangussú.....	588 000,00	600 000,00
Canóas.....	635 760,00	643 000,00
Carazinho.....	1 423 500,00	1 560 000,00
Caxias.....	2 800 000,00	2 900 000,00
Cruz Alta.....	2 000 000,00	2 050 000,00
Dom Pedrito.....	1 020 000,00	1 020 000,00
Encantado.....	687 000,00	700 000,00
Encruzilhada.....	450 000,00	460 000,00
Erval.....	450 000,00	450 000,00
Estréla.....	1 124 000,00	1 050 000,00
Farrópilha.....	550 000,00	580 000,00
Flôres da Cunha.....	330 000,00	350 000,00
Garibaldi.....	712 000,00	760 000,00
General Câmara.....	282 000,00	304 000,00
Getúlio Vargas.....	530 000,00	540 000,00
Gravatá.....	435 000,00	443 000,00
Guaiíba.....	600 000,00	660 000,00
Guaporé.....	1 199 000,00	1 300 000,00
Ijuí.....	1 250 000,00	1 460 000,00
Itaí.....	350 000,00	375 000,00
Itaqui.....	839 200,00	878 000,00
Jaguarão.....	784 000,00	819 000,00
Jaguarí.....	490 000,00	543 000,00
José Bonifácio.....	2 240 000,00	2 400 000,00
Júlio de Castilhos.....	846 000,00	900 000,00
Lajeado.....	1 190 000,00	1 190 000,00
Lagoa Vermelha.....	780 000,00	852 000,00
Lavras.....	392 000,00	406 000,00
Livramento.....	3 400 000,00	3 400 000,00
Montenegro.....	1 750 000,00	1 800 000,00
Novo Hamburgo.....	1 100 000,00	1 300 000,00
Osório.....	600 000,00	650 000,00
Palmeira.....	900 000,00	1 000 000,00
Passo Fundo.....	1 812 000,00	2 120 000,00
Pelotas.....	8 560 000,00	9 000 000,00
Pinheiro Machado.....	526 000,00	560 000,00
Piratini.....	436 000,00	436 000,00
Porto Alegre.....	40 281 000,00	* 41 000 000,00
Prata.....	546 600,00	600 000,00
Quaraí.....	732 757,00	734 025,00
Rio Grande.....	13 276 525,00	12 971 525,00
Rio Pardo.....	744 300,00	756 000,00
Rosário.....	1 000 000,00	1 000 000,00
Santa Cruz.....	2 320 000,00	2 200 000,00
Santa Maria.....	2 640 000,00	2 800 000,00
Santa Rosa.....	1 650 000,00	1 900 000,00
Santa Vitória.....	760 000,00	880 000,00
Santiago.....	630 000,00	630 000,00
Santo Ângelo.....	2 095 600,00	2 100 000,00
Santo Antônio.....	750 000,00	830 000,00
São Borja.....	965 310,00	1 012 000,00
São Francisco de Assiz.....	440 050,00	460 000,00
São Francisco de Paula.....	871 500,00	925 000,00
São Gabriel.....	1 930 000,00	1 800 000,00
São Jerônimo.....	510 000,00	560 000,00
São José do Norte.....	557 000,00	575 000,00
São Leopoldo.....	4 959 000,00	5 700 000,00
São Lourenço.....	820 000,00	820 000,00
São Luiz Gonzaga.....	1 100 000,00	1 280 000,00
São Pedro.....	292 000,00	295 000,00
São Sepé.....	372 200,00	406 000,00
São Vicente.....	385 000,00	403 000,00

MUNICÍPIOS	Receita de 1943	Receita de 1944
Sarandí.....	480 000,00	520 000,00
Sobradinho.....	568 000,00	600 000,00
Soledade.....	795 350,00	850 000,00
Tapes.....	320 000,00	420 000,00
Taquara.....	1 877 000,00	1 953 000,00
Taquari.....	422 875,00	536 800,00
Tórres.....	274 450,00	300 000,00
Triúfno.....	283 000,00	307 000,00
Tupanciretã.....	700 000,00	780 000,00
Uruguaiana.....	2 220 000,00	2 300 000,00
Vacaria.....	750 000,00	800 000,00
Venâncio Aires.....	770 000,00	800 000,00
Viamão.....	370 000,00	370 000,00
	148 221 695,00	153 870 600,00

Sociedade de Engenharia

“O EMPRÊGO DA CARTA NA NAVEGAÇÃO AÉREA” — No dia 6 de agosto último, no salão de conferências da Sociedade de Engenharia, o eng.º cel. Armando Assiz pronunciou uma palestra técnica subordinada ao tema: “O emprêgo da carta na navegação aérea”.

Iniciando a sua palestra, o cel. Armando Assiz justifica, primeiro, a sua presença naquela sala, declarando ser resultante de uma traição ao seu método de trabalho, silencioso e quase anônimo, feita pelos Srs. Alexandre da Rosa e José Borges de Leão que havendo tomado conhecimento de seus estudos sobre o problema da carta na navegação aérea, acharam que os mesmos não deveriam permanecer ignorados e, sem que ele mesmo soubesse, prepararam tudo para aquela palestra que, afinal, estava sendo feita. Em seguida, o conferencista historiou as dificuldades vencidas e a aplicação destes esforços e destes conhecimentos no estudo de uma carta para a navegação aérea, inspirado na leitura de um artigo sobre rotas aéreas. Entra, então, a detalhar os cálculos feitos para chegar ao resultado final, ilustrando a palestra com a projeção de diversos desenhos e mapas, nos quais estavam explicadas as diversas fases do estudo, até à sua conclusão. Finalizando a palestra, o cel. Armando Assiz prestou uma homenagem àquele que ele chama de mestre, o sábio alemão Jordan, do Serviço Geográfico Alemão, fazendo projetar na parede uma fotografia sua.

Encerrando os trabalhos, o Sr. Alexandre Rosa comunicou aos presentes que, por uma feliz coincidência, o conferencista festejava naquela data o seu aniversário natalício, motivo pelo qual pedia que, com uma salva de palmas, se homenageasse o aniversariante.

O cel. Armando Assiz é velho estudioso do problema da carta no Brasil, sendo considerado como uma das maiores autoridades que possuímos no assunto. Já foi chefe da Comissão da Carta Geral do Brasil, passando, depois, para a chefia da 1.ª Divisão, de Levantamento, com sede no Rio Grande do Sul, de onde se exonerou, a pedido, depois de quatro anos de serviço. Os seus estudos, entretanto, não sofreram solução de continuidade, possuindo até um importante trabalho sobre o problema da carta no Brasil, ainda não divulgado.



RIO DE JANEIRO

Comissão de Divisão Administrativa

NORMAS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE DISTRITOS, ELEVAÇÃO DE DISTRITOS A MUNICÍPIOS E RETIFICAÇÃO DA LEI VIGENTE — Damos a

seguir as normas aprovadas pela Comissão de Divisão Administrativa do Estado do Rio, em sua reunião de 11 de março último, às quais deverão obedecer as propostas de criação de distritos, elevação de distritos a municípios e reificação da lei vigente:

Art. 1.º — A representação para a criação de qualquer distrito deverá ser acompanhada I — de uma planta do território que será abrangido pelo novo distrito com uma descrição sumária da linha de seus limites, como exige o art. 11 § único do Decreto-lei Federal n.º 311, de 2 de março de 1938. II — de uma planta da sede indicada para a nova vila, mencionando-se a área aproximada do local e os prédios aí existentes, que possam servir de sede para escolas, subdelegacias de polícia, escrivania de paz e registro civil, exatarias fiscais, quartel para o destacamento, e indicação das linhas que possam constituir as áreas urbanas, suburbana e rural do distrito; III — de um mapa estatístico da população do território que se pretender elevar àquela categoria; estatística das propriedades rurais desse território, casas comerciais e indústrias existentes; IV — de indicação dos caminhos, estradas, rodovias e vias férreas que atravessem o território e o liguem aos limítrofes; V — possibilidade de doação de terrenos ao Estado, e ao Município para construção da escola, da casa para a subdelegacia de polícia e destacamento policial e cemitério municipal; VI — indicação dos melhoramentos locais existentes, água, esgotos, iluminação, telégrafo e telefone, calçamento, e outros.

Art. 2.º — A representação para a elevação do distrito à categoria de município deverá ser acompanhada: I — de uma cópia do mapa do território do distrito que se pretender elevar de categoria, extraída da carta do município, acompanhada dos limites atuais e indicação das modificações que se tornarem necessárias; II — de uma cópia da situação da sede da vila, extraída da mesma carta, mencionando-se a área aproximada do local e dos prédios existentes que possam servir de sede para a Prefeitura e Câmara Municipal, Fórum, escolas, delegacia de polícia, destacamento policial e cadeia; III — de indicação das linhas que, no município que se pretende criar, devam constituir as áreas urbana, suburbana e rural dos distritos que o devam formar; IV — de um mapa estatístico da população do distrito, segundo o último recenseamento; V — de um mapa estatístico das propriedades rurais e seu valor aproximado, segundo os dados fiscais do Estado; VI — de um mapa estatístico dos impostos do Estado e do município, os destes com a procedência respectiva, arrecadados no distrito durante o último triênio e, se possível, os da União Federal; VII — de indicação dos caminhos, estradas, rodovias e vias férreas que atravessem o distrito e o liguem aos limítrofes; possibilidade de doação dos terrenos necessários ao município para construção da sede da Prefeitura e Câmara Municipal, e ao Estado para a dos seus já indicados estabelecimentos.

Art. 3.º — Se no processo inicial não puderem ser satisfeitas as formalidades do item III do Art. 1.º e dos itens I, II, IV, V e VII do Art. 2.º a Comissão solicitará das repartições competentes que as preencham.

Art. 4.º — No caso de processo de elevação de distrito à categoria de município, a Comissão solicitará do prefeito municipal a indicação da dívida própria, ativa e passiva, correspondente ao distrito, e, bem assim, se o município tiver dívida passiva fundada, qual a parte por que deva ficar responsável o novo município, se criado fôr pelo Sr. Interventor Federal e segunda as normas que por este forem estabelecidas.

Art. 5.º — As propostas para alteração das atuais divisões de distritos ou de municípios ou para quaisquer outras da divisão administrativa vigente, deverão ser fundamentadas, obedecendo, tanto quanto possível, às normas estabelecidas nos Arts. 1.º e 2.º;

Ficou esclarecido que as formalidades constante do esquema não excluem a estrita observância do Decreto-lei Federal n.º 311, de 2 de março de 1938, de dispor:

a) que os municípios compreenderão um ou mais distritos formando área contínua, podendo os distritos, quando se fizer necessário, subdividir-se em zonas, com seriação ordinal; b) — a sede do município terá a categoria de cidade e lhe dará o nome; c) — o distrito será designado pelo nome da respectiva sede, a qual terá a categoria de vila, não podendo haver no mesmo distrito mais de uma vila; d) — os limites distritais ou inter-municipais serão definidos em linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizados apenas pela coincidência com divisas pretéritas; e) não haverá no mesmo Estado mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação; f) *nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde houver pelo menos trinta moradias*; g) *nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abraja, no mínimo, duzentas moradias*.

Além destas prescrições da Lei Federal, ficou esclarecido que a Comissão observará as recomendações da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 118, de 6 de julho de 1942) expedidas em virtude do Decreto-lei Federal n.º 3 599 de 6 de setembro de 1941 para a revisão do quadro territorial de 1943, em virtude das quais: a) na revisão dos nomes das cidades e vilas, além das normas do Decreto-lei n.º 311, serão atendidas as determinações da lei n.º 3 599 pela qual deverá ser eliminada a duplicata de nomes de cidades e vilas, recomendando ainda o Conselho que se substituam os nomes de pessoas vivas, de preferência por vocábulos indígenas; b) quando houver várias localidades (cidades e vilas) com o mesmo nome, este será somente para o de maior categoria, e, no caso de haver diversas com a mesma categoria, prevalecerá o nome para aquela que o tiver há mais tempo; c) que, na escolha de novos nomes é vedado o uso de nomes estrangeiros, os de pessoas, bem como os nomes longos de mais de uma palavra, recomendando-se ainda a adoção, sempre que possível, de nomes indígenas de propriedade local.

Foram aprovadas as seguintes propostas apresentadas verbalmente pelo Sr. Mário Alves: a) para que se solicitem da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia as relações completas dos nomes das cidades e vilas brasileiras às quais se refere o art. 6.º e, bem assim, o material informativo de que trata o art. 4.º da aludida Resolução n.º 118; e da Repartição competente as informações e dados recolhidos pelos agentes do Recenseamento de 1940 e aos quais se refere o art. 3.º da mesma Resolução; e para que se solicite do sr. Diretor do Departamento das Municipalidades a remessa de processos atinentes à direção administrativa e enviados para o fim da revisão a que se está procedendo.

Quanto aos processos que não foram atendidos no quadro territorial decretado pelo Sr. Interventor Federal (Decreto n.º 641, de 15 de dezembro de 1938), a Comissão decidiu que não têm objeto nos atuais trabalhos da Comissão, considerahdo-se findos e arquivados.

SÃO PAULO

SANEAMENTO DA BAIXADA PAULISTA E DA ZONA DA ALTA PAULISTA — Pelo decreto-lei n.º 5 723, de 4 do mês passado, assinado pelo Sr. Presidente da República nas pastas da Viação e Obras Públicas e da Fazenda, foi criado no Departamento Nacional de Obras de Saneamento um distrito com denominação de Distrito de São Paulo para atender às obras que serão realizadas no Estado do mesmo nome.

Justificando a criação do novo distrito, alegou o D.N.O.S. a necessidade de serem imediatamente iniciados os estudos e obras de saneamento na Baixada Paulista e na zona da Alta Paulista.

Associação dos Geógrafos Brasileiros

"A REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO" — Em reunião da Associação dos Geógrafos Brasileiros, levada a efeito no dia 30 de agosto último, o prof. Romualdo Monteiro de Barros pronunciou uma conferência sobre *"A região de Ribeirão Preto"*.

Departamento Estadual de Estatística

VISITA DO GEN. MASCARENHAS DE MORAIS — OS TRABALHOS DA SECÇÃO DE ESTATÍSTICA MILITAR — No dia 17 do mês passado, esteve em visita ao Departamento Estadual de Estatística de S. Paulo o General Mascarenhas de Moraes.

Acompanhado pelo major F. Silveira do Prado, chefe da 4.ª secção do Estado Maior e representante da 2.ª R.M. junto à Estatística Militar, e pelo 1.º tenente José Maria Romaniguera, s. exc. foi recebido pelo sr. Djalma Forjaz de Sampaio, diretor do Departamento.

Foram percorridas as diversas subdivisões da Secção de Estatística Militar, a saber: Agricultura e Pecuária, Indústria, Comércio, Transporte, Mecânica, Desenho e Cartografia e Instituições e Profissões, sendo dadas explicações minuciosas sobre as suas atividades, pelos respectivos encarregados. A secção de Estatística Militar funciona desde outubro de 1942 e se divide em 5 "carteiras" que atualmente realizam os trabalhos de maior urgência.

Após uma visita de quase duas horas às secções citadas, o general Mascarenhas de Moraes dirigiu-se ao gabinete do Diretor do Departamento de Estatística, onde o Sr. Djalma Forjaz de Sampaio fez uma saudação ao ilustre visitante, salientando o alto significado de que se revestia a visita do general Mascarenhas de Moraes ao Departamento, o que revela a importância e o carinho que dispensa aos serviços estatísticos. "No alto posto que o Presidente da República lhe confiou — prosseguiu — terá o sr. general de lançar mão, freqüentemente, dos dados estatísticos, para atender às exigências da Região Militar que dirige. O Presidente da República, com o decreto n.º 4 181, de 1942, criou a secção de Estatística Militar. Logo após, em São Paulo, tivemos o decreto n.º..... 12 966, de 2 de outubro de 1942, instalando-se a secção de Estatística Militar a 15 do mesmo mês. Desde então, esta secção tem dispendido os maiores esforços para atender às solicitações da 2.ª Região Militar. A secção de Estatística Militar não tem podido se descumbrir, como era de se desejar, da sua missão, com a rapidez necessária. Mas, quanto a isso — acrescentou — temos de levar em conta três fatores: 1.º) O grande volume dos dados sobre que as estatísticas incidem; 2.º) o fato de que as estatísticas militares têm em geral, um caráter diferente das comuns, exigindo coletas de dados diretas e

especiais; 3.º) só agora os serviços de Estatística no Estado de São Paulo estão se organizando, de acordo com os planos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística". Aludiu, em seguida o orador às dificuldades do momento quanto ao levantamento das estatísticas, devido à pressa com que estas são exigidas. Mas conta com a remoção desses obstáculos, graças aos auxílios da 2.ª Região Militar, do Supervisor dos Serviços da Estatística Militar, o major Silveira do Prado, que muito tem trabalhado para melhorar esses serviços, e do Interventor Fernando Costa, que já promoveu a criação das agências estatísticas, retificou o Convênio Municipal das Estatísticas e estabeleceu os inquéritos econômicos mensais para a defesa nacional. Acalenta, assim, a esperança de que o Departamento conseguirá, logo, atender a todas as necessidades do serviço de Estatística do Estado de São Paulo, que cresce à medida que o progresso aumenta. E, concluindo, declarou que todos os esforços serão desenvolvidos nesse sentido e que desejava, ao general, o maior êxito na missão elevada de que foi investido.

Após prolongados aplausos, à oração do sr. Djalma Forjaz, o general Mascarenhas de Moraes, tomando a palavra, disse que a Secção de Estatística Militar trabalha muito porque trabalha para o Estado mais rico e mais produtivo do Brasil; que, como velho chefe, reconhece que o fator de progresso reside no fator estatístico em grande parte. "Não se pode comandar hoje — acrescentou — sem a estatística. Nos momentos que aqui passei, vi quanta ordem há nesta casa. Sinto-me recompensado pelo muito que se fez no Departamento em proveito do Exército. Quero expressar os meus cumprimentos e felicitações pelo efeito que me causou o trabalho útil que aqui se realiza, com eficiência e patriotismo. Aceite, sr. diretor, os meus agradecimentos pelo muito que faz em proveito do setor militar e do setor nacional".

Seguiu-se com a palavra o major Silveira do Prado, o qual, após fazer ao general algumas sugestões quanto ao serviço que superintende, declarou que a secção de Estatística Militar é um "prolongamento do Estado Maior". E, ao terminar, concitou os membros do Departamento a expressarem o seu voto de despedida e de felicidade ao general Mascarenhas de Moraes, com uma grande salva de palmas.

Instituto Geográfico e Geológico

AUTORIZADO O CONTRATO DE UM TÉCNICO — Por despacho de 10 do mês próximo passado, o Sr. Presidente da República autorizou fôsse contratado o engenheiro russo Constantino Skavich, para o Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.

Instituto Histórico e Geográfico

CENTENÁRIO DO CONVENCIONAL CARLOS VASCONCELOS DE ALMEIDA PRADO — UMA NOVA EXPEDIÇÃO PARA EXPLORAR A SERRA DO RONCADOR — Realizou-se a 5 de agosto último, a oitava sessão ordinária anual do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Em primeiro lugar falou o Sr. Fausto de Almeida Prado Penteadado, que dissertou sobre a personalidade do convencional republicano Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, em cuja residência se realizou a Convenção de Itú em 1873 e cujo centenário do nascimento ocorre no dia 12 daquele mês.

Estudando a figura do ardoroso republicano situa-o o conferencista no momento histórico em que viveu e atuou com eficiência, fazendo ressaltar a sua coragem cívica. As medidas políticas adotadas em conjunturas semelhantes jus-

tificavam receios bem fundados pois atingiam não só os acusados de conjura, como também seus descendentes. A coragem de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado culminou com a recusa de hospedar em sua residência o Imperador e sua comitiva, que deveriam ir a Itú naquela mesma ocasião. Ao terminar a leitura do seu trabalho, foi o orador muito cumprimentado, tendo o sr. presidente tecido conceitos elogiosos a respeito da peça que acabava de ser ouvida.

Devendo inaugurar-se no dia 12 do corrente a placa comemorativa do centenário de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado o sr. presidente comunicou que como tem acontecido em outras solenidades dessa natureza, o Instituto se fará representar pelos sócios que quiserem comparecer.

Em seguida, o sr. presidente anunciou que se achava no recinto o prof. Alamiro de Avila y Martel, catedrático de História do Direito na Universidade do Chile e sócio correspondente do Instituto. Para acompanhá-lo até à mesa, afim de assinar o livro de presença, nomeou uma comissão composta dos srs. Bueno de Azevedo Filho, Frederico Brotero e Roberto Pompílio. Satisfeita sob uma salva de palmas, a formalidade de posse, o presidente trouxe o elogio do novo sócio, cujos méritos intelectuais constituem cabedal para que se realize com pleno êxito, a sua missão no Brasil, aonde veio para tomar parte no Congresso Jurídico que terá por sede o Rio de Janeiro. O prof. Avila y Martel agradeceu a saudação, fazendo ressaltar o espírito de solidariedade americana que o trouxe ao nosso país.

Expedição ao Roncador — Assumiu a tribuna, a seguir, o 2.º orador inscrito, sr. Roberto Pompílio, para dissertar sobre o tema: "Tapirapés, Chave do Roncador". Depois de referir-se à expedição que está sendo organizada pelo Governo Federal, com o fito de abrir uma estrada entre Leopoldina e Santarém, atravessando o rio das Mortes e cortando o vale Tapajoz-Xingú, referiu-se o conferencista à proposta que apresentou ao sr. ministro João Alberto, Coordenador da Mobilização Econômica, no sentido de chefiar uma outra expedição que, em articulação com a já referida, tenha por objetivo explorar a serra do Roncador e fixar ali os primeiros centros de povoação. A respeito o conferencista leu o memorial que dirigiu, recentemente, ao dr. Manhães Barreto, em que expõe os resultados que espera obter do seu empreendimento. Terminada, sob aplausos gerais, a exposição do sr. Roberto Pompílio, pediu a palavra o sr. Igor Dolgorukij, para propor a inclusão em ata do memorial que acabava de ser lido e que é o seguinte: "São Paulo, 22 de julho de 1943. — Ilmo. sr. dr. Manhães Barreto. — São Paulo. — Prezado senhor: De acordo com a recomendação de v. s., com quem tive o grande prazer de estabelecer ligação em cumprimento das instruções que recebi do sr. ministro João Alberto, venho com a presente oferecer-lhe o memorial que se segue, sobre minha pretendida colaboração nos trabalhos de exploração e colonização de parte do Brasil Central em vias de realização.

O vasto programa traçado pelo exmo. sr. Coordenador da Mobilização Econômica, dentro da palavra de ordem do exmo. sr. Presidente Getúlio Vargas, para exploração e colonização da região compreendida entre o vale do Araguaia, cabeceiras do Xingú e vale do Tapajoz veio com novas forças, reanimar a maior aspiração de minha vida: a exploração da parte central da serra do Roncador e fundação ali de uma feitoria, como ponto de partida de sua colonização. A exploração dessa parte da serra virá desfazer as lendas e desvendar os mistérios que em torno dela se formaram. A fundação de uma feitoria será o primeiro passo para a fixação do homem à terra e exploração das reservas de ma-

térias primas e desenvolvimento agrícola e pecuário da região.

Contribuindo na sua realização não terei passado pela vida como um inútil à nossa Pátria, a que tanto amo e desejo servir.

Há nove anos que animado desse propósito realizei minha primeira viagem pelo Araguaia, a qual teve por objetivo, procurar um ponto por onde pudesse, com a maior probabilidade de êxito, penetrar em direção oeste, rumo à parte central da serra do Roncador. Fixado esse ponto, que foi o rio Tapirapés, cujo curso se orienta de oeste para leste, por ele internei-me em segunda expedição, acompanhado apenas de cinco auxiliares, um operador cinematográfico da Cinédia e dos índios Carajás, utilizando exclusivamente meus modestos recursos. Subi esse rio, até onde dava água para as canoas, e depois, a pé, pelo serrado, rumo noroeste, até a aldeia dos índios Tapirapés, com os quais estive alguns dias, obtendo deles preciosas informações sobre a serra que dali se avista.

Como fôsse meu objetivo estudar o estabelecimento de uma base que servisse de apoio a uma terceira expedição, então devidamente aparelhada, observei cuidadosamente o curso do rio, seus "furos" que encurtam ou aumentam as distâncias, a embocadura de lagos que se confundem com os canais, a formação de terreno, a importância da vegetação, as principais elevações etc. Essa terceira expedição, entretanto, não cheguei a realizar. Faltaram-me os recursos indispensáveis a um empreendimento de tal ordem, que particularmente não me foi ainda possível reunir.

A possibilidade de se viajar por terra desde a margem do Araguaia até a aldeia dos Tapirapés, assim como a estimativa da distância e obstáculos a vencer, também foram objeto de investigações. E' que sendo o Tapirapés pouco profundo, na época do ano mais favorável para se viajar (julho a setembro), uma expedição com equipamento pesado encontraria maior dificuldade em avançar por ele do que por terra. Reunir, assim, certa bagagem de conhecimentos, que anotei cuidadosamente.

Deixando o Tapirapés, depois de por ele subir durante alguns dias, numa distância que, em linha reta, seria de cerca de 35 a 40 quilômetros do Araguaia, ainda se encontra a mesma formação: campos e serrados ralos, que o rio alaga periodicamente. Entretanto à proporção que se avança em profundidade, o aspecto da vegetação vai melhorando e torna-se menos desolador. Começam as primeiras elevações e, por fim, chega-se à aldeia dos índios Tapirapés. Adiante, bem ao longe, a serra imensa, misteriosa e inexplorada, coberta de mata espessa, confundindo-se com as brumas do poente.

Que enormes reservas naturais deve esconder essa região, em torno da qual se criaram tantas lendas, desde as fascinantes Minas dos Martirios até as gigantescas ruínas de uma cidade antiga! Varejar esses matos, pesquisar o subsolo dessas montanhas, provar o cascalho de seus rios, certamente faz parte do grandioso plano traçado pelo esclarecido espírito do sr. Coordenador. Nesse sentido, estou certo, poder ser-lhe útil.

Ofereço-me e assumo toda responsabilidade de guiar uma coluna que partindo de Araguaia, pelo campo, ou subindo o Tapirapés, chegue à aldeia dos índios desse nome, estabelecendo ali uma base para depois atingir e explorar a parte central da serra do Roncador até o Xingú.

Não cabe a esta resumida exposição o direito de tomar o precioso tempo de v. s. com detalhes sobre a composição dessa coluna, equipamento necessário etc., tanto mais que eles estão ligados muito diretamente ao sistema de transportes que venha a ser facilitado pelo sr. Coordenador.

Penso, entretanto, que a penetração desde a margem do Araguaia em direção à aldeia dos índios Tapirapés deverá ser de preferência pelo campo e não pelo rio Tapirapés. Além de encurtar a distância já irá formando estrada.

Partiríamos de "Furo de Pedra", pequeno povoado situado na margem esquerda do braço maior do Araguaia, mais ou menos no mesmo paralelo da aldeia dos Tapirapés que lhe fica a oeste. Em "Furo de Pedra" que está situado quase na ponta norte da ilha do Bananal, estabeleceríamos portanto nossa primeira base. Até ali a viagem seria em canoas, descendo o Araguaia desde Leopoldina.

Até estabelecermos a segunda base, que seria da aldeia Tapirapés onde construiríamos abrigos, campo de pouso e plantaríamos as primeiras roças a coluna não precisaria compôr-se de mais de 25 a 30 homens, além dos demais membros indispensáveis à expedição. Para a etapa que se seguisse — a da exploração da serra — viriam então os técnicos e auxiliares que se fizessem necessários.

Sobre minha expedição ao Tapirapés escrevi ligeiro trabalho para o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, a que tenho a honra de pertencer como sócio efetivo. Lido em sessão de 5 de junho de 1940, foi publicado na Revista daquela instituição, vol. XL, págs. 295-309, do qual tive oportunidade de oferecer ao sr. Coordenador um exemplar, quando por ocasião de sua recente visita a S. Paulo.

Nos arquivos da Cinédia S.A., Rio de Janeiro, existe um filme (cópia B) sobre essa expedição, o qual foi considerado documentário e educativo pelo Departamento de Censura, tendo sido exibido no Rio de Janeiro e em S. Paulo.

Grato pela atenção que v.s. se dignar dispensar à presente e ao inteiro dispor de v.s. para quaisquer outros esclarecimentos ou maiores detalhes, aguardo com o máximo interesse suas prezadas ordens. — De v.s. at. e obrig. (a) Roberto Pompílio".

Tendo deixado de comparecer o terceiro orador inscrito, sr. Ernesto de Sousa Campos, o sr. presidente anunciou que se achavam sobre a mesa várias propostas para novos sócios, as quais, postas em discussão e votação, foram aprovadas, sendo eleitos: sócios correspondentes, os srs. Guilherme Martinez Auler e Hélio Viana; e sócios efetivos, os srs. prof. Joaquim Silva e José Benedito Silveira Peixoto.

Fala, depois, o Sr. Bueno de Azevedo Filho, para pedir que fosse nomeada uma comissão com o fim de levar as congratulações do Instituto ao seu presidente perpétuo, por motivo de haver este saído ileso do acidente de automóvel, há dias ocorrido. Por designação do sr. presidente, ficaram incumbidos dessa missão os srs. Bueno de Azevedo Filho e Frederico Brotero.

A seguir, pediu a palavra o sr. Frederico Brotero, para propor um voto de profundo pesar pelo falecimento do sócio honorário do Instituto e decano dos jornalistas paulistas, José Maria Lisboa Júnior, tendo o sr. presidente falado a respeito da personalidade do extinto. O sr. Igor Dolgorukij propôs que fossem enviados pêsames à família do morto, bem como a notificação da deliberação que acabava de ser tomada.

A seguir, foi encerrada a sessão.

★

SANTA CATARINA

Instituto Histórico e Geográfico

EMPOSSADOS DOIS NOVOS SÓCIOS— Em sessão levada a efeito no dia 12 do mês passado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa

Catarina, foi empossado o novo sócio efetivo, tenente farmacêutico Ildefonso Juvenal, que foi saudado pelo sr. José Nicolau Born.

Na sessão seguinte, realizada no dia 19, tomou posse o Sr. Lotário Paulo Rochfucks, fazendo o discurso de saudação o tenente Ildefonso Juvenal.

★

SERGIPE

Instituto Histórico e Geográfico

ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA — Realizou-se no dia 30 de julho uma sessão da Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, procedendo-se a eleição da Diretoria e das Comissões, permanentes, para o biênio de 1943-1945, que ficaram assim constituídas:

Diretoria: Presidente, professor José Augusto da Rocha Lima, reeleito; 1.º Vice-presidente, desembargador Hernaldo Cardoso, reeleito; 2.º Vice-presidente, dr. Francisco Leite Neto, reeleito; Secretário Geral, dr. Luiz Garcia; 1.º Secretário, major Epifânio da Fonseca Dória, reeleito; 2.º secretário, jornalista Anfilóquio Vale, reeleito; Orador, dr. José Calasans Brandão da Silva; Tesoureiro, major João Nunes de Melo, reeleito.

Comissões Permanentes: Fazenda e Orçamento — Cel. Francisco de Sousa Porto, Onésimo de Araújo Pinto e Irineu Marques de Oliveira, reeleitos.

História — Professor Artur Fortes, drs. Mário de Araújo Cabral e João de Araújo Monteiro, reeleitos.

Geografia — Jornalista José Maria Fontes, eleito, drs. José Rolemberg Leite e Felte Bezerra,

Manuscritos e Autógrafos — Dr. Ernani de Mesquita Prata, jornalista Zózimo Lima e Armando de Magalhães Barreto, reeleitos.

Admissão de Sócios — Dr. Lauro Dantas Hora, major Nicanor Ribeiro Nunes e Antônio Bragança de Azevedo, reeleitos.

Revista — Drs. J. Dantas Martins dos Reis, Gonçalo Rolemberg Leite e Carlos Garcia, reeleitos.

No dia 6 de agosto tomou posse a nova Diretoria, seguindo-se a solenidade da entrega dos prêmios "Dr. Nobre de Lacerda" e "Dr. Rodrigues Dória", o primeiro, instituído pelo clínico em José Pessoa, sr. Newton Lacerda e destinado aos alunos do Colégio Estadual de Sergipe e do grupo escolar João Ribeiro, de Laranjeiras, que melhores notas de aplicação tenham conseguido no corrente ano, e o segundo à aluna da Escola Normal "Rui Barbosa" que tenha obtido melhores notas de aplicação na cadeira de história do Brasil e de Sergipe.

★

TERRITÓRIO DO ACRE

A COMEMORAÇÃO DA REVOLUÇÃO ACREANA — O dia 6 de agosto que marca a máxima data do Território do Acre, foi festejado pelo governo e pelo povo em Rio Branco.

No local onde se travou o primeiro combate da revolução acreana foi coletada certa porção de terra destinada a representar o Acre, nas solenidades da "Semana da Pátria". Houve uma sessão cívica comemorativa da data, falando o

sr. Mário de Oliveira; representando o Instituto Histórico Acreano, que relembrou a atuação dos patriotas brasileiros comandados por Plácido de Castro. Seguiu-se um desfile de que participaram a Juventude Brasileira, a Polícia Militar do Território e veteranos da "Revolução Acreana". Finalizando as solenidades, o governador Silvestre Coelho abraçou dois dos mais velhos soldados sobreviventes de exército de Plácido de Castro.

Instituto Histórico e Geográfico

DEFENDENDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ACREANO — O mês de julho assinalou o ressurgimento das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Acre, cuja sede é na cidade de Rio Branco. Essa organização vem recebendo do governador Silvestre Coelho todo o estímulo e cooperação, dentro do seu programa de defesa do patrimônio histórico da região.

★

Dos municípios

Alegrete — (R. G. do Sul)

REUNIÃO DE PREFEITOS DA ZONA OESTE — Em Alegrete, reuniram-se em agosto último, os Prefeitos dos Municípios do oeste do Estado: Bagé, São Gabriel, Alegrete, Livramento, Rosário, Uruguaiana, São Francisco de Assis, D. Pedro, Quaraí e Itaqui.

O objetivo da reunião dos chefes e funcionários dessas comunas foi elaborar a lei orçamentária dos respectivos municípios, para o exercício de 1944, que será padronizada e adaptada às possibilidades e necessidades de cada um.

★

Anápolis — (Goiás)

URBANIZAÇÃO DA CIDADE — A municipalidade de Anápolis está elaborando um plano de urbanização da cidade, o qual será executado por engenheiros nacionais.

★

Aracaju — (Sergipe)

1.ª MOSTRA FILATÉLICA DE SERGIPE — Em comemoração à data do primeiro centenário de nosso selo postal, os "OLHOS DE BOI", o Núcleo Filatélico de Aracaju, sob os auspícios do Diretor Regional dos Correios e do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, fez realizar, no Instituto Histórico e Geográfico, no dia 1.º do mês de agosto último a 1.ª Mostra Filatélica de Sergipe, tendo o certame despertado grande interesse.

★

Araraquara — (São Paulo)

O 126.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO — No dia 22 de agosto último, o Município de Araraquara comemorou o 126.º aniversário de sua emancipação política. A então freguesia de São Bento de Araraquara foi desmembrada da de Piracicaba por Alvará de El-Rei D. João VI. Segundo o sr. Bento de Abreu Vidal em trabalho publicado no *Album de Araraquara*, de 1915, a palavra Araraquara é originária de Araquara e Aracoara, formada de "Ara" — dia e "coara" — morada — "Morada do dia", baseando suas conclusões nas do jesuíta padre Montoya e no dicionário de John Luccock (Londres, 1820), gramático este último

que fez parte da comitiva de d. João VI. Cita ainda, que o imperador d. Pedro II, muito dado a esses estudos, quando de sua visita à cidade, contestou que o nome significasse "Morada de araras", replicando ao seu interlocutor; — "Não senhor, quer dizer Morada do dia".

Araraquara foi fundada por Fero José Neto, que para ali fôra segundo rezam as crônicas, "fugindo das justças de Itú" e que foi perdoado em reconhecimento ao que fez pela cidade-embrião de 1817.

Entretanto, pouco sobreviveu à sua obra e, por coincidência, o seu corpo foi o primeiro a ser recomendado na Igreja do povoado. Foi morto por um coice de burro.

★

Barretos — (São Paulo)

89.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO — Barretos, o grande centro pecuarista do Brasil Central, festejou no dia 26 de agosto último, o 89.º aniversário de sua fundação.

Os irmãos Barreto, seus primeiros desbravadores, vieram de Minas Gerais e, tomando posse da fazenda "Pitangueiras", que deu origem a outra parte denominada "Fortaleza", aí se estabeleceram em 1845.

Francisco José Barreto faleceu em 1848 e sua mulher Ana Rosa em 1852. Deixaram oito filhos, que, com o auxílio de Simão Antônio Marquês, proprietário da fazenda limítrofe "Monte Alegre", construíram em 1856, nas imediações do terreno hoje ocupado pelo Grémio Literário e Recreativo, sob a invocação do Divino Espírito Santo, a primeira capela, coberta de sapé, do então nascente "arraial dos Barretos".

A paróquia do Divino Espírito Santo de Barretos foi criada, segundo consta, ao mesmo tempo que o distrito de paz, por lei n.º 42, da Assembléia Provincial, de 16 de abril de 1874; confirmada e ereta canonicamente por provisão de d. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo, em 2 de julho de 1877, 21 anos após a construção da primeira capela.

Em 10 de março de 1885, pela lei n.º 22, foi criado o município de Barretos, cujo perímetro então abrangia grande extensão de terras, compreendendo os atuais municípios de Barretos, Olímpia, Colina, Cajobi e parte do de Monte Azul, uma área de aproximadamente 14 000 quilômetros quadrados.

O município conta atualmente com cerca de 2 350 quilômetros quadrados, sendo considerada uma das nossas regiões mais ricas em pastagens.

Barretos é sede de comarca de 3.ª entrância, criada pelo decreto n.º 98, de 26 de novembro de 1890 e instalada em 7 de janeiro de 1891. A

população do município orça por 35 000 habitantes, dos quais cerca de 18 000 na cidade.

A principal riqueza do município é a pecuária, que dá a Barretos a primazia do maior centro de gado da América do Sul.

O atual prefeito da cidade é o sr. Fábio Junqueira Franco.

★

Baurú — (São Paulo)

MAIS UM ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA CIDADE — A cidade de Baurú comemorou a 1.º de agosto último, mais um aniversário da criação do seu Município, o que teve lugar em 1896.

Baurú era distrito do Município de Espírito Santo de Fortaleza, hoje desaparecido e cuja antiga sede é, agora, apenas, a estação de Prata, da Estrada de Ferro Paulista, entre Pederneiras e Agudos. Após ser elevado à categoria de distrito de paz, Baurú lutou pela sua independência política, porém, não se contentou com o desmembramento. Segundo os bauruenses, relatam os contemporâneos, numa aventura, foram à sede do Município de Espírito Santo da Fortaleza, assaltaram a Câmara Municipal, apoderaram-se dos arquivos que transportaram para Baurú transferindo, assim, pela força, a sede do poder municipal, o que depois foi homologado por ato legal, a 1.º de agosto de 1896.

★

Belo Horizonte — (Minas Gerais)

O MAIS ALTO EDIFÍCIO DA AMÉRICA DO SUL — Foi iniciada a 12 de agosto último, na parte mais central da avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, a construção do Edifício Acala, que segundo informação ali veiculada, será o maior da América do Sul. Terá 32 andares e abrigos anti-aéreos.

★

Bom Jesus — (R. G. do Sul)

POSSE DO NOVO PREFEITO — Tomou posse no dia 11 de agosto último, o novo prefeito do Município de Bom Jesus, o engenheiro-agrônomo Leônidas Coelho de Sousa. O ato foi assistido por grande número de pessoas tendo falado o sr. Porcino Borges Pinto e o novo chefe da edilidade.

★

Burití dos Lopes — (Piauí)

INAUGURAÇÃO DA USINA ELÉTRICA E DA SEDE DA PREFEITURA — No dia 11 de julho último, foi inaugurado o novo edifício da Prefeitura de Burití dos Lopes, tendo falado o sr. Odon Cavalcanti. Seguiu-se a inauguração da usina elétrica da localidade, sendo ambas presididas pelo Sr. Pires Galoso, presidente do Conselho Administrativo do Estado. Na cerimônia da inauguração da usina elétrica, serviu de madrinha a sra. Clara Galoso, tendo falado vários oradores, inclusive o padre Aureo Oliveira, que benzeu a usina, a sra. Edinéia Ferraz, em nome da mulher piauiense, e o coronel João Vieira Pinto. Teve lugar depois a exposição dos retratos do sr. Leônidas Melo, cel. Epaminondas Castelo Branco e prefeito Dácio Almeida, tendo falado o Sr. Odon Cavalcanti. Por último, falou o sr. Pires Galoso.

★

Cabo Frio — (Rio de Janeiro)

QUASE CONCLUÍDO O PLANO DE URBANIZAÇÃO — O plano de urbanização de Cabo Frio, obra de grande vulto deverá ser concluído dentro em breve. A própria população, construindo casas novas e modernas está colaborando ativamente com as autoridades para que Cabo Frio se torne uma cidade de turismo.

★

Campo Grande — (Mato Grosso)

O 44.º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO — O Município de Campo Grande, Mato Grosso, festejou no dia 26 de agosto último o 44.º aniversário da sua criação. A data foi comemorada com várias cerimônias, tendo a estação emissora PRI-7 irradiado um programa especial, a cargo de vários intelectuais e artistas.

O Rotary Clube local realizou uma reunião tendo falado o Sr. Vespasiano Martins.

CENTENÁRIO DO "OLHO DE BOI" — Por iniciativa do Núcleo Filatélico de Campo Grande, Mato Grosso, foi comemorado o centenário da criação do selo postal no Brasil com a realização da "II Exposição Filatélica e Numismática". O certame que despertou grande interesse e revestiu-se de completo êxito, foi inaugurado no dia 1.º de agosto último.

★

Campo Largo — (Paraná)

DOAÇÃO AO INSTITUTO DO PINHO PARA INSTALAÇÃO DE UM PARQUE FLORESTAL — Em sua sessão de 20 de agosto último, a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais tomou conhecimento do projeto de decreto-lei da Interventoria Federal no Estado do Paraná, dispondo sobre doação, ao Instituto Nacional do Pinho, de 490 hectares de terras, situadas no Município de Campo Largo, para instalação de um parque florestal (proc. 946-43). A Comissão opinou pela aprovação, unanimemente, devendo, entretanto, sofrer as seguintes alterações: a) limitar-se autorizar a liberalidade; e b) suprimir a emenda proposta pelo Conselho Administrativo, afim de ser incluído o prazo de 5 anos para cumprimento da obrigação do Instituto de fazer o plantio.

★

Campos — (Rio de Janeiro)

PLANO DE MELHORAMENTOS — A Prefeitura de Campos vai contrair vultuoso empréstimo para custear as despesas com o plano de melhoramentos da cidade. O empréstimo terá a seguinte aplicação:

Planta Cadastral, 1 000 000,00; Avenida Getúlio Vargas, 3 000 000,00. Obras do Bairro da Lapa, 4 000 000,00; Avenida Sete de Setembro, 1 500 000,00; pavimentação das ruas, 5 000 000,00 galerias de águas pluviais, 2 000 000,00; saneamento de Cardoso Moreira, 2 000 000,00; rede rodoviária, 1 500 000,00; desapropriações, 1 000 000,00, e reforma da ponte municipal, 500 000,00.

★

Canavieiras — (Baía)

INSTALAÇÃO DE TRANSMISSOR RÁDIO-FAROL — Atendendo ao que solicitou a Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada

e tendo em vista o parecer da Comissão Técnica de rádio, n.º 145, de 5 de julho último, o sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, pela Portaria n.º 704, concedeu permissão à requerente para instalar um transmissor rádio-farol, com a potência de 100 watts, em sua estação radio-telegráfica de Canaveiras, Estado da Baía, sendo aprovadas as plantas, especificações técnicas e orçamento da referida instalação.

★

Caxias — (Maranhão)

CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DO SERVIÇO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA — O governo do Estado abriu em agosto último, o crédito especial de dois milhões de cruzeiros para o financiamento do serviço de captação de água mineral em Veneza, no município de Caxias, no Maranhão.

★

Corumbá — (Mato Grosso)

"MANUAL DE GOIAZ" — O sr. prefeito de Corumbá, pela Portaria n.º 12, de 6 de julho último, atendendo à solicitação constante da circular n.º 91, de 29 de março deste ano, do Diretor do Departamento das Municipalidades, designou o secretário-contador da Prefeitura, sr. Benedito Odilon Rocha para organizar os dados necessários à publicação "Manual de Goiaz", a ser editado por aquele Departamento. Pelo mesmo ato, foi designada uma comissão para apresentar parecer sobre o trabalho a cargo do aludido secretário-contador.

★

Curitiba — (Paraná)

SUBVENÇÃO À FACULDADE DE ENGENHARIA — O Presidente da República, por despacho datado de 10 de agosto último, aprovou com emendas, o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Curitiba, Estado do Paraná, concedendo subvenção à Faculdade de Engenharia e outros.

★

Diamantina — (Minas Gerais)

DESAPROPRIADA A CASA QUE PERTENCEU AO INCONFIDENTE PADRE JOSE' DA SILVA E OLIVEIRA ROLIM — O Sr. Presidente da República assinou no dia 13 de agosto último, o decreto-lei n.º 5 746, publicado no *Diário Oficial* de 16 do referido mês, declarando de utilidade pública a desapropriação do imóvel situado à rua Tiradentes, na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, constituído pela casa e terreno que pertenceram ao inconfidente Padre José da Silva e Oliveira Rolim, atualmente de propriedade do sr. Carlos Diniz Pinto.

Ao Ministério da Educação e Saúde foi aberto o crédito especial de Cr\$ 55 000,00 para atender a despesa com a desapropriação, ficando sem aplicação a importância correspondente da Verba 5 — Obras, Desapropriação e Aquisição de imóveis, Consignação 1 — Obras, Sub-consignação 02 — Conclusão de obras, etc., inciso 01 — Prosseguimento, etc., item 64 — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, alínea "a" — Obras de reparação, conservação e restauração de monumentos e bens de valor.

★

Entre-Rios — (Rio de Janeiro)

LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO MUNICIPAL — O prefeito do município de Entre-Rios, por solicitação do Departamento Estadual de Estatística, organizou uma comissão de proprietários agro-pecuários para colaborar no levantamento da estimativa da produção municipal. A comissão reunir-se-á de três em três meses e já iniciou os estudos para obtenção dos elementos necessários ao levantamento da estatística da produção do município.

★

Farroupilha — (R. G. do Sul)

REUNIÃO DE PREFEITOS — Para a elaboração da proposta orçamentária de 1944, estiveram reunidos em Farroupilha, em agosto último, os Prefeitos dos Municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Cai, Caxias, Farroupilha, Garibaldi, Lagoa Vermelha e Vacaria.

★

Guajaramirim — (Mato Grosso)

ESTAÇÃO RÁDIO-TELEGRÁFICA — O Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, pela Portaria n.º 699, de 22 de julho último, atendendo ao que requereu a empresa "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada", e tendo em vista o parecer número 144, da Comissão Técnica de Rádio, resolveu conceder permissão à requerente, desde que a mesma esteja autorizada a trafegar, para instalar uma estação rádio-telegráfica em Guajaramirim, Estado do Mato Grosso, destinada ao serviço de segurança e orientação de voo de suas aeronaves, na linha entre Cuiabá e Porto Velho, e que se estenderá até Cruzeiro do Sul. Essa estação constará de dois transmissores, sendo um com a potência de 100 watts, ondas longas, para rádio-farol, e outro de 35 watts, ondas curtas, para as comunicações.

★

Guaratinguetá — (São Paulo)

FUNDADA UMA SOCIEDADE PARA PROMOVER MELHORAMENTOS LOCAIS — Foi fundada em Guaratinguetá uma sociedade que tem por objetivo promover melhoramentos na cidade. A nova sociedade iniciou-se com o capital de Cr\$ 1 200 000,00, tendo sido abertas várias listas para subscrição de ações, no valor de Cr\$ 100,00 cada uma. Em três dias apenas levantou-se o capital de um milhão de cruzeiros já tendo sido integralmente subscrito o capital total.

A nova entidade, que se denomina S.A. Melhoramentos de Guaratinguetá, tem a sua diretoria provisória assim constituída: presidente de honra, Joaquim Vilela de Oliveira Marcondes; presidente André Boca Filho; vice-presidente, José Benedito de Paula Santos; 1.º tesoureiro, Laudelino Freitas Castro; 2.º tesoureiro Osmar Alves da Silva; 1.º secretário, Germano Figueiredo; 2.º secretário, José da Cunha Pereira, Conselho consultivo: Benedito Sales, João Molica Sobrinho e Otaviano Alves da Silva. Conselho fiscal: Augusto Arantes Filho, dr. Cesar Cortez Sigaud e dr. Antônio Augusto Monteiro.

Comissão de estatutos: José Antunes dos Santos, dr. Aníbal Noronha de Melo, Oscar Mesquita, Cornélio Neves, dr. Paulo de Castro Viana e Francisco de Castro e Silva.



Itararé — (São Paulo)

O CINQUENTENÁRIO DO MUNICÍPIO — Itararé, com grandes festas, assinalou a passagem do 50.º aniversário da criação do Município, ocorrido no dia 29 de agosto de 1893. De acordo com o registro de sua crônica histórica, Itararé desde a época da instalação da sua primeira Câmara Municipal, que era composta naquele tempo por seis vereadores, por se tratar de uma simples vila e cujo mandato legislativo era de três anos, foi administrada de 1893 até esta data por 27 prefeitos municipais.



Itú — (São Paulo)

CENTENÁRIO DE CARLOS VASCONCELOS DE ALMEIDA PRADO — Encerrando as comemorações promovidas sob o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, na manhã do dia 12 de agosto último, data do centenário natalício do convencional republicano Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, chegaram a Itú vários membros da família Almeida Prado e representantes do Instituto Histórico e Geográfico, a fim de inaugurarem a placa comemorativa no frontispício do prédio onde se realizou, no ano de 1873, a histórica Convenção Republicana.

A's 14 horas, presente ao ato o sr. Mário Costa de Oliveira, prefeito municipal de Itú, procedeu-se ao descobrimento da lapide comemorativa, sob palmas da assistência, quando então o representante do município, em improviso, enalteceu o significado daquela cerimônia, lembrando o valor do cometimento dos convencionais de Itú, a atitude varonil de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, ao receber em sua casa os republicanos conjurados e a expressão cívica de tal ato de patriotismo, cuja beleza consistia no próprio desprendimento daqueles varões.

Ao finalizar a sua oração, foi o sr. Mário Costa de Oliveira saudado com prolongada salva de palmas.

Achavam-se presentes à solenidade, representando o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, os srs. Afonso D'Escagnole Taunai e Fausto de Almeida Prado Penteado, e da família do ilustre convencional, a sra. D. Júlia de Almeida Prado Penteado, viúva do Sr. Alberto Penteado, e Otaviano de Almeida Prado, filhos de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado; D. Lúcia de Almeida Prado, D. Cecília de Almeida Prado Amaral, Cícero de Almeida Prado, Fausto de Almeida Prado Penteado, Edgar de Almeida Prado Sobrinho, netos do ilustre convencional; Vera Maria Aparecida Berlinck Penteado e Edgar Alberto Penteado, bisnetos; D. Iolanda Almeida Prado Lara Azevedo, D. Madalena Almeida Prado Marinho de Azevedo; d. Licinia Almeida Prado Valente, D. Elisabete Almeida Prado Valente, Joaquim Almeida Prado de Toledo, Oscar Almeida Prado de Toledo, D. Maria Antônia Sampaio, Benedito de Almeida Prado, Luiz Almeida Prado, Veneslau Galvão, professor Antônio Berreta, diretor do Colégio Estadual de Itú, além de outras pessoas gradas.

O regresso da comitiva a São Paulo verificou-se na tarde daquele mesmo dia.



Lavras — (Minas Gerais)

15.ª EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA — Em julho último, foi inaugurada em Lavras, Minas Gerais, a 15.ª Exposição Agro-Pecuária, obtendo o certame, êxito. Mais de 200 animais foram expostos, inclusive gado leiteiro cuja criação vem sendo incrementada, de acordo com a topografia e clima daquela zona que muito se presta para este fim. Pelos criadores locais foi fundado Clube dos Criadores do Cavalo Mangalarga, o qual congregará também os criadores dos Municípios vizinhos.



Maragogi — (Alagoas)

INAUGURADOS O NOVO EDIFÍCIO DA PREFEITURA E A PRAÇA BATISTA ACIOLI — Com a presença do sr. Interventor federal em Alagoas, major Ismar de Góis Monteiro, realizou-se no dia 31 de julho último, na cidade de Maragogi, a inauguração do novo prédio da Prefeitura e a praça Batista Acioli. Ao ser inaugurado o retrato do chefe do governo estadual no novo edifício da Prefeitura, falou o Prefeito, sr. Audemaro Alves. A noite foi oferecido um banquete ao Interventor Góis Monteiro, falando o sr. Mendonça Braga. Em nome do homenagem, agradeceu o sr. Lauro Montenegro, chefe da Seção de Fomento Agrícola no Estado. Por último, falou o Interventor federal, levantando o brinde de honra ao Sr. Presidente da República.



Maricá — (Rio de Janeiro)

CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS — O *Diário Oficial* do Estado do Rio — seção Diário das Municipalidades — do dia 5 de julho último, publicou, na íntegra, o contrato lavrado entre a Prefeitura Municipal de Maricá e afirma "Bicalho Goular Limitada", relativo à execução das obras e construção da rede de esgotos sanitários da cidade de Maricá sede do 1.º distrito do mesmo Município e que fora assinado no dia 29 do mês anterior.

O preço global das obras contratadas é de Cr\$ 3 486 405,70, o qual será retificado para mais ou para menos, caso se verifiquem diferenças entre esse total e o valor real acusado pelas medições periciais, calculadas de acordo com a tabela de preços unitários. O pagamento do montante das obras será efetuado em quinze anos, vencendo juros de 7,75% ao ano sobre as quantias efetivamente devidas, em trinta prestações semestrais, assim distribuídas: — a 1.ª, 2.ª e 3.ª iguais, respectivamente a Cr\$ 134 976,50, Cr\$ 175 506,00, Cr\$ 216 035,50; e as vinte e sete restantes iguais a Cr\$ 189 467,70 cada uma.



Mossoró — (R. G. do Norte)

ASSOCIAÇÃO MOSSOROENSE DE PENSAMENTO E CULTURA — No dia 1.º de agosto próximo passado foi fundada, em Mossoró, a Associação Mossoroense de Pensamento e Cultura com a finalidade de congregar os intelectuais e estudiosos da cidade. Foram seus fundadores os srs. Carlos Borges de Medeiros, Cosme Lemos Everton Dantas Cortez, José Augusto Rodrigues, Licurgo Ferreira Nunes, Mário Negócio de Almeida e Raimundo Nonato da Silva.

Para, interinamente, dirigir a agremiação foi escolhido, adotando-se o critério da maior idade, o sr. Cosme Lemos, que convidou os srs. José Augusto Rodrigues e Carlos Borges de Medeiros, respectivamente, para diretores de secretaria e de finanças.

Foram organizadas várias comissões entre as quais uma para elaborar os Estatutos da Associação, ficando, igualmente, deliberado que a mesma Associação compor-se-á de vinte membros sendo sete fundadores, seis de livre escolha dos fundadores, e sete outros que serão eleitos quando instalada e em funcionamento a agremiação, exigindo-se, entre outros requisitos, para fazer parte da entidade que tenha o candidato residência e domicílio na cidade.

A instalação da sociedade foi feita solenemente no dia 11 de agosto último, data comemorativa da inauguração dos Cursos Jurídicos do País, e dia consagrado ao Estudante Brasileiro.

★

Natal — (R. G. do Norte)

INAUGURADOS OS SERVIÇOS TELEFÔNICOS DA RÁDIO INTERNACIONAL DO BRASIL — No dia 20 de agosto último, foram considerados inaugurados, em Natal, os serviços telefônicos da Rádio Internacional do Brasil, cuja agência na capital do Rio Grande do Norte vinha funcionando em caráter experimental desde algum tempo.

Antes da aprovação para o seu funcionamento, a agência da Rádio Internacional do Brasil foi submetida a vários e constantes testes, pelos quais confirmaram-se as suas ótimas condições de funcionamento. Os últimos testes foram realizados com a agência de Nova York, constando-se uma ligação telefônica perfeita para aquela cidade norte-americana.

★

Ouro Preto — (Minas Gerais)

A CONCLUSÃO DO PARQUE METALÚRGICO ANEXO À ESCOLA NACIONAL DE MINAS E METALÚRGIA — Por despacho do Sr. Presidente da República, publicado no *Diário Oficial* de 9 de agosto último, na exposição de motivos n.º 2 345 do DASP, foi aprovada a solicitação do Ministério da Educação e Saúde no sentido de ser autorizada a conclusão das obras e instalações do Parque Metalúrgico anexo à Escola Nacional de Minas e Metalúrgia, em Ouro Preto, até o limite orçamentário de Cr. 2 249 688,00.

★

Pederneiras — (São Paulo)

INAUGURAÇÃO DE MELHORAMENTOS — Em Pederneiras, foram inaugurados, no dia 10 de julho último, vários melhoramentos, tendo sido observado o programa preestabelecido, do qual fez parte: às 15, inauguração do Serviço de Reforço do Abastecimento de Água, no novo prédio das Bombas, situado à rua 15 de novembro; às 15,30, inauguração das novas instalações da Santa Casa e colocação dos retratos dos beneméritos srs. Antônio Florêncio Pereira e Atilia De Conti; às 16, inauguração do repuxo

luminoso do Jardim Público; às 16,30, instalação do Posto de Tracoma, à rua Rodrigues Alves, às 18,30, banquete oferecido pela prefeitura municipal no salão nobre da municipalidade, com a presença de autoridades locais e convidados especiais; às 19,30, exibição de filmes ao ar livre, oferecida pela municipalidade em colaboração com o Coordenador dos Negócios Inter-Americanos.

★

Pelotas — (R. G. do Sul)

REUNIÃO DOS PREFEITOS DA ZONA SUL — Em Pelotas teve lugar, em agosto último, a reunião dos Prefeitos da zona sul: Pelotas, Arroio Grande, Cangussu, Herval, Jaguarão, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória, São José do Norte e São Lourenço. A reunião foi presidida pelo diretor das Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul.

★

Pesqueira — (Pernambuco)

INAUGURADOS VÁRIOS MELHORAMENTOS PÚBLICOS — No dia 16 de agosto último, foram inaugurados em Pesqueira vários melhoramentos públicos, tendo seguido de Recife uma caravana de autoridades estaduais. A comitiva visitou as obras de açudagem, que se vêm processando em Pesqueira, inclusive os açudes "Afetos", ora em construção pela Prefeitura e destinado ao abastecimento d'água local, e "Carlos de Brito" destinado ao abastecimento das indústrias "Peixe".

Na sede da Cooperativa Agro-Pecuária foi inaugurada a Exposição das Realizações do Estado Novo.

★

Piassabussú — (Alagoas)

INAUGURAÇÃO DA NOVA REDE DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA — Em agosto último, pelo sr. Interventor major Ismar de Góis Monteiro foi inaugurada a nova rede de iluminação elétrica de Piassabussú, Alagoas. Ao chefe do governo estadual foi oferecido um banquete, no qual foi orador o professor Joaquim Aristóteles.

★

Piraquara — (Paraná)

REJEITADA A MUDANÇA DO NOME DA COLÔNIA NOVA TIROL — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, em sessão do dia 30 de julho último, tomando conhecimento do projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, dispondo sobre a mudança de denominação da Colônia Nova Tirol para "Colônia Santa Maria" (proc. 442-43), opinou pela rejeição do projeto, à vista do parecer do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, unanimemente.

★

Recife — (Pernambuco)

COMISSÃO DO PLANO DA CIDADE — Sob a presidência do prefeito Novais Filho, reuniu-se, no dia 15 de julho último, a Comissão do Plano da Cidade do Recife.

Iniciando os trabalhos, o prefeito Novais Filho anunciou que era do seu desejo tecer algumas considerações sobre a demolição do velho sobrado da esquina da rua da Aurora, interessado no plano de remodelação do bairro de Santo Antônio, antes de se passar à ordem do dia, que constaria da apreciação prática do trabalho do urbanista Ulhôa Cintra.

Historiando o caso, o prefeito Novais Filho esclareceu ter recebido do diretor do Museu do Estado, Sr. José Maria de Albuquerque, uma sugestão contrária à referida demolição. Tomando-a na devida consideração fizera a submeter à Diretoria de Obras da Prefeitura, cujo parecer, todavia resultara favorável ao primitivo projeto. Adeantou que assim procedera em plena consciência de que devia ouvir a opinião de técnicos municipais, familiarizados com os problemas urbanos do Recife. Dessarte trazia ao conhecimento da Comissão do Plano da Cidade o assunto em causa, afim de que os seus membros opinassem sobre um caso de tão imediato interesse para a continuação das obras da ponte Duarte Coelho.

Pediu a palavra o jornalista José Campelo para ler um artigo de sua autoria sobre tradições arquitetônicas-urbanísticas e sobre certo gênero de construções modernas, que chama de *pilotismo* tão do gosto de alguns arquitetos e urbanistas apressados. O sr. Camilo de Menezes solicitou em seguida à mesa um esclarecimento mais detalhado sobre a sugestão contrária à demolição do sobrado velho da rua da Aurora, uma vez que, por motivos de outros afazeres, não se pudera inteirar ainda das origens da questão. Por indicação do presidente o engenheiro Tolentino de Carvalho passou a expor, à vista dos desenhos especialmente elaborados para o estudo do caso, as razões da inconveniência de poupar o aludido prédio. Declarando-se satisfeito com a explicação, o sr. Camilo de Menezes retomou a palavra, classificando de mau vazo o empenho de se sacrificar o interesse técnico de uma obra de relêvo à poupança de edifícios de escassa ou nenhuma significação histórica, destituídos de valor característico. Para aduzir ainda alguns informes sobre o sobrado em questão discorre novamente o prefeito Novais Filho, acrescentando que é seu pensamento mandar aproveitar os materiais resultantes da demolição para oferecê-los ao Círculo Católico de Pernambuco. Pede, em seguida, à mesa, que se pronuncie a respeito, tendo a Comissão aprovado unanimemente a idéia do presidente.

Passando à ordem do dia, é solicitada a atenção dos presentes para as sugestões e traçados, deixados pelo urbanista Ulhôa Cintra, relativos à elaboração dum projeto para o futuro plano de remodelação da cidade do Recife, tendo a mesa apoiado, também unanimemente, os trabalhos do técnico paulista. Com a palavra o dr. Costa Carvalho referiu-se ao apoio que as decisões da Comissão do Plano da Cidade sempre puderam encontrar por parte do prefeito Novais Filho e convidou, em vista disso, os presentes a prestarem-lhe uma homenagem.



Rio Branco — (Minas Gerais)

INAUGURADA A SEDE DO AÉREO CLUBE — No dia 25 de julho último, foi oficialmente inaugurada a sede social do Aéreo Clube de Rio

Branco, tendo sido apostos no salão de honra os retratos do sr. Presidente Getúlio Vargas, do Governador Benedito Valadares e de Santos Dumont. Falou o Prefeito Sr. Jorge Carone.



Salvador — (Baía)

"EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO SALVADOR" — Conforme já tivemos oportunidade de noticiar em número anterior, o sr. Elísio Lisboa, Prefeito da cidade do Salvador, capital da Baía, como uma das principais contribuições da Prefeitura à comemoração do IV Centenário da fundação da cidade, resolveu promover a elaboração de monografias, que formarão a obra intitulada "Evolução Histórica da Cidade do Salvador", as quais ficarão a cargo de vários escritores baianos. No dia 16 de agosto último, teve lugar a cerimônia da assinatura dos contratos dos referidos intelectuais para a confecção das monografias.

A obra está dividida no seguinte esquema e confiada, respectivamente aos seguintes historiadores baianos:

— "Fundação, Construção, Desenvolvimento e Transformações da Cidade do Salvador", confiada ao sr. Godofredo Filho.

— "História do Povoamento da Cidade do Salvador" ao sr. Tales de Azevedo.

— "Evolução Étnica da Cidade do Salvador" ao sr. Artur Ramos.

— "História Administrativa e Política da Cidade do Salvador" — ao Sr. Afonso Ruy.

— "Aspecto da História Militar da Cidade do Salvador" — ao sr. Luiz Viana Filho.

— "História Econômica da Cidade do Salvador" — ao sr. Frederico Edelweiss.

— "História Social da Cidade do Salvador" — ao sr. Wanderlei Pinho.

— "História Científica e Literária da Cidade do Salvador" — ao sr. Pedro Calmon.

— "História das Artes na Cidade do Salvador" — ao sr. Carlos Chiacchio.

Cada Historiador, deverá entregar os originais até dezembro de 1946.



Santa Maria — (R. G. do Sul)

REUNIÃO DE PREFEITOS — Também em agosto último, reuniram-se em Santa Maria, vários Prefeitos do interior para a elaboração das propostas orçamentárias para o ano de 1944. Também tomaram parte nos trabalhos os condadores das prefeituras de São Pedro, Tupanciretá, Candelária, Cachoeira, Encruzilhada, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Rio Pardo, Santa Cruz, Santiago, São Sepé.



Santarém — (Pará)

INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO — O número referente a agosto de 1943, do "Boletim da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará, Limitada", divulga as interessantes informações que publicamos a seguir sobre o município de Santarém:

A Santarém, que é, sem favor, uma das principais cidades do Brasil, está aberta a porta principal para mais impor-se como verdadeira metrópole da Amazônia — O Saneamento do Vale Amazônico.

Com essa obra gigantesca de incalculável benefício aos filhos deste vale com que nos presenteou o grande Presidente Getúlio Vargas, obra cujos efeitos benéficos não só se farão sentir aos habitantes desta Amazônia lendária, mas sim também a todos os brasileiros de norte a sul, ficou resolvido o maior problema desta região — A saúde do homem amazônico!

O município de Santarém tem suas fontes de renda apoiadas na agricultura e na pecuária. Todavia, com a atual situação internacional, desenvolveu-se de maneira significativa a extração dos produtos de origem vegetal e animal, os quais figuram com acentuado vulto na exportação.

A incomparável situação geográfica de Santarém, o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, o tornam, de modo incontestado, o primeiro município do interior paraense e a sede — cidade de Santarém — é considerada a quarta cidade da ubertosa região amazônica. E o futuro, alicerçado nos trabalhos de soerguimento da Amazônia, levados a efeito pelo governo da República, hão de torná-lo, sem dúvida, uma das maiores e mais expressivas comunas do país.

Entre as coisas características da região, temos em Santarém as cúpias pintadas, as bolas de seringa, os cheiros-cheirosos, (raízes, pós, fôlhas, líquidos aromáticos), as pedras e conchas pintadas e os doces de tamarino e cacáu, produtos típicos e que aos visitantes da Amazônia despertam sempre interesse e acentuada curiosidade. As cúpias pintadas de Santarém, alcançaram fama, em várias partes do mundo, pela sua originalidade, beleza e pela lembrança evocativa da portentosa Amazônia.

Panoramas maravilhosos, de inigualável beleza natural desdortinam-se: no Lago Verde de Alter do Chão, o Lago das Muiraquitãs no oceano que é o rio Tapajós em Samaúma e Aramaná; no sem fim das campinas de verão no Lago Grande, Curuá, antigo lago da França, nas cachoeiras do Aruans no rio Arapinus; no planalto ao sul da cidade e a característica genuína da Amazônia — a pesca do pirarucú e a matança do jacaré, no Lago Grande de Curuá e o rio Ituqui, anualmente em outubro e novembro.

Histórico

Datam de 1626 as primeiras explorações no rio Amazonas feitas por Pedro Teixeira em companhia de Frei Cristóvão de São José, 26 soldados de linha e grande número de índios mansos. Em 1661 aportou no local onde se ergue a cidade de Santarém o padre alemão João Felipe Betendorf e um irmão conhecedor da língua nativa Sebastião Teixeira, que fundou com os índios da foz do rio — os Tapuiussús — a Aldeia do Tapajós. Quando o capitão general Francisco de Mendonça Furtado, governador da Capitania do Grão Pará, viajou para a capitania do Rio Negro, deu aos 14 de março de 1758 o predicamento de Vila à Aldeia dos Tapajós com o nome de Vila de Nossa Senhora de Santarém, em homenagem ao lugar de seu nascimento na Velha Lusitânia. Noventa anos depois, o governo provincial elevou Santarém à categoria de cidade pela lei n.º 145 de 24 de outubro de 1848.

Transporte e comunicação

Sendo Santarém situada no centro da maior bacia hidrográfica do Globo é servida pelo rio Amazonas e seus afluentes, por onde se faz o

seu maior movimento, com linhas de navegação do Loide Brasileiro, da Snapp e navios e lanchas particulares. Tanto o Loide como a Snapp mantêm agências na cidade. Com o estado atual de coisas, as linhas de navegação de companhias inglesas e alemãs estão suspensas.

E' servida duas vezes por semana com as linhas aéreas regulares da Panair do Brasil, nas linhas de Porto Velho e Tabatinga, mantendo a companhia uma agência e estação telegráfica.

O planalto ao sul da cidade, onde se acham as colônias agrícolas, é recortado por uma rede de estradas carroçáveis e rodagens numa extensão de 170 quilômetros.

O município é servido por uma agência postal telegráfica do governo federal e pelo cabo sub-fluvial da The Amazon Telegraph. A Panair do Brasil mantém uma estação radiotelegráfica para seu serviço, assim como a Cia. Ford em Belterra.

A Prelatura Apostólica instalou uma rede telefônica para uso privativo com 4 aparelhos.

Situação Cultural

Instrução pública — Conta o município com 67 estabelecimentos de ensino em funcionamento:

Orfanato Santa Clara — Mantido pela Congregação religiosa Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, abriga mais de 100 orfãs que recebem instrução primária. Mantém a Congregação um pensionato e o curso normal, que é equiparado ao instituto oficial do Estado. Recebe subvenções dos governos federal, estadual e municipal.

Orfanato São José — A mesma Congregação mantém este estabelecimento, situado a 24 quilômetros da cidade, na colônia agrícola S. José. Além da instrução primária, são ministradas pequenas noções de agricultura.

Cultura — A Prefeitura Municipal mantém uma biblioteca popular com cerca de 2 000 volumes. A Prelatura, a Biblioteca Paroquial e o Centro Recreativo, a Biblioteca José Veríssimo para uso de seus associados.

Imprensa — Circulam dois jornais — O MOMENTO, semanário defensor dos interesses do município, com uma tiragem de 500 exemplares. O MARIANO — mensário católico, com uma tiragem de 500 exemplares.

Situação Social

Assistência médico-sanitária — Na cidade, o hospital São José, mantido pela Congregação religiosa das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição é subvencionado pelos governos federal e municipal. Esplêndido local e confortável prédio. Em Belterra, concessão da Cia. Ford I. do Brasil — o hospital Ford, com todos os requisitos e aparelhamentos modernos.

Na cidade existe o Posto Médico do governo do Estado, com um médico e dois guardas sanitários.

Associações Benéficas — A Sociedade Artística e Benéfica com sede própria e 292 associados, mantendo ainda uma escola e distribuindo benefícios de ordem econômico-social.

Existem 6 sindicatos de classes.

Religião — Existem no município 31 templos católicos e 3 protestantes, sendo na cidade 3 católicos e 2 protestantes. Santarém é sede da Prelazia de Santarém, que abrange partes dos Estados do Pará, Amazonas e Mato-Grosso.

Diversões — Existem na cidade: um cinema com aparelho sonoro e falado, com 5 funções semanais; o Teatro Municipal Vitória; o Salão Concórdia, da Prelatura, e o Palco São Francisco e as seguintes associações recreativas: Cen-

tro Recreativo — cultural, recreativo e dansante — dispoñe de ótimo salão para bailes, palco, jogos e biblioteca. Constróe presentemente sua sede social própria. Vasco da Gama e Independência — Clubes dansantes. Em Belterra (Cia. Ford) o Belterra Recreativo — associação recreativa e dansante.

Outras Informações

Companhia Ford Industrial do Brasil — A 3 horas de navegação a vapor, subindo o rio Tapajós, está localizada a concessão da Companhia Ford Industrial do Brasil, no povoado Sammauma, atualmente chamado Belterra. Dedicada à cultura em larga escala da seringueira (hevea brasiliensis), a concessão dispõe de: 16 estradas de rodagem com 75 quilômetros; possante e moderna Usina Elétrica e rede de iluminação pública e elétrica; rede telefônica com 31 quilômetros de linha e 16 aparelhos; hospital Ford com moderno aparelhamento; estação rádio-telegráfica de uso privativo da Cia.; 44 veículos motorizados; 663 casas de palha; 220 casas de madeira e concreto; 5 escolas com 17 professoras; 20 prédios para administração; 2 pontes de desembarque com flutuantes e guindastes. Até 1939 foram plantadas 2 700 000 seringueiras.

Seringais — Além da vultosa plantação Ford, existem 374 propriedades com cerca de 450 000 seringueiras, todas de plantação.

Juta — Iniciou-se neste município, há dois anos passados, a cultura da Juta, a qual vai se desenvolvendo de maneira apreciável. Em 1942, a exportação da juta em fibra foi de 14 857 quilos, no valor comercial de Cr\$ 42 397,80, e este ano a produção é estimada em cerca de 220 toneladas de juta em fibra.

Banco do Brasil — Em 2 de julho de 1940, foi instalada uma sub-agência do Banco do Brasil, que desenvolveu em 1941 as suas operações no montante de três milhões trezentos e vinte e dois mil e sessenta e nove cruzeiros e noventa centavos.

Monumentos artísticos — Santarém conta com bom número de monumentos artísticos, entre os quais se salienta os seguintes: Cristo de bronze, ofertado à Igreja Matriz em 1846 pelo sábio naturalista Carlos F. P. de Martius. Mede um metro e setenta e cinco centímetros e foi posto em uma cruz de madeira, tendo ao lado uma placa com a seguinte inscrição:

“O Cavaleiro Carlos Fred Phil de Martius, membro da Academia R. de Ciências de Munich, fazendo em 1817 a 1820, de ordem de Maximiliano José, Rei da Baviera, uma viagem científica pelo Brasil, e tendo sido aos 13 de setembro de 1819 salvo por misericórdia divina do furor das ondas do Amazonas junto à vila de Santarém, mandou, como monumento de sua pia gratidão ao Todo Poderoso, erigir este crucifixo nesta Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1846.”

Santa Rosa — (R. G. do Sul)

NOVO CHEFE DA INSPETORIA DE TERRAS — Tendo sido nomeado chefe do Serviço Estadual de Geografia o sr. Adolfo Ambros, foi designado para seu substituto, na chefia da Inspetoria de Terras em Santa Rosa, o engenheiro Juvenal Corrêa, que servia na Inspetoria de Terras do Centro, em Passo Fundo.

Acompanhado pelo Sr. Adolfo Ambros, o novo chefe da Inspetoria de Terras local tem percorrido o interior do município e outros

pontos sob jurisdição da Inspetoria de Terras de Santa Rosa.

A posse do sr. Juvenal Corrêa em seu novo cargo teve lugar no dia 2 de setembro corrente.

Santo André — (São Paulo)

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO — Usando das atribuições que lhe confere o item II, da Portaria n.º 114, de 24 de julho último, do Coordenador da Mobilização Econômica, foi firmada pelo Superintendente da Comissão de Abastecimento, a Resolução n.º 1, ordenando a realização do Recenseamento da população de Santo André, o qual se realizou no dia 15 de agosto próximo passado.

Santos — (São Paulo)

CONFERÊNCIA SOBRE A VIDA DE DIOGO ALVARES — Na sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, realizada no dia 7 de agosto último, sob a presidência do sr. Costa e Silva Sobrinho, o Sr. Henrique Gonzalez, escritor e jornalista pronunciou uma conferência sobre a vida de Diogo Alvares, o célebre Camamuru, que em 1510 naufragou nas costas da Baía.

Seridó — (R. G. do Norte)

IMPOSTO SOBRE O VALOR DA PRODUÇÃO DOS MINÉRIOS — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, na sessão de 9 de agosto último, aprovou, nos termos da resolução do Conselho Administrativo, o projeto de decreto-lei da Prefeitura de Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, criando o imposto de 2% sobre a valor da produção de minérios do Município.

Uruguaiana — (R. G. do Sul)

AS COMEMORAÇÕES DO 1.º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE — A cidade de Uruguaiana será na primeira quinzena de outubro, local de imponentes festividades, comemorativas a passagem do 1.º Centenário de sua fundação. Entre outras solenidades que serão realizadas figura a de uma importante exposição Agro-Pecuária, na qual participará a maioria das entidades rurais do Rio Grande do Sul. A abertura do referido certame terá lugar no dia 3, funcionando ainda nos dias 4 e 5. No dia 6 pela manhã será realizada imponente parada e desfile militar. Na manhã do dia 7 terá início a realização de sensacionais provas hípias, que prosseguirão nos dias 8, 9, 10 e 11, devendo ter lugar dia 12 a festividade em homenagem aos vários concorrentes das provas hípias, para entrega dos prêmios aos vencedores. A estas solenidades comparecerão representações das Repúblicas Argentina e do Uruguai.

Vassouras — (Rio de Janeiro)

CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA E CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS — No *Diário Oficial* do Estado do Rio, secção "Diário das Municipalidades", edição do dia 7 do mês anterior, foi publicado o contrato lavrado entre a Prefeitura Municipal de Vassouras e a "Bicalho Goular Limitada", relativo à execução da obras de abastecimento d'água e construção da rede de esgotos sanitários da cidade de Vassouras, sede do 1.º distrito do Município.

O preço global das obras contratadas é de Cr\$ 490 876,70, o qual será retificado, para mais ou para menos, caso se verifiquem diferenças entre esse total e o valor real acusado pelas medições parciais, calculadas de acôrdo com a tabela de preços unitários.

O pagamento do montante das obras será efetuado em quinze anos, vencendo juros de sete e setenta e cinco centésimos por cento (7,75%) ao ano sobre as quantias efetivamente devidas, em trinta prestações semestrais, assim distribuídas: a 1.ª, 2.ª e 3.ª iguais, respectivamente, a Cr\$ 1 004,30, Cr\$ 24 710,80, Cr\$ 30 417,20; e as vinte e sete restantes iguais a Cr\$ 26 676,50 cada uma.



Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos

Engenheiro Alberto Ribeiro Lamego

Profundo geólogo brasileiro, autoridade eminente em Geografia Física e Humana, sociólogo de mérito, erudito cultor do vernáculo, do francês e do inglês — o ilustre engenheiro de minas classe M, da Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, Alberto Ribeiro Lamego é expressivo e inconfundível valor do meio geográfico e cultural do Brasil contemporâneo.

Aliando à perfeita competência a magnífica operosidade, tornou-se, em pouco tempo, elemento de vulto da brilhante equipe de engenheiros do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, que tanto tem contribuído para a Geografia Nacional com pesquisas técnicas e científicas da mais alta importância.

Nascido em 9 de abril de 1896, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, é filho do ilustre casal Alberto Frederico de Moraes Lamego, advogado e historiador, e D. Joaquina Maria Ribeiro Lamego, ambos brasileiros e fluminenses. Seus avós paternos: José Maria de Moraes Lamego e D. Sofia Jardim Lamego eram portugueses e acatados senhores de engenho de açúcar na fazenda de S. Tomé, no município fluminense de Itaboraí; por sua vez, na ascendência materna, são seus avós: Serafim dos Anjos Sampaio Ribeiro, português, e D. Eugênia de Sousa Lima Ribeiro, brasileira, também senhores de engenho da fazenda de Airises, à margem direita do Paraíba, em plenos Campos dos Goitacazes — a maravilhosa e fertilíssima planície da civilização açucareira do Estado do Rio de Janeiro.

Descendente de tradicionais Senhores de Engenho, herdou Lamego Filho, através da educação e do saber da casa paterna, a lhanza do trato e o imenso amor à terra e às populações rurais brasileiras, que caracteriza a sua esplêndida obra.

Do pai — pesquisador infatigável dos fatos históricos da nossa Pátria, autor consagrado da *Terra Goitacá*, obra já em 6.º volume, membro emérito do Instituto Histórico — assimilou o gosto pela cultura científica, pela investigação minuciosa da Terra e do Homem do Brasil, tendência que teve a felicidade de aprimorar em afamados Colégios e Universidades da Europa.

E' o segundo (F2), na prole ilustre de oito filhos, dessa tradicional família campista; irmão de Maria Sofia (F1), Maria Francisca (F3 — pintora de talento, falecida em 1928), Cláudio Ribeiro Lamego — químico — industrial diplomado pelo "Royal College of Science", de Londres e que exerce a profissão em Usina de Campos —, Maria Eugênia, Maria da Conceição, José Maria e Maria Jesus (F8), residentes na Capital da República.

Viveu o período feliz da infância em Campos, entre a cidade e o solar dos Airises — Casa Grande de seus avós — justamente na época em que a civilização rural dos nobres Senhores de Engenho cedia o seu lugar ao império das Usinas, à era da concentração industrial. Tudo isto êle estudará mais tarde com exatidão e brilho inextinguíveis.

Iniciou o estudo das primeiras letras no próprio lar paterno, em Airises, e em 1906 seguiu com a família para Portugal, onde permaneceu até 1910, concluindo como interno no Colégio de Campolide, dos Jesuítas, em Lisboa, o curso primário.

No mesmo estabelecimento começou e fez parte do curso secundário. Em 1910, viajou para a Bélgica, onde foi internado em Bruxelas, no Colégio de Saint Michel, também dos Jesuítas, em que veio a terminar os estudos do grau secundário — *Humanités Modernes* — fazendo, em seguida, os preparatórios especiais de matemática para o curso de engenharia.

Em 1913, foi aprovado em exames e matriculou-se na Universidade de Louvain, no Curso de Engenharia de Artes, Manufaturas e Minas. Com a grande guerra de 1914, transferiu-se para Londres, onde se matriculou na Royal School of Mines do Imperial College of Science and Technology e, ao mesmo tempo, no curso de Licenciado em Engenharia de Minas na Universidade de Londres.

O móvel principal dessas passagens por diferentes colégios de Portugal, da Bélgica e da Inglaterra, reside no fato da família acompanhar o seu culto chefe em laboriosas e patrióticas pesquisas por Bibliotecas e Arquivos da Europa, em busca da verdade histórica dos fatos nacionais. Foi justamente em Bruxelas, na Bélgica, que Alberto Frederico de Moraes Lamago, seu pai, publicou os dois primeiros volumes da *Terra Goitaca — À luz de Documentos Inéditos*, em 1913.

Essas estadas em excelentes meios culturais de Lisboa, Bruxelas e Londres, em plena mocidade, influíram muito favoravelmente na sua notável cultura linguística, distinta e aperfeiçoada em três facetas diversas: o português, o francês e o inglês.

Em 1918, diplomou-se em Engenharia de Minas, pela Royal School of Mines, e na mesma ocasião colou grau de Licenciado em Ciências de Engenharia Civil e de Minas, pela University of London.

Durante o curso superior, nos períodos de férias, seguindo a sábia e objetiva orientação do processo inglês de educar, trabalhou na sua especialidade como mineiro, nas minas de "Levant" e "Basset", de estanho e cobre, em Cornwall, na Inglaterra, bem como nas minas de carvão de Coalville, no mesmo país.

Em 1919, depois de haver concluído o curso superior, trabalhou igualmente como simples operário na fábrica de máquinas de usinas de açúcar "Watson and Laidlaw", em Glasgow, na Escócia.

Em fevereiro de 1920, apenas com 24 anos de idade, portador de sólida cultura e de títulos valiosos, adquiridos nos grandes centros de ciência e técnica do continente europeu, regressou ao Brasil, confiante e cheio de fé na aplicação leal ao território pátrio de tudo quanto aprendera no estrangeiro, com entusiasmo e muita dedicação.

Chegado ao torrão natal, inicia logo a jornada gloriosa que constitui a sua extensa e profunda obra de ciência e patriotismo — revelada por quatro faces diferentes: como engenheiro de minas, geólogo, geógrafo e sociólogo. Ingressa, em 1.º de setembro de 1920, no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, na simples qualidade de engenheiro-ajudante diarista da Comissão da Cachoeira de Sete-Quedas, chefiada pelo Dr. Guilherme Bastos Milward.

Em quatro meses apenas, procede com zelo e proficiência a estudos topográficos e geológicos nas Sete-Quedas e nos Saltos do Iguaçu, no Estado do Paraná, levantando expeditamente o Rio Paraná entre a foz do rio Paranapanema e a cachoeira de Sete-Quedas, numa extensão de 180 km, bem como o delta e o rio Ivinheima, por mais 100 km.

Durante o ano de 1921, como engenheiro contratado da turma do pessoal técnico mensalista para Estudo de Forças Hidráulicas, seguiu para S. Paulo e Mato Grosso (fronteira do Paraguai) com o Prof. Guilherme B. Milward, tendo executado levantamentos dos rios Dois Irmãos e caminhamentos de Aquidauana ao rio Taboão e à serra da Cascavel, e de Miranda à alta serra da Bodoquena.

Em 1922, contratado como geólogo ajudante, prestou serviços de campo no Estado de S. Paulo, seguindo em fins do ano para Goiaz, com o seu colega Aurélio de Bulhões Pedreira; lá, executou um reconhecimento geológico entre Ipa-meri, Caldas Novas — onde foi estudada a geologia das fontes termas —, Morrinhos, Santa Rita de Paranaíba, Santa Rita do Pontal, Palmeiras e cidade de Goiaz (mapa geológico inédito), percorrendo 936 km a cavalo, por invios caminhos, matas e serras.

Pelo S.G.M.B., de outubro a dezembro de 1923, até janeiro do ano seguinte, efetuou caminhamentos e estudos geológicos em Minas Gerais, partindo de Araxá — onde fez a geologia das fontes minerais — por Sacramento e Conquista foi a Uberaba, regressando a Sacramento por Jaguará; subindo a serra da Canastra — divisor de águas entre as bacias do S. Francisco e do Paraná — passou por Desemboque e desceu ao vale do rio Grande, que percorreu até Delfinópolis. Estudou a geologia desta zona (Dores de Ponte Alta, Passos, Pra-

tápolis e Sta. Rita de Cássia), prosseguindo com os levantamentos até Alpinópolis, na serra da Ventania, e passando por S. José da Barra, na foz do Sapucaia, subiu a Piumhi, voltando ao Rio Grande até Lavras. Levantou 732 km a cavalo e 136 por via fluvial. Tudo isto está brilhantemente exposto no seu primeiro Boletim do S.G.M., n.º 70, *Contribuição à Geologia do Vale do Rio Grande*, publicado somente em 1933.

De 1924 a 1932, deixou o Serviço por sua livre vontade e fixou residência em Campos, em companhia dos pais, passando a executar trabalhos particulares de topografia, e a estudar a geologia regional por sua própria conta, observando argutamente o meio social em que nasceu.

Dessas pesquisas e observações do ambiente físico e humano da região campista, sai através da sua pena encantadora "em estilo vivo e de ricos matizes" — *A Planície do Solar e da Senzala* — brilhante ensaio de geografia humana, livro de 193 páginas, prefaciado por Oliveira Viana, que assim se exprime sobre o seu conteúdo: "Há nêle uma mistura estranha de imaginação e realidade, de inspiração literária e preocupação científica... Espírito novo, túmido de cultura moderna, o seu livro toca nos temas mais variados — antropologia, etnografia, antropogeografia, economia, história, etc. Sente-se o tumulto da cultura em efervescência, ansiosa por descobrir-se, revelar-se, expandir-se..."

Volta, em 1932, ao Serviço Geológico, sendo nomeado ajudante de engenharia e trabalhando ativamente, em serviço de campo, no Estado do Rio. De 32 a 1936, passa aos cargos de sub-assistente técnico do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, assistente técnico interino do Departamento Nacional da Produção Mineral, efetivado por decreto federal de 13 de novembro de 1934, por concurso de títulos em que teve ótima classificação. De 37 a 1943, passa a exercer, por merecimento, os cargos de engenheiro de minas classes K, L e M, sendo muito recente a sua promoção a esta última classe.

Nesta segunda fase de sua atuação em setor de tanta importância para a Corografia Brasileira, revelou-se conhecedor profundo da topografia, da geologia e dos recursos minerais de extensas regiões do solo pátrio, principalmente nos Estados do Rio e de Minas Gerais e no Distrito Federal. Para confirmação do alegado, aí estão os seus numerosos boletins da D.G.M., magníficos de exatidão científica, de fé profissional e de valiosas observações sociais, ao lado das suas impressionantes teses de Antropogeografia Brasileira.

Num resumo muito pálido da sua dinâmica profissional e cultural, do labor fecundo de ensinamentos geográficos, enfeixemos nesta síntese a atividade exercida de 1932 até hoje:

De início, organizou a carta geológica de Minas Gerais, de acordo com os dados existentes no Serviço, processou o levantamento minucioso da baía de Guanabara, diferenciando os tipos de gnaís, as formações quaternárias, os veios exploráveis de quartzo e os sambaquis; durante 1933 e 34, estudou uma jazida de argila refratária em Mauá (E. do Rio), o depósito de calcário terciário de S. José (Itaboraí), colhendo fósseis entre os quais um gênero novo-*Itaborahia Lamegoi*, Maury e a geologia das nascentes do Rio da Aldeia (município de S. Gonçalo) e das águas minerais de "Itaí"; em 35 e 36, fez parte da comissão que estudou as causas das inundações do Núcleo Colonial de Sta. Cruz, executou a geologia do Maciço do Itatiaia e regiões circunvizinhas, delimitando a bacia terciária de Rezende e descobrindo o novo maciço foliático do Mórro Redondo, cartografou e analisou a geologia da cidade do Rio de Janeiro, diferenciando minuciosamente as suas rochas e elaborando a *Teoria do Protognais*" (Bol. n.º 88) — bem como discriminou a geomorfologia do Distrito Federal, baseado na estatigrafia de numerosos cortes, finalizando com uma síntese tectônica do maciço carioca, estratigráficamente ligado às formações da Serra do Mar (Bol. n.º 93); por esta época, e partindo dos estudos estratigráficos e petrográficos já efetuados, concluiu que os macachistos não fazem parte do Arqueano, como é universalmente aceito, mas devem ser incluídos na Série de Minas (Algonquiano).

De 1937 em diante, estudou as jazidas de gipsita da Boa Vista, no Cabo de S. Tomé, e de calcita e mármore do Muriaé, em São Joaquim (município de Campos), dando a cubagem das minas; estudos que serviram de base para a formação da Cia. de Cimento Portland Paraíso, que será em breve uma das maiores do Brasil; executou a carta topográfica do Município de Campos, na

escala de 1:100.000 para a Prefeitura Municipal; fez o mapa geológico do médio e baixo Muriaé (Bol. n.º 97), e reconhecimentos nos vales dos rios Imbé e Urubú e nas zonas de Itaóca, Guriri e Lagoa Feia, rio Preto, Itereré e lagoa da Onça, etc., destinados às folhas da Carta do Norte Fluminense, escala de 1:100.000, com minuciosa topografia e geologia, em execução final; verificou as possibilidades de existência de petróleo na região de Campos (Bol. inédito) e colheu fósseis na zona de S. Amaro; prestou informações geológicas no campo à Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense; executou estudos sobre o récuo do mar na planície campista e estendendo-se pelo litoral escreveu o trabalho *Restingas na Costa do Brasil* (Bol. n.º 96), etc.

Em 6 de julho de 1934, contrai núpcias com D. Marina Ramos Barreto, natural da Baía, e filha do casal José do Amaral Barreto e D. Elvira Ramos Barreto, residentes em S. Paulo. Dêse consórcio nasceram-lhe, no lar feliz, quatro filhos: Luiz Cláudio, Augusto Celso, Maria Lúcia e Maria Cláudia Ribeiro Barreto Lamego que contam hoje, respectivamente, 8 6, 5 e 2 anos de idade.

O lar, sob os cuidados da esposa prestimosa, fixa melhor a sua atividade de gabinete, equilibra o dinamismo e predispõe o espírito para as obras de maior vulto. Ao contacto da família, é que elabora os seus mais importantes boletins e, essencialmente, as suas profundas teses de Geografia Humana Fluminense: *O Homem e o Brejo* e *O Homem e a Restinga*, prometendo novos e fecundos volumes de igual sentido, repletos de ensinamentos para a organização nacional.

O que mais caracteriza a produção científica de Alberto Ribeiro Lamego, e sua vibrante personalidade, é a figura do Geólogo, que ele realiza entre nós de forma perfeita, pela independência da cultura especializada, adquirida em Universidades européias, e pela coragem das atitudes no campo da ciência.

Rompendo com conceitos clássicos da Geologia que ele considera inaplicáveis às nossas formações arqueanas, Lamego não se limitou, porém, a repudiar concepções geológicas universais. Estudando profundamente o Arqueano da Serra do Mar e da Mantiqueira, contrariou a teoria de Branner, sobre o "complexo cristalino brasileiro" submetendo-o à interpretação analista e objetiva do Protognais e seus derivados.

Das observações de campo, das análises microscópicas de rochas, dos seus conhecimentos científicos, elaborou uma nova concepção da Petrogênese das nossas rochas arqueanas. Fez escola com a sua *Teoria do Protognais* (publicada no Boletim n.º 88 do S.G.M.) que revolucionou o campo da Geologia Mundial, angariando logo prosélitos e inimigos.

Mas, pela lógica, objetividade, simplicidade e metodização do seu corpo de doutrina geológica vai se firmando com nitidez nos meios científicos nacionais e, de há muito, vem ultrapassando as fronteiras da Pátria para se projetar em centros cultos do estrangeiro.

Extraímos da *Economic Geology* (Vol. XXXIV, n.º 7, November, 1939) — Revista da Yale University, New Haven, Connecticut, o seguinte parecer de autoria do Prof. Alan Mara Bateman: "Teoria do Protogneiss — A. R. Lamego: Revolutionary concept that the whole Archean series of rocks in the Rio de Janeiro district, including the dolomites, were derived from a single type of fundamental orthogneiss — protogneiss — through the metamorphic action of a granitic magma. The protogneiss represents the primitive shell of the earth solidified from a molten condition. The Brazilian Archean is the only true Archean known at present and is named the Brazilian Era. This is the *antithesis of the modern concept* that many types of Archean gneisses are derived from the action of a granitic magma on sedimentary rocks". O Prof. A. Gibert, da Universidade de Lyon (Rhône, France) dirigiu-se-lhe nesses termos: "De votre travail sur Escarpas do Rio de Janeiro, qui m'avait beaucoup intéressé, j'ai l'intention d'écrire, pour la *Revue de Géographie Alpine*, à Grenoble, un article sur cette question, qui sera en même temps un *compte-rendre de votre Théorie...*" — E a opinião de Hideo Tanakadate, da Universidade Imperial de Tóquio, é a seguinte: "Il lavoro su Escarpas do Rio de Janeiro è manifico, e molto interessante, cosicché potrei tradurre alla lingua giapponese".

Além disso, é imensa a sua ficha de trabalhos geológicos efetuados em cerca de 14 anos de ação nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, S. Paulo, Goiaz, Mato Grosso e Paraná, e no Distrito Federal; serviços de intenso valor para a geografia física, revelados na lista de mapas geológicos da bibliografia anexa.

Os seus boletins denominados *Escarpas do Rio de Janeiro, O Maciço do Itatiaia e regiões circundantes, Mármore de Muriaé*, e outros, valem bem por ótimos compêndios de geologia regional brasileira.

A Geologia, entretanto, em vez de absorvê-lo, foi por êle dominada e empregada como sólida base de onde se projetaram, com absoluta segurança, o engenheiro de minas, o geógrafo e o sociólogo.

Outra faceta brilhante de sua personalidade polimorfa de cientista, que se destaca com fulguração nas manifestações de sua cultura, é a do *Geógrafo*, que êle soube tão bem cristalizar com extraordinária intensidade na geografia física e humana do Brasil.

Aí estão, para atestar a sua já extensa bagagem de obras de cunho eminentemente geográfico, as suas publicações da D.G.M., os valiosos trabalhos cartográficos, ensaios e artigos de revistas e, sobretudo, as suas teses de antropogeografia em poder do Conselho Nacional de Geografia.

Comparecendo ao IX Congresso Brasileiro de Geografia de Florianópolis, em setembro de 1940, como delegado da Divisão de Geologia e Mineralogia, apresentou a tese de geografia humana: *O Homem e o Brejo*, trabalho de fôlego, com 241 páginas de texto, 144 ilustrações fotográficas, 4 mapas geológicos e 3 gráficos, para cuja confecção consultou uma bibliografia de 134 autores. O livro — dividido segundo o plano universal de Réclus, em três partes: a Terra, o Homem e a Cultura — mereceu os maiores elogios e foi aprovado com louvor no Congresso, de acôrdo com a opinião do relator ilustre, Dr. Ivens de Araújo, lavrada nos seguintes termos: "Somos de parecer que a tese apresentada pelo Sr. Alberto Ribeiro Lamego, sob o título *O Homem e o Brejo*, seja aprovada para inserção nos Anais deste Congresso, propondo ainda um voto de louvor ao autor pela fulgurante e valiosíssima contribuição trazida aos nossos trabalhos".

Seguindo igual orientação já consagrada, confeccionou logo depois a tese: *O Homem e a Restinga*, entregue ao Conselho Nacional de Geografia; está elaborando no momento *O Homem e a Baía* (de Guanabara e Angra dos Reis); volumes que deverão ser completados por *O Homem e a Cordilheira*, com que pretende encerrar de forma brilhantíssima a série de estudos da geografia humana do Estado do Rio, intitulada *Os Setores da Evolução Fluminense*.

E' notável ainda, através do erudito labor de sua pena, o aspecto sociológico dos trabalhos que executa com tanta maestria; é constante a sua preocupação para com os fatos sociais, principalmente no que se refere às soluções dos problemas básicos da economia das sociedades rurais brasileiras.

Quer nos serviços do engenheiro de minas, quer ao fazer geologia e geografia humana, ultrapassa sempre os limites da especialidade profissional ou científica, para se projetar como "sociólogo de capacidade e erudição", no dizer de Gilberto Freire, no campo objetivo dos fatos sociais de nossa terra.

Em todos os trabalhos que publicou aparece nitidamente mais esta face patriótica dos seus conhecimentos; os boletins de geologia terminam quase sempre com um capítulo de sociologia regional brasileira, síntese magnífica da projeção do meio físico tratado, sobre o ambiente social; as teses de geografia humana transcendem do âmbito exclusivista para tirar conclusões econômico-sociais corajosas e necessárias ao reajustamento exato entre a Terra e o Homem brasileiros, através da Cultura bem dirigida.

Neste sentido, revela-se um euclideano perfeito — destemido e completo discípulo, sob todos os aspectos, do grande mestre Euclides da Cunha — pleno do mais sadio patriotismo.

Figura relevante de técnico e cientista nacional, o seu nome ilustre de perito é acompanhado hoje dos seguintes títulos:

— Bacharel em Humanités Modernes pelo Colégio de Saint Michel, na Bélgica, em 1911; bacharel em preparatórios de matemática para o Curso de Engenharia, pelo mesmo instituto, em 1912; engenheiro de minas pela "Royal School of Mines", de Londres, em 1918; licenciado em engenharia civil e de minas pela "University of London", na mesma data; de 1920 a 1943, respectivamente engenheiro-ajudante, engenheiro contratado, geólogo-ajudante, assistente técnico, engenheiro de minas classes K, L e M, em sucessivas promoções por merecimento, na Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura; em 1933, professor de inglês no Colégio Brasil de Niterói; em 1937, colaborador

fluminense do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; em 1940, delegado da D.G.M. ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, onde serviu como secretário da Seção de Geografia Física; sócio e atual presidente da Associação Campista de Engenheiros; membro efetivo da Academia Fluminense de Letras e membro fundador da Academia Campista de Letras; sócio da Associação de Imprensa Campista.

Homem dinâmico, o eminente geógrafo brasileiro contemporâneo — Alberto Ribeiro Lamego — reside em Campos, à Avenida 7 de Setembro — por simbolismo: a Avenida da Independência Nacional — e trabalha febriamente, de olhos fitos no futuro da Pátria Brasileira, para aumentar o seu patrimônio cultural, fazendo crescer ainda mais a excelente Bibliografia que a seguir se classifica:

I — LIVROS, BOLETINS e AVULSOS

- 1923 — 1 — *Contribuição à Geologia do Vale do Rio Grande*. Boletim n.º 70, do Serviço Geológico e Mineralógico, publicado em 1932. Com uma carta e seções geológicas do Vale em Minas Gerais. — Rio de Janeiro.
- 1934 — 2 — *Notas Geológicas sobre a Baixada de Santa Cruz*. Avulso n.º 4, do Serviço Geológico e Mineralógico, publicado em 1936. Rio.
- 3 — *A Planície do Solar e da Senzala*. Ensaios de Geografia Humana, em livro de 193 págs., publicado pela Livraria Católica do Rio de Janeiro. 1934.
- 1936 — 4 — *O Maciço do Itatiaia e Regiões Circundantes*. Boletim n.º 88, do S.G.M. do Ministério da Agricultura. Com 93 págs. 37 ilustrações fotográficas, várias seções e uma carta geológica. Rio.
- 1937 — 5 — *Teoria do protognais*. Boletim n.º 86, do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Uma Nova Interpretação Petrogenética do Arqueano Brasileiro e Mundial. Rio de Janeiro.
- 6 — *A Gipsita da Boa Vista*. Avulso n.º 16, do S.G.M. Estudo das jazidas de Gipsita da Baixada Goitacá. Município de Campos. Estado do Rio de Janeiro.
- 7 — *A Gipsita da Boa Vista, em Campos*. In “Mineração e Metalurgia”. vol. II, 1937. Rio de Janeiro.
- 1938 — 8 — *Escarpas do Rio de Janeiro*. Boletim n.º 93, do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Com 2 cartas, numerosos perfis e seções geológicas e ilustrações. Rio de Janeiro.
- 9 — *Sobre uma Crítica à Teoria do Protognais*. Publicado nos “Anais da Academia Brasileira de Ciências”, tomo X, n.º 3, 1938. Rio.
- 1940 — 10 — *Mármorees do Muriaé*. Boletim n.º 97, do S.G.M. do Brasil. Com 48 págs., 20 fotografias, uma carta e várias seções geológicas. Baixo Muriaé e Médio Muriaé, Município de Campos, Estado do Rio.
- 11 — *Mármorees do Muriaé*. In “Mineração e Metalurgia”, vol. V, 1940. Rio de Janeiro.
- 12 — *Restingas na Costa do Brasil*. Boletim n.º 96, do Serviço Geológico e Mineralógico. Com 63 págs., 47 ilustrações fotográficas, cartas e perfis geológicos. Rio de Janeiro. 1940.
- 13 — *O Homem e o Brejo*. Tese de Antropogeografia, aprovada com um Voto de Louvor no IX Congresso Brasileiro de Geografia, de Florianópolis, em 1940. Com 241 págs., 144 ilustrações, 4 mapas e 3 gráficos, em publicação nos Anais do Congresso e em Separata, na Biblioteca Geográfica Brasileira.
- 14 — *A Geologia na Civilização Campista*. In “Revista da Semana”, Ano XI, n.º 40, Rio de Janeiro.

- 1941 — 15 — *O Homem e a Restinga*. Tese de Geografia Humana, 2.º Setor da "Evolução Fluminense", com quase 300 págs., muitas ilustrações, perfis geológicos, etc. Entregue ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 16 — Além disso, ARTIGOS científicos, literários ou artísticos, em jornais de Campos ("Monitor Campista", "Fôlha do Comércio", "Semanário de Campos", e "A Gazeta"), no "Paiz", "O Jornal", e "Correio da Manhã" do Rio de Janeiro, e n.º "O Estado de São Paulo".

II — TRABALHOS CARTOGRAFICOS

- 1923 — 1 — *Contribuição à Geologia do Estado de Minas Gerais*. Escala de 1/500.000. — Carta geológica de Araxá, Uberaba, Sacramento-Jaguara, Desemboque, Delfinópolis-Cássia, Pratápolis, Passos-Alpinópolis, Piumhi, Capetinga, e Ribeirão Vermelho. Publicação do Serviço Geológico e Mineralógico. Rio de Janeiro. 1932.
- 1936 — 2 — *Geologia do Maciço do Itatiaia e suas vertentes*, inclusive a bacia terciária de Rezende (E. do Rio). Escala — 1/600.000. Anexo ao Boletim n.º 88, do S.G.M. — Rio de Janeiro.
- 3 — *Esbôço geológico da Região do Mórro Redondo*. Escala: 1/100 000. Em anexo ao Bol. n.º 88, do S.G.M. — Rio de Janeiro.
- 1937 — 4 — *Áreas Arqueanas do Brasil*. Esbôço anexo ao Boletim n.º 86, do Serviço Geológico e Mineralógico. Rio de Janeiro.
- 5 — *Localização de Tipos de Gnais no Distrito Federal e Niterói*. Mapa anexo ao Bol. n.º 86, do S.G.M. — Rio.
- 1938 — 6 — *Geologia do Maciço Urca-Pão de Açúcar*. Escala: 1/15.000. — Em anexo ao Boletim n.º 93, da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Ministério da Agricultura. Rio.
- 7 — *Carta Geológica da Cidade do Rio de Janeiro*. Escala: 1/30 000. Anexa ao Bol. n.º 93, da D.G.M. — Rio.
- 1939 — 8 — *Geologia do Rio Muriaé e das redondezas de Campos*. Escala: — 1/100.000. — Mapa anexo ao Bol. n.º 97, do S.G.M. — Rio de Janeiro.
- 9 — *Calcáreo de São Joaquim, em Paraíso*. Esbôço geológico anexo ao Bol. n.º 97, do S.G.M. — Rio.
- 1940 — 10 — *Mapa Geológico da Foz do Rio Paraíba do Sul*. Anexo ao Boletim n.º 96, do S.G.M. — Rio.
- 11 — *Mapa Geológico da Zona de Carapebús*, no Estado do Rio de Janeiro. — Anexo ao trabalho *Restingas na Costa do Brasil*. Rio.
- 12 — *Geologia da Cidade de Macaé*. Estado do Rio — Anexo ao Bol. n.º 96, do S.G.M. — Rio.
- 13 — *Esbôço Geológico do Estado do Rio de Janeiro*. Anexo ao trabalho sobre *As Restingas*. Rio. 1940.
- 14 — *Geognose da Terra Goitacá*. 4 Mapas na Escala: 1/400 000. Em anexo à Tese: *O Homem e o Brejo*, aprovada com louvor pelo IX Congresso Brasileiro de Geografia, de Florianópolis.
- 1941 — 15 — *Mapa da Faixa de Restingas no Estado do Rio de Janeiro*. Anexo à Tese: *O Homem e a Restinga*, em poder do Instituto Brasileiro de Geografia.

III — SECÇÕES E RECONHECIMENTOS GEOLÓGICOS

- 1923 — 1 — *Secção Geológica Patos-Araxá-Franca*. Anexa ao Boletim n.º 70, do S.G.M. — Rio.
- 2 — *Idem Araxá-Uberaba*. Anexa à *Contribuição à Geologia do Vale do Rio Grande*, em Minas Gerais.
- 3 — *Secção Conquista-Sacramento-Cipó*. Anexa ao Bol. n.º 70.
- 4 — *Idem Jaguará-Desemboque*. — Idem, idem.
- 5 — *Secção Geológica Serra da Canastra e Vale do Rio Grande*. Anexa ao Bol. n.º 70.
- 6 — *Idem Desemboque-Serra da Saudade*. — Idem.
- 7 — *Idem Delfinópolis-Cássia*. — Idem.
- 8 — *Secção Serra da Babilônia-Passos*. Anexa ao Bol. n.º 70.
- 1936 — 9 — *Secção Geológica através do Maciço do Itatiaia*, de Airuóca ao Rio Paraíba. — Anexa ao Boletim n.º 88, do S.G.M. — Rio.
- 10 — *Idem de São Lourenço a Mangaratiba, através das Serras da Mantiqueira e do Mar*. Anexa ao trabalho sobre o *Maciço do Itatiaia*. Rio. 1936.
- 11 — *Idem Angai-Airuóca-Serra do Papagaio* — Idem.
- 12 — *Secção Serra da Cuba — Mina de Niquel de Livramento*. — Bol. 88.
- 13 — *Idem Andrelândia-Pedreira*. — Idem.
- 14 — *Secção através das Serras da Mantiqueira e do Mar*, entre Andrelândia e Mangaratiba. — Bol. n.º 88, do S.G.M. — Rio.
- 1937 — 15 — *Secções através do Rio Farias, no Distrito Federal*. Anexas ao Boletim n.º 86. — Rio.
- 16 — *Córtex Geológico no Engenho Pequeno (São Gonçalo)*. — Anexo ao trabalho sobre a "Teoria do Protognais".
- 17 — *Secção Geológica através da Serra do Mar*, do Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba. — Anexa ao Boletim n.º 86, do S.G.M.
- 18 — *Secção ao longo da Serra da Carióca*. Idem, idem.
- 1938 — 19 — *Origem das Escarpas e Vales do Rio de Janeiro*. Anexo ao Boletim n.º 93, do S.G.M. — Rio.
- 20 — *Estrutura Geológica do Pão de Açúcar*. Anexo ao Bol. n.º 93.
- 21 — *Formação Tectônica da Entrada da Baía de Guanabara*. Anexo ao trabalho, *Escarpas do Rio de Janeiro*. Rio. 1938.
- 22 — *Perfil N-S do Pão de Açúcar*, mostrando a esfoliação pela clivagem tectônica. — Anexo ao Bol. n.º 93. Rio.
- 23 — *Bloco-Diagrama*, ilustrando a estratigrafia e a tectônica, do *Bordo Ocidental da Entrada da Guanabara*. — Bol. n.º 93.
- 24 — *Secção geológica através dos Mórros do Leme, Babilônia e São João*. — Idem, idem.
- 25 — *Estratigrafia e Tectônica do grupo Urca-Pão de Açúcar*. — Idem.
- 26 — *Secção da Entrada da Baía de Guanabara*. — Bol. n.º 93.

- 27 — *Secção através do Grupo do Corcovado*. — Idem.
- 28, 29 e 30. — *Secções geológicas através os Dois Irmãos*. Anexas ao Boletim n.º 93, do S.G.M. — Rio.
- 31 — *Secção através da Gávea*. — Em o trabalho "Escarpas do Rio de Janeiro" — Rio. — 1938.
- 32 — *Idem através do Pico da Tijuca*. — Idem.
- 33 — *Idem através o môro da Providência*. — Idem.
- 34-a-41 — *Secções através da cidade do Rio de Janeiro*. — Idem.
- 42 — *Origem da Escarpa da Nova Cintra*. — Bol. 93.
- 43 — *Bloco-Diagrama expondo o enrugamento primitivo da Serra da Carioca e de seus Contrafortes*.
- 1939 — 44 a 46 — *Secções através dos Calcários de S. Joaquim, em Campos*. Anexas aos "Mármoreos do Muriaé". Bol. n.º 97, do S.G.M.
- 1940 — 47 — *A Foz e a Barra do Rio Paraíba do Sul*. Anexo ao Boletim n.º 96, "Restingas na Costa do Brasil". Rio. 1940.

IV — TRABALHOS INÉDITOS E EM PREPARO

- 1 — *A Bacia de Campos na Geologia litorânea do Petróleo*. — Boletim inédito, entregue à Diretoria do S.G.M., há algum tempo.
- 2 — *Areia de Fundação de Macaé*. — Boletim inédito, a ser publicado pela D.G.M., do Ministério da Agricultura.
- 3 — *Ciclo Evolutivo das Lagunas Fluminenses*. — Boletim inédito.
- 4 — *Grafita em Conceição de Macabú*. — Trabalho inédito.
- 5 — "O Homem e a Baía", 3.º volume dos "Setores da Evolução Fluminense", tese de geografia humana fluminense, em preparo.
- 6 — "O Homem e a Cordilheira", 4.º vol. dos "Setores da Evolução Fluminense", tese de antropogeografia do Estado do Rio. Em preparo.
- 7 — *Carta Topográfica e Geológica do Norte-Fluminense*. — Escala: 1/100 000. Mapa e Boletim inéditos. Grande perfeição nos detalhes. — O melhor trabalho da Região neste sentido.
- 8 — *Carta geológica da Região ao norte de Campos*. — Escala: 1/100 000. — Anexa ao Bol. sobre a Bacia petrolífera de Campos.
- 9 — *A Plataforma continental ao largo do litoral de leste, e suas ligações com a geologia do Petróleo*. — Carta na Escala: 1/1 000 000. — Idem.
- 10 — *Geologia Regional de Macaé*. — Escala: 1/100 000.
- 11 — *Origem da Restinga da Marambaia*. — Escala: 1/400 000.
- 12 — *Geologia da Laguna de Maricá*. — Anexa ao Boletim inédito sobre as "Lagunas fluminenses".
- 13 — *Geologia da Laguna de Saquarema*. — Idem.
- 14 — *Origem da Laguna de Araruama*. — Escala: 1/400 000.
- 15 — *Geologia da Laguna de Araruama*. — Escala: 1/200 000.

- 16 — *Reconhecimento geológico nas fazendas de Itaitindiba e S. José.* — Município de S. Gonçalo (E. do Rio).
- 17 — *Esbôço geológico dos vales dos rios Guandú e Itaguaí.* — Inédito.
- 18 — *Geologia de Niterói e São Gonçalo.* — Carta inédita.
- 19 — *Carta Geológica do Distrito Federal.* — Escala: 1/50 000. — Trabalho magnífico e único no gênero, em elaboração final; com base topográfica do Serviço Geográfico Militar.
- 20 — *Carta Geológica da Baía de Guanabara.* — Escala: 1/50 000. Com base topográfica do Serviço Geográfico Militar.
- 21 — *Mapa geológico do Estado do Espírito Santo.* — Em preparo.
- 22 — *Levantamento expedito do Rio Paraná, da foz do Parapanema à Cachoeira das 7 Quedas.* — Trabalho antigo e inédito.
- 23 — *Reconhecimento geológico no Estado de Goiaz.* — (Ipameri-Caldas Novas-Morrinhos-Sta. Rita do Paranaíba-Atolador-Palmeira-Anicuns e Goiaz).
- 24 — *Reconhecimento do rio Dois Irmãos, no Estado de Mato Grosso.* — Inédito.
- 25 — *Reconhecimento de Aquidauana à Serra da Cascavel, Mato Grosso.* —
- 26 — *Idem, de Aquidauana ao rio Tabôco, em Mato Grosso.* — Inédito.
- 27 — *Idem, de Miranda à Serra da Bodoquena. M. Grosso.*
- 28 — *Secção geológica de Gragoatá à Ilha da Bôa Viagem, em Niterói.*
- 29 — *Pedreira de Leptinito no morro do Cavalão, em Niterói.* Perfil inédito.
- 30 — *Secção geológica do Môro da Armação.*
- 31 — *Estrutura geológica do Môro da Bôa Vista.*
- 32 — *Afloramento de Grafita em Macabú.* — Secção inédita.
- 33 — *Secções Geológicas através da Serra de Itaitindiba, Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.* — Inéditas.
- 34 — *Esbôços Tectônicos através da Baixada Fluminense.* — Secção geológica anexa ao boletim inédito sobre a "Bacia de Campos, na Geologia Lito-rânea do Petróleo".

D. F. C.



Registos e

comentários bibliográficos

Sobre livros

LÍSIAS RODRIGUES — *Roteiro do Tocantins*
Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1943.

Se fôssemos amigos do adjetivo, chamaríamos ao livro do Sr. Lísias Rodrigues, *um livro agradável*. É um mérito que o distingui a primeira vista. Sua leitura não fatiga o leitor. Tratando de uma viagem, uma longa viagem pelo roteiro macio do Tocantins, dir-se-ia que a prosa destas páginas, guarda o mesmo sabor agreste dessas paisagens, a mesma suavidade desses cursos d'água, o mesmo gosto bom de terra. De uma terra brasileira como não há igual, longe do litoral dos centros cosmopolitas — olimpo bárbaro dos manes continentais.

Expliquemos os motivos dessa viagem do Autor. Uma companhia inter-americana de aviação precisava diminuir o tempo de viagem entre as duas Américas, procurando estudar um outro roteiro. Concedida a autorização do governo, foi enviada uma comissão de estudos, para efetuar um reconhecimento na possível rota, acompanhando-a, como representante do Ministério da Guerra, seguiu o cel. Lysias Rodrigues.

Aspecto digno de ser evidenciado, constituindo mesmo uma nota curiosa, é a semelhança que o livro, apresenta com a crônica daqueles viajantes que transitaram por aqui, em priscas eras; semelhança que se consubstancia desde a própria disposição gráfica do texto até o seu caráter informativo, jornalístico. As observações do Sr. Lísias Rodrigues, feitas em um português claro, atraente, são fotografias perfeitas da vida brasileira no sertão. Quanto se aprende! "... um animal fugiu no caminho, e outro desapareceu, e aqui ele não conseguiu arranjar outros para substituí-los porque vai começar a festa do Divino, e ninguém quer saber de negócios". "...Ao descermos para o porto, vimos centenas de mulheres carregando à cabeça telhas, que descarregam de um boteão no "porto real", e levam, com este sol doido até à igreja. Pobres mulheres do sertão. A "Sem nome" nos espera, balancando-se suavemente, remadores a postos, Hildebrando no timão do leme. Abraços, despedidas, agradecimentos".

O trabalho acompanhado de 23 mapas e fotografias é um documentário farto sobre o Brasil-central, um tema predileto do Autor que se preocupa com ele há anos, ligando seu nome às iniciativas que mais de perto visem o desenvolvimento e a prosperidade da nossa hinterlândia, como recentemente aconteceu na criação dos cinco territórios federais da fronteira.

A. M.

ARMANDO PINA — *Curso de Oceanografia, Pesca e Piscicultura*. — Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — 126 págs., 34 figuras e gráficos — Rio de Janeiro, 1938.

A preocupação por alimentar sã e abundantemente as massas populares, organizando devidamente e em forma intensiva a exploração dos recursos naturais, é agora um dos mais poderosos incentivos de estudos em todos os ramos da Ciência. Ocupam lugar muito importante entre ditos recursos, as riquezas derivadas do mar e dos depósitos interiores de água, com suas variadas espécies, muitas das quais têm passado já praticamente à qualidade de domésticas.

E' com o fim de divulgar os conhecimentos básicos de oceanografia, em seus aspectos físicos, químicos e biológicos; os métodos de pesca e as características de vida das espécies sucessíveis de cultivo que foi elaborado esse pequeno manual, que revela profundo conhecimento dos problemas e um grande entusiasmo em seu autor, o comandante Armando Pires.

A primeira parte compreende uma exposição dos caracteres físicos das massas aquáticas, particularmente as oceânicas, e da divisão batimétrica das respectivas populações. Na segunda parte se descrevem a anatomia dos peixes, as maneiras de captura e seu manejo, assim como outros recursos técnicos de que se deve dispôr na exploração sistemática, dos mesmos. Na terceira e última parte se tratam questões de piscicultura, métodos de criação e alimentação de alevinos, assim como noções de patologia ictiológica ao alcance de todo piscicultor.

Sem pretensões de obra de consulta, senão apenas de estrita vulgarização, mas com dados de interesse técnico para os especialistas, essa pequena obra deve ser considerada como uma boa introdução à ictiologia econômica e, por isso, difundida em nossos meios alheios em geral para as questões de oceanografia e piscicultura.

(Registro crítico da lavra de M. Maldonado K. inserto na *Revista Geográfica do Instituto Panamericano de Geografia e História*, tomo II, ns. 5-6 — México, 1942).

★

JÔNATAS SERRANO — *História Antiga e Medieval* (Primeira Série do Curso Ginasial) J. Briguelet & Cia. Editores — Rio, 1943.

O Sr. Jônatas Serrano pertence à categoria daqueles que não fazem do livro didático uma indústria. Coisa rara no Brasil, diga-se de passagem. Seus numerosos trabalhos atestam uma orientação segura, servindo aos elevados propósitos de quem deseja contribuir para a boa formação intelectual das novas gerações.

★

Acaba de lançar mais um livro didático, epigrafiado pelo título desta nota.

Divide o presente trabalho da seguinte maneira: Noções preliminares (História e Prehistória — Grandes divisões da Prehistória — Grandes divisões da História); *História Antiga* — *Unidade Primeira*: O Oriente — Os Hebreus — Os Egípcios — Principais vultos e episódios dos outros povos da antiguidade oriental — *Unidade Segunda*: O Mundo Grego — Os primeiros tempos — Esparta e Atenas — A Macedônia, Alexandre — *Unidade Terceira*: O Mundo Romano — A fundação de Roma; a realeza — A República; as lutas internas; as conquistas romanas — Júlio César — O Império; vultos e episódios principais — O Cristianismo; origem, propagação, triunfo — *História Antiga* — *História da Idade Média* — *Unidade Quarta*: O Mundo Bárbaro — Os povos bárbaros — As grandes invasões — Os Francos; Carlos Magno — *Unidade Quinta*: Os Árabes — O povo árabe — Maomé e o Islamismo — As conquistas árabes — *Unidade Sexta*: As Cruzadas — Causas — As grandes Cruzadas, São Luiz. As principais consequências — *Unidade Sétima*: A Igreja — As heresias — Os grandes Papas — As ordens religiosas — *Unidade Oitava*: A guerra dos cem anos — A origem — Os mais importantes episódios; Joana d'Arc — *Unidade Nona*: O Império do Oriente — Fundação — O reinado de Justiniano — Os Turcos; queda do Império do Oriente. Chineses e Mongóis — Os Turcos — Idade Média.

Este volume aparece com uma boa apresentação gráfica, condição essencial aos trabalhos desta natureza.

★

CARLOS B. SCHMIDT e JOSE' REIS — *Rasgando Horizontes* — A Secretaria da Agricultura de São Paulo no seu Cinquentenário — São Paulo — 1943.

A frase antiga de que "o Brasil é um país essencialmente agrícola" não encerra, talvez um significado positivo. Cuidamos de agricultura, até agora, não pelo fato de termos uma vocação acentuada para ela como as populações rurais da Rússia ou da França. Fomos agricultores, desde a primeira hora, com a cultura da cana de açúcar no Nordeste, pela sugestão da terra — pela tradição agrícola ibérica — e pela dificuldade de empreender qualquer outro trabalho. Mas hoje somos uma nação que guarda o vestígio de todas as etnias. Recebemos influências culturais diversas e o nosso povo já demonstra uma tendência para a atividade onímoda. Hoje, esse pacífico povo de agricultores, descendente de brancos, negros e índios acha-se transformado numa gente ativa, afeita às máquinas, lidando com engenhos cujo entendimento era um privilégio — supunha-se lá fora — dos povos superiores espalhados alhures.

Demonstramos uma capacidade de apreensão de técnicas que surpreendeu, fabricamos tecidos, papel, aviões, artefatos de todo o gênero. Somos de certo modo, hoje, um povo essencialmente industrial.

Muito bem. Mas o segredo do nosso futuro não será uma especialização nesse ou naquele sentido. Cremos que uma atividade industrial deve completar a atividade agrícola. A idéia de levarmos uma eternidade tomando café e comendo milho é tão absurda quanto a de passarmos os dias fabricando automóveis e máquinas de costuras, num país sem alimentos — com oito milhões de quilômetros quadrados.

Na medida, porém, em que somos um país agrícola é preciso sê-lo bem. Os povos modernos industrializam sua agricultura. Industria-

lizar é organizar — vertical e horizontalmente — para produzir mais. Essa organização implica o emprego de máquinas e o preparo físico e mental daqueles que deverão lidar com essas máquinas. Esses objetivos encerram u'a multiplicitude incalculável de providências. Um povo civilizado não pode cultivar o solo como o faz uma tribo de Melanésia.

Essas palavras vêm a propósito do magnífico volume editado pelo Governo de São Paulo, para comemorar o cinquentenário da sua Secretaria de Agricultura.

Esse departamento da administração estadual é um exemplo vivo da operosidade, da mentalidade progressista da gente paulistana. A agricultura, no Estado das bandeiras, está organizada modeladamente. A história dessa organização encontra-se nos 50 anos de existência de sua Secretaria da Agricultura. O presente volume, com 417 páginas, profusamente ilustrado, é um documentário magnífico dessa evolução, focalizando-a sob todos os ângulos. Enche de orgulho a todo brasileiro conhecer em toda sua complexidade estrutural uma organização que tantos serviços vem prestando à lavoura paulista. E São Paulo tem uma grande lavoura. A agricultura é a base sobre a qual está assentada sua formidável atividade industrial.

O livro encontra-se expressivamente dividido da seguinte maneira: Evolução; Administração; O Meio Físico; Fauna; Flora; A Luta contra o Deserto; Braços; Ensino. Sementeira de Ideias; Melhores Searas; Melhores Rebanhos; Sêda; Luta contra as Doenças; Cooperativismo; Estatística; Repertório de Leis e Decretos; Endereços das Repartições.

Focalizando o assunto "imigração" que diz respeito tão de perto à prosperidade paulista o livro contém o seguinte trecho:

"Em 1896 resolveu o governo do Estado incentivar a chamada imigração espontânea, procurando atrair para nossas terras agricultores em condições de aqui se tornarem proprietários. Iniciou-se, então, intensa propaganda, especialmente na Itália, disso resultando incontáveis benefícios.

A imigração espontânea sempre existiu em nosso País, encaminhada, porém, especialmente para as atividades urbanas; a princípio muito menos numerosa que a subsidiada, loi aos poucos crescendo até suplantá-la em certos períodos, confirmando, aliás, o postulado de Eduardo Prado, de que a imigração atrai a imigração. As levas de imigrantes subsidiados funcionam como patrulhas de reconhecimento dos possíveis imigrantes de maiores recursos, que ficam em seus países de origem a espera dos resultados da experiência daqueles no novo meio. Se é boa a experiência, não tardam eles em emigrar também, ainda que à custa própria, buscando tanto a vida urbana quanto a rural.

Em 1915 o Serviço de Imigração, então como Departamento Estadual do Trabalho, estuda a imigração do Nordeste para São Paulo e a localização de trabalhadores nacionais, inaugurando uma política, que tem sempre aumentado, de aproveitamento do elemento nacional em trabalhos de colonização, apesar de não terem dado bons resultados os primeiros contingentes aqui chegados do norte, em 1916.

Em 1928 foi suspensa a imigração subsidiada, parcialmente restabelecida em 1935".

Como vemos, é um trabalho repleto de informações e de sugestões, cujo conhecimento será útil a todos os que se interessam pelo Brasil.

A. M.

★

JOÃO PINTO DA COSTA LEITE — *Economia de Guerra* — Livraria Tavares Martins — Porto — 1943.

Este livro enquadra-se, por motivos diversos, na classificação geral de *uma obra útil*. Abordando problemas que se acumularam em virtude da guerra atual, seu autor não estaciona no terra-a-terra das considerações imediatistas. Trata do assunto com a magistral elevação, traçando a linha geral dos fenômenos, rebuscando-lhes todos os elementos, averiguando causas e conseqüências — estudando soluções.

Além disto, têm os portugueses contemporâneos credenciais particulares para ventilar esses temas. São eles pioneiros legítimos de novas formas organizacionais. Criaram uma Política, um Direito e uma Economia — substanciados em um Estado — cujos princípios vêm sendo adotados por outros povos europeus e americanos; isto facultou aos portugueses uma eficiente preparação para enfrentar os acontecimentos. De resto eles estão perto do teatro da luta, sem estarem diretamente na luta; são neutros, tanto quanto um país pode ser neutro nos dias em que estamos vivendo.

O livro transparece nas 367 páginas aquele equilíbrio, aquela clareza meridiana que caracteriza a exposição dos tratadistas portugueses contemporâneos. Seu autor é um estadista, vigorosa expressão das elites políticas formadas por Salazar, ocupando a pasta das Finanças; trata-se pois, de uma autoridade indicada por todos os motivos para ventilar o tema.

Quanto à importância dos problemas abarcados por esta expressão *economia da guerra* — é quase desnecessário encarecê-la. Hoje mais do que nunca a guerra envolve a nação, de um modo total. Psicologicamente, influenciando as atitudes do seu povo; politicamente, ditando transformações estruturais que consultem melhor ao *esforço de guerra* (expressão cabível mesmo aos povos neutros); economicamente, determinando reorganizações completas na esfera do sistema produtor-consumidor, atendendo à solicitação de múltiplos fatores novos.

A elaboração de uma *economia de guerra* determina o concurso estreito dos geógrafos, a consideração dos dados geográficos. Isto é, tudo aquilo que é estudado nos limites da geografia econômica.

Diz o sr. Costa Leite no capítulo 1.º “A guerra, no seu aspecto puramente econômico, representa o surgir de uma nova ordem de necessidades, imperiosas, absorventes que dominam todas as demais. No conceito de quem a trava — e só esse interessa — é, por definição, uma necessidade vital da comunidade que, como tal, há-de sobrepor-se às necessidades individuais. Que derive de cousas econômicas, políticas ou morais, pouco importa; se a comunidade é um fato que domina as existências dos indivíduos e a cuja conservação a guerra é indispensável, as exigências desta há-de tomar o primeiro plano e toda a vida da Nação — apenas com a condição de ser vida — há-de subordinar-se a elas”.

O livro divide-se da seguinte maneira:

1.ª Parte

Aspectos gerais da economia de guerra — A guerra como elemento perturbador do equilíbrio econômico — Finanças de guerra e economia de guerra — sua interdependência — O verdadeiro sentido do financiamento de guerra — processo de redistribuição dos consumos nacionais. — Política Econômica de guerra — Política Financeira de guerra.

2.ª Parte

A economia de guerra em Portugal — A guerra e a vida econômica dos neutros — A guerra e as relações econômicas externas — Reações da economia interna — Finanças de guerra — A política econômica de guerra em Portugal.

A. M.



H. DE ARAÚJO GOIS — *Inundações do Paraíba em Juiz de Fora* — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1943.

Entre os mais notáveis aspectos geográficos do Brasil, destaca-se a extensão e a complexidade de nossa rede hidrográfica. Notaria isso, já o bandeirante de 1 600, cujo roteiro para os sertões, confundiu-se com o vale dos grandes rios. Poderíamos até dizer que os rios, neste sentido, revelaram nosso País.

Compreensível, pois, o nascimento das cidades à beira dos rios. Algumas ficaram grandes, metropolizaram-se, tendo sempre na via fluvial sua principal razão de ser.

Muito bem. O rio, com a piroga indígena ou a barcaça, a balsa ou a embarcação motorizada — tipos variáveis daqui para ali — seria, desde muito cedo, o escoadouro da produção urbana. Na função necessária de entropostos, desenvolveram-se as cidades, numa ininterrupta valorização demográfica e econômica.

Faltou, entretanto, à fundação das cidades, qualquer providência, qualquer consideração ao meio físico. Distinguiram-se os portugueses como colonizadores — disse-o alguém — pela absoluta liberdade que facultavam à iniciativa individual. Que se fundassem povoações, que se fizessem casas, igrejas, nada disso importava a El-Rei, a não ser que os impostos fossem pagos com abundância.

Isto foi um bem — e foi um mal. Um bem porque contribuiu para que a civilização se expandisse em nosso território. Um mal porque essa expansão fez-se fora de qualquer disciplina. Daí, hoje, a herança das ruas tortas, estreitas e das cidades mal localizadas.

Essas estão, não raro situadas em lugares expostos aos flagelos de toda espécie. Particularmente à cheia dos rios.

Comum, portanto, a multíssimas cidades brasileiras esse problema sério do escoamento e aproveitamento das águas, confundido, é claro, com o do saneamento da terra. Isto de Porto Alegre a Juiz de Fora, de Juazeiro a Campos dos Goitacazes.

O problema é importante não só, economicamente, dados os incalculáveis prejuízos decorrentes da enchente, como pelo que diz respeito à salubridade local.

Reputamos, pois de importância o presente trabalho do sr. H. de Araújo Gois, abordando, tecnicamente, as célebres enchentes de Juiz de Fora.

Seu trabalho, bem ilustrado com fotografias e gráficos, faz interessante retrospecto dos planos anteriores para saneamento da importante “Manchester Mineira”, entre os quais encontra-se o do grande Saturnino de Brito.

Atualizando as observações de todos os que cuidaram do assunto, até agora, o livro representa uma fonte, um documentário novo para todos aqueles que — de diversos ângulos — interessarem-se pelos estudos urbanísticos.

Mostramos a seguir o sumário da obra: Capítulo I, Prefácio; Capítulo II, Chuvas; Capítulo III, Regime do rio Paraíba; Capítulo IV, Estudos anteriormente realizados, Projeto

Howian, Projeto Saturnino Brito, Baeta Neves, Projeto Dolabela e Portela, Projeto Asdrubal Teixeira de Sousa, Capítulo V, Reservatórios de cheia; Capítulo VI, Regularização do Paraiçuna; Capítulo VII, Orçamento; Capítulo VIII, Conclusões; Anexo, Sondagens geológicas, Pontes em Juiz de Fora.

A. M.

★

C. K. JONES — *A Bibliography Latin American Bibliographies* — The Library of Congress Hispanic Foundation — 2.^a edição — Washington — 1942.

Decididamente vivemos o século da cooperação interamericana. Esse ideal que parecia outrora tão distante, irrealizável pela incompreensão, pelos conflitos, pela própria extensão geográfica do continente, está hoje em plena fase da materialização. Parece que há mesmo uma competição de país para país, de povo para povo, no sentido de dar mais provas de participação na comunidade continental.

O que, no tempo de Bolívar, foi uma utopia é hoje um programa sério de vida, marcando os rumos de uma política. E' que o avião, o rádio, a imprensa, destruíram o impossível. Aca- baram com a distância.

Dentre as nações da América que se distinguem mais, promovendo o intercâmbio através do Continente, encontra-se os Estados Unidos, fato relacionado, de certo modo, com os largos recursos materiais de que dispõe este povo.

Iniciativas de todo gênero assinalam o esforço lanque neste sentido.

Ainda recentemente chegou até nós a notícia de que a Biblioteca do Congresso publicou em segunda edição, a grande obra do Sr. C. K. Jones, intitulada *Hispanic American Bibliographies*.

A mencionada obra, editada em Baltimore pela *Hispanic American Historical Review*, em 1922, foi originalmente compilada pelo autor como resultado do seu interesse pessoal na literatura ibero-americana, e foi realizada fora dos seus deveres oficiais exercidos na Biblioteca do Congresso, onde naquela época o Sr. Jones desempenhava as funções de Chefe da Divisão de Classificação. Publicada a primeira edição, que abriu novos horizontes num campo cuja importância é agora universalmente reconhecida, somente chamou a atenção de um pequeno grupo de investigadores, embora fôsse uma obra de consulta fundamental para as pesquisas latino-americanas.

A nova edição, citando duas vezes maior número de obras que a primitiva, aparece agora com o título de *A Bibliography of Latin American Bibliographies*. Várias pessoas colaboraram com o Sr. Jones, no seu trabalho de revisão entre os quais, os Srs. Jones A. Granier, da Biblioteca do Congresso, Rúbens Borba de Moraes, diretor da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, prof. José Torre Revello, erudito argentino, Stwgis E. Leavitt, lente da cadeira de espanhol da Universidade de North Carolina.

A segunda publicação da nova série bibliográfica latino-americana da Biblioteca do Congresso consta de 311 páginas de indicações críticas de cerca de 3 000 obras diferentes. Tem um índice completo e, agora a secção das obras de caráter geral, está dividida por países. Compreende bibliografias, histórias da literatura, e enciclopédias, anuários, almanaques e outras publicações.

A publicação representa, sem dúvida, um passo decisivo para a aproximação continental. Para a identificação dos espíritos e das vontades na paz deste hemisfério livre.

A. M.

★

MÁRIO MELO — *Síntese Cronológica de Pernambuco* — Imprensa Oficial — Recife — 1943.

Residindo em Recife, o autor do presente livro preocupa-se devotadamente com a sua província, perscrutando-lhe, há longos anos, os refulhos da história.

Este sentido da obra do Sr. Mário Melo basta para atrair sobre ele a simpatia geral. Benditos aqueles que sabem cultivar com ternura as tradições do berço natal.

A terra heróica de Henrique Dias tem, por motivos diversos, uma singular importância na história do Brasil. Principalmente pela sua situação geográfica, ponto do continente mais acessível aos roteiros oceânicos. Este fato determinaria a localização ali, muito cedo, de um laborioso núcleo populacional.

Quando a maior parte do País estava por explorar, já em Pernambuco o povo de dois lugares disputava a primazia na província, demonstrando uma precoce vitalidade cívica.

Mais tarde os pernambucanos expulsariam o invasor flamengo e, durante nossa evolução política, nenhum outro estado seria cenário de tantas revoluções, de tantos motins.

O historiador encontra material farto na antiga Capitania de Duarte Coelho. Entretanto, além das monografias maçudas, dos livros de péso — impõe-se a realização de outros trabalhos, menos fascinantes, embora, exigindo de seus realizadores, esforço e erudição.

E' a um destes que o Sr. Mário Melo acaba de dar publicidade. *Síntese Cronológica de Pernambuco* condensa em 145 páginas o que existe de mais interessante nos fastos pernambucanos, a partir do I século.

★

ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO — *Grandjean de Montigny e a Evolução da arte brasileira* — Empresa A NOITE — Rio de Janeiro — 1941.

Estranho esse Grandjean de Montigny. Vocação indiscutível para a arte, freqüentaria, em plena juventude, os *ateliers* dos professores Delamoy, Perier e Fontaine, em Paris. Aos 23 anos alcançou o *Priz de Rome*. Na Cidade Eterna freqüentou a Academia Francêsa de Belas Artes; em seguida viajou pela Itália, de caderno na mão, desenhando, fixando tudo que encontrava, para sugestões futuras.

Incumbiu-o depois o Rei da Westfália, de alguns trabalhos para a cidade prussiana de Cassel, à margem do Fulda.

Seu temperamento de artista, porém, chamava-o às terras distantes, desconhecidas. De resto, com a queda de Napoleão era prudente que ele, bonapartista ardoroso, se afastara da França.

Para essa fuga aceitou o convite de Joachim Lebreton, organizador da Missão Artística Francêsa. A missão destinava-se à difícil tarefa de semear o gosto pelas artes e construir monumentos, neste Reino, então do Sr. D. João VI. Uma aventura bem fascinante para espíritos como o de Montigny.

Os artistas francêses desempenharam um papel importante no Brasil. Formaram escola, projetaram palácios, templos, jardins; influíram

no próprio mobiliário, nas decorações de interiores, até nos costumes. Ligaram-se, para sempre, à vida artística brasileira.

Compreende-se, pois, o gesto do Sr. Moraes de los Rios deslocando a órbita do seu trabalho — uma biografia de Montigny — para os domínios mais amplos da evolução da arte brasileira. Fez isto com erudição e método, dividindo bem o assunto e apoiando sua argumentação numa vasta e substanciosa bibliografia.

Faz uma reconstituição da Urbe Carioca em 1816, as ruas, travessas, a sege, a cadeirinha, a policromia étnica. Passa em revista a paisagem cultural da época, examinando a música e o canto, a dança e o teatro. Não apenas com a preocupação descritiva, mas, indo-lhes à origem, interpretando-as.

Capítulo que interessa de perto ao geógrafo é o que se subordina ao título — *Belas Artes*. Estuda as artes primitivas de índios e negros, o movimento artístico no Brasil Colonial, empreendendo uma síntese valiosa sobre este assunto pouco explorado.

Analisa minuciosamente a habitação, a casa. Vale a pena transcrever o sumário: "A casa. A mansão. O solar. Detalhes da casa tradicional. A casa da chácara. As quintas. Os portões. Moradias dos príncipes. Compreender, para apreciar. Os jardins. Templos, capelas e conventos. Santuária religiosa. Os arquitetos. Lavrantes, douradores e toreutas".

Seria desnecessário evidenciar a utilidade deste livro ao geógrafo. Disse-nos um pintor, certa vez, que não pode ser bom artista quem não é, de algum modo, geógrafo. Também não podem ventilar determinados temas geográficos — o da habitação, por exemplo — quem ignora a questão dos estilos, os princípios de arquitetura. Os estilos quando transplantados, entram em choque com a realidade ecológica. Dêsse atrito nasce uma forma. E' preciso, pois, conhecer tudo, para raciocinar, desenvolver — concluir.

Uma obra de fôlego. Que apontem os lapsos, os especialistas no assunto. Limitamo-nos, aqui, ao registo da primeira impressão. Esta autoriza-nos a dizer que "Grandjean..." é um grande livro.

A. M.

★

ROBERT S. PLATT — *América Latina: Trechos de Países e Regiões Unidas* — (Série de Geografia, de McGraw-Hill Book Co., New York e Londres — 1942.

De 1922 a 1937, o professor Platt fez sete viagens ao interior da América Latina, tendo visitado todas as repúblicas e as colônias de potências estrangeiras, tanto nas Índias Ocidentais como no continente, vindo assim a conhecer a maioria das regiões geográficas. Sua finalidade era "reconhecer e registrar alguns dos pormenores fundamentais que parecem caracterizar as regiões", e seu método era o de fazer pormenorizados estudos, no campo, quanto às "unidades básicas de população humana". De tempos em tempos ele apresentou alguns resultados de seus trabalhos, em periódicos geográficos (entre os quais a *Geographical Review*, que publicou grande número), assim como em conferências perante seus colegas. Classificaram-no, algumas vezes, um tanto derrisoriamente, como "microgeógrafo", o que não lhe causou ressentimento algum nem o impediu de prosseguir na sua tarefa. E agora, se o seu método exige alguma justificação, esta é constituída pelo próprio livro.

Na introdução, que por explicar tão bem o plano em conjunto merecia ser citada textualmente como resumo do livro, o autor adverte que os estudos apresentados constituem "vistas separadas e portanto não devem ser lidos um após outro, como narrativa contínua". Não obstante, há uma "continua progressão de idéias" e um desenvolvimento lógico, desde o primeiro capítulo, "O Embaranhado da América Latina", até o último, "Estrutura Política da América Latina na Ordem Mundial". Essa sequência fará que muitas pessoas leiam o livro como narração contínua e fiquem satisfeitas com a leitura.

O primeiro capítulo apresenta uma visão panorâmica. Nêle, em seis mapas simples, na mesma escala, vemos em conjunto os contornos das terras, os climas, a vegetação natural, os solos, a estrutura das rochas e as populações da América Latina. Por causa de seu tamanho reduzido, os mapas só podem apresentar amplas generalizações, porém são apropriados ao fim em vista. Com eles e com um mapa indicando a localização dos sítios estudados e os meios de transporte empregados pelo autor, o leitor pode apreciar imediatamente os traços predominantes nas áreas em que se encontra cada uma das unidades descritas. Nas descrições encontramos os pormenores locais de clima e topografia que determinam a conveniência ou inconveniência da habitação humana em localidades situadas nas áreas estudadas. Há descrições de noventa e quatro unidades e sete travessias. A concentração é nas unidades agrícolas, desde as pequenas chácaras dos índios das florestas até as grandes fazendas; mas o autor descreve também os centros de mineração e os campos petrolíferos, os ranchos de gado, ou lugares onde se reúnem os produtos da floresta e onde se extrai a madeira, os pontos de tráfico fluvial onde as atividades de entreposto são auxiliadas por alguma produção agrícola e exploração de produtos florestais, e as indústrias regionais de pesca.

Mapas e fotografias acompanham cada descrição. Uns e outros são excelentes. As fotografias foram escolhidas em um arquivo de cerca de 25 000. Os mapas, que mostram em detalhe os limites das unidades descritas, a utilização da terra incluindo áreas ocupadas com culturas diversas quando se procedeu ao seu estudo, a localização dos edifícios, a disposição de canais e valas para irrigação, dando certas indicações sobre a topografia, foram feitos no local, com o emprêgo de vários métodos simples: mesa plana, alidades e régua de cálculo, rascunhos em cadernos de notas, ou informações obtidas no campo, em complemento a outras obtidas de levantamentos cadastrais.

Em recente exame do trabalho de Preston E. James, *Latin America* (vide *Geographical Review*, vol. 32, 1942, pp. 517-519), disse o Professor Platt que "com insistência se faz ver ao leitor que é a cultura humana e não o ambiente natural que exerce ativa influência na ocupação da terra". Ora, esta observação se pode aplicar igualmente bem ao próprio livro de Platt. Acrescente-se, contudo, que o ocupante humano só é tomado em consideração do ponto de vista do trabalho que faz e está fazendo no solo que domina. Realmente, não se fala do homem, nem se tem idéia quanto aos seus pensamentos, nem de suas esperanças e aspirações, como também não se sabe que interesse tem ele pelo país em conjunto ou pela região que habita.

Agora, que estão feitas estas observações, todas elas referentes a regiões determinadas e ligadas entre si por uma rede de rotas cruzadas, — e que não-las apresentam juntamente com as generalizações provenientes delas e de pesquisas bibliográficas e observações no campo, em áreas mais amplas, é de se indagar se

Jamais poderia haver dúvida quanto à eficiência do método. Na realidade, nada há de novo quanto a ele. Melhor devem conhecer um país aqueles que conhecem intimamente as partes que o compõem. A novidade está em haver um geógrafo propositalmente escolhido e pacientemente seguido este método para estudar uma das grandes divisões do nosso mundo. Não se proclama que o estudo é completo, e sim, apenas, que "dentro dos limites estabelecidos pelo tempo e pela oportunidade, cada sítio foi escolhido como típico, sob certos aspectos, da área em que se encontra e que em conjunto, foram tomados para exemplificar alguns aspectos das regiões da América Latina", e que este "bem fundado e empírico início" de compreensão regional é de "ser seguido e ampliado, no futuro, em mais profunda compreensão, através de observações precisamente localizadas e registradas". (Comentário inserto na *Geographical Review* — Abril de 1943, traduzido por Edison G. Dias).

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — *Vultos da Geografia do Brasil* — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — (Separata da *Revista Brasileira de Geografia*) — Rio — 1943.

Um dos grandes serviços que o C.N.G. vem prestando ao País, é o de despertar nas novas gerações de estudiosos, o culto pelos personagens ilustres da geografia pátria. Por esses homens cuja obra nos possibilita hoje, caminhar um pouco mais, no que diz respeito aos conhecimentos geográficos brasileiros. Assim a *Revista Brasileira de Geografia* vem mantendo, desde seu início, a publicação de retratos de geógrafos que se hajam notabilizado neste sentido.

Esses retratos, desenhados a bico de pena pelo Sr. M. Medina, foram reunidos há pouco em um elegante volume de 102 páginas. Acompanhando cada gravura vem um pequeno texto, com algumas notas bibliográficas. Encontra-se aí manancial de informações sobre Rio Branco, Elisée Reclus, Homem de Melo, Orville A. Derby, Eusébio Paulo de Oliveira, Von Martius, Euclides da Cunha, Augusto de Saint-Hilaire, Alberto Betim Pais Leme, Louis Agassiz, Moreira Guimarães, Charles Frederic Hartt, José Vieira Couto de Magalhães, John Gasper Brancker, Beaurepaire Rohan, Almirante Mouchez, Tenente João Salustiano Lira, Wilhelm von Es-

chwege, Moraes Rego, A. Severger, Barão de La-dário, Alcide d'Orbigny, Barbosa Rodrigues, La Condamine, Silva Coutinho, Jules Nicolas Crevaux, Teodoro Sampaio, Karl von den Steinen.

O presente volume possui uma significação toda especial. Foi organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É uma contribuição dos mencionados Institutos às comemorações do 1.º centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, que transcorreu a 25 de maio de 1943.

★

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — *Tipos e aspectos do Brasil* — (Separata da *Revista Brasileira de Geografia*) — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1943.

Preparado também pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, surgiu, recentemente, uma primorosa edição destinada às comemorações do 1.º centenário da fundação do Instituto Histórico do Uruguai.

Animados pela arte de Percy Lau, desfilam nestas 92 páginas, verdadeiros quadros vivos do Brasil.

Sem dúvida, a imagem é um dos mais poderosos instrumentos para a instrução do povo. Um desenho representando um *vaqueiro de Marajó*, um *gaúcho*, *jangadeiros*, um *vaqueiro do Nordeste*, *garimpeiros*, — um desenho assim, repetimos, vale por um livro inteiro. Mormente sendo estas gravuras preparadas com todos os detalhes, sob a orientação de técnicos do C. N.G.

Esta edição de *Tipos e Aspectos do Brasil* que assinala, portanto, mais uma iniciativa patriótica do I.B.G.E., contém os seguintes assuntos: Arpoadores de Jacarés — Trecho de um rio na Amazônia — Vaqueiro de Marajó — Catinga — O Gaúcho — Campos de criação do Rio Grande do Sul — Campo cerrado — Bois de sela — Burros de carga — Floresta da encosta oriental — Jangadeiros — Coqueiros das praias do Nordeste — Vaqueiro do Nordeste — Agreste — Carro de bois — Floresta em galeria — Negras balanas — Cacaual — Carroças coloniais do Sul — Pinhal — Seringueiros — Buritizal — Garimpeiros — Gaíolas e vaticanos — Vaqueiro do Rio Branco — Campos do Rio Branco.

★

Sôbre periódicos

KARL P. SCHMIDT: "Corollary and Commentary for *"Climate and Evolution"* in *The American Midland Naturalist*, vol. 30 — n.º 1 — july 1943 — "The University of Notre Dame — Notre Dame — Indiana — U.S.A.

Karl P. Schmidt publica na revista *The American Midland Naturalist*, órgão oficial da Universidade de Notre-Dame (Indiana, E.U.A.) substancial estudo acerca dos problemas atuais da Zoogeografia, destacando o seu impulso com a separação da Zoologia, após o aparecimento, em 1876, da obra já hoje clássica de Wallace: *Geographical Distribution of Animals*.

O erudito ensaísta faz, de início, em suas linhas gerais, o histórico da Zoogeografia, que teve no gênio sueco o seu mais recuado precursor. Linéu, no seu monumental *Systema Naturae*, cuidou embrionariamente da dispersão animal por toda a vasta superfície do globo, fixando em esboços rápidos, embora imprecisos, as suas interações com os variados climas. Darwin dedicou dois capítulos do seu livro *Origin of Species* ao assunto. Desses capítulos serviu-se Wallace para ampliar o estudo e dar-lhe emancipação científica através do seu *Geographical Distribution of Animals* cujas pesquisas experimentais nos terrenos da pre-história, da geologia, da arqueologia, da zoologia comparada e, sobretudo, da paleontologia, consagraram-no em definitivo como "pai da Geografia Animal".

Afirma Schmidt no ensaio sob comentário, que notáveis contribuições, particularmente os aperfeiçoamentos, no estudo da classificação animal e os grandes avanços no conhecimento de sua dispersão, reduziram desde logo a importância da obra de Wallace, que passou a ter apenas interesse histórico. O próprio Wallace dilatou a sua tese inicial, de que resultou o aparecimento, em 1891, do *Island Life*, obra que abarca todas as conquistas da Zoogeografia no século XIX e ainda hoje, sob alguns aspectos, de significativa atualização.

A teoria mostra a que Wallace deu corpo, acerca da dispersão animal através da Terra, assentava solidamente na velha concepção geológica do "land-bridge". Isto é, nas hipotéticas ligações dos continentes por faixas terrestres, ou mesmo por continentes outros desaparecidos. Dentre essas hipóteses, ainda hoje prevalece a da ligação pré-histórica da porção continental asiática à americana através de remota "land-bridge" no mesmo paralelo do atual estreito de Berhing.

Os que estudam e se identificam com as teorias sobre a formação primitiva da crosta terrestre, sabem que vários geólogos e arqueólogos criaram escolas com as suas teorias sobre a Atlântida, ou sobre a paleozóica "Gondwana Land", gigantesca e imaginária massa continental que no primeiro período geológico se estendia da Austrália à Índia cruzando o espaço atual do Oceano Índico até à parte sul da África e daí cruzando o espaço atual do Atlântico Sul, até à Sul América. Esta imensa conexão transpacífica e transatlântica formava assim um só bloco continental que abarcava todo o hemisfério sul. Os zoogeógrafos explicavam com o apoio dessas teorias a presença e sobrevivência atual de espécies animais arcáicas, como a dos marsupiais, na Austrália e na América Latina.

Muitas objeções críticas surgiram em torno dessas teorias e quase todas as especulações paleogeográficas que defendiam o recurso dos

"land-bridges" foram ruindo com as novas aquisições, dentre as quais, especialmente, os experimentais estudos sobre os fósseis marinhos. Perderam assim a sua suprema atualidade as hipotéticas conclusões de Hulton, de Forbes, de Osborn, de Scharff e do nosso bem conhecido Von Ihering.

Afirma Schmidt que uma nova e decisiva etapa no curso da Geografia Animal foi iniciada com a obra *Climate and Evolution* do sábio prof. W. D. Matthew, aparecida em 1915. Esse admirável esforço de pesquisa, digamos de passagem, não apenas abriu perspectivas novas ao estudo incipiente da Zoogeografia. Toda a Climatologia clássica e moderna, como as teses gerais até então vigorantes sobre a evolução animal e sobre a própria civilização humana, sofreram verdadeiras subversões com os novos subsídios recolhidos por Matthew. A tese de *Climate and Evolution* rejeita, no estudo da Zoogeografia, como no da Antropogeografia, quase todas as hipóteses com base no "land-bridge", para efeito interpretativo da dispersão animal através dos continentes. Matthew construiu com os recursos do moderno experimentalismo os seus ciclos de evolução, todos eles calcados na hipótese do "clima ideal" e oscilante. A própria humanidade teria evoluído em estreita interação com o clima e onde este se foi revelando mais propício, desde as fases primárias da formação geológica, aí foi avançando o espírito humano em civilização.

Schmidt completa o seu ensaio, no terreno estrito da Zoogeografia, com uma série de contribuições e exemplos de dispersão na fauna e na flora, todos em apóio específico à teoria de Matthew.

Se nos sobrasse espaço para comentário mais amplo ao presente trabalho do renomado naturalista, poderíamos opor audaciosa restrição às suas convicções no particular terreno nosográfico, acerca da vulnerabilidade dos primitivos povos malaios às doenças de contágio; predisposição essa que o autor atribui a simples deficiência racial imposta pelo fator clima. A moderna Nosologia repudia esse preconceito científico e documenta experimentalmente que a saúde do homem, qualquer seja a raça, não está ligada a nenhuma fatalidade climática.

E. D.

★

ALONSO S. DE MELO S. J. — "Os índios Nambiquaras". Revista *Estudos* n.º 1 e 2. Janeiro-Abril, 1943 — Rio de Janeiro.

Os missionários sempre foram valiosos auxiliares para os estudos etnológicos. Suas observações minuciosas baseadas nos continuados anos de íntima convivência com as populações indígenas, dão-lhes tal precisão nas descrições apresentadas que, muitas vezes servem para o roteiro inicial do etnólogo.

O breve estudo do Rev. Alonso S. de Melo S. J. sobre os índios Nambiquaras, dá-nos uma idéia dos proveitosos trabalhos já realizados na Prelazia de Diamantino. Refere-se o autor à necessidade da permanência junto aos indígenas durante longo tempo para apreensão das suas formas de cultura, afirmando que "os seis anos de convívio não foram suficientes para desvendar satisfatoriamente nem as regras do seu

falar, nem o seu sistema social, nem sequer o foi para classificar a sua própria tribo tão primitiva".

Essa afirmação demonstra como foi sempre bem compreendida pelos missionários, a noção de que o aspecto humano é de tal forma complexo, que, além dos conhecimentos científicos para a sua interpretação, há precisão do fator confiança, afim de que o chamado primitivo exiba, sem subterfúgios, o seu *modus vivendi*.

Inicia o autor o seu artigo, levantando uma dúvida sobre a terminologia nambiquara, pois que, significando essa palavra "orelha furada" não é aplicável aos índios de Major-Amarante que usam, apenas, um pequeno orifício no lóbulo da orelha para aí colocar enfeites. Preferem, então tratar esses indígenas da Missão, de "apoáquaras" ou ainda, como melhor lhe parece, de "anúcu", designação pela qual os próprios índios se chamam.

Trata brevemente de certas particularidades linguísticas dos Nambiquaras e dos Anúcu e, num rápido estudo comparativo mostra as distinções entre essas tribos. Refere-se à situação geográfica desse agrupamento e afirma que, sob o ponto de vista físico, não apresentam homogeneidade.

A seguir, descreve alguns traços da cultura não material, especialmente quanto à organização social e à forma religiosa, trazendo dados interessantes pela simplicidade e clareza com que os apresenta.

Comenta, também, o sistema econômico relativo à propriedade e à agricultura que é ali, largamente exercida.

Essa súpula apresentada em *Estudos* é, o desejamos, uma nota prévia para um futuro trabalho mais completo que irá certamente contribuir para o melhor conhecimento de um grupo indígena do nosso país.



JOAQUIM ALVES — *Migrações Cearenses* — In *Jornal Unitário* — Série de artigos nas edições de 4-6-943, 8-6-943, 15-7-943 e 1-8-943 — Fortaleza — Ceará.

Estranho êsse destino que o Ceará escolheu, dentro da Comunidade Brasileira — o de centro de dispersão demográfica. O fenômeno espera ainda o seu estudioso, o seu investigador atento. De um núcleo populacional relativamente pequeno — menor ainda há alguns anos — emergiu verdadeira onda migratória em direção à Amazônia e, de certo modo, às demais províncias do País.

Encontramos no jornal intitulado *Unitário* que se edita no Ceará, uma interessante série de artigos do Sr. Joaquim Alves sob a epígrafe: *Migrações cearenses para a Amazônia*.

Escreve o ágil articulista, no primeiro trabalho, que a Amazônia está sendo, novamente, objeto de estudos e observações semelhantes aos que se realizaram na primeira metade do século passado, quando os homens públicos da região apresentavam em discursos, conferências e artigos de jornais, as possibilidades da grande planície, como fonte econômica que merecia as atenções do governo.

Relembrou a luta pela liberdade da navegação do Amazonas e a lei de 6 de setembro de 1850, pelo qual o Imperador autorizou o estabelecimento da navegação a vapor, através do grande rio. A Província do Amazonas foi criada um dia antes da assinatura do decreto da livre navegação.

Recapitula, a seguir, as atividades econômicas no período colonial que consistiam, principalmente, na produção de tabaco, café,

cacau, algodão. Em 1819 o tabaco aparecia no quadro estatístico como o mais importante, com 5.045 arrobas, equivalendo na moeda atual Cr\$ 40 360,00; a este produto seguia o café, manteiga de tartaruga, a salsa, a quina e outros. Em 1848 já apareceram nas estatísticas 755 500 quilos de borracha.

Faltavam, entretanto, braços para o trabalho das estradas dos seringueiros, em estado nativo, onde a hostilidade de um clima desconhecido e calunhado e a floresta impenetrável representavam os agentes negativos da atividade do homem naquele mundo a explorar.

Tôdas as tentativas no sentido de interessar os governantes para o problema do povoamento da terra foram inúteis. Tavares Bastos no Senado do Império deu o grito de alarma, apresentando aos políticos do tempo o perigo que ofereciam as vastas fronteiras do extremo norte limitando uma área superior a 3 milhões de quilômetros quadrados, com uma população que não atingia, naqueles tempos, a 200 mil habitantes.

Só à iniciativa particular — continua êle — caberia, definitivamente, o esforço sobre-humano de povoar o norte. Primeiro foram os maranhenses que se dirigiram para o Amazonas e seringueiros do Pará quando a borracha já se fazia sentir como produto de importância no mercado paraense e amazonense. No início da segunda metade do século passado, as atividades agrícolas que caracterizavam a vida econômica da região, foram substituídas pela indústria extrativa, atraindo as populações do nordeste, atingidas pelo flagelo das secas.

O Ceará iniciou as suas migrações em 1869, quando mandou a primeira leva de cearenses, em outubro daquele ano, composta de cinqüenta homens, sob a direção de João Gabriel de Carvalho e Melo, originários da serra da Uruburetama, que se fixaram no baixo Purús.

Disse que as migrações cearenses para a Amazônia obedeceram a dois objetivos: fugir ao flagelo da seca e fazer fortuna rápida.

Os deslocamentos se sucederam ao primeiro, realizado em 1869, acentuando-se durante a grande seca de 1877, quando o flagelo castigou duramente o cearense, sendo a primeira leva, no ano referido, de 4 610 pessoas que rumaram às terras do Amazonas e do Pará. Localizaram-se no Juruá, no Purús, no Madeira e nos seus afluentes.

A continuação da seca nos anos que se seguiram 1878-1879, determinou a saída de emigrantes em massa, desordenadamente. Homens, mulheres, crianças, velhos, todos os que podiam deixar a terra, embarcavam. E' assim que em 1878 deixaram o Estado 43 352 cearenses e em 1879, 50 000, contando-se apenas os que saíram pelo porto de Fortaleza.

A seca dos três oito, como é conhecida a de 1888, ocasionou novo derrame de cearenses, elevando-se o número dos que procuraram os seringueiros da Amazônia a 55 000.

De 1888 em diante, a corrente emigratória não diminuiu mais de intensidade, até o fim do século. Fascinava o cearense a riqueza da Hilea.

Fato curioso nas migrações que se sucederam, do Ceará para a Amazônia, é a ausência quase absoluta do homem dos sertões do Cariri, enquanto que os sertões centrais, o litoral e a zona norte tomam a si a tarefa de povoar toda uma região — o Acre. Outrossim, espraíram-se por toda a planície, imprimindo uma feição típica aos costumes, à vida social, às normas de conduta do seringueiro.

A onda migratória continuou, com alterações de maior e de menor intensidade. O número de emigrantes aumentou progressivamente, entre 1892 e 1900. Neste último ano subiu a 47 835.

De resto, acentuava-se o contraste; enquanto no Ceará a luta pela vida assumia proporções gigantescas, nos seringais do norte, afirmava-se, havia abundância de tudo, água, caça, borracha, dinheiro.

Ao se iniciar, o século XX, o movimento migratório para a Amazônia atingia o seu *clímax*. O último ano do século anterior assistiu a partida de mais de 47 mil cearenses e 1901, continuando as conseqüências da seca, viu-se deslocarem 15 mil patrióticos que procuraram as terras da seringueira.

Nas proximidades das festas de Natal de 1900, 20 de dezembro, informa a Imprensa de Manaus daquele ano, irrompe no Acre o movimento armado que deveria terminar com o Tratado de Petrópolis.

Enquanto a Amazônia se abarrotava de ouro, com a produção de 27 650 toneladas de borracha em 1900, o Ceará e mais Estados nordestinos sofrem os horrores de uma precária situação econômica, agravada com um surto epidêmico de grandes proporções, o que impulsiona a corrente migratória para o norte.

Fatos extraordinários, porém, ocorrem com as inexperientes, os que não tinham encontrado, ainda, uma oportunidade de possuir grandes somas. Um ano depois de instalada na estrada que lhe era distribuída, o seringueiro começava a se libertar da primeira dívida, mas, em continuação, tinha de fazer outras, afim de enviar dinheiro para a família e refazer a sua dispensa.

Após anos sucessivos de trabalho de luta com o meio, sofrendo uma adaptação lenta às condições de vida nova, reagindo para não ser vencido pelo ambiente hostil, o seringueiro que consegue escapar das febres começa a diminuir as suas dívidas iniciando, então, a constituição de um pequeno capital. Permanência, assim, dois, três e mais anos internado na floresta, quando, então, contando com um saldo na escrita do *barracão*, podia pensar em voltar para a terra.

A chegada do seringueiro assinalava um período de intenso movimento comercial em Fortaleza e nos municípios. As lojas se enchiam de fregueses. Os preços eram aumentados. As oficinas tinham trabalho. O dinheiro da Amazônia remocava a economia do Estado.

Nos primeiros oito anos do século atual saíram do Estado 73 723 pessoas para o norte. Camocim, foi, nessa fase, o centro de maior movimento na zona norte do Estado. O seu porto esteve aberto livremente à emigração, não existindo, porém, registro dos que saíram do Estado por essa via.

Novas atividades surgiram para o cearense depois de 1908, de modo que a corrente migratória começa a diminuir.

A produção da borracha atingiu o seu maior desenvolvimento na Amazônia, em 1912, com 44 296 toneladas, elevando-se a sua exportação em 1910 a 39% da exportação total do Brasil. Tal era o grau de progresso que a indústria da borracha alcançava que os Estados produtores se encontravam entre as unidades brasileiras de maiores possibilidades.

Com o desenvolvimento da exploração da manicoba nos Estados do Nordeste, o movimento migratório apresenta um declínio acentuado.

Sobreveio, porém, a seca de 1915. A pecuária perdeu mais de 75%. As populações do interior novamente procuraram as terras úmidas da Amazônia, com a mesma intensidade das crises anteriores. Basta dizer que no biênio 1915-1916 ausentou-se do Ceará um total de 404 123 pessoas.

As esperanças dos cearenses, a partir de 1920 voltam-se para o próprio Estado Natal, com as grandes construções das obras contra as secas, iniciadas no Governo Epitácio.

Os invernos que se seguiram depois de 1930 deram margem a que se pensasse na reconstrução econômica do Estado. As somas fabulosas dispendidas nas construções deixavam a impressão de que nunca mais faltaria dinheiro nas terras cearenses. De todos os recantos do nordeste vinham homens trabalhar nas grandes construções. As estradas do Piauí, Baía e Pernambuco viveram dias de grande movimentação. Homens que ganhavam Cr\$ 1,50 por dia passaram a fazer Cr\$ 15,00 e até Cr\$ 20,00. Entre 1926 e 1931 observa-se no interior do Estado um movimento migratório de grande intensidade, para o sul, não se sabendo ao certo quantos se fixaram fora do Estado. A seca de 1932 deslocou mais de um milhão de habitantes dos Estados do Nordeste, localizados em campos de concentração e ao longo das estradas de rodagem e barragens em construção, ocasionando no Ceará a retirada de 10 550 em 1933.

As migrações cearenses, em grande escala não terminaram com a seca de 1932. O cearense experimentou mais uma vez as conseqüências do fenômeno climático em 1942, motivando novas migrações, estas, porém, obedeceram a um plano social de assistência. A volatilização do homem assumiu proporções admiráveis e a energia do cearense constatou-se na própria seleção realizada para os grandes embarques efetuados entre 1942-43.

A borracha voltou, atualmente, a se impor como fator econômico e militar e será, por isso mesmo, o fator da Vitória do Brasil e das Nações Unidas — conclui o articulista.

A. M.



M. BARRETO — Populações da Restinga — in *Journal A Evolução* — São João da Barra — E. do Rio de Janeiro — 1943.

No jornal de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, — *A Evolução* — encontramos um interessante artigo assinado pelo Sr. M. Barreto, abordando problemas regionais.

Restinga, devemos esclarecer em primeiro, lugar, é a denominação da faixa litorânea fluminense ao sul do Paraíba, particularmente larga na zona de Campos. É uma plataforma de areia construída pelo mar e que conserva uma curiosa disposição de cômodos, alinhados em grandes extensões.

Neste terreno cresce uma vegetação típica, agressiva, balizada de arbustos, que se parece muito com a vegetação do Nordeste. A planura vasta não opõe anteparos ao vento forte que sopra do mar. Assim, o vento e o sol exercem uma ação intensa na paisagem. Os diversos fatores ecológicos condicionam o habitat, determinando um padrão de vida próprio para suas populações humildes. Populações que levam uma existência vegetativa, nos casebres de sapê, tirando lenha nos capões de mato, pescando rudimentarmente nas lagoas, criando um ou outro animal, ou vendendo nos lugarejos mais próximos, a tabua, palha de largo emprego.

No trabalho, intitulado *A vida da restinga e a fuga dos lavradores*, o Sr. Barreto inicia suas considerações lembrando o pauperismo das populações distribuídas na área encaixada dentro do ângulo formado pelo Atlântico, com o leito do Paraíba.

Próximo ao rio, o humus trazido pelas suas águas fertiliza o terreno, facilitando uma agricultura rudimentar. Por isso essas terras são ferôzmente defendidas pelos seus ocupantes. Além da agricultura os habitantes ribeirinhos praticam, também, a pesca. Entretanto, mesmo assim não conseguem melhorar o padrão de vida pelas múltiplas explorações de que são vítimas.

O rio exerce uma atração enorme sobre os habitantes da restinga. Está nascendo na foz do Paraíba, na localidade de Atafona, uma verdadeira vila proletária, *queto de muxungos*, conforme a pitoresca designação dada pelo articulista.

Atafona é uma vila de população instável. Tem uma vida intermitente. E' procurada no final do ano por famílias de todo o Norte Fluminense, que ali empreendem a estação de verão.

Aproveitando-se desta circunstância, aproveitaram alguns exploradores estendendo, com desembarço, as cercas de arame farpado. Foi um baixo preço para conseguir aqueles terrenos hoje muito valorizados, pelas facilidades das comunicações com Campos, a quarenta e poucos quilômetros rio acima.

Mesmo assim prosseguiu o êxodo. As populações conduzindo todos os trastes — e são bem ôculos — fixam-se ali, abandonando o primitivo habitat. Trazem consigo hábitos e tradições. São, principalmente mensageiros do folk-lore da restinga e da planície. Dansam a *mand-chica* e gostam dos desafios na viola, à luz das estrélas. E amam as devocões pitorescas, erguendo uma capela de Nossa Senhora dos Navegantes. Vivem da pesca, do pequeno comércio; mantêm a indústria doméstica do palhão e da rede. "Não irá muito longe Atafona; a praia predileta da burguesia de Campos será totalmente proletarizada pelos flancos com os lavro-pescadores da restinga".

Tece o Sr. M. Barreto, a seguir, algumas considerações relativas ao que ficou, na restinga. Apesar de tudo as terras que estão sendo abandonadas ainda produzem muito. "A zona não é tão estéril como parece". É fato, sobretudo, a produção de abóboras, exportadas em larga escala. A criação de aves domésticas é considerável. Somente a pecuária é escassa. O gado de *praid* não encontra nos pastos pobres, as substâncias nutritivas de que carece. O jornalista sanjoanense encerra o artigo, focalizando o desamparo das populações rurais, com palavras que resumam a sinceridade do espectador.

"Destinos mui diversos tomam os despojados pelas secas ou enchentes, os ignorantes explorados e oprimidos, sem que não amiga lhes afague com um viático de esperanças. Os mais desembarçados no falar e no agir, procuram as cidades vindo engrossar as fileiras pobres de São João da Barra".

"... Que sejam estudadas as possibilidades de instalação de uma colônia agrícola na zona em apêço, que se despojava". — sugere, com muita lucidez, o jornalista M. Barreto.

★

MSN (Monthly Science News) — N.º 24 — julho de 1943 — (número dedicado ao centenário de Rothamsted) — Publicações M.S.N. — Caixa Postal 2 237 — Rio de Janeiro.

O n.º 24, de julho último, é dedicado ao centenário da famosa Estação Experimental de Agronomia de Rothamsted (Inglaterra). E' o único centro de pesquisas agronômicas do mundo que já apresentou resultados de observações científicas abrangendo período superior a 100 anos. Seu diretor atual, desde há mais que 30 anos, é o célebre pedólogo Sir John Russel, autor de tratados pedológicos traduzidos para diversas línguas. Seu livro *Soil Conditions and Plant Growth* já conta 7 edições e é considerado o mais completo tratado geral de Pedologia.

Desde 1843, ano da fundação da Estação Experimental de Rothamsted, sua contribuição no campo das pesquisas agronômicas tem sido enorme. Inúmeros problemas foram ali resol-

vidos. Diversas das descobertas que alteraram fundamentalmente os conhecimentos agrônômicos e as práticas agrícolas racionais devem ser levadas a seu crédito. Foi ali que ganhou impulso a adubação química e a indústria dos adubos. Verdadeira revolução nos métodos estatísticos foi provocada pelos estudos dos seus cientistas. Foi extraordinária a sua contribuição para o estudo dos insetos e dos inseticidas, das doenças das plantas, da biologia das abelhas. As teorias da dinâmica da água do solo, da disponibilidade da mesma às plantas e do mecanismo da absorção de água pelos vegetais foram estabelecidas ou desenvolvidas em consequência de pesquisas dessa Estação Experimental.

Muito deve a Física do Solo aos sábios dessa instituição científica modelar, que foi a primeira a dar forte impulso a essa ciência nova por intermédio do seu diretor, Bernard Keene e outros cientistas. Outro ramo importante da Pedologia foi desenvolvido em Rothamsted e levado muito adiante do ponto, em que os mesmos estudos se achavam em outros países: é a Microbiologia do Solo. Como a própria Pedologia, diversos dos seus ramos tiveram por berço a Rússia, onde os estudos do solo, principalmente do ponto de vista de aplicação prática, se encontram hoje mais adiantados que nos outros países. Mas, durante o começo deste século, a primazia muitas vezes coube à Inglaterra, principalmente no campo da contribuição teórica, baseada em cuidadosas experiências científicas, se bem que freqüentemente realizadas em escala menor e sem abranger a vastidão do campo experimental que é hoje a característica dominante das pesquisas russas.

A Inglaterra é o único país que possui mapas de solos que apresentam conhecimentos constantemente revisados e melhorados durante um século completo. Enquanto a primeira edição desse mapa não passava de um esboço do valor econômico das terras em escala detalhada, mais relacionado com a densidade da população, natureza da exploração, proximidade de vias de comunicação e aspecto fisiográfico, do que propriamente com a natureza físico-química dos solos, hoje o mapa, na escala de 1 milha — 1 polegada, fornece noções as mais exatas de que se tem notícia, a respeito da verdadeira natureza do solo, suas possibilidades de cultivo, suas necessidades principais em adubos e suas probabilidades de colheita resultantes de aplicação dos adubos e corretivos aconselhados.

E' na Estação Experimental de Rothamsted que funciona o "Imperial Bureau of Soil Science", cuja finalidade consiste em colher e disseminar informações técnicas e científicas entre os pesquisadores do Império Britânico, responder a pedidos de informações sobre assuntos pedológicos e facilitar as relações entre os que trabalham em problemas intimamente ligados à Ciência do Solo. De 3 em 3 anos editam-se livros que contêm resumos de toda a literatura científica pedológica do mundo inteiro. Além disto, é editada uma revista mensal, denominada *Soils and Fertilizers* que trás em cada número resumos de meio milheiro de artigos e trabalhos pedológicos publicados em revistas, periódicos e livros editados no mundo inteiro. Os últimos números dessa revista a nós chegado contém, por número, cerca de meia dúzia de resumos de trabalhos pedológicos brasileiros, os quais freqüentemente igualam em número as contribuições da parte restante do continente sul-americano.

A Estação Experimental de Rothamsted é situada em Harpenden, Herts.

O presente número de M.S.N., impõe-se, dêsse modo, à leitura de todos os interessados.

★

J. S.

REVISTA DE ARACAJÚ — Prefeitura do Município de Aracajú — Ano I — Número I — 1943.

O aparecimento desta revista é um acontecimento significativo nos anais da cultura brasileira.

É uma publicação de 256 páginas, bem organizada, bem impressa, deixando naquele que a conhece, uma certeza de que os atuais habitantes da antiga Capitania de Sergipe são detentores de um sério patrimônio cultural e estão animados de uma edificante vontade de criar.

De fato, já era tempo de começarmos em Nosso País um combate sistemático à mediocridade disfarçada em literatura, à vaniloquência tão do agrado de nossa gente. Convençamo-nos de que não é de sonetos e de crônicas que precisamos. O Brasil necessita de estudos. De trabalhos em que os autores menos preocupados com o efeito das palavras, concentrem as atenções no esforço de procurar a origem das coisas, dissecar os temas, *espectralizar* a verdade. Um povo que procura conhecer a multi-realidade que o cerca, é um povo que deseja construir. Assim como o que distingue o homem do animal é, antes de tudo o mais, a memória — também a preocupação com o passado, com a vida, *clas-*

sifica certos povos frente a outros. Neste sentido, o sr. José Garcez Vieira, prefeito de Aracajú, deu um exemplo magnífico de amor ao progresso, de segura identificação com a sua elevada missão de administrador, criando esta revista.

Com a novel *Revista de Aracajú*, o pequeno Estado nordestino vem formar ao lado de São Paulo que conta com a modelar *Revista do Arquivo Público*, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, possuidores também de publicações congêneres. Isto, acentuamos, é fato promissor, sintomático da época de paz e de trabalho em que Nossa Pátria se encontra.

Divide-se da seguinte maneira: História, Geografia, Finanças, Sociologia, Urbanismo, Estatística, Literatura, Papéis Antigos, Noticiário, Administração, Legislação. Conta ainda belas ilustrações. Uma revista completa, portanto.

Caracteriza-a, sobretudo, seu feitio *sergipano*. É um espelho dessa terra, sobre a qual escreveu o fr. José de Santa Rita Durão, outrora:

"Clima saudável, Ceo sempre sereno,
Mitigada na névoa a calma ativa;
Palmas, mangues, mil plantas na espessura;
Não há depois do Ceo mais formosura"...

A. M.



Envie os livros de sua autoria, ou os que se encontrem em duplicata em seu poder, à Biblioteca Central do Conselho Nacional de Geografia, para maior benefício da cultura geográfica do Brasil

Sobre mapas

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — DIVISÃO MUNICIPAL DO BRASIL — (Organizado na 3.^a Seção do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica) — Escala: 1:5 250 000 — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro 1941.

Mais um trabalho de grande utilidade para os estudiosos da geografia pátria está distribuindo o Conselho Nacional de Geografia. Trata-se do cartograma da divisão municipal do Brasil, elaborado de acordo com o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

Em fundo branco, com os principais rios e o contorno litorâneo de cor azul, aparecem os Estados divididos em municípios. Cada circunscrição apresenta um número que está em correspondência com a relação anexa, onde figuram, por ordem alfabética, os nomes dos 1574 municípios. A numeração dentro de cada Estado é feita da esquerda para a direita e de cima para baixo, de modo que se torna fácil a localização de qualquer que seja o município desejado. Basta saber em que Estado fica e dentro da parte encabeçada pelo nome deste, procurar o município segundo a ordem alfabética. O número à esquerda indicará a posição. O processo é prático e rápido.

C.M.C.

★

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL — (organizado na 3.^a seção do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica) Escala: 1:5 750 000. — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro — 1941.

O Conselho Nacional de Geografia, baseado-se no art. 165 da Constituição em vigor, que estabelece para a faixa de fronteira a largura de 150 quilômetros, organizou, em 1941, um cartograma na escala de 1:5 750 000. Assinala, em fundo branco, as várias unidades do país e com a cor bege a zona a que se refere o artigo citado. Dentro desta aparecem os diversos municípios e distritos, com as respectivas sedes.

O Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, criando cinco Territórios, introduziu modificações na faixa de fronteira. O Conselho Nacional de Geografia já adaptou o mapa de 1941, superpondo-lhe, em vermelho, as áreas das novas unidades do país.

Pelas indicações deste cartograma ficamos sabendo que a atual faixa de fronteira tem 1 403 021 km² ou, sejam, 16,4% do território brasileiro, 55 cidades e 134 vilas, assim distribuídas:

Território do Amapá — nenhuma cidade e nenhuma vila na faixa fronteira;

Estado do Pará — idem;

Território do Rio Branco — 1 cidade e 1 vila;

Estado do Amazonas — 1 cidade e 7 vilas;

Território do Acre — 6 cidades e 7 vilas;

Território do Guaporé — 1 cidade e 3 vilas;

Estado de Mato Grosso — 5 cidades e 7 vilas;

Território de Ponta Porá — 6 cidades e 9 vilas;

Território do Iguacú — 3 cidades e 18 vilas;

Estado do Paraná — nenhuma cidade e 1 vila;

Estado de Santa Catarina — nenhuma cidade e 1 vila;

Estado do Rio Grande do Sul — 32 cidades e 80 vilas.

A cidade do Território do Rio Branco que fica na faixa de fronteira é *Boa Vista* e a vila, *Murupu*. Na parte correspondente ao Estado do Amazonas encontra-se a cidade de *São Paulo de Olivença*.

95% do território do Acre ficam na zona considerada. As 6 cidades que aí se encontram são: *Cruzeiro do Sul*, *Seabra*, *Feijó*, *Rio Branco*, *Xapuri*, *Brasília*.

Pertencem ao Território do Guaporé: a cidade de *Guarajá Mirim* e as vilas de *Generoso Ponce*, *Presidente Marques* e *Costa Marques*.

As cidades mato grossenses são: *Cáceres*, *Mato Grosso*, *Corumbá*, *Miranda* e *Entre Rios*.

Ao Território de Ponta Porá pertencem as cidades de *Pôrto Murinho*, *Nioaque*, *Bela Vista*, *Maracaju*, *Dourados* e *Ponta Porá*.

Ao Território do Iguassú, as cidades de *Foz do Iguaçu*, *Clevelândia* e *Xapeco*.

Com a criação do Território do Iguacú, ficou reduzidíssima a parte dos Estados do Paraná e Santa Catarina que se inclui na faixa de fronteira. Nenhuma cidade aí se acha. O número de vilas também é insignificante. Há na parte correspondente ao Paraná a vila de *Laranjeiras*; e na de Santa Catarina, a vila de *Itá*.

O Rio Grande do Sul apresenta 50% do seu território na faixa fronteira. Aí se encontram 32 seguintes cidades: *Iraí*, *Sarandá*, *Palmeira*, *Santa Rosa*, *Santo Ângelo*, *Ijuí*, *Cruz Alta*, *São Luiz Gonzaga*, *Santiago*, *São Borja*, *Itaqui*, *São Francisco de Assis*, *Alegrete*, *Uruguaiana*, *Quaraí*, *Rosário*, *São Gabriel*, *Livramento*, *Dom Pedrito*, *Lavras*, *Caçapava*, *Bagé*, *Piratini*, *Canguçu*, *Pinheiro Machado*, *Erval*, *Pelotas*, *Arroio Grande*, *São José do Norte*, *Rio Grande*, *Jaguarão*, *Santa Vitória do Palmar*.

A fronteira na parte gaúcha e na do Território do Iguassú que pertencia a Santa Catarina é tão chela de centros humanos que, para representá-los, foi preciso ampliá-la. Aparece, ao lado, na escala de 1:2 875 000.

O cartograma é acompanhado por um quadro estatístico onde há uma coluna com os nomes dos territórios, outra com a dos distritos e uma terceira com a área da fronteira correspondente às várias unidades federadas, aos municípios e distritos.

Comparando-se o quadro geral com a parte ampliada da fronteira do Rio Grande e do Território do Iguassú, notamos três divergências: o distrito de *Urubú*, no município de São Vicente; o distrito de *Pôrto Novo*, no município do Rio Grande; e o distrito de *Olimpia*, no município de Arroio Grande, que aparecem no quadro com a forma que acabamos de usar e na ampliação: *Umbú*, *Povo Novo* e *Olimpio*. As denominações verdadeiras são: *Umbú*, *Povo Novo* e *Olimpo*.

C.M.C.

★

A RÚSSIA SOVIÉTICA EM QUADROS E MAPAS

O editor de qualquer atlas da Rússia Soviética tem numerosas dificuldades a vencer. Além da enormidade territorial da União Soviética, a irregular distribuição de suas atividades econômicas, assim como a complexidade de suas condições étnicas e linguísticas, exigem habilidade na representação cartográfica. No caso dos Mapas da Rússia Soviética ("Soviet Russia in Maps"), editados por Goodall, George Philip, preço 2s6d, devemos esperar alguma condensação da matéria e certa falta de clareza, pois, provavelmente por causa da escassez de papel, decorrente da guerra, o tamanho das páginas foi limitado a 7½" x 9¾", sendo cada mapa acompanhado de um pequeno grupo de notas explicativas. A maior escala empregada é a de 1:10 000 000, enquanto alguns mapas foram feitos na de 1:80 000 000.

Como salienta o Sr. Goodall, "a indústria ainda está concentrada no oeste" (pág. 23), de modo que ele fez bem em duplicar alguns de seus mapas. Dispondo os da Rússia Européia e da União Soviética em páginas lado a lado, com aqueles em escala consideravelmente maior que a destes, o autor conseguiu apresentar maiores detalhes das áreas mais altamente desenvolvidas, conservando, ao mesmo tempo, uma visão em perspectiva do país em conjunto.

A primeira parte desse compacto atlas, consistindo de treze mapas, é particularmente útil porque demonstra o desenvolvimento histórico da União, desde o Século XIII até 1940. Esta informação não está facilmente ao alcance do comum dos leitores, e, do modo por que é apresentada, proporciona um claro resumo da expansão territorial russa nestes últimos sete séculos, embora seja de lamentar que não tenham mais realce as tonalidades que representam as fases dessa expansão. O restante do atlas, consistindo de vinte e nove mapas, mostra o atual desenvolvimento econômico da União em seu âmbito geográfico. As regiões industriais de maior importância, como Leningrado, Moscou, a Ucrânia, o Cáucaso, os Urais e Kuznetsk, são apresentadas em mapas separados, que são suplementares aos do país em conjunto. Finalmente, duas páginas de estatísticas em diagramas nos informam quanto às áreas e população das repúblicas unidas, assim como sobre os aumentos da produção industrial e agrícola desde a revolução de 1917.

O editor registra os seus agradecimentos ao "Grande Atlas do Mundo Soviético" (Great Soviet World Atlas), do qual deveria existir na Grã-Bretanha muito maior número de exemplares, e menciona os esclarecimentos prestados pelo pessoal da Embaixada Soviética em Londres. Utilizou ele, portanto, as melhores fontes disponíveis.

Para os membros de grupos de debates, círculos de estudos e classes diversas, *A Rússia Soviética em Quadros e Mapas* deve ser de grande valor, tanto na disseminação de conhecimentos como para corrigir errôneas impressões a respeito de um país que é por nós tão deficientemente conhecido. Também os professores e estudantes de universidades encontram grande abundância de material reunido neste atlas, que bem recompensará o seu cuidadoso estudo.

Sob vários aspectos, a coleção de fotografias da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.S.S.R. Pictorial Survey), editada por G.D.G. Gray, Londres, A. e C. Black, 9" x 6", 2s6d, é um complemento do atlas mencionado neste artigo. Ela apresenta quadros pormenorizados, paisagens, povos, agricultura e indústria, que um atlas reduz a símbolos; dispõe a carne em torno do esqueleto dos mapas do atlas, e é portanto útil acréscimo ao equipamento do professor de geografia. As gravuras são bem escolhidas entre a riqueza de material fotográfico disponível graças a Sociedade de Relações Culturais entre a U.R.R.S.S. e a Comunidade Britânica (Society for Cultural Relations between U.S.S.R. and the British Commonwealth). Elas fazem sobressair a variedade de ambiente e de atividade humana que são características da União Soviética. Não pode haver firme compreensão da geografia da Rússia sem que este fato fundamental seja apreciado em todo o seu valor, e não há melhor meio de procurarmos compreender a imensidade dos recursos da Rússia do que um estudo bem dirigido de quadros como estes.

O material apresentado nestas gravuras é excelente. Elas, porém são apresentadas como "para exibição em paredes, utilização em aulas, epidiascópio, etc", porém são muito pequenas para eficiente uso didático, a não ser que cada membro da classe disponha de uma coleção para uso individual. Sua circulação em aula é ineficiente como método de ensino, por causa da dissipação de interesse e da impossibilidade de estar o professor em mais de um lugar em determinado momento. Mesmo sendo as gravuras postas em quadros como suplemento ilustrado de um mapa, seu valor é diminuído porque só podem ser estudadas por um pequeno grupo de alunos de cada vez. São dificuldades práticas no uso de coleções de gravuras como estas para auxiliar o ensino da geografia. Uma experiência considerável demonstra que estas dificuldades resultam, com demasiada frequência, na relegação de material valioso aos fundos dos armários.

(Comentário do "The Geographical Journal"
— Vol. CI — n.º 4 — Abril 1943, traduzido por Edison G. Dias).

Achegas para uma bibliografia sobre inscrições rupestres

II

- HARTT, Ch. Fr. *Brazilian rocks inscriptions* — American Naturalist, Vol. V, pg. 139-145 — Salem, 1871.
- HARTT, Fred. — *Brazilian Rocks inscriptions*. The American Naturalist, May 1871, n.º 3 — S. A. 1871 in 8 est.
- HARTT, Charles Frederic — *Inscrições em rochedos do Brasil* — (Tradução de João Batista Siqueira Costa) In Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco — Recife, 1895.
- HARTT, Ch. Fred. — "*Inscrições em rochedos do Brasil*". In R. P., n.º 47, pg. 308, ano 1895.
- HARTT, Carlos Frederico — *Os montes artificiais da ilha de Marajó e as grutas de Maracá*, pg. 17, In Rev. Inst. Hist. Geog. vol. VI — 1885.
- HEAD, V. Barclay — assistido por I. F. Hill, George Macdonald e W. Worth — *Historia Numorum*, O.
- HEAD, Barclay V. — *Historia Numorum a Manual of greek Numesmatic*. Oxford, 1911.
- HOLENBERG, Eduard A. — *Viaje fom la Gobernacion de los Andes*. Buenos Aires, 1900.
- HOMEM DE MELO (Barão) — *Inscrições rupestres de S. Tomé das Letras*. In Minas Gerais — Belo Horizonte.
- HOYLE, Rafael Larco — *Los Cupismisques* — Casa Editora "La Cronica" y "Variedades" S. A. Ltada. Lima (Perú), 1941.
- HOYLE, Rafael Larco — *Los Mochicas* — Impresa Editorial "Rimac" S. A. Lima, 1939, vol. II.
- HUMBOLDT, Alexandre (Barão) — *Voyages aux regions equinoxiales de Nouveau Continent*.
- IHERING, Herman v. — *A Civilização Pré-Histórica do Brasil Meridional*. In Revista do Museu Paulista, n.º I, pg. 98, 149 e 150, São Paulo, 1895.
- JAGUARIBE, DOMINGOS (Dr.) — *Brasil artigo — Atlântides e Antiguidades Americanas*.
- JOFFIY, Y — "*Notas sobre a Paraíba*", Rio, 1892.
- KELLER-Leuzinger, Franz — *Vom Amazonas und Madeira*, pg. 40 e seg., Stuttgart, 1874.
- KOCH-Grünberg — "*Die Maskentanz und der Indianer des oberen Rio Negro und Yapura*". In Archiv. für Anthropologie, IV, pg. 293 e seg., Braunschweig, 1906.
- KÜHN, Franz (Dr.) — *Estudios sobre Petroglifos de la Región Diaguita, con un croquis y varias laminas segun fotografias* Publicación n.º 13 da Sessão de Antropologia da Faculdade de Filosofia y Letras. Buenos Aires, Imprenta y Casa Editora de Cont. Bernardos, 1914.
- KÜHN, Franz (Dr.) — *El petroglifo del Peñon*. In Actas del XVII.º Congr. de Americanistas. Buenos Aires, 1910, p. 489 a 491.
- KÜHN, Franz (Dr.) — *Estudios sobre Petroglifos de la Región Diaguita*. In Revista de la Universidad de Buenos Aires, tomo XXV páginas 385 y siguientes. Buenos Aires. Imprenta y Casa Editora de Cont. Bernardos, 1914.
- KÖCK — Gruenberg, Theodor — *Vom Roraima zum Orinoco* — Berlin, 1917.
- KOSTER, Henry — *Travels in Brazil* — London, 1817.
- KOSTER, Henry — *Através do Brasil* — Coleção Brasileira — Comp. Editora Nacional — São Paulo — 1942.
- KOSERITZ, Carlos v. — *Bosquejos Etnológicos* pg. 63 e seg., Porto Alegre, ano 1884.
- KRAUZE, Fritz — (Dr.) — *Tanzmasken — nachbildungen vom mittleren Araguayá*. In Jahrb. des Stadt Mus. f. Volckerkunde Leipzig, vol. III. 1908.
- LACERDA, Aarão de — (Dr.) — *Templo das Siglas, ou seja a Igreja da Ermida do Paiva, na região de Castro* — Daire, 1919, pgs. 61 e 62.
- LADISLAU NETO — *Inscriptions pheniciennes apocryphe (lettre a Monsieur Ernest Renan a propos de l') Soumise en 1872 a l'Institut historique, géographique et ethnographique du Brésil*. Rio de Janeiro 1885.
- LA HURE, Conte de — *L'Empire du Brésil*, 1862.

- LEMOZI (M. l'abbé) — *Une importante decouverte préhistorique à Cabrerets*. In Bull. de la Société préhistorique, t. XIX, 1922, pg. 214.
- LEWIS, T. H. — *Rock inscriptions (Ancient) in Eastern Dakota (From the American Naturalist, May, 1886)*.
- LIAS, Emmanuel — *Climats, géologie, faune et géographie botanique du Brésil* — 1872.
- LIMA, Vivaldo — *A inscrição da Gavea, 1933, Of.* — Gráficas de Jornal do Comércio.
- LINDER, Ruber Von Der — *Archeologia pernambucana — A Pedra do Navio*. In Rev. do Inst. Arqueol. Hist. e Geogr. Pernambucano, Vol. XXX, ns. 143 a 146, pg. 233 ano 1930.
- LOMBARD, Louis — *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado dr. Alexandre José Barbosa Lima, pg. 123 e seg. Recife — ano 1894.*
- LORETO COUTO, Domingos do — *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. In Anais da Bibliot. Nac. do Rio de Janeiro, vol. XXIV, pg. 65, ano 1904.
- LIRA, José Fábio da Costa — *As antiguidades do Brasil*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano — Ano I, vol. 1 — Paraíba.
- LIRA TAVARES, João de — *A Paraíba, Paraíba do Norte, 1909*. Ver transcrição do Relatório apresentado pelo Engenheiro Francisco Retumba ao Presidente da Província da Paraíba.
- LUNARDI, Mons. Frederico — *La vida en las Tumbas*, Rio, 1935.
- MACEDO, Ferraz, F. — *Etnografia Brasileira* — 1886.
- MARTIN, Henri — *La Frise Sulptée et L'Atelier Solutréen du Roc (Charente) par...* In *Mémoire et des Archives de L'Institut de Paléontologie Humaine*. Paris, Masson et Cie. Editeurs, 1928.
- MARTIN, Henri, (Dr.) *Trabalho inserto in Institut français d'Anthropologie*. Séance du 18 Février 1925. (L'Anthropologie,) 1925, pg. 345.
- MARTINA, G. — *Trabalho inserto* — In Revista do Instituto Hist. Geograf. da Baía, n.º 8
- MARTIUS, C. F. F. de — *Beitrag zur Ethnographie und Sprachenkund Amerika's zumal Brasilien's, Von Dr. Carl. Friedrich Phil. von Martius (I. Zur Ethnographie Amerika's — II. Zur Sprachenkunde Glossaria linguarum Brasiliensium)*, Leipzig, Frederick Fleicher, 1867, 2 volumes.
- MARTIUS, C. F. F. de — *A etnografia da America, especialmente do Brasil*. Trad. pelo Dr. A. Leigren e revista pelo Dr. Th. Sampaio in Rev. Inst. Hist., São Paulo.
- MARTIUS — *Reise in Brasilien, III*, 257 e seg. Munich, ano 1831 e 2.º vol. pg. 740 e seg.
- MARTINI, C. Charles, — *Inscriptiones laterae antiquissimae* — Ed. Theodorus Monunser... (Corpus Inscriptionum latinarum) Vol. I Berolui, apud Georgum Reimerum. 1863.
- MATHEWS, Edward D. — *Up the Amazon and Madeira Rivers*, pg. 25 e seg. Londres, ano 1879.
- MATOS, Aníbal de — *Pre-história Brasileira* — Editora Nacional — 1939 — pg. 241.
- MATTOS, Aníbal de — *O sábio Dr. Lund e Estudos sobre a prehistória Brasileira*.
- MATOS, Aníbal de — *A raca de Lagoa Santa — (Velhos e novos estudos sobre o homem fossil americano)* Brasileira. Ver pg. 403 — trata das inscrições rupestres — ver também mapa das inscrições rupestres no Brasil.
- MATOS, Aníbal de — *Inscrições Rupestres no Brasil*, obra inédita.
- MATOS, Aníbal de — *Inscrições rupestres*. In *Pre-história Brasileira*, vol. 137 da coleção Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938 — pg. 220.
- MATOS, Aníbal de — *Das origens da arte brasileira* (Boletim do Museu de Cultura) Edições Apolo — Minas Gerais 1936 — Ver pg. 67.
- MAYA, Silvano Griswdd Morley, — *Inscrições lapidares nos monumentos das ruínas do Mexico, Guatemala e Honduras revelando segredos de civilização*. The National Geographic Magazines, February 1922.
- MEDEIROS, J. R. Cortiolano de — *Sertões Paraibanos, conferência*.
- MEDEIROS, J. R. Cortiolano de — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*. 1914.
- MELO, Mário — *Arqueologia Pernambucana. I. Os Litóglifos de Vila Bela, Petrografias e litóglifos, Holandeses, jenícios ou aborígenes? Hipóteses interpretativas, Litóglifos indígenas, Conservemos essas reliquias II A Pedra do Letreiro, A Pedra do Sino*. In Rev. do Inst. Arq. Hist. e Geogr. Pernambucano, Vol. XXIX, n.º 135, 142, 1928 — 1929, pg. 7.
- MELO, Mário — *Arqueologia Pernambuco*, In. Revista de Inst. Arq. Hist. e Geogr. Pernambucano, Vol. XXXII, 1932, n.º 151 a 154, pg. 7.
- MELO, Mário — *Arqueologia Pernambucana — Os litóglifos de Vila Bela* — In Rev. do Inst. Arq. Hist. e Geol. Pernambucano — Vol. XXIX — ns. 135 — 142, Recife, pgs. 7 a 24, 1928-1929-1930.
- MELO MORAIS, pae — *Corografia Histórica do Brasil*, 1858.
- MENDES CORRÊIA, A. A. — *Gravuras rupestres no Brasil*, Porto, 1932.
- MENDES CORREIA, A. A. — *Da Biologia à História*, Porto, 1934.
- MENDES CORREIA — *Homo (Os Modernos estudos sobre a origem do homem)*, Atlântida, Livraria Editora, ano 1926.
- MENEZES, Francisco Correia Teles de (Padre) — *Lamentação Brasileira*.
- METRAUX, Alfredo — *La Civilisation materielle des tribus Tupis — Guarani* — Paris, 1928.
- MONTELIUS, O. — *Trabalho inserto in L'Anthropologie*, t. VII, 1896, pg. 79.

- MORAIS, Luciano Jaques de — *Inscrições Rupestres no Brasil* — Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas — Rio de Janeiro, 1924 — Publ. 64, Série I. D.
- MORAIS, Luciano Jaques de — Entrevista concedida ao "O Jornal", de 11 de junho de 1924 — Rio de Janeiro.
- MORAIS, Raimundo de — *Pais das Pedras Verdes* — 2.^a ed. — Civilização Brasileira Editora.
- MORENO — *Exploración arqueológica de la provincia de Catamarca*. In Revista del Museo de la Plata, I, página 199.
- MORGAN, J. de — *Les premiers Civilisations*.
- MORTILLET, G. et A. de — *Trabalho inserto in Musée préhistorique*, Paris, 1881, Pl. XXV.
- MORTILLET, Gabriel et Adran de — *Le Pré-histoire*.
- MOSSO, Angelo — *La Prehistoria* — 1.^o *Escursioni nel Mediterraneo e gli Scavi di Creta* — Milano — 1910.
- NADILLAC, Marquis de — *L'Amerique Préhistorique* Paris, 1883.
- NAVAL — F. (Padre) — *Curso breve de Arqueologia* — Madrid — 1926.
- NETO, Ladislau — *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira* — Aq. Mus. Nac. Vol. VI, Rio, 1885.
- NETO, Ladislau — *Lettre à Monsieur Ernest Renan a propos de l'inscription phenicienne apocryphique soumise en 1872 l'Institut Historique et Ethnographique du Brésil*. Rio de Janeiro, 1885.
- NETO, Ladislau — *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira*. In Arq. de Museu Nac. do Rio de Janeiro, VI, pg. 257 e 543 e seg. ano 1885.
- NETO, Ladislau — *Carta relativa à inscrição de uma pedra encontrada em terras pertencentes a J. Alves da Costa, em Pouso Alto, termo de Minas Gerais*. In a "Reforma" de 2 de abril de 1873.
- NETO, Ladislau — *Inscrição de uma pedra encontrada em terras pertencentes a J. Alves da Costa, em Pouso Alto, Minas Gerais*. In Jornal do Comércio, abril de 1873.
- NETO, Ladislau — *Le Verité sur l'inscription de la Parahyba avec le fac-simile de caracteres pheniciens la traduction en hebreu et français: Letre a M. Ernest Renan a propos de l'inscription phenicienne apocryphes soumise a l'Institut Historique, Geographique et Ethnographique du Brésil* — Rio de Janeiro, 1885.
- NÓBREGA, Padre Manuel da — *Cartas jesuitas* —, 1549-1500. In Revista do Instituto Arq. Pernambucano, XXII.
- NOGUEIRA, João Franklin de Alencar — *Inscrições na serra da Rola e na gruta da casa da Pedra* — Ceará — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — tomos LV e LVI — Rio de Janeiro, 1892.
- NOGUEIRA, João Franklin de Alencar — *Letreiros antigos — Noticias sobre os caracteres de Serrote da Rola* — Revista trimestral do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro — tomo LV e LVI, 1.^a Parte, pg. 407 e 408, anos 1892-1893.
- OBERMAIER, H. — BREUIL, H. — Verner, W. — loughby — *La Pileta*, Monaco, 1915, pg. 37.
- OLIVEIRA BULHÕES, A. M. de — *Relatório sobre o projeto da Estrada da Baía*.
- OLIVEIRA LIMA — *História da Civilização* — 4.^a ed. Cia. Melhoramentos — São Paulo.
- ONCKEN, G. — *História Universal* — Aillaud e Bertrand — 1.^o vol.
- OUTES, Felix F. — *Los tiempos pre-historicos y proto-historicos en la Provincia de Cordoba* — Buenos Aires 1911.
- OUTES Y BRUCH, — *Los aborígenes de la Republica Argentina*. Buenos Aires, 1910.
- OYARZUM, Aureliano — (Dr.) — *Los Petroglifos del Llaïma*. In Boletim do 17.^o Congresso de los Americanistas celebrado em Buenos Ayres, em 1910.
- OYARZUM, Contribución al estudio de la influencia de la civilización peruana sobre los aborígenes de Chile. In Actas del XVII.^o congreso internacional de Americanistas, páginas 354 a 397. Buenos Aires, 1910.
- PADRE REG-DRENKPOL, J. A. (Prof.) — *Misteriosas galerias subterráneas em Santa Catarina* — Boletim do Museu Nacional — Vol. IX, n.^o 1.
- PASSENARD, E. — *Les stations paléolithiques du pays basque, Bayonne*, 1924, pg. 202, et Pl. I.
- PASSEMARD, E. — *Les sculptures pariétales de la caverne d'Isturitz*. In Bull. Soc. préh. Franç., 1918, pg. 466.
- PAULCKE, Prof. — *Die Ur-Anfänge aus Bildschrift in der Alt-Steinzeit*.
- PEIXOTO, Rodrigues — *Contribuição para o estudo*.
- PENNAFORT, Cônego Raimundo Ulisses de — *Brasil pré-histórico* — Ceará — 1900.
- PEREIRA JÚNIOR, José — *Notas sobre Inscrições lapidárias* — In Rev. do Arq. Munic. n.^o LXXVIII, S. Paulo, pg. 195 e seg. ano 1941.
- PEREIRA JÚNIOR, José Antero — *Notas sobre Inscrições Lapidárias* (Esp. para a Revista de Arquivo) in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, n.^o LXXVII, pg. 97, ano 1941.
- PEREIRA JÚNIOR, José Antero — *Itacoatiara* — (Da obra em preparo *Apontamentos Arqueológicos*) publicada na Revista de Arquivo Municipal de São Paulo, n.^o XC. pg. 201, ano 1943.
- PÉRES, Davi J. — *A inscrição da pedra da Gávea e a tradução do Sr. Bernardo Ramos* —, in Jornal do Comércio, de 4 de setembro, Rio de Janeiro, 1932.
- PEYRONY, D. — *Trabalho inserto in Préhistoire*, t. III, 1934, pg. 62, n.^o 5.
- PEYRONY, D. et P. BOURRINET. *Les fouilles de Tabaterie (Dordogne)*, Sandouge et Abri BROUIL — land. In Bull. de la Société hist. et arch. du Périgord, 1928.
- PEYRONY, D. — *Les Gisements Préhistoriques de Bourdeilles (Dordogne)* par... In Mémoire 10 de Archives de L'Institut de Paléontologie Humaine, Paris, Masson et Cie, Editeurs, 1932.

- PEYRONY, D. — *Trabalho inserto in Revue d'École d'Anthropologie*, 1934, pg. 226.
- PEYRONY, D. — *Trabalho inserto in L'Anthropologie*, t. XLIII, 1933, pg. 555.
- PEYRONY, CAPITAN et BREUIL. *Les Combarelles*, Paris, Masson 1924, n.º 62, 76 e 77.
- PEYRONY e Dr. CAPITAN. *L'Humanité primitive dans la région des Eyzies*. Paris, 1924.
- PEYRONY, CAPITAN, BREUIL et BOURRINET — *trabalho inserto in Revue de l'École d'Anthropologie*. 1908, pg. 198.
- PIETTE, *L'art pendant l'âge du Renne*, Paris, Masson, 1907.
- PIETTE, E. — *Trabalho inserto in L'Anthropologie*, t. VI, 1895, pg. 290, et 291.
- PINHEIRO Joaquim Caetano Fernandes — *Inscrições achadas nas ruínas que se diz serem existentes nos sertões da Baía* (parecer sobre a memória do Conde de la ... a. Lat. 42 Mau. 805.
- PINTO, Estêvão — *Os indígenas do Nordeste*. Cia. Editora Nacional, 1935, pg. 54.
- PINTO, Estêvão — *As inscrições lapidárias e sua significação* — In *Os Indígenas do Nordeste*. Coleção Brasiliana, Vol. 64, S. Paulo, pg. 40 e seg., ano 1935.
- PISSIS, E. — *La position géologique des terrains de la partie australe du Brésil*, 1841.
- PITTARD, Eugène — *Les Races et l'Histoire* — Paris, 1924, pg. 495.
- POINSINET DE SIVRY, M. — *Nouvelles Recherches sur la science des Médailles, Inscriptions, et Hieroglyphes Antiques* — Maestricht, 1778.
- PORTNOY, Antônio — *Estado atual del Estudio de las Lenguas Indígenas*, etc. — Buenos Aires, 1936.
- PÓRTO S^ºGURO, Visconde de — *Carta ao Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, sobre inscrições lapidárias do Sertão de Paraíba* — Revista trim. do Inst. Geog. Brasileiro, tomo LV, parte 1.ª, 1.º e 2.º trimestre, 1892.
- PROPHETA, Benedicto — *O indígena brasileiro*.

(Continua no próximo número)

“Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”

Índice Alfabético dos Assuntos

II

[Letras C, D e E]

[1855 - 1941]

C

CABO DE SANTA MARIA AO OIAPOQUE — Distâncias. Oliveira Catrambi. Fasc. I, ano 1885, pág. 53.

CABO DE SÃO ROQUE À BAÍA DO SALVADOR, DO — Costa do Brasil, Corografia da —. Contra-Almirante Raul Tavares. Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 90.

CABO DE SÃO ROQUE, DA ILHA DO MARANHÃO AO — Costa do Brasil, corografia da —. Contra-Almirante Raul Tavares. Tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 24.

CABO FRIO A SANTOS, DE — Costa do Brasil, Corografia da Costa do Brasil. Vice-Almirante Raul Tavares, tomo XLV, ano 1938, pág. 53.

CABO FRIO — Paulo José Pires Brandão. Tomo XII, ano 1935 (2.º semestre) pág. 152.

CABO NORTE AO MARANHÃO, DO — Costa do Brasil, Corografia da —. Contra-Almirante Raul Tavares. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 142.

CABOS TELEGRÁFICOS NA AMÉRICA, OS — Fasc. III, ano 1886, pág. 258.

CABOS TELEGRÁFICOS SUBMARINOS, OS — Fasc. I, ano 1887, pág. 110.

CACEGUI — Pelo Dr. Eugênio Augusto Wandek, tomos XXV, XXVII, anos 1912/1922, pág. 144.

CACHARARÍS, OS ÍNDIOS — João Alberto Masô — tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 98.

CACHOEIRA DO URUBÚ, A. — Rio Ipojuca (Pernambuco). Fasc. III, ano 1889, pág. 165.

CACHOEIRAS, ROTEIRO DA NAVEGAÇÃO DE TIETÊ DESDE A BARRA DO RIO GRANDE DE SANTO AMARO ATÉ AO SALTO DE IGÚ-GUASSÚ, COMEÇANDO EM 27 DE AGOSTO DE

1792 E TERMINANDO EM 19 DE SETEMBRO. Navegação de Tietê até Paranaíba. (Coleção Brasília Machado). Fasc. 1/4, XVII, ano 1904, pág. 10.

CAFÉ, AGUARDENTE DE — Fasc. III, ano 1887, pág. 213.

CAFÉ BRASILEIRO, O — Fasc. III, ano 1887, pág. 212.

CAFÉ NA GUATEMALA, AS PLANTAÇÕES DE — Fasc. III, ano 1892, pág. 195.

CAIENA, O CONSULADO DE — Fasc. III, ano 1891, pág. 317.

CAMALDULIS, OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO DE — (Itália). Fasc. III, ano 1887, pág. 221.

CAMPO LARGO. DADOS ESTATÍSTICOS. Pelo Dr. Antônio Manuel Fernandes Júnior (Coleção Brasília Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1940, págs. 29/44.

CAMPOS DOS GOITACAZES. — José Matoso Maia Forte. Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 6.

CAMPOS E MATAS — Bacia do Prata — Alfredo Nogueira. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 122.

CAMPOS DO JORDÃO, — pelo Dr. J. de Oliveira Botelho, tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 112.

CANADA, O — Fasc. II, ano 1890, pág. 79.

CANAL DE PARANAGUÁ, DISTÂNCIAS COMPARADAS PELO — Fasc. III, ano 1886, pág. 259.

CANAL DOS ABROLHOS, O BANCO DE CORAL NO ... Barão de Tefé. Fasc. IV, ano 1887, pág. 261.

CANAL E O ÍSTMO DE PANAMÁ, O — Fasc. II, ano 1886, pág. 120.

CAPITAL DO IMPÉRIO, TRANSVIAS DA —. Fasc. II, ano 1889, pág. 122.

CAPITAL FEDERAL, A POPULAÇÃO EM 1890. Fasc. I, ano 1893, pág. 72.

CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO CEARÁ, UM —. por Sílvio Fróis de Abreu. Bibliografia. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO CEARÁ, UM —. por Sílvio Fróis de Abreu. Bibliografia. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 177.

CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO CEARÁ, UM —. Recursos Minerais (Memória apresentada ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia. Por Sílvio Fróis de Abreu. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 145.

CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO CEARÁ, Ub. — Por Sílvio Fróis de Abreu, Xistos Betumínicos, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 172.

CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO CEARÁ, UM —. Por Sílvio Fróis de Abreu, Rochas, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 174.

CARAMURÚ NA HISTÓRIA E NA LEGENDA — João Manuel Pereira da Silva. Fasc. IV, ano 1891, pág. 241.

CARIRÍ, AS LAVRAS DO —. O OURO —. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 155.

CARIRÍ E MANGABEIRA, PRODUÇÃO DE OURO NAS LAVRAS DO —. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 159.

CARINA ÔCA, Saladino de Gusmão. Tomo XXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 8.

CARTA DA ESCRITORA NORTE-AMERICANA FRANCIS PARKINSONS KEYS, publicada no número de dezembro de 1929 da revista *Todd House Keeping*, de New York; tradução do Dr. Antonie Amelis para a Revista da Sociedade de Geografia, Brasil, O — tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 3.

CARTA DO SR. ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS REIS, representante no VIII.º Congresso Internacional de Geografia, na Sessão de 4 de março de 1905. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 49.

CARTA ESCRITA AO REI DE PORTUGAL, D. MANUEL, POR PERO VAZ DE CAMINHA, DE MATO DE 1500. Fasc. 1/4, tomo XI, ano 1895, pág. 49.

CARTA LITERÁRIA E GEOLÓGICA DE SÃO PAULO. Fasc. II, ano 1886, pág. 112.

CATÁSTROFE DO "SANTOS DUMONT", A —. Homenagens prestadas pelos sócios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro às vítimas da ... em sessão do Conselho Diretor de 7 de dezembro de 1928. Usaram da palavra, além do Presidente Dr. Moreira Guimarães, os Srs. Lindolfo Xavier e o Dr. Costa Lima. Tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 264.

CATEQUESE. ÍNDIOS COROADOS EM MATO GROSSO OS —. Antônio José Duarte. Fasc. I, ano 1887, pág. 48.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, NO 2.º TRIMESTRE DE 1887 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. III, ano 1887, pág. 210.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, NO 3.º TRIMESTRE DE 1887 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. IV, ano 1887, pág. 312.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, NO ANO DE 1887 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. I, ano 1888, pág. 53.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, NO 1.º TRIMESTRE DE 1888 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. II, ano 1888, pág. 147.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, NO 2.º TRIMESTRE DE 1888 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. III, ano 1888, pág. 229.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, NO 3.º TRIMESTRE DE 1888 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. IV, ano 1888, pág. 320.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, NO 4.º TRIMESTRE DE 1888 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. I, ano 1889, pág. 44.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, EM 1886 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. I, ano 1887, pág. 65.

CAUSAS DOS FALECIMENTOS NO RIO DE JANEIRO, NO 1.º TRIMESTRE DE 1887 (Geografia médica). João Pires Farinha. Fasc. II, ano 1887, pág. 130.

CAUSTOBIOLITOS NA BAIXADA FLUMINENSE, SOBRE A FORMAÇÃO DE —. Sílvio Fróis de Abreu, tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 5.

CEARÁ, A POPULAÇÃO DE VIÇOSA —. Fasc. IV, ano 1888, pág. 337.

CEARÁ, A POPULAÇÃO DO —. Fasc. IV, ano 1888, pág. 336.

CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE, LIMITES ENTRE O —. José Leão. Fasc. IV, ano 1888, pág. 286.

CEARÁ. NOTÍCIA SOBRE ESTA PROVÍNCIA. Fasc. III, ano 1887, pág. 193.

CEARÁ, NOVAS INDÚSTRIAS NO CEARÁ. Fasc. III, ano 1887, pág. 213.

CEARÁ, UM CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO —. Recursos minerais (Memória apresentada ao VIII.º Congresso Brasileiro de Geografia). Por Sílvio Fróis de Abreu, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 145.

CEARÁ, UM CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO —. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 159/167.

CEARÁ, UM CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO —. Por Sílvio Fróis de Abreu, Rochas, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 174.

CEARÁ, UM CAPÍTULO DA GEOGRAFIA DO —. Por Sílvio Fróis de Abreu, Xistos Betumínicos, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 172.

CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, A GEOGRAFIA NO —. Resumo da conferência feita pelo Prof. Francisco Bhering na Sociedade de Geografia, em 7 de dezembro de 1917, tomos XXV, XXVII, anos 1912/1922, pág. 3.

CENTENÁRIO DA ÍNDIA, O 4.º —. Notícia pelo Dr. Paula Freitas. Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 5.

CENTENÁRIO DE QUATRO MUNICÍPIOS FLUMINENSES, — por José Matoso Maia Forte. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE COLATINA — Xenócrates Calmon. Tomo XXXVIII ano 1933 (2.º semestre), pág. 209.

CENTENÁRIO DO CAMINHO DAS ÍNDIAS, 4.º —. João Pereira Monteiro (Dr.). Discurso pronunciado na Sociedade de Geografia de Lisboa. Tomo XIII, anos 1898 a 1900, pág. 13.

CENTENÁRIO DA PARAÍBA DO SUL — José Matoso Maia Forte. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 160.

CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO FLUMINENSE DE PIRAIÁ, O —. José Matoso Maia Forte. Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 97.

CHARCOT, A EXPEDIÇÃO. Revista Geográfica. — Lindolfo Xavier, tomos XIV, XX, XXI, anos 1906/1908, pág. 48.

CHERENTES, OS — Informações sobre as tribos existentes no Piauí em 1827. — João da Cunha Lustosa. Fasc. I, ano 1886, pág. 36.

CHICAGO, A POPULAÇÃO DE —. Fasc. III, ano 1890, pág. 168.

CHILE, A POPULAÇÃO DO —. Fasc. I, ano 1887, pág. 78.

CHILE, AS NOVAS PROVÍNCIAS DO —. Fasc. I, ano 1888, pág. 68.

CHILE E A ARGENTINA, O —. Resumo da conferência feita pelo Dr. Joaquim de Oliveira Botelho, tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 89.

CHIKITOS —. Castilhos Goicochea, Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 54.

XISTOS BETUMINOSOS. — Um Capítulo da Geografia do Ceará. Por Sílvio Fróis de Abreu, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 172.

CHOMAGE, URBANISMO RURAL COMO SOLUÇÃO AO PROBLEMA DO —. José Estelita. Tomo XLV, ano 1938, pág. 22.

CRISTIANIA, SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE —. Fasc. I, ano 1890, pág. 33.

CRISTÓVÃO COLOMBO E O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA — João Manuel Pereira da Silva. Fasc. I, ano 1891, pág. 22. Fasc. II, ano 1891, pág. 92.

CRISTÓVÃO COLOMBO, MEMÓRIA DE PINHEIRO CHAGAS SOBRE —. Fasc. I, ano 1892, pág. 62.

CHUMBO, MINÉRIOS DE —. Sílvio Fróis de Abreu, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 159/167.

CHUVAS, O REGIME DAS ... NAS REGIÕES DAS SECAS, escrito pelo Dr. Orville Derby, em 1906 e oferecido pelo autor à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomos XIX/XXI, anos 1906/1908, pág. 5.

CICLONES, E A TEMPESTADE, VENTO — Pacote "Rio Apa". Fred. Correia da Câmara. Fasc. IV, ano 1888, pág. 309.

CIDADE ABANDONADA NO INTERIOR DA BAÍA, A —. Aristides de Sousa Espindola. Fasc. IV, ano 1892, pág. 250.

CIDADE, NOVA CONCEPÇÃO DO GOVERNO DA CIDADE. — José Estelita, tomo XLV, ano 1938, pág. 20.

CIDADE DO RIO DE JANEIRO, O CLIMA DA —. João Evangelista de Lima. Fasc. IV, ano 1886, pág. 277.

CIDADES, A POPULAÇÃO DAS GRANDES — (1880-1890). Fasc. III, ano 1891, pág. 221.

CIDADES, A POPULAÇÃO DAS GRANDES — Fasc. II, ano 1887, pág. 143.

CIDADES, AS FUNÇÕES DAS —. José Estelita. Tomo XLV, ano 1938, pág. 15.

CIDADES DA EUROPA, MORTALIDADE DE ALGUMAS —. Fasc. II, ano 1887, pág. 142.

CIÊNCIA DA NATUREZA — GEOGRAFIA. (Conferência do professor Dr. Carlos M. Delgado de Carvalho, iniciando as preleções do 2.º ano de funcionamento do Curso Livre de Geografia. Tomo XXXI, anos 1926/1927, pág. 93.

CIDADE DO RIO GRANDE, A —. pelo Dr. Eugênio Augusto Wandek, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 133.

CIENTISTA ANDRÁDA, PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL, O —. César Feliciano Xavier, tomo XLVII, ano 1940, pág. 187.

CIPANGO — Mendo Vaz, estudo publicado no Jornal do Comércio, resumo feito na Revista da Sociedade de Geografia. Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 116.

CLIMA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, O —. João Evangelista de Lima. Fasc. IV, ano 1886, pág. 277.

CLIMA NA EUROPA, O RESFRIAMENTO DO —. Fasc. I, ano 1891, pág. 73.

CLIMA. RIO GRANDE DO NORTE, O —. pelo Dr. A. Tavares de Lira, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 46.

CLIMATOLOGIA NO BRASIL — F. M. Draenert. Fasc. I, ano 1888, pág. 3.

COBRE, MINÉRIO DE —. Sílvio Fróis de Abreu, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 159/167.

COIMBRA, A FORTALEZA DE —. (Breve estudo histórico e geográfico). Coronel Raul Correia Bandeira de Melo. Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 20.

COLATINA, O CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE —. Xenócrates Calmon, tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 209.

COLÔMBIA-BRASIL, LIMITES — (Efeméride Geográfica — Comunicação feita pelo major Frederico Augusto Rondon sobre o reconhecimento do rio Papuri). Tomo XLV, ano 1938, pág. 3.

COLÔMBIA — Conferência realizada pelo General Uribe Y Uribe, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 80.

COLÔMBIA, DEMARCAÇÃO DA LINHA DIVISÓRIA ENTRE O BRASIL E A —. O caso da ligação dos rios Papuri e Saraiva. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 37.

COLÔMBIA. DEMARCAÇÃO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E A —. Ministério das Relações Exteriores. Tomo XLIV, ano 1937, pág. 89.

COLÔMBIA. DEMARCAÇÃO DOS LIMITES ENTRE O BRASIL E A —. (Psicologia e ambiente). Tomo XLV, ano 1938, pág. 3.

COLÔMBIA, LIMITES ENTRE O BRASIL E A —. (Ata da vigésima primeira e última conferência da Comissão Mista Brasileira-Colombiana demarcadora de limites, realizada em 5 de janeiro de 1937). Tomo XLIV, ano 1937, pág. 90.

COLOMBO. DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA E OS SUPPOSTOS PRECURSORES DE —. Vicente Grossi. Fasc. IV, ano 1891, pág. 270.

COLONIZAÇÃO NAS MARGENS DO RIO DOCE, VIAGEM AO RIO DOCE, NAVEGAÇÃO DO RIO DOCE. — José Veríssimo da Costa. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 13.

COLOR, LINDOLFO — "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos" — Comentário do Almirante Raul Tavares à obra do Sr. ..., tomo XLVII, ano 1940, pág. 101.

COIMBRA, CAUSAS GERADORAS DE —. Cel. Raul Correia Bandeira de Melo. Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 21.

COMETAS DE 1887, OS —. Fasc. II, ano 1887, pág. 139.

COMETAS E PLANETAS, NOVOS —. Fasc. III, ano 1887, pág. 182.

CELEBRAÇÃO DE ROALD AMUNDSEN — Sessão em que se comemorou a descoberta do Pólo Sul, homenageando a memória do grande explorador norueguês Roald Amundsen, realizada a 14 de junho de 1928 na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Usaram da palavra o Presidente General Moreira Guimarães, o Pe. D. Geraldo Pauwels, o Prof. Lafaete Côrtes e o Ministro Herman Gade, tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 267.

COMENTÁRIO ACERCA DAS QUESTÕES DE LIMITES INTERESTADUAIS — Retrospecto. Tomo XLVI, ano 1939, pág. 87.

COMPANHIA PAULISTA DE NAVEGAÇÃO, O MOGI-GUAÇU E A — São Paulo. Fasc. II, ano 1890, pág. 95.

COMISSÃO DE EXPLORAÇÃO EM MATO GROSSO. Fasc. II, ano 1888, pág. 154. Fasc. III, ano 1889, pág. 117.

COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL. Fasc. III, ano 1892, pág. 196.

COMISSÃO PIRES FERREIRA, RESULTADO GERAL DA — EXPLORADORES BRASILEIROS. Fasc. III, ano 1890, pág. 98.

COMISSÃO RONDON — Parecer da comissão nomeada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para se manifestar sobre os trabalhos da comissão ... Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco Bhering, João Alberto Masó, J. Barbosa Rodrigues Júnior, tomos XXV/XXVII, anos 1912 e 1922, pág. 5.

COMUNICAÇÃO DO AMAZONAS COM O RIO DA PRATA PELO TOCANTINS, MORTES E ARAGUAIA — Correia de Moraes. Fasc. IV, ano 1886, pág. 298.

COMUNICAÇÃO DO AMAZONAS COM O RIO DA PRATA PELO TOCANTINS, MORTES E ARAGUAIA — Correia de Moraes. Fasc. IV, ano 1886, pág. 298.

COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS, AS —. (Nascentes Principais dos Rios). Alexandre Emilio Sommier, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 55.

COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS — Dr. Alcides Bezerra — "A Sericicultura" — Tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 161.

COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS — Dr. Mário de Sousa. "Zoning", tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 151.

COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS — Dr. R. M. Costa Lima — "O vol. 63.º da Academia de Letras", tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 147.

COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS — Dr. Sílvio Fróis de Abreu (Geografia Histórica), tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 153.

COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS — Geografia Econômica — Comunicações geográficas pelos professores Lupércio Hoppe, Dr. José Matoso Maia Forte, Dra. Isaura Sidney Gasparini, Dr. Paulo José Pires Brandão, Lindolfo Xavier, Dr. Otávio Vinelle, Prof. Luiz Duarte da Gama, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 235.

COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS — Prof. Lindolfo Xavier — Comentário à obra do Dr. Everardo Backheuser "Estrutura Política do Brasil", tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 147.

COMUNICAÇÕES GEOGRÁFICAS — Prof. Luiz Duarte Gama — "O estudo da Geografia", tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 159.

CONFERÊNCIA DE JAMES WELLS NA PRAÇA DO COMÉRCIO DE LONDRES — Fasc. III, ano 1887, pág. 183.

CONFERÊNCIA. Ituxí, o rio — Cel. A. R. Pereira Labre. Fasc. II, ano 1888, pág. 117.

CONFLUENTE DO ARAGUAIA, O RIO DAS MORTES — Fasc. I, ano 1886, pág. 47.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPERANTO, IX (Notícia) — Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 179.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPERANTO, IX —. (Notícia), tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 179.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1.º — Sessão solene em 7 de setembro de 1909 — realizada no Palácio Monroe — tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 263.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, IX — (Nota da redação). Tomo XLVII, ano 1940, pág. 191.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, X —. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 100.

CONGRESSO DE AMERICANISTAS — Fasc. IV, ano 1888, pág. 316.

CONGRESSOS DE GEOGRAFIA — O próximo Congresso de Vitória — Mário Melo. Tomo XXX, ano 1925, pág. 95.

CONGRESSO DE GEOGRAFIA DE NANTES, QUESTIONÁRIO DO —. Fasc. I, ano 1886, pág. 41.

CONGRESSO DE MARSELHA — Fasc. III, ano 1891, pág. 224.

CONGRESSO DE PARÍS EM 1889 — Fasc. III, ano 1889, pág. 179.

CONGRESSO DE WASHINGTON — Fasc. II, ano 1886, pág. 125.

CONGRESSO GEOLÓGICO INTERNACIONAL DE SALZBURGO — Fasc. IV, ano 1888, pág. 297.

CONGRESSO GEOGRÁFICO DE BERNA — Fasc. III, ano 1891, pág. 223.

CONGRESSO GEOGRÁFICO DE MADRI — Fasc. III, ano 1892, pág. 194.

CONGRESSO GEOGRÁFICO DE ROCHEFORT — Fasc. III, ano 1891, pág. 222.

CONGRESSOS GEOGRÁFICOS, OS — Revista Geográfica. Lindolfo Xavier. Tomo XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 17.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS DE BERLIM, EM 1889 — Fasc. III, ano 1890, pág. 158.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS, EM 1889 — Fasc. II, ano 1889, pág. 102. Fasc. III, ano 1889, pág. 178.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, VIII.º, na Sessão de 4 de março de 1905, carta do Sr. Antônio Olinto dos Santos Pires, representante no — Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 49.

CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA EM 1890 — Fasc. III, ano 1889, pág. 181.

CONGRESSOS, OS OUTROS — Revista Geográfica, Lindolfo Xavier. Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 20.

CONQUISTA DA ÁFRICA, A — Revista Geográfica — Lindolfo Xavier. Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1908, pág. 52.

CONQUISTAS PACÍFICAS DO BRASIL, AS — Revista Geográfica — Lindolfo Xavier. Tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1907, 1908, pág. 38.

CONRADO ERICKSEN FILHO. — Rio São Lourenço, O — Comentário do relatório do Sr. Estêvão de Mendonça, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 104.

CONSERVATÓRIA DOS ÍNDIOS, A — As antigas vias de comunicação em trechos do Vale do Paraíba, F. A. Noronha Santos — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 36.

CONSERVATÓRIA DOS ÍNDIOS, A. (Um Arraial esquecido). Ação do Municipalismo e outros fatores de desenvolvimento — O Distrito de Santo Antônio do Rio Bonito. F. A. Noronha Santos, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 5, 68, 30 e 23.

CONSERVATÓRIA DOS ÍNDIOS, A — Viação Férrea, F. A. Noronha Santos, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 43.

CONSERVATÓRIA DOS ÍNDIOS, A — Serviços Postais — Telégrafo e Telefones — F. A. Noronha Santos, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 47.

CONSERVATÓRIA DOS ÍNDIOS, A — A nova zona pastoral — Indústria e produtos laticínios. Um pouco de estatística. População do Distrito e do Arraial de Conservatória — Natalidade e nupcialidade — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 19.

CONSERVATÓRIA DOS ÍNDIOS, A — Serviços Municipais. Calçamentos. Abastecimento de Água — Iluminação Pública e Domiciliar — F. A. Noronha Santos, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 76.

CONSERVATÓRIA DOS ÍNDIOS, A — Antigas e Modernas Casas de Conservatória — F. A. Noronha Santos — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 62.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA DO SR. VISCONDE DE PORTO SEGURO, que se acha publicada em Boletim do Instituto Histórico e Geográfico, lida na sessão ordinária, em 26 de outubro de 1895, por José Rodrigues Oliveira Catrambi, tomo XII, anos 1896 e 1897, pág. 60.

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, A — Raimundo Saladino de Gusmão. Tomo XLII, ano 1936 (1.º semestre), pág. 5.

CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO, ATO ADICIONAL A — (Lei de agosto de 1834). A propósito do seu centenário. José Matoso Maia Forte. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 173.

CONSULADO DE CAIENA, O — Fasc. III, ano 1891, pág. 317.

CONTINENTES, ALTURA MÉDIA DOS — A. Tels. Fasc. II, ano 1890, pág. 83.

CONTRIBUIÇÕES PARA A ANTIGA GEOGRAFIA DO MARANHÃO — Sílvio Fróis de Abreu. Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação. Série de Ensino Técnico Superior, tomo XXXIV (1.º semestre), ano 1929, pág. 1.

CONVENTO DA PENHA, O — Espírito Santo. Fasc. II, ano 1892, pág. 81.

CORDILHEIRA DOS ANDES, A — Fasc. I, ano 1888, pág. 69.

COROGRAFIA DA COSTA DO BRASIL (De Cabo Frio a Santos). Vice-Almirante Raul Tavares. Tomo XLV, ano 1938, pág. 53.

COROGRAFIA DA COSTA DO BRASIL (Do Cabo de São Roque à Baía de Salvador). Contra-Almirante Raul Tavares. Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 90.

COROGRAFIA DA COSTA DO BRASIL (Do Cabo Norte ao Maranhão). Contra-Almirante Raul Tavares, tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 143.

COROGRAFIA DA COSTA DO BRASIL (Da Ilha do Maranhão ao Cabo de São Roque). Contra-Almirante Raul Tavares, tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 24.

COROGRAFIA DE MINAS GERAIS publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, as considerações críticas constantes de uma carta escrita à mesma Sociedade, Nelson de Sena. Tomo XXIX, ano 1924, pág. 25.

COROGRAFIA DE MINAS GERAIS — Considerações do engenheiro Álvaro da Silveira sobre o vol. X da Geografia do Brasil, obra publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário da Independência. Tomo XXIX, ano 1924, pág. 9.

COROGRAFIA DO ESTADO DA PARAÍBA. Professor Coriolando de Medeiros, tomo XXXIII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 51.

COROGRAFIA DE VASSOURAS, INTRODUÇÃO A —. José Matoso Maia Forte, tomo XLVIII, ano 1941, pág. 25.

COROGRAFIA DO BRASIL, PROBLEMAS CAPITAIS DA —. Conferência do Prof. Dr. Fernando Raja Gabaglia, na Sociedade de Geografia, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 64.

CORRENTES DO AMAZONAS, E O FENÔMENO DA "POROROCA" — Torquato Tapajoz. Fasc. III, ano 1891, pág. 161.

CORRENTES DO ATLÂNTICO, AS —. Fasc. II, ano 1886, pág. 122.

CÓSMICO, MOVIMENTO — Antônio da Silva Mendes. Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 62.

COSTA CATARINENSE, A —. José Artur Boiteux, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 101.

COSTA DO BRASIL, COROGRAFIA DA COSTA DO BRASIL (De Cabo Frio a Santos). Vice-Almirante Raul Tavares. Tomo XLV, ano 1938, pág. 53.

COSTA DO BRASIL, COROGRAFIA DA —. (Da ilha do Maranhão ao Cabo de São Roque). Contra-Almirante Raul Tavares, tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 24.

COSTA DO BRASIL, COROGRAFIA DA —. (Do Cabo Norte ao Maranhão). Contra-Almirante Raul Tavares. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 142.

COSTA DO BRASIL, COROGRAFIA DA —. (Do Cabo de São Roque à Baía do Salvador). Contra-Almirante Raul Tavares. Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 90.

COSTA MARÍTIMA DO BRASIL, ACIDENTES FÍSICOS DA — Pelo Dr. Eugênio Augusto Wandek, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 92.

COSTA MARÍTIMA DO BRASIL, ACIDENTES FÍSICOS DA — Maranhão. Dr. Eugênio Augusto Wandek, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 97.

COSTA MARÍTIMA DO BRASIL, ACIDENTES FÍSICOS DA — Pará. Dr. Eugênio Augusto Wandek, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 94.

COSTA LIMA, ROBERTO MOREIRA DA —. Discurso do Sr. Professor Lafayette Côrtes, ao transmitir o cargo de orador ao Sr. Dr. ..., tomo XXX, ano 1925, pág. 11.

COSTA MARÍTIMA DO BRASIL, ACIDENTES FÍSICOS DA — Piauí. Dr. Eugênio Augusto Wandek, tomo XXVIII, ano 1923, pág. 99.

COSTA RICA, HONDURAS, NICARÁGUA, S. SALVADOR E GUATEMALA. AMÉRICA CENTRAL (pacto de união). Fasc. III, ano 1890, pág. 169.

CROSTA TERRESTRE, UM ABATIMENTO DA ... — Fasc. II, ano 1887, pág. 140.

CRIMINALIDADE NA EUROPA — Fasc. I, ano 1889, pág. 52.

CRUZEIRO DO SUL, O —. Mário Rodrigues de Sousa. Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 121.

CUBA — Dra. Isaura S. Gasparini, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 111.

CUCUI, SÃO JOAQUIM, MACAPÁ E TABATINGA. Amazonas, viagem no — Torquato Tapajoz. Fasc. II, ano 1892, pág. 118.

CUIABÁ, OBSERVAÇÕES FEITAS EM —. Mato Grosso. Fasc. IV, ano 1888, pág. 328.

CUIEIRAS, ZONA DE —. Amazonas, estudo sobre o —. Sebastião Diniz. Fasc. 1/4, tomo X, ano 1894, pág. 17.

CULMINAÇÕES LUNARES, RELAÇÃO ENTRE OS TERREMOTOS E AS ... — Fasc. I, ano 1890, pág. 36.

CULTURA DA RAMIE, A —. Fasc. II, ano 1887, pág. 134.

CULTURA DAS VINHAS, A —. Fasc. II, ano 1887, pág. 133.

CUNANÍ, A REPÚBLICA DE —. (No terreno litigioso das Guianas.) Fasc. IV, ano 1886, pág. 315. Fasc. II, ano 1888, pág. 159. Fasc. II, ano 1890, pág. 80. Fasc. III, ano 1890, pág. 169.

CUNHA — FRANCISCO MANUEL DA, — Espírito Santo, Província do —. Fasc. I, ano 1890, pág. 16.

CURITIBA. DADOS ESTATÍSTICOS. Pelo Dr. Antônio Manuel Fernandes Júnior. (Coleção Brasília Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 29/44.

CURSO SUPERIOR LIVRE DE GEOGRAFIA. Projeto de lei orgânica do Curso Livre de Geografia, submetido em Sessão pelo Sr. General D. Moreira Guimarães, tomo XXX, ano 1925, pág. 71.

D

DADOS BIOGRÁFICOS DOS PRINCIPAIS GEÓGRAFOS (Manuel Aires de Casal, Eschwege, Martius, Auguste de Saint-Hilaire, Guts-Muths, Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, Charles Frederick Hartt, S. E. Wappeus, Elisée Reclus, John Gasper Branner, Orville Adalber Derby, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu). Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 130.

DADOS ESTATÍSTICOS. Província do Paraná, A —. 1854). Extratos das informações prestadas ao governo pelo Dr. Antônio Manuel Fernandes Júnior (Coleção Brasília Machado). Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 23.

DANÚBIO PARA O RENO, O DESVIO DAS ÁGUAS DO —. Fasc. I, ano 1887, pág. 78.

DE AIRES DE CASAL A GUTS-MUTHS — Alcides Bezerra. Tomo XXXVI (2.º semestre), ano 1932, pág. 119.

DECRETO N.º 21 329 — DE 27 DE ABRIL DE 1932 — Aprova, para todos os efeitos, as conclusões do parecer do General Augusto Ximeno Villero, presidente da Comissão de Delegados dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, sobre os limites entre dois Estados e fixa, definitivamente, a linha divisória entre os referidos Estados, tomo XXXV, ano 1932 (1.º semestre), pág. 106.

DE LINHARES AO PORTO MASCARENHAS, VIAGEM AO RIO DOCE — José Veríssimo da Costa. Fasc. 1/4, tomo XLIII, ano 1905, pág. 30.

DE MARTONNE, PROFESSOR EMMANUEL — (Notícia acerca da sua estada no Brasil). Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 171.

DEODORO DA FONSECA, oração proferida pelo Comandante Luiz Alves de Oliveira Belo, por ocasião da inauguração da estátua do Marechal ... Tomo XLVIII, ano 1941, pág. 71.

DESCRIÇÃO — O RIO DOCE. Luiz d'Alincourt. Fasc. II, ano 1890, pág. 62.

DESCOBERTA DOS MARTÍRIOS (Mato Grosso) — José Manuel de Siqueira. Fasc. I, ano 1886, pág. 3.

DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA, e os supostos precursores de Colombo. Vicente Grossi. Fasc. IV, ano 1891, pág. 270.

DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA, CRISTÓVÃO COLOMBO E O —. João Manuel Pereira da Silva. Fasc. I, ano 1891, pág. 22. Fasc. II, ano 1891, pág. 92.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL EM 1500 — Conferência — José A. Rodrigues de Oliveira Catrambí. Fasc. 1/4, tomo XI, ano 1895, pág. 3.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL — Augusto de Carvalho. Fasc. I, ano 1893, pág. 56.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL EM 1500 — 2.ª Conferência — José A. Rodrigues de Oliveira Catrambí. Fasc. 1/4, tomo XI, ano 1895, pág. 36.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL EM 1500 — Esquemas cartográficos sobre —. Oliveira Catrambí. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 75.

DESENVOLVIMENTO DA RAÇA EUROPEIA NO SÉCULO XIX, O —. Fasc. II, ano 1886, pág. 90.

DESTRUIÇÃO DA ATLÂNTIDA, pelo 1.º Tenente do Exército José Augusto Barbosa, tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 111.

DETERMINAÇÃO DA ALTURA DE DIVERSAS LOCALIDADES NA PARTE DO RIO GRANDE DO SUL — Maximiliano Besahoren. Fasc. II, ano 1889, pág. 113.

DIREÇÕES GERAIS DAS DISTÂNCIAS ENTRE OS PRINCIPAIS PONTOS PERCORRIDOS NA ZONA DO JALAPÃO (Quadro), tomo XXXIX, ano 1934 (1.º e 2.º semestres), pág. 7.

DISCURSO COMUNICANDO A MORTE DE TORQUATO TAPAJÓZ — Marquês do Paraná. Fasc. 1/4, tomo XV, ano 1902, pág. 18.

DISCURSO DO ORADOR OFICIAL DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, Prof. Lafayette Côrtes, recebendo o Dr. Fernando Raja Gabaglia — Tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 71.

DISCURSO DO GENERAL CÂNDIDO RONDON, proferido no Teatro Municipal em 12 de outubro de 1919, agradecendo a homenagem da Sociedade de Geografia, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 20.

DISTÂNCIAS (Cabo de Santa Maria ao Oiapoque) — Oliveira Catrambí. Fasc. I, ano 1885, pág. 53.

DISTÂNCIAS COMPARADAS PELO CANAL DE PARANAGUÁ — Fasc. III, ano 1886, pág. 259.

DISTÂNCIAS (Portos do Amazonas, Pará-Perú) — Oliveira Catrambí. Fasc. I, ano 1885, pág. 54.

DISTÂNCIAS (Território das Missões) — Fasc. I, ano 1892, pág. 79.

DISTRITO FEDERAL, A POPULAÇÃO EM 1890 DO —. Fasc. I, ano 1893, pág. 76.

DISTRITO FEDERAL, BIBLIOGRAFIA SOBRE OS LIMITES DO — com o Estado do Rio de Janeiro, Impressos, Cartas topográficas, geográficas, plantas, mapas, manuscritos (Noronha Santos) — Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 94.

DISTRITO FEDERAL COM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEMÓRIA ACERCA DOS LIMITES DO —. Noronha Santos. Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 45.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, SUPERFÍCIE, ETC. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Fávila Nunes. Fasc. III, ano 1892, pág. 183.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, BRASIL FUTURO, O —. O novo Brasil — Conferência pelo Dr. Ezequiel Ubatuba, na Sociedade de Geografia, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 121.

DIVISÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS TRIBOS INDÍGENAS DO BRASIL — Paulo Ehrenreich. Fasc. I, ano 1892, pág. 3.

DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA, A NOVA —. (Estado do Rio de Janeiro). José Matoso Maia Forte — Tomo XLV, ano 1938, pág. 105.

DOCE, O RIO — Descrição. Luiz d'Alincourt. Fasc. II, ano 1890, pág. 62.

DOCUMENTOS. PARNAÍBA E TOCANTINS, OS RIOS — Fasc. I, ano 1886, pág. 31.

DOCUMENTOS. TOCANTINS E PARNAÍBA — Fasc. I, ano 1886, pág. 31.

DUVEYRIER, HENRIQUE O EXPLORADOR — Fasc. III, ano 1892, pág. 190.

E

EHRENREICH, PAULO — Divisão e distribuição das tribos indígenas do Brasil. Fasc. I, ano 1892, pág. 3.

ENERGIAS DO BRASIL — Dra. Isaura S. Gasparini, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 246.

ENGENHO CENTRAL DE QUISSAMÁ. INDÚSTRIA SACARINA. Fasc. IV, ano 1886, pág. 307.

ENGENHOS CENTRAIS NO BRASIL — Fasc. III, ano 1888, pág. 241. Fasc. II, ano 1889, pág. 125.

ENSEADA DE PIUMA E O MORRO DO AGA — Sílvio Fróis de Abreu, tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 153.

ENSINO PRIMÁRIO — PRIMÓRDIOS DA AÇÃO DO MUNICIPALISMO E ASPECTOS DO MEIO SOCIAL — F. A. Noronha Santos. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 52 e 57.

ENSINO SECUNDÁRIO, A GEOGRAFIA DO BRASIL NO NOSSO —. Relatório apresentado à Sociedade pela comissão designada para tratar do assunto composta do Sr. Raul Bandeira de Melo, Elzio Salviense, Carlos Xavier, S. A. de Oliveira Belo, tomo XLVIII, ano 1941, pág. 9.

EPISÓDIOS. JAVARÍ, VIAGEM DE EXPLORAÇÃO AS NASCENTES DO —. Barão de Tefé. Fasc. III, ano 1888, pág. 169.

ERUPÇÃO VULCÂNICA NO KENTUCKY — Fasc. III, ano 1887, pág. 219.

ESCRavidão NO BRASIL, A EXTINÇÃO DA —. Fasc. II, ano 1888, pág. 146.

ESFÓRÇO DO JAPÃO PARA O PREDOMÍNIO DO MUNDO — R. Restropo Eldridge. Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 159.

ESPERANTO, IX CONGRESSO BRASILEIRO DE —. (Notícia). Tomo XLIII, ano 1936 (2.º semestre), pág. 179.

ESPERANTO EN LA POSTO — Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 215.

ESPERANTO, LÍNGUA DE TURISMO — Alberto Couto Fernandes. Tomo XLI, ano 1925 (2.º semestre), pág. 127.

ESPERANTO (Resolução da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística) recomendando o seu uso, O — Tomo XLV, ano 1938, pág. 147.

ESPÍRITO SANTO, A COSTA DO ESTADO DO —, seus rios e canais. Rio Doce, O —. (Da monografia). João Marcelino Pinto, tomo XXXV, 1932 (1.º semestre), pág. 33.

ESPÍRITO SANTO, BARREIRAS DO LITORAL — Sílvia Fróis de Abreu. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 153.

ESPÍRITO SANTO — CONVENTO DA PENHA, O —. Fasc. II, ano 1892, pág. 81.

ESPÍRITO SANTO. Mapa da população da Província do ... extraído das cartas dadas ao Governo pelos Vigários e Capitães Mores, nos anos de 1824, 1826, 1827, 1828, 1829 e 1830. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 46.

ESPÍRITO SANTO, MAPA DA POPULAÇÃO DO ... PELO RESENSEAMENTO DE 1824 — Coleção Brasília Machado. Fasc. 1/4, tomo XVII, ano 1904, pág. 45.

ESPÍRITO SANTO. PAISAGENS LITORÂNEAS — Sílvia Fróis de Abreu, tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 152.

ESPÍRITO SANTO, PROVÍNCIA DO —. Francisco Manuel da Cunha. Fasc. I, ano 1890, pág. 16.

ESPÍRITO SANTO, VIAGENS PELOS RIOS NAVEGÁVEIS DO ESTADO DO — navegação prática de Vitória à Barra do rio Doce; descrição da Costa, rio Doce e sua navegação. Viagem ao Rio Doce, José Veríssimo da Costa. Fasc. 1/4, tomo XVIII, ano 1905, pág. 3.

ESQUEMAS CARTOGRÁFICOS, SOBRE — Descobrimento do Brasil em 1500 — Oliveira Catrambi. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 75.

ESTAÇÕES AGRONÔMICAS — Tarquino de Sousa Filho. Fasc. IV, ano 1888, pág. 259.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM O DISTRITO FEDERAL, MEMÓRIAS ACERCA DOS LIMITES DO —. Noronha Santos, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 45.

ESTADOS UNIDOS, EXPOSIÇÃO EM 1892 NOS —. Fasc. I, ano 1890, pág. 37.

ESTADOS UNIDOS, IMIGRAÇÃO NOS —. República Argentina e Brasil, a —. Fasc. II, ano 1886, pág. 118.

ESTADOS UNIDOS, TRANSVIAS NOS —. Fasc. I, ano 1892, pág. 75.

ESTADOS UNIDOS, REGULAMENTAÇÃO DAS HORAS NOS —. Fasc. III, ano 1889, pág. 169.

ESTADOS UNIDOS, SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS —. Fasc. II, ano 1887, pág. 136.

ESTATUTOS — SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO — Tomo XL, ano 1935 (1.º semestre), pág. 77.

ESTATÍSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, OS SERVIÇOS DE —. (Discurso pronunciado na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro). M. A. Teixeira de Freitas. Tomo XXXVI, ano 1932 (2.º semestre), pág. 170.

ESTATÍSTICA DO BRASIL — Livro de Fávila Nunes. Fasc. IV, ano 1888, pág. 375.

ESTATÍSTICAS NACIONAIS, UNIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS —. (Indicação de autoria de M. A. Teixeira de Freitas). Tomo XLI, ano 1935 (2.º semestre), pág. 166.

ESTÉTICA DA GEOGRAFIA, A —. José Magarinos. Tomo XXXVIII, ano 1933 (2.º semestre), pág. 205.

ESTRADA DE RODAGEM RIO-SÃO PAULO — José Matoso Maia Forte — A Rodovia Construída e Outras Traçadas — Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 108.

ESTRADA DE RODAGEM RIO-SÃO PAULO. José Matoso Maia Forte. Aspectos Econômicos. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre) pág. 104.

ESTRADA DE RODAGEM RIO-SÃO PAULO, MARAPICU, ITAGUAÍ, BANANAL, SEROPEDICA, SÃO PEDRO E SÃO PAULO DE RIBEIRÃO DAS LAJES, BOM JARDIM, PIRAI, PASSA TRES, SÃO JOÃO MARCOS, POUSO SECO, RIO CLARO —. Por José Matoso Maia Forte, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), págs. 82, 85, 88, 92, 95, 99, 102.

ESTRADA DE RODAGEM RIO-SÃO PAULO — Dr. J. Matoso Maia Forte. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 246.

ESTRADAS DE FERRO DO BRASIL — Fasc. III, ano 1888, pág. 242.

ESTRADA DE FERRO DO MADEIRA A MAMORÉ — Júlio Pinkas. Fasc. III, ano 1886, pág. 211.

ESTRADA DE RODAGEM RIO-SÃO PAULO. A —. Bacia do Ribeirão das Lajes. José Matoso Maia Forte, tomo XXXIII (2.º semestre), ano 1928, pág. 82.

ESTRADA DO PAKIRÍ — Mato Grosso — (Roteiro). Fasc. I, ano 1891, pág. 9.

ESTRADA DE FERRO BRASIL-CENTRAL-INTEROCEÂNICA — Fasc. IV, ano 1888, página 294.

ESTRADAS DE FERRO DO NORTE DO BRASIL — José Leão. Fasc. II, ano 1891, pág. 49.

ESTRADAS DE FERRO DO PACÍFICO — Fasc. III, ano 1886, pág. 261.

ESTRADA DO PAKIRÍ-MATO GROSSO. Roteiro — João do Espírito Santo Barbosa. Fasc. I, ano 1891, pág. 9.

ESTRUTURA POLÍTICA DO BRASIL — Comunicações Geográficas — Prof. Lindolfo Xavier — Comentário à obra do Dr. Everardo Backheuser ..., tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 147.

ESTUDOS DO BRASIL, REVISTA GEOGRÁFICA, Lindolfo Xavier, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1910, 1911, pág. 10.

ESTUDO RACIONAL DA GEOGRAFIA, SOBRE O — General Liberato Bittencourt, tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 71.

ESTUDO GEOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE — Memória apresentada pelo Dr. Roberto Moreira da Costa Lima, ao 8.º Congresso Brasileiro de Geografia, tomo XXX, ano 1928 (2.º semestre), pág. 181.

ESTUDO GEOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE — Posição Geográfica, Extensão e Topografia — Pelo Dr. Roberto Moreira da Costa Lima, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 185.

ESTUDO GEOGRÁFICO DA ILHA DA TRINDADE. Memória pelo Dr. Roberto Moreira da Costa Lima, Episódio Histórico. Tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 197.

ETNOGRAFIA — ATLÂNTIDA. A. — Arqueologia, Zoologia, pelo 1.º Tenente do Exército José Augusto Barbosa, tomo XXXII, ano 1928 (1.º semestre) (1.ª parte), pág. 108.

ETNOGEOGRAFIA DA BOLÍVIA, Dr. Antônio Carlos Simons da Silva — 2.ª Conferência publicada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, realizada pela ... Tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909, 1911, pág. 188.

EUROPA, A MORTALIDADE DE ALGUMAS CIDADES DA — Fasc. II, ano 1887, pág. 142.

EUROPA, A POPULAÇÃO DE ALGUMAS CIDADES DA — HÁ 77 ANOS PASSADOS ATÉ O PRESENTE — A. Hum. Tomo XII, anos 1896/1897, pág. 47.

EUROPA, CRIMINALIDADE NA — Fasc. I, ano 1889, pág. 52.

EUROPA, O BRASIL NA — Fasc. I, ano 1889, pág. 53.

EUROPA, O RESFRIAMENTO DO CLIMA NA — Fasc. I, ano 1891, pág. 73.

EXCURSÃO AO NOROESTE DE MINAS GERAIS, UMA — Conferência realizada na Sociedade de Geografia, em 20 de novembro de 1915, pelo Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, tomos XXV/XXVII, anos 1912/1922, pág. 80.

EXPEDIÇÃO, A. — Charcot, Revista Geográfica — Lindolfo Xavier, tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1908, pág. 48.

EXPEDIÇÕES AO INTERIOR DO BRASIL — Moreira Guimarães, Carlos Raja Gabaglia, A. Couto Fernandes, Carlos Domingos, Carlos Bittencourt, J. Barbosa Rodrigues Júnior, Paulo José Pires Brandão, Taciano Acioli, Lupércio Hoppe, Edmundo Félix Tribouillet, Mário de Sousa, Alcides Bezerra, Otávio Vinelle, Isaura Sidney Gasparini, Luiz Duarte Gama, tomo XXXIII, ano 1928 (2.º semestre), pág. 263.

EXPEDIÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS, DECRETO ESTABELECEDO NORMAS PARA FISCALIZAÇÃO DAS ..., tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 102.

EXPEDIÇÃO RAILLER DE BATY, A. — Revista Geográfica, Lindolfo Xavier, tomos XIX, XX, XXI, anos 1906/1908, pág. 46.

EXPLORAÇÃO DA PRATA, A. — A Questão da Mina "Pedras Verdes" — A Exploração do Salitre — Minérios de Ferro — Minérios de Manganês — Minério de Cobre — Um Capítulo da Geografia do Ceará.

EXPOSIÇÃO DA FEIRA INTERNACIONAL DE AMOSTRAS, 2.ª — O Governo da Província de Buenos Aires (República Argentina) — A Inauguração em la Plata, em 1.º de outubro de 1924 — Lima R. Praprotnin Jefe, tomo XXXIX, ano 1924, pág. 58.

EXPOSIÇÃO DA GEOGRAFIA DE NANTES — Fasc. II, ano 1886, pág. 119.

EXPOSIÇÃO DA GEOGRAFIA SUL-AMERICANA — Paula Freitas. Fasc. I, ano 1889, pág. 3.

EXPOSIÇÃO DA GEOGRAFIA SUL-AMERICANA — Fasc. III, ano 1889, pág. 175. Fasc. I, ano 1888, pág. 56.

EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS DAS POSSESSÕES INGLÊSAS — Fasc. II, ano 1886, pág. 124.

EXPOSIÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS EM 1892 — Fasc. I, ano 1890, pág. 37.

EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA DO EXERCÍCIO (Relatório apresentado pelo Sr. Antônio dos Santos Oliveira Júnior e General Raul Bandeira de Melo) — Tomo XLVII, ano 1940, pág. 109.

EXPOSIÇÃO SUL-AMERICANA PROMOVIDA PELA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE BERLIM — Fasc. II, ano 1886, pág. 127.

EXPLORAÇÃO AS NASCENTES DO JAVARÍ, VIAGEM DE — Episódios. Barão de Tefé. Fasc. III, ano 1888, pág. 169.

EXPLORAÇÃO AOS PÓLOS — Revista Geográfica. Lindolfo Xavier, tomos XIX, XX, XXI, anos 1906, 1908, pág. 44.

EXPLORAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA DO SUL — Fasc. II, ano 1887, pág. 138.

EXPLORAÇÃO DE PEDRO TEIXEIRA. Primitivos navegadores do Amazonas, os — Barão de Tefé. Fasc. IV, ano 1885, pág. 285.

EXPLORAÇÃO DO RIO TOCANTINS (sobre) — Antônio de Paula Freitas (Dr.), sobre a Memória acerca pelo engenheiro Inácio Batista de Moura (Dr.). Tomo XIII, ano 1898/1900, pág. 19.

EXPLORAÇÃO DO RIO XINGÚ — Carlos von den Steinen. Fasc. I, ano 1887, pág. 95. Fasc. III, ano 1888, pág. 189.

EXPLORAÇÃO DO RIO SUCURIÚ — Pimenta Bueno. Fasc. I, ano 1885, pág. 9.

EXPLORAÇÃO DO RIO BRANCO — Gustavo Cuckow. Fasc. IV, ano 1891, pág. 276.

EXPLORAÇÃO DO RIO MANSO, 1803 — José Pais Falcão das Neves. Fasc. II, ano 1885, pág. 125.

EXPLORAÇÃO EM MATO GROSSO E AMAZONAS — Fasc. III, ano 1889, pág. 152.

EXPLORAÇÃO EM MATO GROSSO — Fasc. II, ano 1888, pág. 154. Fasc. III, ano 1889, pág. 117.

EXPLORAÇÕES E VIAGENS A AMÉRICA DO SUL — Fasc. III, ano 1887, pág. 217.

EXPLORAÇÃO. JUTAÍ, O RIO 1875. C. Barrington Brown. Fasc. II, ano 1886, pág. 81.

EXPLORAÇÃO. MORTES, O RIO DAS —. José Feliciano Rodrigues de Moraes. Fasc. III, ano 1889, pág. 150.

EXPLORAÇÃO POR JOSEPH MAWSON, LAPA DO BREJO — GRANDE, A —. (Baía) Notícia sobre essa caverna — Fasc. II, ano 1886, pág. 102.

EXPLORAÇÃO — TROMBETAS, O RIO —. A. M. Gonçalves Tocantins. Fasc. I, ano 1891, pág. 3.

EXPLORAÇÃO — XINGÚ, O RIO —. Pimenta Bueno. Fasc. III, ano 1885, pág. 235.

EXPLORAÇÃO — XINGÚ, O RIO —. Carlos von den Steinen. Fasc. I, ano 1887, pág. 95. Fasc. III, ano 1888, pág. 189.

EXPLORAÇÃO — XINGÚ, O RIO —. Fasc. II, ano 1888, pág. 136.

EXPLORADOR BRASILEIRO, UM —. (Barão de Tefé) — Julien de la Gravière. Fasc. I, ano 1892, pág. 56.

EXPLORADORES BRASILEIROS — Mato Grosso, Região desconhecida de —. Fasc. II, ano 1888, pág. 121. Fasc. IV, ano 1888, pág. 332. Fasc. II, ano 1889, pág. 100. Fasc. III, ano 1889, pág. 170. Fasc. II, ano 1890, pág. 77.

EXPLORADORES BRASILEIROS. Resultado geral da Comissão Pires Ferreira — Fasc. III, ano 1890, pág. 98.

EXPLORADOR HENRIQUE DUVEYRIER, O — Fasc. III, ano 1892, pág. 190.

EXPLORADORES, HOMENAGEM TRIBUTADA AOS SEUS —. Xingú, o rio —. Fasc. I, ano 1885, pág. 57.

EXPLORADORES, PRÊMIOS CONFERIDOS A —. MODERNOS. Fasc. I, ano 1886, pág. 46.

EXÉRCITO, CRIAÇÃO DO SERVIÇO HIDROGRÁFICO DO —. (Decreto). Tomo XXXVII, ano 1933 (1.º semestre), pág. 97.

EXTENSÃO E LIMITES, RIO DA PRATA — Alfredo Nogueira. Fasc. 3.º e 4.º, tomo IX, ano 1893, pág. 80.

EXTENSÃO E POPULAÇÃO COMPARADA DOS PRINCIPAIS ESTADOS — Fasc. III, ano 1887, pág. 220.

(Continua no próximo número)

A cartografia brasileira nos livros estrangeiros

II

[1894]

1894 — *Cours inférieur du rio Branco, d'après H. Coudreau*. 1:3 500 000. $3\frac{1}{4}$ by $5\frac{3}{4}$ inches. In. *Elisée Reclus, Nouvelle Géographie Universelle*, pg. 130 — vol. 19 — Paris.

Manaos et la croisée des fleuves amazoniens. 1:1 155 000. $11\frac{1}{4}$ by $7\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — pg. 130 — vol. 9 — Paris.

Dépression amazonienne et zone extérieure des cataractes. 1:36 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. pg. 138 — vol. 19 — Paris.

Golfe amazonien, d'après les cartes marines. 1:13 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. pg. 145 — vol. 19 — Paris.

Selve amazonienne. 1:40 000 000. $4\frac{1}{2}$ by 2 inches. In op. cit. p. 155 — vol. 19 — Paris.

Populations indiennes de l'Amazonie. 1:35 000 000. $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 173 — vol. 19 — Paris.

Teffé et le confluent du Japurá, d'après José da Costa Azevedo. 1:1 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 183 — vol. 19 — Paris.

Chutes du Madeira et projet de voie ferrée, d'après Keller. 1:1 700 000 — $3\frac{1}{2}$ by $5\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 186 — vol. 19 — Paris.

Itacatiára et confluent du Madeira, d'après Azevedo et Coudreau. 1:500 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — p. 192 — vol. 19 — Paris.

Obidos, d'après José da Costa Azevedo. 1:380 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 194 — vol. 19 — Paris.

Alemquer, Santarem, d'après Coudreau. 1:800 000 — $4\frac{1}{4}$ by 5 inches. In op. cit. — p. 195 — vol. 19 — Paris.

Pará et sa rade, d'après les cartes marines. 1:330 000. $3\frac{1}{2}$ by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 198 — vol. 19 — Paris.

Bouches de l'Amazonie et du Tocantins. 1:2 000 000. $11\frac{1}{4}$ by $7\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — p. 198 — vol. 19 — Paris.

Principaux voyages d'exploration dans les bassins de l'Amazonie et du Tocantins. 1:35 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 205 — vol. 19 — Paris.

Goiás méridional et futur territoire fédéral du Brésil, d'après une carte provisoire de Louis Cruls. — 1:2 540 000. $4\frac{3}{4}$ by $2\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — p. 215 — vol. 19 — Paris.

Fernando de Noronha, d'après les cartes marines anglaises et françaises. 1:100 000. $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 224 — vol. 19 — Paris.

São Luiz de Maranhão, d'après Mouchez. 1:160 000. $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 233 — vol. 19 — Paris.

Delta du Parnahyba. 1:1 000 000. $4\frac{1}{2}$ by $2\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 234 — vol. 19 — Paris.

Ceará, d'après Mouchez. 1:800 000. $4\frac{1}{2}$ by $2\frac{3}{4}$ inches. — In op. cit. — p. 235 — vol. 19 — Paris.

Cap São Roque. 1:200 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{2}$ inches. — In op. cit. — p. 237 — vol. 19 — Paris.

Natal, d'après Mouchez. 1:40 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 239 — vol. 19 — Paris.

Parahyba et Cabedelo. 1:340 000. $4\frac{1}{4}$ by 4 inches. — In op. cit. — p. 240 — vol. 19 — Paris.

Pernambuco. 1:40 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{2}$ inches. — In op. cit. — p. 245 — vol. 19 — Paris.

Côte des récifs, entre Parahyba et la bouche du São Francisco. 1:3 500 000. $3\frac{1}{2}$ by 5 inches. In op. cit. p. 247 — vol. 19 — Paris.

Côte de l'Alagôas, d'après les cartes marines et Homem de Mello. 1:375 000. $4\frac{1}{2}$ by 4 inches. — In op. cit. — p. 248 — vol. 19 — Paris.

Maceió et sa rade, d'après la carte marine. 1:60 000. $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{3}{4}$ inches — In op. cit. — p. 249 — vol. 19 — Paris.

Seuil du Sapão et du Somno, d'après Wells. 1:5 300 000 — $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 260 — vol. 19 — Paris.

Cataracte de Paulo Affonso. 1:37 000. $3\frac{1}{4}$ by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 262 — vol. 19 — Paris.

Bouche du São Francisco. 1:130 000. $4\frac{1}{2}$ by $5\frac{1}{2}$ inches. — In op. cit. p. 265 — vol. 19 — Paris.

Cours inférieur du rio Dôce. 1:1 600 000. $4\frac{1}{2}$ by $2\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — p. 267 — vol. 19 — Paris.

Abrolhos, d'après la carte marine française. 1:500 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{2}$ inches. — In op. cit. — p. 269 — vol. 19 — Paris.

Anciennes populations indiennes du Brésil oriental. 1:11 000 000. $4\frac{1}{2}$ by 4 inches. — In op. cit. — p. 275 — vol. 19 — Paris.

Noud de Queluz et haut bassin du Rio São Francisco, d'après Chrockatt de Sá. 1:4 000 000. $4\frac{1}{4}$ by 3 inches. In op. cit. — p. 279 — vol. 19 — Paris.

Ouro Preto, d'après Chrockatt de Sá. 1:30 000. $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 280 — vol. 19 — Paris.

Bassin du Rio São Francisco. 1:14 000 000. 4 by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 287 — vol. 19 — Paris.

- Baía*. 1:90 000. $3\frac{1}{2}$ by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 289 — vol. 19 — Paris.
- Caravellas et les récifs, d'après Mouchez*. 1:1 000 000. $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. p. 294 — vol. 19 — Paris.
- Victoria, d'après les cartes de la Marine française*. 1:140 000. $4\frac{1}{4}$ by $2\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 296 — vol. 19 — Paris.
- Chaîne de l'Itatiaya*. 1:650 000. $4\frac{1}{4}$ by 3 inches. In op. cit. — p. 299 — vol. 19 — Paris.
- Littoral océanique du Rio*. 1:1 800 000. $4\frac{1}{2}$ by 3 inches. — In op. cit. — p. 303 — vol. 19 — Paris.
- Bouche du Parahyba et Cap São Thomé, d'après Massow et Gomes*. 1:1 100 000. $4\frac{1}{4}$ by 3 inches. In op. cit. — p. 304 — vol. 19 — Paris.
- Pointe du Cap Frio, d'après Massow et Gomes*. 1:950 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 305 — vol. 19 — Paris.
- Campos et bas Parahyba, d'après Massow et Gomes*. 1:1 100 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. p. 312 — vol. 19 — Paris.
- Rio de Janeiro d'après Maschek*. 1:90 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 319 — vol. 19 — Paris.
- Rio de Janeiro et ses environs*. 1:370 000. $11\frac{1}{4}$ by $7\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — p. 320 — vol. 19 — Paris.
- Baie du Rio*. 1:320 000. $3\frac{3}{4}$ by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 321 — vol. 19 — Paris.
- Rio de Janeiro, Nictheroy et leurs environs*. 1:180 000. $4\frac{1}{4}$ by $2\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 331 — vol. 19 — Paris.
- Petrópolis, d'après Massow et Gomes*. 1:300 000. $4\frac{1}{4}$ by 3 inches. In op. cit. — p. 333 — vol. 19 — Paris.
- Territoire disputé entre le Brésil et l'Argentine, d'après la Commission Mixte*. 1:3 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 339 — vol. 19 — Paris.
- 1894 — *Marigot de Cananea*. 1:700 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 346 — vol. 19 — Paris.
- São Sebastião et son île, d'après Mouchez*. 1:500 000. $4\frac{1}{2}$ by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. p. 347 — vol. 19 — Paris.
- Baie de Paranaguá*. 1:230 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. p. 348 — vol. 19 — Paris.
- Sauts du Paranapanema à son entrée dans la "zone inconnue", d'après F. Sampaio*. 1:750 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. p. 352 — vol. 19 — Paris.
- Juiz de Fora, d'après Sicard*. 1:90 000. $2\frac{3}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 364 — vol. 19 — Paris.
- Barbacena, d'après d'Oliveira*. 1:23 000. $2\frac{3}{4}$ by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 365 — vol. 19 — Paris.
- São João del Rey et Varzea do Marçal d'après Jauffret*. 1:80 000. $4\frac{1}{4}$ by 4 inches. — In op. cit. — p. 366 — vol. 19 — Paris.
- Région des sources thermales dans les Minas Geraes, d'après Chrocatt de Sá*. 1:2 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. p. 367 — vol. 19 — Paris.
- Ubatuba et son port, d'après les cartes marines*. 1:160 000. $4\frac{1}{4}$ by 3 inches. In op. cit. p. 369 — vol. 19 — Paris.
- São Paulo, d'après Bonvicini*. 1:130 000 $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — p. 371 — vol. 19 — Paris.
- *De Santos à São Paulo, d'après Mouchez et Chrocatt de Sá*. 1:650 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — p. 377 — vol. 19 — Paris.
- Région des cafetérias au nord de São Paulo, d'après A. O'Leary*. 1:3 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 379 — vol. 19 — Paris.
- Sorocaba et les mines de fer d'Ipanema, d'après Orville A. Derby*. 1:200 000. $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 381 — vol. 19 — Paris.
- De Curitiba à Paranaguá, d'après la carte de la Compagnie Générale de chemins de fer brésiliens*. 1:800 000. $4\frac{1}{4}$ by $2\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 384 — vol. 19 — Paris.
- Paranaguá, d'après Mouchez*. 1:100 000. 4 by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 387 — vol. 19 — Paris.
- Île de São Francisco*. 1:375 000. $4\frac{1}{4}$ by 4 $\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. — p. 392 — vol. 19 — Paris.
- Île de Santa Catharina, d'après Mouchez*. 1:540 000. $2\frac{3}{4}$ by $4\frac{1}{2}$ inches. — In op. cit. — p. 393 — vol. 19 — Paris.
- 1894 — *Lagoa dos Patos, d'après divers documents*. 1:2 000 000. $3\frac{3}{4}$ by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. p. 400 — vol. 19 — Paris.
- Lagoa Mirim*. 1:2 300 000. $3\frac{3}{4}$ by 5 inches. In op. cit. p. 401 — vol. 19 — Paris.
- Colonies allemandes du Brésil méridional, d'après Schmultz et d'autres documents*. 1:5 000 000 $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. p. 406 — vol. 19 — Paris.
- Porto Alegre et le Guahyba, d'après divers documents*. 1:450 000. 4 by 5 inches. In op. cit. p. 408 — vol. 19 — Paris.
- Canal projeté du rio Capivary à Torres et à Laguna*. 1:2 000 000. 4 by $2\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 409 — vol. 19 — Paris.
- Pelotas, d'après Langhans*. 1:375 000. $4\frac{3}{4}$ by $3\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 410 — vol. 19 — Paris.
- Rio Grande do Sul et sa barre, d'après la carte marine*. 1:150 000. 4 by $5\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. p. 413 — vol. 19 — Paris.
- Région des faîtes entre le Tapajoz et le Paraguay, d'après Castelnau*. 1:5 500 000. $4\frac{1}{4}$ by $2\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 420 — vol. 19 — Paris.
- Sources de l'Alegre et de l'Aguapahy*. 1:2 500 000. $4\frac{1}{4}$ by 3 inches. In op. cit. — p. 424 — vol. 19 — Paris.
- Matto Grosso et le haut Guaporé*. 1:3 500 000. $4\frac{1}{4}$ by $1\frac{3}{4}$ inches. In op. cit. p. 438 — vol. 19 — Paris.
- Cuyabá et le Paraguay*. 1:5 500 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 440 — vol. 19 — Paris.
- Densité de la population au Brésil*. 1:45 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 445 — vol. 19 — Paris.
- Colonies principales d'immigrants au Brésil*. 1:45 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 449 — vol. 19 — Paris.
- Principales productions forestières ou agricoles du Brésil*. 1:45 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 459 — vol. 19 — Paris.

Région aurifère au centre du Brésil, d'après Chrokatt de Sá. 1:1 200 000. $4\frac{1}{4}$ by $3\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 467 — vol. 19 — Paris.

Limite d'interdit minier autour de Diamantina, au dix-huitième siècle, d'après Mauve. 1:800 000. $4\frac{1}{4}$ by 5 inches. In op. cit. — p. 469 — vol. 19 Paris.

Mines principales du Brésil. 1:45 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 470 — vol. 19 — Paris.

1894 — *Chemins de fer au Brésil.* 1:45 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 478 — vol. 19 — Paris.

Réseau des voies ferrées de Rio, Minas et São Paulo, d'après la carte de Chrokatt de Sá. 1:10,000 000. $4\frac{1}{4}$ by $2\frac{1}{2}$ inches. In op. cit. — p. 479 — vol. 19 — Paris.

Voies navigables du Brésil. 1:45 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 483 — vol. 19 — Paris.

Divisions politiques du Brésil. 1:45 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $4\frac{1}{4}$ inches. — In op. cit. — p. 489 — vol. 19 — Paris.

Municipes de l'état de Rio de Janeiro, d'après Pavilla Nuñez. 1:4 000 000. $4\frac{1}{2}$ by $3\frac{1}{4}$ inches. In op. cit. — p. 494 — vol. 19 — Paris.

Régions des verbales dans le Paraguay et le Brésil. 1:14 000 000. $4\frac{1}{4}$ by $2\frac{1}{2}$ inches. — In op. cit. — p. 545 — vol. 19 — Paris.

Karte des Weges der zweiter Schingü-Expedition vom 28 Juli bis 31. December 1887 von Dr. P. Vogel. 1:500 000. $30\frac{3}{4}$ by $21\frac{3}{4}$ inches. In Karl von den Stein, *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*, Berlin.

Karte des Flusses Kulisehu aufgenommen von Dr. P. Vogel. 1:500 000. In op. cit.

Brazil, its contested territory, and the bordering countries. 1:8 500 000. 11 by $13\frac{1}{2}$ inches. In *Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America, as arbitrator*, Vol. I, New York.

Map of southern Brazil, showing that part of its contested territory claimed by the Argentine Republic. 1:5 000 000. $11\frac{1}{4}$ by 11 inches. In op. cit.

Fac-simile of a manuscript map by Miguel Lastaria, 1894. 1:4 300 000 $5\frac{1}{2}$ by $5\frac{3}{4}$ inches. In *Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America as arbitrator*, Vol. 5, Appendix, Maps, New York.

Reduced fac-simile of the map of the contested territory by the Brazilian-Argentine Joint Commission (1887-89) 1:4 300 000. $3\frac{1}{4}$ by $2\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

Comparison of the Map N. 10 with the map of the Brazilian-Argentine Joint Commission (n.º 20). 4 by $3\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

Comparison of the Map n.º 13 with Map n.º 20. 1 by $2\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

Comparison of the Map N.º 16 with Map n.º 20. $3\frac{1}{2}$ by 4 inches. In op. cit.

1894 — *Comparison of the Map n.º 10 with Map n.º 18.* $4\frac{1}{2}$ by 3 inches. In op. cit.

Comparison of the Map. n.º 18 with Map. n.º 20. 3 by 3 inches. In op. cit.

Mouth of the R. Pepiry-Guaçu, by the Joint Commission, 1887. 10 by $6\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

Section of the Uruguay between the Guaita and the Pepery-Guaçu. 1:250 000. $3\frac{1}{2}$ by $7\frac{1}{4}$ inches. In op. cit.

River Iguazú from the mouth of S. Antonio to the Great Falls. 1:300 000. $9\frac{1}{2}$ by 6 inches. In op. cit.

Itinerary of Cabeza de Vaca. 1:5 000 000. 7 by $7\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

Mapa da provincia de San Pedro, reduzido segundo uma carta manuscrita, levantada debaixo da direcção do Ilmo. e Exmo. Visconde de São Leopoldo por José Pedro Cesar, por Th. Duvoténay (1893). 1:1 770 000. $26\frac{1}{4}$ by $20\frac{1}{2}$ inches. In *Exposición que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da America como Arbitro segundo as estipulações do tratado de 7 de Setembro de 1889, concluido entre o Brasil e a República Argentina*, Vol. 6, Appendice, Mappas, New York, 1894.

Nuevo mapa de las provincias que forman la Confederación Argentina y de las repúblicas Oriental del Uruguay, Paraguay y Chile..., 1863. 1:3 700 000. 16 by $20\frac{3}{4}$ inches. In op. cit.

Carta geográfica de la provincia de Corrientes y parte de la República del Paraguay..., 1865. 1:950 000. $16\frac{1}{4}$ by 22 inches. In op. cit.

Carta do território em litígio entre o Brasil e a República Argentina reduzida da que foi construída pela Comissão Mixta Brasileira-Argentina. 1:500 000. $25\frac{3}{4}$ by $19\frac{1}{4}$ inches. In op. cit.

Plano general del territorio en litigio entre la Republica Argentina y el Imperio del Brasil, surveyed by the Brazilian-Argentine Joint Commission and drawn by the Argentine Commission. Reduced to 1:500 000 from original scale of 1:250 000. 32 by $17\frac{1}{4}$ inches. In op. cit.

Plan of the mouth of the Pepiry-Guaçu, surveyed by the Brazilian-Argentine Joint Commission. 1:500. 20 by $15\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

Embocadura do rio Chapecó, segundo o estado das aguas no dia 19 de agosto de 1887. Lat. $27^{\circ}5'47''$ S. Surveyed by the Brazilian-Argentine Joint Commission. (Scale of the original, 1:10 000; scale of reduction not determined) 13 by $11\frac{1}{2}$ inches. In op. cit.

Mapa da comarca de Palmas, no estado Brasileiro do Paraná; da governación Argentina de Misiones; e de uma parte do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, organizado sob as vistas da missão especial do Brasil em Washington segundo os reconhecimentos da Comissão Mixta Brasileira-Argentina... Construído e desenhado pelo José Cândido Guilhobel, 1:1 000 000. $27\frac{1}{2}$ by 18 inches. In op. cit.

Bibliografia estrangeira sôbre o Brasil

VI

[1851 - 1857]

1851 — FIGUEIRA, Padre Luiz.

Gramática da Língua geral dos índios do Brasil, re-impressa pela primeira vez neste Continente, depois de tão longo tempo após sua publicação em Lisboa oferecida a S. M. Imperial, atenta à sua augusta vontade, manifestada no Instituto Histórico e Geográfico. Em testemunho de respeito, gratidão e submissão por João Joaquim da Silva Guimarães, natural da Baía — Baía, Tipogr. de Manuel Feliciano Sepulveda, 1851, in-8.º 6 fls. n. nums. VI — 105 pp. texto.

FINDLAY, Alexander George.

The Brazilian Navigator; or, sailing directory for all the coasts of Brazil, ads. from the river Pará to the Rio de la Plata, including gen. instructions for the routes, both from England and from North America, with descript. of Madeira, Canary, and Cape Verde, Islands Fernando Noronha, ads. — By John Purdy; third ed. improved by Alex. G. Findlay & London, for Richard Holmes Laurie, 1851, in-8.º.

FAVRE, Léon.

Sur l'Amazone et ses affluents. Extrait d'une lettre — "Bulletin de la Société de Géographie", 4, me. série vol. II, 1851.

D'OSERY, E.

Catalogue général des échantillons de géologie par numéros formant une série continue à partir des roches de l'Ile de Corée. — Em: vol. V; pp. 359-492 de l'Histoire du Voyage de Francisco de Castelnau, dans les parties centrales de l'Amérique du Sud — Paris, 1851. in-8.º.

DAMOUR, A.

Catalogue des minéraux recueillis par M. de Castelnau dans les gires métallifères du Brésil, de la Bolivie, du Chili et du Pérou. — Histoire du Voyage, Vol. V. pp. 430-445 — Paris, 1851. (Expedition de Francis de Castelnau).

1852 — HAUSMANN, J. Fr. L.

Tellur-Wismuth aus Brasilien. — Neues Jahrb. für Mineralogie, Geognosie, Geologie, und Petrefakten-Kunde, Stuttgart, 1852, pp. 698-701.

ELLIOT, John Henry.

Mapa Corográfico de parte das províncias de São Paulo e Mato Grosso, incluindo também parte da República do Paraguai e Província de Corrientes, mostrando a nova via de comunicação desde o Porto de Antonina até à cidade de Cuiabá, e aumentando com as últimas explo-

rações feitas no Baixo Paraguai pelo piloto João Henrique Elliot, em serviço do Barão d'Antonina, nos anos de 1850 e 1851, e desenhado pelo mesmo. — 1852 — Informa Alfredo de Carvalho que no antigo Arquivo Militar do Rio de Janeiro existia uma cópia.

DUNDAS, Robert.

Sketches of Brazil. — London, 1852, in-8.º.

1852 — ELLIOT, John Henry.

A emigração dos Caiuáz. Narração coordenada sob apontamentos de João Henrique Elliot, pelo Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira. — 1852. Rev. do Inst. Hist. tomo XIX (1856) p. 434.

GABELENTZ, H. C. von

Grammatik der Kiriri-Sprache. Aus dem Portugiesischen des P. Mamiani übersetzt von ... Leipzig, F. A. Brockhaus, 1852, in-8.º gr. 62 pp. nums.

GADE, Dr. George von.

Bericht über die deutschen Colonien der drei grossen Grundbesitzer am Rio Preto (Provinz Rio de Janeiro) in Brasilien, nebst einer kritischen Beleuchtung und Würdigung der Schriften des Herrn Director Kerst, von dr. George Gade, & — Kiel, Gedruckt bei C. F. Mohr, 1852, in-8.º.

HUHN, Dr. Wilhelm.

Mittheilungen betreffend Dona Francisca, in monatlichen Heften. — Hamburg, 1852-53.

1853 — HERNDON, W. Lewis & GIBBON, Lardner.

Exploration of the valley of the Amazon, made under direction of the Navy Department, by ... lieutenants United States Navy. — Part I, by Lieutenant Herndon. — Washington: Robert Armstrong Public printer, 1853. — Part II, by lieutenant Lardner Gibbon. Washington: A. O. P. Nicholson, Public printer, 1853-1854, 2 vols. e chartas geog.

GONÇALVES LEITÃO, Padre Antônio.

Guerra civil ou sedição de Pernambuco, (1710-11) — Em: — Rev. do Inst. Hist. tomo XVI, (1853) p. 5.

FRISCH, P.

Die Staaten von Mexico, Mittelund Suedamerika. — Lubeck, 1853, in-8.º.

DAMOUR, A.

Examen minéralogique et chimique d'un sable diamantifère de la province da Baía, Brésil. — Société Philomatique de Paris, 1853, pp. 14-20. — Paris, 1853.

GARCIA DE LA VEGA, J. de Soto.

Planta corográfica de la provincia Oriental de Montevideo y parte de las inmediatas demarcando las fronteras con el Brazil. Organizada por D. Juaoquin de Soto Garcia de La Vega. — Año de 1853. Lith. Imp. de Heaton & Rensburg, Rio de Janeiro. J. H. Leonard lith — 0,m961 — 0,m679. — Alfredo de Carvalho informa que no Arquivo Militar existe uma cópia.

EYMA, Xavier.

Les Deux Amériques. — Histoire, moeurs et voyages. — Paris, D. Giraud, 1853. in-8.^o.

1854 — HADFIELD, William.

BRAZIL, the River Plate, and the Falkland islands; with the cape Horn route to Australia. Including notices of Lisbon, Madeira, the Canaries, and Cape Verde. — London Longman Brown, Green, and Longmans, 1854, in-8.^o, with retr. chartas e estampas.

1854 — HADINGER, Wilhelm.

Prefácio a — "Die geologische über-sichts-karte des mittlren Theiles von Süd-Amerika", von Franz Foetterle. Wien A. Benko, 1854, in-8.^o, com 1 charta.

GIBBON, Lardner.

Exploration of the valley of the Amazon made under direction of the Navy Department. — Washington, 1853-1854, 2 vols. with chartas.

FOETTERLE, Franz.

— Die geologische übersichskarte des mittlren Theils von Süd-Amerika. Mit einem Vorwort von W. Haidinger. — Wien, 1854, in-8.^o 22 pp. e 1 mapa geológico. O texto consta de comentários ao mapa geológico, em português, organizado por Martins.

HORMEYER, Joseph.

Beschreibung der Provinz Rio Grande do Sul in Südbrasilien, mit besonderer Rücksicht auf deren Colonisation: Herausgeg von Mich. Kroff. — Coblenz, Holscher, 1854, in-8.^o.

FINDLAY, Alexander George.

Fourth ed London, 1854, in-8.^o.

ERMAN, Paul.

Über einige bisher nicht beachtete Tertiar-Gesteine aus der Umgegend von Rio de Janeiro — Em: Archiv für Wissenschaftliche Kunde von Russland. (Erman's Archiv) tomo XIV, pp. 16-23. Berlin, 1854.

1855 — GERVAIS, Paul.

Recherches sur les mammifères fossiles de l'Amérique Méridionale. Memoire accompagné de dix planches lithographiées. (Extrait de la Zoologie de L'Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, publiée sous la direction de M. le Comte Francis de Castelnau.) Paris, 1855, in-4.^o — 63 pp. com estampas.

HELPS, Arthur.

The Spanish conquest in America, and its relation to the history of slavery and the government of colonies. — London, John W. Parker and Sont Wert Strand, 1855, 4 vols. — in-8.^o.

ELLIOT, John Henry.

Mapa Corográfico da provincia do Paraná — Colônia Militar do Jataí, por João Henrique Elliott. im. 376 — (1m,151) 1855.

DUFRENOY.

Über einen Diamantkrystall aus dem Districte Bagagem in Brasilien. — Poggendorff Annalen der Phys. und Chemie, tomo XCIV, pp. 475-478, Leipzig, 1855.

DUFRENOY.

Note sur un crystal de diamant provenant du district de Babagem, au Brésil. — Comptes Rendus de l'Acad. Sci., tomo XL, pp. 8-5, Paris, 1855.

1855 — DUFRENOY.

On a large diamond from the district of Bagagem, Brazil — Ibidem, tomo XIX, pp. 288 and 359. New-Haven, 1855.

1856 — FRIEDEL, M.

Note sur deux cristaux de zircon basés. — Annales des mines, 5me. série, tomo IX, pp. 629-630, Paris, 1856.

FORDE, P. J.

Our cruise. The inns and outs of it. Being a journal of the U. S. ship "Savannah"'s cruise on the coast of Brazil, from 1853 to 1856. Edited by a U. S. marine. — New York, Hall & Maigne, 1856, in-12, 190 p. e 2 fls. n. nums.

EWBANK, Thomas.

"Life in Brazil; or, a journal of a visit to the land of the cocoa and the palm". With an appendix, containing illustrations of ancient south american arts, in recent discovered implements and products of domestic industry, and works in stone, pottery, gold, silver, bronze, ads. — With over one hundred illustrations. New York, Harper & Brothers, Publishers, Pearl Street Franklin Square, 1856, in-8.^o, 469 gravs.

GENDRIN, Victor-Athanase.

Récit historique, exact et sincère, par mer et par terre, de quatre voyages faits au Brésil, au Chili, dans les Cordillères des Andes, à Mendonza, dans le Désert, et à Buenos-Aires; par ... ancien commerçant dans les mers du sur, né à Paris le 2 mai 1793, parti de France en 1816, et revenu dans sa patrie le décembre 1823. Se trouve chez M. Gendrin. Propriétaire, auteur-éditeur, boulevard de la Reine, 99, à Versailles. (In fine: Versailles, Imprimerie Kiefer, place d'armes, 17. 1856, in-8.^o XX pp 8 fls. n. 571 pp. retr. do A. 8 estps. e 1 mapa.

HEINE, Wilhelm.

Reise um die Erde, in den Jahren 1853-55. — Leipzig, 1856, 2 vols. in-8.^o.

HEINE, Wilhelm.

Reise on de Wereld naar Japan. Door ... S. 1. n. d. (Rotterdam, 1856), in-8.^o, VI — 486 pp., 1 fl. n. num. de errata, estps.

DUFRENOY.

Traité de minéralogie. (On Brazilian diamonds.) Paris, 1856.

1857 — ELLIOT, John Henry.

Itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Iguatemi, Amambai e parte do Ivinhelma, com os terrenos adjacentes. começado no dia 3 de agosto de 1857, por Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot, in fol. 44 pp. nums.

DUTOT, S. et M. Aubé.

France et Brésil. Notice sur Dona Francisca. Paris, Librairie de Guillaume & Cie., 1857, in-18, com 2 chartas geog.

1857 — DARESTE, M.

Aclimação do dromedário nos sertões do Norte do Brasil, e da cultura da tamareira. —

Tradução do relatório acima, de M. Dareste, pelo Dr. F. L. C. Burlamaqui. — Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1857, in-4.º — 89 pp. e 1 estampa.

ELLIOT, John Henry.

Ibidem, incluindo parte das Províncias circunvizinhas, República do Paraguai e Confederação Argentina, e aumentado com as plantas dos rios Paraná, Amambai, Escopil e Iguatimi, explorados no ano de 1857. Alfredo de Carvalho informa que existe um exemplar no Arquivo Militar.

DARESTE, M.

Rapport fait à la Société Impériale Zoologique d'Acclimation au nom de la première section sur l'introduction projectée du dromedaire au Brésil. Imp. de L. Martinet, 1857, in-8.º — 40 pp.

Mapoteca central do C. N. G.

CATÁLOGO GERAL

VI

(MAPAS DE N.ºs 501 a 550)

N.º 501 — Esquema da Iluminação da Costa do Brasil — 0,620 x 0,460 — Diretoria de Navegação — Divisão de Faróis — Impresso em preto — 1931.

N.º 502 — Mapa Geológico do Baixo Amazonas — 1:2 750 000 — 0,368 x 0,368 — Serviço Geológico e Mineralógico — M. da Agricultura — D.E.P., Secção de Publicidade — 1938.

N.º 503 — Mapa Demonstrativo das Possibilidades Geológicas de Petróleo do Brasil — 1:7 000 000 — 0,650 x 0,675 — Serviço de Fomento da Produção Mineral — M. da Agricultura — D.E.P. — Secção de Publicidade — 1938.

N.º 504 — Carta da Ilha do Boqueirão — D. Federal — 1:5 000 — 0,215 x 0,320 — Serviço Geográfico do Exército — Impresso em preto pelo Serviço Geográfico do Exército.

N.º 505 — Carta Topográfica do Estado de São Paulo (fl. Barretos) — 1:100 000 — 0,555 x 0,520 — Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Impresso em preto — Edição provisória de 1940.

N.º 506 — Esbôço Geológico da Parte Ocidental do Estado da Baía — 1:100 000 — 0,528 x 0,790 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Impresso pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — 1926.

N.º 507 — Quadrifunção Maranhão — Piauí Baía e Goiás — Escala Gráfica — 0,560 x 0,494 — Estudos do Engenheiro Agenor A. de Miranda — Cópia Ozalide.

N.º 508 — Mapa Topográfico da Ilha Mexicana, Estado do Pará — 1:100 000 — 0,322 x 0,587 — Eng. M. de Cocatrix — Impresso em preto — 1906.

N.º 509 — A Jazida de Blenda e Estibina do Morro do Bule — Município de Ouro Preto — Estado de Minas Gerais — 1:20 000 — 0,580 x 0,532 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Impresso pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

N.º 510 — Plano da Ilha de Fernando de Noronha — Estado de Pernambuco — 1:18 998 — 0,456 x 0,555 — José Fernandes Portugal — Impresso pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo — 1 798.

N.º 511 — Mapa Geológico do Estado de Sergipe e do Nordeste do Estado da Baía — 1:1 000 000 — 0,620 x 0,610 — Inspeção de Obras Contra as Secas — M. da Viação e Obras Públicas — Companhia Litográfica Ipiranga — São Paulo — Rio — 1914.

N.º 512 — Mapa Parcial do Estado do Piauí — 1:1 000 000 — 0,854 x 0,415 — Inspeção de Obras Contra as Secas — M. da Viação e Obras Públicas — Das convenções cartográficas — 1914.

N.º 513 — Planta da Gruta do Maquiné, Município de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais — 0,07 — 1km. — Affonso G. Heberle — 1940.

Ns. 514 — 515 — 516 — Reconhecimento do Rio Roosevelt (3 fls.) — 1:100 000 — 0,905 x 0,575 — Comissão Roosevelt-Rondon — Impresso em duas cores — 1914.

N.º 517 — Planta da Região Sorocaba Itapetininga, Buri, Faxina, Ita orange, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé do Estado de São Paulo — 1:500 000 — 0,533 x 0,249 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Das convenções cartográficas — 1927.

N.º 518 — Planta Geológica do Rio Grande entre a Barra de Canoas a Sacramento — 1:50 000 — 0,850 x 0,320 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo — Secção Cartográfica Duprat & Cia. — São Paulo.

N.º 519 — Esbôço Geológico ao longo dos rios Araguaia e Tocantins — 1:2 000 000 — 0,890 x 0,208 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — D.E.P. Secção de Publicidade — M. Agricultura — 1934.

Ns. 520 — 521 — Planta do rio Preto, da confluência à cidade do Rio Preto, e Afluentes (2 fls.) 1:40 000 — 0,310 x 0,690 — Serviço de Águas — M. Agricultura — D.E.P. Secção de Publicidade — M. Agricultura — 1931.

Ns. 522-30 — Carta Geral do Brasil — Rio Grande do Sul — (9 fls.) — 1:50 000 — 0,588 x 0,518 — Comissão da Carta Geral do Brasil — Impresso em preto pelo Serviço Geográfico do Exército.

N.º 531 — Mapa Geral do Estado de Sergipe, com as delimitações dos municípios — 1:4 000 — 0,790 x 0,704 — Comissão do Projeto do Quadro Territorial do Estado de Sergipe — Impresso em 4 cores — 1938.

N.º 532 — Esbôço Geológico da Parte Ocidental do Estado da Baía — 1:1 000 000 — 0,528 x 0,788 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, M. Agricultura — Secção de Foto-Lito do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — 1926.

N.º 533 — Mapa Fitogeográfico do Estado do Piauí — 1:2 000 000 — 0,455 x 0,340 — Inspeção Federal de Obras Contra as Secas — M. Viação e Obras Públicas — Companhia Lito-gráfica Ipiranga-São Paulo-Rio — 1922.

N.º 534 — Mapa Geológico da Região Diamantífera do Norte de Minas Gerais — 1:1 000 000 — 0,505 x 0,392 — Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil — Impresso pela Secção de Foto-Lito do Inst. Geol. e Min. do Brasil.

N.º 535 — Mapa Geológico do Brasil e de parte dos países vizinhos — 1:7 000 000 — 0,646 x 0,674 — Serviço de Fomento da Produção Mineral — M. Agricultura — D.E.P., Secção de Publicidade — M. Agricultura — 1938.

N.º 536 — Esboço Topográfico da Região de Pernambuco entre Cabrobó e Ceará — 1:200 000 — 0,610 x 0,442 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — M. Agricultura — Cópia Ozalide — 1921-1922.

N.º 537 — Mapa da Região do Areado e Canela do Chumbo, Estado de Minas Gerais — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — M. Agricultura — 1:100 000 — 0,635 x 0,534 — Secção de Foto Lito do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Das convenções cartográficas — 1920.

N.º 538 — Mapa Fitogeográfico do Estado da Paraíba — 1:1 000 000 — 0,265 x 0,485 — Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas — M. da Viação e Obras Públicas — Impresso pela Cia. Litográfica Ipiranga — São Paulo.

N.º 539 — Planta do rio Grande, Estado de Minas Gerais — 1:40 000 — 0,290 x 0,825 — Serviço de Águas, M. Agricultura — 1931.

N.º 540 — Geologia do Cassiquiare, Estado do Amazonas — 1:750 000 — 0,295 x 0,348 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, M. Agricultura — Secção Foto-Lito do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — 1928.

N.º 541 — Planta de Trecho do ribeirão S. Francisco, Estado do Rio — 1:10 000 — 0,200 x 0,590 — Serviço de Águas, M. Agricultura — D.E.P., Secção de Publicidade, M. Agricultura.

N.º 542 — Mapa Geológico ao longo do rio Tapajoz — 1:1 000 000 — 0,885 x 0,505 — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — Secção Foto-Lito do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

N.º 543 — Mapa referente ao Indicado Canal S. Francisco-Jaguaribe, entre os Estados de Ceará e Pernambuco — 1:500 000 — 0,940 x 0,565 — Inspetoria de Obras Contra as Secas, M. Viação e Obras Públicas — Das convenções cartográficas.

N.º 544 — Secção Geológica do rio Oyapock — 1:500 000 — 0,282 x 0,670. — Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, M. Agricultura — D.E.P., Secção de Publicidade — M. Agricultura — 1933.

N.º 545 — Exploração do rio Grande, da Barra do rio Canoas à do rio Paraná — 1:500 000 — 0,850 x 0,230 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Secção Cartográfica Duprat & Cia. — São Paulo — 1911.

N.º 546 — Planta de Aracaju, Estado de Sergipe — 1:7 500 — 0,630 x 0,575 — Desenhos Técnicos Ramel — 1939.

N.º 547 — Carta das Zonas Norte e Sul da Lagoa dos Patos — 1:300 000 — 0,846 x 0,555 — Comissão de Dragagem dos Canais Interiores — M. Viação e Obras Públicas — Cópia Ozalide — 1933.

N.º 548 — Planta do Horto Florestal Estação de Monta, Rezende, Estado do Rio — 1:5 000 — 0,824 x 0,526 — Serviço Geográfico do Exército — Impresso pelo Serviço Geográfico do Exército. 1933.

N.º 549 — Carta Parcial do Estado de São Paulo, entre Santos e Barra do Ararapira — 1:500 000 — 0,205 x 0,494 — Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo — Lito-Cartografia Amador B. Amaral — São Paulo.

N.º 550 — Planta de Gericinó — Estado do Rio — 1:10 000 — 0,412 x 0,716 — Serviço Geográfico Militar — Impresso pelo Serviço Geográfico Militar — 1920.

Lista de publicações

Biblioteca Central do C. N. G.

Serviço de Referência

I

GEOGRAFIAS GERAIS E UNIVERSAIS

- | | | | |
|-----------------|---|------------------|--|
| H—000
A187b | — ALVES, Manuel. <i>O Brasil e as nações do mundo...</i> Rio de Janeiro, edição do autor, 1942. | H—000
B462 | — BERTRAND, Elle. <i>Cours de géographie commerciale</i> , 2.e ed., Paris, Dunod, 1925. (Bibliothèque de l'enseignement technique). |
| H—000
An72 | — <i>Annales de Géographie</i> , publiées sous la direction de MM.P. Vidal de la Blache-L. Gallois et Emm de Margerie...
A biblioteca possui: t. XVIII (1909), t. XIX (1910), t. XX (1911) ... t. XXIII e XXIV (1914-15), t. XXXI (1922), t. XXXIII (1924) t. XXXVIII (1929, 2e., 3e., 4e. table decennale (1902-31), t. XLV (1936). | H—000
B632 | — BODLEY, G. R. <i>Peoples of other lands</i> , New York etc. Iroquois Publishing Co. Inc. c 1941 (Iroquois geography series). |
| H—000
As78 | — <i>Annals of the Association of american geographers</i> . LANCASTER. A biblioteca tem: vol. XXIX a XXXIII (1939-1943). | H—000
B632s | — BODLEY, G. R. and THURSTON, E. L. <i>South America and the old world continents</i> , New York etc., Iroquois Publishing Co. Inc. c 1941. |
| H—000
C436 | — <i>Anuario del Instituto geográfico militar</i> , n.º 4, 1939-1942. Santiago, 1943. | H—000
Sol3.55 | — <i>Sociedade de geografia de Lisboa. Boletim</i> . A biblioteca tem: (vide Kardex coleção 43). |
| H—000
Ar14 | — ARANHA, José da Silva. <i>Geografia seriada</i> , série primária... 1.ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1940. | H—000
B637 | — <i>Boletim geográfico</i> , mensário, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia. |
| H—000
Ar68 | — ARPI, Gunnar. <i>Hagfors Och Nykroppa Jarnverks Trakelsfor-sorjning ... Uppsala, Universitets geografiska institution</i> , 1940. | H—000
Sol3. | — <i>Boletín de la junta auxiliar jalisciense de la Sociedad mexicana de geografia y estadística</i> . A biblioteca tem: (vide Kardex coleção 702). |
| H—000
Az25 | — AZEVEDO, Aroldo. <i>Geografia geral...</i> São Paulo etc. Companhia Editora Nacional, 1943. 2 tomos. (1.ª e 2.ª série ginasial). | H—000
Sol3.42 | — <i>Boletín de la Sociedad geográfica de Colombia</i> (Academia de ciencias geográficas). Publicación trimestral. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção n.º 41). |
| H—000
B419g7 | — BELTRAN, Juan G. <i>Curso de geografia de Europa y Oceania</i> (natural y humana) ... 7 ed., Buenos Aires, F. Crespillo etc., etc. 1932. | H—000
Sol3.43 | — <i>Revista de la Sociedad geografica de Cuba</i> . Publicación trimestral. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção n.º 21). |
| H—000
B419i2 | — BELTRAN, Juan G. y BELTRAN, Oscar R. <i>Lo inerte y lo vital, ensayo de geografia científica</i> , 2.ª ed., Buenos Aires etc., Cabant y Cia., A. G. Santos, 1922. | H—000
Sol3.45 | — <i>Boletín de la Sociedad geográfica de Lima</i> . A biblioteca tem: (vide Kardex coleção n.º 40). |
| H—000
B419n6 | — BELTRAN, Juan G. <i>Nociones de geografia general astronomica y fisica y curso de geografia particular de Asia y Africa</i> , 6.ª ed., Buenos Aires, Imp. J. Horta, 1929. | H—000
Sol3.47 | — <i>Boletín de la Sociedad geografica "Sucre"</i> . A biblioteca tem: (Vide Kardex coleção 743). |
| | | H—000
Sol3.49 | — <i>Boletín de la Sociedad mexicana de geografia y estadística</i> . México, D. F. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção 606). |
| | | H—000
Sol3.53 | — <i>Boletín de la Sociedad venezolana de ciencias naturales</i> . Caracas. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção n.º 572). |

- H—000** — *Bolletino della R. Società geografica italiana*, pubblicazione mensale, Roma. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção n.º 42).
- So13.7**
- H—000** — *Bulletin de la Société de géographie de Lille*, publication mensuelle. Lille. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção 45).
- So13.71**
- H—000** — *Société de géographie de Lyon et de la région lyonnaise*, bulletin, Lyon. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção 44).
- So13.73**
- H—000** — *Bulletin international de la Société hongroise de géographie*. Budapest. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção n.º 46).
- So13.75**
- H—000** — *Bulletin de la Société neuchatoise de géographie*, publié sous la direction de Charles Biermann. Neuchâtel. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção 970).
- So13.77**
- H—000** — *Bulletin de la Société royale belge de géographie*, publié par les soins de A. Letroye. Bruxelles. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção n.º 23).
- So13.78**
- H—000** — *Bulletin des Sociétés de géographie de Quebec et de Montréal*. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção 808).
- So13.8**
- H—000** — BRITO, Filipe S. *Manual de geografia*. Ásia-Africa. 11 ed. Buenos Aires, A. Estrada y cia., 1939.
- B777ml1**
- H—000** — BROOKS, Leonard. *A regional geography of the world*. London, University of London press, ltd. 1926.
- B791**
- H—000** — *Bulletin de l'Association de géographes français*, n.º 74, avril, 1933.
- As78** — n.º 78 dezembro, 1934.
- H—000** — *The bulletin of the geographical society of Philadelphia*. A biblioteca tem: vol. XXXVI, 1938-39.
- g292**
- H—000** — BUSSON, Henri; FÉVRE, Joseph; HAUSER, Henri. *Géographie générale, Amérique Australasie*. Paris, Librairie Felix Alcan, 1912.
- H—000** — CABRAL, Mário da Veiga. *Curso de geografia geral*. 14 ed., Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1940.
- C112c14**
- H—000** — CABRAL, Mário da Veiga. *Geografia primária*. 10 ed., Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1940.
- C112**
- H—000** — CABRAL, Mário da Veiga. *Primeiro ano de geografia*. 14 ed., Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1939.
- C112p14**
- H—000** — CABRAL, Mário da Veiga. *Terceiro ano de geografia*. 8 ed., Rio de Janeiro, Livraria Jacinto, 1940.
- C112t8**
- H—000** — *Canadian geographical journal*. A biblioteca tem: Vol. XV n.º 2, vol. XII n.º 1, 3 a 6, vol. XXIII, n.º 1, 3 a 6, vol. XXIV n.º 1 a 3.
- C16**
- H—000** — CASE, Earl C. and BERGSMARK, Daniel R. *Collège geography*. 2 ed., New York, London, J. Wiley & Sons, inc., 1940.
- C26c2**
- H—000** — CASE, Earl C. and BERGSMARK, Daniel R. *Modern world geography economic and social*. Chicago etc., J. B. Lippincott co., c 1938.
- C26m**
- H—000** — CASTRO, Eugênio de. *Terra à vista*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1920.
- C279**
- H—000** — CICHERO, Fortunato L. y FRANCE, Eugénio Corbet. *Geografia de Europa*. Oceania — 9 ed. Buenos Aires, "Libreria del Colegio S. A.", 1941.
- C485g9**
- H—000** — CICHERO, Fortunato L. y FRANCE, Eugénio Corbet. *Geografia general. Asia y Africa*. 8 ed., Buenos Aires, "Libreria del Colegio" S. A., 1940.
- C485g8**
- H—000** — *Congrès international de géographie*. Paris, Septembre, 1931. Résumé des communications (Union géographiqu internationale). Librairie Armand Colin, 1931.
- C76**
- H—000** — CORTAMBERT, E. et R. *Cours de géographie*. 20e ed., Paris, Hachette et Cie. 1894.
- C818c20**
- H—000** — *I costumi del mondo*, a cura di Walter Hutchinson. Milano, soc. ed. Libreria, 1930. 2 volumes.
- C824**
- H—000** — DAINELLI, Giotto. *Lecture géographique*. Milano A. Mondadori, 1931. (Edizione Mondadori per le scuole medie).
- D114L**
- H—000** — DABALI, Arturo Carbonell. *Geografia*. 6.º año curso superior. 7 ed., Montevideo. Editorial Comini, 1936.
- D35g7**
- H—000** — DEMANGEON, Albert et MEYNIER, André. *Géographie générale*. Paris, Librairie Hachett c 1937. (Nouveau cours de géographie publié sous la direction de M. Albert Demangeon).
- D39g**
- H—000** — DAVIS, Darrel Haug. *The Earth and man. A human geography*. New York. The Macmillan co. 1943.
- D291**
- H—000** — DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel. *Geografia elemental*. 9 ed. São Paulo etc. Comp. Melhoramentos, 1940.
- D378g**
- H—000** — *Economic geography* Worcester, Clark university. A biblioteca tem: vol. 12 n.º 2 (1943).
- Ec74**
- H—000** — *Journal of the Eliha Mitchell scientific society*. Chapel hill. A biblioteca tem: v. 56, ns. 1 e 2, v. 57, 1 e 2, v. 58, n.º 1, v. 59, n.º 1.
- E1470**
- H—000** — ENEQUIST, Gerd. *Lulebygdens Livsmedelsförsöring*. Uppsala, Universitets geografiska institution. 1939. (Geographica n.º 7).
- En27L**
- H—000** — ENEQUIST, Gerd. *Nedre Luleälvens Byar*. Uppsala, Universitets geografiska institution. 1937. (Geographica n.º 4).
- En27n**

- H—000
Es88 — *Estudios geograficos*. Madrid, Consejo superior de investigaciones científicas. A biblioteca tem: n.º 4, 1941, año II.
- H—000
F41 — FERRÉ, André. *Géographie de Marcel Proust*. Paris, Sagittaire, c 1939.
- H—000
F436L — FEUVRE, Joseph et HAUSER, Henri. *Leçons de géographie*. 3e. ed., Paris, Félix Alcan, 1909.
- H—000
F491e — FINCH, Vernor C. and TREWARTHA, Glenn t. *Elements of geography*. 6th impression 1st ed. New York and London, McGraw-Hill Book co., inc. 1936.
- H—000
F491 — FINCH, Verner C. and PLATT, Robert S. *Geographic surveys*. edited by Charles C. Colby. Chicago, The university of Chicago press. The geographic society of Chicago bulletin, n.º 9 c. 1933.
- H—000
F697 — FOLDRAJZI KOZLEMÉNYEK. Budapest, *Ungarische geographische gesellschaft*. A biblioteca tem LXVII, 1939, 3 szam.
- H—000
F884g — FREITAS, Gaspar de. *Geografia secundária*, 1.º ano ginasial. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, Livraria H. Antunes, 1942.
- H—000
F892h7 — FRESHFIELD, Douglas W. and WHARTON, W. J., 7 th ed. *Hints to travellers*. London, Royal Geographical Society, 1893.
- H—000
G11c — GABAGLIA, F. A. Raja e GABAGLIA, J. C. Raja. *Curso de geografia*. 1.ª série. 7 ed., Rio de Janeiro. F. Briguet, 1939.
- H—000
G11p — GABAGLIA, F. A. Raja. *Práticas de geografia*. Rio de Janeiro etc. Livraria Francisco Alves, 1930.
- H—000
G114 — GABRIAC, P. *Novissima geografia atlas*. Curso médio. Buenos Aires, A. Moly, 19.
- H—000
G118 — GAEA. *Anales de la Sociedad argentina de estudios geograficos*. Tomo VI. Buenos Aires, imp. e casa ed. "Coni", 1938.
- H—000
G138g8 — GALLOUÉDEC, L. et MAURETTE, F. *Les grandes puissances du monde...* 8e ed. Paris, Librairie Hachette, 1927.
- H—000
G2289 — GENTI E PAESI. *Meraviglie e curiosità della terra*. Milano. A. Mondadori, 1934, 6 volumes.
- H—000
G292 — *Geografia*. Publicação trimestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros. A biblioteca tem: n.º 1 a 4, ano II, 1936.
- H—000
G292.1 — *Geografia universal. Descripción moderna del mundo*. Barcelona, Instituto Gallach, 1928-1931. 5 volumes.
- H—000
G292.12 — *Geografia universale. L'America meridionale. Il Brasile*. Ricardo Ricardi. Emilio Malisani. Torino, tipo. editrice, torinese, 1938.
- H—000
G292.28 — *Geografski vestnik*. Bulletin de la société de géographie de Ljubljana. A biblioteca tem: ns. 1-4, 1938, 1939, 1940.
- H—000
G292.13 — *Geographic news bulletins*, published weekly by the National Geographic Society.
- H—000
G292.15 — *Geographic school bulletins*, published weekly by the National Geographic Society.
- H—000
G292-17 — *Geographica*. Nr2 Sveriges Var utrafik med utlandet av Sven-Erik Nordin. Uppsala, Universitets geografiska institution, 1937.
- H—000
G292.2 — *The geographical journal*. London, The Royal Geographical Society. A biblioteca tem: 1939, 1940, 1941, 1942 (vol. C n.º 1 a 3).
- H—000
G292.23 — *The geographical magazine*. A biblioteca tem: 1939, 1940, 1941, (vol. XIII, n.º 1, 3 a 6, vol. XIV n.º 1).
- H—000
G292.25 — *Geographical review*, published by the American Geographical Society of New York. A biblioteca tem: (vide ficha Kardex coleção n.º 18).
- H—000
G292.3 — *La géographie*. Bulletin de la Société de géographie. Paris, Masson et cie. A biblioteca tem: ano 1912, 1913, 1914.
- H—000
G359 — GICOVATE, Moisés. *Geografia para o curso secundário*. 3.ª série. São Paulo, Comp. Melhoramentos, 1942.
- H—000
G359g — GICOVATE, Moisés. *Geografia*. 1.ª série. São Paulo, Comp. Melhoramentos, 1939.
- H—000
G359 — GICOVATE, Moisés. *Geografia geral*. 1.ª série. São Paulo. Companhia Melhoramentos, 1943.
- H—000
G359 — GICOVATE, Moisés. *Geografia geral*. 2.ª série. São Paulo. Companhia Melhoramentos, 1943.
- H—000
G359ge — GICOVATE, Moisés. *Geografia para o curso secundário*. 2.ª série. São Paulo, Comp. Melhoramentos, 1940.
- H—000
G861 — GRÉGOIRE, L. *Cours de géographie générale*. Paris, Garnier Freres, 19.
- H—000
H643 — HJULSTROM, Filip. *Sverriges Elektrifiering*. Uppsala, Universitets geografiska institution, 1940. (Geographica nr 8).
- H—000
H785a5 — HORRABIN, J. F. *An Atlas of current affairs*. 5 th ed. New York, Crofts & co., 1939.
- H—000
H879 — HULTBLAD, Filip. *Flyttlapparna i Gallivare Socken*. Uppsala, Universitets geografiska institution, 1936. (Geographica n.º 01).
- H—000
In3 — *L'information géographique*, Paris. Baillière et fils. A biblioteca possui: (vide Kardex coleção 262).
- H—000
M765 — *Investigaciones geograficas*. Montevideo, Instituto de estudios superiores. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção 933).
- H—000
J284g9 — JARDIM, Renato. *Geografia da criança*. 9 ed., São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1941.
- H—000
M312 — *The journal of the Manchester Geographical Society*. Manchester, Sheriat & Hughes. A biblioteca tem: (vide Kardex col. 24).
- H—000
K127a — Kaltbrunner, D. *Aide-mémoire du voyageur*. Paris, Librairie Fischbacher, 1887.

- H—000 — KALTBRUNNER, D. *Manuel du voyageur*. Paris, Librairie Fischbacher, 1887.
- K127m
- H—000 — Koninklijk Nederlandsch Aar Dri-
jkskundig Genootschap Amsterdam.
K836 Leiden, E. J. Brill. A biblioteca
tem: (vide coleção 268-Kardex).
- H—000 — Koninklijk Bataviaasch Genoot-
schap van Kunsten en Wetens-
chappen. Jaar beek, VIII. 1941.
K836 Bandeeng, A. C. Nix & co.
- H—000 — LAZERGES, Elie. *Les grands pro-
blèmes de la Biologie et de la géo-
logia*. Paris, 7. Nathan, 1931.
L458g (Bibliothèque des éducateurs).
- H—000 — LELLIS, Alceu. *Manganês, ozona
cânfora*. Rio de Janeiro, of.
L539 graf. da Liga Marítima Brasileira,
1917.
- H—000 — LELONG. *Conférences de geogra-
phie*. Rio de Janeiro, Estado Maior
L539c do Exército, 1922.
- H—000 — LENZ, Luiz Gonzaga. *Geografia*.
L549g5 1.ª série. São Paulo, Saraiva &
Cia., 1941.
- H—000 — LESPAGNOL, G. *L'évolution de la
terre et de l'homme*. Paris, Li-
L565e brairie Delagrave.
- H—000 — LESPAGNOL, G. *Geographie gé-
nérales*. 9.e éd. Paris, Librairie
L565g9 Delagrave, 191.
- H—000 — LIMA, A. G. *Geografia secundária*.
L628g3 3.ª série. 3. ed., Pôrto Alegre,
edição da Livraria do Globo, 1937.
- H—000 — LITTLE, James M. *Erosional to-
pography*. A mathematical treat-
L724e ment. San Francisco, A. Carlisle
& Co., 1940.
- H—000 — MALTE-BRUN. *Géographie uni-
M299g6 verselle*. 6e. éd., Paris, Garnier
Frères.
- H—000 — MATOSO, Antônio G. e BOLÉO,
M428c José de Oliveira. *Ciências geográ-
ficas*; 7.º ano dos liceus. 2. ed.
Lisboa, Livraria Sá da Costa c.
1941.
- H—000 — MATOSO, Antônio G. e ATAÍDE,
M428ci Alvaro. *Ciências geográfico-natu-
rais*, 1.º, 2.º e 3.º anos dos liceus.
3. ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa
c 1940.
- H—000 — MATOSO, Antônio G. *Compên-
M428co dio de geografia geral*. 4. ed. Lis-
boa, Livraria Sá da Costa, 1939.
- H—000 — MC MURRY, Charles. *A teacher's
M229t manual of geography*. New York
the Macmillan Co., 1904.
- H—000 — *Le meraviglie del mondo*. Milano,
M532 soc. ed. Libreria, 19. 2 volumes.
- H—000 — MILLER, George J. *Activities in
M614a geography*. Bloomington (Ill.) Mc
Knight & McKnight c 1937 (Geo-
graphic education series).
- H—000 — *Mitteilungen der geographischen
M697m gesellschaft in Hamburg* bd. XLIV.
Hamburg, F. de Gruyter & Co.,
1936.
- H—000 — MORAIS, Eduardo Afonso de.
M791 *Noções de geografia*. Belo Ho-
rizonte, of. gráf. Fôlha de Minas,
1939.
- H—000 — *El mundo pitoresco*. Buenos Aires
J132 etc. W. M. Jackson, inc., c 1943.
9 volumes.
- H—000 — *Mundus... dott.* Carlo Muzzio.
M293 Milano, casa ed. Sonzogno. 5 vo-
lumes.
- H—000 — *The National Geographic Maga-
zine*, published by the National Geo-
N213 graphic Society. A biblioteca tem:
(vide Kardex coleção n.º 14).
- H—000 — NORDIN, Soen — Erik. *Sveriges
N758 Varutrafik med Utlandet*. Uppsa-
la, Universitets geografiska insti-
tution, 1937. (Geographica nr 2).
- H—000 — *I paesi del mondo*. Bollettino R.
P138 Società Geografica Italiana. Roma.
A biblioteca tem: (vide Kardex
coleção 108).
- H—000 — PASSADORI, Josefina. *Elementos
P265e13 de geografia*. 13. ed. Buenos Aires,
Editorial Kaplusz y Cia., 1933.
- H—000 — PERTHES, Justus. *Taschen-atlas*.
P433 42 anfl. Gotha, Paris, Justus Per-
thes; Haar & Steinert, 1905.
- H—000 — PIMENTEL JÚNIOR, Menezes.
P649 *Geografia dos principais países
para a 4.ª série*. Rio de Janeiro,
J. R. de Oliveira, 19??.
- H—000 — PIMENTEL JÚNIOR, Menezes.
P649g *Geografia geral dos continentes*.
2.ª série ginásial. 2. ed. Rio de
Janeiro, G. R. de Oliveira, 19??.
- H—000 — *Przegląd Geograficzny*. Revue po-
P957 lonaise de géographie. Warszawa,
z zasiłkiem ministerstwa, 1939. A
biblioteca tem: (vide coleção 980,
no Kardex).
- H—000 — RECLUS, Elisée. *Nouvelle géogra-
R244 phie universelle*. Paris, 1876-1894.
19 volumes.
- H—000 — RECLUS, Elisée. *La terre*. Paris,
R244t Hachette et Cie, 1870-72. 2 vo-
lumes.
- H—000 — *Revista da Sociedade de Geografia
So13.58 do Rio de Janeiro*. A biblioteca
tem: (vide Kardex coleção 47).
- H—000 — *Revista do Instituto de Geografia
In7 e História Militar do Brasil*. A
biblioteca tem: (vide Kardex co-
leção n.º 532).
- H—000 — *Revista Geografica Americana*.
R327.5 Buenos Aires. (A biblioteca tem:
vide Kardex col. 15).
- H—000 — *Revista Geografica del Instituto
R327.52 Panamericano de Geografia e His-
tória*. México. A biblioteca tem:
(vide Kardex col. 39).
- H—000 — *Revista Mexicana de Geografia*.
R327.93 Instituto de Geografia do México.
México. D. P. A biblioteca tem:
(vide Kardex col. 36).
- H—000 — RUONG, Israel. *Fjallapparna i
R876 Jukkasjärvi Socken*. Uppsala, Uni-
versitets geografisk institution,
1937. (Geografica n.º 03).
- H—000 — SILVA, Clodomiro Pereira da. *En-
S138e saio de uma síntese da evolução
da Geografia*. São Paulo, Diretório
regional (I.B.G.E.). 1943. Bo-
letim n.º 3.

- H-000 St23a** — STAMP, L. DUDLEY. *An intermediate commercial geography*. 8 th et. London etc. Longmans, Green and Co. (The University geographical series). A biblioteca tem: (vide Kardex col. 250).
- H-000 St23w** — STAMP, L. Dudley. *The world. A general geography*. 10 th. London etc. Longmans, Green and Co. (Longman's new geographical series). A biblioteca tem: (vide Kardex col. 251).
- H-000 T276** — *Terra e nazioni*. Geografia universale. Milano etc. Francesco Vallardi. 19 volumes. 1931-39.
- H-000 Un3** — *Union géographique internationale. Rapport*. A biblioteca tem: (vide Kardex coleção n.º 64).
- H-000 Un3.19** — *L'universo*. Rivista mensile dell'Istituto Geografico Militare Firenze. A biblioteca tem (vide Kardex col. n.º 63).
- H-000 Un3.2** — *Universo ed umanità*. L'esplorazione della terra. Carlo Wenle. Milano, Francesco Vallardi, 19??.
- H-000 Un3.2** — *Universo ed umanità*. Geognostica. Carlo Sapper, esplorazione della crosta terrestre. Luigi de Marchi. La fisica terrestre. Milano, F. Vallardi, 19??.
- H-000 Un3.2** — *Universo ed umanità*. Ciclo-terramare. G. Foerster, l'investigazione dell'universo. A. Marcuse, L'investigazione della forma, della grandezza e densità della terra. G. Marshal, L'esplorazione del mare. Milano, F. Vallardi 19??.
- H-000 Un3.2** — *Universo ed umanità*. Paleontologia. E. Klaatsch., H. Potonié. L. Bens hausen. Milano. F. Vallardi, 19??.
- H-000 V242** — VALLAUX, Camille. *Les sciences géographiques*. Paris, Librairie Felix Alcan, 1929.
- H-000 V328** — VAN LOON, Hendrik. *O mundo em que vivemos*, tradução de Alvaro Franco. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1934.
- H-000 V536** — VEIRULF, Olle. *Skegarnas Utnyttjande i alvdalen Fore Storskiftet*. Uppsala, Universitets geografiska institution, 1937. Geographica nr 5.
- H-000 V588v** — VERÍSSIMO, Érico. *Viagem à aurora do mundo*. Ilustrações de Ernst Zeunier. Porto Alegre, edição da Livraria do Globo, 1939.
- H-000 V689** — *Verlagen en mededeelingen van de directie van den Land bouw*, 1939, n.º 3. s— Gravenhage (Hala), Department van economische zaken, 1939. A biblioteca possui: dell I e II.
- H-000 W581** — WHITBECK, R. H. *Hig school geography*. New York, The Macmillan Co., 1925.
- H-000** — BOLÉO, José de Oliveira. *Do âmbito e do conceito das "ciências geográficas"*. Lisboa, 1941. Separata do B. S. G. Série 59.ª — ns. 9 e 10.
- H-000** — CAMPOS, Rocha. *Pontos de geografia*. Organizados de acordo com o programa do ginásio D. Pedro II. S. Paulo, A. F. de Moraes, 1924.
- H-000** — CORTESÃO, Armando. *The first account of the far east in the sixteenth century — the name "Japan" in 1513*. London. Extrait des comptes rendus du Congrès international de géographie. Amsterdam, 1938.
- H-000** — DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel. *Texto-atlas de geografia*. Rio de Janeiro. Instituto Geográfico De Agostini do Brasil Ltd., 1940.
- H-000** — *Geografia-atlas do Brasil e das cinco partes do mundo*. 1.ª parte. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1923.
- H-000** — INCHAUSTEGUI, J. Marino. *Geografia descriptiva*. Cuarto curso. 1941.
- H-000** — MASSIP, Salvador. *Progresos de la geografia de 1927 a 1930*. Habana, Molina y Cia., 1931.
- H-000** — SILVESTRE, Floriano. *Proteção da natureza*. Tese. Rio de Janeiro, 1940.
- H-000** — STAB, Werner. *Zur siedlungsgeographie des Marburger Berglandes*. Buch und Kunstdruckerei Wilh. Post berg, Bottropiw.

ENSINO GEOGRÁFICO

- H-030 Ab83** — ABRAMS, A. W. and THURSTON, E. L. *World geography New York etc*. Iroquois Publishing Co., Inc. c 1941 (Iroquois geography series).
- H-030 Ab83** — ABRAMS, A. W. and THURSTON, E. L. Iroquois. *Geography work book for world geography*. New York etc. Iroquois Publishing Co., Inc. c 1941.
- H-030 B436** — BENGTON, Nels A. and RIGDON, Vera E. *Economic geography manual*. New York Prentice-Hall, Inc. 1940.
- H-030 B632** — BODLEY, G. R. *Iroquois geography work book to accompeny peoples of other lands*. Syracuse, (New York) Iroquois Publishing Co., Inc. c 1941.
- H-030 B632** — BODLEY, G. R. and THURSTON, E. L. *Iroquois geography work book*. South America and the old world continencts. New York etc. Iroquois publishing Co., Inc. c 1940.
- H-030 M428c1** — MATOSO, Antônio G. e ATAÍDE, Alvaro de. *Ciências geográficas-naturais*. Caderno de Observações. 1.º ano dos Liceus, 2.ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 19.
- H-030 M428c2** — MATOSO, Antônio G. e ATAÍDE, Alvaro de. *Ciências geográficas-naturais*. Caderno de observações. 2.º ano dos Liceus, 2.ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 19.

GEOGRAFIA GERAL

OPÚSCULOS

- H-000** — BAÑADOS, Guillermo M. *Definiciones geograficas aplicadas a Chile*, Santiago, imp. y enc. "Editorial Agrícola" 1936.

METODOLOGIA GEOGRAFICA

- H—040 — BERKER, Mabel. *Utilisation du*
B243u *milieu géographique*. Paris, E. Flammarion, 19
- H—040 — DELGADO DE CARVALHO, Carlos
D378 Miguel. *Metodologia do ensino geográfico*. Petrópolis, tip. das "Vozes de Petrópolis", 1925.
- H—040 — SCHNASS, Frauzy y RUDE, Adolf.
Sch57E.p *Enseñanza de la geografía*. Enseñanza de la Historia y Educación cívica. Traducción de Francisco Payarola. Barcelona etc. Editorial Labor S. A. 1937.

FISIOGRAFIA

- H—100 — *Annales de l'Institut de Physique*
An72 *du Globe*. Publié sous la direction de E. Rothé. Nouvelle série. Tome I, première partie: *Meteorologie* — Bulletin de la Commission Meteorologique du Bas-Rhin. Strasbourg, Université de Strasbourg, Faculté des Sciences, 1938.
- Deuxième partie: *Seismologie*. Bulletin du Bureau Central Sismologique Français. Mende, Université de Strasbourg, Faculté des Sciences, 1939.
- Troisième partie: *Geophysique*. Mende, Université de Strasbourg, Faculté des Sciences, 1939.
- H—100 — BRADLEY, John Hodgdon. *Auto-*
B728 *biografía de la tierra*. Traducción de Abel Hornos. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, c 1939.
- H—100 — DE MARCHI, L. *Trattato di geo-*
D34 *grafia fisica*. (Biblioteca delle scienze fisiche e naturali) Milano etc. Francesco Vellardi, 1901.
- H—100 — DAVIS, William Morris. *Physical*
D299 *Geography*. Boston, etc. Ginn & Co., c 1898.
- H—100 — ENGELN, O. D. von. *Geomor-*
En32 *phology systematic and regional*. New York, the Macmillan Co., 1942.
- H—100 — FLETCHER, Gustav L. *Earth Sci-*
F633 *ence. A Physiography*. Boston etc. D. C. Eath and Co. c 1938.
- H—100 — GIUFFRÀ, Elzear S. *La fisio-*
G448 *nomia de la tierra y su influencia en el hombre*. Montevideo, A. Monteverde & Co., 1931.
- H—100 — GUNTHER, Siegmund. *Geografia*
G058g.Pd *fisica* traduzida pelo Dr. Lyon Davidovich. Rio de Janeiro, Atlântida Editora, 1934 — Biblioteca de Cultura).
- H—100 — JONHSON, Douglas. *The origin of*
J631o *submarine canyons*. A critical review of hypotheses. New York, Columbia University pre press, 1939.
- H—100 — LAPPARENT, Albert de. *Leçons*
L317 *de géographie physique*. Paris, Masson et Cie., 1896.
- H—100 — DE MARTONNE, Emmanuel. *Geo-*
M367 *graphie Physique*. Paris, Librairie Armand Colin, 1927. 3 volumes.
- H—100 — CARBONELL y MIGAL, Arturo.
M588 *Geografia fisica*. Montevideo, A. Monteverde y Cia.

- H—100 — PASSARGE SIEGFRIED. *Geomor-*
P266 *fologia*. Traducción directa del alemán por J. Gomez de Llarena. Barcelona, Buenos Aires, Editorial Labor S. A. 1931. (Colección Labor, sección VII, geografía, n.º 290, biblioteca de iniciación cultural).
- H—100 — PIMENTEL JÚNIOR, Menezes.
P649e *Elementos de cosmografia e geografia fisica*, 5.ª série, curso ginasial e normal. Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira & Cia., 193
- H—100 — PIMENTEL JÚNIOR, Menezes.
P649g *Lições de geografia fisica para o primeiro ano do curso secundário*. 3.ª ed., Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira & Cia., 193
- H—100 — SHEARER, M. H. *Laboratory exer-*
Sh31 *cises in physical geography*. New York and London. McGraw-Hill Book Co., Inc. c 1941.
- H—100 — TARR, Ralph Stockman. *College*
T176 *physiography*. New York, the Macmillan Co., 1931.
- H—100 — VERÍSSIMO, José. *Geografia fi-*
V588 *sica*. Rio de Janeiro etc. Livraria Francisco Alves, 193.

GEOLOGIA E MINERALOGIA

- H—110 — BACKEUSER, Everardo. *Os cris-*
B127c *tais, fatos e hipóteses*. Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1916, (Coleção do Mundo Mineral n.º 1).
- H—110 — BAGNOLD, R. A. *The physics of*
B146 *blown sand and desert dunes*. London, Methuen & Co. Ltd., 1941.
- H—110 — BERARDI, Lamberto. *Apuntes de*
B45a6 *mineralogia y geología*. 6.ª ed., Buenos Aires, 7. Crespillo, 1940.
- H—110 — BEZERRA, Felte. *Da terra*. Tese.
B469 Aracajú, Livraria Regina, 1938.
- H—110 — LA BICHE, Henry de. *Manuel*
B471a2Fv *géologique*. 2.ª éd., traduction française, par A. J. M. Brochant de Villiers. Paris, Laglois et Lecerq, 18
- H—110 — BOLDYREV, A. K. *Cristalografia*.
B637.Ev Traducción directa del ruso por el Dr. Rafael Candel Vila. Barcelona etc., Editorial Labor S. A., 1934.
- H—110 — *Boletín de geología y minería*.
B637.2 Órgano del Servicio técnico de minería y geología. Caracas. Ministerio de Fomento, 1937. Tomo I, Abril, Julio, Octubre 1937 — ns. 2, 3 y 4.
- Tomo II, Enero 1938, n.º 1.
- Tomo II, Abril, Julio, Octubre 1938 — ns. 2, 3 y 4.
- H—110 — BOSWILL, P. G. A. *On the mine-*
B657 *rality of sedimentary rocks*. A serie of essays and a bibliography. London, T. Murby & Co., 1933.
- H—110 — BRANNER, John Casper. *Geolo-*
B735g *gia Elemental preparada com referência especial aos estudantes brasileiro e à geologia do Brasil*. Rio de Janeiro etc., Francisco Alves & Cia. Aillaud & Cie., 1915.

- H-110 B738pc** — BRAUNS, R. *Mineralogia*. Tradução do Dr. Osvaldo Castro. Rio de Janeiro, Atena Editora 19?? (Biblioteca de cultura).
- H-110 B834p2.Ec** — BRUHNS, W. *Petrografia*. Tradução de M. San Miguel de la Cámara. 2.ª ed., Barcelona, Buenos Aires, Editorial Labor S. A., 1932 (Colección Labor, sección XII, ciencias naturales n.º 142).
- H-110 B982** — BUTTGENBACH, H. *Introduction a l'étude des roches ignées*. Paris, Liège, Dunod, Vaillant-Carmanne, 1939.
- H-110 C126** — CALDAS, Jaci Antônio Louzada Tupi. *Curso geral de mineralogia e geologia aplicada ao Brasil*. Porto Alegre, edição da Livraria do Globo, 1933.
- H-110 C383** — CHARPENTIER, Henri. *Géologie et minéralogie appliquées; les minéraux utiles & leurs gisements*. Paris. Vve. Ch. Dunod, 1900 (Bibliothèque du conducteur de travaux publics).
- H-110 C949e** — CURY, Raul. *Elementos de petrografia y geologia*. 1.ª ed., Buenos Aires, F. Crespillo, 193.
- H-110 D154** — DALÉN, Lennart. *Den bohusslanska fiskelagesbygden*. Akademisk avhandling. Goteborg, Elanders boktryckeri aktiebolag, 1941 (Meddelande från Goteborgs Högskolas geografiska institution).
- H-110 D191s6** — DANS, Edward Salisbury. *Descriptive mineralogy*. 6 th. ed. rew and enl. New York John Wiley and Sons, Inc. c 1920.
- H-110 D375h** — DE LAUNAY, L. *L'Histoire de la terre*. Paris, E. Flammarion, 1915. (Bibliothèque de philosophie scientifique).
- H-110 D375o** — DE LAUNAY, L. *Où en est la Géologie*. Paris, Gauthier-Villars, 1920. (Collection des mises au point).
- H-110 Ec75** — *Economic geology and the bulletin of the Society of economic geologists*. V. XXXVII, january, feb. 1942, n.º 1.
— March — April, 1942 — n.º 2.
— May, 1942.
- H-110 E184** — EISENMENGER, G. *La géologie et ses phénomènes*. 12 conférences. Paris, P. Roger & Cie., 1911.
- H-110 Em67p2** — EMMONS, William Harvey. *The principles of economic geology*. 2d. ed. McGraw-Hill Book Co. Inc., 1940. New York and London.
- H-110 F458** — FULD, Richard M. *An outline of the principles of geology*. 3d ed. New York, Barnes & Noble, Inc. 1941.
- H-110 F469** — FIGUIER, Louis. *La terre et les mers ou description physique du globe*. 4e. éd., Paris, Hachette et Cie., 1872.
- H-110 F746c** — FORJAZ, Antônio Pereira. *Curso elemental de mineralogia e geologia*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1938.
- H-110 F871g3Es** — FRECH, Fritz. *Geologia*. Traducción de la 3.ª edición alemana por Juan Carandell. Barcelona, Buenos Aires, Editorial Labor, 1930 (Colección Labor, sección XII, ciencias naturales, n.º 272-273, Biblioteca de iniciación cultural).
- H-110 G292** — FRECH, Fritz. *Geologia*. Traducción de la 3.ª edición alemana, primera parte por Carlos de Salas, segunda parte por el prof. Vicente Inglads Ors., 3.ª ed., Barcelona etc. Editorial Labor, 1936 (Colección Labor, sección XII, ciencias naturales) n.º 54-55 (Biblioteca de iniciación cultural).
- H-110 G368g2** — *The quarterly journal of the geological society of London*. V. XCII, part 4, december 19 th. 1936. London, Paris, Longmans, Green & Co., Ltd., Charles Kilinchseck.
- H-110 H292** — GIGNOUX, Maurice. *Géologie stratigraphique*. Paris, Masson et Cie., 1936.
- H-110 L139** — HAUGHTON, H. S. *Lexicon de stratigraphie*. Africa edited by S. H. Haughton. London, Thomas Murby & Co., 1938. V. I.
- H-110 L181t** — LAKEE, Frederic H. *Field geology*. 4 th ed., New York, Mac Graw-Hill Book, 1941.
- H-110 L317a2** — LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Teoria do protogneis*. Uma interpretação petrogenética do Arqueano. Rio de Janeiro. Serviço Geológico e Mineralógico, 1937. Boletim n.º 86.
- H-110 L317c** — LAPPARENT, A. de. *Abrégé de géologie*. 2e. éd., Paris, Librairie F. Savy, 1802.
- H-110 L317t** — LAPPARENT, A. de. *Compêndio de mineralogia*. Tradução de B. F. Ramiz Galvão da 3.ª ed. francesa. Rio de Janeiro, Paris, H. Garnier, 1899.
- H-110 L536** — LAPPARENT, A. de. *Traité de geologie*. 2e éd., Paris, Librairie F. Savy, 1885.
- H-110 L782** — LEITH, C. K. *The economic aspects of geology*. New York, Henry Holtand Co., c 1929.
- H-110 M782** — LOBECK, A. K. *Geomorphology*. An introduction to the study of lands capes. New York and London, MacGraw-Hill Book Co. Inc., 1939.
- H-110 N417s2** — MOORE, Elwood S. *Coal, its properties, analysis, classification, geology, extraction, uses and distribution*. New York, London, John Wiley & Sons, inc. Chapman & Hall Ltd., 1940.
- H-110 R328** — NEVIN, Charles Merrick. *Principles of structural geology*. 2d ed., New York, London J. Wiley & Sons, Chapman & Hall Ltd.
- H-110 R328** — *Revue de Géographie physique et de geologie dynamique*. Sous la direction de M. Leon Lutand. Paris, Société de géographie physique.

H—110 — RIES, H. *Economic geology*. 7 th
R440 ed., New York and London, John
Wiley & Sons, Chapman & Hall,
Ltd., 1942.

H—110 — RIES, H. *Economic geology*. 7 th
R445e7 ed., New York, London, J. Wiley,
Chapman & Hall, Ltd. 1937.

H—110 — ROVERETO, Gaetano. *Forme della*
R769 *terra*. Trattato di geologia mor-
fologica. Milano, Ulrico Hoepli,
1923. 2 volumes.

H—110 — LA RUE, Aubert d. *Pierres pré-*
R836 *cieuses et pierres d'ornementa-*
tion. Paris, P. Lechevalier, 1928.

H—110 — SANDELL, Arne. *Tektonik och*
Sa56t *morfologi*. Akadmiska Avhandling,
Lund, A. B. Gleerupska Universi-
tetsbokh Andeln, 1941.

H—110 — SCOTT, William Berryman. *An*
Sco86a3 *introduction to geology*. 3d ed.,
New York, The Macmillan Co.,
1932. 2 volumes.

H—110 — SHAND, S. J. *Earth-lore. Geology*
Sh18 *without yargon*. New York, E. P.
Dutton & Co., Inc., 1938.

H—110 — SOROBIE, R. F. *Geology for en-*
So69 *gineers*. London, G. Bell & Sons
Ltd., 1938.

H—110 — *Bulletin de la Societé géologique*
So13b *de France*. Paris, Societé Géolo-
gique de France.

H—110 — TWENHOFEL, W. H. and TYLER,
T918m S. A. *Methods of study of sedi-*
ments. New York and London,
McGraw-Hill Book and Co. Inc.,
1941.

H—110 — TWENHOFEL, W. H. *Principles*
T918p *of sedimentation*. 1st. ed., New
York and London, McGraw-Hill
Book Co. Inc., 1939.

H—110 — WORCESTER, Philip G. *A text-*
W89t *book of geomorphology*. London
Chapman & Hall, Ltd., c 1939.

GEOLOGIA DINAMICA

H—112 — BALLORE, F. de Montessus de.
B214t *Les tremblements de terre; geo-*
graphie séismologique, avec une
préface par M. A. de Lapparent.
Paris, Librairie Armand Colin,
1906.

H—112 — *Boletim sismológico do Obser-*
R476 *vatório Nacional* por Alix Lemos,
assistente chefe, 1921 a 1926. Rio
de Janeiro, 1926. (Ministério da
Agricultura, Indústria e Co-
mércio).

PALEONTOLOGIA

H—113 — ABEL OTHENIO. *Los animales*
ab35aEg *prehistóricos*. Traducción de E.
Fernandez Galiano. Barcelona,
Buenos Aires, Editorial Labor, 1928
(Colección Labor, sección XII,
ciencias naturales n.º 166).

H—113 — *Archives de l'Institut de paleon-*
Ar25 *tologie humaine*. Paris, Masson
et Cie.

MINERAIS

H—116 — BERNEWTIZ, M. W. von. *Hand-*
B457 *book for prospectors and opera-*
tors of small mines. Revised by
Harry C. Chellson. 4th ed., Mc-
Graw-Hill Book Co., Inc., New
York and London, 1943.

H—116 — NEWHOUSE, W. H. *Are deposits*
N459 *as related to structural feature,*
prepared under the direction of
the Committee on processes of
are deposition of the Division of
geology and geography by W. H.
Newhouse. Princeton, Princeton
University Press etc., etc., 1942.

H—116 — PANETH, F. A. *The origin of*
P192 *meteorites being the Halley lec-*
ture delivered on 16 May 1940.
Oxford, at the Clarendon Press,
1940.

PEDOLOGIA

H—120 — *Actes de la IV^{ème}. conférence in-*
C76a4 *ternationale de pédologie*. Orga-
nisation, procès-verbaux, confé-
rences générales. Rome Institut
international d'agriculture. 3 vo-
lumes.

H—120 — KELLOG, Charles E. *The soils*
K291 *that support us; an introduction*
to the study of soils an their use
by men. New York the Macmillan
Co., 1941.

H—120 — THUILLEAUX, Marcel. *Estradas*
T422e *em pedregulho estabilizado*. I
Ensaio e classificação dos solos.
Tradução da senhorita Iná Ca-
margo Braga. Separata dos ns. II
e III — Volume III do Boletim
do "D.E.R.", São Paulo, Depar-
tamento de Estradas de Rodagem,
1937.

HIDROGRAFIA

H—140 — GERMAIN, A. *Traité d'hydrogra-*
C317t *phie; levé et construction des*
cartes marines. Paris, Imprimerie
nationale, 1882. (Dépôt des cartes
et plans de la Marine n.º 641-A).

— Talbes. N.º 641-B.

H—140 — HOONHOLTZ, Antônio Luiz von.
H765 *Compêndio de hidrografia*. Rio
de Janeiro, Tip. Perseverança,
1864.

H—140 — MARZY, E. *L'hydraulique*. 2e éd.,
M369h2 Hachette et Cie. 1871 (Biblio-
theque des merveilles).

H—140 — TOSCANO, Ricardo. *Manual de*
T639m *hidromensura*. México, imprenta
"Revels", 1929.

OCEANOGRAFIA

H—141 — ARRIGO, Agatino d'. *Ricerche sul*
Ar69r *regime dei litorali nel Mediter-*
raeo. Roma, Consiglio nazionale
delle ricerche. 1936.

- H-141 B453p** — BERGET, A. *Les problèmes de l'océan*. Paris, E. Flammarion, 1920 (Bibliothèque de philosophie scientifique).
- H-141 C225n** — CARPENTER, Alfred. *Nature notes for ocean voyagers*. London, C. Griffin & Co., Ltd., 1915.
- H-141 C76.3el** — *1e. International congrès van de zee, Aostende, 11, 12, 13 en 14 September, 1936*. Verslagen. 1er. Congrès international de la mer. (Koninkrijk België. Royaume de Belgique, Administration de la Marine).
- H-141 D299c** — DAVIS, William Morris. *The coral reef problem*. New York, 1928 (American geographical society, special publication, n.º 9, Shaler memorial series).
- H-141 Es82** — *General tide tables*. Washington, Department of Commerce, U. S. biblioteca possui: 1915 a 1918.
- H-141 J417** — JENKINS, J. T. *A textbook of oceanography*. New York, E. P. Dutton & Co., 194?.
- H-141 P656c** — PINNA, Armando. *Curso de oceanografia, pesca e piscicultura*. Rio de Janeiro, Departamento de Estatística e Publicidade, 1938.
- H-141 R669m** — RANGEL, Ari. *Marés*. Rio de Janeiro, 1940. (Ministério da Marinha, D. H. 19).
- H-141 Sch67o3.Ec** — SCHOTT, Gerhard. *Oceanografia física*. Traducción de la 3.ª ed. alemana por José Sagritá Casanovas. Barcelona, Buenos Aires Editorial Labor S. A. (Colección Labor, sección XII ciencias naturales n.º 234).
- H-141 T399o** — THOULET J. *L'océan, ses lois et ses problèmes*. Paris, Hachette et Cie., 1904.
- H-141 V242g** — VALLAUX, Camille. *Géographie générales des mers*. Paris, Librairie Felix Alcan, 1933.
- ILHAS**
- H-141 B114L** — BABCOCK, William H. *Legendary islands of the Atlantic*. New York, 1922 (American Geographical Society, research series n.º 8).
- CLIMATOLOGIA**
- H-150 B453o** — BERGET, Alphonse. *Où en est la météorologie*. Paris, Gauthier-Villars, 1920.
- H-150 B619pE1** — BLISS, G. S. *Pronostico del tiempo*. Traducido por L. Libenson y A. Leon. Brooklyn, Editorial tecnica unida, 1941.
- H-150 D299e** — DAVIS, William Morris. *Elementary meteorology*. Boston etc. Ginn & Co., c 1894.
- H-150 F413i** — SAMPAIO FERRAZ, J. *Instruções meteorológicas*. Bruxelles, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1913. 2 volumes.
- H-150 F738e** — FONTSERÉ, Eduardo. *Elementos de meteorologia*. Barcelona, G. Gili S. A., 1943.
- H-150 H922c** — HUNTINGTON, Ellsworth and VISHER, Stephen Sargent. *Climatic changes*. New Haven, Yale University Press etc., etc., 1922.
- H-150 K7 51** — KNOCHE, Walter. *Clima de las metropolis y de interiores*. Buenos Aires, impressores: A. Monteverde & Cia. (Apartado de la revista meteorologica, ano II, n.º 5p. 46-67, enero de 1943).
- H-150 P537w** — PICHWELL, Gayle. *Wather*. New York, London, Whittlesey house, McGraw-Hill Book Co. Inc., c 1938.
- H-150 Se66f** — SEREBRENICK, Salomão. *Formas simbólicas e códigos internacionais, para despachos meteorológicos cifrados*. Brasil, Ministério da Viação e Obras Públicas, 1937.
- H-150 T671mPd** — TRABERT, Wilhelm. *Meteorologia*. Tradução de Lyon Davidovich. Rio de Janeiro, Atena editora, 19??.
- H-150 T729a** — TREWARTHA, Glenn T. *An introduction to wather and climate New York and London*, McGraw-Hill Book Co. Inc., 1937.
- H-150 Un3.2** — *Atlas of climatic charts of the oceans*. U. S. Department of Agriculture — Wather Bureau, 1938.
- TEMPERATURA**
- H-151 Se68t** — SERRA, Adalberto e SEREBRENICK, Salomão. *Tabelas psicrométricas*. Rio de Janeiro, Ministério da Viação e Obras Públicas, Divisão de Meteorologia, 1938.
- GEOFISICA**
- H-160 AL27t** — ALEXANIAN, C. L. *Traité pratique de prospection geophysique*. Paris, Liège, Ch. Séranger, 1932.
- H-160 B736.2c** — BRASIL, Maria da Silva. *Elementos de geofísica*, 2.ª ed., Porto Alegre, edição da Livraria do Globo, 1941.
- H-160 C719g** — Geophysical studies 1932-36. *Quarterly of Colorado school of mines*. Vol. XXXII, n.º 1. Colorado, C. A. Helland etc., 1937.
- H-160 Le544r** — LEMOS, Alix Corrêa. *Resultado das observações realizadas no Observatório magnético de Vassouras, 1915 a 1923*. Suplemento. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.
- H-160 R277n** — REIS, Otelo de Sousa. *Noções elementares de Geofísica de acordo com programa oficial*. Rio de Janeiro etc., Livraria Francisco Alves, Paulo Azevedo & Cia., 193 .
- H-160 R669m** — RANGEL, Ari. *Magnetismo terrestre*. Rio de Janeiro, Ministério da Marinha. D. H. 7, 1935.

- H-160 — SCHLUMBERGER, Conrad. *Prospection géophysique 2.º Congrès mondial du pétrole*. Paris, 1937.
Sch39p

OPÚSCULOS

ENSINO GEOGRÁFICO

- H-030 — BLANCHARD, W. O. *Exercises in economic geography*. New York and London, MacGraw-Hill book Co. Inc., 1942.
- H-030 — BODLEY, and THURSTON. *A teachers' key for a work book on South America and the old world continents*. New York, Iroquois Publishing Co. Inc., 19 .
- H-030 — DELGADO DE CARVALHO, Carlos Miguel. *Blocos-diagramas*. I.B.G.E. Conselho Nacional de Geografia, 1942.
- H-030 — NELSON, Ernesto. *Cuaderno para geografía activa*. Primer año. 7 ed., Buenos Aires, Kapelus, 19 .
- H-030 — NELSON, Ernesto. *La enseñanza moderna de la geografía*. 2. ed., Buenos Aires, A. Kapelus & Cia, 19??
- H-030 — RUELLAN, Francis. *Les méthodes modernes d'enseignement de la géographie*. Rio de Janeiro, 1942. (... conference prononcée a Goiânia, le 26 juin 1942 devant le VIII e Congrès brésilien d'éducation).

FISIOGRAFIA GERAL

- H-100 — MASSIP, Sarah E. Ysalgue. *Las transformaciones de la faz de la tierra*. Habana, Molina y Cia., 1939.

GEOLOGIA E MINERALOGIA

- H-110 — CANTICÃO, Antonieta de Larmos. *Desenvolvimento de técnica para a determinação do volfrâmio em seus minérios*. Rio de Janeiro, Borsoi imp., 1941.
- H-110 — CATALANO, Luciano R. *El mineral de plomo (galena) de Pascaya (Salta)*. Rosario, publicaciones del Instituto de Fisiografía y Geología, V, 1939.
- H-110 — CÉSAR, Benjamim Lenz de Araújo. *Origem, formação e fim do mundo*. Tese. Campos, Escola de aprendizes artifices, 1939.
- H-110 — *Introducción al estudio de la mineralogía y de la geología*. Habana, Consejo corporativo de educación, sanidad y beneficencia, 19??
- H-110 — KNECHT, Theodoro e FELICISSIMO JUNIOR, Jesuino. *Jazida de magnetita do morro do serrote (São Paulo, 1939)*. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S. Paulo, Instituto Geográfico e Geológico, boletim n.º 23.

- H-110 — SAGUI, Cornélio L. *La métallogenèse magmatique et recherches sélénologiques*. Rosário, publicaciones del Instituto de Fisiografía y Geología, 1938.

- H-110 — WALLERANT, Fred. *Groupements cristallins*. Paris, Gauthiers-Villars, 1899. (Scientia, phys. mathématique n.º 6).

GEOLOGIA DINÂMICA

- H-112 — LEMOS, Alix. *Teoria elementar do sismógrafo e determinação experimental das suas constantes*. Extraído do Anuário para 1923. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1923.
- H-112 — SANCHEZ, Pedro C. *Temblores de tierra o sismos y volcanes*. Mexico. Instituto Panamericano de Geografía e História, 1939. (D. A. P. P. publicacion num. 33).
- H-112 — SANCHEZ, Pedro C. *Volcanismo*. 2 ed., México, Instituto Panamericano de Geografía e História, publicacion n.º 4, 1938.

PALEONTOLOGIA

- H-113 — RÔXO, Matias G. de Oliveira. *Noções sumárias de palaeofitologia*. Rio de Janeiro, Serviço Geológico e Mineralógico, 1938.
- H-113 — WELLES, S. P. *The mandible of a diadectid cotylosaur*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1941.

MINERAIS

- H-116 — DAVISON, E. H. *Field tests for minerals*. New York, London Chemical Publishing Co., Chapman & Hall 1937.
- H-116 — OROSCO, E. *Uma aplicação da metalografia e dos conhecimentos atuais sobre a recristalização*. Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Instituto Nacional de Tecnologia, 1937.

PEDOLOGIA

- H-120 — BARROS, Wanderbelt Duarte d. *Erosão e seu combate*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1942.
- H-120 — BITTENCOURT, Élio Viegas de Camargo. *Conservar a fertilidade do vosso solo, evitando e combatendo a erosão*. O terracamento no combate a erosão por João Abramides Neto e Mário Borgonori. São Paulo, 1942. Boletim n.º 1 da Diretoria de Publicidade Agrícola.
- H-120 — DECKER, S. *As queimadas e suas influências nefastas sobre os solos tropicais*. São Paulo, 1941. Diretoria de Publicidade Agrícola; do "Boletim de Agricultura" n.º único, 1939.

- H-120 — FREIRE, S. L. Cunha. *A erosão dos solos*. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1941.
- H-120 — GOLLAN, Josué. *La fisiografía y la mecánica del suelo en los estudios de ingeniería civil*. Rosario, 1938. (Publicaciones del Instituto de fisiografía y geología IV).
- H-120 — JOBIM, José. *A erosão dos solos*. Porto Alegre, Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Boletim n.º 47 — Julho de 1941.
- H-120 — RAMOS, Julião Barroso. *Erosão em terrenos inclinados e um dos meios de combatê-la*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional da Produção Vegetal, 1940.
- H-120 — SÁ PAULO. *Estabilização de solos*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Tecnologia, 1940.
- H-120 — WATZL, José. *O solo cultural sob o aspecto físico-químico e a importância da adubação*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1930.
- OCEANOGRAFIA
- H-141 — MACHADO, Hipólito. *A maré pre-quinocia*. Santa Maria, 1939. (Conferência).
- RIOS
- H-142 — BARBOSA, J. S. de Castro. *Regularização dos cursos d'água*. Rio de Janeiro, Clube de Engenharia, 1914.
- H-142 — BAULIG, Henri. *Écoulement fluvial et démedation*. Paris, Librairie Arman Colin.
- H-142 — GANDOLFO, José S. *Estimacion de la evolucion del alveo de los rios*. La Plata, 1940. (Publicaciones de la Facultad de ciencias físico matemáticas).
- H-142 — *Instrução sobre o reconhecimento dos rios*. Traduzida do francês e aumentada pelo Dr. Pedro Torquato Xavier de Brito. Rio de Janeiro, tip. de Pinheiro & Cia., 1866.
- H-142 — LEIGHLY, John B. *Toward a theory of the morphologic significance of turbulence in the flow of water in streams*. Berkeley, University of California Press, 1932.
- CLIMATOLOGIA
- H-150 — BECKERT, Arnaldo Isidoro. *Irradiação do calor*. Tese. Curitiba, 1928.
- H-150 — *Codigos de Copenhague* (1929).
- H-150 — *Investigaciones meteorológicas*. Montevideo, 1938.
- H-150 — KNOCHE, Walter. *Ensayo de standardizacion de elementos meteorologicos, clima decimal*. La Plata, Instituto del museo de la universidad nacional de La Plata, 1941.
- H-150 — KNOCHE, Walter y BORSACOV, V. *Estudio comparativo de climas apropiados para el cultivo de la caña de azucar segun una nueva clasificacion climatica*. Tucuman, 1940. Boletín de la estacion experimental agricola de Tucuman.
- H-150 — KNOCHE, Walter. *The ice problem* — Washington, Smithsonian institution, 1941. Volume 99, number 22.
- H-150 — LEIGHLY, John B. *Graphic studies in climatology*. Berkeley, University of California Press, 1934.
- H-150 — LIAIS, Emmanuel. *Influence de la mer sur les climats*. Paris, Cherbourg, M. Bachelier, 1860.
- H-150 — MENESES, José Alfredo Mariz. *A distribuição climática e suas variações*. Tese. Recife, 1940.
- H-150 — MOURA, José Arandches de. *Estudos de climatologia*. A friagem. Belém. Gráfica Amazônia, 1928.
- H-150 — REISSIG, Anibal Ribeiro y BERGEIRO, José M. *Manual de instrucciones meteorológicas*. 2. ed., Montevideo, 1935.
- H-150 — *Tabela para conversão de milímetros em milibares*. Rio de Janeiro. Depart. de Aeronáutica Civil, Divisão de Meteorologia, 1938.
- H-150 — VIEIRA, Linneu M. *Elementos de meteorologia marítima*. Rio de Janeiro.
- GEOFISICA
- H-160 — SANCHEZ, Pedro C. *Las anomalías de la gravedad*. México, Instituto Panamericano de Geografía e História, publicacion n.º 5, 1932.
- H-160 — SANCHEZ, Pedro C. *Métodos geofísicos de prospección*. 2. ed., México, Instituto Panamericano de Geografía e História, publicacion n.º 10, 1938.
- H-160 — SOUZA, Henrique Capper Alves de. *Geofísica aplicada*. Rio de Janeiro, 1937.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário dos decretos-leis baixados no mês de agosto de 1943

Decreto-lei n.º 5 721 de 3 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 45 000,00 para despesas com os funcionários da Polícia Civil do Distrito Federal, designados para prestarem serviços no estrangeiro.

"Diário Oficial" de 5/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 722 de 3 de agosto de 1943 —
Revoga disposições de leis e regulamentos sobre concessão de passagens gratuitas pelos armadores e empresas de navegação.

"Diário Oficial" de 5/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 723 de 4 de agosto de 1943 —
Cria um Distrito do Departamento Nacional de Obras do Saneamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, em São Paulo, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 6/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 724 de 4 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 90 000 000,00 para pagamento de juros de "Obrigações de Guerra".

"Diário Oficial" de 6/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 725 de 5 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 19 500,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 7/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 726 de 5 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Educação o crédito especial de Cr\$ 11 903,20 para pagamento de gratificação adicional.

"Diário Oficial" de 7/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 727 de 5 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 50 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 7/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 728 de 5 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2 000 000,00 para a Coordenação da Mobilização Econômica.

"Diário Oficial" de 7/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 729 de 5 de agosto de 1943 —
Altera o Art. 4.º, § 26 do regulamento expedido com o decreto-lei n.º 739, de 24 de setembro de 1938, para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo.

"Diário Oficial" de 7/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 730 de 5 de agosto de 1943 —
Inclui a cédula de Cr\$ 500,00 entre as de que trata o decreto-lei n.º 4 791 de 5 de outubro de 1942, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 731 de 5 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 15 748,80 para pagamento de vantagem prevista no decreto-lei n.º 5 522 de 27 de maio de 1943.

"Diário Oficial" de 7/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 732 de 6 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 19 643,00 para pagamento da contribuição de vida em 1942 ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 9/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 733 de 6 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 31 200,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 9/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 734 de 6 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 500 000,00 para auxílio a II.ª Conferência Inter-Americana de Advogados.

"Diário Oficial" de 9/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 735 de 10 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$ 48 000,00 (quarenta e oito mil cruzelros), suplementar à verba que indica.

"Diário Oficial" de 12/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 736 de 10 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 280 000,00, para classificação de despeza.

"Diário Oficial" de 11/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 737 de 10 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 3 000 000,00 para construção de rodovia.

"Diário Oficial" de 12/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 738 de 10 de agosto de 1943 —
Autoriza a Comissão Executiva de Frutas a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil.

"Diário Oficial" de 12/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 739 de 11 de agosto de 1943 —
Modifica a disposição do art. 2 do decreto-lei
n.º 2 269 de 3 de maio de 1940.

"Diário Oficial" de 13/8/943.

Decreto-lei n.º 5 740 de 11 de agosto de 1943 —
Altera o decreto-lei n.º 3 937 de dezembro
de 1941, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 13/8/43.

Decreto-lei n.º 5 741 de 12 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito
especial de Cr\$ 62 032,80 para pagamento de
gratificação de representação.

"Diário Oficial" de 14/8/943.

Decreto-lei n.º 5 742 de 12 de agosto de 1943 —
Transfere, gratuitamente e sob condição ex-
pressa que cita, à Mitra Arquiepiscopal do
Rio de Janeiro a propriedade plena do imó-
vel que menciona, situado na Capital Fe-
deral e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 14/8/943.

Decreto-lei n.º 5 746 de 13 de agosto de 1943 —
Declara de utilidade pública a desapropria-
ção de imóvel que menciona, situado na
cidade de Diamantina, Estado de Minas
Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16/8/943.

Decreto-lei n.º 5 743 de 13 de agosto de 1943 —
Transfere de Caçapava para Baurú a sede
do 6.º Regimento de Infantaria.

"Diário Oficial" de 16/8/943.

Decreto-lei n.º 5 744 de 13 de agosto de 1943 —
Restabelece no Quadro Suplementar do Mi-
nistério da Guerra a carreira de Dactilógrafo
e altera a de igual denominação do Quadro
Permanente do mesmo Ministério.

"Diário Oficial" de 16/8/943.

Decreto-lei n.º 5 745 de 13 de agosto de 1943 —
Cria no Quadro Permanente do Ministério
da Marinha a carreira de Tecnologista, al-
tera a de Engenheiro do mesmo Quadro e
Ministério, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 16/8/943.

Decreto-lei n.º 5 747 de 13 de agosto de 1943 —
Cria uma coletoria federal no município de
Leopoldina, no Estado de Alagoas, e dá ou-
tras providências.

"Diário Oficial" de 16/8/943.

Decreto-lei n.º 5 748 de 13 de agosto de 1943 —
Cria uma coletoria federal no Município de
Inhumas, no Estado de Goiás, e dá outras
providências.

"Diário Oficial" de 18/8/943.

Decreto-lei n.º 5 749 de 16 de agosto de 1943 —
Altera a contagem de antiguidade de posto.

"Diário Oficial" de 18/8/943.

Decreto-lei n.º 5 750 de 16 de agosto de 1943 —
Dispensa as administrações de entidades
autárquicas instituídas pela União do re-
colhimento de que trata o art. 2.º do de-
creto-lei n.º 5 228 de 5 de fevereiro de 1943,
e, dá outras providências.

"Diário Oficial" de 18/8/943.

Decreto-lei n.º 5 751 de 16 de agosto de 1943 —
Autoriza a venda de bens e direitos que
na empresa Pirelli S.A., Companhia Indus-
trial Brasileira, com sede em São Paulo,
possui a empresa Pirelli Holding S.A., e dá
outras providências.

"Diário Oficial" de 18/8/943.

Decreto-lei n.º 5 752 de 17 de agosto de 1943 —
Altera sem aumento de despesa o atual or-
çamento do Ministério da Aeronáutica.

"Diário Oficial" de 19/8/943.

Decreto-lei n.º 5 753 de 17 de agosto de 1943 —
Reserva lote de terreno pertencente ao Do-
mínio da União no Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 19/8/943.

Decreto-lei n.º 5 754 de 17 de agosto de 1943 —
Determina a distribuição de crédito à Te-
souraria do Ministério da Educação e Saúde.

"Diário Oficial" de 2/9/943.

Decreto-lei n.º 5 755 de 17 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Educação e Saúde o
crédito especial de Cr\$ 3 573,20 para paga-
mento de gratificação de Magistério.

"Diário Oficial" de 19/8/943.

Decreto-lei n.º 5 756 de 18 de agosto de 1943 —
Suspende temporariamente as transferências
para a Reserva Remunerada de Oficiais do
Corpo de Fuzileiros Navais.

"Diário Oficial" de 20/8/943.

Decreto-lei n.º 5 757 de 18 de agosto de 1943 —
Reduz o interstício para a promoção dos
Capitães de Fragata Farmacêuticos do Corpo
de Saúde da Armada.

"Diário Oficial" de 20/8/943.

Decreto-lei n.º 5 758 de 19 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério das Relações Exteriores o
crédito especial de Cr\$ 343 685,00 para clas-
sificação de despesa.

"Diário Oficial" de 21/8/943.

Decreto-lei n.º 5 759 de 19 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério das Relações Exteriores o
crédito especial de Cr\$ 5 261 664,20 para pa-
gamento ao Lóide Brasileiro e dá outras
providências.

"Diário Oficial" de 21/8/943.

Decreto-lei n.º 5 760 de 19 de agosto de 1943 —
Autoriza a celebração de acordo com o
Abrigo Cristo Redentor, para a instituição
pela União Federal de uma fundação, e dá
outras providências.

"Diário Oficial" de 20/8/943.

Decreto-lei n.º 5 761 de 19 de agosto de 1943 —
Dispõe sobre a realização de um "Sweeps-
take" pela Associação Protetora do Turf de
Porto Alegre.

"Diário Oficial" de 21/8/943.

Decreto-lei n.º 5 762 de 19 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Fazenda o crédito
especial de Cr\$ 8 000 000,00 para pagamento
da 3.ª prestação de ações da Companhia
Vale do Rio Doce S. A.

"Diário Oficial" de 21/8/943.

Decreto-lei n.º 5 763 de 19 de agosto de 1943 —
Abre ao Ministério da Viação e Obras Pú-
blicas, o crédito suplementar de Cr\$ 50 000,00
à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 21/8/943.

Decreto-lei n.º 5 764 de 19 de agosto de 1943 — Dispõe sobre a situação contratual das empresas de energia elétrica e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 765 de 20 de agosto de 1943 — Prorroga a vigência do crédito especial aberto pelo decreto-lei n.º 5 036 de 4 de dezembro de 1942.

"Diário Oficial" de 23/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 766 de 20 de agosto de 1943 — Dá providências sobre a construção de silos por parte dos moinhos importadores de trigo, para beneficiamento em território nacional.

"Diário Oficial" de 23/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 767 de 23 de agosto de 1943 — Autoriza nova prorrogação do contrato de exploração do serviço da Loteria Federal.

"Diário Oficial" de 25/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 768 de 23 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Guerra o crédito de Cr\$ 2 400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros), suplementar à verba que indica.

"Diário Oficial" de 25/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 769 de 23 de agosto de 1943 — Cria o 14.º Batalhão de Engenharia com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba.

"Diário Oficial" de 25/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 770 de 23 de agosto de 1943 — Cria o 1.º Batalhão de Fronteira, com sede em Cascavel, Estado do Paraná.

"Diário Oficial" de 25/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 771 de 23 de agosto de 1943 — Autoriza o Prefeito do Distrito Federal, a realizar a permuta dos terrenos que menciona.

"Diário Oficial" de 25/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 772 de 24 de agosto de 1943 — Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários a custear até o prazo máximo de um ano, a internação em estabelecimentos especializados, dos seus assegurados, portadores de tuberculose pulmonar.

"Diário Oficial" de 26/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 773 de 24 de agosto de 1943 — Modifica dispositivos do decreto-lei n.º 4 352 de 1 de julho de 1943, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 25/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 774 de 24 de agosto de 1943 — Dispõe sobre a aposentadoria de Silvino Guimarães.

"Diário Oficial" de 24/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 775 de 26 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3 500 000,00 para despesas decorrentes da subscrição compulsória das Obrigações de Guerra.

"Diário Oficial" de 27/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 776 de 26 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1 400 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 28/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 777 de 26 de agosto de 1943 — Dispõe sobre as desapropriações e liquidações decorrentes da execução do decreto-lei n.º 4 807 de 7 de outubro de 1942, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 28/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 778 de 26 de agosto de 1943 — Abre ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o crédito suplementar de Cr\$ 3 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 28/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 779 de 26 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 350 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 28/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 780 de 27 de agosto de 1943 — Dispensa a exigência do "lôte corrido" no financiamento do algodão.

"Diário Oficial" de 30/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 781 de 27 de agosto de 1943 — Derroga o decreto-lei n.º 5 751 de 16 de agosto de 1943.

"Diário Oficial" de 30/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 782 de 30 de agosto de 1943 — Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente ou qualquer outro ato de guerra ou de agressão à soberania nacional.

"Diário Oficial" de 1/9/1943.

Decreto-lei n.º 5 783 de 30 de agosto de 1943 — Altera as carreiras de Maquinista Marítimo e Motorista do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.

"Diário Oficial" de 1/9/1943.

Decreto-lei n.º 5 784 de 30 de agosto de 1943 — Incorporação da E. F. Maricá à E. F. Central do Brasil.

"Diário Oficial" de 3/8/1943.

Decreto-lei n.º 5 785 de 30 de agosto de 1943 — Altera os padrões de vencimento dos cargos de Tesoureiro e ajudante de Tesoureiro dos Diretórios Regionais dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul e do Paraná, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 1/9/1943.

Decreto-lei n.º 5 786 de 30 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 10 000 000,00 à verba que especifica.

"Diário Oficial" de 1/9/1943.

Decreto-lei n.º 5 787 de 30 de agosto de 1943 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 26 400,00.

"Diário Oficial" de 1/9/1943.

Decreto-lei n.º 5 788 de 30 de agosto de 1943 — Dispõe sobre a vigência dos créditos extraordinários.

"Diário Oficial" de 3/9/1943.

Íntegra da legislação de interêsse geográfico

Decretos-leis

Decreto-lei n.º 5 792, de 2 de setembro de 1943

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 100 000,00 para as despesas com a Missão confiada ao Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100 000,00), que será distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da Missão confiada ao Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, relacionada com a execução do "Protocolo de Paz, Amizade e Limite", entre as Repúblicas do Equador e do Perú.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

(D.O. 6-9-943)

★

Decreto-lei n.º 5 801, de 8 de setembro de 1943

Considera de interêsse militar a Expedição Roncador-Xingú

O Presidente da República, em face da Exposição de Motivos apresentada pelo Ministro de Estado da Guerra e considerando a elevada finalidade com que foi organizada a Expedição Roncador-Xingú, decreta:

Artigo único. É considerada de interêsse militar, para fins de direito, a Expedição Roncador-Xingú, organizada pela Coordenação da Mobilização Econômica.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

M. J. Pinto Guedes.

(D.O. 10-9-943)

★

*** Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943**

Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porá e do Iguassú.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos termos do artigo 6.º da Constituição, decreta:

Art. 1.º São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porá e do Iguassú.

§ 1.º O Território do Amapá terá os seguintes limites:

— a Noroeste e Norte, pela linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa;

— a Nordeste e Leste com o Oceano atlântico;

— a Sueste e Sul, o canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até à foz do rio Jarí;

— a Sudoeste e Oeste, o rio Jarí, da sua foz até às cabeceiras na Serra do Tumucumaque.

§ 2.º O Território do Rio Branco terá os seguintes limites:

— a Noroeste, Norte Nordeste e Leste, pelos limites com a República da Venezuela e Guiana Inglesa;

— a Sueste e Sul, pelo rio Anauá, até sua foz no rio Branco, e por este à sua confluência com o rio Negro;

— a Sudoeste, subindo pelo rio Negro da foz do rio Branco até à foz do rio Paduari e por este até à foz do rio Marari e subindo às suas cabeceiras na serra do Tapirapecó.

§ 3.º O Território do Guaporé terá os seguintes limites:

— a Noroeste, pelo rio Ituxí até à sua foz no rio Purús e por este descendo até à foz do rio Mucum;

— a Nordeste, Leste e Sueste, o rio Mucum, da sua foz no rio Purús até o paralelo que passa pela nascente do Igarapé, Cuniã, continua pelo referido paralelo até alcançar a cabeceira do Igarapé Cuniã, descendo por este até a sua confluência com o rio Madeira, e por este abaixo até à foz do rio Gi-Paraná (ou Machado) subindo até à foz do rio Comemoração ou Floriano, prossegue subindo por este à sua nascente, daí segue pelo divisor de águas do planalto de Vilhena, contornando-o até à nascente do rio Cabixí e descendo pelo mesmo até à foz no rio Guaporé;

— ao Sul, Sudoeste, e Oeste, pelos limites com a República da Bolívia, desde a confluência do rio Cabixí no rio Guaporé, até o limite

* Publicado no "Diário Oficial de 15-9-943 e reproduzido em 27-9-943, por ter saído com incorreções.

entre o Território do Acre e o Estado do Amazonas, por cuja linha limítrofe continua até encontrar a margem direita do rio Ituxi ou Iquiri.

§ 4.º O Território de Ponta Porã terá os seguintes limites:

— a Oeste e Noroeste, pelo rio Paraguai desde a foz do rio Apa até a foz do rio Miranda;

— a Noroeste, Leste e Sueste, pelo rio Miranda, desde a sua foz no Paraguai, até a foz do rio Nioaque, subindo por este até a foz do córrego Jacarezinho, segue subindo por este até a sua nascente e daí em linha reta e seca, atravessa o divisor de águas entre o Nioaque e Carandá até a nascente do córrego Laranjeira, desce por este até a sua foz no rio Carandá, continua descendo por este até a foz no rio Taquarussu, prossegue até a foz do ribeirão, Corumbá, sobe por este até a foz do rio Cangalha, subindo até a sua nascente, daí segue pelo divisor de águas até a nascente do rio Brilhante, desce por este a sua foz no rio Ivinhema, continua por este abaixo até a sua foz no rio Paraná, descendo por este até a fronteira com o Paraguai, na serra do Maracajú;

— ao Sul e Sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até a foz do rio Apa.

§ 5.º O Território do Iguassú terá os seguintes limites:

— ao Norte, Nordeste, Leste e Sueste, o rio Ivaí desde a sua foz no Paraná até a confluência do rio Tapiracui, subindo por este até a foz do arrôio Saltinho e por este até às suas cabeceiras, daí numa linha reta e seca até às nascentes do rio d'Areia descendo por este até sua foz no rio Pequiri, subindo por este até a foz do rio Casado e subindo por este até as suas nascentes e daí, por uma linha reta e seca até às cabeceiras do rio Guarani, descendo por este até a sua confluência no rio Iguassú, sobe por este até a foz do rio Butiá, sobe pelo rio Butiá, até às suas nascentes, de onde segue em linha reta até às cabeceiras do lajeado Rancho Grande, descendo por este até a sua foz no rio Chopin, descendo até a foz do rio das Lontras e subindo por este até às suas nascentes no morro da Balisa, no divisor de águas, entre os rios Uruguai e Iguassú, pelo qual divisor prossegue até encontrar as nascentes do lajeado Santa Rosa, descendo por este até a sua foz no Chapecó, ainda subindo por este até a foz do lajeado Norte, pelo qual sobe até às suas nascentes e daí às cabeceiras do lajeado Tigre e por este abaixo até sua foz no rio Chapecózinho, descendo por este até a foz do lajeado Paulo e subindo pelo lajeado Paulo às suas cabeceiras, daí em linha reta às cabeceiras do lajeado Torto, por este até a confluência no rio Ressaca, descendo por este até a sua foz no rio Irani e descendo por este até sua foz no rio Uruguai;

— ao Sul, o rio Uruguai, da foz do rio Irani até a foz do rio Peperiguassú, nos limites com a República Argentina;

— a Sudoeste, Oeste e Noroeste, a linha internacional com as Repúblicas da Argentina e do Paraguai.

Art. 2.º Passam para o Domínio da União os bens que, pertencendo aos Estados ou Municípios na forma da Constituição e das leis em vigor, se acham situados nos Territórios delimitados no artigo precedente.

Art. 3.º A administração dos Territórios federais, ora criados, será regulada por lei especial.

Art. 4.º O presente decreto-lei entra em vigor a 1 de outubro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.
M. J. Pinto Guedes.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.
Osvaldo Aranha.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
Joaquim Pedro Salgado Filho

(D.O. 27-9-943)

★

Decreto-lei n.º 5 828, de 16 de setembro de 1943

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 2 000 000,00 para auxílio aos "Fundos Universitários de Pesquisas", da Universidade de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2 000 000,00) para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o pagamento do auxílio especial concedido aos "Fundos Universitários de Pesquisas", da Universidade de São Paulo.

Art. 2.º Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Gustavo Capanema.
A. de Sousa Costa.

(Diário Oficial 18-9-943)

★

Decreto-lei n.º 5 839, de 21 de setembro de 1943

Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazú.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os Territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazú, criados pelo decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, e com os limites estabelecidos no mesmo, terão a seguinte divisão:

a) O Território do Amapá será dividido em três Municípios, com as denominações de Amapá, Macapá e Mazagão, compreendendo o primeiro todo o Município de igual nome, que pertenciam ao Estado do Pará; o segundo, parte do Município do mesmo nome, daquele Estado; e o terceiro parte dos Municípios de Mazagão e Almeirim, que pertenciam ao Estado acima referido;

b) O Território do Rio Branco será dividido em dois Municípios, com as denominações de Boa Vista e Cairuani, compreendendo o primeiro a área do Município de igual nome, que pertenciam ao Estado do Amazonas, e a parte do Município de Moura, do mesmo Estado, situada à margem direita do rio Anauá, e o segundo a parte do mesmo Município de Moura, situada à margem direita do rio Branco, e a parte do

Município de Barcelos, também do mesmo Estado, situada à margem esquerda do rio Negro;

c) O Território de Guaporé será dividido em quatro Municípios, com as denominações de Lábrea, Pôrto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim; o primeiro compreenderá parte dos Municípios de Lábrea e de Canutama, do Estado do Amazonas; o segundo a área do Município de Pôrto Velho, que pertencia ao mesmo Estado; o terceiro parte do Município de Alto Madeira, do Estado de Mato Grosso; o quarto a área do Município de Guajará-Mirim e parte do Município de Mato-Grosso, que pertenciam ao último Estado acima referido;

d) O Território de Ponta Porá será dividido em sete Municípios, com as denominações de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porá, Dourados, Maracajú, Bonito e Pôrto Esperança; cada um dos quatro primeiros compreenderá a área do Município de igual nome que pertencia ao Estado de Mato Grosso; o quinto compreenderá parte dos Municípios de Maracajú e Nioaque, do mesmo Estado; o sexto compreenderá parte do Município de Miranda e o sétimo parte do Município de Corumbá, ambos do mesmo Estado;

e) O Território do Iguassú será dividido em quatro municípios, com as denominações de Foz de Iguassú, Clevelândia, Mangueirinha e Xaçepé; o primeiro compreenderá a área do Município de igual nome, que pertencia ao Estado do Paraná e parte do Município de Guapuva, do mesmo Estado; o segundo compreenderá a área do Município de igual nome, que pertencia ao mesmo Estado; o terceiro compreenderá parte do Município de Palmas, do mesmo Estado; o quarto compreenderá parte do Município de igual nome, do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Governador de cada Território, no prazo de seis meses, contado da respectiva posse, elaborará, de acordo com as instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o plano do novo quadro territorial respectivo, a ser fixado pelo Governo Federal (art. 16, § 1.º, do decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938).

Art. 2.º A Capital do Território do Amapá será a cidade de igual nome; a do Território do Rio Branco, a cidade de Boa Vista; e do Território do Guaporé, a cidade de Pôrto Velho; a do Território de Ponta Porá, a cidade de igual nome; a do Território do Iguassú, a cidade de igual nome.

Art. 3.º Cada Território será administrado por um Governador, brasileiro nato, maior de 25 anos, de livre nomeação e demissão do Presidente da República.

§ 1.º O Governador tomará posse perante o Ministro da Justiça e Negócios Interiores; em caso de urgência, e por delegação expressa deste, perante o Juiz de Direito da Comarca da Capital do Território.

§ 2.º O Governador será auxiliado por um Secretário Geral, de nomeação do Presidente da República, e que o substituirá nos seus impedimentos.

Art. 4.º Ao Governador compete:

I — praticar os atos necessários à administração e representação do Território e à guarda da Constituição e das leis;

II — cumprir e fazer cumprir as leis, atos e decisões do Governo da União, expedindo para esse fim regulamentos e instruções;

III — executar o orçamento do Território;

IV — executar e fazer executar as ordens e sentenças judiciais e prestar às autoridades Judiciais o auxílio necessário ao cumprimento de suas decisões;

V — organizar os serviços públicos territoriais, dentro dos créditos consignados em orçamentos e de acordo com o disposto para os serviços da União, no que for aplicável;

VI — fiscalizar os serviços executados diretamente pelo Governo Federal e representar sobre as suas necessidades e as irregularidades que verificar.

VII — expedir decretos, regulamentos, instruções e demais atos relativos à administração do Território;

VIII — nomear e demitir os Prefeitos dos Municípios;

IX — nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar funcionários ou autoridades do Território, quando os respectivos cargos e empregos não forem de nomeação do Governo Federal ou Municipal, e impor-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis;

X — prover a organização de uma guarda territorial, que será civil.

XI — autorizar a admissão de extranumerários para os serviços públicos do Território;

XII — prover, interinamente, os cargos de nomeação do Presidente da República, exceto os da magistratura, e licenciar, até trinta dias, os respectivos funcionários;

XIII — conceder e solicitar a extradição de criminosos;

XIV — aprovar os projetos de decretos-leis que devam ser baixados pelos Prefeitos;

XV — organizar anualmente o projeto do orçamento para o Território e encaminhá-lo, até 31 de março, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores;

XVI — apresentar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, um relatório anual de sua gestão.

Parágrafo único. O Governador comunicará diretamente com os Ministros de Estado e outras autoridades sobre os assuntos referentes ao Território.

Art. 5.º São crimes de responsabilidade do Governador:

I — os atos que atentarem contra:

a) a existência da União;

b) a Constituição;

c) a execução das leis e tratados federais;

d) a execução das decisões judiciais;

e) a boa arrecadação dos impostos e taxas;

f) a probidade administrativa, a guarda e o emprego dos dinheiros públicos.

II — a omissão de providências determinadas pelas leis ou tratados federais, ou necessárias à sua execução, dentro dos prazos fixados.

Art. 6.º O Governador será processado e julgado nos crimes comuns e de responsabilidade pelo Tribunal de Apelação do Distrito Federal (Código Proc. Penal, Livro II, Tit. III), importando sempre a sentença condenatória a perda do cargo e a inhabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de 2 a 10 anos.

Art. 7.º Cada Município será administrado por um Prefeito, brasileiro nato, maior de 21 anos e menor de 68, de livre nomeação e demissão do Governador.

Art. 8.º Aos Municípios, além das atribuições que lhes são atribuídas pelo art. 23, § 2.º, da Constituição, e das que lhes forem transferidas pela União, cabem:

I — o imposto de licenças;

II — o imposto predial e o territorial urbano;

III — os impostos sobre diversões públicas;

IV — as taxas de serviços municipais.

Art. 9.º Compete ao Prefeito:

I — elaborar os projetos de decretos-leis nas matérias de competência do Município e sancioná-los depois de aprovados pelo Governador;

II — expedir decretos-leis, independentemente da aprovação prévia do Governador, em caso de calamidade ou necessidade de ordem pública, sujeitando a *posteriori* o seu ato à aprovação do Governador;

III — expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e à administração do Município;

IV — organizar, de acordo com as normas funcionais e de contabilidade estabelecidas pela União para os Estados e Municípios, o projeto do orçamento do Município, e sancioná-lo depois de revisto pelo Governador;

V — nomear, aposentar pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários e admitir e dispensar extranumerários municipais, impôr-lhes penas disciplinares, respeitado o disposto na Constituição e nas leis;

VI — organizar os serviços públicos municipais e praticar todos os atos necessários à administração do Município e à sua representação.

Art. 10. Passarão para a jurisdição da União em 1 de janeiro de 1944 os serviços estaduais compreendidos nos Territórios. Até essa data é assegurada aos Estados a percepção dos respectivos tributos, dentro das circunscrições territoriais que lhes pertenciam, continuando a cargo dos mesmos a despesa com a manutenção dos serviços.

Parágrafo único. Os serviços públicos dos Municípios que foram desmembrados continuarão a ser executados sem solução de continuidade até 1 de janeiro de 1944, cabendo às respectivas autoridades cobrar os tributos devidos e efetuar os pagamentos necessários à manutenção dos serviços.

Art. 11. As autoridades judiciárias, os serventuários da justiça e os funcionários estaduais que se achem em exercício nas zonas compreendidas pelos Territórios serão mantidos em seus cargos e funções, enquanto não forem aproveitados na nova organização, com os direitos de que gozarem, de acordo com a respectiva legislação estadual. Os que não forem aproveitados serão postos em disponibilidade na forma da lei.

Parágrafo único. O mesmo se verificará com relação aos funcionários dos Municípios que forem desmembrados.

Art. 12. Ficam mantidas a competência e a jurisdição das autoridades judiciárias e do trabalho em exercício nas partes dos Estados que passaram a constituir Territórios. A partir de 1 de janeiro de 1944, os recursos das decisões das autoridades judiciárias serão interpostos para o Tribunal de Apelação do Distrito Federal; os recursos das decisões da Justiça do Trabalho serão interpostos para o Conselho Regional do Trabalho da 1.ª Região. Até a referida data, ficará mantida a competência dos Tribunais de Apelação e Conselhos de Trabalho a que estavam subordinadas as áreas desmembradas dos Estados.

Art. 13. Serão transferidos à União, a partir de 1 de janeiro de 1944, os tributos e as rendas devidos aos Estados nas partes destes que passaram a constituir Territórios.

Art. 14. Em cada Território será localizada, pelo menos, uma unidade de tropa do Exército, que será posta à disposição do Governador, para auxiliá-lo na manutenção da ordem.

Art. 15. Os brasileiros e os estrangeiros naturalizados há menos de 10 anos, que sejam foneiros, arrendatários, concessionários, possuidores ou detentores, ou que se julgarem com direito a qualquer porção de terras dentro dos limites de cada Território, ou à sua utilização, ficam obrigados a exibir os títulos em que fundam o seu direito a uma das comissões especiais que, para esse fim, serão constituídas pelo Governador.

Parágrafo único. Essas comissões examinarão os títulos apresentados e decidirão quanto à sua legitimidade, sem prejuízo das disposi-

ções especiais relativas à faixa de fronteiras. A apreciação dos títulos e a execução das decisões, bem como as ações que eventualmente delas decorrerem obedecerão ao disposto no decreto-lei n.º 893, de 27 de novembro de 1938, que será observado no que for aplicável.

Art. 16. Aos militares que forem mandados servir na administração dos Territórios serão concedidas as vantagens asseguradas por lei ao exercício da comissão militar nas regiões de fronteira; garantidas as mesmas vantagens aos funcionários pertencentes a outros quadros da administração federal.

Art. 17. Dentro do prazo de 90 dias, a contar de sua posse, o primeiro Governador de cada Território deverá apresentar um plano de organização administrativa do mesmo e dos cargos a serem criados, tendo em vista a possibilidade de serem exercidas por um só funcionário ou repartição, dentro de cada Município, Distrito ou zona, todas as atribuições de natureza administrativa, fiscal, policial ou trabalhista.

Art. 18. Ficam criados no quadro permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores cinco cargos, em comissão, de Governador de Território, padrão T, e cinco cargos, em comissão, de Secretário Geral, padrão P.

Art. 19. Os créditos orçamentários e adicionais destinados à administração de cada Território serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, distribuídos ao Tesouro Nacional e postos, em sua totalidade, no Banco do Brasil, à disposição do respectivo Governador.

§ 1.º O Governador poderá retirar mensalmente as importâncias que forem necessárias até atingir o duodécimo do crédito anual concedido, aumentado do saldo dos duodécimos anteriores do mesmo exercício.

§ 2.º No caso de substituição do Governador, dentro de um exercício o Governador que deixar o cargo deverá entregar ao seu substituto a comprovação dos adiantamentos recebidos e os saldos existentes, mediante recibo, cuja primeira via ficará junta ao processo. A comprovação das despesas que efetuar com os recursos recebidos de seu antecessor, o novo Governador anexará as contas prestadas por aquele.

Art. 20. No corrente exercício, serão entregues a cada Governador, na forma prevista no art. 19, para as despesas de instalação, pessoal e material, as importâncias cujo recebimento seja autorizado pelo Presidente da República.

Art. 21. Aplicam-se aos Territórios, no que couber, os decretos-leis ns. 1 202, de 8 de abril de 1939, especialmente o disposto nos arts. 8.º, 19, 22, 33, 35 e 44; 1 804, de 24 de novembro de 1931; 2 416, de 17 de julho de 1940; 2 681, de 7 de outubro de 1940; 3 070, de 20 de fevereiro de 1941.

Art. 22. Continuam em vigor, nas zonas constituídas pelos Territórios, as leis, os decretos, os regulamentos, as posturas, as resoluções e decisões dos Governos dos Estados e dos Municípios a que as mesmas pertenciam, em tudo o que não for contrário à Constituição e às leis federais, até que sejam revogadas por quem de direito.

Art. 23. A despesa com a execução desta lei correrá por conta da verba n.º 3 — Serviços e Encargos — Consignação I — Diversos — Sub- Consignação 38 — Territórios Federais, 01 — Gabinete do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Orçamento Geral da República em vigor.

Art. 24. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores dará as instruções que forem necessárias para a execução desta lei.

Art. 25. A presente lei entrará em vigor no dia 1 de outubro de 1943, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alexandre Marcondes Filho.
A. de Sousa Costa.
M. J. Pinto Guedes
Henrique A. Guilhem
João de Mendonça Lima.
Oswaldo Aranha
Apolônio Sales
Gustavo Capanema
Joaquim P. Salgado Filho.

(D.O. 29-9-943)

★

Decreto-lei n.º 5 842, de 22 de setembro de 1943

Abre ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica os créditos que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam abertos, ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Anexo 8 do Orçamento Geral da União para 1943), os créditos de Cr\$ 23 975,00 (vinte e três mil novecentos e setenta e cinco cruzeiros) e Cr\$ 2 362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos) suplementares, respectivamente, às subconsignações 05 — mensalistas e 06 — diaristas, da Consignação II — Pessoal Extranumerário, da Verba 1 — Pessoal.

Art. 2.º Fica aberto, ao mesmo Conselho, o crédito especial de Cr\$ 78 750,00 (setenta e oito mil setecentos e cinquenta cruzeiros) para atender à despesa, no período de 15 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, com a admissão de pessoal extranumerário-contratado.

Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

A. de Sousa Costa.

(D.O. 24-9-943)

★

Decreto-lei n.º 5 843, de 22 de setembro de 1943

Eleva os padrões de vencimentos de dois cargos de Assistente, em comissão, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam elevados, de L para M e de K para L, os padrões de vencimento de dois cargos de Assistente, em comissão, do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 2.º Para atender, no período de 15 de setembro a 31 de dezembro do corrente ano, à despesa com a execução deste decreto-lei, fica aberto, ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (Anexo 8 do Orçamento Geral da União para 1943) o crédito de Cr\$ 2 800,00 (dois mil e oitocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

A. de Sousa Costa.

(D.O. 24-9-943)

★

Decreto-lei n.º 5 856, de 27 de setembro de 1943

Aprova o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943.

O Presidente da República, nos termos do artigo 180 da Constituição:

Resolve aprovar o Convênio entre o Brasil e o Paraguai para o Fomento do Turismo e concessão de facilidades para a entrada nos respectivos territórios, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1943.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Aranha

(D.O. 29-9-943)

N.R. — O texto do Convênio está publicado na mesma edição do Diário Oficial)

★

Decreto-lei n.º 5 862, de 30 de setembro de 1943

Dispõe sobre fiscalização e garimpagem nas regiões produtoras de borracha do Estado de Mato Grosso

O Presidente da República, usando da atribuição, que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Dentro da zona que a seguir se limita, no território do Estado de Mato Grosso, somente se permitirá a fiscalização e garimpagem durante o primeiro trimestre de cada ano: ao Norte, pelas divisas com os Estados do Amazonas e do Pará; a Oeste, pelos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e a linha divisória com a Bolívia até o marco da Boa Vista; ao Sul, a partir desse marco e pelo espigão divisor das águas dos rios Guaporé e Jaurú, até a nascente do rio Piquiri e desse ponto pelo espigão divisor das águas dos rios Paraguai e Cuiabá até a cabeceira mais oriental do rio Paranatinga; a Leste, pelo espigão divisor dos rios Teles Pires e Xingú, desde a cabeceira do rio Paranatinga até a linha divisória com o Estado do Pará.

Art. 2.º Os infratores da norma contida no artigo anterior serão punidos com as penas cominadas no art. 2.º do decreto-lei n.º 869, de 18 de novembro de 1938, e processados pela forma indicada no art. 6.º do mesmo decreto-lei.

Art. 3.º Compete ao Governo do Estado de Mato Grosso fiscalizar o cumprimento deste decreto-lei.

Art. 4.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

A. de Sousa Costa.

Alexandre Marcondes Filho.

(D.O. 2-10-943)

★

Decretos

Decreto n.º 13 136, de 9 de agosto de 1943

Altera a Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da relação anexa, a Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º A despesa, no presente exercício, com a execução deste decreto, na importância de Cr\$ 30 600,00, (trinta mil e seiscentos cruzeiros) anuais, correrá à conta de destaque da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 08 — Novas Admissões etc., do orçamento vigente do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Apolônio Sales.

(D.O. 11-8-943)

★

Decreto n.º 13 315, de 2 de setembro de 1943

Aprova e manda executar o Regulamento do Serviço de Documentação da Marinha

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 24, letra a, da Constituição, declara:

Art. 1.º Fica aprovado e é mandado executar o Regulamento do Serviço de Documentação da Marinha (S.D.M.), que, assinado pelo Ministro de Estado da Marinha, com este baixa.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

GETÚLIO VARGAS

Henrique A. Guilhem.

(D.O. 6-9-943)

(N.R. — O Regulamento a que se refere o Decreto acima está publicado na mesma edição do Diário Oficial)

Decreto n.º 13 333, de 3 de setembro de 1943

Aprova o Regimento da Comissão Nacional do Gasogênio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74 letra a, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento da Comissão Nacional do Gasogênio, que com este baixa, assinado pelo ministro de Estado da Agricultura.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Apolônio Sales.

(D.O. 8-9-943)

(N.R. — O Regimento a que se refere o Decreto supra está publicado na mesma edição do Diário Oficial).

★

Decreto n.º 13 335, de 6 de setembro de 1943

Declara de utilidade pública uma faixa de terra no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, alínea a, da Constituição, e de acordo com os arts. 5.º, alínea d, e 15, do decreto-lei n.º 3 365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Artigo único. É de utilidade pública, para desapropriação urgente pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, uma faixa de terra de 50 (cinquenta) metros de largura, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, necessária à conservação das obras de endicamento do rio Paraíba, considerado o referido dique como eixo da faixa, segundo a orientação do respectivo traçado, entre Campos e Itererê, conforme indica a planta que com este baixa, em cinco vias rubricadas pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João de Mendonça Lima.

(D.O. 6-9-943)

★

ATOS DIVERSOS

Presidência da República

COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

Portaria n.º 127, de 3 de setembro de 1943

Estabelece aos comerciantes de quartzo (cristal de rocha), existentes no Distrito Federal e municípios circunvizinhos a obrigação de fazerem declaração de estoque.

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, e

Considerando a conveniência e necessidade de se conhecer com todo rigor o verdadeiro estoque de quartzo (cristal de rocha) existente no Distrito Federal e arredores, resolve:

I — Todos os possuidores ou detentores de estoques ou partidas de quartzo (cristal de rocha) existentes no Distrito Federal e municípios circunvizinhos, sejam indivíduos, sejam firmas, são obrigados a apresentar ao Delegado do Coordenador da Mobilização Econômica junto ao comércio dessa matéria prima à rua Senhor dos Passos, 135, 2.º andar, dentro do prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, con-

tado da data da publicação desta no *Diário Oficial*, uma relação completa de seu respectivo estoque, nessa data, sob pena de serem o mesmo apreendido, em conformidade com o disposto no art. 6.º do decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, e demais leis em vigor;

II — Das relações em questão, deve constar a distribuição das pedras pelos diferentes agrupamentos de pesos unitários e, se possível, sua respectiva classificação nos termos da portaria n.º 74, desta Coordenação;

III — As relações supra devem ser apresentadas em duas vias, uma das quais será devolvida ao declarante devidamente visada, e servirá, a qualquer tempo, de comprovante de sua declaração à Coordenação;

IV — A partir da data da publicação desta Portaria, e ressalvados os estoques declarados em conformidade com os itens anteriores, toda partida de quartzo (cristal de rocha) que der entrada no Distrito Federal deve ser imediatamente declarada ao Delegado do Coordenador sob pena de apreensão e consequente confisco;

V — Nos 3 (três) primeiros dias de cada mês os que comerciarem em quartzo (cristal de rocha), sejam indivíduos, sejam firmas, devem apresentar ao Delegado do Coordenador um resumo do seu movimento no mês anterior, contendo explicitamente, material entrado, vendido e o que ficou em estoque;

VI — Qualquer partida de quartzo sem as características acima será imediatamente apreendida, cominando seu possuidor ou detentor nas penas do art. 6.º do decreto-lei n.º 4 750, de 28 de setembro de 1942, e demais dispositivos legais em vigor. — *João Alberto*.

(D.O. 6-9-943)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Exposição de motivos

G. M. 983 — Em 27 de Julho de 1943

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

O Departamento Nacional da Produção Mineral, deste Ministério, tem instalado em Campina Grande, Estado da Paraíba, o Distrito do Centro, que vem prestando relevantes serviços aos trabalhos de mineração no Nordeste que, como é do conhecimento de Vossa Excelência, têm sido ultimamente um grande incremento.

De acordo com as determinações constantes de minha Exposição de Motivos n.º 509, deste ano, já aprovada por Vossa Excelência, a exportação dos minerais estratégicos de alto valor produzidos naquela região, será controlada pelo citado Distrito, sendo que a ele caberá a responsabilidade das análises de tatalita, que servirão de base aos contratos de venda desse material.

Para que possa ser desempenhado eficientemente esse trabalho, é indispensável que sejam ampliadas as instalações da sede daquele Distrito, inclusive as do laboratório a ele anexo e o seu aparelhamento.

Solicito, assim, autorização de Vossa Excelência para que da verba de Cr\$ 3 000 000,00 destinada, no Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, ao Departamento Nacional da Produção Mineral deste Ministério, para trabalhos de carvão nos Estados do Piauí e do Paraná, seja destacada a importância de Cr\$ 300 000,00, para aquele fim.

Esse destaque não traz inconvenientes aos serviços de pesquisa de carvão, visto como aquela importância ainda não foi entregue ao Depar-

tamento, não havendo, pois, tempo de gastá-la integralmente naqueles serviços no corrente exercício.

Ao contrário disso o laboratório de Campina Grande, assim como os demais serviços ali instalados, poderão prestar apreciável cooperação aos trabalhos de pesquisa de carvão no Piauí, dada a maior proximidade a que ficam de Campina Grande, considerados em relação a esta Capital.

Uma vez autorizado por Vossa Excelência o destaque pedido, será organizado o projeto das obras a serem realizadas.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Apolônio Sales*.

(D.O. 28-9-943)



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de motivos

N.º 1 369 — Gabinete Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

1. Solicita o Sr. ministro da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 200 000,00 para ocorrer às despesas com o desenvolvimento dos trabalhos de piscicultura a cargo do Museu Goeldi, do Estado do Pará.

2. Conforme esclarece a exposição ministerial, foi estudada por determinação de Vossa Excelência a melhor maneira de se levar o auxílio federal àquela instituição científica no sentido de obter-se a ampliação de seus trabalhos.

3. Como resultado desses estudos, chegou-se à conclusão que se faz mister a desobstrução de duas lagoas, cujas despesas foram estimadas em cerca de Cr\$ 450 000,00.

4. Daí a providência em exame, salientando ainda o Sr. ministro da Agricultura que deverá ficar entendido desde já, caso Vossa Excelência concorde, que a parcela restante, de Cr\$ 250 000,00, será incluída no próximo orçamento.

5. O assunto foi examinado pela Contadoria Geral da República, que, em face dos compromissos já assumidos pelo Tesouro, sugeriu ficasse o pedido para ser considerado integralmente na proposta orçamentária para 1944.

6. Estando de acordo com esse parecer, cumpre-me opinar:

a) contrariamente à abertura do crédito solicitado; e,

b) seja autorizada a inclusão no Orçamento para 1944 da verba necessária à realização das despesas em apreço, até o máximo de Cr\$ 450 000,00 e segundo os detalhes da estimativa, a serem presentes à Comissão de Orçamento.

7. Vossa Excelência, todavia, dignar-se-á de resolver como julgar mais acertado.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1943. — *A. de Sousa Costa*.

Aprovado. Em 4-8-943. — *G. VARGAS*.

(D.O. 3-9-943)



DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

Portaria n.º 50, de agosto de 1943

O chefe do Serviço Regional da Diretoria do Domínio da União no Distrito Federal, para o cumprimento do disposto no art. 3.º e seu § 2.º, do decreto-lei n.º 4 120, de 21 de fevereiro de 1942, e art. 1.º do decreto-lei número 5 666, de 15 de julho de 1943, recomenda:

a) Na determinação da linha básica das marinhas serão utilizadas as plantas cadastrais da Prefeitura do Distrito Federal.

b) Essa determinação será feita à vista de documentos-plantas, perfis e demais pontos de referência — de autenticidade ou procedência irrecusáveis, relativos ao ano de 1831, ou, quando não obtidos, os da época que do mesmo mais se aproximem, chegando até a dos nossos dias, (§ 1.º do art. 29 do decreto-lei n.º 3 438, de 17-7-41; § 3.º do art. do decreto-lei n.º 4 120, de 21-2-42; art. 1.º do decreto-lei n.º 5 666, de 15-7-43).

c) Na realização do trabalho — posição da linha do preamar máximo atual — serão os elementos de amplitude total, deduzidos pela análise harmônica, de acordo com as observações e previsões de marés, feitas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação consoante informações e dados pelo mesmo fornecidos (§ 2.º do art. 3.º do decreto-lei n.º 4 120, de 21-2-42. Processos ns. 59 247, de 1943; 66 692-43; 67 702-43), assim especificados:

1. No litoral dentro da baía de Guanabara poderá ser adotado o seguinte valor médio, tendo em vista as variações observadas ao longo do contorno desse litoral e das ilhas: Amplitude máxima mais 2,40m — cota do preamar máximo, referido no R.N. da Prefeitura do Distrito Federal mais 1,20m — Cota do preamar máximo, referido ao zero hidrográfico do porto do Rio de Janeiro (Doca da Alfândega) mais 2,40 m.

2. Fora da barra, abrangendo o litoral de Copacabana e Leblon, o dado de observação de maré mais próximo é o de Imbuí, que fornece os seguintes elementos: Amplitude máxima mais 2,142 m. — Cota do preamar máximo referido ao R.N. da Prefeitura do Distrito Federal mais 1,071m. — Cota do preamar máximo, referido ao zero hidrográfico do porto do Rio de Janeiro (Doca da Alfândega) mais 2,271m.

3. Em Sepetiba, cuja observação pode ser estendida ao contorno do litoral da enseada protegida pela restinga de Marambáia, a análise harmônica fornece os seguintes elementos: Amplitude máxima mais 1,73m. — Cota do preamar máximo, referido ao R.N. adotado pela Escola de Geógrafos do Exército mais 0,87m.

4. Em Guaratiba, a amplitude máxima observada deve ser compreendida entre as observadas em Sepetiba e ao longo do litoral oceânico; podendo, entretanto, ser aproveitada, para Guaratiba, a amplitude máxima referente à praia de Sepetiba mais 1,73m., próxima daquela.

5. O zero adotado pela Prefeitura do Distrito Federal está colocado a mais 1,20m, sobre o zero hidrográfico do porto do Rio de Janeiro, que é o nível *minimum minimorum*, calculado pela análise harmônica.

6. A cota do capeamento do cais do porto do Rio de Janeiro se encontra a mais 3,60m, sobre o zero hidrográfico do porto.

7. Para a ilha de Paqueta, dentro da baía de Guanabara, poderá ser adotado o seguinte valor médio mais 2,49m. das amplitudes máximas da maré, calculadas pela análise harmônica e referentes a Brocoló (2,58m) e Batalha (2,40m), muito próximos à Paqueta.

8. Para a ilha do Governador, dentro da baía de Guanabara, poderá ser adotado o seguinte valor médio mais 1,58m das amplitudes máximas da maré, calculadas pela análise harmônica e referentes a Bom Jesus (2,44m) e Boquerão (2,72m), muito próximas a do Governador.

9. Transporte do zero hidrográfico do cais do Porto do Rio de Janeiro — Relação de RN (Cotas e locais): mais 3 600m — No capeamento do cais; mais 5,576m — Na soleira da porta da entrada do edifício de apartamentos sito à avenida Coronel Aparício Serpa n.º 130; mais

4,715m — Sobre o vértice metálico na muralha de Beira-Mar da Glória, em frente ao Hotel Glória; mais 4,500m — Junto à muralha à Beira-Mar, em frente ao Hotel Flamengo; mais 4,535m — Em uma abertura da muralha à Beira-Mar, em frente à rua Tucumã; mais 4,666m — Junto à muralha à Beira-Mar, em frente ao prolongamento de muro da Texaco (Morro da Viúva); mais 4,070m — No patamar da escada, no lado direito em frente à Escola Ana Neri; mais 3,532m — Na muralha da praia de Botafogo, em frente à rua Farani; mais 3,299m — Junto à muralha à Beira-Mar, na praia de Botafogo, em frente à rua São Clemente; mais 4,035m — Sobre o vértice da City; mais 4,643m — Na pilastra do começo da ponte da Urca, lado direito; mais 4,441m — Na esquina com a rua Ramon Franco com a avenida Portugal, lado esquerdo; mais 4,157m — sobre o R.N. do Serviço de Águas e Esgotos, n.º 137; mais 3,929m — Sobre a sapata da ponte da Fortaleza, no começo do arco, lado direito.

d) Sempre que houver falta de perfis do terreno, o ponto da linha básica das marinhas no local, poderá ser obtido por interpolação da distância entre os dois perfis conhecidos mais próximos.

e) As plantas serão organizadas por distritos, consoante o decreto municipal n.º 6 985, de 7 de maio de 1941, e desmembrados em folhas de 1,10m x 0,60m.

f) No desenho das plantas da faixa litorânea dos terrenos de marinha figurará toda a área cadastral com a denominação dos logradouros públicos, bem como a numeração municipal das respectivas propriedades.

g) Os limites das marinhas referidas a posição da linha do preamar médio de 1831, de que trata o art. 29 do decreto-lei n.º 3 438, de 17-7-41, sempre que houver concessão de aforamento no local, serão assinalados nas plantas e constituirão base das áreas a que se refere o art. 2.º do decreto-lei n.º 5 666, de 15-7-43.

h) Será, também, determinada nas plantas, — a linha limite — da faixa de 33 metros dos terrenos de marinha, referida no artigo 3.º do decreto-lei n.º 4 120, de 21-2-42, a qual poderá constituir a — linha limite das sesmarias da cidade ou de outras sesmarias.

i) Os trabalhos gráficos (plantas), serão "firmados" pela seção organizadora dos mesmos, com o "visto", desta chefia e o "aprovação" da Diretoria, com as indicações respectivas.

j) Os trabalhos para a devida aprovação serão acompanhados de uma exposição dos elementos empregados nos mesmos.

k) Os casos omissos serão resolvidos por esta chefia. — Afonso Celso Marchand, chefe do Serviço.

(D.O. 12-8-943)

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Portaria n.º 7 101, 16-9-1943

O ministro da Justiça e Negócios Interiores, usando da autorização conferida pelo Sr. Presidente da República em despacho de 8 do corrente, exarado na exposição de motivos C. E. N. E. de 952-43-628.

Considerando que os Conselhos Administrativos dos Estados criados pelo decreto-lei número 1 202, de 8 de abril de 1939, e com a organização que lhe deu a portaria n.º 2 083, de 12 de junho do mesmo ano, têm colaborado de modo eficiente no estudo e solução dos mais importantes problemas dos respectivos Estados;

Considerando que entre esses problemas, se alguns refletem aspectos peculiares de cada Estado, outros são realmente comuns a vários senão a todas as unidades da Federação;

Considerando que de uma reunião de representantes desses conselhos para a troca de elementos de informação e estudo adquiridos na experiência dos vários anos de sua atividade, resultará considerável proveito para a solução de problemas de interesse geral do país;

Considerando que por esse meio, respeitadas as verdadeiras peculiaridades regionais, com o pensamento no progresso de cada Estado e no bem estar da respectiva população, poderá conseguir-se uma apreciável uniformidade que consulta as exigências superiores da comunidade nacional;

Resolve convocar os Conselhos Administrativos dos Estados para, pelos representantes que designarem, se reunirem nesta Capital no dia 10 de novembro do corrente ano, com o fim de deliberarem sobre assuntos de interesse geral, constantes de programa a ser organizado oportunamente.

(Diário Oficial, 22-9-943).

★

Portaria n.º 7 102, 16-9-943

O ministro da Justiça e Negócios Interiores, tendo em vista o que dispõe a portaria n.º 7 101, desta data,

Resolve designar os senhores Adroaldo Junqueira Aires, Luiz Simões Lopes, Oto Prazeres, Antônio Gontijo de Carvalho e Teodoro Arthou para constituírem a comissão que, sob a presidência do primeiro, deverá organizar o programa da Reunião dos Conselhos Administrativos Estaduais, a se realizar no próximo dia 10 de novembro nesta Capital, e tomar ou sugerir as providências que se fizerem necessárias para a realização dessa reunião.

(Diário Oficial, 22-9-943).

★

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Exposição de motivos

MTIC 129 825-43/DO-2-12

Sr. Presidente da República:

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, procurando auxiliar, tanto quanto possível, o desenvolvimento técnico das indústrias nacionais, tem prestado, por intermédio do seu órgão especializado, que é o Instituto Nacional de Tecnologia, todo o apoio e colaboração afim de que sejam fixadas as especificações para a fabricação dos produtos, e determinadas as normas para a execução das tarefas, e também definidos os tipos padrões, de modo a garantir maior economia e melhor proveito aos fins visados.

Por isso mesmo, e com o propósito de estabelecer normas nesse sentido, tem sido realizada, bianualmente, de tempos a esta parte, sob a orientação direta daquele Instituto, uma reunião de técnicos e dirigentes de laboratórios e institutos de ensaios, visando organizar, em moldes científicos, com audiência e colaboração de todos os interessados, elementos indispensáveis à industrialização racional e moderna.

E como resultado dessas reuniões já estão em vigor os decretos-leis ns. 278, de 16 de fevereiro de 1938, 2 352, de 29 de junho e 2 773

de 11 de novembro de 1940, instituindo como nacionais as normas relativas, respectivamente, às especificações de cimento "Portland" e aos métodos de ensaios para as provas de cimento e controle do concreto, a especificação para as barras laminadas de aço a usar no concreto armado, e, finalmente, a norma para o cálculo e execução das obras de concreto armado.

É tão grande a repercussão internacional do trabalho realizado a esse respeito que as principais entidades normalizadoras dos Estados Unidos e de outros países se comprometeram a não aprovar, para o futuro, qualquer especificação nova sem ouvir, preliminarmente, a entidade congênere brasileira.

Afim de realizar essas reuniões, este Ministério tem contribuído, cada ano, com determinada quantia que, entregue a um funcionário do Instituto Nacional de Tecnologia sob a forma de adiantamento e por conta da Verba Eventuais, tem sido aplicada nas despesas de referidas reuniões.

Assim foi feito em 1940 e 1941, de acordo com autorizações dadas por Vossa Excelência.

Como é chegada agora a época de realizar-se a 5.ª Reunião Geral de Normas Técnicas, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e ante o apoio que o assunto tem merecido por parte de Vossa Excelência, tenho a honra de solicitar-lhe a necessária autorização para que possa ser entregue a um funcionário deste Ministério, sob a forma de adiantamento, para auxiliar as despesas da aludida Reunião, a importância de Cr\$ 38 000,00 (trinta e oito mil cruzeiros) por conta do saldo de Cr\$ 38 762,30 (trinta e oito mil setecentos e sessenta e dois cruzeiros e trinta centavos) existente na Verba 4 — Eventuais, consignação I — Diversos, subconsignação 01 — Despesas imprevistas e não constantes das tabelas. 01) Gabinete do Ministro, do vigente orçamento deste Ministério.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1943. — *Alexandre Marcondes Filho*.

Autorizado. Em 10-9-943. — G. VARGAS.
Cumpra-se. Em 15-9-943. — *Marcondes Filho*.

(Diário Oficial, 28-2-943).

★

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Resolução n.º 30, de 9 de setembro de 1943

(Complementar à Resolução n.º 4, de 31 de maio de 1943)

Dispõe sobre atribuições dos arquitetos e engenheiros arquitetos.

O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, usando das atribuições que lhe conferem os decretos-leis n.º 23 569, de 11 de dezembro de 1933 e n.º 3 995, de 31 de dezembro de 1941; e

Considerando que no art. 30, do Capítulo IV, *Das especializações profissionais*, do decreto n.º 23 569, de 11 de dezembro de 1933, que trata das atribuições dos arquiteto e engenheiro arquiteto, diplomados, foi omitida a atribuição e a competência que esses profissionais têm de realizar trabalhos topográficos;

Considerando que essa atribuição e competência lhes é assegurada pelo estudo da cadeira de topografia que figura entre as demais dos Cursos de Arquitetura das escolas oficiais e equiparadas;

Considerando, assim, que continuas têm sido as representações da classe dos arquitetos pelos órgãos competentes, de protestos a essa restrição;

Considerando que pela resolução n.º 4, de 31 de maio de 1934, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, foram considerados trabalhos topográficos como das atribuições dos Arquitetos e Engenheiros Arquitetos;

Considerando que, entretanto, essa concessão teve caráter restritivo, pois somente autorizava esses profissionais a realizarem trabalhos preliminares;

Considerando que lhe cumpre resolver dúvidas e dar solução aos casos duvidosos ou omissos.

Resolve:

Artigo único. Compreende-se na atribuição dos arquitetos e engenheiros arquitetos, diplomados, a execução de trabalhos de topografia.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1943. — *Adolfo Moraes de los Rios*, presidente. — *Ulisses de Alcântara*, secretário.

(Diário Oficial, 21-9-943).

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Portaria n.º 1 089, de 21 de setembro de 1943

O Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, atendendo a que a Estrada de Ferro de Goiaz, pela sua importância de ser, no momento, a única via de escoamento da produção do sul do referido Estado e,

Considerando a atual situação internacional: Resolve que a aludida via férrea fique diretamente subordinada a este Ministério. — *João de Mendonça Lima*.

(Diário Oficial, 30-9-943).

★

Portaria n.º 1 111, de 29 de setembro de 1943

O ministro de Estado, atendendo à proposta do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e de conformidade com o disposto no art. 4.º do decreto-lei n.º 2 367, de 4 de julho de 1940, resolve:

I — Constituir, no Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o Núcleo de Estudos e Obras do Recôncavo Baiano, com sede na cidade do Salvador, Estado da Baía, destinado a atender aos encargos decorrentes do saneamento daquela região;

II — aprovar as instruções anexas que baixam, rubricadas pelo diretor geral do Departamento de Administração. (Processo n.º 24 224-43).

Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1943. — *João de Mendonça Lima*.

Instruções para o Núcleo de Estudos e Obras do Recôncavo Baiano

1. O Núcleo de Estudos e Obras do Recôncavo Baiano, será constituído do seguinte pessoal técnico-administrativo, designado pelo diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, dentre os servidores do mesmo Departamento:

- 1 — Engenheiro-chefe
- 1 — Engenheiro-ajudante
- 1 — Auxiliar de escritório.

e de pessoal para obras, cuja tabela deverá ser organizada pelo engenheiro-chefe do Núcleo, de acordo com as necessidades do serviço e condicionada à aprovação daquela autoridade.

2. As despesas com o pessoal para obras correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

3. São atribuições do Núcleo:

- a) completar os estudos relativos ao saneamento do Recôncavo Baiano;
- b) fazer locação das obras, de acordo com os respectivos projetos;
- c) fiscalizar os trabalhos em andamento;
- d) fiscalizar a conservação dos trabalhos realizados;
- e) intervir na execução de obras e explorações industriais que possam prejudicar os trabalhos em andamento, dando imediato conhecimento ao diretor do Departamento;
- f) organizar e instalar, de acordo com as necessidades, postos de observações hidropluviométricas;
- g) procurar melhorar as normas e processos de trabalho adotados, propondo ao diretor de Departamento as modificações que julgar convenientes;
- h) comunicar, mensalmente, ao diretor, as principais ocorrências, acompanhadas de boletins com o andamento dos diferentes trabalhos em estudo e obras, e enviar, mensalmente, uma descrição da marcha dos serviços;
- i) organizar e remeter à Administração Central os boletins de medição dos trabalhos executados pelos empreiteiros;
- j) representar o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, dentro dos limites de suas atribuições, junto aos governos estaduais, prefeituras municipais, empreiteiros e terceiros.

4. Quaisquer instruções complementares que se tornarem necessárias para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos, serão baixadas pelo diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, observadas as disposições do decreto n.º 5 915, de 4 de julho de 1940, no que forem aplicáveis. — *Fernando Augusto de Almeida Brandão*, diretor geral.

(Diário Oficial, 30-9-943).

★

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO

Portaria n.º 98, de 24 de setembro de 1943

O diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, no exercício de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o n.º 1, do art. 4.º do decreto n.º 23 067, de 11 de agosto de 1933,

Resolve criar a Comissão de Estudos e Obras da Rede Hidrográfica da Baía, com a fusão da Comissão de Estudos e Obras da Rede Fluvial Baiana e da Comissão de Estudos e Obras na Rede Hidrográfica Sul Baiana. — *Frederico César Burlamaqui*, diretor.

(Diário Oficial, 27-9-943).

★

Legislação estadual

Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico

AMAZONAS

Decreto n.º 1 099, de 21 de setembro de 1943

Proíbe o derrubamento das árvores conhecidas por TAPURÚ ou MURUPITA.

O Interventor Federal no Estado do Amazonas, usando das atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição Brasileira e tendo em vista a alínea I do art. 7 do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 5 511, de 21 de maio do corrente ano,

Considerando que o tapurú, árvore da família das Euforbiáceas, produz borracha de alto valor econômico;

Considerando que a produção de borracha do Amazonas, para o esforço de guerra, poderá ser aumentada consideravelmente com o aproveitamento do látex dessas árvores; e,

Considerando que é dever do governo, protegendo espécies econômicas, defender o patrimônio florístico estadual;

Decreta:

Art. 1.º — Fica proibido o derrubamento de árvores da espécie — *Sapium biglandulosum*, ou tapurú da várzea, também conhecida por murupita, seringana, burra leiteira e pau de bicho.

Art. 2.º — A infração do presente Decreto constitui crime florestal, previsto pelo art. 83, letra f, do Código Florestal.

Art. 3.º — O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manaus, 21 de setembro de 1943.

Alvaro Botelho Maia, Interventor federal;
Rui Araújo, Secretário geral do Estado.

(D. O., Amazonas — 21-9-943).

★

BAIA

Decreto-lei n.º 9, de 1 de setembro de 1943

Institui o Concurso de Biografias de Baianos Ilustres.

O Interventor Federal no Estado da Baía, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV do Decreto-lei Federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Com a finalidade de incentivar o estudo dos vultos eminentes da Baía, que se recomendaram à admiração dos pósteros, por

sua atuação, no campo da cultura, da política, da defesa do país, da administração pública das atividades econômicas e outras, desenvolvidas no proveito da coletividade, fica instituído, no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, o "CONCURSO DE BIOGRAFIAS DE BAIANOS ILUSTRES".

Art. 2.º — O concurso realizar-se-á anualmente, e constará de monografias sobre vida e obras de cidadãos, naturais do Estado da Baía, falecidos há, pelo menos, dez anos da data em que for declarado aberto o concurso biográfico.

Art. 3.º — Por proposta do Diretor Geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, o Chefe do Executivo Estadual, designará, no mês de dezembro de cada ano, o nome, ou nomes, que, no ano seguinte deverão ser objeto do concurso.

Art. 4.º — Procedida a escolha a que se refere o artigo anterior, o Diretor Geral do D. E. I. P., mediante editais publicados no "Diário Oficial do Estado" e divulgados pela imprensa, abrirá inscrições ao concurso, por um prazo nunca inferior a 150 dias.

Art. 5.º — Qualquer pessoa, independentemente de sexo e idade, poderá inscrever-se ao concurso.

Art. 6.º — As monografias deverão ter, no máximo, 200 folhas datilografadas, a dois espaços, obedecendo o tamanho das folhas ao tipo padronizado para ofícios nas repartições públicas do Estado.

Art. 7.º — Os concorrentes assinarão as monografias com pseudônimo, fazendo-se acompanhar de um envelope opaco e lacrado, contendo a respectiva identidade e mencionando o pseudônimo adotado.

Parágrafo único — Só depois do pronunciamento das Comissões sobre todas as monografias concorrentes, é que serão abertos os envelopes de que trata a segunda parte deste artigo.

Art. 8.º — A entrega das monografias será feita em envelope fechado, dirigido ao Diretor Geral do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, tendo escrito por fora, em local bem legível, a indicação — "CONCURSO DE BIOGRAFIAS DE BAIANOS ILUSTRES", e o nome, ou pseudônimo, e endereço do remetente.

Parágrafo único — Será dado recibo da entrega de cada trabalho.

Art. 9.º — No dia imediato ao em que expirar o prazo das inscrições, o Diretor Geral do D. E. I. P. fará proceder à abertura das monografias apresentadas e providenciará no sentido de serem constituídas as comissões julgadoras, as quais deverão estar compostas dentro de dez dias.

Art. 10 — As monografias serão julgadas por uma ou mais comissões, compostas de três cidadãos de reconhecido saber convidados pelo Diretor Geral do D. E. I. P., com aprovação do Chefe do Executivo Estadual.

§ 1.º — Se houver mais de uma monografia sobre o mesmo assunto, uma só comissão as

apreciará, concluindo pela aceitação da que melhor lhe parecer.

§ 2.º — O Diretor Geral do D. E. I. P. providenciará para que as Comissões Julgadoras emitam parecer nos 30 dias seguintes à data em que lhes forem entregues as monografias para julgamento.

Art. 11 — Aos autores das monografias vencedoras será concedido o prêmio de Cr\$ 3 000,00.

Art. 12 — A entrega do prêmio, ou prêmios, far-se-á em ato público, em dia e hora previamente anunciados.

Art. 13 — O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda fará publicar, para distribuição gratuita, os trabalhos premiados, que deverão constituir uma série distinta de suas publicações, intitulada — "BIOGRAFIAS DE BAIANOS ILUSTRES".

Art. 14 — Passam ao Estado os direitos autorais de monografias vencedoras.

Art. 15 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, em 1.º de setembro de 1943. — (Assinados) Benato Aleixo, Interventor Federal — Artur César Berenguer — Aristides Novis.

(D. O., Bahia — 2-9-1943).



Decreto-lei n.º 23. de 15 de setembro de 1943

Reorganiza o Departamento Estadual de Estatística e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado da Bahia, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n.º IV, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art. 1.º — O Departamento Estadual de Estatística (D. E. E.), subordinado administrativamente ao Chefe do Poder Executivo e tecnicamente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), destina-se a levantar a estatística do Estado segundo o plano unitário da estatística nacional.

Art. 2.º — Para a consecução da sua finalidade o Departamento agirá junto aos informantes ora diretamente ora por intermédio de outros órgãos estaduais ou municipais de estatística, cujas informações centralizará e encaminhará aos órgãos federais competentes.

Art. 3.º — Ao D. E. E. compete:

a) lançar, ou fazer lançar pelos órgãos que lhe são tecnicamente subordinados, os inquéritos compreendidos no plano nacional de estatística;

b) lançar inquéritos especiais que desdobrem os do referido plano sem o prejudicar, afim de atender as necessidades eventuais, civis ou militares;

c) proceder à coleta, crítica e apuração desses inquéritos, submetendo os resultados dos primeiros à aprovação dos órgãos federais competentes;

d) preparar quadros e gráficos, simples e claros, com os resultados da apuração de uns e outros;

e) interpretar esses quadros e gráficos e comunicar a interpretação ao órgão administrativo a que interessar;

f) organizar e atualizar prontuários, indicadores, boletins e registros que facilitem qualquer das fases do processo estatístico ou a atividade pública ou particular;

g) coleccionar a documentação fotográfica, cartográfica e bibliográfica existente sobre os aspectos físicos, demográficos, econômico e social do Estado;

h) publicar anualmente o *Anuário Estatístico* ou a *Sinopse Estatística da Bahia* e periódica ou avulsamente os dados estatísticos ou subsidiários que convier;

i) prestar informações da sua alçada ao Governo do Estado, a órgãos administrativos e a particulares, sem prejuízo do andamento do serviço ou do interesse público;

j) baixar instruções aos órgãos estatísticos que lhe são tecnicamente subordinados e avocar, quando convier, inquéritos distribuídos aos mesmos;

l) promover a regularização de registros públicos, ou o seu ajustamento a fins estatísticos, e bem assim a observância do sistema métrico em todos os usos diretos ou indiretos ligados à administração;

m) responder, da parte do Estado, pelo cumprimento dos convênios de estatística que o mesmo já celebrou, ou que vier a celebrar, com a União e com o Município.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 4.º — O D. E. E. compõe-se de:

- I — Divisão de Estatística Econômica;
- II — Divisão de Estatística Fisiográfica e Social;
- III — Serviço de Apuração Mecânica;
- IV — Serviço de Cartografia;
- V — Serviço de Estatística Militar;
- VI — Serviço de Administração.

Art. 5.º — Os órgãos componentes do D. E. E. funcionarão perfeitamente articulados, em regime de mútua-colaboração, sob a imediata orientação do Diretor Geral.

Art. 6.º — O D. E. E. será dirigido por um Diretor Geral Padrão O.

Parágrafo único — O cargo de Diretor Geral será provido em comissão mediante livre escolha do Chefe do Poder Executivo Estadual, por pessoa de especialização e competência comprovada pela autoria de trabalhos de estatística, docência dessa matéria ou desempenho de funções públicas atinentes à mesma.

Art. 7.º — Os cargos de Diretores de Divisão e de Diretor do Serviço de Apuração Mecânica Padrão I serão providos em comissão, mediante livre escolha do Chefe do Poder Executivo Estadual, por pessoas especializadas em estatística e de reconhecida competência.

Art. 8.º — Os chefes dos Serviços de Cartografia, de Estatística Militar e de Administração, designados, pelo Diretor Geral, percebendo a gratificação de função de Cr\$ 4 800,00 anuais.

Art. 9.º — Os cargos em comissão serão providos mediante entendimento com órgão federal a que é tecnicamente subordinado o Departamento Estadual de Estatística.

Art. 10 — O Diretor Geral terá um Secretário, por ele designado, com a gratificação de função, anual, de três mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 3 600,00).

CAPÍTULO III

Da coordenação

Art. 11 — Todos os órgãos de estatística que existem, ou venham a existir, nas repartições públicas estaduais e municipais sem prejuízo da sua sujeição administrativa, ficarão sob a subordinação técnica do Departamento Estadual de Estatística, com o qual se articularão obrigatoriamente.

§ 1.º — Nas repartições estaduais a manutenção ou criação de um órgão especializado de estatística dependerá da sua conveniência, a juízo do Governo do Estado; nas prefeituras municipais existirá sempre esse órgão com a estrutura definida em lei.

§ 2.º — Numa e noutra esfera administrativa, é vedado atribuir a esse órgão serviço estranho à sua especialização.

Art. 12 — Os diretores e chefes de órgãos estatísticos sediados na capital reunir-se-ão em Junta, de finalidade e composição estabelecidas em lei.

Parágrafo único — O comparecimento às reuniões da Junta constitui dever inerente ao cargo ou função de cada um dos seus membros.

Art. 13 — As repartições públicas não poderão lançar inquéritos paralelos aos do Departamento Estadual de Estatística, por cujo intermédio conduzirão, também, os seus inquéritos especiais, salvo quando for isso impossível ou desaconselhável.

Art. 14 — A publicação de dados estatísticos condiciona-se ao interesse público e, si se tratar dos incluídos no plano nacional, depende da aprovação dos mesmos pelo órgão federal competente, a menos que, por entendimento com este, se faça com a reserva de serem sujeitos a retificação.

CAPÍTULO IV

Da obrigatoriedade das informações

Art. 15 — Toda pessoa, natural ou jurídica, mórmente investida de função pública, é obrigada a prestar informações solicitadas pelo Departamento Estadual de Estatística, sob as penas cominadas em lei.

Parágrafo único — Quando se tratar de funcionário público, a omissão de informações sujeita-o ainda, enquanto durar, a suspensão do vencimento ou remuneração, que será imposta pelo superior hierárquico, no tomar conhecimento da falta, nos termos do artigo 233 do Decreto-lei n.º 12 076, de 28 de outubro de 1941.

Art. 16 — As informações prestadas ao Departamento Estadual de Estatística, diretamente ou por intermédio de outros órgãos, terão caráter confidencial, não podendo ser divulgadas de modo que as individualize ou identifique, nem constituir objeto de certidão ou fazer prova contra o informante, salvo quando inquinadas de falsidade.

Parágrafo único — Não se compreendem entre as confidenciais as informações destinadas expressamente a prontuários, indicadores e registros individuais, uma vez que a sua divulgação não revele a situação financeira e patrimonial do informante.

CAPÍTULO V

Das disposições finais

Art. 17 — Fica expressamente vedado o pagamento de vencimento ou salários por conta de verbas que não forem próprias e a percepção de quaisquer gratificações ou vantagens, a qualquer título, que não constarem dos Estatutos do Funcionário Público.

Art. 18 — A lotação do Departamento Estadual de Estatística será fixada oportunamente em decreto e se constituirá de um núcleo de funcionários e de pessoal extranumerário admitido na forma da legislação em vigor.

Art. 19 — Os decretos relativos ao Departamento Estadual de Estatística, inclusive os de nomeação do pessoal, serão referendados pelo Secretário do Interior e Justiça.

Art. 20 — O Departamento do Serviço Público organizará dentro do prazo de 60 dias o Regimento do D. E. E.

Art. 21 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Baía, em 15 de setembro de 1943. — Renato Aleiro, Interventor Federal — Artur César Berenguer.

(D. O., Baía — 16-9-943).

★

PARÁ

Decreto-lei n.º 4 414, de 8 de setembro de 1943

Dispõe sobre o sistema regional de estatística e dá outras providências.

O Interventor Federal:

usando de suas atribuições e na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica reorganizado o sistema estatístico regional, compreendendo os seguintes órgãos:

- I — Junta Executiva Regional de Estatística (J. E. R. E.);
- II — Departamento Estadual de Estatística (D. E. E.);
- III — Seções de estatística que existirem, ou vierem a existir, em repartições estaduais;
- IV — Agências, seções ou departamentos municipais de estatística;
- V — Seções de estatística de entidades oficiais, autárquicas ou privadas que se tenham filiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante termo de acordo.

CAPÍTULO I

Da Junta Executiva Regional

Art. 2.º — A Junta Executiva Regional, órgão do Conselho Nacional de Estatística, tem por fim coordenar e desenvolver os serviços estatísticos do sistema regional, resolvendo com autonomia o que for matéria privativa da economia interna dele.

Art. 3.º — Compõe-se a Junta Executiva Regional dos seguintes membros:

- I — O diretor do Departamento Estadual de Estatística, que é seu presidente nato;
- II — Os estatísticos-chefes do Departamento Estadual de Estatística;
- III — Os diretores das repartições que possuírem seções especializadas de estatística;
- IV — Os chefes dessas seções especializadas de estatística;
- V — O diretor do Departamento das Municipalidades, ou seu representante devidamente credenciado;
- VI — O chefe da repartição, ou serviço de estatística do município da Capital do Estado;
- VII — O diretor, ou um seu representante devidamente credenciado, do Departamento de Segurança Pública;
- VIII — O diretor, ou um seu representante devidamente credenciado, do Departamento de Finanças — Divisão de Despesa;
- IX — O diretor da Divisão de Receita, ou um seu representante devidamente credenciado;

X — O diretor do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, ou um seu representante devidamente credenciado;

XI — Um representante do Estado Maior da Região Militar, devidamente credenciado;

XII — Um representante do Estado Maior da Armada, devidamente credenciado;

XIII — Um representante do Ministério da Aeronáutica, devidamente credenciado.

Art. 4.º — É dever funcional de cada membro o comparecimento às reuniões da Junta, constituindo o exercício das suas funções título de benemerência pública.

Art. 5.º — As funções de Secretário são exercidas por um estatístico-chefe do Departamento Estadual de Estatística, eleito pela Junta na primeira reunião de cada ano.

Art. 6.º — A Junta Executiva Regional compete:

I — Cumprir e fazer cumprir a Convenção Nacional de Estatística, as deliberações de caráter geral da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística e da Junta Executiva Central;

II — Sugerir aos Governos do Estado e dos Municípios, para competente exame e deliberação, as alterações de leis e regulamentos, ou quaisquer providências que os serviços de estatística forem exigidos para seu aperfeiçoamento orgânico;

III — Representar, em tempo oportuno, às autoridades competentes, para que na legislação e nos planos e normas dos serviços públicos não se incluam dispositivos que prejudiquem, de qualquer forma as fontes e a elaboração da estatística dos Municípios, do Estado e do País;

IV — Fixar os planos de colaboração entre as repartições de estatística filiadas ao sistema regional, para a execução racional dos respectivos serviços, centralizados e coordenados pelo Departamento Estadual de Estatística;

V — Designar comissões técnicas especiais e fixar-lhes o plano de organização e funcionamento, para a elaboração de projetos, pareceres ou estudos necessários aos trabalhos do Sistema Regional ou que devam ser submetidos ao Conselho Nacional de Estatística;

VI — Sugerir ou orientar, à entidade competente, a melhoria dos registros públicos ou particulares, úteis aos levantamentos estatísticos.

Art. 7.º — A Junta Regional rege-se pelo Regimento Interno elaborado pela Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, constante das Resoluções ns. 4. de 29 de dezembro de 1936, e 56, de 17 de julho de 1937.

Parágrafo único. As suas reuniões ordinárias dão-se no primeiro dia útil de cada quinzena e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo Presidente.

CAPÍTULO II

Das Repartições de Estatística em Geral

Art. 8.º — O Departamento Estadual de Estatística, subordinado diretamente ao Chefe do Governo do Estado, tem por fim centralizar e coordenar os serviços estatísticos do sistema regional e executar a parte dos mesmos que lhe compete.

Art. 9.º — Ao Departamento Estadual de Estatística, órgão central do sistema regional, articulam-se obrigatoriamente, não obstante as respectivas subordinações administrativas:

I — As seções ou serviços especializados de estatística que existirem, ou vierem a existir, em repartições estaduais;

II — As agências municipais de estatística, inclusive a que, sob essa ou outra denominação,

existir na Capital para plena execução das obrigações decorrentes do Convênio Nacional de Estatística municipal, no que compete ao Estado e aos Municípios;

III — As seções de estatística de instituições autárquicas ou privadas, desde que se tenham filiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante o necessário termo de acórdão.

Art. 10 — As repartições ou serviços de estatística compreendidos no artigo anterior estão autorizados a, consoante a cláusula duodécima de Convenção Nacional de Estatística, prestar-se mútuo auxílio, técnico ou administrativo, e a colaborar intimamente com os serviços congêneres filiados ao Instituto, mediante entendimentos com a direção superior do mesmo, segundo as necessidades ocorrentes.

Art. 11 — Os chefes ou encarregados dessas repartições ou seções de estatística corresponder-se-ão diretamente não só com os órgãos dirigentes do Instituto, na forma das instruções ou normas que forem baixadas, como com qualquer pessoa física ou jurídica em tudo que diga respeito à prestação ou ao recolhimento de esclarecimento sobre o movimento técnico dos respectivos serviços.

Parágrafo único — As providências, porém, que se tornem necessárias com relação a esses serviços para os fins do Instituto e, que importarem em ato de direção da repartição respectiva, serão obtidas mediante entendimento entre esta e o Departamento Estadual de Estatística ou outro órgão.

Art. 12 — O Departamento Estadual de Estatística, mediante entendimento, facilitará às seções especializadas de estatística a apuração mecânica dos dados de inquéritos cujo vulto ou complexidade desaconselhem a apuração manual.

CAPÍTULO III

Das informações

Art. 13 — Toda pessoa, natural ou jurídica, investida ou não de função pública, é obrigada a prestar às repartições estaduais e municipais de estatística as informações regularmente solicitadas.

Parágrafo único — Consideram-se regularmente solicitadas que forem:

I — por meio de boletins, questionários ou ofícios;

II — por meio de funcionário credenciado.

Art. 14 — O prazo para prestação das informações será marcado pela repartição que solicitar ou, no caso de silêncio desta, o de dez dias, contados do recebimento do pedido.

Parágrafo único — Quando as informações só poderem ser prestadas por legítimo superior do destinatário do pedido deverá a resposta deste ser dada no prazo de dois dias, fundamentada e instruída com a indicação do nome e endereço do superior.

Art. 15 — Independente da pena criminal por desobediência, a omissão de informações ou a falsidade destas sujeita o informante às seguintes penas, se outras não forem cominadas em lei especial sobre o assunto:

I — multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 2 000,00 variável com a gravidade da falta, elevada ao dobro nas reincidências, quando se tratar de particular;

II — multa de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00 conforme a gravidade da falta, da primeira vez; suspensão da segunda vez, a demissão, da terceira vez, quando se tratar de funcionário, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único — O pagamento da multa estatuída na alínea I, não dispensa da obrigação de prestar as informações, podendo, até que

estas sejam ministradas, ser interditado o funcionamento do estabelecimento a que digam respeito.

Art. 16 — São competentes para a imposição das penas:

I — O diretor do Departamento Estadual de Estatística, a autoridade a que for subordinada a seção especializada de estatística ou o Prefeito Municipal, conforme o caso, quando se tratar das cominadas na alínea I do art. 15;

II — O superior hierárquico do funcionário faltoso, precedendo comunicação da falta por qualquer das autoridades mencionadas nas alínea I, deste artigo, quando se tratar dos cominados da alínea II do art. 15;

Art. 17 — A multa será imposta, decorrido o prazo, à vista do recibo de expedição de boletins, questionários ou ofícios, ou de comunicação da recusa de informações assinaladas pelo funcionário credenciado para obtê-las.

Art. 18 — Imposta a multa, será notificada, pessoalmente ou por ofício sob registro do recebimento da notificação, poderá pedir reconsideração do ato que a impuser, mediante depósito prévio da importância em repartição arrecadadora estadual ou municipal, conforme o caso.

Art. 19 — Se não houver pedido de reconsideração, a multa será logo inscrita como dívida ativa do Estado, ou do Município, para o fim da cobrança administrativa ou judicial; se houver pedido, mas for indeferido, o depósito se converterá em pagamento.

Parágrafo único — As multas consideram-se rendas do Estado ou do município, respectivamente.

CAPÍTULO IV

Das atribuições do Departamento Estadual de Estatística

Art. 20 — O Departamento Estadual de Estatística tem as seguintes atribuições, além de outras que as circunstâncias impuserem:

I — organizar e manter rigorosamente atualizados, em fichários adequados, cadastro sobre os assuntos compreendidos no “esquema fundamental” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

II — coletar, elaborar e coordenar todas as informações estatísticas sobre esses assuntos;

III — executar, por iniciativa própria, todos os trabalhos estatísticos de interesse geral do Estado, dentro das normas técnicas do Instituto, ou colaborar, tecnicamente, para o bom êxito dos mesmos, quando forem organizados dentro das respectivas atribuições, por outros órgãos da administração pública;

IV — coletar, elaborar e coordenar os dados estatísticos obtidos, seja diretamente em inquéritos próprios, seja por intermédio das seções especializadas de estatísticas ou de outros órgãos incorporados ao sistema regional;

V — divulgar, por todos os meios de publicidade, as estatísticas elaboradas, uma vez legalmente permitida a divulgação ou aprovada pelo órgão competente do Instituto;

VI — proceder decenalmente, em coincidência com o censo federal e mediante entendimento com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as indagações estatísticas e corográficas suplementares deste serviço;

VII — elaborar, analisar e agrupar dados estatísticos, obtidos, representando-se graficamente e comparando-se com os das outras unidades federativas e, quando convier, com os de países estrangeiros;

VIII — fornecer ao Governo os elementos estatísticos de que necessitar, tanto os de ordem legal como os de compreensão regional, compreendidos no plano de pesquisas fixado pelo

Conselho Nacional de Estatística, e executar serviços por ele determinados relativamente à matéria de sua alçada;

IX — satisfazer, sempre que possa, os pedidos do Governo da República ou de país estrangeiro, de administrações estaduais e municipais, de instituições nacionais ou estrangeiras, ou de firmas comerciais ou de particulares, quanto a fornecimento de informes estatísticos sobre o Estado, desde que isso não desconvenha ao interesse público nem prejudique o andamento dos serviços normais do D. E. E., submetendo os dados organizados, quando a sua importância o exigir, à apreciação da Junta Executiva Regional;

X — empreender a progressiva harmonização da sua atividade e dos resultados obtidos, com a atividade, os processos e os resultados dos órgãos estatísticos dos demais Estados da República e dos países estrangeiros, dentro da orientação e obedecendo às normas do Instituto;

XI — executar, em colaboração com o Instituto e as Prefeituras Municipais, o Convênio Nacional de Estatística Municipal, na parte que lhe compete e no que for de suas atribuições gerais como órgão centralizador e coordenador do sistema estatístico regional;

XII — fornecer ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda informes colhidos sobre a vida do Estado;

XIII — organizar e manter uma biblioteca especializada de divulgação estatística, franqueada ao público;

XIV — organizar e manter, franqueada ao público, uma sala expositiva de elementos apropriados à vulgarização das revelações das estatísticas sobre a vida do Estado;

XV — publicar, anualmente, o *Anuário Estatístico* ou *Sinopse Estatística do Pará* (separata do *Anuário Estatístico do Brasil*), o *Ementário da Legislação do Estado*, e o *Anuário Municipal da Legislação da Administração* sem periodicidade, ou como convier, o *Boletim Estatístico do Pará*, e trabalhos avulsos.

CAPÍTULO V

Da organização do Departamento

Art. 21 — O Departamento Estadual de Estatística é composto do Gabinete do Diretor e de três seções;

Parágrafo único — Ao Gabinete do Diretor, e sob sua imediata orientação, pertencem os seguintes serviços:

- I — Secretaria;
- II — Arquivo Geral e Biblioteca;
- III — Desenho e Sala Expositiva;
- IV — Mecanografia;
- V — Agentes itinerantes.

Art. 22 — Os serviços do D. E. E. ficam distribuídos de Contabilidade, Comunicações, Informações, Almoarifado, Portaria e Assentamento do Pessoal;

I — No Arquivo Geral e Biblioteca serão recolhidos registrados, classificados e colecionados, por processos racionalizados, os documentos, papéis, livros e outros impressos, recortes de jornais, etc.;

II — no serviço de desenho, cartografia e Sala Expositiva, a elaboração de gráficos em geral, o arranjo e a conservação de mapas, cartogramas, diagramas, fotografias, modelos, mostruários, etc.;

III — A Mecanografia a apuração mecânica dos dados estatísticos, cuja complexidade e vulto desaconselham a apuração manual, e a centralização quando possível do serviço de máquinas de calcular, de datilografia e multiplicação de cópias;

IV — Aos itinerantes compete o serviço de inspeção às Agências Municipais;

V — A 1.^a Secção os serviços de Estatística Militar conforme o regulamento respectivo, baixado pelo Decreto-lei n.º 4 014, de 17 de abril de 1942;

VI — A 2.^a Secção incumbem-se das estatísticas relativas à Situação Econômica;

VII — A 3.^a Secção compete as estatísticas relativas à Situação Física, à Situação Demográfica, à Situação Social, à Situação Cultural, à Situação Administrativa e Política e, especialmente, o levantamento da Estatística Policial e Judiciária Criminal, segundo as normas e padrões sugeridos pelas resoluções ns. 141 e 142, de 22 de julho de 1939, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 23 — Os serviços policiais, as prisões e os estabelecimentos e organizações civis e comerciais, adotarão livros e fichas especiais para o registo das suas atividades de acordo com as necessidades dessa Estatística e conforme os modelos sugeridos pelo Departamento Estadual de Estatística.

Art. 24 — Para evitar duplicidade do levantamento, as secções deixam de elaborar as estatísticas constantes dos itens do "esquema fundamental" do Instituto, que constituem função de secções ou serviços de estatística especializada pertencentes ao Sistema Regional.

Art. 25 — Incumbe a cada Secção a coleta, crítica e apuração dos dados; a sua sistematização, tabulação, estudo, análise e ordenação documental de todos os elementos referentes as estatísticas que lhe estão afetos, e, bem assim, a elaboração de trabalhos sobre os assuntos a seu cargo.

Parágrafo único — Para pleno desempenho das incumbências deste artigo, cumpre às secções fazer as necessárias investigações ou pesquisas em livros, documentos, registos antigos, ou em qualquer outra fonte informativa, visando coligir e ordenar os elementos indispensáveis ao levantamento sistemático, no tempo e no espaço, das estatísticas que compõem a parte esquemática de suas atividades funcionais.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Técnico

Art. 26 — As atividades do Departamento Estadual de Estatística serão coordenadas pelo Conselho Técnico que, sob a orientação do diretor, é composto dos estatísticos-chefes.

Parágrafo único — O Secretário do Conselho Técnico será designado pelo diretor, dentre os Estatísticos do D. E. E. que não exerçam função de chefia.

Art. 27 — Ao Conselho Técnico incumbem:

I — estabelecer as normas dos serviços atribuídos ao Departamento Estadual de Estatística;

II — discutir e estabelecer os métodos ou processos de trabalhos adotados, ou a serem adotados, pelas Secções;

III — tomar conhecimento das modificações sugeridas pelos estatísticos-chefes ou por funcionários do D. E. E., individualmente considerados, que visam simplificar, aperfeiçoar ou sistematizar o trabalho de elaboração, interpretação e divulgação de estatísticas;

IV — discutir e aprovar as questões de ordem técnica ou administrativa que, propostas pelo diretor, devam ser resolvidas coletivamente;

V — examinar e discutir os estudos e interpretação de natureza estatística, sobre aspectos da vida do Estado, elaborados pelas secções ou por seus funcionários.

Parágrafo único — As reuniões do Conselho Técnico dão-se ordinariamente, uma vez por semana.

CAPÍTULO VII

Do pessoal do D. E. E. e das suas atribuições

Art. 28 — O Departamento Estadual de Estatística terá o seguinte pessoal: A — PESSOAL FIXO e B — PESSOAL CONTRATADO:

A — PESSOAL FIXO:

I — Quadro Técnico:

1 — Diretor	Classe
2 — Estatísticos-chefes	T
1 — Estatístico	P
2 — Estatísticos	O
3 — " "	N
1 — Estatístico-auxiliar	M
1 — " "	K
1 — " "	J
1 — " "	I
1 — " "	H
1 — " "	G
12 — " "	F
2 — Desenhistas	N

II — Quadro Administrativo:

1 — Oficial Administrativo	P
1 — Escriturário	L
1 — " "	H
2 — Auxiliar de escritório	D
1 — Contínuo	F
1 — " "	D

B — PESSOAL CONTRATADO:

- 1 — Agente itinerante-chefe
- 3 — Agentes itinerantes

Art. 29 — Ao Diretor do Departamento Estadual de Estatística compete:

I — cumprir e fazer cumprir este Decreto-lei;

II — presidir as reuniões da Junta Executiva Regional de Estatística;

III — distribuir, orientar e fiscalizar, pessoalmente os trabalhos do Departamento;

IV — expedir instruções de natureza técnica e administrativa que se fizerem necessárias à boa execução dos trabalhos;

V — presidir as reuniões do Conselho Técnico;

VI — corresponder-se, diretamente, em matéria do serviço com quaisquer pessoas, naturais ou jurídicas;

VII — providenciar para a impressão, em tempo oportuno, dos trabalhos que devam ser publicados;

VIII — abrir, rubricar e encerrar os livros que se fizerem necessários ao serviço;

IX — designar dentre os Estatísticos, os que devam exercer os cargos de estatísticos-chefes ou chefes de secção;

X — autorizar e visar as informações e certidões que possam ser fornecidas;

XI — visar todos os documentos relativos a numerário que tenham de ser encaminhados ao Tesouro do Estado ou ao Secretário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

XII — designar o funcionário que deva exercer as funções de seu Secretário;

XIII — dar posse aos funcionários e designar-lhes as secções ou serviços em que devam servir;

XIV — designar funcionários para o desempenho de serviços externos ao Departamento, no interesse deste;

XV — admitir e dispensar, de acordo com a cláusula sétima da Convenção Nacional de Estatística, agentes itinerantes contratados, bem como pessoal exnumerário;

XVI — assinar as folhas de presença dos funcionários julgando as faltas ocorridas de acordo com a legislação em vigor;

XVII — encerrar, pessoalmente, o ponto diário dos funcionários;

XVIII — impôr aos funcionários faltosos as penalidades de sua alçada;

XIX — requisitar à empresa de transporte fluvial, ferroviário e rodoviário, passagens para funcionários, para despacho de objetos, quando estritamente a serviço do Departamento;

XX — impor multas, aos que emitirem ou falsearem informações regularmente solicitadas pelo Departamento Estadual de Estatística, comunicando a falta, quando se tratar de funcionário público, aos superiores hierárquicos;

XXI — prolongar o período de trabalho no Departamento antecipando-o ou prorrogando-o, e convocar extraordinariamente em qualquer dia ou hora, os funcionários em casos de comprovado interesse do serviço;

XXII — representar ao Chefe do Governo sobre irregularidades ou faltas cometidas pelos funcionários, quando a penalidade a aplicar não fôr de sua alçada;

XXIII — apresentar anualmente, até último dia de fevereiro, ao Governo do Estado, o relatório dos serviços da repartição;

XXIV — desempenhar quaisquer outros encargos decorrentes deste Decreto-lei e das demais leis em vigor.

Art. 30 — Ao Estatístico-chefe compete:

I — comparecer às reuniões da Junta Executiva Regional;

II — dirigir e promover, com eficiência, os serviços atribuídos à Secção;

III — acompanhar e rever a compilação e impressão dos trabalhos relativos a assuntos da Secção e por ela executados;

IV — acompanhar com interesse o movimento estatístico nacional e estrangeiro;

V — distribuir aos seus auxiliares, segundo a categoria e capacidade de cada um, os trabalhos a serem executados;

VI — impor disciplina e respeito aos funcionários sob suas ordens imediatas;

VII — aplicar aos mesmos a pena de advertência e representar ao Diretor quando outra penalidade a ser aplicada fôr de alçada superior;

VIII — apresentar ao Diretor um boletim mensal, conforme modelo impresso adotado, do rendimento do serviço de cada funcionário para efeito de assentamento na ficha individual;

IX — comparecer às reuniões do Conselho Técnico;

X — apresentar ao Diretor, até 31 de janeiro, o relatório anual dos serviços executados;

Art. 31 — Aos demais funcionários da secção, cumpre executar, com zelo e presteza, os trabalhos que lhes forem distribuídos.

Art. 32 — Ao funcionário designado para Secretário compete:

I — minutar o expediente do Gabinete, revendo-o e corrigindo-o antes de submetido à assinatura do Diretor;

II — providenciar sobre a requisição de objetos necessários ao expediente da repartição, redigindo os respectivos pedidos e empenhos;

III — preparar e apresentar ao Diretor o extrato mensal do ponto dos funcionários;

IV — dirigir e finalizar todo o serviço de Contabilidade, Almoarifado, Portaria e o Assentamento do pessoal;

V — dirigir e fiscalizar o serviço de comunicações compreendendo o recebimento, distribuição interna e expedição de correspondência e seus anexos-boletins, questionários, livros e

publicações em geral, providenciando para que, no caso do recebimento sejam assinalados o número, a procedência, data, assunto, etc.;

VI — fazer, em nome do Diretor, os avisos e editais que lhe forem determinados e organizar o extrato do expediente que tenha de ser publicado no órgão oficial;

VII — controlar o serviço de informações gerais, inclusive o de comunicados à imprensa;

VIII — propor, anualmente, ao Diretor a inutilização de papéis e documentos do Departamento, considerados desnecessários;

IX — fornecer aos funcionários, mediante pedido em modelo apropriado, o necessário material de expediente;

Art. 33 — Ao bibliotecário-arquivista compete:

I — Registrar, classificar e conservar os livros e publicações da Biblioteca do Departamento;

II — fornecer aos funcionários do D. E. E., mediante pedido, visado pelo Diretor, em modelo impresso adotado, no qual se passará o devido recibo, as obras a serem consultadas, providenciando sobre a sua devolução que deverá ser feita no prazo de quinze dias;

III — propor as medidas que julgar necessárias ao conveniente desenvolvimento da Biblioteca e Arquivo, como seja completar as coleções de livros e publicações em que haja faltas;

IV — organizar o serviço de recortes de jornais ou "Hemeroteca";

V — organizar, em arquivo adequado, o serviço de fichas bibliográficas ou analíticas sobre os assuntos do "esquema fundamental" que sejam de imediato interesse da Amazônia;

VI — facilitar a consulta das obras da Biblioteca, e na sala competente, à pessoas estranhas do D. E. E.

Art. 34 — Aos Desenhistas compete:

I — executar qualquer trabalho de desenho que interessem ao Departamento e que lhes forem distribuídos pelo Diretor;

II — ter sob sua guarda e responsabilidade, no Departamento, todo o material e instrumentos de cartografia e desenho;

III — organizar a mapoteca do Departamento;

IV — atualizar e conservar os trabalhos gráficos mostruários, fotografias, etc., da Sala Expositiva;

V — colaborar com a secção competente no levantamento do caderno fisiográfico do Estado.

Art. 35 — Aos agentes itinerantes compete:

Fazer todo e qualquer trabalho que lhe fôr determinado pela direção no interior do Estado, fora da repartição e dentro desta quando não houver serviço externo.

CAPÍTULO VI

Do provimento dos cargos

Art. 36 — O cargo de Diretor do Departamento Estadual de Estatística, de acordo com o art. 9.º da Resolução n.º 22, da Junta Executiva Central e *ex-vi* da cláusula sexta da Convenção Nacional de Estatística, deverá ser provido em comissão, mediante livre escolha do Governo do Estado, dentre especialistas recomendados pela autoridade de trabalhos de estatística, docência dessa matéria ou desempenho de função afins a mesma.

Art. 37 — Os demais cargos dos quadros do D. E. E. serão providos de acordo com a legislação estadual vigente.